

Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IP&D
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

André Luiz de Toledo

**GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO:
RADIOCIDANIA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA À PLATAFORMIZAÇÃO
DO TERRITÓRIO COMUNICACIONAL**

**THE GEOGRAPHY OF RADIO BROADCASTING:
RADIOCITIZENSHIP AS A PRACTICE OF RESISTANCE TO PLATFORMIZATION
IN THE COMMUNICATIONAL TERRITORY**

São José dos Campos, SP
2025

André Luiz de Toledo

Geografia da radiodifusão:
radiocidadania como prática de resistência à plataformização
do território comunicacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Planejamento Urbano e
Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Gomes

Linha de Pesquisa do Programa:
Planejamento, políticas públicas e
estruturação do espaço urbano e regional

São José dos Campos, SP
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Toledo, André Luiz de
Geografia da radiodifusão : radiocidadania como prática de
resistência à plataformização no território comunicacional /
André Luiz de Toledo; orientadora, Cilene Gomes. - São José dos
Campos, SP, 2025.
1 CD-ROM, 385 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José
dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Comunicação. 3.
cidadania. 4. rádios comunitárias. I. Gomes, Cilene, orient. II.
Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

Eu, André Luiz de Toledo, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 26 de Maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ LUIZ DE TOLEDO
Data: 05/05/2025 17:39:32 -0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Autor(a) da Obra

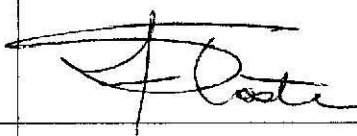

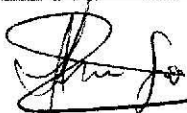


Data da defesa: 26 / 02 / 2025

Foto da capa: imagem na qual o autor utiliza um receptor de rádio portátil de antena e pilha - sintonizado na Rádio Nacional da Amazônia, na frequência de 11.780 kHz, fixado em uma bicicleta - para mensurar o alcance da comunicação hertziana das transmissões de emissoras em Ondas Curtas, indo além da investigação terrestre, por estradas vicinais, no mestrado, no qual foi utilizado um receptor GPS.

ANDRÉ LUIZ DE TOLEDO

**“GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO: TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS, SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL E O APODERAMENTO DA RADIOCIDADANIA.”**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Sandra Maria Fonseca da Costa	
Prof.ª Dr.ª Cilene Gomes	
Prof.ª Dr.ª Adriane Aparecida Moreira de Souza	
Prof. Dr. Lourival da Cruz Galvão Júnior - Unitau	
Prof. Dr. Ademir Pereira dos Santos – Unitau	

Prof.ª Dr.ª Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 26 de fevereiro 2025.

EPÍGRAFE

Queremos saber

Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões
Queremos saber
Quando vamos ter
Raio laser mais barato
Queremos de fato um relato
Retrato mais sério do mistério da luz
Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente e sofredor
Tão perdido na distância
Da morada do senhor
Queremos saber
Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário
Prever qual o itinerário da ilusão
Da ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
Queremos saber
Queremos saber
Todos queremos saber

Data de lançamento: 1976

Artista: Gilberto Gil

Álbum: O Viramundo, Vol. 2 (Ao Vivo)

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado, primeiramente, aos meus pais, que, há mais de 40 anos, acompanham meu percurso de estudante inquieto.

Posteriormente, dedico aos tios Narciso, Inácio, Nivaldo e à tia Nanci, que me influenciaram diretamente no hábito de ouvir rádio, e às mulheres cuidadoras da minha infância, sempre sintonizadas na Amplitude Modulada.

Compartilho mais uma vez este novo período da minha vida, que minha filha Dalila não acompanhou tão de perto, mas, a cada passo, acredito que compreende todo esse esforço.

Agradeço aos amigos da Biblioteca da Univap, ao professor Roberto Monção e à professora Ilka Ramos pelo incentivo desde os tempos do mestrado; aos amigos Douglas Almeida, Cíntia Fabíola e Raquel Henrique, que me apoiaram nos momentos desafiadores e felizes da jornada.

Agradeço às professoras Sandra Costa e, em especial, à professora Cilene Gomes, que acreditou nesse espírito aventureiro da pesquisa.

Agradeço aos locutores Cassiano Alves Macedo, Guaracy Júnior, Geremias dos Santos, e às locutoras Marilu Cabañas, Rejane Barros, Rosa Gonçalves, Mara Régia (Maroca), Ana Pimenta, Ediléia Martins – ou Didi Martins –, ao operador de áudio Pipi Kaiabi, à produtora Patrícia Fontoura e aos profissionais de emissoras públicas, comunitárias ou "rebeldes".

Agradeço aos queridos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia – "de A à Z, e de Zero a Cem, pra não esquecer de ninguém"... –, que me fizeram pertencer ao Brasil profundo, brega, rico e tão cheio de sabedoria popular. E foi por eles que, "quando nada estava programado, tudo deu certo!", transformando um pesquisador de gabinete em produtor (virtual) e aspirante a radialista!

E, em especial, meu amor e reconhecimento à companheira Angélica Rosa, que me acolheu quando decidi ingressar no mestrado e no doutorado, dando apoio incondicional a esses desafios, cedendo sempre uma mesa e uma cadeira em um dos cantos de sua casa para passar noites ou domingos estudando, além de compreender a distância necessária entre nós e do ambiente externo.

Dedico, por fim, este documento como um roteiro aos intrépidos viajantes da vida acadêmica que não perdem a paixão pelos estudos.

RESUMO

Esta tese analisa a desconstrução tecnossocial da radiodifusão pública brasileira e seus impactos na segregação socioespacial devido ao isolamento de ouvintes, problemática que emerge das transformações históricas no setor de telecomunicações, onde o Estado transita de provedor de serviços (desde o período do regime militar) para agente regulador, no contexto da globalização e neoliberalização. O trabalho parte da hipótese de que as tendências regulatórias de difusão de tecnologias hegemônicas e o investimento em transmissões digitais impactam tanto as transmissões de longo alcance (Ondas Curtas e Médias) quanto o alcance geográfico das emissoras. Esse processo – marcado pelo desligamento de transmissores analógicos e pela migração AM-FM, aliado às restrições à radiodifusão comunitária – exclui ouvintes desprovidos de receptores com a nova tecnologia. Metodologicamente, o estudo combina: (1) a radioescuta ativa da Rádio Nacional da Amazônia e de redes comunitárias, com registro sistemático de interações e barreiras técnicas; (2) a cartografia crítica baseada em metadados geoespaciais do catálogo da INDE, cruzando a distribuição territorial das emissoras com indicadores socioeconômicos para identificar vazios de cobertura; e (3) o mapeamento de redes de rádio e ouvintes através de participação em transmissões ao vivo da EBC e entrevistados da Rede Abraço, revelando estratégias de resistência. Os resultados demonstram como essas transformações tecnológicas e normativas reconfiguram radicalmente o espaço geográfico e comunicacional, depreciando o valor social do rádio e criando formas de exclusão, ao mesmo tempo que estimulam contraracionalidades no exercício da radiocidadania por parte de movimentos sociais em defesa da comunicação pública e popular.

Palavras-chave: planejamento urbano e regional; comunicação; tecnologia; cidadania; rádios comunitárias.

ABSTRACT

This thesis examines the techno-social deconstruction of Brazilian public radio broadcasting and its impacts on socio-spatial segregation due to listener isolation—a problem emerging from historical transformations in the telecommunications sector. Here, the state shifts from service provider (since the military regime period) to regulatory agent within the context of globalization and neoliberalization. The study hypothesizes that regulatory trends promoting hegemonic technologies and investments in digital transmissions affect both long-range broadcasts (Shortwave and Medium Wave) and the geographical coverage of stations. This process—marked by the shutdown of analog transmitters and the AM-FM migration, coupled with restrictions on community broadcasting—excludes listeners lacking access to new technology receivers, exacerbating inequalities in communication rights. Methodologically, the research combines: (1) active radio monitoring of Rádio Nacional da Amazônia and community networks, with systematic recording of interactions and technical barriers; (2) critical cartography based on geospatial metadata (INDE catalog), cross-referencing station distribution with socioeconomic indicators to identify coverage gaps; and (3) network mapping of radio stations and listeners through participation in EBC live broadcasts and interviews with Rede Abraço members, revealing resistance strategies. The results demonstrate how these techno-regulatory changes radically reconfigure geographic and communicative spaces, devaluing radio's social role while creating exclusion. Simultaneously, they spark counter-rationalities in the practice of radio citizenship by social movements advocating for public and grassroots communication.

Keywords: urban and regional planning; communication; technology; citizen; community radios.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cobertura em diferentes faixas de Ondas Curtas de emissora brasileira.	52
Figura 2 - Região da Amazônia Legal.	55
Figura 3 - Linha do tempo: antecedentes tecnológicos da radiodifusão.	59
Figura 4 - Edifício A Noite.	105
Figura 5 - Desmontagem do equipamento de transmissão e Transmissores.	108
Figura 6 - Participação de Maria Beatriz em ato no Rio de Janeiro.	108
Figura 7 - Receptor de baixo custo DRM comercializado em site asiático.	119
Figura 8 - Receptor Morphy Richards com dados textuais no <i>display</i> .	121
Figura 9 - Recepção da transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, em 11910 kHz DRM.	121
Figura 10 - Localização da recepção.	122
Figura 11 - Plataformas de transmissão g (a) e (b).	124
Figura 12 - Tema da causa #defendaEBC #aEBCfica.	126
Figura 13 - Representação do rádio como meio de comunicação.	129
Figura 14 - <i>Podcast</i> “São Paulo de Todos os Tempos”.	135
Figura 15 - Acrônimo das Big Techs.	142
Figura 16 - Recepção de sinal em OC e distribuição por categoria de conteúdo/serviço.	169
Figura 17 - Interface do aplicativo utilizado para registro de recepções.	170
Figura 18 - Área do Parque do Rodeador.	174
Figura 19 - Divulgação do evento.	177
Figura 20 - Danos físicos no complexo de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.	187
Figura 21 - Encontro de locutoras e indígenas no estúdio da Rádio Nacional da Amazônia.	194
Figura 22 - Antena de Frequência Modulada (FM) em Maio de 2023.	199
Figura 23 - Antena de Ondas Médias (OM) em abril de 2019.	200
Figura 24 - Ausência da Antena de Ondas Médias (OM) em maio de 2023.	201
Figura 25 - Campanha “Transmitir Mais”.	202
Figura 26 - Mapa de Abrangência da sintonia da Rádio Aparecida.	203
Figura 27 - Rádio portátil 7 faixas, personalizado para recepções da Rádio Aparecida.	204
Figura 28 - Registro da recepção da Missa realizada pela Arquidiocese de Belo Horizonte em Brumadinho/MG, transmitida pela Rádio Aparecida em Ondas Curtas, 6135 kHz, faixa de 49metros.	205
Figura 29 - Cartaz da última edição do Encontro DX.	207
Figura 30 - Estúdio do Programa Encontro DX.	208
Figura 31 - Desmontagem das antenas de Ondas Curtas da Rádio Aparecida.	211
Figura 32 - Telas do Aplicativo da emissora do Sul de Minas.	214
Figura 33 - Campanha #ApoieaTVT.	215
Figura 34 - Telas dos aplicativos Rádio Brasil Atual e TVT.	216
Figura 35 - Campanha de Apoio ao App Smart TV da TVT.	217
Figura 36 - Tendência de comunicação da emissora.	218
Figura 37 - Parceria do ICL Notícias e TVT.	219
Figura 38 - Última edição do programa Papo com Zé Trajano.	220
Figura 39 - Apoio ao Brasil de Fato.	224
Figura 40 - Localização de edificações do antigo parque de antenas e	226

Figura 41 - Localização do antigo parque de transmissões da Rádio Globo AM, São Paulo.....	227
Figura 42 - Parque de Transmissão da 620 AM na represa Billings (43a).....	228
Figura 43 - Momento do desligamento do transmissor AM da Rádio Bandeirantes, 840 kHz.....	230
Figura 44 - Mapa de interação com transmissões ao vivo.....	232
Figura 45 - Perfil do programa Brasil Viola Atual.....	233
Figura 46 - Entrevista cedida no Dia Mundial do Rádio de 2023.....	235
Figura 47 - Destaque para a entrevista com Carlos Nobre.....	237
Figura 48 - Mapa interativo do IDSC-BR.....	242
Figura 49 - Fluxo de mensagens enviadas da cidade de cada participante.....	245
Figura 50 - Mapa de Fluxo de ouvintes da RNA.....	246
Figura 51 - Fluxo de mensagens de ouvintes (origem e destino).....	247
Figura 52 - Grafo de conexões de ouvintes.....	248
Figura 53 - Distribuição de ouvintes no Continente Americano.....	249
Figura 54 - Posse de equipamentos e utilização de internet.....	253
Figura 55 - Densidade demográfica por municípios.....	256
Figura 56 - Concentração urbana - População residente (pessoas) em 2022.....	257
Figura 57 - Estações de Rádio Base (ERB's) 2023.....	258
Figura 58 - Domicílios com utilização da internet (2016).....	261
Figura 59 - Domicílios com utilização da internet (2023).....	261
Figura 60 - Emissoras em Ondas Curtas homologadas na Anatel.....	264
Figura 61 - Emissoras em Ondas Tropicais homologadas na Anatel.....	264
Figura 62 - Emissoras em Ondas Médias homologadas na Anatel.....	265
Figura 63 - Emissoras em Frequência Modulada homologadas na Anatel.....	265
Figura 64 - Rede Católica de Rádio (RCR) – 7 emissoras.....	269
Fonte: Mídia Kit Rádio Aparecida, 2024. Adaptado pelo autor, 2024	
Figura 65 - Rede de Rádios Universitárias (Rubra) – 30 emissoras.....	269
Figura 66 - Rede de Rádios Comunitárias (Ab Brasil) – 3858 emissoras.....	271
Figura 67 - Rede de Rádios Parceiras/Rede Nacional de Rádio – 786 emissoras.....	272
Figura 68 - Mapa das Rádios Comunitárias do Brasil.....	273
Figura 69 - Link de acesso ao Portal da TVT.....	273
Figura 70 - Mapa da Ocupação dos canais destinados a Radiodifusão Comunitária.....	275
Figura 71 - Mapa do trajeto e perfil de atitude com sinal apenas.....	279
Figura 72 - Mapa da cobertura da operadora Vivo Mobile.....	280
Figura 73 - Mapa da cobertura da operadora Claro Mobile.....	281
Figura 74 - Recepção da Rádio Nacional da Amazônia, frequência de 11.780 kHz.....	282
Figura 75 - Registro da transposição de barreira, realizada com auxílio de bicicleta.....	283
Figura 76 - Irmãs produtoras de conteúdo, região da Comunidade Santa Luzia do Baré.....	288
Figura 77 - Aplicativo Rádios EBC.....	292
Figura 78 - Disponibilidade da <i>Starlink</i> para a América Latina.....	294
Figura 79 - Cobertura <i>Starlink</i> em Maraã (AM).....	295
Figura 80 - Mapa de cobertura de ERB's em Maraã, AM.....	296
Figura 81 - Distribuição de Torres de Telefonia Móvel no Amazonas.....	296
Figura 82 - Distribuição Nacional de emissoras que retransmitem o sinal da TV Brasil.....	303

Figura 83 - Distriuição de emissoras nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Santos e Vale do Paraíba.	304
Figura 84 - Localização da emissora TVT.	305
Figura 85 - Representações dos encontros, reencontros e novos laços de afeto e amizade proporcionados pela Rádio Nacional da Amazônia.	323

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos meios de comunicação de maior audiência no Brasil....	75
Gráfico 2 - Regionalização e categorização da radiodifusão em Ondas Curtas pelo número de recepções/escuta.	171
Gráfico 3 - Contagem de recepções por emissora.	172
Gráfico 4 - Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR).	181
Gráfico 5 - Distribuição participantes do Programa Ponto de Encontro, distribuídos	241
Gráfico 6 - Participação por regiões.	241
Gráfico 7 - Representação dos índices dos municípios dos participantes da dinâmica de julho de 2023.	243
Gráfico 8 - Posse de rádio por domicílio entre 2001-2009 e 2011-2015.	252
Gráfico 9 - Acesso à internet no Brasil entre 1996 a 2012 - dados absolutos.	259
Gráfico 10 - Distribuição de Emissoras em Ondas Curtas por Grande Região.	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos serviços de radiodifusão.....	50
Quadro 2 - Conceitos de Comunicação.	68
Quadro 3 - Rádio Nacional da Amazônia.	175
Quadro 4 - Rádio Aparecida.....	198
Quadro 5 - Rádio Brasil Atual.....	213
Quadro 6 - Emissoras em Ondas Curtas em operação no Brasil.....	266
Quadro 7 - Emissoras em Ondas Curtas, natureza, público alvo e linha religiosa. .	267
Quadro 8 - Relatos de ouvintes em março de 2023.	323

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação dos serviços de radiodifusão quanto à faixa de frequência e comprimento de ondas radioelétricas.....	51
Tabela 2 - Frequências em Ondas Curtas.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abraço	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
Abert	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
Abradig	Associação Brasileira do Rádio Digital
Acaert	Associação Catarinense de Emissoras de Rádios e Televisão
Alaic	<i>Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación</i>
Alcar	Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia
AM	Amplitude Modulada
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
ANMS	Atlas Nacional Milton Santos
ARCOCE	Associação das Rádios Comunitárias do Ceará
BBB	Bala, Boi e Bíblia
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BdF	Brasil de Fato
CBN	Central Brasileira de Notícias
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CF	Constituição Federal
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CNBB	Conferência dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNR	<i>China National Radio</i>
Contel	Conselho Nacional de Telecomunicações
CRI	<i>China Radio International</i>
DAB	<i>Digital Audio Broadcasting</i>
DRM	<i>Digital Radio Mondiale</i>
DSP	<i>Digital Signal Processor</i>
DSR	<i>Digital Satellite Radio</i>
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
eFM	Frequência Modulada Estendida
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FM	Frequência Modulada
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GT	Grupo de Trabalho
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICL	Instituto Ciência Liberta
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IDSC	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades
IES	Instituições de Ensino Superior
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
Intervozes	Coletivo Brasil de Comunicação Social
LGT	Lei Geral das Telecomunicações
MEC	Ministério da Educação

MOM	Media Ownership Monitor
MTCI	Meio Técnico-Científico-Informacional
MTST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NBC	<i>National Broadcasting Corporation</i>
OC	Ondas Curtas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OL	Ondas Longas
OM	Ondas Médias
ONU	Organização das Nações Unidas
OT	Ondas Tropicais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAD Contínua TIC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Tecnologia da Informação e Comunicação)
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PPP	Povo pobre participante
Radcom	Rádios Comunitárias
RBA	Rede Brasil Atual
RCA	<i>Radio Corporation of America</i>
RCR	Rede Católica de Rádio
RI	Revoluções Industriais
RDS	Radio Data System
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
RNA	Rádio Nacional da Amazônia
RNAS	Rádio Nacional do Alto Solimões
RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RRI	Radio Romênia Internacional
RTR	Serviço de Retransmissão de Rádio
Rubra	Rede de Rádios Universitárias
Secom	Secretaria de Comunicação Social
SHP	Shapefile
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
Telecom	Telecomunicações
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras S.A.
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TVT	TV dos Trabalhadores
UF	Unidade de Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unitau	Universidade de Taubaté
WFS	Web Feature Service
WRTH	World Radio TV Handbook

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 METODOLOGIA	34
2.1 Estratégias da Pesquisa - escolhas metodológicas	38
2.2 Prática da radioescuta	38
2.4 Pesquisa bibliográfica	39
2.5 Observação e Audição participante	40
2.6 Pesquisa-ação	42
2.7 Netnografia: e a voz do território	44
2.8 Cartografia e Geoprocessamento	45
3 RADIODIFUSÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.....	48
3.1 Radiodifusão.....	48
3.1.1 Fundamentos e regulamentação da radiodifusão: espectro radioelétrico e aspectos legais.....	49
3.1.2 Radiodifusão internacional: dimensões globais e preservação do patrimônio radiofônico	55
3.1.3 O nascimento das telecomunicações sob a luz de três períodos de análise	58
3.1.4 O surgimento da radiodifusão	58
3.1.5 O surgimento do rádio	61
3.1.6 Amplificação Histórica: contribuições de Walter Benjamin e Bertold Brecht para entender o cenário atual	63
3.2 Comunicação Social	66
3.2.1 Conceituação da comunicação.....	66
3.2.2 Comunicação Social - da conceituação aos dispositivos originais da Constituição Federal de 1988: fragilidades e pluralismo da mídia	69
3.3 Democratização da Comunicação: Lacunas Legislativas e Possibilidades da Comunicação Comunitária	72
3.3.1 Concentração de mídia e propriedade privada: um retrato do interesse nas mãos de poucos	73
3.3.2 Regulação de mídia.....	79
3.3.3 Comunicação Comunitária: democratização da comunicação e o desenvolvimento local/regional	82
4 ESTADO: MISSÃO, REGULAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA RADIODIFUSÃO	90
4.1 Da missão educativa à função ideológica e comercial	92
4.2 Aspectos regulatórios das telecomunicações	96
4.3 A desconstrução acelerada após a segunda metade da década de 2010 ..	102
5 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA COMUNICAÇÃO.....	111
5.1 Tendências tecnológicas contemporâneas: panorama geral	113
5.1.1 Digital Audio Broadcasting (DAB)	116
5.1.2 Digital Radio Mondiale (DRM)	117
5.1.3 Streaming: privatização ou socialização da comunicação?	124

5.1.4 FM Estendido e a migração do AM/FM: uma tendência real com quais consequências?	127
5.1.5 Web rádio e Podcast: novas tecnologias ancoradas na ampliação do acesso à internet	132
5.2 Convergência tecnológica e reconfiguração dos meios da radiodifusão..	137
5.3 <i>Big Techs</i> : a geopolítica das plataformas digitais	140
5.4 Debates sobre a informação e democracia na América Latina: PL 2630, desinformação, educação midiática e soberania tecnológica	146
5.5 A não-neutralidade tecnológica: sintonia necessária para a reconstrução da radiodifusão.....	148
5.6 Mapeamento do futuro do rádio sob a ótica da radiodifusão comunitária e de novas tecnologias	151
6 GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO: INFRAESTRUTURA, INDICADORES CONJUNTURAIS E INTER(AÇÃO) DA PESQUISA	155
6.1 Conceitos estruturantes da Geografia da Radiodifusão.....	157
6.2 O estado das técnicas.....	158
6.3 Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI): chave interpretativa para o entendimento do território hertziano.....	160
6.4 A aplicabilidade do conceito da inseparabilidade dos objetos e das ações	161
6.5 Geografia da Comunicação: alargando o pensamento geográfico-comunicacional	163
6.7 Aproximação com o universo da radiodifusão.....	168
6.8 Panorama do patrimônio do ativo fixo da radiodifusão pública	173
6.8.1 Rádio Nacional da Amazônia – desafios e resiliência da radiodifusão pública: o “Orelhão da Amazônia”	173
6.9 Panorama da desconstrução da radiodifusão: fragilidades, resiliência e novas vozes do território das pequenas cidades da Amazônia.....	184
6.9.1 Rádio Nacional da Amazônia – um patrimônio ameaçado	184
6.9.1.1 Tecnologia eternamente experimental: Novos testes da transmissão digital DRM em 2020/2021.....	195
6.9.2 Rádio Aparecida - pioneirismo e soberania da radiodifusão de antena rendida pelos serviços de plataformas de transmissão	197
6.9.3 Rádio Brasil Atual – A difícil tarefa do debate político e ideológico frente ao domínio das <i>Big Techs</i> : Expectativas e frustrações.....	212
6.9.3.1 Desligamento e Migração das transmissões em Ondas Médias para a Frequência Modulada e alguns impactos no território de grandes capitais....	225
6.10 Dinâmica radiofônica: interação, engajamento e capilarização da comunicação	231
6.10.1 Rádio Brasil Atual (98,9 FM)	233
6.10.2 Rádio Nacional da Amazônia: oportunidade para a prática da pesquisa-ação	235
6.10.3 Geografia da radiodifusão pública: dinâmicas de interação como estratégia para representar cartograficamente a audiência da Rádio Nacional da Amazônia	240
6.11 Panorama dos indicadores de tendências da radiodifusão por meio de informações conjunturais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.....	250

6.12 Atlas da radiodifusão pública (estatal e comunitária): indicadores de potencialidades, e fragilidades do rádio em tempos de convergência digital.	263
6.12.1 A Radiodifusão de Longo Alcance como ferramenta de inclusão em áreas vulneráveis.....	278
6.13 Comunicação Ribeirinha na Amazônia: Novas formas de produção do conhecimento na floresta.....	285
6.13.1 Densidades técnica, informacional e comunicacional.....	291
6.14 Gênese de uma compreensão da geografia da radiodifusão brasileira em tempos de convergência tecnológica: Relação espaço, sociedade e comunicação.....	299
6.14.1 Relações centro-periferia na comunicação pública: o papel das capitais na dinâmica de alcance territorial do rádio e da TV.....	301
6.14.2 Regionalização da radiodifusão pública: um passo para novos horizontes?.....	305
6.14.3 É possível pensar em uma nova centralidade/racionalidade comunicacional?.....	307
7 RADIOCIDADANIA: GÊNESE DE UMA NOVA GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO.....	310
7.1 Intervenções: frente pela democratização dos meios de comunicação.....	311
7.2 Cidadania: força motriz para a discussão da radiocidadania.....	312
7.3 Democracia.....	314
7.4 Radiocidadania: um conceito de ação coletiva.....	316
7.5 Transição em marcha, técnica informacional e cultura de massas: um caminho para a cidadania pelo rádio.....	317
7.6 Não estamos sozinhos: a defesa da memória coletiva e o direito de acesso à cultura e informação.....	319
7.7 Radiodifusão e luta de classes em tempos de convergência tecnológica.....	321
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	329
REFERÊNCIAS.....	344
ANEXO I - ARTIGO 220 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	371
ANEXO II – LEI 9.612 - LEI DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	374
ANEXO III - CARTAZ “ENCONTRO DE OUVINTES E PARCEIROS: RÁDIO MEC 100 ANOS”.....	380
ANEXO IV – MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERFERÊNCIA NO SINAL DA RÁDIO BRASIL ATUAL 98,9 FM, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.....	381
ANEXO V - ÁREA DO ANTIGO PARQUE DE TRANSMISSÃO DA RÁDIO CONTINENTAL.....	382
ANEXO VI - ÁREA DO ANTIGO PARQUE DE TRANSMISSÃO DA RÁDIO GLOBO AM.....	383
ANEXO VII - OFÍCIO ABRAÇO BRASIL 060 2022.....	384
ANEXO VIII - RESPOSTA DA OUVIDORIA EBC.....	387

APRESENTAÇÃO

A investigação da radiodifusão tem uma relação direta com a constituição cidadã do próprio autor, que aqui, subjetivamente, revê sua trajetória pessoal e profissional imersa nas áreas da informática, informação e de inúmeras “ferramentas” com as quais lida, tão ligadas a técnicas, e em constante interação com o espaço urbano e rural: aparelhos GPS (*Global Positioning System*), rádio receptor, telefone móvel e microcomputadores.

O cenário político do país com as manifestações sociais de 2013 e a deposição da Presidenta Dilma Rousseff acentuaram o distanciamento do autor com os meios de comunicação televisivos e ampliaram a aproximação com as mídias alternativas, contra-hegemônicas, em particular, da radiodifusão pública de antena e a pilha que também migrou para a internet e as redes sociais, dando suporte à democratização da comunicação.

O contato prévio com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), durante o mestrado, foi intensificado quando o portal de informações da Rede Brasil Atual (RBA), a própria Rádio Brasil Atual e o portal Brasil de Fato (BdF) tornaram-se fontes inseparáveis. De ouvinte, o autor passou a ser apoiador da campanha Catarse TVT¹. Um novo cidadão nasceu nesse intervalo entre o mestrado e o doutorado.

O portal da BdF tornou-se fonte de informações para o projeto de pesquisa, e hoje, fundamentalmente, oferece inúmeros formatos de informações que se expandem da transmissão do rádio de antena para a internet, para a rede social de vídeos *YouTube*, o *Facebook* e emissoras parceiras, como a Rádio Camponesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST).

Um segundo momento, em meados de 2019, foi o ponto de partida para a pesquisa de doutorado, considerando, agora, o novo hábito de escuta das faixas de Ondas Curtas (OC) e Ondas Médias (OM) das emissoras da Rádio MEC e Rádio Nacional da Amazônia (RNA) e a constatação de um cenário caótico em que a radiodifusão pública brasileira se encontrava após as eleições de 2018, dominado pela radiodifusão hegemônica no dial de Frequência Modulada (FM), com predominância

¹ Em benefício da “Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho” que detém a outorga da emissora TV dos Trabalhadores (TVT), uma proposta independente e plural.

de conteúdo comercial, religioso e sertanejo comercial, ligado à cultura comercial do agronegócio.

Ao se deparar com a ameaça de extinção da Rádio MEC e a fala dos servidores públicos da emissora em 2018, foram condições suficientes para que uma nova causa fosse assumida, no desafio de estudar a raiz da desconstrução tecnossocial então em curso, o que inclui o desligamento de emissoras, a ameaça de privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a ameaça ao patrimônio público, envolvendo seus ativos (edifícios históricos) e consequente impacto no território.

Entre 2021 e 2022 estabeleceu-se um importante laço de comunicação com a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil)², instituição que abriu espaço para interações a partir de falas do autor, trazendo importante contribuição para que a pesquisa ultrapassasse os limites regionais, e assim, com uma rede de contatos que se ampliava, criando possibilidade de trocas de experiências sobre a situação atual da radiodifusão: de um lado, o autor com a vivência de escuta de transmissões em Amplitude Modulada (Ondas Curtas, Ondas Longas e Ondas Médias) e web rádios e, de outro, a rede de rádios comunitárias trazendo temas diretamente relacionados à causa social, com pautas variadas sobre cultura, lazer, saúde pública, empoderamento feminino, e forte empenho na frente de democratização da comunicação social, em especial, da própria radiodifusão comunitária. Nesse sentido, a investigação foi se desenhando como experiência de pesquisa-ação, com a construção coletiva de reflexões e conexões sobre a democratização da comunicação, com locutores e docentes pesquisadores de outras universidades, também por meio das lives - transmissões ao vivo - da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e da Abraço Brasil.

Em um terceiro momento da pesquisa, o autor se aproximou da programação da Rádio Nacional da Amazônia (RNA) participando de entrevista no Dia Mundial do Rádio, em 13 de fevereiro de 2023³. Entre os meses de janeiro e outubro de 2023 o autor ressignificou a modalidade de observação participante, designando a

² Rádio A Voz do Povo, a Voz de Deus, de Arapiraca, estado de Alagoas e a CPA FM, de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

³ Ouvinte da Nacional Amazônia fala de sua pesquisa sobre o rádio. Nacional Jovem. No AR em 13/02/2023 – 14h10min. <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=ouvinte+da+nacional+dia+mundial+do+r%C3%A1dio>.

experiência de “audição participante”, adaptada ao universo da pesquisa por meio da escuta de rádio. Muitas vezes, colaborou com a coprodução de conteúdos radiofônicos para a grade de programação, sobretudo aos Programas “Ponto de Encontro”, “Mosaico” e “Nacional Jovem”, contribuindo com pautas sobre temas relacionados ao meio ambiente, cidadania, radiodifusão e comunicação de população ribeirinha da Amazônia, além de participação como ouvinte na programação diária. Buscou sempre fazer convergir o conteúdo do texto e/ou da fala, para o que chama de expansão da condição de ouvinte: seja de si próprio ou dos demais ouvintes sintonizados na RNA, em vista da ampliação e apoderamento da própria cidadania. A experiência foi motivada pelo fato da emissora operar na escala nacional, alcançando grande parte do território brasileiro, a Região da Amazônia Legal⁴ e a tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), além da Guiana Francesa, pela faixa de Ondas Curtas, e manter há mais de 40 anos o incentivo à participação diária dos ouvintes, por meio de ligações telefônicas e da rede social *WhatsApp*, estimulando-os a enviarem comentários, estabelecendo laços de uma “família virtual” ou, como os próprios ouvintes chamam, de “Família Nacional”. Trata-se de relações entre os ouvintes e a emissora pública, dentro de um cenário muito peculiar: o das transmissões em OC, que alcançam ribeirinhos e povos originários da Região da Amazônia Legal, onde só rádio a pilha e antena cumpre a missão de levar informação e conectar cidadãos dentro da Floresta Amazônica, quando não há conexão de internet ou telefonia fixa.

Após a desafiadora tarefa de distanciar-se desse universo de programação, o trabalho de tese resume, em certa medida, a experiência de reflexão sobre a “Cidadania da Escuta”, seja pela busca de investigação incessante de inúmeras fontes (artigos, livros, dissertações, teses e transmissões ao vivo sobre o tema da Comunicação e radiodifusão), seja pela interação nos programas de um Brasil muito além dos limites e realidades das transmissões radiofônicas locais e da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apoderadas pelo discurso comercial, popular sertanejo e religioso.

A reaproximação com o território de ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia permitiu elevar o número de participantes, no Programa Ponto de Encontro, de 130

⁴ Em 1966, a Lei 5.173 definiu que a região abrangeria os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, as áreas de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, de Goiás a norte do paralelo 13° e do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Em 1977, a Lei Complementar 31 de 11.10.1977 integrou todo o estado de Mato Grosso à Amazônia Legal. IBGE (2024).

ouvintes no final de 2023 para 330 ouvintes, em maio de 2024, distribuídos entre 22 Unidades da Federação e o Distrito Federal.

Porém, para o doutorando, não haveria avanço se não houvesse também o distanciamento e a neutralidade no universo de estudo (espaço hertziano e virtual), seja na dinâmica de interações estabelecida com a Rádio Nacional da Amazônia⁵, ou nas transmissões ao vivo realizadas pela Intercom e Abraço Brasil. O que conduziu ao momento mais decisivo do processo de estudos e pesquisas, quando a produção e a luta pela democratização da comunicação não terminaram, apenas se deslocaram ao patamar da reflexão, argumentação e análise.

Inspirado ainda pela canção “Queremos saber”, de Gilberto Gil (1976), somos instigados a pensar sobre “o que faremos com as próximas invenções” – de cunho tecnológico – e se estas vão ampliar as condições de acessibilidade social e cidadania de toda a população brasileira ou acentuar desigualdades e segregação.

O desafio do autor é colaborar para o fortalecimento do ideário utópico de mudança social pela união de forças entre acadêmicos, radialistas, ouvintes da comunicação popular e entusiastas (radioescutas) para promover o que, nesta tese, vem enunciado a título de uma proposição conceitual de radiocidadania, diante de um território onde o plano hertziano e terrestre se conecta, se pensados na ocupação desses espaços como necessários para as condições de vida e de acessibilidade radiofônica.

Com formação acadêmica em História e Planejamento Urbano e Regional, além de uma trajetória dedicada ao apoio e fortalecimento da estrutura institucional de ensino e pesquisa na Universidade do Vale do Paraíba, esses elementos compõem um percurso mais do que suficiente para manter viva a máxima “Indignai-vos!”, proposta por Hessel (2011). Dessa forma, é possível, de maneira contínua, conduzir o veleiro dos estudos acadêmicos, enfrentando a tempestade que Walter Benjamin, filósofo alemão, denominou de progresso.

Diante dessa trajetória do profissional entrelaçada com a do pesquisador – entre a cruz e a espada, entre o tudo e o nada, entre o acomodar ou avançar – reforça-

⁵ Que, muitas vezes, convida seus ouvintes ao universo da fantasia, do imaginário, do sonho, característico das emissoras populares que exploram do ambiente das radionovelas e da dramaturgia, dando oportunidade para seus ouvintes sonharem e quem sabe saírem da invisibilidade social, além de possibilitar que se sintam acolhidos e pertencentes a um grupo social, mesmo que de maneira virtual, pelo rádio e pelas redes sociais.

se aqui o apelo à indignação de Hessel (2011) frente as primeiras décadas do século XXI, interpretados por ele como um período de retrocesso. Esse apelo à indignação assim se expressa pelas palavras de Hessel⁶:

Por isso, apelamos sempre para uma verdadeira insurreição pacífica contra os meios de comunicação de massa, que, como horizonte para os nossos jovens, só sabem propor o consumo de massa, o desprezo aos mais fracos e à cultura, a amnésia generalizada e a competição desenfreada de todos contra todos (Hessel, 2011, p. 26).

Nessa tese, busca-se por um ideário de nação com mais comunicação social aberta e favorável à democratização, mais livros e rádios e menos armas, de forma a suplantarem as velhas formas hegemônicas, hostis ao viver social, e estabelecer novas possibilidades por via de resistência e comunicação comunitária para consolidar a transição ao “novo período histórico, a que chamamos de período demográfico ou popular” (Santos, 2001, p. 143).

Só haverá voz, enquanto houver consciência e ação.

⁶ a respeito dos signatários do *Apelo* de 8 de março de 2004, no qual se refere à obra de Klee e ao comentário que sobre ela deixou o filósofo alemão Walter Benjamin, em suas Teses sobre a filosofia da história, escritas em 1940. Hessel, reforça ainda que o Apelo “Ecoou com muita força junto às jovens gerações, bem como o discurso improvisado por Stéphane Hessel, em 17 de maio de 2009, no planalto de Clères, quando do encontro anual “Palavras da Resistência”, convocado por iniciativa da Associação Cidadãos Resistentes de Ontem e de Hoje” Hessel (2011, p. 29).

1 INTRODUÇÃO

A tese apresenta sua natureza empírica, caracterizada como estudo experimental, que deu à pesquisa o caráter autêntico de escuta do rádio como meio de aferir quais emissoras operam nas faixas de frequências analisadas, além de possibilitar a intermediação entre ouvintes, radialistas, acadêmicos da comunicação social e do rádio das emissoras analisadas, seja no alcance nacional, regional ou local.

Este estudo confronta o paradoxo entre o potencial democratizante das novas tecnologias de comunicação e o processo acelerado de desconstrução tecnossocial da radiodifusão sonora no Brasil, marcado pela migração excludente do AM para o FM (que cria "vazios comunicacionais" em áreas periféricas), pelo desmonte das emissoras públicas (com a ameaça de privatização da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e sucateamento de suas infraestruturas estratégicas), pela manutenção de marcos regulatórios obsoletos que limitam as rádios comunitárias, e pela crescente hegemonia das Big Techs na reconfiguração do espaço midiático - processos que, combinados, intensificam a segregação socioespacial, comprometem o direito à comunicação e demandam urgentes alternativas para a reconstrução de uma geografia da radiodifusão verdadeiramente democrática e inclusivo.

A radiodifusão, enquanto sistema de transmissão unidirecional de conteúdos via ondas eletromagnéticas (Souza, 2010), mantém-se como infraestrutura crítica de comunicação, embora enfrente desafios sem precedentes em sua trajetória centenária. Seu contexto atual é marcado por movimento contraditório: de um lado, a pressão tecnológica das plataformas digitais e, de outro, a persistência de seu valor estratégico como meio universalmente acessível, especialmente em regiões periféricas e situações de crise.

Destaca-se por sua relevância política como instrumento de soberania, arena pública e contrapeso midiático, apresentando vantagens como universalidade, resiliência, capilaridade e eficiência, mas enfrenta desafios como atraso regulatório, concentração, desinvestimento e assimetria tecnológica.

A desconstrução, como problemática geral da pesquisa, envolve em um primeiro momento, o desligamento de emissoras na faixa de Ondas Médias e Ondas Curtas, e conseqüentemente a extinção de emissoras do AM para o FM, a ameaça de privatização da EBC e do próprio patrimônio público, envolvendo seus ativos (edifícios históricos), infraestrutura de transmissão (antenas, transmissores) e o conseqüente

impacto no território urbano. Posteriormente, as limitações regulatórias da radiodifusão comunitária.

As relações estruturais entre Estado, sociedade e território estabelecem uma conexão primordial com o planejamento territorial, urbano e regional, por meio de políticas públicas existentes, agência reguladora e aparato normativo.

Esses processos ocorrem em um contexto político e social marcado pelo embate entre racionalidades hegemônicas de caráter neoliberal, representadas, de um lado, pelas ameaças de extinção das emissoras públicas e, de outro, por racionalidades de resistência que buscam a remodelação da radiodifusão e sua geografia, promovendo o avanço da democratização e da cidadania.

Essa problemática resulta de uma mudança histórica no setor de telecomunicações, com redefinição do papel do Estado, que passa de provedor de serviços desde o período do regime militar ao papel de agente regulador, mediante a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o avanço neoliberal e a privatização das Telecomunicações a partir de 1998. Gualberto (2020) refere-se a esta mudança histórica apontando que:

A soberania brasileira sofria um de seus maiores golpes. Em 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou a maior privatização do setor de telecomunicações ocorrida no mundo até então (Gualberto, 2020).

A tecnologia exerce assim influência direta na geografia da radiodifusão, fundamental para o levantamento do cenário da ocupação do espaço comunicacional radiofônico e o rumo do rádio. A tecnologia é o elemento que constrói o espaço geográfico. Essa é, aliás, a base de toda a teoria do espaço de Milton Santos: as relações entre técnica, espaço e sociedade.

Nesse contexto, a recente evolução tecnológica tornou-se tanto um fator de hegemonia econômica e política quanto um agravante dos processos de segregação socioespacial. A convergência tecnológica entre o rádio, os celulares e a internet – na qual a informação radiofônica se expande para a internet por meio de web rádios e redes sociais – transforma profundamente o cenário da radiodifusão, gerando debates sobre a necessidade de sua completa reatualização ou, até mesmo, sobre o seu possível desaparecimento.

Recentemente, agrega-se a essa problematização geral a importância de discutir a questão do pluralismo regulado dos meios de comunicação social, bem como rediscutir o Artigo 221 da Constituição Federal (Brasil, 2016), no Anexo I, e a Lei no 9612 (Brasil, 1998), no Anexo II, que institui o serviço de Radiodifusão Comunitária. Tais marcos regulatórios são preponderantes para a democratização da comunicação e, portanto, ao fortalecimento das vias populares da radiodifusão, reforçados pela esperança de resgate dos rumos democráticos do país nos próximos anos.

Vale ressaltar que as mudanças que afetam a comunicação radiofônica, com o desligamento e sucateamento da infraestrutura radiofônica, trazem rebatimento no espaço urbano.

Nesse sentido, é fundamental realizar um levantamento das problemáticas e perspectivas dos estudos que impactam a radiodifusão sonora, além de refletir sobre as lacunas existentes que podem ser exploradas para ampliar o conhecimento no campo delimitado. Esses aspectos serão discutidos a seguir:

a) As discussões sobre o rádio expandido e o FM Estendido parecem limitadas se considerar que transmissões de rádios que deixam de operar nas faixas AM (priorizando assim as transmissões no FM) deixando de atender áreas mais distantes territorialmente promovendo a segregação socioespacial;

b) Falta de políticas públicas eficazes que protejam e apoiem de forma consistente a radiodifusão pública e a ampliação das concessões para transmissão de conteúdos radiofônicos educativos e culturais que sejam única e exclusivamente oportunidade para atender grupos de poder que aproveitam da Rede de Retransmissão de Rádio (RTR) como uma forma de ampliar o poder verticalizado, caracterizado pelo coronelismo radiofônico, na Região da Amazônia Legal.

c) Revisão da Lei de Rádios Comunitárias de modo a ampliar seus limites de alcance e potência de transmissão;

d) Carência de debates sobre a comunicação e a radiodifusão e sua relação com o território urbano e o planejamento urbano e regional, de modo a analisar os atores envolvidos nas áreas abandonadas ou não atendidas pelas emissoras de Amplitude Modulada.

A “Geografia da Radiodifusão”, neste estudo, propõe uma análise crítica da distribuição espacial e das dinâmicas político-econômicas do setor no Brasil, articulando três dimensões centrais: a) as relações entre Estado, território e

tecnologia, examinando como políticas públicas e infraestrutura definem a localização e o alcance das emissoras; b) os desafios impostos pelo capitalismo tecnológico e pelo domínio das Big Techs, que concentram a informação e aprofundam desigualdades socioespaciais; e c) as alternativas para democratização, garantindo que emissoras públicas, comunitárias e movimentos sociais tenham voz no cenário midiático. Assim, o conceito refere-se não apenas à distribuição física das emissoras, mas ao seu rebatimento concreto no acesso à informação e na construção da radiocidadania."

Os elementos referenciais do projeto de pesquisa cumprem o papel de um constante olhar sobre o processo de investigação e a estruturação da tese. No entanto, é importante destacar a problematização da pesquisa no âmbito das relações interdisciplinares com o planejamento territorial, urbano e regional.

A problemática da pesquisa reflete o processo de desconstrução tecnossocial da radiodifusão sonora no contexto da globalização e neoliberalização. Esse processo engloba tendências tecnológicas e normativas – incluindo a (des)regulação da mídia –, que remodelam a geografia da radiodifusão, agravam a segregação socioespacial e depreciam o valor da comunicação social e do exercício da cidadania.

Como perguntas da pesquisa, destacam-se:

- Quais são os impactos socioespaciais das tendências normativas e tecnológicas recentes associadas à radiodifusão sonora, decorrentes do processo neoliberal de desconstrução tecnossocial?
- Quais são as pré-condições necessárias para a construção e o fortalecimento da radiocidadania, bem como para a reconfiguração da geografia da comunicação radiofônica?

Como hipótese principal, as tendências normativo-regulatórias que promovem tecnologias hegemônicas, aliadas ao investimento em transmissões via plataformas de streaming, têm contribuído para a desconstrução da radiodifusão pública e das transmissões de longo alcance (Ondas Curtas e Ondas Médias). Esse processo reduz o alcance geográfico das transmissões, acentuando a segregação socioespacial ao limitar o acesso à comunicação social e dificultar a conscientização e a participação de parcelas significativas da população em debates públicos radiofônicos.

As hipóteses secundárias baseiam-se nas normativas que regulam as rádios comunitárias, marcadas por restrições e limitações excessivas, e no recente processo

de migração das emissoras de Amplitude Modulada (AM) para a Frequência Modulada Estendida (eFM), o que marginaliza tanto as rádios comunitárias quanto os ouvintes que não possuem receptores compatíveis com a nova tecnologia. Ambos os processos reproduzem relações socioespaciais hegemônicas e segregacionistas, fundamentadas em dinâmicas contraditórias entre agentes localizados em áreas privilegiadas e aqueles em regiões desatendidas.

Há uma ausência de política pública que preserve a soberania e a autonomia dos serviços de comunicação pública da EBC, o que inclui o aparelhamento técnico (transmissores e seus suprimentos como válvulas para as faixas de 25 e 49 m).

O objeto da pesquisa reside na discussão proposta de uma transição histórica em curso de processos neoliberais de segregação socioespacial, gerados pela evolução tecnológica e de marcos regulatórios da radiodifusão sonora e da mídia, para um possível processo de construção, reconstrução e fortalecimento de alicerces da radiocidadania e de outra geografia da radiodifusão, a do espaço de todos.

O objetivo geral da tese é analisar o processo de desconstrução tecnossocial da radiodifusão sonora, investigando seus reflexos na remodelação da geografia da radiodifusão. Busca-se compreender como esse processo acentua a segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento da radiocidadania.

Os objetivos secundários são os seguintes:

a) compreender a geografia da radiodifusão brasileira – incluindo a distribuição dos serviços e equipamentos - com base nas relações estruturais entre Estado, sociedade e território, considerando as evoluções tecnológicas recentes e as redefinições normativas relacionadas à concessão de outorgas e à implantação dos sistemas técnicos de radiodifusão;

b) desvendar o atual cenário político e econômico globalizado de uma etapa do capitalismo tecnológico, no qual as denominadas empresas Big Techs operam voltadas para o controle dos serviços de informação e comunicação. Ambos, acentuando a desconstrução tecnossocial, a segregação socioespacial e comprometendo o exercício da radiocidadania.

c) diante desse complexo cenário, busca-se refletir sobre uma outra racionalidade, para que haja oportunidade para que emissoras públicas, estatais e comunitárias, Associações de Rádios Comunitárias e Movimentos Sociais para a Democratização da Informação, possam estar no “páreo” da disputa política.

Esse percurso, que buscou esclarecer os limites da radiodifusão sonora, teve ainda outro objetivo: apresentar perspectivas conceituais da radiocidadania. Para isso, foram considerados movimentos pela democratização da comunicação, como o Intervozes e o Fundo Nacional de Democratização da Comunicação FNDC, além da iniciativa da Abraço Brasil, que promoveu debates em transmissões ao vivo entre 2020 e 2023. Essas ações emergiram de racionalidades contra-hegemônicas, fundamentadas no amplo acesso à informação e à comunicação radiofônica, com destaque para as possibilidades de fortalecimento da radiodifusão por meio da capilaridade do alcance e de parcerias entre rádios educativas, universitárias e comunitárias.

As razões da escolha do tema e de sua importância no âmbito das reflexões sobre a sociedade contemporânea, suas relações com o Estado e as questões territoriais são:

a) Reside sobretudo nas discussões sobre a segregação socioespacial e o necessário fortalecimento das relações entre Estado e sociedade, que em perspectiva otimista, consistirá em novas formas de comunicação democrática, exercício de cidadania e resolução gradual de conflitos ou defasagens sócio territoriais;

b) O estudo poderá contribuir para ressaltar igualmente a importância da comunicação social radiofônica no âmbito de movimentos sociais e ações coletivas, e de lugares, comunidades e seus cidadãos ainda isolados ou desatendidos pelo Estado e políticas públicas de caráter territorial e social.

A metodologia da pesquisa foi estruturada em diferentes etapas.

A etapa da pesquisa exploratória, se deu com a prática da escuta de emissoras de rádio, utilizando receptores de rádio e tipos distintos de antenas, o que permitiu coletar dados, tais como, nome da emissora, qualidade do sinal e o conteúdo veiculado pelas emissoras nas faixas de Ondas Curtas.

A pesquisa bibliográfica, permitiu o levantamento de extensa bibliografia relacionada à radiodifusão, a exemplo de artigos, livros, dissertações e teses aliada a pesquisa documental, com acesso a guia de banco de dados de emissoras de rádio e documentos institucionais como Carta de Serviços da EBC e Ofício da Abraço Brasil, Anexo III, direcionado a candidato à presidência.

A etapa da pesquisa-ação, com observação e audição participante, adaptou-se ao período de isolamento da pandemia da Covid-19, permitindo a interação por meio

do chat das transmissões ao vivo e de recados no WhatsApp das emissoras. Essa dinâmica possibilitou o envio de perguntas, a troca de ideias e experiências, ainda que de forma passiva, além de viabilizar a coprodução de conteúdo para atender a demandas relacionadas à importância do rádio e ao tema da cidadania.

Apresentados o escopo da tese e a problemática investigativa, a estrutura do trabalho organiza-se em seis capítulos, os quais buscam explorar de forma abrangente as diferentes dimensões do objeto de estudo.

O primeiro capítulo apresenta a conceituação do tema da radiodifusão e da comunicação social, elementos necessários para sua efetivação, dentro de um ideário democrático de comunicação, para subsidiar a compreensão do atual cenário da comunicação radiofônica e colaborar com a aderência desse tema com cultura do planejamento urbano. Foi realizado um resgate histórico sobre o surgimento do rádio e as fragilidades da legislação do setor, que permitem a concentração de mídia e contrariam o processo de democratização da informação.

O segundo capítulo traz a lente teórica de Milton Santos para construir uma visão abrangente do papel do Estado. Resgata os antecedentes históricos dos serviços de radiodifusão no país e as mudanças sofridas pelo Estado, perdendo sua missão educativa e assumindo uma função ideológica e comercial. São enumerados aspectos regulatórios do setor das telecomunicações e as lacunas legislativas que afetam a radiodifusão pública - incluindo emissoras educativas e comunitárias -, contribuindo para uma desconstrução tecnossocial acelerada, que prejudica principalmente os pequenos grupos do setor de comunicação.

O terceiro capítulo destaca as evoluções tecnológicas e as tendências contemporâneas, de modo a sustentar a hipótese da tese. Nele, aborda-se como as tendências normativo-regulatórias e geopolíticas, decorrentes do processo de globalização, passaram a ser determinadas, a partir da década de 1990, pelas Big Techs. Estas, detentoras dos serviços de internet e das plataformas de transmissão, tornaram-se protagonistas de novos hábitos de consumo e comunicação, gerando impactos significativos no território urbano e reverberações socioespaciais.

O capítulo quatro enfrenta o importante desafio de apresentar o cerne da tese, por meio da pesquisa aplicada e do levantamento do cenário da ocupação do espaço comunicacional radiofônico. Isso envolve a análise da geografia em sua acepção de espacialização e distribuição, tanto nas transmissões hertzianas tradicionais quanto no transbordamento dessas transmissões por meio da internet. São apresentados

dados de infraestrutura, indicadores conjunturais e interação da pesquisa. Para atender ao desafio de levantamento da Geografia da Radiodifusão, são levadas em consideração as variáveis de distribuição geográfica dos equipamentos das emissoras e o alcance dos serviços no território, nas escalas local, regional e nacional, os indicadores as tendências tecnológicas, o cenário da radiodifusão regional e novas formas de se fazer comunicação na Região da Amazônia Legal.

O quinto capítulo explora o tema da acessibilidade social, com foco no rádio como veículo de informação e comunicação. O estudo de Mazzarino (2009) sobre a cidadania da escuta, e os conceitos cidadania e democracia, são discutidos para que se possa dar subsídio teórico para a elaboração do conceito da radiocidadania, no qual são considerados a dimensão de sentimentos de afeto, amizade, gratidão, respeito e valorização do serviço oferecido pela radiodifusão pública, fatores determinantes para a acessibilidade física e social dos cidadãos.

O sexto capítulo traz, em suas considerações, a questão política que envolve a adoção e o uso de novas tecnologias da radiodifusão, além de explorar as ações a serem implementadas em um cenário em que as plataformas de transmissão dominam exponencialmente os meios de comunicação na terceira década do século XXI.

Noventa anos após a ascensão de regimes totalitários no mundo, relatada por Bertold Brecht e apontada por Andrade (2018, p. 11), ao dizer que “Durante o exílio, o dramaturgo vinha declamando poemas de resistência no rádio ou os contrabandeando para dentro da Alemanha”, a radiodifusão tem se prestado recentemente à propagação de racionalidades político-ideológicas controvertidas para a construção e condução da opinião pública, diante do ressurgimento de tendências sociais e políticas antidemocráticas no mundo e no país.

Nesse contexto de incerteza e ameaça à democracia, destaca-se a contribuição de Brecht sobre o papel do rádio, visto como uma forma de resistência aos regimes totalitários. Segundo Zuculoto (2005, p. 2), Brecht “fez análises, sugestões e alertas sobre como desenvolver, trabalhar com o então novo veículo em termos de forma, conteúdo e, especialmente, para conferir-lhe uma função social”.

Evidencia-se a falta de uma política pública no setor de telecomunicações que priorize a radiodifusão, garantindo investimentos para a manutenção e atualização dos equipamentos, de modo a acompanhar os novos desafios tecnológicos e contribuir

como um instrumento essencial para o fortalecimento da soberania nacional e da cidadania da população.

Propõe-se, nesta tese, uma análise do processo de desconstrução tecnossocial da radiodifusão sonora, inserido no contexto da globalização e neoliberalização, fenômenos que intensificam a segregação socioespacial e comprometem o exercício da cidadania.

2 METODOLOGIA

O estudo que fundamenta a tese situa-se no campo de investigação das relações entre o espaço hertziano - espectro eletromagnético destinado a comunicações, radiodifusão e serviços de emergência - e o espaço terrestre. Busca-se, assim, elaborar um debate sobre a questão da acessibilidade física e social à comunicação social, em seu formato radiofônico, com o objetivo de ampliar as discussões sobre as relações entre normas e tecnologias, comunicação e território, democratização e cidadania.

A essência empirista próxima da rua e do espaço virtual (hertziano e ambientes expandidos do rádio para as redes sociais) e do ambiente acadêmico, dá à pesquisa o caráter autêntico de intermediação, de um lado, entre ouvintes e radialistas e, de outro, acadêmicos da comunicação social, do rádio, da geografia humana e dos estudos de planejamento territorial, urbano e regional.

O trabalho apoia-se na importância do papel das teorias para a análise científica dos fenômenos sociais, conforme destacado por Machado *et al.* (2016, p. 279) em pesquisas qualitativas, ao citarem Popper (2004), reforçando a relevância das teorias como ferramentas para compreender e interpretar a realidade: “as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’, na intenção de racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo”.

A proposta desse arcabouço teórico busca explicitar uma articulação de teorias, conceitos ou proposições ideativas estruturantes para a construção de uma abordagem da geografia da comunicação radiofônica, apoiada em relações interdisciplinares do planejamento territorial.

Levou-se em consideração a oportunidade de transitar entre as áreas de geografia, história, ciências sociais e comunicação, e em uma perspectiva de transição a outro possível período histórico, já em curso. Nesse contexto, a comunicação radiofônica pode contribuir para qualificar a consciência social e política, bem como o posicionamento dos cidadãos frente a seus territórios e condições de vida, gerando reverberações graduais que influenciam sua remodelação.

A aproximação com a teoria social e do espaço de Milton Santos possibilitou a seleção de aportes de interesse para estabelecer uma lente teórica de base para leitura da história da radiodifusão brasileira e de sua atualidade, no decurso da

globalização neoliberal e da ação estatal no processo de desconstrução tecnossocial da radiodifusão, com impactos de ordem social e espacial.

Tais aportes do pensamento de Milton Santos tornaram-se fundamentais para análise do pensamento único, hegemônico, e seu *modus operandi* no que denomina de globalização como fábula e perversidade (Santos, 2001). Além disso, as apropriações do pensamento do autor foram importantes para a discussão das relações entre espaço, tempo e técnica, aplicada à evolução tecnológica como variável importante para melhor compreender não só a história da radiodifusão no Brasil, como também os impactos socioespaciais ocasionados por essa evolução.

Alguns outros autores têm ajudado muito a alinhar as vivências empíricas ao mundo das ideias e reflexão teórica ou conceitual.

A temática da geografia da radiodifusão agrega contribuições de diferentes autores, buscando compreender os novos papéis do Estado, a difusão desigual do acesso às tecnologias e suas relações com a segregação socioespacial de parcelas da população.

O tema “rádio” é ancorado no pensamento de pesquisadores da área de Comunicação Social, a saber: Del Bianco (2012), Ferraretto e Kischinhevsky (2010), Kischinhevsky (2007). Os estudos de Milton Santos sobre o território e Dirce Koga sobre os territórios de vida e territórios vividos, dão subsídios para compreender o “uso do território” para os serviços de radiodifusão. Soma-se ainda as contribuições de Moreira (2019) para a abordagem do tema da “geografia da comunicação” e Costa Filho (2021) abordando a “cidadania comunicativa” e “autonomia comunicativa” em Costa Filho (2020), além da não-neutralidade da tecnologia, segundo Orlandi (2023), Gonçalves e Ferreira (2020), Olhar Digital (2018) e Delizoicov e Auler (2011).

Para discorrer sobre a problemática da segregação socioespacial o que se entende pelo conceito de desterritorialização do ouvinte, na escala hertziana, e compreender a geografia da desconstrução, recorre-se a teoria do espaço de Milton Santos, e a seus apontamentos sobre a transição histórica do meio técnico-científico-informacional ao período demográfico ou popular da história. Santos (2004a), em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” permite o desafio de compreender as condições de tirania e violência imposta por atores, como as chamadas *Big Techs*, fundamental para analisar a desconstrução tecnossocial da radiodifusão e a consequente desterritorialização do setor e seu reatamento no território:

Um dos traços do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares (Santos, 2001, p. 38-39).

A perspectiva da radiocidadania é ancorada nas contribuições de Mazzarino (2009) sobre a cidadania da escuta e reforçada na indagação de Milton Santos de haver ou não cidadãos no país.

A tese é apoiada fundamentalmente no espírito utópico dos textos de Bertold Brecht e Walter Benjamin, na órbita da produção radiofônica que antecedeu a 2ª. Guerra Mundial e, ambientando-se na atualidade, pelas contribuições do filósofo Michael Lowy e no esforço de amplas forças políticas e sociais de Aldo Arantes.

A experiência da prática de radioescuta, ampliada para as redes sociais (*YouTube*, sítios eletrônicos e aplicativos), foi determinante para a estratégia de coleta de informações. Essa abordagem sugere uma nova etapa na organização metodológica, apontando para a adoção de práticas não convencionais.

Essa abordagem “não convencional” reside no estudo da radiodifusão por meio da interação direta com docentes pesquisadores do universo da comunicação social, que formam profissionais do rádio. Essa interação trouxe a experiência da condição de fala como ouvinte, saindo da invisibilidade cidadã e sendo acolhido, o que resgata a essência da fenomenologia. Segundo Martins e Teóphilo (2007, p. 44), “o objeto de estudo é o fenômeno, o instrumento é a intuição e o objetivo é entender a relação entre fenômeno e sua essência”. Os autores reforçam ainda que “a fenomenologia se fundamenta na busca do conhecimento a partir da descrição das experiências como estas são vividas, não havendo separação entre sujeito e objeto”. Nesse contexto, a utilização de uma plataforma não hegemônica determinou a estratégia principal da pesquisa: a pesquisa-ação.

As vivências do autor entre 2019 e 2024, interagindo com o rádio de antena, o meio acadêmico e as redes sociais - por meio de perguntas direcionadas a pesquisadores participantes de transmissões ao vivo e integrantes de grupos de pesquisa da Comunicação Social da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Mato Grosso, além da interação com a Associação de Rádios Comunitárias (Abraço

Brasil) - contribuíram para acreditar que a gênese de uma nova geografia da radiodifusão é possível, desde que o caminho da regulamentação dos serviços de radiodifusão seja revisto e modificado.

As transmissões ao vivo, realizadas entre 2020 e 2024, buscaram apresentar uma síntese de debates que envolveram temas como o futuro do rádio diante das tendências de migração do AM para o FM, o centenário do rádio, a digitalização da Rádio Nacional da Amazônia, as ameaças de privatização da EBC, o possível fechamento da Rádio MEC e os impactos da extinção de emissoras em AM, discutindo as consequências para a comunicação regional, a perda de alcance em áreas remotas e os desafios para a sobrevivência do meio analógico em um cenário de migração tecnológica. Os encontros virtuais destacaram o papel da tecnologia diante da urgência mundial pela comunicação em tempos de pandemia, constituindo um novo espaço de convívio social e espaço de debates e união de amplas frentes pela comunicação democrática.

A rica experiência da interação com transmissões ao vivo durante a pandemia da Covid-19, entre 2020 e 2022, abordou temas estruturais da pesquisa, como a democratização da tecnologia, o futuro do rádio, a radiodifusão pública, práticas de resistência, pesquisas em rádio, rádios comunitárias e educativas, economia regional, o centenário do rádio, a figura do Padre Landell de Moura, as mulheres e o rádio, as novas tecnologias, e a comunicação como elemento da soberania nacional.

Não cabe na tese e muito menos nesse capítulo destacar cada interação na íntegra, porém cada encontro trouxe oportunidade para a construção de conexões que jamais seriam possíveis sem o auxílio da plataforma da internet, em tão pouco tempo, com tantas instituições de ensino e pesquisa e a reunião de docentes pesquisadores que podem trazer uma possibilidade de agrupar os responsáveis pelo estado da arte da comunicação social e da radiodifusão pública e comunitária.

É importante destacar que todas as falas utilizadas nesta pesquisa foram coletadas a partir de áudios disponibilizados publicamente, tanto nas transmissões diárias da Rádio Nacional da Amazônia (via sinal de antena, sítio eletrônico e aplicativo Rádios EBC) quanto em outras plataformas. Dessa forma, não houve necessidade de aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa.

A análise é reforçada com proposta de nova legislação geral para o setor da radiodifusão, na qual a iniciativa de diferentes entidades e movimentos sociais

permitem pensar a regulação da comunicação em resistência ao modelo regulatório hegemônico, ampliando a concentração da mídia no Brasil.

2.1 Estratégias da Pesquisa - escolhas metodológicas

A pesquisa apresenta a característica de “estudo experimental”, de acordo com a consideração de Martins e Teóphilo (2007, p. 53) diante do tratamento conceitual de Kerlinger (1991):

[...] a pesquisa experimental pode ser considerada o ideal da ciência porque as respostas as questões de pesquisa obtidas em experimentos são no total mais claras e menos ambíguas do que as respostas obtidas em pesquisas não-experimentais (Kerlinger, 1991, p. 120).

A metodologia da pesquisa esteve estruturada em diferentes atividades realizadas concomitantemente. Entre elas, a pesquisa exploratória (com a prática da escuta de emissoras de rádio, a pesquisa bibliográfica, e a pesquisa documental) e a pesquisa-ação, com a participação inicial na condição de ouvinte passivo em transmissões ao vivo da Intercom, com grupos de pesquisa sobre o rádio e a grade de programação das emissoras Rádio Brasil Atual, Rádios Comunitárias da Rede Abraço Brasil. Posteriormente, como ouvinte ativo da Rádio Nacional da Amazônia, atendendo as demandas de pautas da programação dessa emissora pública.

2.2 Prática da radioescuta

A primeira etapa da pesquisa, se deu com a prática da radioescuta utilizando receptores de rádio e tipos distintos de antenas, sejam interna aos aparelhos, sejam externas, essas acopladas externamente ao receptor para melhoria da recepção do sinal, tendo em vista que a recepção de longas distâncias, em Ondas Curtas ou Ondas Médias em grandes áreas urbanizadas recebem muita interferência de equipamentos eletrônicos, a exemplo de lâmpadas de led, roteadores de internet, fontes de alimentação de celular e microcomputadores.

A prática da escuta permitiu coletar dados técnicos, tais como, nome da emissora, frequência e horário da recepção, qualidade do sinal recebido e o conteúdo veiculado pelas emissoras, na maioria das vezes, nas faixas de Ondas Curtas. Para arquivar essas informações foram utilizados aplicativos como o *Skywave Schedules*,

e Programação e Horário de Ondas Curtas, disponíveis na loja de aplicativos Google (*PlayStore*), sendo responsáveis para melhor familiarização com a prática da escuta e para melhor organização das informações de quais e quantas emissoras estavam em operação, sua localização geográfica, conteúdo veiculado e o público-alvo. Esses aplicativos eram constantemente atualizados pela internet, oferecendo sempre um guia de emissoras em operação, em escala mundial, substituindo tradicionais publicações em papel, conhecidas como de Guia, Catálogo ou Agenda Mundial de Emissoras de Rádio e TV's, como o *World Radio TV Handbook* (WRTH) e o *Passport to World Band Radio*.

A prática da escuta de emissoras em Ondas Médias e Frequência Modulada se deu, quase em sua totalidade, na própria residência do autor, -23, 156162°, -45,892586°, Zona Norte de São José dos Campos, SP, ou em seu veículo, em curtos deslocamentos para seu local de trabalho, Zona Oeste do município, entre o período das 6h30min às 7h e 17h às 18h.

Como parte da fase exploratória foi realizado um investimento em receptores de mesa e receptores portáteis para a prática da escuta de emissoras nas faixas AM, FM e DRM, acompanhando inclusive os testes de digitalização da Rádio Nacional da Amazônia entre dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

O objetivo de utilizar diferentes tipos de receptores e antenas para escuta radiofônica foi comparar a qualidade da recepção - seja pela natureza tecnológica, receptores transistorizados ou microprocessadores especializados em processamento digital, permitindo melhor sensibilidade e seletividade na escala digital de sintonia, ou seja, evitando que emissoras muito próximas da faixa de frequência interfiram na sintonia – seja pela modalidade das faixas de transmissão: Ondas Médias, Ondas Curtas ou FM.

Essa técnica permitiu estar de perto e de dentro do ambiente da comunicação pública, independente de planos de conexão de dados.

2.4 Pesquisa bibliográfica

Na fase exploratória, inicial da pesquisa, foi utilizado como procedimento o levantamento de extensa bibliografia relacionada à radiodifusão para se conhecer o estado da arte dos estudos, a exemplo de artigos, livros, dissertações e teses. Essa

estratégia foi estendida até o terceiro trimestre de 2024, período em que entrou em vigor a Lei 14.814/2024 e ocorreu a segunda qualificação da tese.

Com essa pesquisa e análise foi possível identificar grupos de estudo na área de comunicação e história da mídia que também discutem o futuro do rádio no Brasil. Entre eles, destaca-se a produção de livros e artigos de docentes e pesquisadores da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e Alcar (Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia).

Esse procedimento teve como objetivo: a) obter familiaridade com os temas da comunicação radiofônica, mídia sonora e geografia da comunicação; b) direcionar o autor para temas específicos, sejam ligados à radiodifusão, ou mesmo ao estudo do território, espaço e sociedade; c) orientar-se para extrair dados de forma mais aprofundada, além de auxiliar na filtragem de material acumulado.

Entre os documentos técnicos utilizados como apoio à prática da escuta em ondas curtas, destacam-se o anuário WRTH (World Radio TV Handbook), edições de 2010 e 2022, os boletins mensais “Radio DX Brasil”, editado pela Associação DX do Brasil, e a “Carta de Serviços” da Empresa Brasil de Comunicação (2023).

Somam-se ainda Censos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Séries Históricas de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e dados do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos (IBGE, 2025)⁷. Os dados utilizados geraram tabelas gráficos e mapas que são descritos no decorrer dos capítulos.

2.5 Observação e Audição participante

A observação participante e a audição participante foram procedimentos de método adaptados à condição do isolamento durante a COVID-19 e de ouvinte ativo em programações radiofônicas diárias.

Diante do período de isolamento da Pandemia da Covid-19, entre os anos de 2020 e 2021 procurou-se interagir com grupos que utilizam o rádio como meio de informação ou lazer no seu dia a dia. Para isso, a observação participante, nas

⁷ Segundo a descrição do Atlas na loja virtual do IBGE, “A homenagem feita ao geógrafo Milton Santos na denominação atual do Atlas reitera a afinidade existente entre a missão do IBGE e a visão geográfica de um espaço em constante transformação ao longo do tempo”.

interações sociais cotidianas, foi uma forma de adaptação fundamental para que a pesquisa não ficasse dependendo de atividades presenciais.

Uma nova fase iniciou-se, com atenção aos conteúdos relacionados à:

a) programação diária do jornalismo independente, com noticiários do cenário político, econômico e social (Rádio Brasil Atual e portal Brasil de Fato);

b) programas de entrevistas, como “Abraço Entrevista” e “No rádio e nas redes” (Abraço Brasil), com temas relacionados à cultura popular, saúde pública, educação e à luta pela democratização da comunicação e da radiodifusão comunitária.

Em relação à técnica da observação participante, Alonso (2016, p. 10) aponta que “a preocupação de fundo dessa técnica é entender como regras, hábitos, padrões sociais são vivenciados cotidianamente pelos indivíduos”.

A aproximação com esse universo buscou elencar problemáticas da radiodifusão e, em particular, relacionadas ao futuro do rádio, ao centenário da radiodifusão brasileira (entre 2019 e 2023), ao processo de migração do AM para o FM e à luta pela democratização da comunicação das rádios comunitárias, constituindo conteúdos necessários para o encadeamento teórico-empírico de sustentação da hipótese de pesquisa.

Foram consideradas treze transmissões ao vivo, pela rede social *YouTube*, nas quais formulou-se perguntas relacionadas aos temas radiodifusão, tecnologia e migração AM FM, direcionadas aos docentes pesquisadores das principais Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras – que formam profissionais do rádio e da comunicação social – além do então presidente da EBC, o Jornalista Hélio Doyle.

Essa dinâmica de interação trouxe uma particularidade para a tese: utilizar do rádio e dos formatos em que o veículo transborda para a internet - por meio de aplicativos, redes sociais, web rádios e até *podcast* - constituiu uma estratégia particularmente proveitosa, possibilitando ir além dos limites físicos regionais ou até o ponto em que a transmissão de antena alcançava. A interação por meio do *chat* das transmissões ao vivo e recados no *WhatsApp* das emissoras permitiram assim o envio de perguntas e troca de ideias e experiências.

As respostas veiculadas na programação ao vivo, em transmissão de domínio público, excluiu a necessidade de aprovação de comitê de ética.

As interações com os programas Ranchinho do Guaracy (Rádio Brasil Atual FM), Abraço Entrevista e No Rádio e nas Redes (Abraço Brasil), Ponto de Encontro e Nacional Jovem (Rádio Nacional da Amazônia) – melhor explicitadas adiante no texto

– definem a dimensão das interações realizadas nas escalas local, regional e nacional, que dependeram exclusivamente das redes sociais para se manterem como canal de pesquisa por meio do próprio rádio.

Tal iniciativa de pesquisa, desvinculada de infraestrutura própria — como espaço físico, equipamentos de transmissão, antenas e concessão de outorga junto à Anatel, o órgão regulador —, seguiria a experiência independente de muitos grupos que, por meio da produção de podcasts, web rádios e redes sociais, compartilham seu conteúdo, alcançando proporções e alcances muitas vezes ilimitados.

2.6 Pesquisa-ação

Diversos termos têm sido utilizados para denominar estratégias de pesquisa participativas, entre elas, pesquisa participante, pesquisa participativa, investigação-ação, pesquisa-ação, dentre outros (Martins; Teóphilo, 2007, p. 71).

Entre as particularidades da pesquisa-ação, Martins e Teóphilo (2007, p. 71) destacam o “propósito de ação planejada sobre os problemas detectados”.

Diante da proposta de Martins e Teóphilo (2007) de metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas, baseada “na ideia de que a geração do conhecimento científico se processa em um campo dinâmico, formado pela articulação de polos ou instâncias”, parte da pesquisa de doutoramento identifica-se com a Pesquisa-Ação na medida que “tem sido definida como um tipo de investigação participante que tem como característica peculiar o propósito de ação planejada sobre os problemas detectados”, Martins e Teóphilo (2007, p. 71), no caso, aqui, a problemática do processo de desconstrução e ameaça das transmissões em Amplitude Modulada, nas faixas de Ondas Curtas e Ondas Médias.

A entrevista com o jornalista Jonas Valente, cedida para a radialista Rejane Barros discutindo a privatização da EBC em Abraço Brasil (2021), foi determinante para que uma nova e profícua fase da pesquisa fosse conquistada. A incorporação do papel da Abraço em artigo apresentado no Seminário do Planejamento Urbano e Regional da Univap, em 2022, que incluía a importância da Rede de Rádios Comunitárias, Abraço Brasil, na luta pela democratização da comunicação trouxe oportunidade para interação em novas entrevistas da Abraço.

Em um primeiro momento da pesquisa, a interação com as emissoras comunitárias A Voz do Povo, em Arapiraca, AL, e a rádio CPA FM, em Campo Grande, MT, entre os anos de 2022 e 2023, foram importantes para reconhecer o papel da radiodifusão comunitária no debate da geografia da radiodifusão, incluindo servidores da comunicação pública, docentes da comunicação radiofônica e radialistas e líderes de comunidades e favelas que se apropriam da comunicação horizontalizada. Essa dinâmica caracterizou a técnica da audição participante.

O transbordamento dessas emissoras comunitárias, por meio das redes sociais *YouTube* e *Facebook*, transpõe a barreira imposta na regulação das rádios comunitárias, que limita o alcance de transmissão a apenas 1 quilômetro de distância, e 25 watts de potência. A aproximação com as emissoras associadas a Abraço Brasil permitiu participar de entrevistas e do “Seminário da Abraço Brasil: 123 anos do rádio no Brasil e no mundo - do Padre Landell às rádios comunitárias”, em 2022.

A experiência da “audição participante” de diferentes segmentos e grupos aponta que as estratégias de respostas coletadas dos docentes pesquisadores nas transmissões ao vivo da Intercom, Abraço Brasil e das narrativas das falas de ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia (RNA), no que diz respeito às condições de recepção e serviços de utilidade pública, são relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, pois agrega a coparticipação de docentes e pesquisadores convidados para as transmissões ao vivo, ouvintes de ondas curtas que interagem com recados para familiares e amigos, na Região da Amazônia Legal, e dos próprios locutores, que são intermediadores entre os ouvintes de uma maneira geral, à pesquisa.

É prudente esclarecer que diante de um processo de migração de emissoras em AM para o FM, o esforço em tentar obter a recepção dos sinais “sobreviventes” no dial analógico, pode não condizer com a realidade de muitos dos ouvintes do país, porém, seria imprudente não tentar entender em que locais ou como a radiodifusão em Ondas Curtas alcança ou não, os domicílios brasileiros.

Nesse sentido, de uma forma orgânica, determinou-se fluxo da pesquisa como aquele que permitiu que, em um segundo momento da pesquisa, fosse realizada a interação ativa, na modalidade *outsider*, com a programação diária de emissoras da Rádio Nacional da Amazônia, em 2023, sediada em Brasília, DF. O meio de recepção utilizado foi o sítio eletrônico da emissora e pelo aplicativo Rádios EBC. A rede social *WhatsApp* foi determinante para estabelecer canal direto de comunicação com os locutores ao vivo, no estúdio. Além de descrever a questão técnica, foi uma

oportunidade de deixar pública a pesquisa, valorizando o papel do rádio em Ondas Curtas, na oportunidade de interação que rebatia da locutora para os ouvintes, em suas diversas modalidades de recepção.

Nesse trabalho, entre o que se ouve e o que se vê, o esforço em tentar ouvir é também tentar se ver no lugar de quem não tem acesso aos meios privados das plataformas de transmissão, em comparação com a aparente parafernália técnica de receptores e antenas, e busca por um canto na casa, ou no bairro para “tentar lograr um sinal” da radiodifusão pública.

Foi realizado juntamente com “atores” da pesquisa (representados pelos locutores, radialistas e acadêmicos do rádio, dentro da grade de produção radiofônica da Rádio Brasil Atual, Rede Abraço Brasil e Rádio Nacional da Amazônia), perguntas e questionamentos relacionados à Migração do AM para FM; o futuro do rádio e o alcance das transmissões a populações de áreas mais distantes dos grandes centros urbanos (que dependem exclusivamente da comunicação radiofônica de antena e pilha), promovendo interlocuções produtivas diante de tendências tecnológicas excludentes.

2.7 Netnografia: e a voz do território

Em meio ao objetivo de investigação da geografia da radiodifusão, levando em consideração que os serviços de telecomunicações e, em especial, os da radiodifusão sonora que, no cenário de convergência digital, se expandem do rádio de antena para a internet e redes sociais, a pesquisa científica na internet se torna, conforme aponta Soares (2021, p.1), “parte essencial do conhecimento humanístico contemporâneo”.

A netnografia traz a oportunidade para a pesquisa de entender esse novo rádio na atualidade que reverbera diferentes opiniões em comunidades e grupos de discussão. A extração da representação qualitativa de dados, por meio de comentários como “o rádio acabou”, teve como objetivo ir além da ideia de que o rádio é efêmero. Foi uma estratégia para aproximar-se da opinião popular e dela obter novas leituras e reflexões.

Em um primeiro momento, a modalidade de observação adotada durante as interações, na maior parte dos grupos de redes sociais, com grupos de radioescuta, foi do tipo *insider*. Segundo Alonso (2016, p. 11) é a modalidade na qual “o

pesquisador opera incógnito. Assume uma identidade no interior do grupo que possibilita estudar e agir como se fosse um membro”.

Seria imprudente não considerar as representações que se têm de usuários das redes sociais diante de produção de conteúdo muitas vezes não contextualizadas em publicações públicas de grupos ligados ao hábito da rádio escuta ou escuta de rádio.

O impulso desse arcabouço que descola de teorias fechadas, permite a permeabilidade de entendimento para enxergar as fontes e ser um sujeito histórico para ter condição de agir nas fibras do sistema perverso e paternalista da comunicação de massa.

2.8 Cartografia e Geoprocessamento

A utilização da cartografia e do geoprocessamento é ferramenta preponderante para compor o cerne da pesquisa: o levantamento do cenário da ocupação do espaço comunicacional radiofônico e o rebatimento no espaço urbano e regional. São levadas em consideração, duas variáveis principais: distribuição das emissoras e alcance dos serviços no território, por meio de uma rede de ouvintes.

Esta tese se origina no campo do Planejamento Urbano e Regional, mas dialoga intensamente com os Estudos da Comunicação para compreender a Geografia da Radiodifusão - particularmente os processos de transformação tecnossocial que reconfiguram o espaço comunicacional brasileiro.

Como propósito, representar cartograficamente o universo da radiodifusão e da comunicação pública, a partir de dados geográficos abertos do catálogo de metadados do Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais – SIG Brasil, disponível no portal da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com acesso a dados geoespaciais produzidos ou mantidos e geridos nas instituições de governo brasileiras como Anatel, do próprio IBGE e do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos.

Outras instituições como o Ministério das Comunicações (MCom), Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), Rede de Rádios Parceiras, Rede Católica de Rádio, Rede de Rádios Universitárias (Rubra) e Rede de Emissoras Afiliadas da TV Brasil foram utilizadas para a elaboração de cartografia digital.

É importante mencionar que os dados utilizados na pesquisa são provenientes do Censo do IBGE de 2010, que representa a melhor referência de dados consolidados disponíveis. Esses dados incluem informações sobre "posse de bens duráveis", como o rádio.

Já, o Censo de 2022, é mais voltado a temas como conectividade e outras características socioeconômicas mais recentes (IBGE, 2022).

Apesar de a PNAD Contínua TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) apresentar dados mais atuais, como acesso à internet e posse de equipamentos, ela não inclui informações sobre o rádio.

Somam-se aos dados empíricos da prática da radioescuta, que permitiu “especializar” as interações dos ouvintes do Programa Ponto de Encontro, a elaboração de mapas da distribuição da audiência. Esses mapas foram construídos com base no fluxo de mensagens de recados dos ouvintes (origem e destino), nas singularidades do cotidiano dos ouvintes do rádio público — como questões relacionadas a transporte, acesso a serviços de saúde e contato com familiares —, e nos limites de alcance da transmissão hertziana. Dessa forma, foi possível mensurar a importância da radiodifusão sonora para os moradores da Região da Amazônia Legal e demais ouvintes do território nacional e continental.

Outro levantamento realizado foi o mapeamento da formação das redes de rádios do Sistema Rádios EBC, Rede Abraço Brasil, de rádios comunitárias e Rede de Rádios Católicas.

A confrontação entre os dados estatísticos do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Mapa da Inclusão Digital de 2009 (Atlas Nacional Milton Santos), os dados dos serviços de Telecomunicações oferecidos pela Anatel e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — tendo como referência a posse de rádio, televisão, microcomputadores e acesso à internet — é determinante para a análise do impacto das tendências tecnológicas no território e na acessibilidade aos bens e serviços.

Estudos da área de comunicação social, como de Ballesteros López (2020) e Melo e Prata (2015), se apropriam das expressões “mapa”, “cartografia” e “geografia”, porém, sem explorar a amplitude da ciência geográfica e dos recursos de representação, nos aspectos da organização, visualização e análise da informação. São apresentados tabelas e quadros com informações que podem ser melhores

representadas em outras formas de representação visual, seja na busca de representação espacial, na comunicação e visualização dos dados, na análise espacial, navegação e orientação e no planejamento e gestão do território.

A representação do cenário da radiodifusão brasileira diante das tendências tecnológicas tem o objetivo de propor uma nova leitura sobre o espaço radiofônico como dimensão integradora do urbano e rural, além de oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que garantam melhores condições à comunicação pública e comunitária, assegurando a acessibilidade física e social dos cidadãos.

3 RADIODIFUSÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O centenário das primeiras transmissões radiofônicas brasileiras ocorre em um cenário marcado pela corrida tecnológica e pela convergência midiática. Nesse contexto, o tema da radiodifusão merece atenção especial devido às transformações e ameaças que enfrenta, como a migração e o possível desaparecimento dos meios de comunicação radiofônicos tradicionais — caso do rádio de antena e pilha, que opera em Amplitude Modulada (AM) e possui longo alcance —, substituídos por plataformas e equipamentos dependentes dos serviços de internet e modelos de negócios controlados pelas *Big Techs*.

3.1 Radiodifusão

O primeiro capítulo da tese propôs apresentar o tema da radiodifusão em uma linguagem menos tecnicista além de reforçar seu papel na comunicação social e sua efetiva importância no processo de uma nova redemocratização diante da tendência política ultraliberal, na terceira década do século XXI, que ameaça a comunicação pública e se fortalece nas lacunas legislativas de regulação da radiodifusão e das redes sociais.

Apresentado o tema amplo, a radiodifusão, é importante deixar claro a importância do rádio no cotidiano. Ferraretto esclarece que:

O rádio é, por definição, um meio dinâmico. Está presente lá, onde a notícia acontece, transmitindo-a em tempo real para o ouvinte. Também aparece ali, onde se faz necessária uma canção para espairecer ou enlevar. E chega acolá, naquele cantinho humilde a carecer de uma palavra de apoio, de conforto ou, quem sabe, de indignação (Ferraretto, 2014, p. 13).

O rádio, desde sua invenção, continua a exercer seu protagonismo. Ferraretto descreve que:

Neste século XXI de tantas tecnologias e, por vezes, de poucas humanidades, constitui-se por natureza, e cada vez mais, em um instrumento de diálogo, atento às demandas do público e cioso por dizer o que as pessoas necessitam e desejam ouvir em seu dia a dia. Tudo de forma simples, clara, direta e objetiva (Ferraretto, 2014, p. 13).

Essa capacidade de se adaptar às tendências tecnológicas, reforça sua natureza de resistência e justifica a importância desse veículo na pesquisa, destacando o protagonismo do padre brasileiro Landell de Moura nos primórdios de sua invenção, e novo rádio que por meio da internet, “transborda” para as redes sociais, unindo web rádios, rádios públicas, rádios universitárias e rádios comunitárias com o propósito de democratizar a informação, de modo a colaborar com a formação do cidadão.

3.1.1 Fundamentos e regulamentação da radiodifusão: espectro radioelétrico e aspectos legais

O estudo da radiodifusão demandou, essencialmente, a acessibilidade ao tema, de modo a apresentar ambientação a natureza técnica e regulatória para que se pudesse entender suas generalidades, finalidades e classificação dos serviços.

Partindo da recente ferramenta de processamento de linguagem natural orientada por Inteligência Artificial (IA) chamada de *DeepSeek*, a radiodifusão é definida como:

A radiodifusão é um serviço de comunicação que consiste na transmissão de sinais de áudio, vídeo ou outros conteúdos por meio de ondas eletromagnéticas, com o objetivo de alcançar um público amplo e disperso. Esse serviço é caracterizado por ser unidirecional, ou seja, a transmissão é feita de um ponto central (emissora) para múltiplos receptores (ouvintes ou telespectadores), sem interação direta entre eles (*DeepSeek*, 2025b).

Souza (2010, p. 10) apresenta a conceituação técnica da radiodifusão:

A radiodifusão é a transmissão de ondas de radiofrequência que se propagam eletromagneticamente em diversas frequências através do espaço. É o meio de comunicação ao qual a maioria da população tem acesso como ouvinte. (Souza, 2010)

Ferraretto (2014, p. 17) reconhece que “tornou-se ultrapassada a ideia da radiodifusão como conceito dominante em rádio e em televisão”, diante do tipo de serviço oferecido a partir da virada do século XX para XXI. Nesse sentido, nas irradiações por ondas eletromagnéticas, compreende dois tipos de serviço: a radiodifusão sonora – rádio – e a radiodifusão de sons e imagens – televisão (Quadro 1).

O decreto Nº 10.326, de 2020 (Brasil, 2020), que substitui o decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, aprova o regulamento dos serviços de radiodifusão, que por meio do Artigo 1º. define por generalidades:

Os serviços de radiodifusão compreendendo a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral.

Da finalidade dos serviços, o capítulo II do Decreto N° 10.326, de 2020 descreve que:

Art. 3º. Os serviços de radiodifusão têm finalidade educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo e são considerados de interesse nacional, sendo permitida, apenas a exploração comercial dos mesmos, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade (Brasil, 2020).

Quadro 1 - Classificação dos serviços de radiodifusão.

Tipo de transmissão	<ul style="list-style-type: none"> • de sons (radiodifusão sonora) • de sons e imagens (televisão)
Área dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> • local • regional • nacional
Tipo de modulação	<ul style="list-style-type: none"> • amplitude modulada (AM) • frequência modulada (FM)
Tempo de funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> • de horário limitado • de horário ilimitado

Fonte: Adaptado de Brasil (2020).

O espectro da radiofrequência é definido por diferentes serviços e para isso foram designados frequências e tipos de emissão, segundo (Halász, 1993, p. 56).

Quanto à classificação dos serviços de radiodifusão descritas no Art. 4º., eles se organizam conforme a tabela 1, e, em relação à faixa de frequência, conforme a tabela 2:

Tabela 1 - Classificação dos serviços de radiodifusão quanto à faixa de frequência e comprimento de ondas radioelétricas.

Faixa de frequência	Banda de frequência	Subdivisão métrica das ondas	Classificação popular
535 a 1.605 Kc/s	média frequência (MF)	onda hectométrica	onda média
2.300 a 2.490 Kc/s	média frequência (MF)	onda hectométrica	onda tropical
3.200 a 3.400 Kc/s	alta frequência (HF)	onda decamétrica	onda tropical
4.750 a 4.995 Kc/s	alta frequência (HF)	onda decamétrica	onda tropical
5.005 a 5.060 Kc/s	alta frequência (HF)	onda decamétrica	onda tropical
5.950 a 21.750 Kc/s	alta frequência (HF)	onda decamétrica	onda curta
30 a 300 Mc/s	muito alta frequência (VHF)	onda métrica	onda muito curta
300 a 3.000 Mc/s	ultra alta frequência (UHF)	onda decimétrica	onda ultracurta

Fonte: Adaptado de Brasil (2020).

Segundo o *DeepSeek* (2025c), a transmissão em Amplitude Modulada (AM) ocorre em várias faixas de frequências de modo que “[...] permite atender a diferentes necessidades de cobertura, propagação e regulamentação”. A plataforma menciona ainda que “sua capacidade de alcance e simplicidade técnica a mantêm relevante, especialmente em regiões onde outras tecnologias ainda não são viáveis”. Os motivos e características dessas faixas são:

A modulação em amplitude é mais simples e foi uma das primeiras técnicas utilizadas para transmissão de rádio. O sinal AM é mais suscetível a interferências (como ruídos atmosféricos e interferências elétricas), mas tem a vantagem de ser capaz de percorrer longas distâncias, especialmente à noite, devido à reflexão das ondas na ionosfera

A transmissão em AM é dividida em diferentes faixas de frequência, cada uma com características específicas.

Ondas Médias (OM) - 530 kHz a 1.710 kHz, têm alcance regional, podendo cobrir centenas de quilômetros durante o dia.

Ondas Tropicais - 2.300 kHz a 5.060 kHz, projetadas para regiões tropicais, onde as condições de propagação são diferentes devido à alta umidade e temperatura.

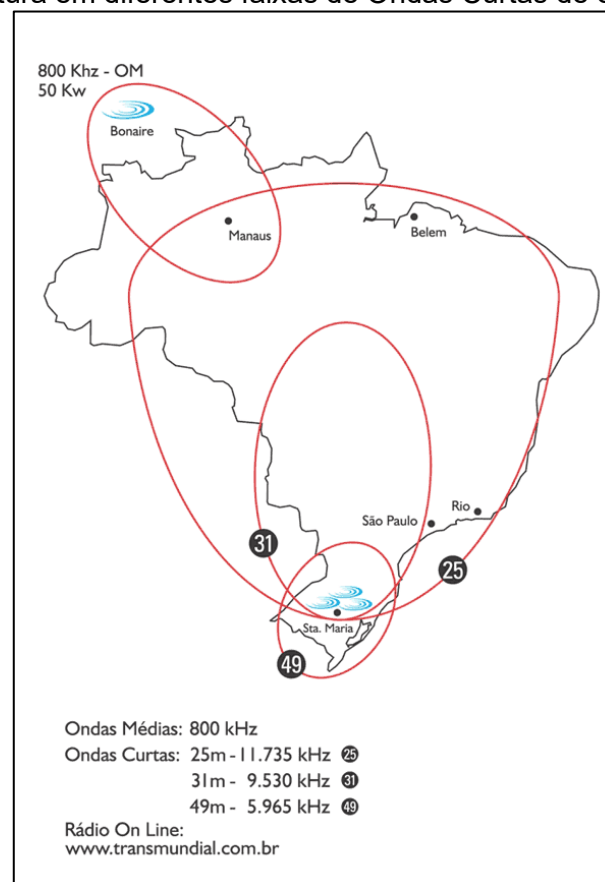
Ondas Curtas (OC) - 5.900 kHz a 26.100 kHz, têm a capacidade de refletir na ionosfera, permitindo que o sinal alcance grandes distâncias, inclusive internacionais. A propagação varia conforme a hora do dia, a estação do ano e a atividade solar.

A divisão em várias faixas de frequência para transmissão AM atende a diferentes necessidades: a) Cobertura Geográfica - Ondas Médias: ideais para cobertura regional; Ondas Curtas: ideais para cobertura nacional e internacional; b) Condições de propagação - a propagação das ondas de rádio varia conforme a frequência e as condições atmosféricas. Ter várias faixas permite escolher a melhor opção para cada situação; c) Redução de

interferências - ao distribuir as emissoras em diferentes faixas, reduz-se a sobreposição de sinais e as interferências entre estações; d) Regulamentação e Organização do Espectro - As faixas de frequência são regulamentadas internacionalmente por órgãos como a UIT (União Internacional de Telecomunicações). A divisão em faixas permite uma gestão organizada do espectro eletromagnético, evitando conflitos entre países e serviços; e) Flexibilidade de uso: Diferentes faixas atendem a diferentes propósitos, como transmissões locais, regionais, nacionais e internacionais (DeepSeek, 2025c).

A proposta de estudar a radiodifusão pública requer necessariamente uma abordagem didática que permita compreender tanto as dimensões da pesquisa quanto o impacto das transformações no setor de telecomunicações, particularmente na comunicação radiofônica em AM (Ondas Médias) e OC (Ondas Curtas). Para ilustrar esse contexto, a figura 1 apresenta a cobertura de uma emissora brasileira em diferentes faixas de ondas curtas, destacando as características de propagação nas frequências de 25m (11,6-12,1 MHz), 31m (9,4-9,9 MHz) e 49m (5,9-6,2 MHz).

Figura 1 - Cobertura em diferentes faixas de Ondas Curtas de emissora brasileira.



Fonte: DX e Radioescuta (2010).

Nesse sentido, Aguiar (2019, p. 26) esclarece que “no início da radiodifusão, a divisão das frequências não era organizada, o que causava muitas interferências”. Salienta ainda que “as faixas foram alteradas algumas vezes ao longo dos anos, conforme a necessidade e a evolução das técnicas de comunicação.

Essa distribuição permite que as transmissões radiofônicas alcancem a maior parte do território, tendo em vista que “a propagação é influenciada, em sentido positivo, pelas atividades solares, e, em sentido negativo, pelas atividades geomagnéticas”, aponta Halász (1993).

A explicação de Fossá (1994, p. 14) permite ampliar essa ambientação da escala, ao esclarecer que:

São muitos os serviços que utilizam a onda curta para comunicações, e como cada estação ocupa um pequeno número de frequência ou canal⁸, é fácil compreender ser limitado o número de estações que podem trabalhar ao mesmo tempo sem se prejudicar entre si (Fossá, 1994).

Na ocasião da publicação de seu livro, Fossá informava que as faixas utilizadas no Brasil eram as de 75, 41, 22, 13 e 11 metros. O autor complementa que a “frequência ótima de trabalho”, ou de transmissão, depende das condições de ionização das camadas, de gás ionizado da atmosfera.

A variação de ionização dessas camadas com o número de manchas solares, estações do ano, dia e hora, explicam a necessidade de alterar as frequências das emissões, algumas vezes, durante o ano e de normalmente serem diferentes as frequências das transmissões diurnas e noturnas (Fossá, p. 19).

Braga (2022a) apresenta na tabela 2 a distribuição das faixas de ondas de rádio destinadas a emissoras de *broadcasting*.

⁸ A exemplo das transmissões em ondas curtas da Rádio Nacional da Amazônia em 25m, na frequência de 11.780 kHz, e 49m na frequência de 6.180 kHz.

Tabela 2 - Frequências em Ondas Curtas.

Faixa em kHz	Banda (MHz)	Metros
2 300 - 2 495	2	120
3 200 - 3 400	3	90
3 900 - 4 000	4	75
4 750 - 5 060	5	60
5 950 - 6 200	6	49
7 100 - 7 300	7	41
9 500 - 9 775	9	31
11 700 - 11 975	11	25
15 100 - 15 450	15	19
17 700 - 17 900	17	16
21 450 - 21 750	21	13
25 600 - 26 100	26	11

Fonte: Braga (2022a).

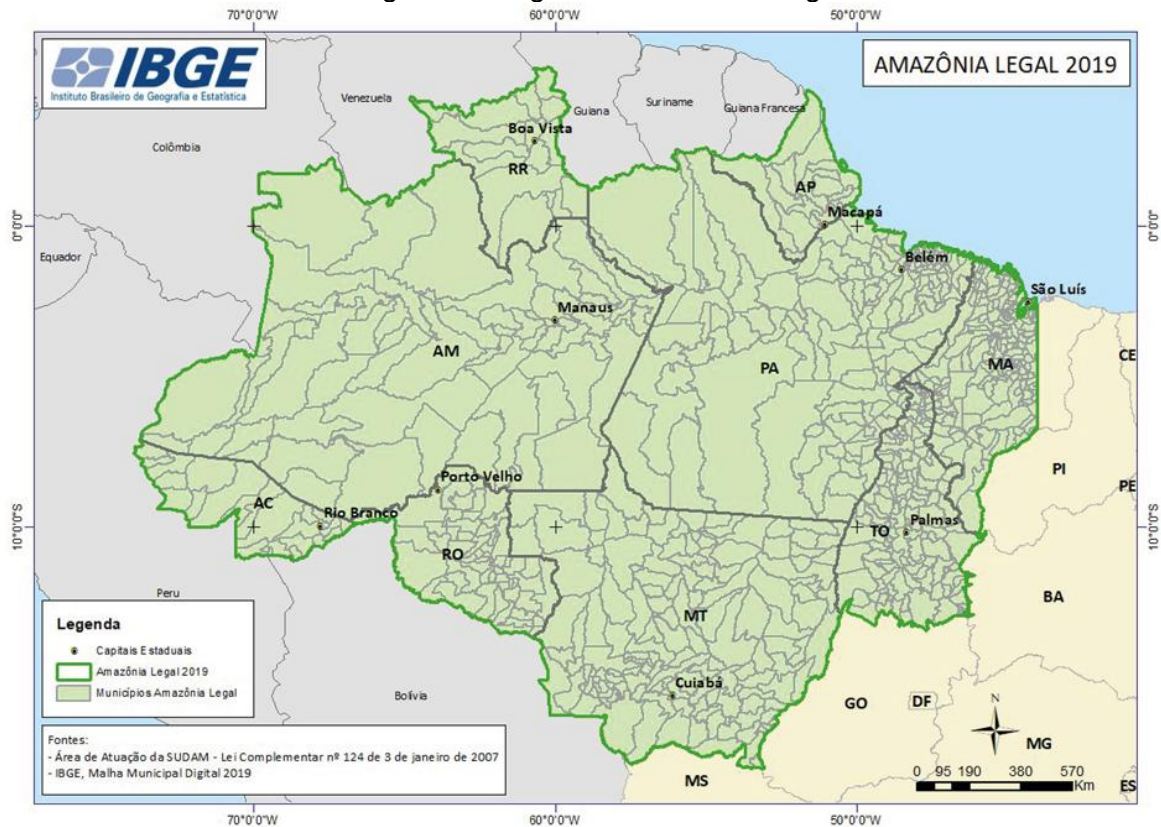
Tais condições de interferências magnéticas, muitas vezes se dão de forma súbitas, causadas por explosões solares, que podem ainda, segundo Fossá (1994, p. 19), “alterar e prejudicar, até mesmo anular as transmissões”. Soma-se ainda inúmeras interferências nos centros urbanos, seja com a concentração de edifícios e equipamentos eletrônicos (fontes chaveadas, roteadores Wi-Fi, lâmpadas LED) que bloqueiam a recepção ou geram ruídos tornando impraticável, em alguns casos, a recepção da programação diária.

Esse esclarecimento técnico sobre o funcionamento das transmissões no território hertziano constitui uma variável importante para a compreensão das novas tendências tecnológicas que envolvem a radiodifusão no século XXI. Um exemplo disso ocorre em 2022, quando a Rádio Nacional da Amazônia passou a transmitir sua programação diária apenas nas faixas de 25m e 49m, intensificando sua presença por meio de plataformas digitais, como o sítio eletrônico e o aplicativo “Rádios EBC”, disponível nas lojas de aplicativos das plataformas *Android* e *Apple*.

Sendo assim, a proposta de investigação da geografia da radiodifusão e a desconstrução em curso, de ordem técnica e social, envolve, inicialmente, o desafio que perpassa as diferentes escalas. Primeiro, por considerar o processo de ameaça da privatização da EBC, entre os anos de 2019 e 2022, empresa responsável pelos serviços de radiodifusão pública que, em suma, deveria atender, todo território nacional. Em seguida, pela região de cobertura da Amazônia Legal (figura 2) ser a

região com menor acesso a outros serviços de comunicação, como telefonia fixa, telefonia móvel e acesso à internet.

Figura 2 - Região da Amazônia Legal.



Fonte: IBGE (2024).

Conseqüentemente, a análise em escala nacional é fundamental para que se possa avaliar o grau de isolamento da população dessas regiões, afetadas com as dinâmicas e tendências de ordem neo(ultra)liberal.

3.1.2 Radiodifusão internacional: dimensões globais e preservação do patrimônio radiofônico

Apresentar o conceito de radiodifusão internacional busca-se ampliar o entendimento quanto as possibilidades de transmissões através do espaço hertziano, além de estabelecer possibilidades de alargar o pensamento geográfico-comunicacional, com aderência do tema da radiodifusão e comunicação social com os estudos do planejamento urbano e regional. A radiodifusão internacional traz a possibilidade de ampliar o entendimento de caráter global das transmissões de longo

alcance territorial, dentro do espectro das ondas curtas, diante de sua característica que transborda os limites nacionais dos transmissores radiofônicos.

Por meio da vivência de radioescuta e estudos do jornalista pós-graduado em Comunicação em Crises internacionais, Valter Aguiar, o tema da radiodifusão internacional, discutido em “*O rádio internacional: das ondas curtas à internet*” reforça a importância de se discutir a comunicação radiofônica que, em seu primeiro centenário de existência, encontra-se ameaçada por tendências tecnológicas que definem plataformas dependentes da internet. A apropriação ao conceito de radiodifusão, em escala mundial, buscar incorporar a esse trabalho, mais uma forma de ambientar os estudos do rádio que deve ser indissociável ao da transmissão em ondas curtas, faixa que representa um meio de resistência na luta pela democratização da informação.

Aguiar (2019, p. 28) adotou o conceito de radiodifusão internacional de Mayo (1980) o qual define que:

Radiodifusão internacional é aquela atividade radiofônica que emana do território nacional com destino a diversas audiências (nacionais e estrangeiras) que vivem em áreas de soberania estrangeira (Nunez Mayo, 1980, p. 22)

Estabelecer esse recorte territorial é uma forma de fortalecer o protagonismo da radiodifusão de antena e pilha, importante meio de comunicação que atende os povos originários e população da Região da Amazônia Legal residente longe dos grandes centros urbanos.

Aguiar (2019, p. 9) cita o trabalho de dissertação de Silva Neto (2011), que esclarece que “em algum tempo, não será mais possível contar com a experiência dos ouvintes de ondas curtas que acompanharam a Guerra Fria pelo rádio”. Aconselha ainda:

[...] outros pesquisadores que se dediquem ao estudo das rádios internacionais, principalmente considerando que muitas delas, há vários anos, vêm abandonando suas transmissões em ondas curtas (Aguiar, 2019, p. 10).

Ao apresentar os objetivos da radiodifusão internacional, Aguiar (2019, p. 28) destaca primeiramente que seu surgimento se deu “principalmente como meio de contato com as colônias ultramarinas da primeira metade do século XX”. Salienta ainda que “as primeiras emissoras internacionais transmitiam notícias e informações

para os cidadãos de seus países de origem residentes no exterior. Esses programas eram naturalmente emitidos nos idiomas oficiais de cada país de origem”. Esse “papel social” da radiodifusão internacional viria determinar a importância das transmissões de longo alcance nos primórdios de sua existência.

Porém, é essencial realizar a contextualização história e política para que se possa entender as mudanças nos conteúdos veiculados a partir do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial até a entrada na era da Guerra Fria. Nesse ambiente “os países começaram a emitir programas em idiomas estrangeiros, para divulgar suas ideias e posições, tentando convencer outros povos sobre a legitimidade de suas causas” aponta Aguiar (2019, p. 28). O rádio passou nesse momento a desempenhar o papel da “promoção do comércio, cultura, e turismo”, reforça Aguiar (idem). O conteúdo veiculado pela radiodifusão internacional passa a veicular propagandas do próprio país, propaganda política e religiosa, atribuindo assim “conotação bastante negativa em termos políticos, durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria” (Aguiar, 2019, p. 29).

A proposta de trazer estudos de radioescutas que trouxeram contribuições ao universo acadêmico fortalece a proposta dessa tese que tem seu dever ético de não romantizar a prática da escuta do rádio, porém, conta com a destreza técnica da prática de realizar escutas em longas distâncias sem deixar de lado que a responsabilidade de oferecer uma transmissão com potência e qualidade da escuta é papel da instituição e não do esforço do ouvinte que se equipa de inúmeros recursos técnicos como antena e receptores, em um período que muitas emissoras abandonam as transmissões de longo alcance, seja em ondas curtas, ondas médias ou ondas tropicais.

Discute-se aqui o cenário atual da radiodifusão, refletindo sobre qual será o futuro da radiodifusão e assumindo o dever de intermediar o debate entre ouvintes diários, ouvintes aficionados (também chamados de “hobbistas”), tecnicistas (profissionais com avançado conhecimento técnico) e acadêmicos da comunicação social e do estudo do espaço a um mesmo objetivo: É necessário preservar e apresentar novas formas de fortalecimento da radiodifusão ancestral, ancorada na antena e pilha, garantindo sua relevância em um cenário de constantes transformações tecnológicas.

3.1.3 O nascimento das telecomunicações sob a luz de três períodos de análise

Como parte do aprofundamento nos estudos da radiodifusão, na entrada da terceira década do século XXI, faz-se necessário revisitar uma breve descrição do nascimento das telecomunicações. Neste tópico, são apresentados três momentos demarcadores do nascimento das telecomunicações no Brasil, conforme publicação de Siqueira (1999, p. 6):

- a. Invenção do telégrafo por Samuel Morse, em 1844
- b. O telefone de Graham Bell, em 1876
- c. O rádio de Marconi, em 1895

As invenções do telégrafo, do telefone e do rádio representam três grandes invenções das telecomunicações modernas, redefinindo radicalmente a conexão humana no espaço e no tempo.

A história das telecomunicações no Brasil, destacada por Siqueira, se dá em três âmbitos, que podem ser interpretados como de ordem política, legislativa e econômica.

Em 1876, Siqueira relata o diálogo de dom Pedro II com Alexander Graham Bell ao telefone. A presença do imperador atribui um caráter político ao intuito de sedimentar a credibilidade do invento. Já no ano de 1962, temos um importante fator de modernização com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações e a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás). O terceiro âmbito, de ordem econômica, é representado, após a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, por meio da "(...) emenda constitucional que quebra o monopólio estatal das telecomunicações (...)", trazendo consequências impactantes no que diz respeito à competência para a exploração dos serviços, frente ao fenômeno da globalização e da política neoliberal (Siqueira, 1999, p. 7).

3.1.4 O surgimento da radiodifusão

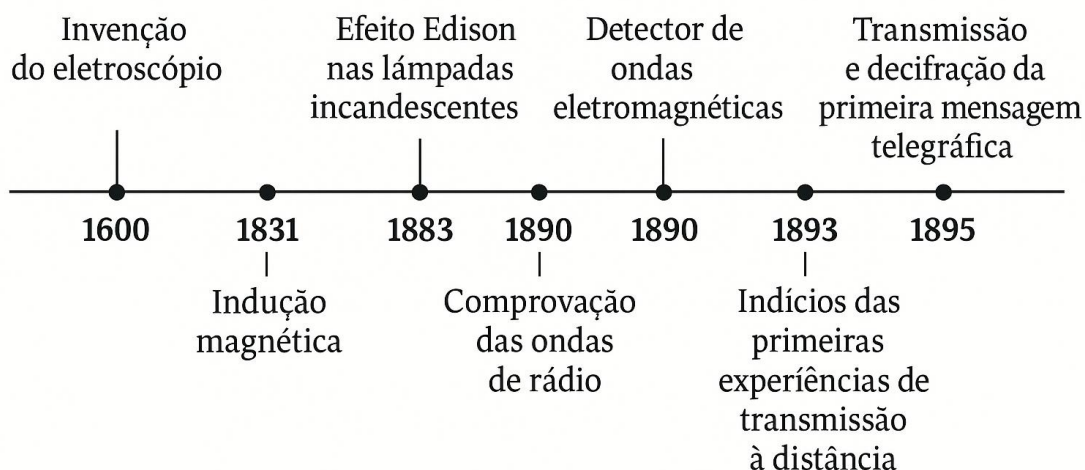
O surgimento da radiodifusão é apresentado em uma linha do tempo com base nas contribuições e avanços tecnológicos que antecederam a criação da radiodifusão destacada por Oliveira (2006).

Paralelamente à segunda revolução tecnológica — período marcado, entre o final do século XIX e o início do século XX, pela adoção da eletricidade, do petróleo e de avanços na comunicação, como o telégrafo e o rádio, que transformaram a indústria, os transportes e a sociedade —, Oliveira (2006) destaca que:

No final do século XIX grandes descobertas estavam sendo realizadas em curto intervalo de tempo em todo o mundo no campo das comunicações. Alguns países mantinham em segredo, para uso militar, os inventos de seus cientistas e pesquisadores. Desta forma é muito difícil afirmar com absoluta certeza quem foi o inventor do Rádio (Oliveira, 2006, p. 13).

Esse curto intervalo de tempo com grandes descobertas, compreendido entre os anos de 1831 e 1896, é representado na figura 3.

Figura 3 - Linha do tempo: antecedentes tecnológicos da radiodifusão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Marconi é considerado o inventor do rádio, porém, coube ao físico Popov, em 1895, a façanha de transmitir, receber e decifrar a primeira mensagem telegráfica sem fios realizada com sucesso.

Oliveira, não diferente de outros, também descreveu os primórdios da história da rádio com base na trajetória universalmente aceita. Só então, posteriormente, descreveu os estudos e descobertas de Roberto Landell de Moura, padre brasileiro nascido em Porto Alegre em 1861, que em 1890 enunciou três fundamentos de estudo de fenômenos físicos. “Suas teses, firmadas em 1890, previam a ‘telegrafia sem fio’, a ‘radiotelegrafia’, a ‘radiodifusão’, os ‘satélites de comunicações’ e os ‘raios laser’” (Oliveira, 2006, p. 13).

Felski esclarece que:

Há indícios de que, entre 1893 e 1894, o Padre gaúcho tenha realizado suas primeiras experiências em transmissão à distância. [...] Teria antecedido, portanto, a primeira experiência de Guglielmo Marconi que somente a partir de 1895 passou a pesquisar os princípios da radiotransmissão, mas que por isso foi considerado o inventor do telégrafo sem fio, tendo patenteado em 1896 o seu invento na Inglaterra (Felski, 2008, p. 33).

D'Arisbo afirma, ao relacionar as conquistas e patentes no universo da radiofrequência, no final do século XIX, que:

Assim, antes de comentar sobre a paternidade do rádio, há de se refletir nas fases que foram transpostas para que se pudesse chegar a tanto. As primeiras patentes de Marconi nos EUA (1899-1900) foram rejeitadas, pois já eram conhecidos muitos dos equipamentos que o italiano apresentava, como a bobina de Ruhmkorff, o faiscador de Hertz, o coesor de Branly e a antena de Popov. Afora isso, Tesla patenteara um oscilador. Pode-se afirmar com certeza que a primeira conclusão sobre a transmissão de radiofrequência como portadora de sinais e sua sintonia é de Nicola Tesla. Marconi teve a genialidade de provar e executar a transmissão de ondas de telegrafia com o Código Morse através do oceano e criou o primeiro sistema global de comunicação. Da mesma forma e fixando-nos no fenômeno da radiodifusão – transmissão e recepção da voz humana sem fios, Roberto Landell de Moura foi o que primeiro realizou esse prodígio (D'Arisbo, 2012, p. 78-79).

Rever a trajetória e as contribuições do brasileiro Padre Landell de Moura para os estudos e avanços das telecomunicações torna-se pertinente diante da história do rádio mundial. Landell de Moura, um gênio esquecido em seu tempo, não foi devidamente reconhecido por suas inovações, mas, atualmente, ganhou destaque por meio de estudos biográficos realizados no contexto da globalização contemporânea e da evolução científico-tecnológica recente.

Ferraretto (2007, p. 92) descreve que “nas primeiras duas décadas do século 20, dissemina-se no mundo uma clara visão entre os três ramos das comunicações que estavam se consolidando”: da radiotelegrafia, radiotelefonía e radiodifusão.

O surgimento do rádio só foi possível, inicialmente, com “a obtenção da tecnologia necessária para transmitir sons usando ondas eletromagnéticas”, chamada de radiotelefonía, destaca Ferraretto (2007, p. 88).

Gil (1994, p. 35-36) relata que, somente após dez anos da primeira transmissão em amplitude modulada, o rádio passa de meio de comunicação bidirecional para transformar-se em um meio de comunicação de massa, por intermédio do russo radicado nos Estados Unidos, David Sarnoff, em 1916, que antevê na *Marconi Company* as possibilidades de utilização da tecnologia existente para a conformação

de um novo produto. Para Ferraretto (2007, p. 88), “a ideia de Sarnoff significa, deste modo, uma mudança de mentalidade”.

Posteriormente, após nova tentativa, sem sucesso, com a companhia já com o nome de *Radio Corporation of America (RCA)*, é que a ideia de Sarnoff se torna realidade em parceria com a *Westinghouse Electric and Manufacturing Company*, criando a KDKA, considerada a primeira rádio comercial do mundo que iniciou suas transmissões em 1920, na cidade de Pittsburgh, estado da Pensilvânia, Estados Unidos.

Ferraretto destaca que:

No início da década de 20, a indústria norte-americana disputa o controle das cartas patentes necessárias à implementação das comunicações por ondas eletromagnéticas. A produção, que crescera durante a Primeira Guerra Mundial, corria riscos por falta de demanda. A radiodifusão sonora aparece como uma saída economicamente viável (Ferraretto, 2007, p. 90).

E no clima de concorrência pelo domínio tecnológico crescente do setor, tinha-se, de um lado, o italiano Guglielmo Marconi e, do outro, o britânico Alexander Graham Bell. Após o italiano vender suas ações à RCA, surge a primeira rede norte-americana, em 1926, a *National Broadcasting Corporation (NBC)*.

Com a criação da *British Broadcasting Corporation (BBC)*, na Inglaterra, em 18 de outubro de 1922, tem-se um modelo de radiodifusão diferenciado em relação ao padrão americano, por meio da rádio estatal que passa a oferecer um serviço público alheio aos interesses de indústrias radiofônicas.

3.1.5 O surgimento do rádio

A síntese do surgimento do rádio torna visível que o Brasil acompanhou – quando não, colaborou, mesmo que no anonimato – as descobertas e os avanços que antecederam a criação da rádio transmissão. Landell de Moura, recentemente, recebeu pedido de desculpas pela atitude “medieval” da igreja católica, quando ela ignorou sua contribuição e, de alguma forma, criou barreiras para seu reconhecimento mundial.

Faz-se necessário, aqui, apresentar um breve panorama mundial que criou as condições para a implantação do rádio em escala global.

Para isso, apresenta-se o estudo de Ferraretto, no qual esclarece que:

Após a Primeira Guerra Mundial, com o fim da produção amparada pelo conflito no front europeu, as grandes indústrias eletro-eletrônicas norte-americanas buscam novos mercados para garantir e ampliar seus níveis de lucro (Ferraretto, 2007, p. 93).

O panorama econômico e político mundial colabora para o grande *boom* da radiodifusão mundial. Ferraretto cita a crítica que Karl Marx tece em relação à característica do capitalismo que:

Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é, portanto, o mercado em que circula, mercado que constitui a trajetória espacial de sua circulação, tanto mais tende simultaneamente a estender o mercado a uma maior anulação do espaço através do tempo (Ferraretto, 2007, p. 93).

O sistema capitalista, na sua opinião, buscava um novo mercado, “internacionalizando seus interesses”.

Ortriwano⁹ (1985, p. 59), ao responder qual o verdadeiro papel do rádio como meio de comunicação, cita o trecho de Vieira (1979, p. 58) salientando que “o rádio é um poderoso ‘instrumento político que tanto pode servir à mudança como à manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva”. Complementa que “a utilização do rádio como instrumento de divulgação da ideologia do grupo que está no poder não é descoberta recente. Goebbels, durante o III Reich, utilizou-o intensamente, a ponto de se afirmar que Hitler seria inconcebível sem o rádio”.

O rádio, em sua essência, traz uma particularidade de natureza livre: a possibilidade de ouvir informações de forma independente, diferentemente de outros meios de comunicação que surgiram posteriormente, como a televisão e os aparelhos de telefonia celular. Em seu formato original - utilizando os espectros de Ondas Longas (OL), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC) e Frequência Modulada (FM) - não requer fios elétricos, cabos ou redes de comunicação como a internet. Essa característica permite ao ouvinte realizar outras atividades que envolvem o sentido da visão. O condutor de barco, o taxista, o caminhoneiro, a diarista, o passageiro de ônibus, o ciclista e a avó em sua máquina de costura: todos utilizam o rádio sem necessidade de taxas ou assinaturas.

⁹ Galvão Júnior destaca que “A professora foi a primeira no País a escrever uma tese de doutorado sobre radiojornalismo. Defendida na ECA em 1990, a tese é intitulada **Os (Des)caminhos do Radiojornalismo** (Gama, 2020).

Passados cem anos das primeiras transmissões, é apresentada uma amplificação histórica da radiodifusão por meio dos trabalhos de Walter Benjamin e Bertold Brecht e a lente teórica de Michel Lowy que nos convida a embarcar em uma reflexão do cenário político neoliberal e a utilizar o “freio de emergência para parar o trem suicida” que caminha a humanidade.

3.1.6 Amplificação Histórica: contribuições de Walter Benjamin e Bertold Brecht para entender o cenário atual

O pensamento de Walter Benjamin e o estudo de sua obra antifascista apresentado por Lowy (2020) nos trouxe a oportunidade de fortalecer a ideia de resistência diante do momento político atual com frentes de extrema direita que utilizam, ostensivamente, os meios de comunicações hegemônicos – radiodifusão sonora, TV, plataformas de transmissão e redes sociais – para promover a re-ascensão e difusão de lógicas antidemocráticas, em correlato ao mundo neoliberal.

As experiências de Walter Benjamin nas produções radiofônicas entre os anos de 1929 e 1931, trouxeram a preocupação com o uso da técnica para fins totalitários, o que o levou a enunciar a exigência de uma politização da cultura e da arte. Essa politização está presente em seu trabalho radiofônico para crianças que se articula ao compromisso do uso do aparato para o esclarecimento (Sanches; Ramos; Silva, 2020).

Frederico (2007) destaca que o dramaturgo alemão, Bertold Brecht, em a “Teoria do Rádio”, visualizava o rádio como novo meio de comunicação no período de grande agitação política do entre-guerras. Os alemães discutiam o esgotamento das formas tradicionais de se fazer arte e a busca de novas formas de comunicação (Frederico, 2007). O autor enfatiza que:

O rádio nasce, assim, para permitir a interação entre os homens e não para ser o que depois veio a se tornar – um aparelho de emissão controlado pelos monopólios e a serviço de sua lógica mercantil (Frederico, 2007, p. 220).

Ao rever o papel pedagógico de Benjamin em suas produções radiofônicas no lançamento do livro “A revolução é o freio de emergência: ensaios sobre Walter Benjamin” do sociólogo marxista Michael Lowy, apresentado na *Live* “O legado antifascista de Walter Benjamin”, pode-se dizer que o período histórico atual, marcado

por frentes políticas de extrema direita, com características fascistas, é cíclico, porém em outra fase do capitalismo (LOWY, 2020). Nesse sentido, é possível somar a ideia do geógrafo Milton Santos, em uma espécie de exercício testamental de sua própria obra, no qual destacou que ainda “estamos fazendo os ensaios do que será a humanidade, pois nunca houve” (Tendler, 2001).

Lowy possibilita um passeio dialético por textos e teses redigidos por Walter Benjamin na conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Para o autor, Benjamin redige seu testamento político e filosófico na forma de teses sobre o conceito de história. Apesar de poucas, as doze páginas de Benjamin representam o mais importante pensamento revolucionário desde as teses sobre Feuerbach de Marx, de 1845, que representaram uma nova visão de mundo (Lowy, 2020).

Lowy (2020, 11min 53seg.) esclarece que:

A visão histórica de Benjamin é uma visão que se situa deliberadamente do ponto de vista dos que foram vencidos nessa guerra de classes: os escravos revoltados, camponeses que se rebelaram, os proletários da Comuna de Paris [...] (Lowy, 2020).

Os importantes textos de Benjamin, situados no campo do materialismo histórico, se tornaram um legado antifascista. Na inspiração do filósofo alemão e do antropólogo Gustavo Racy (2020, *apud* LOWY, 2020, 31min. 41seg), admite-se a importância de se manter uma vida pulsante antifascista e, não só, não fascista, o que pode ser reforçada pela militância teórica, de aportes teóricos com força de resistência.

Diante de um quadro de desmantelamento do patrimônio estatal, com as ameaças de privatização da Eletrobrás e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cabe o espírito crítico e revolucionário no comando desse “trem desgovernado” chamado Brasil, que parecera caminhar para o abismo, após o processo de desconstrução político-midiática, institucionalizada pelos grandes meios de comunicação hegemônica, na segunda metade da década de 2010.

Lowy ressalta a crítica que Benjamin teceu a Marx:

Marx dizia que as revoluções são a locomotiva da história...quem sabe seria mais justo dizer que a revolução é a humanidade que puxa os freios de urgência. O freio de emergência para parar o trem (LOWY, 2020).

O autor opina, ainda, acerca da acepção de abismo como catástrofe, que pode ser outra, inclusive, além da ecológica apenas:

Eu acho essa afirmação muito atual. Muito atual porque nós somos todos passageiros de um trem suicida que se chama civilização capitalista industrial moderna que está indo a uma rapidez crescente para um abismo que é a catástrofe ecológica. A tarefa revolucionária é parar o freio de urgência da revolução. Parar esse trem suicida (Lowy, 2020).

As teses de Benjamin, com embasamento no materialismo histórico e teológico, muito contextualizadas por pensadores europeus, talvez possa representar uma frente de pensamento no sul global, e em particular na América Latina, para unir diversas frentes políticas aliadas para combater, novamente, a ameaça fascista sustentada pelas bancadas do ódio. Diante desse quadro, Lowy fala sobre um momento político recente no Brasil:

Essa visão de Benjamin, da aliança do materialismo histórico com a teologia, contra o fascismo, é mais do que nunca atual, no Brasil. Um país que estamos falando nós temos essa sinistra situação em que temos um governo no Brasil, autenticamente fascista, que gosta de citar Mussolini, toma poses mussolinianas. Enfim, uma cópia tropical de Mussolini, instalada no Palácio da Alvorada. A tarefa de todos nós socialistas, marxistas, cristãos, democratas, antifascistas é enfrentar esse monstro (Lowy, 2020).

Assim como os aliados e o inverno russo, as teorias de Walter Benjamin nos trazem a esperança de que se possa formar um *front*, uma frente de resistência à ameaça real e evidente do fascismo que se faz presente, nas cadeiras do senado, nos gabinetes acadêmicos, nas filas da vacinação contra a Covid 19 e nas ruas. Lowy novamente destaca um caminho para o cenário brasileiro:

Benjamin nos ajuda apontando para essa aliança antifascista, dos marxistas, dos socialistas e também os democratas, os revolucionários com os cristãos, em particular, inspirado na Teologia da Libertação e hoje, em dia, inspirado também por Encíclicas do Papa Francisco “Laudato.sí”, Francisco (2015), que é uma crítica duríssima ao capitalismo, embora o nome não apareça, mas se trata do sistema econômico atual baseado na maximização do lucro (Lowy, 2020).

Lowy (2020) adverte que essas teses de Benjamin foram escritas “em momento específico da história europeia, no momento trágico, no momento do triunfo nazista em toda Europa”. O autor vê a atualidade do pensamento de Walter Benjamin em escala planetária porque o inimigo fascista, mais uma vez levanta a cabeça. Suas

teses continuam atuais. No contexto da formação sociocultural brasileira, talvez se possa propagar as ideias de Benjamin como forma de construir uma sociedade nova.

Este percurso inicial de construção do referencial teórico consiste em um exercício de base filosófica e sociológica, que possibilita uma leitura de amplificação histórica para compreender o objeto em permanente construção. Esse processo é marcado pelo contraste entre um momento político retrógrado - manifestado nos meios de comunicação de massa e em diversos âmbitos sociais - e a possibilidade de superação por meio do movimento dialético da história, representado pelas frentes democráticas.

3.2 Comunicação Social

Este capítulo propõe apresentar a conceituação da comunicação social, seus dispositivos na Constituição Federal de 1988, sua importância para a sociedade e os elementos necessários à sua efetivação. O objetivo é subsidiar a compreensão do cenário atual da comunicação radiofônica, por meio da geografia da radiodifusão.

Busca-se reconhecer a pertinência da utopia para um novo mundo possível (Santos, 2001), alinhada à ideia de “ajudar a produzir o amanhã” (Gomes, 2001, p. 17), com os pés no presente, como destacado por Kischinhevsky (Jornal Alcar, 2020). Essa reflexão, no entanto, parte de uma ótica ancestral e real — sem ignorar a comunicação radiofônica por antena e pilha —, visando analisar como a comunicação social pode contribuir para a cultura do planejamento urbano e suas conexões com políticas urbanas ou territoriais.

3.2.1 Conceituação da comunicação

Marques de Melo em sua obra *Comunicação Social: teoria e pesquisa*, já alertava que responder à pergunta do que é comunicação, trazia na época “inúmeras e controvertidas respostas, em nível conceitual” que eram dadas pelos estudiosos (Melo, 1975, p. 11). Apontou ainda que “a Comunicação, só agora vem merecer atenção especial e sistemática das ciências humanas”, diante da nova dinâmica que os meios de comunicação de massa assumiram a partir dos anos de 1970. Diante da dificuldade encontrada no estudo dessa nova área do conhecimento humano, a

comunicação, na qual “cada ciência e corrente filosófica utiliza a sua própria perspectiva”, dificultando a convergência de conceitos, o acadêmico apresentou três eixos de comunicação (quadro 2), com a finalidade de traçar um panorama dessas tentativas de conceituação do fenômeno comunicativo (Melo, 1975, p. 13).

Perles resgata o termo comunicação em sua etimologia pela lente teórica de Marques de Melo (1975, p. 14), destacando que “comunicação vem do latim ‘communis, comum”, dando a ideia de “comunhão, comunidade” (Perles, [2007], p. 2). É por meio do conceito estrutural que Marques de Melo (1975, p. 31) resume que “Comunicação é o processo de transmissão e recuperação de informações” (Perles, [2007], p. 5).

Quadro 2 - Conceitos de Comunicação.

Conceitos Científicos	Conceitos Filosóficos	Conceito Estrutural
<p>Conceito etimológico Comunicar significa, assim, tornar comum, estabelecer comunhão, participar da comunidade através do intercâmbio de informações</p>	<p>Conceito Trancendentalista Baseia-se na concepção de que a mente humana é dotada de formas inatas de percepção <i>a priori</i></p>	<p>Conceito Estrutural toma como modelo o processo em sua globalidade, no qual a comunicação é o processo de transmissão e de recuperação de informações</p>
<p>Conceito Biológico Identifica a Comunicação como atividade sensorial e nervosa</p>	<p>Conceito Naturalista O processo de comunicação de modo muito simples, dizendo que as pessoas se comunicam porque: a) tem uma estrutura física e intelectual análoga; b) estão inseridas numa realidade que é comum de todos</p>	
<p>Conceito Pedagógico A comunicação é uma atividade preponderantemente educativa</p>	<p>Conceito Marxista Fundamenta-se na similaridade de consciências, que, deixando margem para diferenças individuais, é naturalíssima e normalíssima, sendo adquirida através da criação em sociedade, pela sucessão de herança histórica, sobretudo por meio da fala</p>	
<p>Conceito Histórico A comunicação funciona como instrumento do equilíbrio, permitindo o entendimento entre os homens, neutralizando o poderio das forças contraditórias</p>		
<p>Conceito Sociológico A comunicação como um elemento desencadeador e delimitador da interação social</p>		
<p>Conceito Antropológico Identifica a comunicação não apenas como veículo de aquisição de bagagem cultural por parte do indivíduo, mas também como instrumento formador de cultura</p>		
<p>Conceito Psicológico É um dos conceitos mais aprofundados em abordagem científico-experimental</p>		

Fonte: Adaptado de Marques de Melo (1975).

O estudo da radiodifusão nesse trabalho, alicerçado sobretudo em emissoras públicas (estatais e comunitárias) busca um caminho amplo para a conceituação científica da comunicação, na qual a transmissão e recuperação de informações, requer, necessariamente, uma comunicação educativa, equilibrando entendimento entre ouvintes, dentro da sua interação, e formando cultura.

3.2.2 Comunicação Social - da conceituação aos dispositivos originais da Constituição Federal de 1988: fragilidades e pluralismo da mídia

A comunicação social é visualizada neste trabalho por meio de um segundo elemento importante: a democratização da informação e o fortalecimento de uma via contra-hegemônica. Essa perspectiva implica outras possibilidades para que se possa esperar um novo caminho para a radiodifusão do futuro, diante de um cenário global, urbano e hegemônico.

A conceituação de comunicação social é apresentada por Montes (sem data) como:

[...] um campo de conhecimento acadêmico que estuda a comunicação humana e questões que envolvem a interação entre os sujeitos em sociedade. A comunicação social lida com as técnicas de transmissão da informação, o formato com que a informação é transmitida, e os impactos que a informação terá na sociedade e a relação entre os sujeitos em uma situação comunicativa (Montes, [2023]).

A autora esclarece ainda que seu objetivo é:

[...] estudar os fenômenos que ocorrem graças à relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa. A comunicação social abarca processos de informação, persuasão e entretenimento de indivíduos e grupos (Montes, [2023]).

Como objeto de estudo, Montes aponta que:

Os meios de comunicação social são objetos de estudo da comunicação social e consistem em sistemas mecânicos de emissão e transmissão de mensagens para um público vasto, disperso e heterogêneo (Montes, [2023]).

Desta forma, a comunicação social torna-se fundamental para que se possa desenhar um mapa da geografia da radiodifusão pois além de estudar os sujeitos na interação comunicacional, lida com técnicas, formatos e a repercussão entre os sujeitos envolvidos, sejam os agentes emissores ou receptores da comunicação radiofônica na pesquisa.

O marco regulatório da Comunicação Social está disposto no capítulo V da Constituição Federal de 1988, no qual se encontram os preceitos para que se possa recuperar o verdadeiro papel das instituições de base democrática de uma nação.

O artigo 220 da CF (1988), dispõe que:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição (Brasil, 2016).

O estudo de Vogel (2013) junto à Câmara dos Deputados, serve de apoio ao debate sobre as normativas relacionadas à Comunicação Social na Constituição Federal de 1988. Para o consultor legislativo:

Se, do ponto de vista da regulação social, a Constituição de 1988 manifesta projeto de construção de um “estado de bem-estar-social”, a regulação dos artigos da comunicação social expressa claramente uma postura “não intervencionista”, em resposta à pressão dos proprietários dos meios de comunicação e de setores influentes da sociedade contra o período no qual a mídia sofreu forte censura dos órgãos de repressão da ditadura (Vogel, 2013, p. 3).

Para entender a fragilidade constitucional, Vogel (2013, p. 8) esclarece que:

[...] em um mercado no qual a concentração da propriedade da comunicação permite aos empresários do setor lucros elevados e, simultaneamente, o exercício de grande influência no campo político e na sociedade como um todo, qualquer tentativa de regulamentação sempre foi vista como interferência indevida na “liberdade de expressão” (Vogel, 2013, p. 8).

Essa justificativa adotada pelos empresários do setor de comunicação é determinante para que haja resistência à regulamentação do mercado em que atuam (Vogel, 2013, p. 8). Cita o importante papel da deputada Cristina Tavares, no qual seu protagonismo foi o de defender “a necessidade da regulação dos meios de comunicação em função do seu papel estratégico nas sociedades de massa”. Para a deputada:

Em nenhum país se permite tal concentração como temos hoje no Brasil, uma televisão Globo, por exemplo. (...) Em nenhum país em que a questão da comunicação tenha sido democraticamente discutida permite-se que os proprietários de rádios sejam proprietários de televisão e que sejam ao mesmo tempo proprietários de jornais. Essa enorme concentração de poder tem, entre outros aspectos negativos, o da liquidação das culturas regionais (Vogel, 2013, p. 11).

A militância da deputada em favor da regulamentação da propriedade cruzada dos meios de comunicação teve seu anteprojeto derrotado, salienta Lima (1987). Diante desse cenário, Vogel esclarece que:

A redação final do art. 220 da Constituição Federal (um dos mais importantes do capítulo da Comunicação Social) contemplou muito mais o posicionamento dos empresários do que o dos grupos políticos da concentração da propriedade da mídia no país (Vogel, 2013, p. 12).

Diante desse resultado, ficou claro que o 5º parágrafo do Artigo 220, “é demasiado genérico para permitir colocar em xeque o atual modelo de concentração da propriedade da comunicação de massa no país”, reforça Vogel (2013, p. 12).

Vogel destaca ainda que as discussões sobre o pluralismo da mídia no início da década de 2010, foram polarizados:

De um lado, os empresários da comunicação, que defenderam a proibição da censura e não intervenção estatal no setor como pressupostos para a garantia da “liberdade de expressão no país”, de outro, jornalistas e parlamentares de esquerda que consideram que a concentração da mídia no país é um fator prejudicial ao pluralismo e à qualidade da democracia representativa no país, pois os meios tendem a privilegiar determinadas visões, valores e interesses em detrimento de outros (Vogel, 2013, p. 13).

O estudo de Vogel (2013, p. 20) traz como conclusão que “...a iniciativa do pluralismo regulado dos meios de comunicação social chama a atenção para a necessidade de aumentar a diversidade e a visibilidade das concepções de mundo conflitantes na sociedade”.

Desta forma, a tese traz a percepção que discutir a problematização da radiodifusão só será possível com debates indissociáveis do processo de pluralismo regulado dos meios de comunicação social, frente ao cenário político da última década desencadeado no ressurgimento de tendências sociais e políticas antidemocrática. Neste cenário, tem-se a percepção de que a tônica da “esperança de acordarmos uma nação de seu futuro adormecido” (Gomes, 2001, p. 17) nos parece tarefa além de atual, em certa medida assustadora: envoltos em um pesadelo no qual os meios de comunicação – incluindo radiodifusão sonora, ancorada na internet, e aplicativos de telefones inteligentes – constituem armas de dominação para angariar adesões a governos de extrema direita, entre os anos de 2013 e 2023, com profundas raízes no proselitismo político e religioso.

Eis uma questão que nos inquieta neste percurso: qual comunicação desejamos para uma sociedade mais humanizada e para a emancipação do homem?

Como um dos primeiros convites, o exercício que Oliveira (2017, p. 8) exemplificou em defesa do “Jornalismo e Emancipação”, em sua prática jornalística baseada em Paulo Freire: “onde a educação como ação libertadora e o jornalismo como uma possibilidade de uma ação cultural para a emancipação”.

O primado teórico da comunicação reforça que a ausência dessas condições do Estado democrático não traria base suficiente para superar o estado hegemônico do setor da comunicação de massa, intensificado pelo uso de aplicativos e redes sociais induzindo cada vez mais os usuários dos serviços de informação e entretenimento às plataformas inteligentes e dependentes – da TV, telefones celulares, tablets e microcomputadores – e com isso, distanciando boas parcelas da população do que se espera de um Estado Democrático de Direito, o acesso de todos aos serviços, em favor da oferta de serviços privados, apenas para quem pode pagar.

3.3 Democratização da Comunicação: Lacunas Legislativas e Possibilidades da Comunicação Comunitária

A proposição dessa pesquisa requer necessariamente discutir o papel da radiodifusão e comunicação de forma a esclarecer qual a comunicação mais alinhada ao ideário de nação de base democrática. Por um caminho possível, a tese busca o recorte da comunicação contra-hegemônica, pela via comunitária, diante das possibilidades concretas de interação e diálogos convergentes estabelecidos com a Rede de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil) e com instituições citadas nas pautas das entrevistas, transmissões ao vivo e seminários, como o Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes) e o Fundo Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC).

Para isso, é essencial refletir sobre a regulação da mídia no Brasil e o processo de pluralismo regulado dos meios de comunicação social. O breve roteiro proposto no último tópico desse capítulo busca ir além de conceituar a radiodifusão e a comunicação social na Carta Magna brasileira, a Constituição Federal de 1988.

Apoiado no trabalho militante de Mielke (2015), nas propostas do parlamentar Silva (2023), na reflexão sobre uma comunicação e um ideal contra-hegemônicos “de apontar contra tendências à hegemonia do grande capital e aos fenômenos da reificação” destacado por Coutinho (2008, p. 7), e na conceituação de hegemonia para

propor um “jogo contra-hegemônico” destacado por Sodré (2008, p. 27), busca-se um caminho crítico diante da indignação, frente ao mundo dominado pelo pensamento hegemônico de mercado, o pensamento único a que se refere Milton Santos, em *Por uma outra globalização*, Santos (2004a).

3.3.1 Concentração de mídia e propriedade privada: um retrato do interesse nas mãos de poucos

Apresentadas lacunas e fragilidades na regulação e exploração dos serviços de radiodifusão, reforça-se aqui a existência de frentes contra-hegemônicas destacando a essência do coletivo Intervozes, que vê a radiodifusão sob a ótica de que “a existência de um sistema de mídia diverso e plural e com controle social é indispensável para a democracia, pois cria as condições para que uma pluralidade de vozes e de pontos de vista circulem na esfera pública” (Intervozes, 2023). Dessa forma, o coletivo tem em sua essência a “luta pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia democrática e uma Internet livre e plural” (Intervozes, 2023).

Para que se possa obter um retrato do quadro da concentração de mídia, o portal Rede Brasil Atual (2017) divulgou o estudo “Monitoramento da Propriedade da Mídia¹⁰”, coordenado por André Pasti e lançado pelo próprio Intervozes, revelando que “entre 11 países pesquisados até o momento, o Brasil ocupa o último lugar em termos de pluralidade da informação”.

Somado a esse estudo é importante acrescentar que o Intervozes elaborou em 2015 a cartilha “Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil: como combater as ilegalidades no rádio e na TV”. Sua elaboração teve como objetivo

[...] compartilhar dados sobre o direito à comunicação no Brasil, apontar as violações mais frequentes praticadas pelos concessionários do serviço na área da radiodifusão, bem como apresentar formas de coibir tais práticas, inclusive os instrumentos normativos que podem ser usados para isso (Caminhos..., 2015, p. 13).

Ao abordar o sistema de comunicação no Brasil, são apresentados dados da pesquisa “Mídia Dados Brasil 2015”, que aponta que:

¹⁰ Media Ownership Monitor - MOM

Apenas com a televisão, a Rede Globo chega a 98,6% dos municípios brasileiros. O SBT, a 85,7%. A Record, a 79,3%. Já a Bandeirantes alcança 64,1% e a Rede TV, 56,7% (Caminhos..., 2015, p. 13).

Pela categorização dos meios de comunicação, o estudo de 2017 identificou ainda que “a televisão brasileira tem mais de 70% de sua audiência concentrada em apenas quadro grandes redes”, distribuídas entre Rede Globo, com 36,9%, SBT, com 14,9% e Rede Record, com 14,7%. Já a concentração da audiência nos mercados de mídia impressa e digital se repete nos quais os quatro principais veículos nesse seguimento são superiores à 50% ao total da audiência. O levantamento apontou, no caso do rádio, que “embora a audiência seja menos concentrada e mais ligada a dinâmicas locais, as emissoras também são organizadas em redes nacionais”, transmitindo conteúdo das emissoras “cabeças de rede”, também (Rede Brasil Atual, 2017).

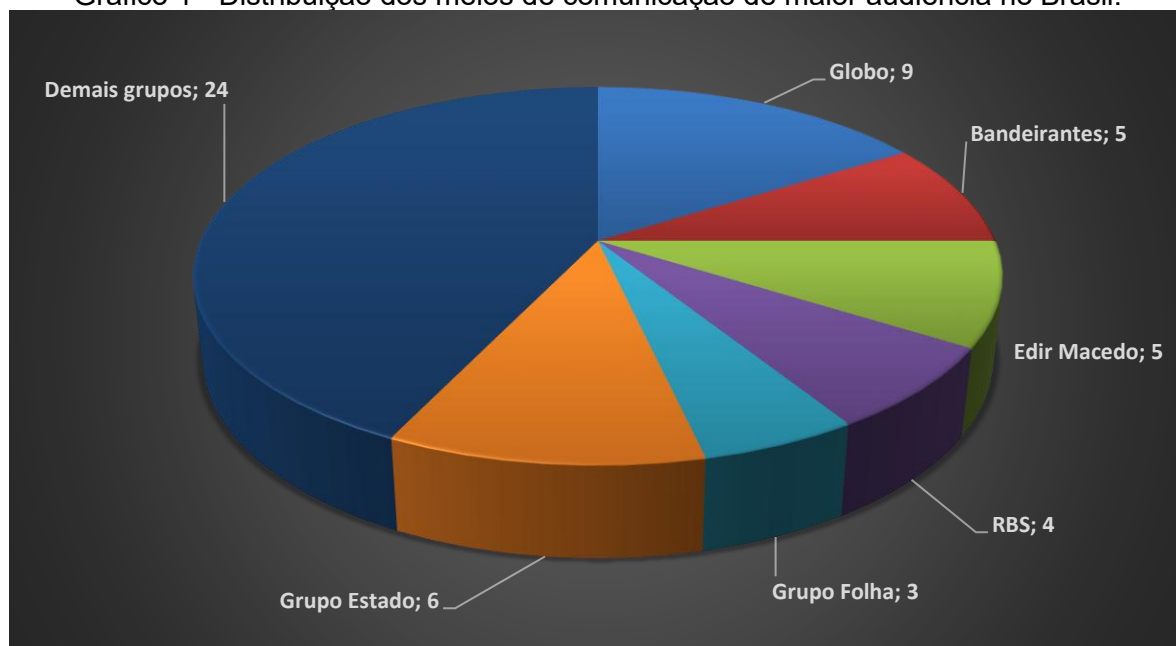
Para compreender a concentração da mídia e da propriedade privada, destaca ainda André Pasti que “o MOM associa os nomes dos proprietários aos seus veículos de mídia, grupos econômicos e empresas em outros setores, sistematiza essas informações e as torna acessíveis ao público em geral”.

Reforça-se aqui novamente a lacuna legislativa de modo que:

A pesquisa apresenta o nível de concentração da propriedade dos meios de comunicação e mostra que o marco legal brasileiro é insuficiente para impedir que poucos grupos dominem o mercado (Rede Brasil Atual, 2017).

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos meios de comunicação de maior audiência no Brasil. Cada valor corresponde à quantidade de veículos (TVs, rádios, jornais ou portais) controlados por cada grupo midiático no período analisado.

Gráfico 1 - Distribuição dos meios de comunicação de maior audiência no Brasil.



Fonte: Monitoramento da Propriedade da Mídia / Media Ownership Monitor/MOM, 2017.

Outro fator que potencializa a concentração da mídia está relacionado ao envolvimento de deputados federais e senadores no controle de meios de comunicação. Conforme apontado pelo estudo do Intervozes:

[...] na maioria dos casos os laços entre políticos e meios de comunicação “são forjados por meio de estruturas de rede e acordos comerciais em que grandes radiodifusores nacionais sublicenciam sua marca e seu conteúdo para empresas no nível estadual”.

Ainda segundo a pesquisa, esses afiliados atuam como redistribuidores e são “um veículo de copropriedade para pessoas poderosas em seus estados e municípios”.

A redação da Rede Brasil Atual (2017) esclareceu que:

Em vários estados, as afiliadas das grandes redes são controladas por empresas que representam diretamente políticos ou famílias com tradição política, geralmente proprietárias de empresas em mais de um setor da mídia, o chamado “coronelismo eletrônico” (Rede Brasil Atual, 2017).

A pesquisa que apontou os caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil, também revelou a alarmante concentração dos meios de comunicação no Brasil, na qual:

[...] quatro grupos dominam 69,4% de toda a audiência televisiva. Indo além, é possível afirmar que boa parte dos meios de comunicação tradicionais do país (rádio, televisão aberta, jornais, revistas) é controlada pelas famílias Marinho (Organizações Globo), Abravanel (SBT), Saad (Rede Bandeirantes),

Sirotsky (RBS), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de São Paulo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), bem como por duas igrejas, a Universal do Reino de Deus (Record) e a Igreja Católica (Rede Vida).

Aliás, as pesquisas mostram que quanto mais pobre é a região maior é o nível de concentração de mídia (Caminhos..., 2015, p. 15).

O mapa do “coronelismo” nos meios de comunicação tem forte participação das famílias Magalhães, na Bahia, da família do ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello, em Alagoas, e da família Barbalho, no estado do Pará (Rede Brasil Atual, 2017).

A propriedade cruzada também é observada, por um lado, na medida em que o grupo Rede Globo se destaca como líder do mercado de TV aberta, agregando ainda sua subsidiária (GloboSat) na TV por assinatura, somando ainda o portal Globo.com, como o maior veículo de notícias on-line e as redes de rádio Globo Am/FM e a Central Brasileira de Notícias (CBN). Por outro lado, o grupo Record opera a TV Record e Record News, o jornal Correio do Povo e o portal R7 (Rede Brasil Atual, 2017).

Em 18 dezembro de 2023, Gésio Passos, repórter da Rádio Nacional – Brasília, divulgou que o FNDC pediu o veto ao projeto que amplia o número de concessões de rádio e TV que um grupo pode ter, de forma que:

A proposta amplia o limite de concessões de rádio para uma mesma empresa de 6 para 20 emissoras. Já o limite para concessões de TV na mão de um mesmo grupo passaria de 10 para 20. Os canais de rádio e TV são concessões públicas, que são cedidas para empresas privadas públicas e estatais para sua operação durante determinado período (Passos, 2023).

O próprio FNDC se manifestou em 14 de dezembro apontando que o Projeto de Lei “(PL) aprovado no congresso possibilita que poucos grupos controlem cada vez mais emissoras”. Ainda, a entidade “reafirma sua posição contrária ao PL 7/2023 e, após o absurdo de sua aprovação na Câmara e pelo Senado, apela ao Executivo para que impeça tamanho retrocesso” (Fórum Nacional...[FNDC], 2023).

No dia 15 de janeiro de 2024, o Ministério das Comunicações, divulgou na rede social Instagram a aprovação do PL 7/2023, destacando no *lead* da notícia:

Um grande avanço para a radiodifusão brasileira!

O presidente Lula sancionou hoje (15/01) o Projeto de Lei 7/2023 que vai trazer melhorias para o setor” (Ministério das Comunicações, 2024a).

Segundo nota publicada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 17 de janeiro de 2023:

A sanção do Projeto de Lei 7/2023 pelo presidente Lula, nesta segunda-feira (15/1), é mais um ponto no placar da concentração da mídia no Brasil. A lei ampliou os limites de concessões de rádio e TV por grupo econômico ou empresa de seis para 20, no caso das rádios, independente da modalidade de frequência (ondas médias, curtas ou tropicais), e de dez para 20 no caso das emissoras de TV (FENAJ, 2024).

A própria Federação destacou o papel do FNDC, que, recentemente:

atuou intensamente com campanha nas redes sociais e junto ao governo pelo veto presidencial, tentando alertar o governo sobre a contrariedade do texto à Constituição Federal, que estabelece em seu Art. 220 que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (FENAJ, 2024).

O documento reforça ainda que o governo ignorou a recomendação do Conselho de Participação Social da Presidência da República, quanto ao veto ao projeto, no qual:

O presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil), Geremias dos Santos, faz duras críticas à sanção da lei. Representante do FNDC no Conselho de Participação Social do governo Federal, ele relata que o órgão havia recomendado ao presidente Lula que vetasse a matéria. “Infelizmente, o presidente não atendeu a essa que foi também a primeira recomendação do Conselho e preferiu ficar com os coronéis da mídia” (FENAJ, 2024).

A nota destacou que:

O texto dessa lei tramitou em caráter de urgência e em tempo recorde no congresso nacional, sem nenhum diálogo com a sociedade, e o resultado será um sistema de mídia ainda mais concentrado e verticalizado. O Brasil deve caminhar para coibir a concentração nas comunicações e não a favorecer.

Nos documentos oficiais arquivados no repositório¹¹ da Câmara Legislativa não consta nenhum registro de manifestação ao veto por quaisquer instituições citadas.

Segundo Santana (2023):

A medida pode até parecer positiva e inclusiva, mas não é bem assim que funciona no Brasil. Portanto, precisamos entender o porquê dessa ação tão articulada – e danosa – em relação à comunicação ao findar o ano de 2023, e há alguns elementos muito relevantes (Santana, 2023).

Entre os elementos destacados, cita que:

¹¹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2345634>

Em primeiro lugar, precisamos falar, sempre, na **concentração que marca o sistema comunicacional brasileiro**. Poucos grupos empresariais concentram a esmagadora maioria dos veículos de comunicação, contrariando a regra da Constituição de 1988 para evitar a propriedade cruzada dos meios;

[...] Outro aspecto é que **a extrema-direita e suas derivações têm uma clara compreensão do papel e da importância da comunicação** em todos os ambientes, não apenas o digital, e se organiza muito bem nesse sentido.

[...] Um terceiro elemento nesse contexto é que **houve uma grande expansão do uso da mídia tradicional, dos meios de comunicação, por grupos religiosos ultraconservadores**, que usam esses canais para difundir sua pauta moral, que se alinham às pautas do bolsonarismo.

[...] **a consolidação da desinformação e a expansão do uso da comunicação tradicional por grupos específicos são duas bases de um mesmo projeto político de extrema direita**, que tem nessa articulação um poderoso instrumento para consolidar suas pautas e difundir a realidade paralela – como bem vimos nos últimos anos.

[...] E nesse sentido, **a articulação e a interface entre os vários sistemas – midiático, religioso, político – confere à produção desse ecossistema de desinformação uma capilaridade gigantesca** e muito eficiente no agendamento de temas, na projeção de atores políticos, na resignificação de conceitos, na reconfiguração do debate público. Portanto, a aprovação de um projeto como o PL 7/2023, que amplia enormemente as possibilidades de outorga de TVs e rádios no país, que passou despercebida por todos, é especialmente danosa e se configura numa forte ameaça à democracia, sobretudo quando se aproxima um novo período eleitoral (Santana, 2023).

Estes recentes dados obtidos trazem um claro retrato do fato de que mesmo diante de um governo progressista, em países do Sul Global, rende-se ao poder hegemônico sustentado pela maior parte da bancada legislativa do Senado Federal, atendendo à lógica neoliberal, favorecendo poucos grupos que controlam cada vez mais emissoras de rádio.

Este trabalho convida a refletir sobre a trama política estabelecida por representantes do Legislativo - deputados e senadores -, que buscam utilizar esse ecossistema de desinformação para consolidar um “moto perpétuo” hegemônico na ocupação do espaço hertziano, relacionado às comunicações, assim como na ocupação do espaço, vinculado ao agronegócio.

A política neoliberal atua de modo que a concentração de outorgas funcione como um verdadeiro câncer, gerando um crescimento desordenado de novas emissoras e fomentando partidos e grupos de direita e extrema-direita. Esses grupos opõem-se às condições necessárias para a conquista da cidadania e de um ideário de nação.

Por outro lado, a comunicação radiofônica, em seu formato expandido pela internet, permitiu uma maior aproximação com redes e movimentos, como o #FicaEBC, e entidades voltadas para a democratização da comunicação e da

informação, como a Abraço Brasil, o FNDC, a Intercom e o Intervozes. Essa expansão possibilitou ir muito além do que se pode ouvir nos serviços de radiodifusão regional e do que se poderia esperar, mesmo de um governo de base progressista.

Desta forma, a tecnologia da internet constitui o meio de resistência no qual a mídia alternativa brasileira se fortalece por meio da organização de seminários, congressos e espaços de entrevistas e debates entre docentes pesquisadores, radialistas e sociedade civil.

Nesse sentido, é importante destacar que esses canais não devem constituir nova concentração de mídia, em uma espécie de bolha contra-hegemônica, isolada. Devem fortalecer o que se pode chamar de “sonho utópico da radioresistência”, interagindo de forma conjunta para o fortalecimento da comunicação democrática, promovendo a expansão do conhecimento e da condição de cidadania.

3.3.2 Regulação de mídia

Por outro lado, propor nesse trabalho uma discussão da regulação da mídia e meios de comunicação social requer, ainda que de forma breve, apresentar as “lacunas legislativas” apontadas por Ana Claudia Mielke em uma das reflexões “sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa”, sejam relacionadas ao Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), decreto-lei no. 4.117 de 1962, e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, decreto-lei no. 52.795, de 1963. Ambos, tratam de dois aspectos centrais relacionados aos direitos humanos na mídia (Mielke, 2015, p. 20).

A integrante do Intervozes descreve e responsabiliza o CBT como:

[...] uma lei federal promulgada em 1962, ou seja, há mais de 50 anos.
[...] cabe ao CBT regular todo o processo administrativo-legal e técnico da radiodifusão brasileira. (Mielke, 2015, p. 21)

Juntamente com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado em 1963, esclarece que o CBT “trata-se do principal instrumento usado para regulação da radiodifusão hoje no país” Mielke (2015, p. 21), no qual:

O CBT determina que, na exploração do serviço de radiodifusão “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País” (art. 32, “d”).

[...] E que a “liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício” (art. 52) (Mielke, 2015, p. 20).

Cita como uma das fragilidades do CBT, a utilização dos meios de comunicação dando oportunidade a discursos como “a prática de crime, ou contravenção, incluindo a propaganda de guerra, a ofensa à moral familiar, pública, ou aos bons costumes...”, ressalta Mielke (2015, p. 20).

Destaca ainda que o decreto 52.795/63:

[...] proíbe as concessionárias de transmitir programas que atendem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico” (art. 28, item 12) (Mielke, 2015, p. 21).

Em seu trabalho, Meike deixa claro o papel dos serviços de radiodifusão, com a finalidade educativa e cultural, com exceções de exploração comercial sob a forma que não prejudicar interesses afins (Meike, 2015, p. 21).

Diante da robustez dessa legislação que rege as telecomunicações e da própria Carga Magna brasileira, “existem poucas leis diretamente voltadas ao campo da comunicação de massa [acabando] por dificultar a responsabilização objetiva das empresas em caso de violações” e suas fragilidades (Mielke, 2015, p. 21).

Mielke (2015, p. 21) sintetiza que a legislação “não acompanhou a evolução tecnológica do setor, tampouco o debate político ocorrido no Brasil nas últimas cinco décadas”.

Esse marco regulatório limita e expõe a vulnerabilidade da comunicação social e popular frente às grandes redes de rádio e emissoras de TV, que determinam os rumos dos serviços de telecomunicações por meio de uma política permissiva que beneficia apenas os velhos oligopolistas do dial.

A proposta deste tópico não tem o objetivo de aprofundar as temáticas racial e dos direitos humanos, mas busca mobilizar esforços em prol da democratização da informação.

Em suas considerações, traz a possibilidade de enfrentamento para as “lacunas legislativas” ao citar uma proposta de uma nova legislação geral para a radiodifusão, lançada publicamente pela sociedade civil em 2013 (Mielke, 2015, p. 25). Apresenta ainda que:

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular (da Comunicação Social Eletrônica) elaborado por diferentes entidades e movimentos sociais de todo o País, visando a regulação da comunicação eletrônica de massa (radiodifusão) é uma iniciativa de campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”, coordenada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Diante do cenário que se formava no país, com o fortalecimento de frentes neoliberais ultraconservadoras, em 2015, Mielke (2015, p. 26) afirmou que esses enfrentamentos “são apenas algumas sugestões de caminhos para enfrentar as lacunas legislativas encontradas hoje no País, que contribuem, para a perpetuação das violações à dignidade humana nos programas “policialescos”.

Além de revisitar os elementos do projeto de pesquisa, foram elencados os conceitos estruturantes e esclareceu-se o que se entende pelo conceito de desterritorialização do ouvinte, na escala hertziana, elemento para tentar compreender a geografia da desconstrução sem esgotar o tema Meio Técnico-Científico-Informacional.

Ao falar sobre a tirania e violência da informação, Santos (2004a, p. 19-20) esclarece que:

Um dos traços do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares.

[...] Fala-se, também, de uma humanidade desterritorializada, uma de suas características sendo o desfalecimento das fronteiras como imperativo da globalização, e a essa ideia dever-se-ia uma outra: a da existência, já agora, de uma cidadania universal. De fato, as fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro do território. A humanidade desterritorializada é apenas um mito. Por outro lado, o exercício da cidadania, mesmo se avança a noção de moralidade internacional, é, ainda, um fato que depende da presença e da ação dos Estados nacionais (Santos, 2004, p.19-20).

É importante esclarecer que – apoiando-se no neologismo de Rancière, citado por Koga (2003, p. 39) – assume-se os riscos de apresentar uma tentativa de resposta para uma fase posterior da tese, na qual se deve atentar e reconhecer que “as relações entre a ordem do mundo e os desejos dos que estão submetidos a ela apresentam um pouco mais de complexidade do que creem os discursos eruditos”.

As leituras de Brecht, Benjamin e Lowy possibilitaram o exercício de amplificação histórica pela identificação de dois períodos com características similares, porém com significação e conteúdo históricos inteiramente outros, quanto

ao totalitarismo do momento político e ao uso ideológico dos meios de comunicação, do rádio, particularmente. Inspiraram o pensamento na perspectiva da resistência e de uma possível e necessária reorganização da comunicação popular.

Koga (2003) permitiu imergir na discussão dos territórios de vida e territórios vividos. O que ajuda a dizer, hoje, que o território da radiodifusão, entre emissores e receptores, englobando as distintas categorias de ouvintes, mas também estudiosos do rádio, é permeado de subjetividades. Nesse sentido, quem ouve e/ou interage com o rádio, em suas distintas modalidades, se relaciona de uma forma ou outra, constituindo um espaço de comunicação social, troca de ideias e informações, ampliação da consciência e força de resistência.

Nesse contexto, os aportes teóricos de Ruas (2005) e Cogo (1998) são fundamentais para a resignificação da comunicação popular e da rádio comunitária como objeto de movimentos e organizações sociais emergentes.

3.3.3 Comunicação Comunitária: democratização da comunicação e o desenvolvimento local/regional

A geografia da radiodifusão, tema desta tese, busca na capilaridade das rádios comunitárias o caminho mais concreto para identificar as emissoras situadas fora do núcleo hegemônico da comunicação radiofônica brasileira.

O ponto de partida para a tese nasceu da aproximação com obra de Milton Santos em vista de estabelecer uma lente teórica para uma leitura da história da radiodifusão brasileira e de sua atualidade frente ao processo de globalização e o cenário de um Estado pós-democrático, ocasionando sua consequente desconstrução tecnossocial e impactos de ordem territorial.

Em particular, o documentário de Tandler (2006) em “Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Uma proposta libertária para estes dias tumultuados” foi determinante para que a trajetória de formação técnica do autor e sua natureza empírica pudesse se encontrar com conceitos, consensos, propostas de revanche social. Por meio da interação com a programação da Rede Abraço Brasil e dos desdobramentos com o Intercom e Intervezes, há a oportunidade de erguer uma proposta do fazer a radiodifusão, “sem erguer antenas”. Ou seja, por meio da

participação em entrevistas “no rádio, nas redes sociais e nas ruas”¹², o autor assumiu a condição de “ouvinte falante” nas entrevistas e programas que transbordaram para as redes sociais e sítios eletrônicos e assim, praticar a pesquisa-ação de modo a entender e participar da luta pela democratização da comunicação e compreender o papel das rádios comunitárias no desenvolvimento local/regional da sociedade e, conseqüentemente, rever o papel do Estado na sociedade, suas implicações na radiodifusão, para que se possa tensionar outra lógica possível diante dos períodos tecnológico e demográfico.

Essa tese, orienta-se pela proposta de Gomes (2001), na qual a radiodifusão comunitária brasileira deixou seu legado de possibilidades para o desenvolvimento local, por meio do real exercício profissional e mobilizador social na figura do fomentador da comunicação.

Duas décadas depois, essa tese identifica uma condição indissociável nos estudos da radiodifusão: ir além do que se pode ouvir na faixa de frequência em FM, como a única faixa sobrevivente na maioria dos receptores portáteis, veiculares ou mesmo nos portais agregadores de *streaming* de rádios, gerando uma representação de que o rádio atual consiste apenas em um veículo no qual o sertanejo popular, o discurso religioso e as fontes “policialescas” são as únicas fontes de informação.

O transbordamento da informação radiofônica contra-hegemônica, produzido pelas mídias independentes por meio das redes sociais *Facebook* e *YouTube*, trouxe à pesquisa uma descoberta: a importância da radiodifusão comunitária. Mesmo estando nas “bordas” ou na “periferia” da escala de frequência modulada, essas rádios apresentam uma nova possibilidade de se fortalecerem e, de certa forma, saírem da “zona de conflito” ou do “espaço de tensionamento” do dial, onde as emissoras com maior potência de transmissão sobrepõem o sinal das rádios comunitárias (Radcom).

Ainda que em um nível de análise de resenha, os textos seguintes trazem citações norteadoras para o construto da radiodifusão comunitária.

O trabalho “Rádio cidadão: um guia para a ação”, dedicado a profissionais do rádio, comunicadores populares e estudantes de comunicação, buscou contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e programação de emissoras cidadãs (Detoni; Piovesan, 2013). Os autores trazem uma perspectiva na qual os eixos da comunicação e

¹² Expressão utilizada pela locutora Rejane Barros, na Rádio A Voz do Povo, A Voz de Deus, em Arapiraca, Estado de Alagoas.

desenvolvimento, novas tecnologias, gestão e programação são pilares para a ação em que o rádio é um elemento para a cidadania. Destacam que:

Em plena era da internet, das redes sociais e da telefonia móvel que permite a convergência de mídias, a mais antiga e simples das tecnologias de comunicação de massa é o que há de mais revolucionário no cenário midiático do mundo em desenvolvimento, onde ler, escrever e compreender os sentidos de um texto ainda é um desafio para milhares de pessoas.

Limitadas até recentemente à exploração comercial de alguns poucos concessionários ligados ao poder, as ondas do rádio vão, aos poucos, oferecendo ao cidadão comum uma oportunidade de participação na vida pública.

Das favelas brasileiras aos vilarejos miseráveis da Índia, pequenas e grandes emissoras comunitárias abrem os microfones para vozes nunca antes levadas ao ar (Detoni; Piovesan, 2013).

Em um resgate contextual e histórico em “Rádios Comunitárias no Brasil”, no qual essas se tornaram um dos principais movimentos pela democratização da comunicação no Brasil, Costa Filho (2020) esclarece que:

As rádios comunitárias representam um marco fundamental na luta pelo direito à comunicação no Brasil. Desde os anos 1970, diversos grupos com distintos objetivos ousam desafiar os privilégios de uma legislação que restringia a transmissão radiofônica somente para empresas e fundações estatais autorizadas (e quase sempre aliadas a governantes) (Costa Filho 2020).

Costa Filho traz ainda uma síntese dos limites e perspectivas da radiodifusão comunitária:

[...] As rádios comunitárias no Brasil estão longe de conquistar o direito à comunicação, devido à falta de equidade em relação à mídia comercial tanto no tratamento legal quando nas condições de funcionamento dessas emissoras (Costa Filho, 2020).

O meio técnico, compreendido entre características de transmissão (potência *versus* alcance) é determinante para trazer uma dimensão das limitações da radiodifusão comunitária. Nesse sentido, Costa Filho diz que:

Enquanto os conglomerados comerciais possuem estações em qualquer frequência e com potências, geralmente, a partir de 1.000 watts, as rádios comunitárias estão limitadas à potência de 25 watts e um canal por região, condenando a sobreposição das emissoras em muitas localidades e impossibilitando os ouvintes de escutarem uma ou outra transmissão (Costa Filho, 2020).

Os estudos de Peruzzo trazem importantes contribuições para o entendimento das rádios comunitárias. Entre eles, relacionam-se o trabalho da “Participação das Rádios Comunitárias no Brasil”, no qual a autora descreve que:

As rádios comunitárias trazem aspectos inovadores quanto ao conteúdo de sua programação e processo de gestão. Estão contribuindo para acelerar a regulamentação no setor de radiodifusão de baixa potência e para acirrar o debate sobre a democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil, historicamente concentrados nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos (Peruzzo, 1998, p. 1-2).

Para a autora a expressão rádio comunitária surgiu da dinâmica da criação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) e outras associações estaduais como a Associação das Rádios Comunitárias do Ceará (ARCOCE). (Peruzzo, 1998)

Peruzzo (2010, p. 1) descreve ao menos quatro modelos de rádio comunitária no país: a) Rádios comunitárias legalmente constituídas; b) Rádios livres comunitárias; c) Rádio de alto-falante; d) Rádios virtuais comunitárias. Isso dá às rádios comunitárias um histórico singular no Brasil, afirma:

[...] Podem ser sistemas comunitários de alto-falantes, emissoras livres comunitárias em FM, emissoras comunitárias legalizadas em FM, rádios virtuais comunitárias organizadas só no ciberespaço, além daquelas que transmitem simultaneamente no dial e online (Peruzzo, 2010, p. 3).

Além da definição e categorização de rádios comunitárias, Peruzzo colabora com significativa contribuição de ambientação aos estudos do setor.

No aspecto tecnológico, a autora comenta que:

Mas, a rádio comunitária que neste início do século XXI incorpora com naturalidade a tecnologia de transmissão em frequência modulada e se inclui de forma crescente na internet - tanto da modalidade web rádio (netradio - emissoras que irradiam a partir do dial mas que também estão online), como rádios virtuais (webcasters ou internet-only - aquelas que existem apenas no ciberespaço)⁸ -, não acabou com a rádio-poste ou de alto-falante, inicialmente batizada carinhosamente pelos ativistas de “rádio do povo”, o que quer dizer a única rádio a que a população tem acesso e a maneja segundo seus próprios critérios [...] (Peruzzo, 2010, p. 4).

Diante dos contrastes culturais e da disponibilidade de recursos técnicos, esclarece que:

Esta modalidade de rádio comunitária continua desempenhando papel informativo e educativo relevante em muitas regiões do Brasil, um país de contrastes. Em determinadas áreas o alto-falante continua sendo um meio de comunicação viável e funcional para suprir as necessidades comunicacionais de cada localidade. Em muitos municípios brasileiros não há, se quer, uma emissora de rádio local ou comunitária. As rádios comerciais que ali são

alcançadas e ouvidas pela população levam programações produzidas nas capitais ou nas cidades mais importantes da redondeza, as quais privilegiam temas e interesses dessa realidade mais distante e, portanto, não possuem vínculo local, e se existir é extremamente tênue. Tal situação ajuda a explicar a importância que as rádios comunitárias passam ter no país desde a última década do século XX (Peruzzo, 2010, p. 4).

Em suas considerações, a autora enfatiza que as rádios comunitárias:

[...] representam o inconformismo com o sistema de controle dos meios de comunicação no país. Ousam desafiar o poder público e, ao mesmo tempo, declarar suas pretensões de legalidade. Sabem que são importantes no contexto de localidades porque podem colaborar no desenvolvimento social e da cidadania (Peruzzo, 2010, p. 4).

Após essa breve introdução ao tema da radiodifusão comunitária e seu rebatimento do espaço hertziano e terrestre, sob a ótica de transmissão e recepção, é destacada sua importância no desenvolvimento local, mesmo nesse trabalho, não sendo considerada as emissoras de baixa potência ou “pequenas”.

Foi dado ênfase a radiodifusão comunitária expandida na internet, a exemplo das emissoras CPA FM (em Cuiabá/MT) e A Voz do Povo A Voz de Deus (Arapiraca/AL).

Levou em consideração a discussão geral da ocupação de novos espaços para expansão da comunicação, estendida no FM, sendo fundamental para reunir subsídios tensionar modelos hegemônicos de comunicação.

Nesse sentido, Ruas esclarece que:

A comunicação tem um papel fundamental no desenvolvimento local, primeiramente porque, com a organização humana em sociedade, a comunicação passa a ser elemento essencial de vida.

[...] A comunicação confunde-se com a própria vida.

[...] É ela uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social (Ruas, 2005, p. 107).

Faz-se necessária aqui a “sintonia fina” de que a radiodifusão sonora não é limitada aos serviços de emissoras hegemônicas, aquelas que possuem maior infraestrutura de transmissão e alcance territorial, como foi o caso da Jovem Pan AM e atualmente Jovem Pan FM, que atualmente se estende para os aplicativos de telefones móveis, por meio da plataforma *Panflix*, que soma mais de um milhão de *downloads* em loja de aplicativo.

Ruas (2005, p. 113) esclarece que as experiências de comunicação popular, relatadas por Cogo (1998, p. 36), “...estão, na realidade na origem das próprias

Comunidades Eclesiais de Base (CEB) no Brasil”. Juntamente com o funcionamento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (atual Rádio MEC), em 1923, marcaram seu pioneirismo com o propósito de “lutar pela cultura dos que vivem em nossa terra”.

Dessa forma, Ruas deixa claro que “a comunicação de massa se relaciona com o capital internacional; a comunicação popular com a organização dos movimentos sociais de base” (Ruas, 2005, p. 113).

Em entrevista cedida à Abraço Brasil, a economista e pesquisadora Luiza Dulci debateu o tema “A importância da economia regional e do desenvolvimento das pequenas e médias comunidades”, sobre como podemos colaborar que uma rádio comunitária não seja apenas trampolim de futuros candidatos conservadores, Dulci comenta que:

A gente de fato deve ocupar esses espaços da comunicação comunitária pra impedir que eles sejam utilizados como foi dito aí, como pra trampolim pra projetos políticos que não tem a ver com o princípio que originou as rádios comunitárias.

Agora para isso a gente precisa primeiro da audiência para as rádios. A gente precisa estar presente, a gente precisa ocupar né, mostrar que esses são veículos que interessam para nossa vida porque senão de fato, chega um cara com dinheiro, falo um cara no geral vai ser um homem né, um empresário sei lá o quê, uma pessoa com dinheiro que vai dominar essas rádios e vai começar a falar coisa que interessa a ele né e não a comunidade ali onde essa rádio está situada (Abraço Brasil, 2022a).

Esse primeiro resumo das transmissões ao vivo da Abraço Brasil pode ser identificado como um “ciclo de imersão à radiodifusão comunitária brasileira”, pois trouxe a ideia de que a dimensão de luta pela democracia e conquista da cidadania passa por esse território chamado de radiodifusão comunitária.

A tese busca agregar novas leituras nas quais radiodifusão comunitária não colabora apenas com o desenvolvimento regional dentro do contexto de convergência tecnológica no ambiente digital. Nesse sentido, a discussão sobre a radiodifusão cidadã deve levar em consideração que a ação não pode desconsiderar a internet como um novo meio de fazer comunicação.

O trabalho de Galvão Júnior (2023, p. 172) apresenta “pontos de intersecção que envolvem o rádio e o desenvolvimento dos territórios no decorrer dos 100 anos de operação oficial no Brasil...”. Entre seus referenciais teóricos, os pensamentos de Lima (1965) e Ortriwano (1985) são úteis para tecer reflexões sobre a interface entre rádio e desenvolvimento regional (Galvão Júnior, 2023, p. 174).

Para compor esse mapa geográfico da conexão entre o rádio e o desenvolvimento regional, Galvão Júnior (2023, p. 176) atribui à diversidade de

conteúdo, gêneros, e à variedade de intenções e segmentações, o que “retrata as características das regiões onde operam as rádios, bem como o cotidiano e a cultura dos povos, evidenciando, assim, o envolvimento desse meio com o desenvolvimento local e regional”.

Reforça ainda que “a operação de emissoras hertzianas em todo o território brasileiro” é outro fator determinante na contribuição do rádio ao desenvolvimento local e regional (Galvão Júnior, 2023, p. 177).

Aspectos como: a) o “papel social das rádios hertzianas no cotidiano das distintas localidades brasileiras”, como é o caso da Rádio Nacional da Amazônia para ouvintes da região Terra do Meio, no Pará; b) a “capacidade do rádio em estabelecer contato com comunidades presentes nos mais inóspitos rincões”, conceituada por Ortriwano (1985, p. 78) como “penetração geográfica” e, c) o aumento de rádios comunitárias no Brasil, são fatores que reforçam a interface dos estudos da radiodifusão e do desenvolvimento local e regional, por conta da natureza geográfica que é estabelecida dentre emissoras e ouvintes.

A aproximação com os estudos de Galvão Júnior nesse capítulo dedicado à radiodifusão, comunicação social, a própria radiodifusão comunitária e a interface com o desenvolvimento local regional, traz oportunidade para que a conexão e a aderência aos estudos do planejamento urbano e regional sejam nitidamente visualizadas e interpretadas.

Cabe então estudar e propor caminhos para o avanço da comunicação popular diante de um cenário no qual a internet e os telefones inteligentes (*smartphones*) são protagonistas. Busca-se a oportunidade de escolher um outro futuro, não apenas determinado pela atual onda tecnológica, mas sintonizado com práticas inclusivas – baseadas em experiências como o uso de rádios de antena e pilha – que incluam os povos originários e atuem nos espaços decoloniais ao redor do mundo.

Busca-se identificar outras possibilidades nas quais a comunicação social dará sentido ao que se considera como sociedade, em seu início (princípios), fim (objetivos) e o meio (estruturas).

A remodelação do território comunicacional, observada na geografia da transmissão e recepção radiofônicas - seja em rádios de antena e pilha ou nas redes sociais -, evidencia uma herança de ocupação urbana desigual: de um lado, políticos

e empresários que concentram a maioria das outorgas, dominando amplas faixas do dial FM; e de outro, as Rádios Comunitárias, ocupadas por grupos minoritários.

Diante da expectativa de um acordar revolucionário no final da primeira metade da década de 2020, espera-se que o poder público legisle de modo a quebrar o ciclo do processo de desconstrução político-midiática, para que, assim, seja possível reconstruí-la, além de estabelecer novas regras que fortaleçam a radiodifusão comunitária, evitando lacunas legislativas e a concentração de mídia que, muitas vezes, sufocam as possibilidades de expansão da comunicação comunitária, mesmo sob mandatos progressistas.

O capítulo buscou ambientar os temas da radiodifusão, da comunicação social, das rádios comunitárias e de suas aderências aos estudos que transcendem as divisões urbano-rurais. Nele, formatos de transmissão e infraestruturas - tanto técnicas (antenas, transmissores) quanto humanas - exercem um reflexo direto no território, seja na instalação das emissoras, no alcance das transmissões ou no caráter formativo do cidadão.

Foram apresentados, ainda, os avanços e fragilidades dos marcos regulatórios responsáveis pela legislação do setor da comunicação social, além de identificados os antagonistas no processo de democratização da informação. Esses antagonistas incluem tanto representantes legislativos quanto membros da sociedade civil - os chamados "latifundiários do dial" da radiodifusão -, que atuam contra o ideário de uma comunicação cidadã.

4 ESTADO: MISSÃO, REGULAÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA RADIODIFUSÃO

O segundo capítulo explora a trajetória da missão educativa do Estado até sua conversão em uma função ideológica e comercial. Também analisa a regulação e a desconstrução do setor das telecomunicações, com um panorama das políticas de comunicação no Brasil à luz do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Por fim, aborda o agravamento das condições do setor após a segunda metade da década de 2010, que gerou desconforto e incerteza sobre o futuro do rádio, ainda durante a fase de desenvolvimento desta pesquisa.

Para que se possa realizar uma análise lúcida e atual desse impacto, em tempos de convergência tecnológica, é considerar a categoria Estado-Nação para compreender o papel do Estado na regulação, exploração e oferta dos serviços de radiodifusão, ainda que em um recorte na escala nacional, para essa versão do documento.

Em “A totalidade do espaço”, Santos (2005) destaca que:

Um Estado-Nação é uma formação Socioeconômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A ‘região’ não têm existência autônoma, [não é sujeito] ela não é mais que uma abstração [uma regionalização] tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo (Santos, 2005, p. 43).

A lente teórica de Milton Santos dá condições para construir uma visão abrangente, de “conjunto”, na busca de entender a sociedade e os processos históricos. Para o geógrafo, o Estado, constitui um agente regulador e intermediador para evitar o desmantelamento e/ou agravamento das condições que colaboram para um modelo de crescimento e desenvolvimento social inadequado.

Ao discorrer sobre as novas funções do Estado, Milton Santos colabora na identificação da raiz do agravamento da soberania nacional, em particular, relativa às telecomunicações. Para ele, o que se entendia como “noção tradicional” do Estado que unifica, une e reúne, assume um caráter socialmente “demoníaco”, toma nova forma frente às novas realidades da economia internacional. Tal noção tradicional:

Empalidece nas condições político-econômicas do período tecnológico: comando da economia mundial à escala mundial; política internacional fundamentada em interesses econômicos a curto e a longo prazos; desconhecimento das verdadeiras riquezas nacionais pela maior parte dos países; papel das minorias no interior de cada nação; insatisfação crescente

das populações, principalmente das populações pobres, provocada contraditoriamente pelas condições do sistema atual (...) (Santos, 2004, p. 221).

Para Souza, ao referir-se à revolução científico-tecnológica, a participação do Estado nos meios de produção é importante, porém, no mundo neoliberal, o Estado se distancia daquilo que é importante para o povo: “o dinheiro “manda mais” que o Estado”. O Estado, conseqüentemente, obedece às empresas dos detentores do capital (Souza, 2020).

Milton Santos nos conduz a pensar que o Estado tem atuado mais como cúmplice do processo de acirramento das desigualdades sociais (GOMES, 2020) o que, conseqüentemente, traz sérios impactos nas condições socioterritoriais das populações mais desfavorecidas.

Entender o papel do Estado antes e após a década de 1980 é essencial para que se possa mensurar seu protagonismo, ou não, no âmbito das telecomunicações. O que se viu, foi uma mudança no papel de um agente que passa de detentor/provedor dos serviços durante o período de integração nacional, sob o regime militar nos anos de 1960, para assumir o papel de agente regulador com o avanço do neoliberalismo e o processo de privatizações.

Milton Santos (2004a, p. 164) afirma haver uma verdadeira “erosão da soberania nacional”, mas afirma ser um equívoco considerar que o Estado se tornou desnecessário, pois, “na realidade, a emergência de organizações e firmas multinacionais realça o papel do Estado, tornado mais indispensável do que antes”. Para melhor compreender a realidade atual, é preciso considerar que o Estado assume novas funções, frente aos desafios do mundo de hoje e da realidade contraditória do país.

No período tecnológico, o autor esclarece que a noção tradicional do Estado é enfraquecida, retirando de si “uma parcela importante de suas funções e de sua força, mas [que] também fazem dele um instrumento indispensável” (Santos, 2004, p. 222).

Para melhor compreensão da regulamentação da radiodifusão, deve-se atentar para os novos papéis do Estado diante de novas realidades e demandas:

Os papéis atuais do Estado são também devidos às novas necessidades, às quais a maioria dos indivíduos não poderia isoladamente responder, como as ligadas ao tamanho tecnológico dos instrumentos de trabalho, de comunicação, ou de informação (Santos, 2004, p. 222).

Se as novas realidades da economia internacional e nacional revelam uma difusão desigual do acesso às tecnologias e, sobretudo, à garantia efetiva dos direitos sociais, políticos, humanos e territoriais, o futuro das comunicações sem redefinição dos novos papéis do Estado, inclusive como propagador ou criador de novos ideários de transformação e equidade social, perpetuaria um modelo inadequado e perverso de organização socioespacial, “para [o] prejuízo de muitos (...) e (...) o privilégio de poucos” (Santos, 2004).

4.1 Da missão educativa à função ideológica e comercial

A proposta deste tópico é resgatar os antecedentes históricos dos serviços de transmissão radiofônica no país, entre seu surgimento no estado do Rio de Janeiro, a criação da Rádio Sociedade e Rádio MEC, até a estatização da Rádio Nacional do Rio de Janeiro em 1940, constituindo um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento em todo território nacional.

Ortriwano relata que as primeiras experiências de emissão de rádio no país datam do ano de 1919, quando experiências de amadores, na cidade de Recife, inauguravam a Rádio Clube de Pernambuco.

Logo após a criação da BBC de Londres, surge na cidade do Rio de Janeiro, a primeira emissora de rádio. Conforme descreve Ortriwano:

Oficialmente, o rádio é inaugurado a 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, quando através de 80 receptores especialmente importados para a ocasião, alguns componentes da sociedade carioca puderam ouvir em casa o discurso do Presidente Eptácio Pessoa (Ortriwano, 1985, p. 13).

Moreira (1991, p. 15) chama atenção para os demais acontecimentos que “agitaram” o país, ainda em 1922: Semana de Arte Moderna de São Paulo e a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Destaca também que “somente no ano seguinte, em 1923, o rádio iniciaria a sua trajetória no País, com a instalação da primeira emissora brasileira: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette-Pinto.

Ortriwano traz mais esclarecimentos quanto à fase de implantação do rádio no país, trazendo uma dimensão quanto ao alcance social:

Mas o rádio nascia como meio de elite, não de massa, e se dirigia a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, então muito caros. Também a programação não estava voltada para atingir aos objetivos a que se propunham seus fundadores: “Levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”. Nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruístas (Ortrivano, 1985, p. 14).

Moreira ressalta o papel de Roquette-Pinto no processo de implantação do rádio diante de sua natureza educativa:

Como um intelectual entusiasta da popularização do conhecimento através de livros, jornais e revistas ganhou um novo e surpreendente impulso com a introdução do rádio no Brasil.

Além de antropólogo, etnólogo e escritor, o pioneiro do rádio no Brasil também era, no início dos anos 20, um defensor da necessidade de transmitir educação e cultura aos brasileiros espalhados por todas as regiões do país. Por essa razão, a primeira missão do rádio no Brasil, foi, basicamente, educativa (Moreira, 1991, p. 15).

Nessa atmosfera, Ferreira (2013, p. 5) informa que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro “Se mantinha no ar através das mensalidades dos ouvintes associados. Estas contribuições e doações de instituições públicas e privadas garantiam a manutenção da emissora, pois anúncios pagos eram vedados”.

E no ano de 1936, após 14 anos de sua fundação, Roquette-Pinto doou a Rádio para o Ministério da Educação. Moreira (1991, p. 18) salienta que “a doação de Roquete-Pinto, provocada pela inviabilidade comercial da emissora, resultou – em 1937 – na criação do Serviço de Radiodifusão Educativa, uma iniciativa do governo de Getúlio Vargas, “destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas educativos”.

A Sociedade Rádio Nacional (PRE 8), do Rio de Janeiro, pertencente à empresa A Noite, começou a operar em 12 de setembro de 1936. Em 1940, a encampação da Rádio Nacional pelo governo ditatorial de Vargas marcou o início de uma nova fase para o rádio brasileiro (Ferraretto, 2007, p. 110).

Moreira descreve assim a nova fase da Rádio Nacional:

O quadro até então predominante na área de publicidade radiofônica sofre duas mudanças fundamentais: em março de 1940, a estatização (por Getúlio Vargas) da Rádio Nacional do Rio de Janeiro altera o equilíbrio de forças do rádio brasileiro, principalmente o carioca. Transformada em emissora estatal, mas com o direito de continuar a veicular anúncios, a Nacional inicia, assim, sua trajetória como líder de audiência. O investimento de verbas governamentais somado à receita publicitária de origem comercial transforma a emissora em uma concorrente insuperável (...) (Moreira, 1991, p. 24).

A partir da década de 1930 “o rádio sofre uma transformação radical”, relata Ortriwano (1985, p. 15). A autora descreve que:

A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era “erudito”, “educativo”, “cultural” passa a transformar-se em “popular”, voltado ao lazer e à diversão.

[...] O comércio e a indústria forçam os programadores a mudar de linha: para atingir o público, os “reclames” não podiam interromper concertos, mas passaram a pontilhar entre as execuções de música popular, horários humorísticos e outras atrações que foram surgindo e passaram a dominar a programação.

[...] A preocupação “educativa” foi sendo deixada de lado e, em seu lugar, começaram a se impor os interesses mercantis (Ortriwano, 1985, p. 15).

Surge, então, a era do rádio comercial. Ortriwano (1985, p. 19) salienta que “o impacto do rádio sobre a sociedade brasileira a partir de meados da década de 30 foi muito mais profundo do que aquele que a televisão viria a produzir trinta anos depois”.

A autora salienta ainda que:

Os progressos da industrialização ampliavam o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores. As classes médias urbanas (principal público ouvinte do rádio) passariam a se considerar parte integrante do universo simbólico representado pela nação. Pelo rádio, o indivíduo encontra a nação de forma idílica: não a nação ela própria, mas a imagem que dela se está formando (Ortriwano, 1985, p. 19).

Posteriormente, Ortriwano (1985, p. 18) destaca que “em 1940, o governo decidiu que a Rádio Nacional ‘tinha que ser um instrumento de afirmação do regime’”; complementa que “o rádio entra nos anos 40, a chamada ‘época de ouro do rádio brasileiro’”, marcado pelo surgimento da primeira radionovela e a especialização de algumas emissoras em determinados campos de atividade: é o caso da Rádio Panamericana de São Paulo, seguindo o segmento de esportes, e a Rádio Tupi, com sua tradição jornalística (Ortriwano, 1985, p. 20-21).

A partir dos anos 1950, a Rádio Bandeirantes dá novo impulso ao radiojornalismo, influenciando a programação de outras emissoras (Ortriwano, 1985, p. 22). A autora complementa ainda que a década de 1950 foi marcada pelo lançamento dos serviços de utilidade pública, produzido pela Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro.

Já nos anos 1960 começam a operar as primeiras emissoras em FM. Ortriwano destaca que em meados de 1970, houve a especialização quando grandes emissoras tentam ganhar diversos segmentos dos públicos, mantendo programas que atinjam diferentes faixas e horários (Ortriwano, 1985, p. 24).

A década de 1980 é marcada pela incorporação de programação baseada no estilo de rádio “*all news*”, nos moldes americanos (Ortriwano, 1985, p. 24). Ao final da redação de sua obra, Ortriwano pode ainda relatar a tendência em meados dos anos de 1980 dizendo que mesmo pelo breve histórico de desenvolvimento do rádio no Brasil, pôde a autora verificar que o processo seguiu em paralelo ao próprio desenvolvimento do país, salientando que:

O rádio de caráter nacional, com a programação de uma única emissora atingindo diretamente todo o território, deixou de ter razão de existir, voltando-se mais para aspectos regionais, ligado à comunidade em que atua (Ortriwano, 1985, p. 28).

A especialização de redes de emissoras, a formação de redes de rádios e o surgimento das rádios livres foram determinantes para que o novo cenário estabelecesse as estratégias que iriam prevalecer até os dias atuais, tendo a internet como meio fundamental de conexões com os novos formatos do rádio.

É pertinente citar que revisitar a trajetória do rádio brasileiro por meio dos estudos de Ortriwano (1985) permite uma leitura, sem ainda, mergulhar nos marcos regulatórios, ou mesmo, nos avanços no âmbito da eletrônica: da válvula, transistores, até os microprocessadores e chips. Esse recorte traz contribuições para que se possa entender as rupturas e transformações nos hábitos da sociedade.

Revisitar o surgimento do rádio no Brasil, bem como sua função social e o papel do Estado, na política de incentivo à radiodifusão, permite-nos reavaliar as consequências advindas com a privatização do setor de telecomunicações, apresentadas no tópico seguinte. Essa problemática resulta de uma mudança histórica no setor de telecomunicações, com redefinição do papel do Estado, que passa de provedor de serviços desde o período do regime militar ao papel de agente regulador, mediante a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, com o avanço neoliberal e a privatização das Telecomunicações a partir de 1998.

Gualberto (2020) refere-se a esta mudança histórica apontando que:

A soberania brasileira sofria um de seus maiores golpes. Em 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou a maior privatização do setor de telecomunicações ocorrida no mundo até então (Gualberto, 2020).

Pieranti (2019, p. 202) salienta que “a política de outorgas é um dos instrumentos à disposição do governo federal para assegurar o pluralismo na

radiodifusão, estimular investimentos, fomentar a geração de empregos e ampliar a concorrência no setor”.

Apresentado um pequeno retrospecto do surgimento das primeiras transmissões radiofônicas no Brasil, serão abordados no próximo tópico os aspectos regulatórios que determinam o atual cenário de desconstrução do setor de telecomunicações no país.

4.2 Aspectos regulatórios das telecomunicações

Nesse tópico alguns marcos regulatórios das telecomunicações no Brasil serão mencionados com o intuito de situar avanços ou retrocessos, em relação ao Código Brasileiro de Telecomunicações, e estabelecer uma matriz para compreensão da desconstrução tecnossocial da radiodifusão.

Em sua tese de doutorado, e, posteriormente, em edição revista e ampliada, Vianna (1976, p. 19) informa que “o primeiro diploma legal regulando a utilização das comunicações por processo eletromagnético foi o Decreto Imperial nº 2.614, datado de 21 de julho de 1860”.

O autor aponta ainda que “em 27 de maio de 1931, editou-se a primeira consolidação das leis de telecomunicações, o Decreto Executivo nº 20.047. Tal ato manteve-se por trinta anos, até que, em 5 de outubro de 1962, entrou em vigor a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962” (Vianna, 1996, p. 155).

Para discussão dos aspectos regulatórios das telecomunicações, o trabalho de Ricardo Bolaño¹³ questiona em um dos volumes da Série “Questões Fundamentais da Comunicação”, qual é a lógica das políticas de comunicação no Brasil. Nesse tópico, sua obra contribui para entender a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) até meados da década de 1990, quando houve a reforma do setor das telecomunicações com o processo de privatização e rearticulação regional das empresas de telecomunicações, posteriormente chamadas de “teles”.

Ao apresentar o objetivo do trabalho, Bolaño dá subsídios para entender o modelo de regulação do setor audiovisual e do conjunto do macro setor das

¹³ Jornalista, doutor em economista e ex-membro da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), publicou o livro junto ao Observatório de Economia e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

telecomunicações no Brasil, de forma a apresentar a evolução histórica da legislação e as principais tendências frente aos atores hegemônicos que influenciam os processos regulatórios e legislativos (Bolaño, 2007). O autor propôs ainda:

Analisar a regulamentação à luz da regulação, no sentido propriamente regulacionista dos termos, na perspectiva da convergência entre o audiovisual, as telecomunicações e a informática, considerando a questão da diversidade cultural e da regionalização, dada a crescente importância da produção de programas, num momento em que a tendência à digitalização universal e a convergência apontam para uma reestruturação geral dos setores de software e conteúdo (Bolaño, 2007, p. 5).

Cabe ressaltar que em meados dos anos 2000 o autor deu atenção evidente à convergência dos meios de comunicação, porém muito ligado ao modelo de regulação do conjunto, chamado:

Macro setor das comunicações, sobretudo a partir das mudanças na lei da informática, que ganhou uma relevância redobrada no momento em que as redes telemáticas, especialmente a internet, passam a organizar-se em grande medida como indústria cultural e como meio de comunicação e locus da interação entre indivíduos”, os quais passam a despender assim parte do seu tempo livre, em prejuízo das velhas indústrias culturais que, por sua vez, tendem a se reestruturar para beneficiar-se também das novas oportunidades trazidas por aquelas redes (Bolaño, 2007, p. 8).

Apresentada em linhas gerais a perspectiva de Bolaño para entender a regulação do setor das telecomunicações, o autor destaca o caráter de “proteção” com a instituição do CBT, além de destacar a criação de conselhos, departamentos, ministérios, sistemas e associações ligadas ao setor que seriam determinantes para a reforma das telecomunicações nos anos de 1990, sob a lógica de um cenário globalizado.

Para o autor, a instituição do CBT, pela Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, representa:

A culminância de um complexo processo de lutas e negociações, remontando aos embates que, como em todo o mundo, separa os defensores de uma função eminentemente educativa e cultural, de um lado, ou comercial, de outro, para o rádio, nos anos 20 (Bolaño, 2007, p. 8).

Bolaño (2007, p 11) afirma também que:

O decreto 20.047, de 1931, que substituiu o primeiro Decreto, de 1924, já havia estabelecido que a radiodifusão era de interesse nacional, com fins educativos. O governo promoveria a unificação desse serviço numa rede nacional e definiria as concessões de emissoras, renováveis a cada dez anos, a organismos sociais ou privados (Capparelli, 1982, p. 174).

Em 1951, o governo de Getúlio Vargas:

Baixou o Decreto 29.783, reduzindo para três anos o período de concessão. [...] foram os empresários do setor que pressionaram, desde pelo menos o I Congresso Brasileiro de Radiodifusão, de 1946 (Bolaño, 2007, p. 12).

Em maio de 1961, durante o governo de Jânio Quadros, foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) (Bolaño, 2007, p. 12).

Já em 1962, após a renúncia de Jânio Quadros, Bolaño (2007, p. 12) diz que:

[...] os detentores da indústria da informação manobram no sentido de criar, finalmente, um Código de Telecomunicações de acordo com seus interesses, principalmente reconhecendo a atuação da iniciativa privada (Capparelli, 1982, p. 176).

Diante do cenário de instabilidade política e da onda de regimes totalitários por toda a América Latina, entre as décadas de 1960 a 1980, o setor de telecomunicações passou a ter maior influência desses mesmos “detentores do poder” dos meios de comunicação, movimento que se perpetua até os dias atuais.

Bolaño esclarece que nesse momento:

Abre-se um campo, assim, para a consolidação, no país, diferentemente do que ocorrera em larga escala na Europa, por exemplo, de um sistema comercial privado de rádio e televisão, com base num modelo de concessões públicas – para 10 e 15 anos respectivamente, renováveis por períodos idênticos e sucessivos –, ainda que preservando o direito da União de executar serviço idêntico, dando preferência, no processo de outorgas, às pessoas jurídicas, de direito público, inclusive universidades (Bolaño, 2007, p. 12).

Já o código de telecomunicações foi assim complementado com o regulamento do Decreto 52.026, de maio de 1963:

Que detalha a estrutura, atribuições e funcionamento do CONTEL, responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Telecomunicações – e do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL). Fica assim estabelecido o arcabouço básico da legislação brasileira em matéria de comunicação, que vigoraria no país até a reforma dos anos 90 (Bolaño, 2007, p. 12).

Bolaño ao citar mais um estudo de Capparelli (1989, p. 13), em “Ditaduras e Indústrias Culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai” destaca que “o grupo Globo, com uma estação de televisão em fase de implantação na década de 1960, aceitou finalmente os investimentos do conglomerado norte-americano, violando o artigo 160 da Constituição brasileira”.

Desta forma, a lógica das políticas de comunicação no Brasil evidencia a “importância do Congresso Nacional e o peso da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) junto ao mesmo, visto que parece haver consenso entre

os analistas sobre o interesse do recém-instalado regime militar no acordo”, esclarece Bolaño (2007, p. 14).

Já o ano de 1967, segundo o mesmo autor:

[...] ainda trouxe outras importantes modificações na estrutura do setor de comunicações no Brasil, entre as quais é preciso citar a criação do Ministério das Comunicações (Minicom), que incorpora o CONTEL e o DENTEL, do sistema Telebrás, que incorpora, por sua vez, a Embratel, e do sistema de TV's educativas, formando uma rede composta por emissoras ligadas aos governos estaduais (na sua maioria) ou nas universidades (em alguns estados da federação) (Bolaño, 2007, p. 14).

Ortriwano (1985, p. 74) menciona que “a efetiva participação do Governo Federal no campo das telecomunicações em geral, começou com a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, pela própria Lei n. 4.117”. Nesse momento foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que teve o papel de “fiscalizar, expandir e organizar todos os serviços públicos de telecomunicações, desde a permissão para a instalação de companhias telefônicas até a concessão de canais de rádio e televisão”, aponta ainda Ortriwano (1985, p. 75).

Vianna (1996, p. 146) destaca a introdução da Política de Exploração dos Serviços Públicos de Telecomunicações, dada pela Lei nº 5.792, de 1972.

Bolaño nos ajuda a compreender a dimensão de cada órgão dentro da lógica das políticas da comunicação, nas quais: a) o sistema Telebrás foi constituído à imagem e semelhança do sistema europeu, porém com autonomia gerencial, além de sistema de autofinanciamento, que colocava uma parte significativa do capital nas mãos do público em geral; b). o setor de transmissão e pesquisa e desenvolvimento ficava nas mãos do sistema estatal, entretanto, o conceito europeu de produção de equipamentos dava lugar ao conjunto de oligopolistas multinacionais, implantadas no país, privilegiadas nas compras do setor público em troca da internacionalização do progresso técnico; c) completando o tripé de desenvolvimento do setor, empresas nacionais de menor porte, produtoras de aparelhos, parte e componentes, diante da lógica do regime militar (Bolaño, 2007, p. 14-15).

A articulação regional se dava pela “empresa-mãe”, empresa pública que, em cada estado da federação, estava ligada à *holding* Telebrás. Já a Embratel era responsável por fornecer serviços de comunicação, transporte ou transmissão de dados de longa distância vinculada ao sistema, também presente em todos os estados (Bolaño, 2007, p. 15).

Apresentados os marcos regulatórios responsáveis pela regulação do setor das telecomunicações, dos anos de 1930 até o período militar instaurado na década de 1960, tendo como referência a missão do Estado, e as novas transformações que viriam a ocorrer com a reforma das telecomunicações na era do capitalismo neoliberal, Bolanõ demonstra que:

A característica fundamental da reforma das telecomunicações, determinada, no essencial, pelos fatores que impulsionaram aquelas de outros países latino-americanos (Bolaño, 1997) é a da fragmentação da Telebrás e da rearticulação regional das teles, aliada à privatização e abertura à concorrência (Bolaño, 2007, p. 15).

Quanto ao modelo regulatório, em síntese, Bolaño esclarece que:

O modelo de regulação do audiovisual, gestado nos anos 60, é nacionalista e concentracionista. Ao mesmo tempo em que protege os capitais instalados da concorrência externa, limita a manifestação das expressões locais e o desenvolvimento de um panorama audiovisual diversificado, servindo basicamente aos interesses políticos e econômicos hegemônicos que se articulam no seu interior.

Assim, a existência de regras anti-monopolistas, como aquelas relativas à propriedade cruzada e concentração multimídia, evidencia menos um suposto liberalismo do modelo do que a existência de uma espécie de capitalismo selvagem por parte de grupos familiares e oligarquias locais e nacionais que detém o privilégio da exploração privada desse bem público que é o espectro de frequências, protegidos por uma lei criada sobre medida para servir aos seus interesses particulares (Bolaño, 2007, p. 17).

Esse modelo é determinante para compreender a acirrada disputa pela ocupação do espaço hertziano. Após o processo de redemocratização do país, em meados dos anos 1980, esse espaço tornou-se um campo de grandes conflitos, nos quais as rádios comunitárias lutam até os dias atuais para garantir seu lugar de expressão da cultura local e sobrevivência.

Por fim, para responder à indagação inicial de Bolaño sobre “qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?”, é necessário “escancarar” a perversidade desse modelo, que atende a interesses particulares em detrimento do bem comum:

Durante o governo do presidente José Sarney as concessões foram ostensivamente utilizadas como moeda política, dando origem a um dos episódios mais antidemocráticos do processo constituinte.

Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para Presidente foram negociadas 418 novas concessões de rádio, e televisão (Jambeiro, 2000, p. 82).

Bolaño (2017, p. 18) esclarece que, posteriormente, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso:

A outorga de emissoras de rádio e televisão passou a ser submetida à lei de licitações¹⁴, o que acabaria com a distribuição política de emissoras comerciais, mas a concessão de emissoras educativas continuou sendo feita pelo Poder Executivo.

Assim, “pelo menos 13 deputados federais, além de deputados estaduais, prefeitos, ex-deputados e candidatos a cargos eletivos, receberam concessões”, sobretudo à época do Ministro Pimenta da Veiga, que substituiu Sérgio Motta na pasta das comunicações (Lobato, 2002).

Lobato (2002) apresenta ainda os números da tamanha permissividade:

No total, além da venda de 539 emissoras por licitação, “FHC autorizou 357 concessões educativas, sem licitação. Figueiredo distribuiu 634 e José Sarney 958, basicamente comerciais, igualmente sem licitação” Lobato (2002).

Dessa forma, foram concedidas 2.488 outorgas entre 1979 e 2002, muitas delas vinculadas a favorecimentos políticos. Esse cenário mostrou-se determinante para consolidar a agenda neoliberal das últimas três décadas, caracterizada pela eleição de parlamentares que, além de ocuparem cadeiras legislativas, são proprietários de emissoras de rádio - tanto em AM quanto em FM. Tal realidade traz subsídios para responder a indagação de Bolaño: a lógica das políticas de comunicação no Brasil é perversa, de modo a manter um sistema no qual quem determina os rumos da regulação da radiodifusão são os próprios proprietários de rede de emissoras que ocupam as vagas legislativas e, por meio dos veículos de comunicação, estabelecem um discurso que favorece a perpetuação desses grupos no poder, indo na contramão da missão educativa e cultural dos veículos de comunicação.

Siqueira (1999) enfatiza que a Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995, que altera a Constituição brasileira no tocante à competência para a exploração de serviços de telecomunicações inaugura “um novo modelo institucional para o setor, baseado na privatização e na competição”.

Em meados de 1995, Vianna¹⁵ (1996, p. 160-161) teceu comentários à Emenda Constitucional nº 8, transparecendo, em alguns trechos, a necessidade de se criar uma legislação séria para edificar a soberania no setor de telecomunicações:

A elaboração de uma lei com tais características há de ser mais demorada, sem dúvida. Talvez exija mais alguns meses de debates e de tramitação

¹⁴ Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

¹⁵ Advogado brasileiro especialista em Direito e Legislação de Telecomunicações, defendeu a democratização das telecomunicações no Brasil e a universalização dos serviços de telecomunicações bem como a preservação da capacidade tecnológica do País (RIO DE JANEIRO, 1997).

legislativa. Temos pressa, é verdade. Mas sempre tivemos pressa e essa pressa tem sido, muitas das vezes, causadora dos nossos grandes desastres. [...] É hora de elaborar uma lei completa, íntegra e sistêmica, e não um remendo improvisado, destinado simplesmente a legitimar a divisão do "bolo" mais cobiçado do mundo dos negócios em "fatias", entregando-as a apetite de "famintos comensais". Precisamos produzir uma lei exemplar, que seja uma barreira à formação de monopólios privados e cartéis eletrônicos, e não um papelote vulgar, gerado para legitimar negociatas e a dilapidação do patrimônio público.

Agora, no limiar do Terceiro Milênio, assistimos à fusão das telecomunicações com a informática, gerando possibilidades infinitas, um imenso desafio à imaginação. As tecnologias, em permanente mutação, podem salvar o Brasil do subdesenvolvimento e da miséria crônica, mas podem igualmente contribuir de forma decisiva para manter ou ampliar o vigente sistema de servidão (Vianna, 1996, p. 160-161).

Essa expectativa de Vianna em meados dos anos de 1990 era legítima, porém, ainda sem ter dimensão do tamanho do desafio que seria regular também a comunicação que transbordaria para a internet.

Diante desse processo de conquistas, regulações, desregulações e um ideário de soberania no setor das telecomunicações apresentadas nesse tópico, cabe destacar a importância do papel educativo e cultural para esse estudo, e em que condições se encontra ameaçado, de modo a fortalecer o propósito para um novo arranjo da comunicação radiofônica e da própria radiocidadania, diante desse pacto no setor das telecomunicações que define as raízes do cenário atual do setor que carece de políticas para democratização das comunicações.

4.3 A desconstrução acelerada após a segunda metade da década de 2010

Cabe hoje levantar subsídios para se discutir o papel do rádio, que parece distanciar-se de sua natureza original em promover a educação e cultura. No atual quadro econômico mundial, qual é a estratégia da radiodifusão no Brasil diante da expansão das rádios comerciais?

Para tentar responder a essa indagação, cabe destacar que a EBC, criada em 2008 durante o segundo mandato do presidente Lula, é uma empresa pública responsável por gerir emissoras federais de rádio e TV. Entre essas emissoras, estão a Rádio MEC AM, a MEC FM (Rio de Janeiro), a Nacional FM (Brasília), a Rádio Nacional da Amazônia, a Rádio Nacional de Brasília, a Rádio Nacional do Alto Solimões e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Dada a importância da radiodifusão para a sociedade, bem como a política de investimento e amparo ao setor, o futuro ainda é de grande incerteza no Brasil. Com o Decreto nº 10.354 de 2020, o então chefe do Executivo brasileiro autorizou a privatização da EBC. A “Frente em Defesa da EBC” repudiou a medida, destacando que a “ação é inconstitucional e tem por base um discurso mentiroso que associa a empresa ao PT (Partido dos Trabalhadores)”, conforme relatam Melito e Maciel (2020).

O governo federal entre 2019 e 2022, alinhado com a ascensão da extrema direita mundial, representou uma grande ameaça à radiodifusão pública – não apenas por censurar jornalistas, mas também por suas interferências diretas na EBC: 'Entre 2019 até julho de 2020, o ex-governo interferiu 138 vezes no trabalho da Empresa Brasileira de Comunicação' (Jordão, 2021).

Sendo assim, essas duas medidas são interpretadas como uma forma de acelerar a desconstrução dos serviços de radiodifusão pública.

Como parte de resultados, em maio de 2021 a *Live 9* do GP Rádio e Mídia Sonora do Intercom, foi promovida a *Live* “Radiodifusão pública e práticas de resistência, na qual Gésio Passos, jornalista da EBC, demonstrou seu temor em relação as políticas ministeriais que afetavam o patrimônio da EBC:

O que eu vejo o meu temor é porque uma das coisas que o ministro colocou recentemente, um do que eles estão falando assim ele falou claramente na semana passada:

Ninguém vai querer comprar a EBC, principalmente que ela tem um passivo. Então uma das ideias é vender todos os imóveis, a empresa tem muitos imóveis herdados da Radiobrás e EBN (Empresa Brasileira de Notícias) que estão parados. Enfim, devolver para a União o qual foi o absurdo a devolução, da tentativa de venda do prédio “A Noite” foi sede da Rádio Nacional por muitos anos que acabou indo a leilão recentemente, mas não teve comprador e perdeu-se lá uma estrutura histórica é porque já estava muito deteriorado também precisaria de uma reforma que não foi feita, e a venda desses imóveis e as vendas das concessões né, ele falou explicitamente.

Então às vezes a gente acha que isso para uma estratégia para conseguir operacionalizar alguma venda, né infelizmente (Intercom, 2021).

O sucateamento do edifício A Noite, que na gestão federal passada sofreu várias tentativas de ser leiloado, foi vendido em março de 2023, conforme informou o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Brasil, 2023): “União oficializa venda do Edifício A Noite para a Prefeitura do Rio”.

Conforme publicação da Agência Brasil, o “Edifício A Noite, no RJ, é vendido e será transformado em residencial”. O prédio histórico recebeu a Rádio Nacional por mais de 80 anos (Corrêa, 2023).

Sobre a negociação, Corrêa (2023) informou que:

A prefeitura do Rio de Janeiro anunciou, nesta terça-feira (25), a venda do Edifício Joseph Gire, de 22 andares, conhecido como A Noite, que abrigou a Rádio Nacional do Rio e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O comprador, um investidor privado, transformará o prédio em um residencial com 447 unidades e, ainda, três lojas no térreo (Corrêa, 2023).

Mesmo com toda a representação histórica do edifício (figura 4), a força do investimento privado para fins comerciais, prevaleceu.

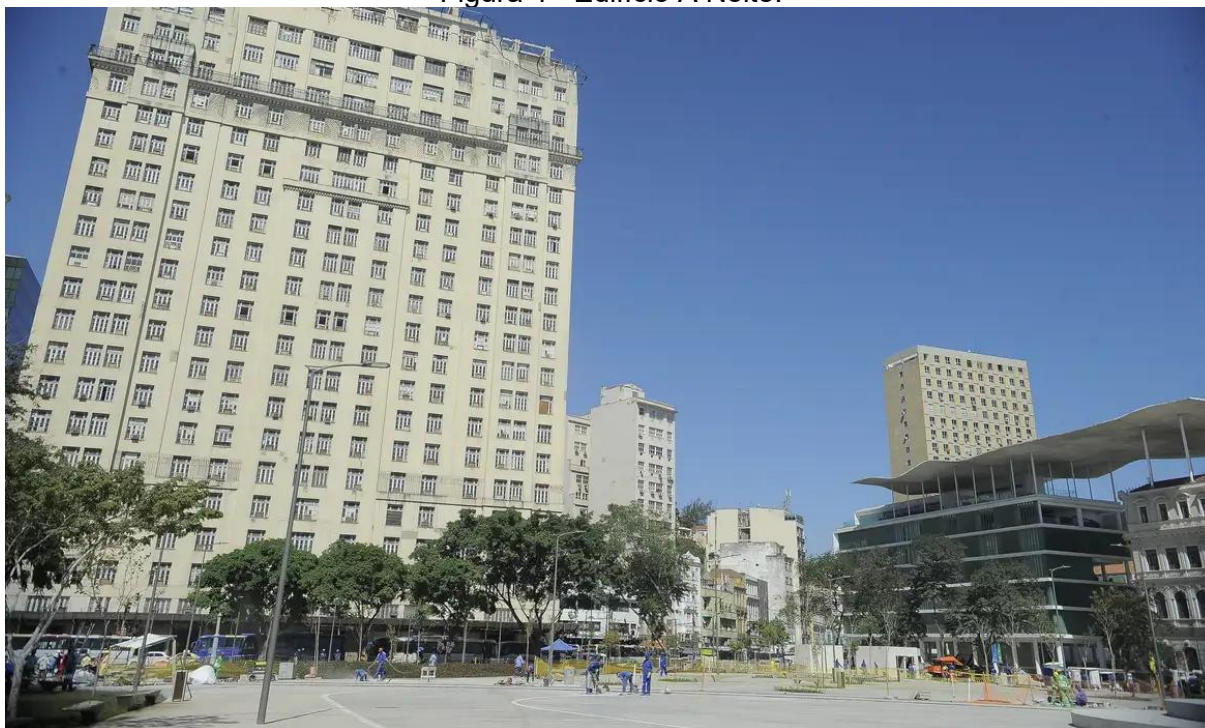
Nos áureos tempos do rádio, o prédio abrigou a partir de 1936 a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que ocupava os 4 últimos andares do edifício. Pelos corredores dos quatro andares ocupados pela emissora, passaram grandes artistas da cultura popular brasileira, como Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Luiz Gonzaga, Cauby Peixoto, Elizeth Cardoso. Entre tantos outros.

Os programas de auditório com César de Alencar e Paulo Gracindo, as novelas que marcaram época e paravam o Brasil, a exemplo do Repórter Esso, o primeiro jornal radiofônico, com quatro edições diárias na voz marcante de Heron Domingues. O slogan era “Aqui fala o Repórter Esso, testemunha ocular da história”. A Rádio Nacional permaneceu operando no A Noite até 2012, quando desocupou o imóvel para a realização de reformas. Antes, o edifício era endereço do Jornal A Noite e também do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O primeiro arranha-céu do país foi construído com óleo de baleia e sobre rochas.

Durante a Segunda Guerra, o último andar funcionava como um posto de observação da Marinha, com dois funcionários que se revezavam e, através de um binóculo potente, vigiavam a possível entrada de embarcações inimigas do mar aberto para a Baía de Guanabara.

O prédio foi tombado em 2013 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pelas suas características arquitetônicas e históricas e se tornou ícone da região portuária da cidade (Corrêa, 2023).

Figura 4 - Edifício A Noite.



Fonte: Tânia Rego/Agência Brasil (Campos, 2023).

Esse é um exemplo em que a desconstrução tecnossocial – ao afetar tanto o setor de telecomunicações quanto o patrimônio público – traz consequências diretas para o território urbano.

Dessa forma, revisitar o surgimento do rádio no Brasil, sua função social e o papel do Estado nas políticas de incentivo à radiodifusão permite realizar um balanço da gestão pública entre 2019 e 2022. Esse período foi marcado por:

- a) uma tentativa dolosa de extinção da Rádio MEC, posteriormente cancelada com a política da “volta atrás”;
- b) uma artilosa proposta de privatização da EBC.

O que se espera é que o setor de telecomunicações não fique restrito a gestões exclusivamente partidárias e que a EBC possa reconquistar a garantia de participação e controle social em sua administração.

Em 2022 a Abraço Brasil organizou o Seminário “123 anos do rádio no Brasil e no mundo - do Padre Landell às rádios comunitárias”, com o objetivo de rever o marco temporal do surgimento do rádio no Brasil, ao destacar o padre brasileiro como o primeiro cientista a transmitir a voz humana por meio de ondas eletromagnéticas, em 1899. essa forma, o ano de 2022 não se configurou apenas como o ano do Centenário do Rádio no Brasil - marcado pela primeira transmissão radiofônica -, mas também

como o ano do bicentenário da Independência do Brasil, geograficamente atrelado ao eixo econômico Rio-São Paulo.

Em 2023, ano do Centenário da Rádio MEC, a emissora seguiu “resistente no ar”, mesmo com os desafios já abordados por Toledo e Gomes (2020), após a “ascensão de racionalidades e políticas neoliberais, por meio da prevalência de certas tendências tecnológicas, desativação e ameaças de extinção de emissoras de rádio tradicionais”, sob a gestão federal de 2019 a 2022. Entre os dias 26 e 27 de setembro de 2023, durante a gestão do novo governo federal, de base progressista, foi realizado o “Encontro de OUVINTES e PARCEIROS: Rádio MEC 100 anos” promovido pela Empresa Brasil de Comunicação, na cidade do Rio de Janeiro, conforme Anexo III.

Como resultado, a perspectiva de avanços com a “promessa de parceria” que, é possível de se entender, como forma de quebrar as barreiras institucionais (formação de cabeça de rede) e unir redes de emissoras públicas (Rádios EBC, FM Cultura), rádios universitárias e rede de rádios comunitárias.

Se for considerada ainda a inclusão da Rede Abraço Brasil, entidade também presente no evento, poderá se formar uma sólida aliança, ampliando o potencial da capilaridade comunicacional para que se possa fazer valer “A rádio pública que a gente quer” e os “Conteúdos que o Rádio Público tem e precisa ter”, temas das mesas do evento.

Segundo Demartini, em outubro de 2019, o então chefe do executivo, sancionou novo texto da Lei Geral das Telecomunicações (LGT), aprovando sem vetos um projeto de lei que:

Na principal alteração, as concessionárias de telefonia fixa podem optar por mudarem seus contratos de um regime de concessão para o de autorização, como o que vigora no segmento de celulares, por exemplo. Com isso, ficam livres de determinadas obrigações legais, como a instalação e manutenção de orelhões¹⁶ ou a contribuição para fundos de universalização no caso das emissoras de televisão (Demartini, 2019).

Com visões opostas:

A sanção das mudanças sem veto algum pelo presidente, por outro lado, contraria orientações do Ministério da Economia, que acredita que o governo está abrindo mão de receitas sem ter previsão de retorno. O Tesouro Nacional também se mostrou contrário às alterações no regime de contribuição, por

¹⁶ Segundo dados do Jornal Nacional (2022) em julho de 2022, “O Brasil tem hoje 144 mil orelhões espalhados pelo país, e 85 mil estão em funcionamento. Mais da metade dos telefones públicos ativos fica na Região Sudeste”.

acreditar que as empresas do setor podem acabar descumprindo os termos das novas regras.

O principal ponto de discussão nesse sentido é a obrigatoriedade do pagamento de 2% do faturamento, pelas empresas de telecom, a cada dois anos, que também deixa de existir com a nova LGT. A discussão acontecia há meses e, no final, valeu a noção dos partidários à proposta, de que as alterações na lei levariam a uma maior arrecadação de impostos no lugar dos grandes montantes pagos periodicamente (Demartini, 2019).

O novo texto da Lei Geral de Telecomunicações (LGT) evidencia o caráter negligente do governo federal no período de 2019 a 2022. Ao seguir a cartilha da política neoliberal, o governo agravou gradativamente a desconstrução do setor de telecomunicações e, junto a ela, os princípios da soberania do Estado nacional.

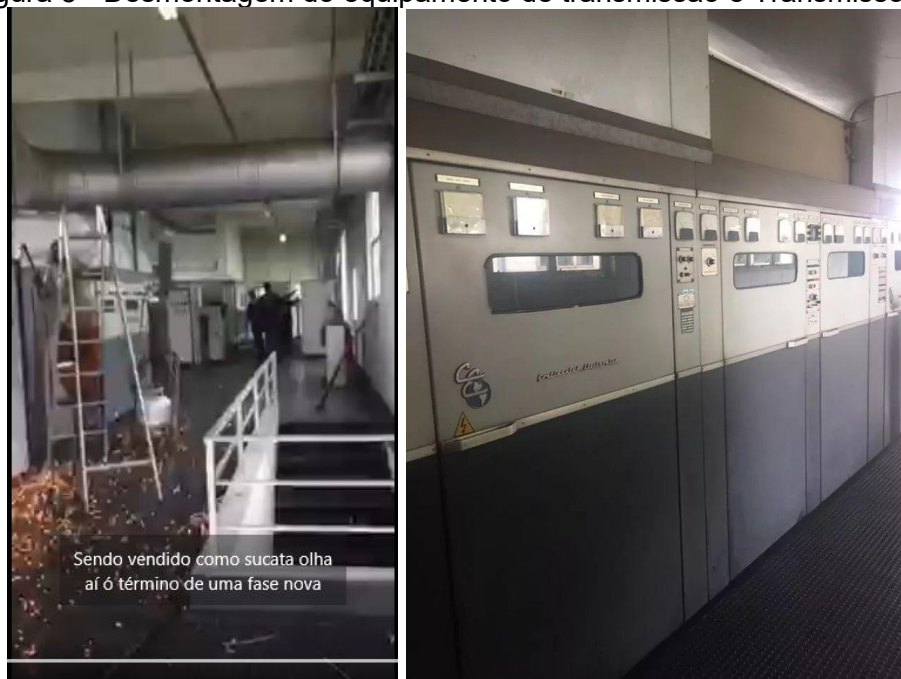
Essa pesquisa iniciou-se diante do processo de agravamento e intensificação de desligamento de emissoras em Amplitude Modulada, como a Rádio Globo São Paulo, na frequência de 1110 kHz, conforme informou o radialista e jornalista Massaro (2020):

Prestes a completar 68 anos operando em São Paulo (1º de maio), o Sistema Globo de Rádio encerrou em definitivo as transmissões da Rádio Globo AM 1100. O transmissor da emissora AM que foi líder de audiência durante vários anos na capital paulista foi desligado à meia-noite desta segunda-feira (10) (Massaro, 2020).

O perfil @Museu Rádio Globo, na rede social *Facebook* (figura 5), divulgou ainda que foi feita a:

Desmontagem dos Transmissores das Rádios Globo e CBN/Excelsior, sendo cortados no maçarico e vendidos como sucata. Final da era rádio Globo (Massaro, 2020).

Figura 5 - Desmontagem do equipamento de transmissão e Transmissores.



Fonte: Lima, 2022.

Outro episódio que sensibilizou esta pesquisa em favor da radiodifusão pública foi o ato realizado na sede da EBC no Rio de Janeiro contra o fechamento da Rádio MEC AM (#FicaEBC, 2019). O protesto, organizado por servidores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), contou com a presença de Maria Beatriz Roquette-Pinto (Figura 6), filha de Roquette-Pinto, criador da primeira emissora de rádio do país. Esse episódio evidencia a ausência de participação do Estado em ações e investimentos que poderiam fortalecer uma política de integração nacional, exemplificando o desmonte dos meios de telecomunicações no Brasil.

Figura 6 - Participação de Maria Beatriz em ato no Rio de Janeiro.



Fonte: FICA EBC, 2019.

Este quadro político revela a urgência em analisar os desafios da radiodifusão pública, que enfrentou graves ameaças em 2019, exemplificadas pela suspensão temporária da Rádio MEC FM - posteriormente restabelecida após forte pressão social organizada.

Pieranti exemplifica a ausência do Estado-nação, quando este atua para legitimar como o “mais importante” o crescimento econômico. A expansão da radiodifusão abordada pelo autor, no governo de Michel Temer, entre os anos de 2016 e 2018, deve ser discutida: expansão para os interesses de quem?

Houve uma ampla prevalência de (a) outorgas discricionárias e (b) destinadas principalmente a empresas privadas. Observa-se uma sub-representação de novas estações que poderiam ser consideradas integrantes dos sistemas público e estatal de radiodifusão (Pieranti, 2019, p. 202).

Segundo dados do Intervezes, o sistema de comunicação no Brasil:

[...] ao contrário de países como a Alemanha, França e o Canadá, desde o início das transmissões radiofônicas o Estado deu à iniciativa a tarefa de ofertar o serviço de radiodifusão (rádio e TV). Essa escolha gerou o domínio do sistema por grandes grupos privados, como Globo, Record, SBT e Bandeirantes. Devido à falta de limites, essas empresas passaram a ter alcance nacional e atuação em diferentes segmentos (Caminhos..., 2015, p. 13).

Este capítulo, dedicado a contextualizar o papel do Estado na regulação do setor de telecomunicações, não pode deixar de mencionar o cenário global atual e seus impactos na gestão pública, especialmente no setor da radiodifusão. Um exemplo recente é o caso da Argentina, onde, após a vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais, 500 empregados da Rádio Nacional Argentina foram demitidos, conforme relatado pelo portal *Carta Capital* (2024).

Pressupõe-se que o avanço das ideias anarcocapitalistas – corrente ideológica que ganhou projeção com a campanha do presidente argentino – possa se disseminar no contexto da expansão global do ultraliberalismo. Como destaca Braun (2023), “o anarcocapitalismo constitui uma vertente radical do liberalismo econômico que advoga pela completa desestruturação do Estado no âmbito do sistema capitalista”.

Nesse sentido, além das lacunas legislativas já mencionadas no capítulo anterior — que se referem à radiodifusão —, é necessário atentar para o não cumprimento dos princípios legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essa negligência afeta diretamente a política de outorgas, prejudicando pequenos grupos. Além disso, é preciso refletir sobre como elaborar políticas públicas que

estabeleçam regras para que o serviço de radiodifusão educativa, idealizado por Roquette-Pinto e “destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas educativos”, esteja alinhado ao ideário de nação.

5 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA COMUNICAÇÃO

Após apresentar, nos capítulos anteriores, o problema do processo de desconstrução tecnossocial da radiodifusão sonora no contexto da globalização e da neoliberalização, além de ambientar o tema da comunicação social - sua importância para a sociedade e os elementos necessários para sua efetivação -, bem como o papel do Estado e sua função ideológica e comercial, o terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as evoluções tecnológicas e as tendências contemporâneas.

Esse enfoque visa subsidiar a compreensão do cenário atual da comunicação radiofônica e da hipótese da tese, na qual as tendências normativo-regulatórias e geopolíticas, protagonizadas pela internet e pelos serviços de plataformas de transmissão, comprometem os serviços de radiodifusão em Amplitude Modulada (Ondas Curtas e Ondas Médias), de longo alcance. Esse cenário isola ouvintes, traz impactos significativos no território urbano e gera reverberações socioespaciais nos estudos de planejamento urbano e regional.

São apresentadas na sequência, as evoluções e tendências tecnológicas decorrentes do processo de globalização que, a partir da década de 1990, tem três “protagonistas” que afetam diretamente a comunicação radiofônica: a internet, os telefones inteligentes e a forma de distribuição digital das plataformas de transmissão, inserida na computação em nuvem.

Em alguns tópicos, como a tecnologia DRM, são apresentados paralelamente alguns resultados da prática da pesquisa, para melhor compreensão da plataforma de transmissão.

Para que se possa analisar o desenvolvimento das tecnologias atuais, é apresentada uma síntese da Revoluções Industriais (RI) pela lente teórica de Baquero, Bernardi e Zorzi (2021), que traz a oportunidade de ambientação e compreensão do período histórico atual. Para o autor:

A Primeira Revolução Industrial produziu as máquinas a vapor que catalisaram a transição de sociedades com base na agricultura para a produção industrial. Na Segunda Revolução Industrial, o uso de combustível fóssil nas máquinas e a inovação em modelos de organização da produção que geraram o ganho de escala. A Terceira Revolução Industrial implementou o mundo digital e produziu o poder da computação e a tecnologia de informação (Baquero; Bernardi; Zorzi, 2021, p. 14).

Baquero, Bernardi e Zorzi (2021, p. 14) esclarece que a Quarta Revolução industrial “se radica em tecnologias disruptivas que geram tanto desafios a serem superados quanto oferecem grandes oportunidades para quem as compreende e domina”. Nesse sentido, se considerarmos o atual cenário do mundo capitalista globalizado, a ruptura prevista por essa nova revolução, parece incerta para a totalidade da sociedade se pensarmos que a revolução atende economicamente apenas quem também detém ou possui máquinas, elementos presentes nas revoluções industriais anteriores.

Baquero, Bernardi e Zorzi (2021) analisa as transformações nos comportamentos relacionados às novas tecnologias, ao salientar que:

A pandemia a qual presentemente atravessamos mostrou novas modalidades de se comunicar e conviver, independente de distâncias.

[...] A tecnologia está mudando o significado do termo 'ser humano' “é coerente ao incorporar “as inferências sobre cultura política, o contexto de existência de uma economia de mercado desregulada, seres humanos e o meio ambiente se transformam em commodities.

[...] Inovações tecnológicas sem projetos políticos coletivos não significam desenvolvimento social (Baquero; Bernardi; Zorzi, 2021, p. 35).

Nesse sentido, o futuro parece ainda hoje adormecido se considerarmos que o avanço tecnológico desencadeado pela Quarta Revolução Industrial, desde 2010, revela acelerar o desenvolvimento das chamadas *Big Techs* e perpetuar a dependência social por serviços privados de informação, agravando a segregação socioespacial pela limitação da acessibilidade informacional e comunicacional.

O cenário contemporâneo evidencia um processo análogo à recolonização, protagonizado por conglomerados transnacionais sediados no Norte Global. Essas corporações exercem hegemonia não apenas sobre os entes federativos em suas distintas escalas de governança, mas também sobre a população usuária de serviços de telecomunicações móveis e plataformas de mídias sociais.

O encontro promovido pela ThoughtWorks¹⁷, intitulado “Live com Gilberto Gil: Caminhos para a Democratização da Tecnologia”, proporcionou uma oportunidade para refletir sobre a exploração das possibilidades criadas pelo avanço da tecnologia e responsabilidades nesse processo, como tecnologistas e como organizações, na

¹⁷ Empresa internacional de consultoria global de software, que usa a tecnologia para resolver problemas complexos, organizadora da *Live*.

qual a empresa havia sido escolhida para discutir os caminhos para democratização da tecnologia (Gil, 2021).

O convidado, Gilberto Gil, sintetizou sua relação com a tecnologia e apontou seu papel transformador:

[...] Essa discussão hoje em dia alcança cada vez maior número de pessoas do ponto de vista da possibilidade de realização desse debate geral mas, e mais importante do que tudo pelo crescimento do interesse verdadeiro das pessoas sabendo que o papel transformador que a tecnologia tem em suas vidas enfim, e as grandes dificuldades aliás, como qualquer outro empreendimento humano né, as dificuldades são trazidas para o campo das decisões políticas, das decisões econômicas enfim, das mobilizações sociais e assim por diante (Gil, 2021, 20min55seg).

A reflexão de que “as dificuldades são trazidas para o campo das decisões políticas, das decisões econômicas enfim, das mobilizações sociais”, descrita por Gil, talvez fosse o suficiente para a sustentação do problema da pesquisa.

Dessa forma, a canção “Queremos Saber”, de Gil (1998), reforça a essência da pergunta central desta pesquisa, tornando-a ainda mais desafiadora ao evocar a necessidade de questionar, compreender e buscar respostas diante das transformações tecnológicas e sociais que impactam a radiodifusão.

A tecnologia é um elemento fundamental na definição da geografia da radiodifusão. É o que constrói o espaço geográfico. De alguma forma impacta essa geografia. As relações emissor e receptor, tempo e espaço, e maior ou menor concentração de atendimento dos serviços são elementos indissociáveis ao estudo ou mapeamento dos serviços de radiodifusão e acessibilidade social. As tecnologias DAB, DRM, *podcast* (como meio de distribuição de áudio), os serviços das plataformas de transmissão e o atual processo da migração AM/FM e o FM Estendido (e-FM) são determinantes para análise do grau de acessibilidade e capilaridade da relação entre emissoras e ouvintes no mapa da radiodifusão.

5.1 Tendências tecnológicas contemporâneas: panorama geral

A busca para obter um panorama das tendências tecnológicas e compreender como elas afetam os usuários dos serviços de radiodifusão parte da seguinte indagação: “se a tecnologia é dócil nos dias de hoje” - isto é, se ela é amigável e acessível.

Nesse sentido, a tecnologia que permite essa acessibilidade da comunicação é determinante para que se possa identificar quem está dentro do mapa da comunicação radiofônica e quem está fora.

Para compreender e analisar o cenário atual de convergência tecnológica, é preciso reconhecer que as tecnologias envolvidas trazem “uma nova maneira de interagir com meios tradicionais, estabelecendo um outro patamar de cultura de relacionamento com o público” (Del Bianco 2012, p. 17).

No Brasil, as novas tecnologias de telecomunicação vieram junto com a incorporação progressiva das tecnologias de informática e informação, ou seja, tecnologias de transmissão em rede, sobretudo, a partir dos anos de 1980 e 1990. Essa demarcação não é rígida, mas o período pós-1980 é considerado um marco da globalização contemporânea e da aceleração da evolução científico-tecnológica sobretudo no campo das tecnologias da informação e comunicação. A rigor, a revolução científico-tecnológica tem suas raízes no período do segundo pós-guerra mundial, mas foi a partir dos anos 1980 que ocorreu uma ampla difusão dessas tecnologias, atingindo todas as áreas de atividade e alcançando o grande público.

Ferraretto (2007), ao realizar uma abordagem histórica do rádio e das novas formas do uso do rádio no início do século XXI, destaca que “a preocupação com o futuro do rádio cresce à medida que o veículo perde, primeiro, o protagonismo exercido até então e, em seguida, cada vez mais anunciante”. O autor aponta ainda que, no caso brasileiro, já vale, inclusive, a constatação de Mariano Cebrián Herreros a respeito das formas tecnológicas de transmissão: a radiodifusão sonora não é mais, apenas, singular, sendo preciso insistir em uma concepção plural (Ferraretto, 2007, p. 1).

Em relação à perspectiva do rádio, o mesmo autor destaca ainda que:

Ao final da primeira década do século 21 e sob a vigência da rede mundial de computadores, o rádio, com suas verbas publicitárias reduzidas em relação às de períodos anteriores, não parece, indicam os dados, ter cacife para suscitar preocupação tão forte quanto outrora, seja no público, seja no empresariado ou nos trabalhadores a ele relacionados (Ferraretto, 2007, p. 3).

Diante do que se poderia chamar de “era da incerteza” da radiodifusão, o autor enfatiza que:

Dentro deste quadro de preocupações mais abrangente, é que se advoga, aqui, a ampliação do entendimento do rádio para além das emissões eletromagnéticas, abarcando ou se aproximando de novas manifestações sonoras associadas à internet e pretendendo lançar, neste artigo, algumas considerações a respeito da situação deste veículo de comunicação na primeira década do século 21. Há, deste modo, ficando dentro do âmbito do pensamento científico, a necessidade de superar também tanto pessimismos exagerados em relação ao velho rádio de sempre, quanto otimismo algo deslumbrados a respeito das novas tecnologias (Ferraretto, 2007, p. 3-4).

Ferraretto (2010, p. 8) ainda destaca que:

A integração de receptores de rádio e gravadores/reprodutores de MP3 e a telefones celulares, estes últimos com acesso à internet, indica o aparato tecnológico a dar mobilidade, facilitando esta nova forma de recepção (Ferraretto, 2010, p. 50).

Nas últimas linhas e décadas, versar a respeito do futuro do rádio, em seu formato convencional, dá-nos a impressão de “velar o rádio analógico”, tarefa prenunciada por Kischinhevsky (1998) em sua dissertação, que batia à porta da virada do século XX para o XXI. Nosso desafio é ancorar na lúcida discussão da convergência digital e no futuro da radiodifusão, tomando o mesmo cuidado de evitar o anacronismo e continuar defendendo a democratização da radiodifusão, até nos sutis e nem sempre discretos *reactions* em mídias digitais. Nesse sentido, Kischinhevsky (2007) esclarece:

Não quero dizer que o rádio analógico será erradicado e substituído por meios digitais. Salvo exceções, as mídias têm se mostrado sempre complementares. Mas não podemos perder de vista a formação de oligopólios globais nos campos da comunicação e da cultura, numa escala jamais vista.

O rádio ainda é, embora a maioria esmagadora de seus profissionais não tenha consciência disso, palco fundamental para a negociação de identidades nas sociedades contemporâneas, uma operação vital para a própria constituição da diversidade social (Kischinhevsky, 2007, p. 12).

No contexto da globalização contemporânea e da evolução científico-tecnológica, na primeira década do século XXI, Ferraretto (2010) considera que já era possível desenhar um perfil das comunicações ao adentrar a década seguinte:

Dos anos 1990 até a atualidade, isto, de fato, transcende o meramente técnico, adquirindo abrangência, entre outros aspectos passíveis de manifestações radiofônicas, vão ultrapassar o significado da indústria cultural já instituída e estruturada como tal. Passam a englobar experiências em nível comunitário, nas emissoras locais de curtíssimo alcance, quase personalizadas, nas *webs* rádios, nos *podcastings* ou nos serviços de música por estilo em portais dos provedores de internet, alternativas que se mesclam também entre si, tudo de certo modo afirmando uma espécie de “a cada ouvinte a sua própria estação de rádio (Ferraretto, 2010, p. 39).

Nos próximos subtópicos, são apresentadas tecnologias que afetam os formatos de transmissão da comunicação radiofônica.

5.1.1 Digital Audio Broadcasting (DAB)

Kischinhevsky (2007, p. 109) descreve a trajetória do sistema *Digital Audio Broadcasting* (DAB), iniciado em 1980 e apresentado em 1996, dizendo que, de forma inédita, viabilizou a troca de ondas eletromagnéticas pela transmissão de dados na forma de *bits* e *bytes*. Sua versão via satélite recebeu o nome de *Digital Satellite Radio* (DSR).

O portal Tecmundo (Valente, 2009), em meados de 2009, anunciava a então “nova tecnologia de radiodifusão” como inovadora:

A transmissão de dados e músicas pelo rádio parece cada vez mais coisa do passado.

Porém, a tecnologia DAB (“*Digital Audio Broadcasting*” ou “Radiodifusão de Áudio Digital”) promete dar um novo fôlego ao meio de comunicação, promovendo uma verdadeira revolução tanto em matéria de estações disponíveis quanto em qualidade de transmissão. Com ela, não é mais preciso se preocupar com interferências presentes nas transmissões AM e FM, além de receber informações complementares em formato multimídia, como fotos, vídeos e mapas interativos (Valente, 2009).

No dia 13 de fevereiro de 2020, ao justificar por que se celebra o dia Mundial do Rádio, o periódico eletrônico da Unesco anunciava que o rádio:

É um meio de baixo custo e popular, que pode alcançar as áreas mais remotas e as pessoas mais marginalizadas. Ele sempre continua transmitindo quando outras mídias param de funcionar em casos de comunicações de emergência ou após um desastre natural (Unesco, 2020, p. 9).

No entanto, a tecnologia DAB, embora consolidada na realidade europeia, pode não representar a infraestrutura tecnológica dos países do Sul Global:

Por fim, é um meio que tem sido completamente capaz de adaptar-se ao desenvolvimento de novas tecnologias, como a banda larga, a transmissão de áudio digital (*digital audio broadcasting* – DAB) e os dispositivos móveis (Unesco, 2020, p. 9).

O educador Newton C. Braga deixou claro sua expectativa em relação à evolução tecnológica para o setor:

A situação da escolha do padrão a ser usado em nosso país pouco mudou desde então, até esta segunda versão em 2013, ainda havendo uma indefinição sobre como vai funcionar tudo isso. O artigo serve para dar uma ideia de como tudo vai funcionar (esperamos) (Braga, 2013).

É inegável que essa “nova tecnologia”, projetada na década de 1980 e que começou a operar na Europa em meados da década de 1990, trouxe um ar de promessa para instituições e profissionais do setor e, ao mesmo tempo, a “dinâmica de uma constante”, na qual o consumo por novos receptores passa a ser mais importante do que a própria radiodifusão.

5.1.2 Digital Radio Mondiale (DRM)

Em 1998, o sistema *Digital Radio Mondiale* (DRM) foi apresentado. Trata-se de um padrão de rádio digital desenvolvido por um consórcio global de nome DRM, com sede na Suíça e com representações em vários países.

A Associação Brasileira do Rádio Digital (ABRADIG), constituída por uma organização informal, sem fins lucrativos, esclarece que:

O sistema DRM foi projetado para permitir a modificação de transmissores analógicos adequados para alternar facilmente entre transmissões digitais e analógicas. Isso pode reduzir significativamente o custo do investimento inicial para uma emissora. Um benefício orçamentário adicional é a redução dos custos de energia de transmissão (ABRADIG, 2020).

Uma das atribuições da ABRADIG é:

Detectar e conciliar os requisitos para a implantação da radiodifusão digital no Brasil estimulando a cooperação entre os diferentes agentes envolvidos: emissoras de rádio, fabricantes de equipamentos de transmissão e recepção, entidades de ensino e pesquisa, indústria de software, instituições financeiras, associações, sociedade civil e governo (ABRADIG, 2020).

Em agosto de 2020, o Grupo de Trabalho de História da Mídia Sonora realizou a live “Passado, presente e futuro do rádio no Brasil”, transmitida pela rede social YouTube. O evento proporcionou uma primeira aproximação com docentes e pesquisadores responsáveis por grande parte da produção intelectual sobre comunicação radiofônica nas últimas décadas, como Pedro Vaz Filho (ECA/USP), Luiz Maranhão Filho (UFPE), Luiz Artur Ferraretto (UFRGS) e Marcelo Kischinhevsky (UFRJ), com mediação de Izani Mustafá (UFMA) e Luciano Klöckner.

No decorrer da transmissão foi possível realizar uma pergunta para o Prof. Marcelo Kischinhevsky: *O sistema de rádio digital ainda é passível de pertencer a um*

museu de velhas novidades? Como a digitalização do rádio pode colaborar para a radiocidadania no país? Grande abraço. Kischinhevsky comentou que:

[...] Eduardo Menditsch, que é outra referência para nós e já falou isso há uns quinze anos atrás que o rádio digital já era um jovem ancião, não é? Nascia já velho, porque a internet já cumpria esse papel. Mas já fazia esse papel em larga medida. É claro que muita coisa já aconteceu de lá pra cá, mas essa provocação permanece.

Eu acho que o rádio digital precisa se reposicionar.

[...] Então eu acho que a gente tem que pensar o rádio digital efetivamente dentro das potencialidades dele e acho que cidadania é um canal importante. Você tem essa discussão por exemplo colocada no DRM, um dos padrões do rádio digital.

O uso do rádio para alertas e situações de catástrofes, de emergências, de calamidade pública. Então você tem várias experiências interessantes sendo desenvolvidas por exemplo na Ásia, no “cinturão de fogo” onde tem muito terremoto e pode ter tsunami, então você tem experiências de rádio que podem ser usadas para alertas da população.

Então são coisas que a gente vai ter que desenvolver coisas em relação a isso (Jornal Alcar, 2020).

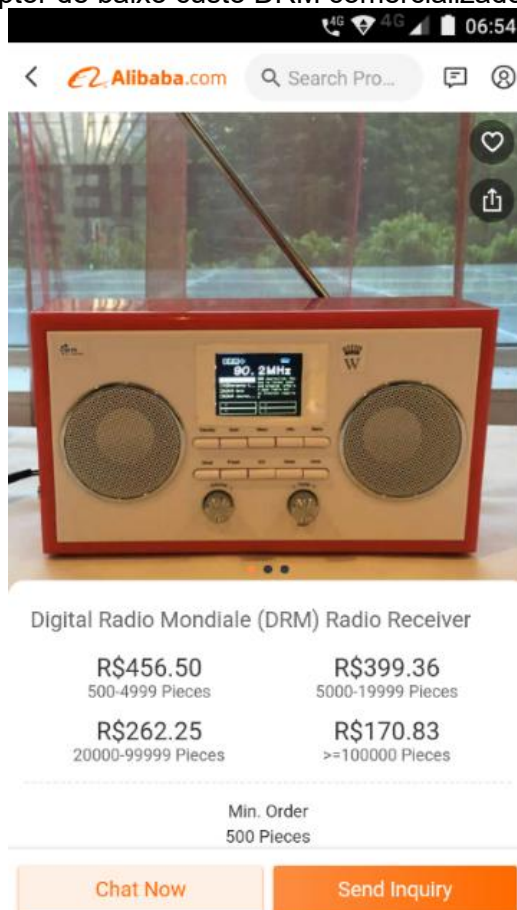
A importância da pergunta se deve a uma provocação que Kischinhevsky havia recebido em um comentário na rede social YouTube, em 2016, sobre o tema DRM. Viu-se ali uma oportunidade de saber o que era a tecnologia DRM, até que, meses depois, estaria participando dos testes de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia. Muito além de uma tecnologia que tenha fracassado, o DRM nunca foi devidamente explorado ou investido. Agora em que novos atores ocupam o espaço com satélites, com a rede *Starlink*¹⁸, continua sendo desafiador acreditar nessa tecnologia, que teria sim condições para oferecer melhor qualidade de transmissão pela escala hertziana, com menos custo, se “o campo das decisões políticas, das decisões econômicas” como disse Gilberto Gil, não fosse voltado exclusivamente para os meios hegemônicos.

Como parte dos resultados, em relação às tendências tecnológicas contemporâneas, observa-se que ambas as tecnologias - DAB e DRM - são desenvolvidas por consórcios globais. No entanto, as experiências com o sistema DAB e o próprio DRM mostraram, até o momento, que os aparelhos com essa tecnologia são comercializados no varejo por valores entre US\$500,00 e US\$500,00 e US\$

¹⁸ O *Starlink* é um projeto de desenvolvimento de constelações de satélites em andamento pela empresa americana *SpaceX*, (semelhante a *Iridium Communications*) para desenvolver uma plataforma de satélites de baixo custo e alto desempenho e transceptores terrestres de clientes necessários para implementar um novo sistema de comunicação baseado na internet (Wikipedia, 2025).

1.500,00. Quando não estão disponíveis no varejo, ficam sujeitos a um “modelo de negócio” que exige a compra de lotes em grande quantidade, tornando-os inacessíveis para o atacado (Figura 7). Esse cenário só mudará quando houver “radiodifusores dispostos a implementar o DRM em suas emissoras e ouvintes interessados em receber as transmissões”, como esclarece a ABRADIG (2020).

Figura 7 - Receptor de baixo custo DRM comercializado em site asiático.



Fonte: Alibaba (2020).

No II Fórum Nacional de Radiodifusão realizado em 5 de março de 2020, o então Secretário de Radiodifusão, Elifas Gurgel, anunciou que:

A digitalização trará novos modelos de negócios para a radiodifusão, logo após palestra com a presidente do Consórcio DRM, Ruxandra Obreja, onde vários exemplos de sucesso de uso do Digital Radio Mondiale foram apresentados, em especial nos países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (ABRADIG, 2020).

Duas décadas depois das iniciativas mundiais dos sistemas DAB e DRM é possível dizer que o futuro nunca chega?

Diante desse “futuro que nunca chega”, reforçamos aqui a fala de Kischinhevsky em entrevista cedida à Souza (2014), a respeito do rádio digital no

Brasil, dizendo estar sujeito a incorporar um “museu de velhas novidades”. Para Kischinhevsky, “o rádio digital, do jeito que está sendo concebido hoje, deixa de fora as rádios comunitárias”. Essa entrevista, realizada na rede social YouTube, gerou um comentário provocativo de um técnico, que questionou a falta de entendimento sobre a possibilidade de as rádios comunitárias, que operam em FM, também transmitirem no formato digital. Esse episódio foi determinante para que o DRM se tornasse um objeto de estudo que merecia ser mais bem compreendido nesta pesquisa ao longo do ano de 2020.

Ao final do mesmo ano, a Rádio Nacional da Amazônia e a Universidade de Brasília (UnB) realizaram testes de transmissão do sinal DRM em Ondas Curtas na frequência de 11.910 kHz DRM. Em contato com rede social de radioescutas em modo analógico e outra rede de radioescutas no formato digital (DRM), foi possível saber quando os testes seriam realizados, de modo a cooperar com os dados de recepção realizados em São José dos Campos. Os dados foram compartilhados no programa Encontro DX, veiculado pela Rádio Aparecida, 104,3 MHz.

Foi utilizado um receptor inglês *Morphy Richards*, modelo 27024, com módulo receptor *Radioscape* DAB/DRM/FM/AM, no qual é implementado o uso da tecnologia SDR (Rádio Definido por Software), de meados dos anos 2000. É possível visualizar o serviço *Jornaline*¹⁹ (figura 8), da recepção realizada em 8 de dezembro de 2020, destacando no título “Brasil DRM Experimental” e no corpo da notícia a mensagem “Centro de SP tem tumulto após ação da Guarda Civil na Cracolândia”.

¹⁹ O *Jornaline* é o serviço de texto/menus interativo do DRM. É composto por páginas com informação de texto (máximo de 4096 caracteres/página) acessíveis através de uma estrutura de menus definida pela emissora; capaz de suportar todos os tipos de receptores, desde que uma simples tela que suporte texto esteja disponível (Diniz, 2013).

Figura 8 - Receptor Morphy Richards com dados textuais no *display*.



Fonte: acervo do autor.

Em janeiro de 2021, outra recepção foi realizada pelo autor, também em São José dos Campos (figura 9), utilizando um receptor DRM *Gospell* GR-216, de fabricação chinesa, da segunda metade dos anos 2010.

Figura 9 - Recepção da transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, em 11910 kHz DRM.

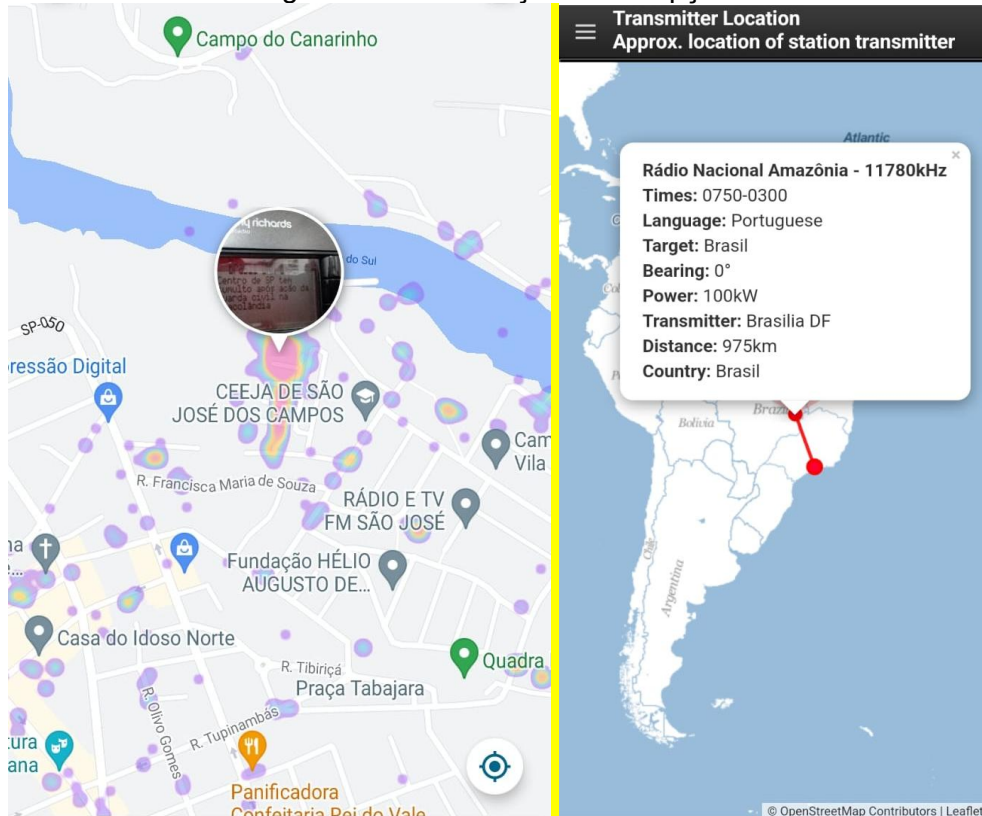


Fonte: acervo do autor.

É importante destacar que em ambas oportunidades da escuta das transmissões em DRM da Rádio Nacional da Amazônia, foi utilizando antena interna do receptor, e com ângulo de visada para o Norte do país, a cerca de 975 quilômetros, em linha reta, na direção do centro de transmissão do Parque do Rodeador, no Distrito

Federal, conforme figura 10, com vista permanente da janela de um apartamento, no 3º e último andar, sem edificações a frente, e no limite de área periurbana da Região Norte do Município.

Figura 10 - Localização da recepção.



Fonte: Google, 2021 e Skywave Schedules, 2021.

Por cerca de dois meses foi possível ouvir as transmissões em modo digital, porém com muitas falhas. Quando as condições técnicas e atmosféricas colaboravam, foi possível distinguir a qualidade do som um pouco melhor que na transmissão de Ondas Curtas em modo analógico. De maneira geral, os testes permitiram alcançar a região Sudeste do país, e transferir pacotes de dados textuais, que dependem de uma transmissão de qualidade para que todo o serviço seja eficiente.

Mesmo diante de uma tecnologia que vai além da informação sonora, podendo até transmitir imagens em aparelhos habilitados para tal função, nada se compara com a transmissão analógica convencional com grande potência de transmissão, na qual, muitas vezes, não é preciso grande esforço ou “malabarismos” com antenas externas ou amplificadores de sinal, para que se possa compreender a informação.

Quatro anos após os testes, a tecnologia de transmissão DRM não apresentou avanços significativos. Atualmente, a única transmissão direcionada ao Brasil é realizada pela Rádio Romênia Internacional (RRI), que, de forma precária, luta para que seu sinal atravesse o Oceano Atlântico e ofereça um programa diário de uma hora de duração em espanhol.

Nos países asiáticos, muitos automóveis saem da linha de produção com a tecnologia DRM embarcada. A oferta de receptores tornou-se padrão nos países do Cinturão de Fogo - região marcada por terremotos frequentes e intensa atividade vulcânica, localizada no norte do Oceano Pacífico -, uma vez que, em casos de alertas de desastres naturais, os receptores emitem alarmes de emergência.

Dessa forma, o DRM é visto como uma tecnologia que nunca se concretiza, gerando expectativas de que algum consórcio ou governo invista para torná-la realidade, como ocorre em alguns países da Europa, na Índia e na China.

É necessário considerar o alto custo em relação ao benefício: durante aproximadamente dois meses, foi possível experimentar a recepção do sinal, que, devido à instabilidade - comum em uma fase de testes -, ainda não apresentava toda a potência que uma emissora pública do porte da Rádio Nacional da Amazônia deveria ter em operação regular para atender ao território nacional.

O receptor utilizado, fabricado na década de 2000 e sem a fonte de alimentação original, teve um custo equivalente ao de um receptor de ondas curtas, médias e FM/e-FM nacional, que muitas vezes supera os receptores portáteis chineses comercializados em sites como *AliExpress* ou *Alibaba*. Já o receptor *Gospell*, adquirido usado, teve um valor comparável ao de uma TV *Smart* de 40 polegadas no mercado atual. No entanto, como o aparelho apresentou problemas técnicos no áudio, foi enviado ao vendedor, que solicitou um novo equipamento diretamente da fabricante chinesa. Ao final, foi necessário arcar com a taxa aduaneira para o retorno do aparelho, já que a compra foi feita em território nacional por meio de um intermediário do consórcio DRM no Brasil.

Dessa forma, o investimento foi elevado para receber conteúdo em língua nativa. Dependendo exclusivamente de transmissões internacionais, como as da Rádio Romênia Internacional - que transmite em espanhol -, torna o custo ainda mais proibitivo. Além disso, a tecnologia de transmissão utilizada pela emissora romena está defasada, o que impede a transmissão em escala global com qualidade de áudio suficiente para uma decodificação eficiente e uma comunicação efetiva com o ouvinte.

Com o avanço dos serviços que utilizam a internet, a tecnologia DRM parece não ganhar força, ou seja, não se consolida como uma realidade. Diante da tendência de as emissoras de rádio investirem em plataformas digitais e aplicativos de lojas virtuais, os investimentos em transmissões por meio de antenas, no espectro hertziano, têm sido gradualmente abandonados. Isso ocorre mesmo que a tecnologia DRM seja muito mais econômica em termos de consumo de energia e custo total dos equipamentos necessários para a transmissão digital, especialmente quando comparada ao sistema de transmissão analógico.

A tecnologia DRM permite que o usuário acesse em seu receptor diferentes tipos de dados: textos, fotos, informações de trânsito e alertas de emergência.

5.1.3 Streaming: privatização ou socialização da comunicação?

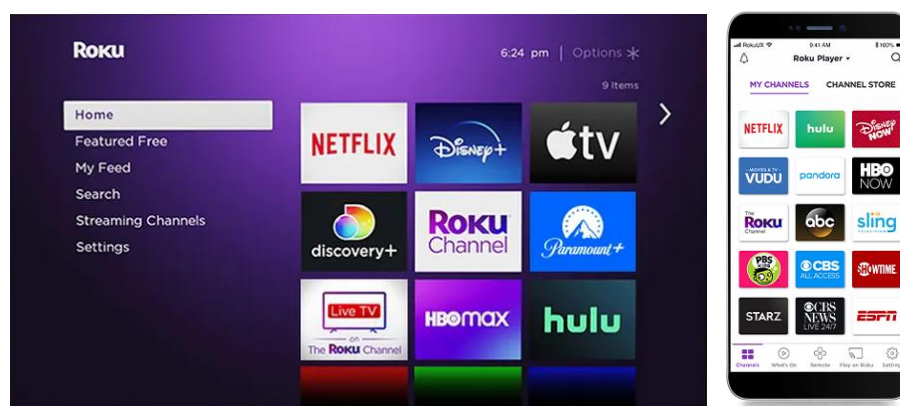
O *streaming* é um formato de distribuição de mídia digital ou transmissão contínua que utiliza a internet como suporte.

Aparelhos de TV e de telefonia móvel inteligentes são atualmente os principais equipamentos que possibilitam acesso aos serviços, conforme figura 11a e 11b.

Figura 11 - Plataformas de transmissão g (a) e (b).

a – Sistema Operacional Roku, em TV *Smart*

b - Smartphone



Fonte: Tecmundo (2022).

Dentre os exemplos de serviços pagos, estão os provedores de filmes e séries *Netflix*, *Amazon Prime Video*, *HBO Max* e *Disney*. Já no ambiente sonoro, os serviços *Amazon Music*, *Apple Music*, *Deezer*, *Tidal*, *Spotify* e *YouTube Music*.

A expansão dessas plataformas chegou até os sites de consumo como o Mercado Livre, que oferece uma espécie de programa de fidelidade, com o “benefício” de acesso aos canais combo Disney Plus e *Star Plus*.

O *YouTube*, plataforma de compartilhamento de vídeos mais popular, atualmente, possibilita aos usuários com conta no ambiente *Google* alimentar o repositório do provedor, além de disponibilizar um vasto acervo de conteúdo. O *YouTube* é atualmente uma alternativa real para que muitas emissoras de rádio, no formato híbrido de transmissão (de antena e internet), ou mesmo aquelas no formato web rádio (que operam apenas por meio de um site ou servidor web) utilizem o espaço para transmitirem sua grade de programação. O serviço monetiza os usuários produtores de conteúdo e é sustentado por anunciantes. Dentro da lógica capitalista, oferece também os planos de serviços sem anúncios, *Music Premium* e Plano família.

A pesquisa em curso conta com uma das principais fontes de informação na plataforma *YouTube*, que agrega conteúdo jornalístico dos canais Brasil de Fato, TVT, Rádio Brasil Atual, Rede Abraço Brasil, ALCAR, FNDC e Intercom.

É importante considerar que toda a tecnologia ancorada nos serviços de internet, que tem como base as plataformas da *Google* (*Google Play*) ou da *Apple* (*App Store*), permite que seja mapeada geograficamente a localização dos usuários. Nesse sentido, os usuários são “bombardeados” com anúncios e propaganda política e, como ocorrido nas últimas semanas das eleições em 2º. Turno, em 2018, o candidato à reeleição de presidente da República, da extrema direita, impôs maciça divulgação.

Mielli e Loguercio (2021), ao discorrerem sobre as plataformas de redes sociais, como parte do compêndio “Reconstruir a democracia”, organizado por Aldo Arantes, esclarecem que:

Outro elemento importante que orienta o processo de distribuição dos conteúdos no interior das plataformas de redes sociais é o uso direto do poder econômico através do pagamento de altas somas de recursos em patrocínio, impulsionamento e publicidade.

Quanto maior a quantidade de dinheiro empregada para dar mais visibilidade a uma página, postagem, ou canal, maior a rapidez com que esse conteúdo pode viralizar.

Dessa forma, se forem combinados o poder opaco dos algoritmos, o uso de estratégias de segmentação e o uso do poder econômico, mais desfavorável será o ambiente dessas plataformas para a livre circulação de informações e ideias, e mais negativo o impacto para a liberdade de expressão e para a diversidade e pluralidade de fontes, indispensáveis para a formação de uma esfera pública de debates minimamente democrática (Arantes, 2021, p. 98).

Apresentados os riscos das redes sociais e, em particular, das plataformas de transmissão, cabe, assim, saber identificar qual o uso político e social que se dá a ela.

Mielli e Loguercio reforçam em seus estudos que apesar de não ser possível, ainda, mensurar o grau de impacto das redes sociais na formação de opinião e na tomada de decisão das pessoas, “é indiscutível a centralidade da internet em todas as dimensões da vida e da sociedade” (Mielli; Loguercio, 2021, p. 101). Os autores pontuam ainda ações e iniciativas imediatas: 1. Discutir e estabelecer políticas de regulação para as plataformas da internet; 2. Discutir e estabelecer mecanismos para construir processos democráticos e passíveis de escrutínio público dos algoritmos das redes sociais; 3. Aprofundar as políticas de proteção de dados pessoais; 4. Aprofundar a discussão sobre os limites para a liberdade de expressão.

Nesse sentido, essas ações para enfrentar a luta ideológica, inserida em um contexto de guerra cultural, são medidas essenciais para construir, em um novo ciclo de redemocratização do país, um marco civilizatório que inclua a regulação dos serviços de transmissão de conteúdo com o suporte da internet. Além disso, é fundamental fortalecer instituições como a EBC, que contribuem para a construção da cidadania ao oferecer informação de qualidade por meio de conteúdos, produtos e programas, viabilizados pela comunicação pública e estatal (figura 12).

Figura 12 - Tema da causa #defendaEBC #aEBCfica.



Fonte: Fica EBC, 2023.

É possível observar que o progresso da radiodifusão, em âmbito mundial, se deu de forma distinta. Nos Estados Unidos, impõe-se um ritmo mais veloz, passando mais tarde, a influenciar fortemente o modelo de radiodifusão introduzido no Brasil. Enquanto, na Europa, e no restante do mundo, o processo se deu de forma mais lenta.

Na terceira década do século XXI, o rádio nos países latino-americanos está, em grande parte, limitado à grade de programação da Frequência Modulada (FM). Nos Estados Unidos, a programação radiofônica já é oferecida via satélite, mantendo um caráter vanguardista. É possível afirmar que tal plataforma talvez nem chegue a ser disponibilizada em países tecnologicamente periféricos, como o Brasil. O mesmo pode ser dito sobre a tecnologia *Digital Radio Mondiale* (DRM). Vale destacar que ambas as tecnologias estão embarcadas em veículos automotores, tanto nos Estados Unidos quanto na Índia e na China. No entanto, a lógica capitalista tem criado cada vez mais plataformas de informação proprietárias, dependentes de planos de assinatura.

De modo geral, este subtópico apresentou um panorama geral do que se propõe nesta tese: retratar a comunicação no século XXI, os desafios impostos pelo poder econômico neoliberal e as ações necessárias para que instituições públicas e estatais, como a EBC, e frentes de comunicação popular possam fortalecer seu papel na conquista, sustentação e qualificação do exercício da cidadania.

5.1.4 FM Estendido e a migração do AM/FM: uma tendência real com quais consequências?

O conceito de modernidade líquida discutido no livro do sociólogo Zigmunt Bauman (2000) reforça a necessidade de se intensificar os debates sobre as plataformas e tendências tecnológicas ligadas à comunicação social, que interferem na recriação de relações e modos de convívio do atual período.

A narrativa da comunicação analógica – entendida a partir dos serviços de comunicação radiofônica em Ondas Curtas e Ondas Médias transmitida por emissoras com parque de antenas direcionadas para receptores portáteis (rádios de antena) –, considerada velha, atrasada, obsoleta, está presente no discurso de grandes empresas de comunicação do país, que exercem influência no desmonte dos serviços públicos, operando maciça campanha indutora da migração das emissoras da faixa de AM para FM, ocupando a faixa do FM Estendido (e-FM).

O termo estendido diz respeito apenas à ampliação das faixas de frequência na escala do dial, que pode ser interpretada como uma espécie de ampliação verticalizada, que privilegia grupos de grandes redes de emissoras em frequência privilegiada no dial do FM Estendido e induz emissoras da AM e rádios comunitárias

para ocuparem as “bordas” ou a “periferia” da escala de frequência modulada, nas quais o ouvinte depende de novos equipamentos para poder acessar o serviço de transmissão, sejam receptores de rádio ou mesmo aparelhos de telefonia móvel.

A pesquisa apresenta como parte dos resultados um cenário de ambivalência em relação ao discurso da renovação do rádio por meio do FM Estendido (e-FM/FM 2.0): amplia oportunidades para emissoras, em sua maioria comerciais, que contam com capital para se adaptar tecnologicamente à faixa de frequência entre 76 MHz e 88 MHz.

A iniciativa, verticalizada, favorece os grandes grupos de comunicação que estão perdendo seu espaço para as redes sociais. A falta de regulação do setor de internet, por outro lado, dá oportunidade para as emissoras comunitárias, como é o caso da Rádio A Voz do Povo é a Voz de Deus, para transmitir sua programação diária do FM convencional, no sinal de 105,9 MHz em Arapiraca (AL), para a rede social *Facebook*.

A contradição pode ser interpretada na medida que a transmissão radiofônica na faixa do FM Estendido “restringe” a oportunidade do ouvinte de acessar conteúdos fora da faixa tradicional de 88 MHz a 108 MHz, exigindo, assim, a aquisição de novos receptores que suportem a extensão da frequência.

A figura 13, em forma de nuvem de palavras, sintetiza o discurso de seis diferentes artigos publicados nos portais na internet²⁰, nos quais o rádio, como veículo de comunicação, é protagonista. Divide de um lado, a imagem de que a era do rádio, terminou. De outro, a imagem do meio de comunicação resiliente, que se transforma.

²⁰ Tudocelular; Radiosderesultado; Grupolibertempo; O Tempo; Portal de Esporte R7 e Uol.

Figura 13 - Representação do rádio como meio de comunicação²¹.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A migração da radiodifusão do AM para o FM, assim como a digitalização para o modelo DRM, são exemplos de tendências tecnológicas que acentuam as distâncias sociais no território ou na cidade. Essa dinâmica remete à definição clássica de Richard Sennett, citada por Bauman (2000, p. 91), de que a cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm a chance de se encontrar”. A modernidade imposta pela globalização tecnológica introduz novos formatos de conteúdo televisivo e plataformas de transmissão (como a geração *fliX*), cujo acesso é restrito a indivíduos que podem pagar por serviços de internet e assinaturas operadas pelas *Big Techs*. Dessa forma, reforça-se a segregação socioespacial nas cidades, especialmente quando consideramos os ouvintes de emissoras ou plataformas que não têm acesso a esses mesmos serviços.

Na entrevista concedida ao *El País* em 2016, Bauman, ao responder sobre como as redes sociais mudaram a forma como as pessoas se relacionam, descreveu-as como o “ópio do povo”, esclarecendo que:

A questão da identidade foi transformada de algo preestabelecido em uma tarefa: você tem que criar a sua própria comunidade. Mas não se cria uma comunidade, você tem uma ou não; o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à

²¹ É prudente informar que não foi utilizada a técnica de contagem ou de repetição palavras, apenas a representação visual.

comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas (Querol, 2016).

Em tempos de globalização neoliberal e isolamento social, a comunicação tradicional por antena — muitas vezes fragmentada ou silenciada com o desligamento de transmissões em Ondas Curtas e Ondas Médias — dá lugar à transmissão e às interações por meio de web rádios²². Bauman oferece um aporte teórico por meio dos conceitos de comunidade e redes, que servem como pré-requisitos para a discussão da radiodifusão em tempos de convergência digital. Nesse contexto, o rádio de antena perde espaço para o rádio na internet, transmitido por meio de aplicativos em lojas digitais e web rádios.

Essa reflexão vem reforçar a ideia de que a comunicação ambientada apenas nas redes, nos traz a percepção de que se vive a própria representação do desencontro. A compreensão do conceito de laços humanos é mais bem representada nesse modelo tradicional de rádio, refletindo comunidades que se formam independentemente da volatilidade dos tempos modernos. Bauman ao fazer uma reflexão sobre a “amizade *Facebook*”, destaca que:

A comunidade precede você. Você nasce numa comunidade. A rede é feita e mantida viva por duas atividades diferentes: uma é conectar, outra desconectar (Bauman, 2013).

Dessa forma, nos casos de comunicação entre ouvinte e emissora - e vice-versa -, seja por meio do rádio de antena no espaço hertziano, seja por correspondências impressas, telefonia fixa ou móvel, a ideia de comunidade parece mais tangível e menos suscetível à volatilidade das relações humanas nas redes sociais, que são mediadas por plataformas digitais. No entanto, essa reflexão não pode ser realizada sem considerar a natureza e a proposta da emissora. Reforça-se que a pesquisa em curso tem como referência a radiodifusão pública e educativa, considerada mais alinhada ao ideário de conquista da cidadania.

O conceito de modernidade líquida, sob a ótica do consumo, poder exemplificar tal “armadilha da dependência”: cada vez mais a sociedade se vê dependente de

²² A web rádio, conhecida também como rádio via internet, ou rádio online, tem seu funcionamento em plataforma digital que realiza sua transmissão via internet.

novos televisores ou aparelhos de telefonia móvel inteligente e de planos ou as assinaturas para acesso a conteúdo seguem a filosofia *on demand*, ou seja, sob demanda, com escolha de horário e vinculadas necessariamente a um plano de assinatura. Para que a roda do consumo capitalista continue girando, muitos desses equipamentos tornam-se obsoletos quando uma nova plataforma embarcada surge como novidade, em um modelo em que o hardware está intrinsecamente ligado ao software.

A comunicação radiofônica de antena e a pilha fica comprometida com o desproporcional investimento que emissoras como a Rádio Aparecida tem realizado no formato plataformas de transmissão. Aparentemente, um caminho sem volta no qual a plataforma de transmissão traz outras práticas de convívio.

Como parte de resultados obtidos nas transmissões ao vivo da Intercom, o jornalista Gésio Passos apresentou um retrospecto do cenário dos limites e perspectivas do governo federal anterior que havia ameaçado a Rádio MEC de extinção nos primeiros meses de 2019. Sintetizou não somente sobre as limitações decorrentes do AM para o FM, incluindo o FM estendido, como os limites dos telefones inteligentes com o *chip* de rádio bloqueado, sua limitação quanto à faixa estendida, e finalmente, a importância das transmissões em Ondas Curtas e da própria Rádio Nacional da Amazônia. O jornalista frisou que:

Um problema grande né claro é como receber esse sinal né, se conseguisse avançar né e o governo até lançou uma portaria para que a fosse desbloqueado celulares produzidos no Brasil é o chip da rádio né, porque a maioria tem, só que a maioria também bloqueia o sinal para você não concorrer com o serviço de *streaming* porque eles ganham dinheiro. E aí foi uma coisa razoável, uma demanda da Abert muitos anos né essa questão do sinal. E a questão da faixa estendida é grande o temor né, assim é pelo que eu sei vão ser só as grandes capitais que vão ter a faixa estendida, mas como São Paulo vai ter, não só a capital mais algumas cidades do interior talvez você cria demanda para produção de aparelhos ou para que se atualize o software de celulares para chegar na faixa estendida. Meu celular não chega na faixa estendida e enfim, é uma experiência se debatendo ampliar a faixa. Quem sabe né. Pelo que eu sei a faixa estendida é utilizado no Japão, essa frequência, então às vezes você consegue ampliar porque o transmissor é um chip, talvez ele pegue também né, depende do chip que está no seu celular, mas esse é um desafio que a pessoa falou né. A Rádio Nacional da Amazônia ela ainda tem muita audiência, a gente recebe muito retorno. Principalmente para o serviço de telecomunicação e de radiodifusão não chega no grande interior né (Intercom, 2021).

A 'tormenta' formada pelos ventos anunciadores da privatização da EBC e da extinção da Rádio MEC AM em 2019, no Brasil, faz parte de um movimento de

ultradireita e sua ideologia neoliberal, que também ameaçou rádios e TVs públicas na Argentina após as eleições de 2023.

Aguiar (2024) destaca que a mídia pública sofreu ameaças de privação tendo sofrido intervenção pelo presidente eleito:

O presidente da Argentina, Javier Milei, decretou a intervenção na mídia pública da Argentina nessa semana. O decreto exonerou a direção colegiada que dirigia as emissoras e veículos públicos de comunicação do país e, no lugar, colocou interventores nomeados diretamente pelo governo (Aguiar, 2024).

A tendência política em países do Sul Global traz não apenas um clima tempestivo, de ameaças ao patrimônio público da comunicação. Traz também um clima de incerteza, conforme afirmou a professora e pesquisadora Schejtman, no Podcast “Universo das Emissoras Públicas”:

Não significa que uma vez que não foi adiante [a proposta de privatização], se fale em uma expansão dos meios públicos, nem que haja uma conversa sobre como reformular proativamente os meios públicos (Universo..., 2024).

A tese busca a formulação de perguntas para tentar apresentar algumas respostas que colaborem para refletir sobre os serviços de comunicação pública e práticas de convívio coletivo que permitam que o cidadão possa se sentir pertencente a uma rede social na era digital, desde que seja oferecida condições para que tenha acesso a plano de dados, de forma pública.

5.1.5 Web rádio e Podcast: novas tecnologias ancoradas na ampliação do acesso à internet

Ao retratar o cenário dos cem anos do rádio no Brasil e as perspectivas para o futuro diante das novas tecnologias, como as webs rádios e os podcasts, Matsuki destacou as transformações vividas pelo rádio:

O rádio experimentou mudanças nunca vistas na história nos últimos anos. A ampliação do acesso à internet e, principalmente, da produção de conteúdo fez com que o rádio migrasse de plataforma e experimentasse novos formatos (Matsuki, 2022).

Em síntese, ressalta o surgimento das plataformas web rádios e *podcast* e apresenta os estudos de Prata que apontam que a primeira rádio 100% online no Brasil, foi fundada em outubro de 1998 (Matsuki, 2022).

Posteriormente, os dados de Micheletti pontuam que:

No começo dos anos 2000 a internet ainda é uma grande novidade. Os smartphones não existiam e a banda larga começava a dar os primeiros passos, ainda tímidos, era uma fase de transição entre a conexão discada e o acesso rápido.

Havia um pensamento, que me parece até um pouco inocente, em achar que a internet era um ambiente democrático que permitia que qualquer um que tivesse uma rádio sem precisar de concessão pública (*apud* Matsuki, 2022).

A variável tecnologia se torna determinante na perspectiva dos novos formatos do rádio e de produção de áudio. Matsuki esclarece que:

A questão tecnológica limitava, principalmente, o acesso às webs rádios. Dados da pesquisa TIC Domicílios apontavam que, em 2005, apenas 9% das pessoas tinham internet em casa e 33% declararam que já haviam acessado a internet. Isso fazia com que a gama de ouvintes potenciais fosse pequena (principalmente em relação ao rádio tradicional).

O acesso via celular, possível apenas com a chegada dos *smartphones* (o primeiro foi o *iPhone*, da *Apple*, em 2007), também aumentou a frequência de acesso as webs rádios e *streamings*. Quinze anos depois, o formato se mostra consolidado (Matsuki, 2022).

Para o radialista Edison Silva, fundador de uma rádio online:

O grande diferencial da rádio pela web é que elas funcionam de maneira online e de forma mais simples, pouco importando se o acesso seja fixo ou móvel.

Em outras palavras, você pode estar no conforto do seu lar, no trabalho ou até mesmo caminhando pela rua e ouvindo uma rádio de qualquer lugar do planeta, podendo ter acesso aos mesmos programas e conteúdo.

Basta você ter uma conexão com a internet. Inclusive utilizar a internet está sendo uma das estratégias das rádios para garantir um maior alcance da audiência, conhecidas assim chamadas de rádio multiplataforma (Matsuki, 2022).

Matsuki ressalta que:

O “nascimento” do *podcast* ocorreu em 2004. Naquele período, as empresas de tecnologia buscavam uma solução para que a questões dos downloads ilegais de produtos fonográficos protegidos por direitos autorais. Uma das iniciativas foi o iTunes, da Apple (Matsuki, 2022).

Em sua síntese, publicada pela Agência Brasil, Matsuki (2022) traz várias opiniões sobre a definições do que pode ser considerado *podcast*.

Entre elas, a interpretação de Marcelo Kischinhevsky, na qual “o *podcast* traz no seu início, na primeira onda, uma expectativa de uma liberação do ouvinte no sentido de que todo mundo poderia escolher quando e o que iria ouvir”. Kischinhevsky (*apud* Matsuki, 2022) ressalta ainda que “nasceu antes do seu tempo”, não tendo sucesso imediato. Somente por volta de 2013, o formato recebeu impulso por plataformas de financiamento o impulso dos telefones inteligentes que tornaram o periférico que permitiria o acesso ao serviço.

Com o surgimento das plataformas de transmissão especializadas em áudio ou vídeo, como a sueca *Spotify*, em 2006, a americana *Deezer*, em 2007, e brasileira Globoplay em 2015 que se tornou líder das plataformas de transmissão no Brasil em 2020, o serviço se consolidou como uma forma de publicação de conteúdos em formatos multimídia, incluindo arquivos de áudio, vídeo e imagens.

Kischinhevsky esclarece ainda que:

Hoje, ele está organizado em torno de grandes plataformas de distribuição, que são fundamentais para a visibilidade de qualquer *podcast*. A gente tem aí o *Spotify* como ator dominante no Brasil, a *Apple* é pioneira no Brasil e também relevante no mercado, e agora novos atores entrando, entre eles, no Brasil, o *Globoplay*, oferecendo *podcasts* exclusivos (*apud* Matsuki, 2022).

Por um lado, Kischinhevsky (*apud* Matsuki, 2022) reforça que *podcast* “trata-se, sim, de um formato radiofônico com características próprias”.

Marcelo Abud, acredita “para a gente entender se *podcast* é rádio ou não, vale a reflexão do que é o rádio hoje. O que conta ou não para que seja uma transmissão de rádio é o fato de o som ser a essência deste conteúdo, e o *podcast* tem por essência o som”.

Prata deixa claro que o *podcast* é, sim, rádio:

O elemento-chave do rádio continua sendo o som, só que agora com a agregação de novos signos nos campos textual e imagético gerados pela internet. Eu acredito que o conceito de rádio não deve estar atrelado a uma determinada tecnologia, mas que o rádio deve ser pensado como uma determinada proposta de uso social para um conjunto de tecnologias, cristalizada numa instituição (*apud* Matsuki, 2022).

Matsuki (2022) inclui ainda a opinião do pesquisador Bruno Micheletti, considerando que “o formato pode se encaixar dentro do que é rádio, mas a discussão ainda está aberta”.

Micheletti ao integrar as discussões do tema “Diante de uma nova indústria cultural”, como parte da programação do Seminário: 123 anos do Rádio no Brasil e no

Mundo, Abraço Brasil (2022b), apresentou a pauta “*Podcasting* talvez não seja rádio, mas as rádios estão nos *podcasts*”. Esclareceu que:

Estou tirando esse olhar se é ou não é rádio...
Mas enquanto produto, eu falo que ele é um produto da indústria cultural que precisa denominar como *podcast* e tal.

No meu entendimento, *podcast* é um meio de distribuir conteúdo de áudio. Não considero como rádio (Abraço Brasil, 2022b).

Um exemplo que *podcast* herdou do rádio o conteúdo em formato de entrevistas, diálogos, documentários (figura 14), é o Programa “São Paulo de Todos os Tempos”, criado pelo jornalista, radialista e memorialista Geraldo Nunes, que atualmente, disponibiliza alguns episódios no *Spotify* – plataforma de transmissão de música, *podcast* e vídeo, lançado em 2008 – que veicularam na Rádio Eldorado AM, 700 kHz.

Figura 14 - *Podcast* “São Paulo de Todos os Tempos”.



Fonte: São Paulo... (2020).

Kischinhevsky (2007, p. 118), ao discutir a convergência digital e os novos desafios da radiodifusão, esclarece que “o *podcast* se distingue do rádio comercial online pela ausência de regras. Qualquer tipo de transmissão pode ser veiculado, sem seguir padrões de locução ou limitações temáticas”.

No editorial da edição comemorativa do Correio da Unesco, Agnès Bardon contrapõe-se à ideia de que o rádio está ultrapassado. Bardon salienta que:

Um fator importante na reinvenção do rádio foi a produção de *podcasts*, os programas disponíveis sob demanda. Às vezes, é possível até mesmo ser assistido, quando os programas são filmados e disponibilizados online. O ouvinte também evoluiu. Outrora passivos por trás de seus dispositivos, agora podem participar das transmissões e até mesmo ajudar a dar forma aos programas, expressando suas opiniões nas mídias sociais (Bardon *apud* Unesco, 2020, p. 3).

Talvez essa interpretação possa justificar que o rádio continue a existir. No entanto, ele só será verdadeiramente inclusivo se o conteúdo for distribuído também por meio de transmissões via antena e pilha, como ocorre na programação da Rádio Brasil Atual, na frequência 98,9 MHz, para a RMVPLN e a Grande São Paulo, que oferece conteúdo em formato de áudio (*podcasts*): Mosaico Cultural, Vozes Populares, Bem Viver, Três por Quatro, Nossos Direitos, Momento Agroecológico, Giro Esportivo, Alimento é Saúde, Brasil de Fato Entrevista, Programa Paraíba de Fato, Repórter SUS, Tempero da Notícia e Radinho BdF.

Pode-se citar a produção de conteúdo em formato de *podcasts* oferecido pelo Instituto Casa Comum e a Abraço Brasil: Criança Pode, Metamorfoses, Poéticos Encontros, Musicada História, Obirin, “Economia para Quem?”, Radionovela Beleza: um suspiro de esperança, Conexão Catimbau, Periferias potentes e Como escrever bem.

É possível afirmar que, em pouco tempo, a produção de conteúdo em *podcasts* - especialmente aqueles que vendem produtos, sem um compromisso direto com a cidadania, mas sim com a comercialização de espaços para divulgação — passa por uma remodelação: de um formato originalmente auditivo, migra para o audiovisual, agora renomeado como *videocast*. Muitos produtores de conteúdo aproveitaram a “carona” das transmissões remotas na internet, durante a pandemia da Covid-19, para criar espaços anteriormente dominados por grandes emissoras de TV – com sua infraestrutura tradicional de estúdio, equipamento de edição, transmissão e outorga – ou produtoras independentes, como a MTV²³.

²³ A exemplo da produtora de entretenimento musical do público jovem, a MTV, um canal de televisão norte-americano, hoje disponível pelo sistema a cabo e satélite, de propriedade da *Paramount Media Networks* da *Paramount Global*.

Desta forma, a plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube* se torna espaço para que muitos novos produtores e produtoras ocupem o território da comunicação na internet, que tende a oferecer conteúdo patrocinado e induzir os usuários para serviços ampliados, porta de entrada para o universo das plataformas de transmissão.

O texto de Matsuki (2022) permitiu obter várias opiniões de pesquisadores da área de Comunicação Social. Ao final, lançou a pergunta de qual será o futuro no Brasil.

O mapeamento proposto na tese traz a oportunidade de discutir os impactos tecnológicos que atingem o território urbano conforme ocorre a remodelação do rádio seus diversos formatos - seja na transmissão hertziana ou seu transbordamento pela internet (por aplicativos, portais de áudio ou sítios eletrônicos) – na qual a variável tecnologia é determinante.

Dessa forma, independentemente do meio utilizado para distribuir a informação de natureza radiofônica, é necessário debater se os ouvintes tradicionais do formato de transmissão hertziana terão condições de se adaptar às plataformas que dependem não apenas de conexão à internet, mas também de equipamentos eletrônicos menos duráveis e menos independentes, como o formato de “antena e pilha”.

5.2 Convergência tecnológica e reconfiguração dos meios da radiodifusão

O conceito de rádio expandido, referenciado por Kischinhevsky (2016), constitui um elemento balizador para os estudos da radiodifusão na atualidade. Para Kischinhevsky, “é preocupante a invisibilidade de meios tradicionais, que correm o risco de se tornarem coadjuvantes num cenário de crescente convergência” (Kischinhevsky, 2016, p. 17).

Discutir a digitalização do rádio requer, necessariamente, atentar-se ao “calvário” vivido pelo setor da radiodifusão sonora a partir de 1990, frente aos seguintes desafios: a) concorrência com a TV aberta; b) concorrência com a TV por assinatura (incluindo emissoras de rádio com sinal recebido via cabo); c) a internet; d) radiodifusão comunitária (Kischinhevsky, 2016, p. 42). O autor destaca ainda que “a digitalização chegou a todas as etapas da indústria da radiodifusão sonora, menos à

transmissão” (Kischinhevsky, 2016, p. 57). Essa etapa denomina-se aqui como o ponto crucial da radiodifusão sonora digital.

Em relação à migração de AM para FM, o autor destacou que:

[...] a gente tem como desafio hoje trazer de volta esses conteúdos que estão fazendo sucesso no *podcasting* para o rádio AM e FM, principalmente o FM porque o AM hoje teve a sua sentença de morte decretada lá em 2013 e está em processo de se tornar uma coisa residual (Jornal Alcar, 2020).

Pensar o futuro do rádio requer, obrigatoriamente, debruçar-se sobre o “processo de convergência com os outros meios de comunicação e com plataformas digitais”, como apontado por Ferraretto e Kischinhevsky (2010). Entre os fenômenos desse processo de reconfiguração, destacam-se: a) assimetria dos processos de digitalização, acirrando a concentração empresarial e desigualdade no acesso do público às inovações tecnológicas; b) surgimento de novos canais de distribuição de conteúdo radiofônico (nos aparelhos de celulares inteligentes); c) expansão de redes em ondas hertzianas; d) formação de novas cadeias de valor, permitindo investimento tecnológico restrito aos grupos de oligopólios; e) estratégias de *branded content* e *naming rights* (arrendamento de emissoras rebatizadas com nome do patrocinador; f) mídias sociais de base radiofônica (web rádios e *podcasting*); g) desenvolvimento de modelo de negócio e formatos radiofônicos (Kischinhevsky, 2016, p. 55).

Para Zuculoto, em Migração do Rádio AM para FM (2020):

O rádio brasileiro hoje confronta a extinção da sua pioneira faixa de transmissão, a Amplitude Modulada em ondas médias, mais conhecida como rádio AM. A tecnologia AM de transmissão analógica há muito tempo vem padecendo de falta de atualização e investimentos. A prometida transmissão digital ainda não teve seu padrão definido e instituído no Brasil, para que se pudesse “ouvir estações em AM com qualidade de CD”. (Fórum... [FNDC], 2008).

Como vislumbrar um horizonte para a radiodifusão na terceira década do século XXI, diante do panorama de convergência tecnológica e da percepção de alguns profissionais da comunicação social de que o rádio digital é efêmero?

A “convergência de mídias”, discutida no trabalho de Galvão Júnior (2015) enfatiza o tema como uma nova revolução diante dos meios de comunicação buscarem novas formas de configuração. Para Galvão:

A internet, presente em suportes que ganham continuamente qualidade, sofisticação e agilidade, aproximou mídias antes separadas por suportes

analógicos, estáticos e divergentes. A web fez com que o rádio, a televisão e os impressos migrassem para a versatilidade do ambiente digital onde convergem conteúdos e linguagens diversas, alterando de maneira significativa modelos de negócio e interesses, sejam eles individuais ou coletivos (Galvão Júnior, 2015, p. 36).

Nesse sentido, o rádio tem o potencial de se permanecer versátil e constante no cotidiano por meio da convergência de mídias. Galvão Júnior (2015) destaca que:

Convergência das Mídias ocorre no espaço digital, ou seja, cada meio compartilha um mesmo ambiente onde as mais diversificadas formas de conteúdo não apenas são criadas, reprocessadas ou aglutinadas, mas também são levadas a estabelecer ligações para e com os indivíduos, que se tornam agentes atuantes e essenciais no processo de coprodução e disseminação do que está disponível online. Forma-se um sistema colaborativo contínuo, que se expande de maneira imensurável (Galvão Júnior, 2016, p. 39).

Jenkins, ao discutir a cultura da convergência esclarece que:

[...] é contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos dispersos (Jenkins, 2009, p. 27-28)

A contribuição de Jenkins indica um cuidado necessário ao considerar que novas plataformas possam estabelecer função bidirecional, apontada por Bertold Brecht. Corre-se o risco de o ouvinte buscar um caminho de consumidor disperso e cada vez mais dependente de um serviço, distanciando-se da condição de cidadão.

A reconfiguração dos meios de radiodifusão discutida nesse tópico, mantém o rádio como elemento vivo na sociedade à medida que “a força da construção coletiva dos saberes como uma condição fundamental que deve ser extensiva e priorizada a todas as ações educacionais”, conforme consideração de Galvão Júnior (2015, p. 191).

O alerta de Kischinhevsky para pensar o futuro do rádio, “com os dois pés no presente”, deve ser reforçado com o movimento da sociedade, no plano simbólico das significações, tal como abordado por Santos (1996):

O presente une as coisas, mas o momento seguinte as separa, o que permite distingui-las [...].

Em outras palavras, o movimento da sociedade, isto é, o movimento da totalidade (e do espaço) modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento.

Por isso mesmo, a cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social, há paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo

em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido (Santos, 1996, p. 83)

Não apenas referindo-nos ao rádio, mas a todas as formas de difusão da informação, considera-se, aqui, o aporte explicativo de Santos (2005):

As tendências da modernização contemporânea, produtos do sistema tecnológico, são controlados pelo poder da indústria em grande escala, basicamente representada pelas firmas multinacionais [...]
[...] A difusão da informação e de novas formas de consumo constituem dois dos maiores elementos da explicação geográfica
[...] A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo.
(Santos, 2005, p. 94-95)

A lente conceitual de Santos (2005, p. 94) possibilita visualizar que “nos países subdesenvolvidos, as repercussões deste novo período histórico são muito profundas”, afetando a maior parte do território e, conseqüentemente, todos os habitantes, em diferentes níveis socioeconômicos e de acesso aos bens e serviços.

Diante das transformações tecnológicas e os impactos socioterritoriais com o processo de desconstrução tecno-científica em curso, o rádio pode ter sua função pública abalada, caso a racionalidade da comunicação de massa, hegemônica, a serviço de interesses ligados à ordem perversa do capital seja perpetuada.

Na primeira etapa exploratória da tese, observou-se que o debate deve transcender a polarização entre teoria e prática da radiodifusão e da digitalização. Isso significa não romantizar o rádio e os serviços de radiodifusão como um veículo que não dialoga com as novas tecnologias, nem atribuir apenas aos tecnicistas a instrumentalização teórico-acadêmica, mas também levar a instrumentalização técnica e prática para a academia. É necessário, sim, buscar um consenso para que a comunicação seja efetivada com conteúdo de qualidade, acessível a toda a sociedade.

5.3 Big Techs: a geopolítica das plataformas digitais

Neste trabalho, a tecnologia é um ponto-chave para compreender o cenário contemporâneo da comunicação e, conseqüentemente, o (re)ordenamento dos

sistemas de infraestrutura do setor de telecomunicações, incluindo a radiodifusão. Por meio da internet, a radiodifusão tende a se “desprender” do meio terrestre.

Originalmente, a comunicação radiofônica era sustentada por uma rede de torres de transmissão. Atualmente, ela conta com infraestrutura de transmissão via satélite e internet, que, por sua vez, é estruturada em redes de cabos ópticos terrestres e subaquáticos. Esse novo arranjo no espaço terrestre revela tendências que podem trazer avanços, mas também um processo de desconstrução ou sucateamento de um patrimônio que antes era de responsabilidade exclusiva do Estado.

Para que se possa avançar na discussão sobre novas tendências de comunicação, e seu modo de informar, é importante localizar o papel das *Big Techs* dentro do cenário capitalista globalizado.

Na apresentação do trabalho “*Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*”, publicado por Morozov (2018), o colunista de tecnologia Ronaldo Lemos sintetiza:

Suas análises são especialmente interessantes para países como o Brasil, que vivem na periferia do desenvolvimento tecnológico.

[...] Um dos temas dissecados neste livro é o impacto político da tecnologia. Quem é leitor de Morozov certamente não se surpreende com as recentes revelações da mídia sobre como a análise de dados e o “Big Data” são utilizados para manipular as democracias globais.

A análise atenta do autor sobre o uso da tecnologia por parte de regimes autoritários já alertava para o perigo de disseminação dessa prática, que hoje é uma realidade concreta.

Em síntese esta obra é um manual de desconfiança. Enquanto a ideologia do Vale do Silício afirma “confie em mim”, Morozov nos diz “não confie nessa” (Morozov, 2018).

A tarefa de compreender o cenário político e econômico globalizado como uma etapa do capitalismo tecnológico — no qual as *Big Techs* exercem domínio — apoia-se na lente teórica de Morozov. Cidadão do mundo, PhD em História da Ciência e colaborador de colunas internacionais, Morozov é reconhecido como um dos europeus mais influentes, destacando-se por sua abordagem apartidária na análise de questões políticas (Morozov, 2018, p. 189).

Lemos esclarece ainda que Morozov representa “uma das vozes mais necessárias para se pensar o papel das tecnologias hoje, em especial por ser um crítico ferrenho da visão de mundo projetada pelo Vale do Silício”, região que abriga um grande polo de empresas e instituições ligadas à tecnologia (Morozov, 2018).

E para que possamos ter dimensão deste cenário político e econômico globalizado, é urgente entender que:

As plataformas tecnológicas globais deixaram de ser vistas como companheiras inofensivas e invisíveis, empenhadas em amenizar, ou mesmo eliminar, as arestas da existência cotidiana – sempre em nome de um compartilhamento descomplicado e de uma transparência universal. Agora, tais plataformas são cada vez mais percebidas como um bloco poderoso, como interesses mercantis ocultos, lobistas e projetos de dominação do mundo.

[...] A tecnologia digital da atualidade, ficou evidente, não é apenas ciência aplicada, como ainda sustentam as filosofias mais vulgares da tecnologia.

Ela é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos (Morozov, 2018, p. 7).

Após desvelar a dinâmica mercantil que está oculta dentro de toda a densa camada de sedução da vida cotidiana, é possível ter uma dimensão da falsa impressão de que basta ter acesso à internet para que o consumo de conteúdo e a utilização de aplicativos seja gratuita. O perfil pessoal, que inclui dados pessoais, de hábitos alimentares, vestimenta, habitação, circulação em diferentes modais, estado emocional e pensamento político, sintetizam quem somos, além do que se pode imaginar.

Ainda, longe de uma análise psicossocial dos novos hábitos da modernidade, o que se observa é a sensação de incompletude provocada por limites de consumo que se tornam inalcançáveis, tornam os usuários carentes e dependentes das plataformas digitais e dos serviços oferecidos pelas cinco empresas americanas que receberam o acrônimo de GAFAM: *Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft* (figura 15).

Figura 15 - Acrônimo das Big Techs.



Fonte: Wikipédia, 2024.

Morozov permite situar cada potência econômica dentro dessa disputa:

Até agora os principais competidores são bem conhecidos – os Estados Unidos e a China, os dois países com setores tecnológicos mais avançados -, mas é bem provável que outros, como a Rússia e a Índia, vão buscar um lugar no pelotão de frente, no mínimo movidos pelo temor de uma

dependência excessiva de serviços digitais estrangeiros (Morozov, 2018, p. 9).

Dentro desse recorte espacial de origem da *Big Techs*, pode-se ver, de um lado, as cinco empresas americanas que dominam a estrutura lógica (software) e física (servidores) além da estrutura de equipes mobilizadas (*peopleware*) estando essas últimas ou não no próprio território americano ou não, para exercerem suas atividades.

Do ponto de vista do mapa da comunicação radiofônica de longo alcance - seja nas faixas de transmissões analógicas ou digitais (DRM) em Ondas Curtas -, a China ocupa uma vasta quantidade de frequências em operação. Em alguns casos, chega a sobrepor o sinal da Rádio Nacional da Amazônia após as 18h (UTC -3).

Além disso, a produção de receptores de rádio com tecnologia de microprocessadores DSP (*Digital Signal Processor*) e DRM é dominante em escala mundial, consolidando a China como um país de grande expressão no mapa da comunicação radiofônica

Após inserir as informações técnicas relacionadas ao universo da radiodifusão, que aparentemente são invisíveis diante das infinitas fontes de informação e entretenimento pelas plataformas digitais, abre-se espaço para tentar ver o contexto global desse cenário.

Nesse sentido, cabe a indagação de Morozov:

E onde fica o Brasil?

De um lado, o país foi um dos primeiros do mundo a reconhecer a importância de recuperar a soberania tecnológica. Infelizmente, as iniciativas e as promessas aventadas após as revelações de Edward Snowden mostraram-se insuficientes e quase caíram no esquecimento, em meio às turbulências que afetaram a política brasileira nos anos seguintes.

De outro lado, o Brasil também foi um dos primeiros países do mundo a insistir num enquadramento robusto dos direitos digitais – o chamado Marco Civil (Morozov, 2018, p. 9).

Reforça-se a participação do Brasil nesse cenário mundial com o Marco Civil, pela Lei No. 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no país. Morozov destaca que, mesmo que inconclusa:

É uma manobra importante, sobretudo agora que cada vez mais, as plataformas digitais buscam nos atrair para seus impérios digitais acenando com seus serviços gratuitos e convenientes (Morozov, 2018, p. 10).

Ainda no cenário mundial, vale destacar o recorte no qual Morozov inclui a Europa:

[...] Com uma burocracia atuante, uma legislação antitruste consolidada e o respeito universal que nutre pela privacidade. Depois de observar o continente por muitos anos, arrisco-me a discordar dessa visão: estou convencido de que não se pode enfrentar com êxito o desafio imposto pelas grandes empresas tecnológicas apenas com intervenções jurídicas, por mais bem concebidas que sejam (Morozov, 2018, p. 10).

No prefácio da edição de 2021, Morozov deixa importante contribuição no que se refere ao resultado das eleições de 2018 que:

Mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. O modelo de negócios das Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros (Morozov, 2018, p. 11).

Morozov oferece uma análise realista e contundente sobre a lógica entre “visualizações” e “lucratividade” no ambiente digital: “verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fakes news* são apenas as notícias mais lucrativas”. Essa dinâmica é reforçada por Mielli e Loguercio (2021, p. 99), que destacam que “as mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas”, evidenciando como a economia da atenção e a viralização de conteúdos negativos se alimentam mutuamente no cenário atual da comunicação.

A reflexão de Morozov deixa evidente que “a infraestrutura da comunicação política mudou dramaticamente”. Diante dessas mudanças, a regulação de financiamento de campanhas é nula, em razão de que “grande parte da comunicação se dá em plataformas digitais”, salienta (Morozov, 2018, p. 12).

Apresentado o potencial de dominação e de destruição à democracia, Mielli e Loguercio (2021, p. 127) salientam que é essencial destacar o alerta de que “é evidente investimento zero no uso e criação de ferramentas e plataformas próprias e seguras por parte dos atores importantes do campo democrático e popular”.

Dentro da programação proposta do “Seminário 123 anos do rádio no Brasil e no mundo - do Padre Landell às rádios comunitárias”, organizado pela Abraço Brasil, foi promovida no dia 2 de setembro de 2022, a *Live* “Desafios das rádios comunitárias e as novas tecnologias” com a participação da Professora Ângela Carrato (UFMG) e do Prof. Galvão Júnior (Unitau).

Na oportunidade foi estabelecida uma estratégia para buscar uma nova contribuição com a pesquisa em andamento por meio do envio de uma pergunta para os professores se “É possível pensar uma tecnologia não hegemônica para conectar emissora na Amazônia Legal e ouvintes, herdando a conexão AM abrangente na qual havia participação do papel do estado?”.

Diante do seu interesse com a tecnologia, a professora Ângela Carrato respondeu que:

O que que eu vejo acontecer no Brasil e não é uma coisa que acontece só aqui. Isso é uma característica dos países, digamos assim, é historicamente dependente, e que mesmo quando a gente tem governos progressistas, como tivemos, e que avançaram em muitas coisas, mas tem coisas que não avançaram, como deviam e às vezes, até retrocederam (Abraço Brasil, 2022c).

A falta de independência tecnológica é assim determinante para que o país continue como consumidor de uma tecnologia ultrapassada, situando-o em uma condição de inferioridade. Destacou ainda que:

Se não tiver uma ênfase na ciência e na tecnologia nós vamos continuar sempre consumidores e não é consumidores da tecnologia de ponta não, porque o que chega aqui para nós é meio que a bugiganga que não interessa mais lá. O que chega para nós aqui chega já defasado e está longe...é apresentado como sendo é o mais recente, mas não é. De celular a equipamentos para estúdios e tudo mais, nós estamos ficando com a sucata e uma sucata que não foi feita por nós também. Então, vamos ter que correr atrás disso (Abraço Brasil, 2022c).

Nesse sentido, é urgente agir para que um novo mundo tecnológico seja edificado de forma a oferecer plataformas que proporcionem um ambiente saudável e propício à união de amplas forças políticas e sociais. O objetivo é construir um novo mapa geopolítico mundial “legendado” pela democracia.

5.4 Debates sobre a informação e democracia na América Latina: PL 2630, desinformação, educação midiática e soberania tecnológica

Esse tópico apresenta sinteticamente algumas contribuições do “I Seminário *Big Techs*, Informação e Democracia na América Latina²⁴”, realizado em 06 de dezembro de 2023, com o objetivo de reforçar o debate sobre a regulação democrática dos meios de comunicação, com instituições que estão no “*front*” da luta pela democratização da informação, incluindo intelectuais e membros de entidades dos mais variados segmentos sociais progressistas.

De acordo com Lívia Bandeira, membro da coordenação executiva do Intervozes, reforça-se o marco relevante nos vinte anos do coletivo em:

tentar ampliar cada vez mais o diálogo sobre os direitos digitais, sobre as políticas de comunicação junto com outros movimentos sociais e não só especificamente trabalhando aí com os direitos digitais, mas esse é um debate que é de todo mundo, então a gente nesse marco desses 20 anos a gente tem ampliado cada vez mais esse diálogo com outros movimentos e eu espero que esse seminário também tenha essa cara. A gente tem vários movimentos, movimentos sociais, sindicatos, comunidades quilombolas, indígenas. A gente tem feito esse diálogo com esses grupos (Direitos na Rede, 2023).

Lívia cita a participação do Intervozes, da Coalizão Direitos na Rede, e Fórum sobre Informação e Democracia e de vários países da América Latina nesse encontro e destaca que:

O que a gente acredita que a gente precisa se fortalecer regionalmente para poder inclusive produzir contribuições para esse debate global. Muitas vezes esse debate começa, ele é feito na Europa, feito nos Estados Unidos, inclusive onde estão as sedes onde estão as grandes plataformas digitais que tem dominado o modelo de internet, e a gente acredita que a gente precisa fortalecer aí regionalmente esse debate e começar a produzir contribuições...a gente já faz isso há muito tempo, mas assim, fortalecer as nossas contribuições regionais para esse debate global. Uma das expectativas desse seminário é que a gente possa fortalecer essas redes que já são feitas por várias entidades latino-americanas, mas seguir fortalecendo essas redes para que a gente possa fazer uma contribuição a partir dos nossos territórios tentando pensar alternativas (Direitos na Rede, 2023).

²⁴ O evento contou com a presença de representantes do governo e parlamento brasileiros, organizações da sociedade civil e pesquisadores do Brasil, Uruguai, Argentina, México, Paraguai, Costa Rica e França para discutir e apresentar propostas para a regulação das plataformas digitais, educação midiática, soberania tecnológica e regulação econômica das plataformas. O seminário foi uma realização do Intervozes, Coalizão Direitos na Rede e Fórum sobre Informação e Democracia.

Em resumo, a fala geral institucional no evento deixa evidente a importância do diálogo sobre os direitos digitais e sobre as políticas de comunicação, pois trata-se de “um debate de todo mundo” e é preciso fortalecer regionalmente esse debate.

Em um segundo momento apresenta-se aqui uma síntese das reflexões do parlamentar Orlando Silva²⁵, apresentadas no evento supracitado, responsável pelo Projeto de Lei 2.630/2020, que propõe a Lei Brasileira da Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Segundo Silva (Direitos na Rede, 2023), é necessário:

- Construir caminhos para o financiamento público do jornalismo alicerçado no pluralismo temático;
- Luta contra o monopólio de quem financia projetos (governo) que induz produção de programas, trazendo a ideia da sustentabilidade nos mecanismos de financiamento do jornalismo;
- Sobre a importância do manejo dos dados;
- Não há como ter um órgão regulador de verdade no sistema capitalista; Sempre vai haver uma tensão para apropriação desse órgão por parte do mercado que faz parte da dinâmica da economia capitalista, de interesses.
- Necessário ter convicção quanto à centralidade política, ao votar em uma agenda mínima que regula as plataformas digitais;
- Não criar mais dificuldades do que solução para aprovar um tema (Projeto de Lei 2.630/2020) importante;
- Visualizar cada um como ator, atriz e agente político consciente, de modo a tensionar para disputar as estruturas do Estado, agir politicamente e não apenas apontar problemas do órgão regulador (Anatel);
- Aspectos como a pandemia, violência em escolas, e o episódio de 8 de janeiro de 2023, são exemplos de obstáculos que impediram de produzir força suficiente para provar a importância da regulação das plataformas digitais;
- Necessário estar consciente das necessidades e não ter ilusões, não diminuir as dificuldades na luta pela democracia;

²⁵ Orlando Silva de Jesus Júnior, é um político brasileiro filiado ao Partido Comunista do Brasil. Foi ministro do Esporte nos governos Lula e Dilma Rousseff e eleito deputado federal em 2014. Na Câmara dos Deputados, foi vice-líder da Presidente Dilma Rousseff entre os anos de 2015 e 2016.

- Importância do papel da sociedade civil e movimentos sociais em estabelecer o papel de diálogo com o governo para impulsionar mudanças para o povo.

A inserção dessas falas e reflexões do “I Seminário Big Techs, Informação e Democracia na América Latina” traz a essência e a urgência da pesquisa científica em tempos de combater regimes totalitários e manter a “resistência com resiliência”, que, mesmo em tempos de isolamento social diante da pandemia da Covid-19, se tornaram tarefas tão importantes para a sobrevivência da própria ciência e da condição humana de direito, em primeiro lugar, à vida e a cidadania.

5.5 A não-neutralidade tecnológica: sintonia necessária para a reconstrução da radiodifusão

Esse capítulo, dedicado à apresentação das evoluções tecnológicas e reflexões sobre as tendências contemporâneas, não estaria completo ou condizente para avançar no estudo do território tecnológico e atmosférico que rebete nas comunicações, se não fosse considerado o aspecto da não-neutralidade tecnológica.

O trabalho de Cerqueira-Neto e Santos (2017), a entrevista de Silva (Ivone Silva..., 2017) e a pesquisa de Gonçalves e Ferreira (2020), trazem reflexões que permitem revisitar o pensamento de Milton Santos quando à neutralidade tecnológica ou não na sociedade.

Cerqueira-Neto e Santos (2017, p. 3) destacam que:

Milton Santos não deixou de produzir severas críticas sobre a ciência, a universidade, o papel da intelectualidade brasileira e sobre como a tecnologia deveria estar a serviço da humanidade. Num de seus discursos, Milton Santos foi enfático ao dizer que o homem levou quase dois séculos para aprimorar e criar técnicas, mas estas evoluções tecnológicas não estavam acessíveis à maioria da sociedade (Cerqueira-Neto; Santos 2017, p. 3).

Diante desse convite inicial para discutir o que o geógrafo considerava ser a responsabilidade dos atores em relação ao impacto da tecnologia, vale refletir: qual tecnologia dos últimos trinta anos, mencionada neste capítulo, efetivamente se consolidou no setor da radiodifusão? Nem o DAB nem o DRM conseguiram “ganhar força” ou mesmo sair da fase de testes nos países latino-americanos, especialmente diante das inúmeras possibilidades que a internet trouxe ao mercado consumidor de informação, alterando profundamente a geopolítica mundial.

Cerqueira-Neto e Santos reforçam ainda a contribuição de Milton Santos ao mencionar que:

Uma das grandes dúvidas de Milton Santos sobre a evolução das técnicas estava centrada na possibilidade de uso das mesmas, pois o homem, em sua infinita capacidade de criação, oferece uma gama de técnicas que não alcança grande parte da sociedade; igualmente, é importante perceber como será o uso dessas técnicas, isto é, quais serão seus fins (Cerqueira-Neto; Santos 2017, p. 10).

Gonçalves e Ferreira (2020, p. 1) analisam “como a tecnologia atua na sociedade reproduzindo vieses, mesmo que estas por vezes mantenham um discurso e uma aparência de neutralidade”. Ao se referirem à “teoria ator-rede” e ao conceito de “mediação técnica”, eles esclarecem

A teoria ator-rede (TAR) é uma proposta teórico-metodológica que surge na França na década de 1980.

[...] propõe a analisar a sociedade não como um objeto dado – o social -, mas sim como um emaranhado dinâmico de atores – humanos ou não-humanos – relacionados uns com os outros, ao mesmo tempo produto e produtores dessa rede de atores.

As redes de atores seriam então coletivos, conjuntos heterogêneos em que não haveria mais uma necessidade de distinção *a priori* entre natureza e cultura, ou ainda entre agentes humanos e não-humanos.

[...] Neste contexto, se torna importante a noção de mediação – em particular *mediação técnica* – na medida que o campo tecnológico passa a ser composto, não por artefatos intermediários e desprovidos de agência, mas por elementos ativos mediadores.

[...] Desta forma, toda ação mediada tecnicamente resultaria em desvio, mudança, tradução. Isso implica que, ao se utilizar uma forma de tecnologia, qualquer processo alteraria seu *programa de ação*, de forma que ao se mudar os meios para concretização de uma tarefa, estaríamos também alterando suas finalidades.

(Latour, 2002, p. 252, citado por Gonçalves; Ferreira, 2020, p. 2).

Nesse sentido, Gonçalves e Ferreira (2020) apontam que:

A hipótese latouriana vai além ao pensar que ação mediada tecnicamente não é executada nem por um sujeito que utiliza uma tecnologia, nem unicamente pela tecnologia, mas por um terceiro agente (ou actante), um agenciamento de ambos.

[...] No caso do aprendizado de máquina, não é nem o ser humano, e nem a máquina, que pensa ou aprende, mas sim o agenciamento humano-máquina (Gonçalves; Ferreira, 2020, p. 3).

Em suas considerações, os autores resumem:

O conceito de mediação técnica tem muito a contribuir para a análise da ação que os objetos técnicos desempenham na sociedade.

[...] Desta forma, é possível pensar que – para além do uso que se faz desta – a tecnologia nascida no seio de uma sociedade que é hegemonicamente

classista, racista, sexista e eurocêntrica incorpora, reproduz, transforma e produz valores e atos concretos que legitimam e amplificam essas opressões (Gonçalves; Ferreira, 2020, p.4).

Cabe ainda atentar-se ao fato de que a tecnologia pode atuar em favor da reprodução dos valores presentes no contexto de sua criação/reprodução, na instituição que os mobilizou (Gonçalves; Ferreira, 2020, p. 4).

Essa contribuição conceitual reforça o papel da “tecnologia que avança vorazmente no setor financeiro” conforme aponta a entrevista cedida ao sítio eletrônico “Viomundo”, pela Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Diante da pergunta “o avanço da tecnologia está afetando muito o setor financeiro no Brasil?”, Silva (Ivone Silva..., 2017) responde: “Diria que é um dos setores mais afetados, pois é o que mais investe. Estimamos que os bancos aplicam algo em torno de 20 bilhões por ano em tecnologia”.

Silva cita, entre as inovações tecnológicas:

Por exemplo, a inteligência artificial, que são megacomputadores capazes de cruzar volume de dados antes inimagináveis; a digitalização do atendimento aos clientes e das áreas de apoio; novos modelos de trabalho, como o Home office, que é o trabalho em casa, feito pelo bancário (Ivone Silva..., 2017).

Os impactos mencionados no setor bancário também podem ser observados no setor de comunicação televisiva e radiofônica. Conforme aponta o Sindicato dos Radialistas de São Paulo, o “Grupo Globo faz demissão em massa e gera polêmica sobre explorações praticadas”:

Com a aquisição do chamado “kit light”, nomenclatura usada pela empresa para identificar equipamento que reúne vídeo, áudio e iluminação, segundo a empresa, sem perda de qualidade, esses profissionais seriam descartáveis (Grupo Globo..., [2022]).

Os dois relatos ligados à classe trabalhadora oferecem um breve retrospecto do impacto da tecnologia e reforçam a certeza de que a mudança tecnológica tem atuado a favor da reprodução da lógica capitalista, que serve aos interesses do mercado econômico mundial.

5.6 Mapeamento do futuro do rádio sob a ótica da radiodifusão comunitária e de novas tecnologias

Em agosto de 2022, o programa Abraço Entrevista, coordenado pelo radialista e Presidente da Abraço Brasil, Geremias dos Santos, entrevistou a Professora Ângela Carrato, jornalista e professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG, que falou sobre “Conteúdos das rádios comunitárias e rádios educativas”.

Diante das discussões sobre a digitalização da Rádio Nacional da Amazônia com a tecnologia DRM em 2021 e da migração das emissoras do AM para o FM, foi enviado um questionamento à entrevistada: “É naturalizado que uma emissora de rádio boa é aquela que oferece qualidade de áudio na música? Como podemos reforçar o resgate da cidadania pelas ondas do rádio?”. Carrato comentou que:

Primeira coisa claro que um som nítido é fundamental. É fundamental para qualquer emissora de rádio e sobretudo na rádio comunitária, não é. Mas hoje a gente tem equipamentos que não são tão caros assim e que garantem, que o som seja muito, muito nítido.

Eu sei que para muita rádio Comunitária, cinco mil, seis mil é um valor alto. Não estou desconhecendo isso não, mas aí é importante, não nesse governo, que esse daí é a única coisa que eu espero, é que acabe.

Só isso né, mas no próximo é fundamental e aí entra o papel da Abraço de todos os associados e de todas as comunidades de lutar juntos para que haja um apoio, e aí a gente entra a questão da sustentabilidade, um apoio para essas rádios terem o equipamento adequado, por quê? Porque não são digamos assim, caros, mas eles são fundamentais. Se você não tem uma boa qualidade de som, a coisa já começa complicada (Abraço Brasil, 2022d).

Diante das limitações da radiodifusão comunitária, mencionadas em um dos comentários, e a perspectiva futura com as eleições do ano de 2022, Geremias mencionou que:

Uma das nossas reivindicações para um futuro Presidente da República é que seja editado na medida provisória para tratar da regulação, da alteração da lei de rádios comunitárias (Abraço Brasil, 2022d).

Carrato trouxe contribuições significativas para a pesquisa, destacando o pioneirismo brasileiro, o papel da tecnologia e do rádio diante das plataformas digitais:

Agora rádio não, rádio uma tecnologia nossa, no sentido mais amplo né, tá aí a invenção dessa própria tecnologia que eu considero um grande inventor o Padre Landell de Moura né, que pese aí, outros nomes serem colocados, mas para mim ele foi o pioneiro então, é uma tecnologia nossa, é uma tecnologia barata, e é com ela que a gente tem que ir né.

Essa ninguém, a não ser internamente controla. Nós não ficamos na mão de interesses externos, inclusive essa outra tecnologia, a tecnologia das redes sociais, ela nos vigia aí é um outro conceito, capitalismo de vigilância enquanto a gente tá lá no *Facebook* no *Twitter* e no *Instagram* né curtindo, é compartilhando, colocando nossos dados lá eles estão aprendendo sobre

cada um de nós, o que nós somos né então a gente está entregando a nossa história de mão beijada achando bacana.

Já o rádio não, o rádio tem a instantaneidade é uma tecnologia barata e o rádio não está buscando, não tá bisbilhotando na vida privada de nenhum de nós não.

Então o rádio é a grande tecnologia para gente mudar esse país e vai efetivamente tem que ser reconstruído a partir do ano que vem a partir do dia dois de janeiro quando pelo menos eu espero e não estou sozinha, a grande maioria dos brasileiros espera, que a gente volte a ter um governo democrático (Abraço Brasil, 2022d).

Sintetizando, Carrato esclareceu que:

sem dúvida que a educação é fundamental e sem dúvida que o rádio é um instrumento mais adequado porque chega em todos os lugares é uma tecnologia simples, barata acessível a todos e precisa e deve ser utilizada para acabar com o analfabetismo e analfabetismo como tal e o outro analfabetismo, o analfabetismo funcional aquele que a pessoa lê mas o entende o que que leu não entende o conteúdo que está sendo dito ou começa a desenhar o nome se parar na metade e não consegue tem que retomar. Retornar né então o rádio precisa e pode ter um papel fundamental né em vários países o rádio foi utilizado para isso eu sinto China eu sinto Cuba eu sinto a Venezuela eu sinto Argentina não é, o rádio o presente nas campanhas, no trabalho de ênfase à cultura nacional a cultura local, mas também o combate à erradicação do analfabetismo. Então é uma vergonha o Brasil, está chegando aí no seu Bicentenário da Independência com esse número lamentável 10% ainda em torno disso de analfabetos, o rádio é fundamental (Abraço Brasil, 2022d).

A entrevista de Carrato, detalhada nas transcrições, trouxe a dimensão da enorme representatividade da Abraço Brasil e das rádios comunitárias para o debate político e ideológico no país, diante de um cenário ainda muito incerto que antecedia as eleições presidenciais de 2022.

A interação no debate “Desafios da pesquisa em rádio no Brasil: financiamentos e redes”, organizado pelo Intercom, foi possível questionar o futuro do rádio no contexto das tecnologias de migração. A pesquisadora Sônia Pessoa destacou que:

Infelizmente no Brasil, nós vivemos há alguns anos um processo lento, assim, uma lentificação das emissoras do interior de conseguir acompanhar todos esses desafios tecnológicos e dos ambientes digitais (Intercom, 2023).

O comentário de Pessoa pode abrir debates em relação ao tempo lento ou mesmo, na relação centro-periferia discutido no tópico “comunicação pública e a relação das capitais federais na dinâmica de alcance territorial de rádio e TV”.

No encontro de 25 de agosto de 2022, com o tema “Do Padre Landell às rádios comunitárias”, dentro da Programação dos “123 anos do rádio no Brasil e no mundo”

foi possível perguntar sobre as mudanças no setor da radiodifusão e o impacto nas transmissões de longo alcance.

O Professor Ismar Capistrano apontou novos caminhos para a comunicação radiofônica, reforçando a escala da radiodifusão comunitárias, suas fragilidades e seu potencial na autonomia comunicativa de movimentos sociais mexicanos:

Lá no México, trabalham principalmente esse conceito de **autonomia comunicativa**, da questão da comunicação. Então assim, é essa luta pela autonomia, os movimentos que vão à luta que vai muito além da questão da cidadania para eles, porque vai muito além dessa ideia de estado democrático de direito, os zapatistas têm uma ideia muito próximo do que a gente conhece como anarquismo né, mas eles não se enquadram nisso porque eles são decoloniais, eles não têm entram nesses padrões europeus de pensamento né.

Ela eu acho que para mim, pela minha experiência né, como a experiência que eu tenho com as comunitárias principalmente hoje em dia que eu venho trabalhando com o projeto de extensão do MST, ela depende muitos recursos humanos sabe. Além da questão da formação política mesmo você tem formação política e você tem no MST essa formação política.

Você tem no movimento zapatista essa formação de berço política, essa consciência política, esse compromisso político, você necessita também que as pessoas tenham disponibilidade para isso. E a gente vê que há nesses movimentos políticos sociais uma sobrecarga muito grande e muitas vezes falta, carece tempo e prioridade para que essas pessoas possam se dedicar à questão da comunicação a questão das rádios comunitárias.

Então por isso que algumas vezes projetos e rádios comunitárias tanto lá na experiência do México, como eu vejo aqui, também, na experiência do MST, elas é ficam muito deficientes né ficam as vezes com a programação que tem que ficar só tocando música direto. Aí você vai atrás lá quem é o cara que é responsável lá pela rádio é que tá frente lá para motivar para reunir o grupo lá o coletivo da rádio comunitária do MST? é o cara que é diretor da Escola, é o cara da escola do campo, é o cara que é coordenador da brigada, é o cara que é não sei o quê, não sei o quê, que é trezentas coisas né. E aí cadê o resto do pessoal? Aí você vai ver uma comunidade de 30, 40, 50 pessoas que tá lá no movimento sabe. É muito complicado essa questão dos recursos humanos, hoje em dia, dessa participação social, desse processo de descentralização. E não é só questão de consciência política, participação social, acho que vai muito além da questão da formação política. É engajamento também. E aí você tem isso, e aí eu vi isso também é principalmente numa rádio que de um coletivo é que eu tive a experiência de vivenciar em São Cristóvão de Las Casas né, era uma rádio que as pessoas aprendiam a democracia da comunicação democratização da comunicação no próprio fazer do coletivo nas próprias discussões do que ia ter na programação da rádio, como é que a rádio ia se posicionar e ela discussões as vezes que duravam meses né e eles não chegavam. Porque tinha que tudo se consensuado. Então, é esse aprender, fazer, ele é contínuo né e assim e a gente não tem fórmulas a gente não tenho um [...] pronto para isso aí, de pré-definido não é. Isso aí é o caminho e a participação coletiva, social que vai definido e felizmente a gente tem muitos obstáculos, a gente tem tudo contra o nosso movimento a nossa luta pela democratização da comunicação da cidadania comunicativa, mas a gente tem uma coisa favor: a nossa esperança, a nossa dedicação, a nossa fé, [...] deve ser sempre fortalecida empoderada por esses momentos, por esses encontros (Abraço Brasil, 2022e).

A fala de Capistrano trouxe uma dimensão além do que foi possível de se ver dentro do território nacional. A radiodifusão comunitária já tinha sido visualizada nessa pesquisa como um caminho decolonial, porém a experiência do movimento zapatista e do conceito de autonomia comunicativa, no qual os movimentos que vão à luta transcendem a questão da cidadania e da ideia de estado democrático de direito trazendo uma nova possibilidade do fazer a radiodifusão, com formação política, engajamento, participação social. Dessa forma, a luta pela democratização da comunicação e pela cidadania comunicativa constitui uma frente sólida para combater o poder da comunicação hegemônica.

A transcrição quase que *ipsi literis* da devolutiva de Capistrano busca destacar, nesta tese, a oportunidade de se fazer ciência e produzir conhecimento citando contribuições muito além do formato acadêmico tradicional, citando livros, artigos científicos, teses e dissertações.

Essa é a fala do novo rádio, que busca traduzir uma nova geografia da radiodifusão, edificada na ação conjunta com movimentos sociais e fortalecida “nos princípios da esperança, dedicação e fé”, como o próprio Capistrano mencionou.

Em síntese, esse capítulo buscou identificar que a fala do parlamentar no “I Seminário *Big Techs*, Informação e Democracia na América Latina” estão associadas às expectativas de Milton Santos no sentido de a tecnologia poder estar acessível à maioria da sociedade. Para isso, cada cidadão deve se ver como “um ator, atriz e agente político consciente, de modo a tensionar (pressionar) para disputar as estruturas do Estado” (Direitos na Rede, 2023), para que se possa “estudar e gerar conhecimento sobre as transformações tecnológicas” não restritas exclusivamente à classe dos bancários, e “... com isso, fornecer subsídios para nossas ações”, aponta Silva (Ivone Silva..., 2017).

Esse capítulo tem um caráter divisor na jornada intelectual da tese. Após discutir as tendências tecnológicas e a consciência do modo de tensionamento que se deve ter diante do cenário capitalista de se fazer comunicação, teve o propósito de reunir subsídios para apresentar, no próximo capítulo, dados aplicados da tese: o cenário do território da comunicação radiofônica em uma escala aparentemente invisível aos estudos do planejamento urbano e regional, na qual espaço urbano e hertziano mantêm uma relação indissociável, permanente e consequente da ocupação do poder político.

6 GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO: INFRAESTRUTURA, INDICADORES CONJUNTURAIS E INTER(AÇÃO) DA PESQUISA

Para representar a Geografia da Radiodifusão é apresentado um levantamento do cenário da ocupação do espaço comunicacional radiofônico, com a distribuição das rádios, na função de emissores, provedores de serviço, e a distribuição de ouvintes, que recebem a informação seja por meio das diferentes faixas de transmissão em AM (destinadas às Ondas Médias e Ondas Curtas), FM, e-FM (destinadas à Frequência Modulada e Frequência Modula Estendida), seja via internet - supondo a expansão do rádio pela internet, por meio de aplicativos (*Simple Radio, Radio Garden*), servidores de rádio (*Radios.com.br, Radiosnet.com*, servidores *WebSDR*²⁶, o aplicativo *KiwiSDR*²⁷ - e redes sociais (*Facebook e YouTube*).

A Geografia referida traz não apenas a localização de origem e destino da informação radiofônica. De um lado, apresenta-se o patrimônio da radiodifusão pública e, de outro, sinais da desconstrução tecnossocial.

Soma-se a isso a distribuição espacial das redes de rádio e dos serviços de comunicação disponibilizados pela Anatel - como telefonia fixa, telefonia móvel e antenas de telefonia celular (ERBs). O cruzamento dessas informações com dados estatísticos - como a posse de rádio em domicílios e o percentual de inclusão digital - permite compor uma análise do território estudado em escala nacional. Dessa forma, as técnicas utilizadas constituem o meio para aferir a produção, circulação, consumo e distribuição de bens e serviços de radiodifusão.

O levantamento passa à categoria de mapeamento na medida que a interação revela novas conexões além da inter-relação entre emissor e receptor. Novos laços de sociabilidade entre os ouvintes, entrevistados e entre emissoras de outras redes de rádio, que passam a trocar pautas e temas na programação diária da comunicação pública, gerando novos fluxos de produção e circulação da informação, especializada no decorrer da interação.

²⁶ Que consiste em um computador executando a plataforma Linux, o software de servidor *WebSDR*, uma conexão de internet rápida e um hardware de rádio SDR. Este hardware de rádio é tipicamente um misturador de quadratura conectado à placa de som de um computador PC ou via USB. Nova Eletrônica (2016).

²⁷ Sítio eletrônico que fornece acesso a um mapa do receptor de rádio de ondas curtas de banda larga (map.kiwisdr.com). O mapa localiza sites mundiais de receptores de ondas curtas *KiwiSDR* cobrindo o espectro de 1 - 30 MHz.

A conceituação “Geografia da Radiodifusão” se refere a duas variáveis principais: distribuição das emissoras e alcance dos serviços no território, ou seja, o rebatimento no acesso das pessoas aos serviços.

São consideradas três escalas de análise:

- a. Nacional (continental/mundial) – radiodifusão em amplitude modulada (OC, OM e Internet)
- b. Regional – radiodifusão em amplitude modulada (OC, OM) e frequência modulada (FM e Redes Sociais)
- c. Local – radiodifusão comunitária (FM e Redes Sociais)

Em síntese, este capítulo relaciona os conceitos estruturantes da geografia da radiodifusão ao conceito de geografia da comunicação, com o propósito de estruturar subsídios para o debate sobre uma nova racionalidade na ocupação do espaço hertziano e seus reflexos no território. Esse debate se dá diante do cenário atual de desconstrução tecnossocial, marcado por tendências tecnológicas impulsionadas pelo processo de globalização neoliberal.

Conseqüentemente, o setor das telecomunicações e da radiodifusão sonora é profundamente afetado, com impactos tanto no espaço urbano e regional - onde, originalmente, eram instaladas emissoras, antenas e estações transmissoras - quanto no alcance da distribuição do sinal para o público ouvinte.

O capítulo apresenta: a) o levantamento do suporte técnico dos serviços (informações de localização geográfica e dados da infraestrutura); b) o levantamento da interação (engajamento dos ouvintes na programação diária e em lives sobre radiodifusão), com emissoras nas três escalas de análise (nacional, regional e local); c). o levantamento dos indicadores de tendências tecnológicas que afetam a radiodifusão, obtidos na PNAD e na PNAD Contínua.

Além disso, discute-se a relação centro-periferia na comunicação pública, a trajetória da radiodifusão no primeiro centenário do rádio e as perspectivas trazidas pela regionalização da radiodifusão pública, que pode abrir novos horizontes para as transmissões via internet. O capítulo conclui com a desafiadora tarefa de sintetizar a densa interação com emissoras de rádio nas escalas nacional, regional e local.

6.1 Conceitos estruturantes da Geografia da Radiodifusão

É necessário elencar categorias ou temas-chave da teoria de Milton Santos para debater o pensamento hegemônico que sustenta o quadro de imensas desigualdades humanas e sociais. Além disso, é fundamental discutir os conceitos de espaço e estado das técnicas como subsídios para compreender a geografia da radiodifusão - tema central da tese - e a própria história da radiodifusão brasileira.

O documentário de Silvio Tendler (2006), “Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Uma proposta libertária para estes dias tumultuados”, foi a fonte inicial que levou à crença de que é possível incluir o tema da radiodifusão no campo dos estudos de planejamento urbano e regional. Isso se deve ao potencial criativo existente nas periferias urbanas, com a produção independente de conteúdo audiovisual, que estabelece uma via de ocupação do território informacional e comunicacional. Essa ocupação é formada por rádios públicas, educativas e comunitárias, que constituem um espaço de luta e empoderamento.

Buscam-se propostas de revanche social por meio da democratização da comunicação, enfrentando lacunas legislativas e tendências tecnológicas excludentes - mediadas pela população excluída - durante a transição do período científico-tecnológico para o período demográfico, também chamado de período popular da história. Essa busca implica reconsiderar o papel do Estado e explorar outra lógica possível para a construção da vida social e do espaço. Destaca-se também temas como “globalização, consumo, território e propostas de revanche da periferia e a polifonia política que constituem plataformas libertárias e nos convidam a recomeçar o debate da civilização” (Toledo, 2020, p. 2).

As relações conceituais entre espaço e tempo são, atualmente, permeadas pelo sistema técnico de informação e comunicação. No caso deste estudo, o foco recai sobre os sistemas tecnológicos de informação e comunicação radiofônicas.

A depender da implantação de diferentes sistemas tecnológicos, corresponde à radiodifusão uma geografia de espectros de ondas eletromagnéticas, apropriados por diferentes agentes instalados no espaço terrestre, considerando:

- a localização ou distribuição do transmissor (emissoras que prestam o serviço e dispõem de equipamentos)
- faixa de transmissão e potência de transmissão, (conforme cobertura apontada na figura 1, do capítulo 1)

- e receptor(es) (ouvintes)

A dinâmica entre os agentes que, de um lado, dispõem de equipamentos para transmissão e, de outro, possuem receptores, estabelece uma geografia de condições técnicas para a transmissão e recepção radiofônicas. Isso implica uma distribuição espacial do acesso social à informação, configurando, assim, o processo de comunicação.

6.2 O estado das técnicas

Os estudos de Milton Santos “Por uma outra Globalização” e “Por uma Geografia Nova”, possibilitam estabelecer uma lente conceitual focada nas relações entre espaço e técnica, o que ajuda a explorar o universo das comunicações à distância, particularmente o da radiodifusão, e os impactos no território e na vida social em constante transformação.

Na investigação das instâncias da sociedade propostas por Milton Santos - a econômico-produtiva, a político-institucional, a cultural-ideológica e a instância espacial -, entende-se que essas instâncias não existem isoladamente, mas mantêm relações entre si. Essa proposta de análise permite desenvolver uma compreensão da sociedade em sua relação indissociável com o espaço, seja no contexto de um país ou da realidade global.

A questão da técnica, no contexto atual, remete à possibilidade de discutir o futuro da geografia da radiodifusão, desenhado no último decênio, sendo fundamental para refletir sobre as mudanças sociais e do espaço. Sem os diferentes sistemas técnicos, não há espaço organizado e construído. Os sistemas técnicos, de objetos técnicos, são estruturas de suporte para a ação social, as relações sociais.

Bukhárin (1972, p. 132 *apud* Santos, 2004, p. 204) enfatiza ainda que:

Se a técnica é uma quantidade que varia e se, precisamente, as suas variações provocam mudanças das relações entre a sociedade e a natureza, é através da técnica que se deve buscar o ponto de partida para a análise das mudanças sociais.

A apropriação do conceito de técnica permite discutir o tema da radiodifusão como elemento propagador do ideário de cidadania, “e o direito à informação generalizada”, tal como mencionada por Santos (2007, p. 24). A técnica pode ser um

instrumento teórico e analítico na promoção da comunicação social (via rádio), como forma de exercício da cidadania – conceito debatido no capítulo 5 - e da desconstrução tecnossocial.

Maria da Conceição Tavares, ao apresentar a proposta de Santos (2004a, p. 2) de interpretar o mundo contemporâneo de forma multidisciplinar, esclarece que Santos visualizou a construção de um novo universalismo. Esse universalismo seria alcançado por meio de “movimentos populares protagonizados pelas camadas mais pobres da população, a semente de uma evolução positiva, que deverá conduzir ao estabelecimento de uma outra globalização”. Essa nova globalização não seria aquela em que os atores mais poderosos se apropriam dos “melhores pedaços do Território Global”.

Tavares destaca que a “unificação da técnica e das normas instrumentais poderá servir então, dialeticamente, de trampolim para uma nova humanidade”, ou seja, para uma outra globalização, da humanidade comum (Santos, 2004, p. 3).

Santos ao explicar a produção da globalização, esclarece que:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.
Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política (Santos, 2004, p. 12).

Esse reforço teórico traz subsídios para interpretar que a produção do mundo globalizado e perverso no final do século XX, foi possível diante dos avanços da ciência, nos quais as “técnicas da informação” foram catalizadoras para um sistema técnico planetário (Santos, 2004, p.12).

Milton Santos, ao explorar os temas da globalização, das técnicas e do território, fornece subsídios para incorporar a tecnologia como um elemento central nas transformações e implicações no espaço urbano e na questão social. Nesse sentido, a globalização contemporânea — marcada pela renovação do meio técnico-científico e informacional — tem as variáveis “técnicas” e “tecnologia” como condicionantes da dinâmica da vida urbana e seus reflexos no território atmosférico, que inclui o território da radiodifusão.

Freitas (2025) esclarece que “a Revolução Industrial é marcada por vários fatores, um deles é a transformação da técnica para tecnologia”. Os conceitos definem-se em:

[...] Técnica é criar um manejo, um conhecimento que possa gerar inventos com intuito de facilitar um determinado trabalho.

[...] Tecnologia é a técnica evoluída, que é fruto de ideias oriundas do passado que ao longo dos anos foram sendo modificadas e aprimoradas, principalmente após 1970, início da terceira Revolução Industrial, quando o conhecimento científico e a pesquisa deram um salto gigantesco (Freitas, 2025).

Soma-se a isso o estudo de Koga (2003), “Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos”, que, em conjunto com outras análises, permite compreender o território - para além de limites geográficos - ou, mais especificamente, os usos do território para os serviços de radiodifusão e o acesso às suas transmissões, com igual potencial político e de construção da vida social.

6.3 Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI): chave interpretativa para o entendimento do território hertziano

A discussão do conceito de MTCI parte inicialmente do princípio pelo qual a “história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado”, como apontou Santos (2006, p. 156).

A ideia de globalização contemporânea proposta por este geógrafo traz uma nova forma do meio técnico-científico-informacional que se torna chave interpretativa para o entendimento do território hertziano, na medida em que técnicas e tecnologias são condicionantes das relações de poder, atuando diretamente nas dinâmicas urbanas e no território.

Cabe rever os apontamentos de Gomes (2001) a respeito do desafio da remodelação do território que seja a mais favorável para a totalidade da sociedade.

Já no transcorrer dos anos 80 aos dias de hoje, quando a racionalidade da globalização torna-se mais prevacente e generalizada pelo intermédio da unificação técnica e da mais-valia, quando o meio técnico-científico-informacional tende a reforçar a dualidade do espaço territorial consolidada historicamente, forçoso nos é reconhecer que uma aparente impossibilidade de uma remodelação do território mais favorável à sociedade em seu todo tende a se interpor como um certo consenso geral das análises e opiniões mobilizadas pela sociedade nos diversos âmbitos a que competem (Gomes, 2001, p. 64).

É possível dizer que as tecnologias continuam a evoluir da mesma forma que as relações se tornaram cada vez mais artificializadas com os avanços trazidos pela popularização da internet e dos serviços oferecidos que nela se baseiam e que rebatem na esfera da comunicação e da radiodifusão?

A experiência da investigação da radiodifusão traz a possibilidade de se pensar em uma nova geografia além das linhas cartesianas determinadas pela geopolítica mundial e pelo poder hegemônico das *Big Techs*.

Cabe também reforçar que o cenário político e econômico descrito por Gomes (2001, p. 65) prevalece, no qual “as novas formas de comunicação e informação parecem bem mais acessíveis, mas somente a altos custos a sociedade parece poder chegar a ultrapassar as fronteiras do individualismo e da desinformação”.

Nesse sentido, é fundamental refletir sobre como os processos de globalização, as técnicas, as tecnologias e o território podem colaborar para se tornarem uma possível revanche contra os meios e plataformas hegemônicas. O objetivo é viabilizar uma remodelação no território da radiodifusão sonora pública - tanto estatal quanto comunitária -, tornando-a menos segregacionista e desigual.

6.4 A aplicabilidade do conceito da inseparabilidade dos objetos e das ações

Essa reflexão do tópico anterior pode ser ampliada por meio do estudo de “A natureza do espaço”, no qual Milton Santos traz contribuições do conceito da “inseparabilidade dos objetos e das ações” aos temas do sistema de tecnologia, radiodifusão e políticas públicas, abordados na pesquisa.

Santos destaca que:

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras.

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação (Santos, 2004, p. 61-2).

Nesse sentido, no contexto da globalização contemporânea, a tecnologia, entendida como um resultado da forma de apropriação de um elemento da natureza,

no caso, o domínio do espectro eletromagnético, destinado a comunicações e radiodifusão, é entendido também como o domínio de um sistema de objetos técnicos.

Santos ainda aponta que:

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem dar-se sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada (Santos, 2004, p. 62).

Dessa forma, a internet, como uma nova tecnologia, traz consigo novos objetos técnicos que impactam o setor da radiodifusão, além de um novo sistema de ações representado por normativas e políticas públicas de regulação. Por um lado, essas mudanças favorecem atores hegemônicos, atualmente representados pelas *Big Techs*; por outro, beneficiam redes de rádios comunitárias.

A análise do conceito da inseparabilidade dos objetos e das ações apresentado por Santos (2006, p. 64), destaca que “A lógica do objeto provém de sua unidade. Quando alteramos a funcionalidade de alguma de suas partes, diminuímos a sua eficácia e, mesmo, podemos adulterá-lo mortalmente, fazendo dele outra coisa”, dá indícios de que a digitalização dos serviços de comunicação, ancorados na internet, afetam diretamente o setor da radiodifusão sonora e conseqüentemente, o espaço geográfico, resultantes dessa conjugação de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Nesse sentido, a segregação socioespacial é uma consequência direta dessas transformações. Este estudo busca, então, aproximar os estudos do planejamento urbano e regional da comunicação social, de modo que a geografia se torne um instrumento para sensibilizar sobre o uso do território, dos objetos e das ações. Isso ocorre no contexto de experiências imateriais legítimas, marcadas por afeto e acolhimento, elementos primordiais para a discussão do conceito de radiocidadania.

6.5 Geografia da Comunicação: alargando o pensamento geográfico-comunicacional

A pesquisa centrou-se em diversas escalas da transmissão radiofônica, incluindo interações com emissoras como a Rádio Romênia Internacional, no leste e sudeste da Europa, e a Rádio Nacional da Argentina, durante a celebração do centenário da emissora, em 27 de agosto de 2020. Houve um alargamento da prática de escuta radiofônica (deste pesquisador), que inicialmente era focada exclusivamente na programação jornalística e cultural da Rádio Brasil Atual, em escala regional.

Em um primeiro momento, as entrevistas e lives transmitidas pela TVT e pela própria Rádio Brasil Atual reuniram um importante grupo de pesquisadores da política nacional e comunicadores do meio progressista. Posteriormente, os grupos Alcar, Intercom e a Rede Abraço Brasil possibilitaram o contato com os principais docentes e pesquisadores interdisciplinares da comunicação social. Somente no quarto ano da pesquisa ocorreu uma convergência interdisciplinar, com a descoberta do Grupo de Trabalho (GT) de Geografia da Comunicação, que possui uma expressiva produção acadêmica liderada pela professora Sônia Virgínia Moreira, coordenadora do Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esse momento da pesquisa trouxe uma nova dimensão teórica, destacando a contribuição da Geografia nos estudos da Comunicação, mediante a produção intelectual de Milton Santos e sua aplicação no campo da Comunicação, destacada pela pesquisadora com experiência na área de Comunicação e ênfase em radiodifusão, jornalismo e estudos interdisciplinares.

São apresentados três trabalhos da referida pesquisadora com o objetivo de alargar o pensamento geográfico-comunicacional e reforçar a aderência do tema da radiodifusão e comunicação social com o planejamento urbano e regional.

Ao retomar as expectativas de Vianna (1996) de que “as tecnologias, em permanente mutação, podem salvar o Brasil do subdesenvolvimento e da miséria crônica (...)”, somadas à perspectiva de Gomes (2001, p. 17), que admite a “esperança de acordarmos uma nação de seu futuro adormecido”, incorpora-se a contribuição de Del Bianco e Moreira (1999, p. 205) que permite revisitar as tendências e perspectivas do rádio no Brasil, no final do século XX, por meio da imagem da sociedade global:

A sucessão de avanços sugere que, a médio prazo, a evolução natural da tecnologia (em especial na área de informática) deve resultar em alterações significativas não apenas no modo de o ouvinte relacionar-se com o veículo como também nas formas de linguagem desse meio essencialmente oral (Moreira, 1999, p. 205).

Ao tratar o tema da sociedade global, Octávio Ianni (1993, p. 92-93) afirma que a globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias. Esse processo de desterritorialização, característico da globalização, reflete-se na forma como as fronteiras físicas e simbólicas são reconfiguradas, gerando uma dinâmica de segregação socioespacial. Nesse contexto, a tecnologia emerge como um dos principais vetores dessa transformação, ao mesmo tempo em que conecta indivíduos e culturas, também aprofunda desigualdades e fragmentações territoriais.

E nesse viés do processo de globalização, sociedade global e tecnologia, Moreira discorre sobre “uma nova aldeia”, reforçando o raciocínio de Ianni, dessas “alterações significativas”:

[...] A despeito das marcas originais, da ilusão da origem, tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Aos poucos, predomina o espaço global em tempo principalmente presente. Para Ianni, é dessa forma que se desenvolve o “novo surpreendente” processo de desterritorialização, característica importante da sociedade global em formação, no qual as fronteiras entre países e culturas são redimensionadas por organizações econômicas, políticas e culturais que tecem o mundo em vários níveis e diferentes desenhos (Moreira, 1999, p. 206).

A ideia de uma “nova aldeia” remete à noção de que, apesar da aparente conectividade proporcionada pela tecnologia, persistem e até se intensificam as divisões socioespaciais. A desterritorialização, portanto, não elimina as hierarquias e exclusões, mas as reorganiza em novas escalas, onde a proximidade virtual contrasta com o distanciamento social e a segregação territorial.

A respeito da tecnologia e sistemas de comunicação e informação, Moreira destaca a contribuição de Pierre Lévy (1996, p. 100):

Para Lévy, entre os fatores que reforçam a existência dessa inteligência coletiva, algumas tecnologias intelectuais – como os sistemas de comunicação, de escrita, de registro e de tratamento da informação – desempenham um papel considerável. E assinala: “as mudanças de tecnologias intelectuais ou de meios de comunicação podem indiretamente ter profundas repercussões sobre a inteligência coletiva”, uma vez que as infraestruturas de comunicação e tecnologias sempre estabelecem estreitas

relações com as formas de organização econômica e políticas (Moreira, 1999, p. 207-208).

Moreira apresenta o pensamento de Ianni, traduzindo o significado de transformação e desterritorialização da sociedade global, e a contribuição de Lévy que considerava as tecnologias intelectuais (sistemas de comunicação, de escrita, de registro e de tratamento da informação) como muito positivas, no final do século XX. Nessa linha de raciocínio, Moreira esclareceu, ao seu tempo, que:

Apesar da globalização ter se transformado em quase um clichê nas discussões atuais sobre as recentes tecnologias dos meios de comunicação, não há como negar que os novos recursos de mídia possuem capacidade de penetração e impacto globais (Moreira, 1999, p. 209).

Essa dimensão é importante para que, hoje, duas décadas e meia após as reflexões de Moreira, possamos refletir se a tecnologia e a internet - tão promissoras em suas análises - realmente possibilitam ao homem "acordar" e tornar-se mais consciente, ou não, no momento presente.

Já em 2019 no trabalho "Da invisibilidade à visibilidade da Geografia na Comunicação", Moreira (2019, p. 12) destaca que "vivemos em lugares múltiplos nos quais a internet estimulou o interesse das pessoas pelos lugares: de quem fala, de quem recebe, dos meios, das mensagens, do local". A autora trouxe a oportunidade de visualizar uma:

Coexistência entre dois campos de saberes, a comunicação e a geografia, que compreendem também dois objetos convergentes em vários aspectos e que, por possuírem particularidades conexas, facilitam a abordagem interdisciplinar (Moreira, 2019, p. 12).

Nesse momento é possível visualizar essa mais clara convergência interdisciplinar, na qual:

Os elementos geográficos agora estão mais visíveis na produção científica da comunicação.
[...] Há pouco mais de uma década, autores estrangeiros e brasileiros abriram espaço para a geografia em pesquisas da comunicação. Exemplo disso são os estudos precursores em região de fronteiras, dos espaços culturais urbanos, do território midiático e das cartografias da informação e do ciberespaço (Moreira, 2019, p. 12).

A produção intelectual do Grupo Geografias da Comunicação traz um importante resgate da aproximação da própria convergência dos dois campos correlatos. Moreira retrata que:

As tecnologias de mídia e a consequente ubiquidade virtual contribuíram, junto com os estudos sobre cultura urbana e os estudos regionais de mídia,

para que a geografia avançasse como área de interesse da pesquisa em comunicação.

O refinamento da literatura sobre geografia e comunicação tem se processado em modo contínuo, de acordo com a intensidade projetada pelos pesquisadores em campo (Moreira, 2019, p. 13).

Para Moreira (2019, p. 13), “a questão da invisibilidade nesses dois campos correlatos foi levantada no final dos anos 1990 por Ken Hillis”. Ao citar Hillis (1998, p. 545), a autora acrescenta que a dificuldade para os geógrafos nos anos de 1960 e 1970 era examinar “um fenômeno atrelado a mudanças rápidas” como são as inovações tecnológicas das comunicações”. Moreira (2019, p. 13) reforça que “os estudos da geografia lidavam apenas com objetos tangíveis e os fluxos da informação não eram visíveis, palpáveis”.

As transformações decorreram, da “crescente evolução e uso da fibra ótica, que reconfigurou a relação entre tempo, espaço e fluxos ao estabelecer interconexões de redes de telecomunicações digitais”, a partir de 1973 (Moreira, 2019, p. 13).

Nesse sentido a autora esclarece ainda que:

Essa conexão realçou o diálogo entre os dois campos (geografia e comunicação) mais tarde enfatizado pelo interesse dos geógrafos na capacidade do rádio e da televisão de abrir “um espaço possível” para ampliar a comunicação e contribuir no processo de tomada de decisão do cidadão.

A partir desse ponto, os estudos da geografia, se aproximam de instâncias da comunicação e de lugares nos trabalhos parametrizados pela teoria social.

Pode ser então admissível dizer que a geografia, na comunicação, é plural: são geografias, porque abrangem lugares, territórios e espaços da comunicação e geram uma ‘cartografia’ das teorias, com objetos e metodologias pertinentes aos dois campos, que assim se constituem em um terceiro campo (Moreira, 2019, p. 13).

Ao citar Acselrad (2008, p. 13), Moreira (2019) reforça que os mapas constituíram, assim, um meio de representar os espaços e o processo de observação do mundo, destacando que a expansão da capacidade de medir altitudes e coordenadas tornou-se mais objetiva (Moreira, 2019, p. 14).

Para compreender a nova geografia da radiodifusão na virada do século XX para o século XXI, Moreira (2019, p. 14) afirma que:

[...] a comunicação eletrônica “possui a habilidade de afetar as relações entre pessoas e ambientes, bem como a sua autorreferência – desestabilizações que afetam o estar no mundo” (Hillis, 1998, p. 555 *apud* Moreira, 2019, p. 14).

Diante desse intervalo de duas décadas e meia desde as primeiras referências aos estudos de Moreira, período em que a popularização da internet prometia ampliar

a acessibilidade física e social — em vez de restringi-la —, é possível afirmar que a projeção de novos atores no cenário da comunicação global, como as *Big Techs*, tornou-se uma realidade temerosa. Esses atores reforçam o monopólio da comunicação, concentrando poder e influência em poucas mãos.

Moreira destaca que:

O ciberespaço como território de discursos confluentes remete à geopolítica. Mesmo que a globalização tenha fixado uma rede de interdependências entre países e regiões, auxiliada pelas telecomunicações e pelas tecnologias da informação, a acessibilidade se mantém como obstáculo em vários lugares devido principalmente ao custo de provimento dos serviços (Moreira, 2019, p. 1).

Esse raciocínio é sustentado quando a autora apresenta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2018, tema que será abordado no tópico “Panorama dos indicadores de tendências”.

Na Apresentação do trabalho “E assim se passaram 20 anos: Milton Santos, 24 de junho 2001-2021”, Moreira reforçar a atualidade do pensamento de Milton Santos, destacando como suas contribuições teóricas ajudam a compreender fenômenos como a concentração de poder das *Big Techs*, a segregação socioespacial e o papel da tecnologia na reconfiguração do espaço geográfico:

[...] segue nos apresentando o país a partir de lugares e em muitas escalas – nessas, sempre a escala humana, a do indivíduo, e dos grupos, no contexto dos lugares, das regiões, da sociedade. As pessoas no território e o seu uso do território (Silva, 2021, p. 8).

Moreira cita a expressão “alargar conceitos” além de:

Trabalhar ideias, resgatar memórias, manter sempre presente o pensamento de ícones (Milton Santos certamente acharia esse termo um exagero) que reforçam as disciplinas, interdisciplinares e determinantes para o campo da comunicação, neste caso o pensamento geográfico-comunicacional (Silva, 2021, p. 8).

Ao discutir “a busca de uma cartografia geocomunicacional”, Silva destaca que:

As tecnologias trazem consigo a possibilidade de encurtar o espaço e acelerar o tempo, conseqüentemente otimizando o movimento.

Este é o momento de convergência entre a geografia e a comunicação.

Ambas as categorias ou ciências evoluem.

A geografia por reconceituar o espaço, tempo e movimento e a comunicação por ampliar gradativamente a capacidade de encurtamento do espaço, aceleração do tempo e otimização do movimento ao passar dos simples aparelhos elétricos para a eletrônica e o satélite (Silva, 2021, p. 31).

Dependendo da informação veiculada, de fato, ela pode “encurtar o espaço e acelerar o tempo, conseqüentemente otimizando o movimento” — seja para a salvação da humanidade ou para sua completa destruição. Essa reflexão remete à mensagem do geógrafo Milton Santos no documentário de Silvio Tandler, em que ele alerta: “ainda estamos fazendo os ensaios do que será a humanidade, pois nunca houve” (Tandler, 2006).

Desta forma, a confluência entre a geografia e a comunicação — representada pelos estudos de Milton Santos, Sônia Virgínia Moreira e do Grupo de Trabalho Geografias da Comunicação — é interpretada nesta pesquisa como o encontro de dois grandes rios: um fluxo que se funde em direção a um mesmo curso, necessário e potencialmente transformador, e que fortalece a luta por um ideário de nação e cidadania.

Apresentados os conceitos estruturantes da geografia da comunicação, serão apresentados a seguir, dados da pesquisa aplicada desse estudo da geografia da radiodifusão sonora, por meio de mapeamentos, segundo três variáveis de análise: a) infraestrutura técnica de emissoras; b) a interação com atores da radiodifusão pública, sejam gestores/gerentes das emissoras Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Brasil Atual e Abraço Brasil, sejam seus ouvintes “sujeitos da construção”, protagonistas de uma espécie de “escola de cidadania”; c) indicadores de tendências a partir de informações conjunturais (PNAD).

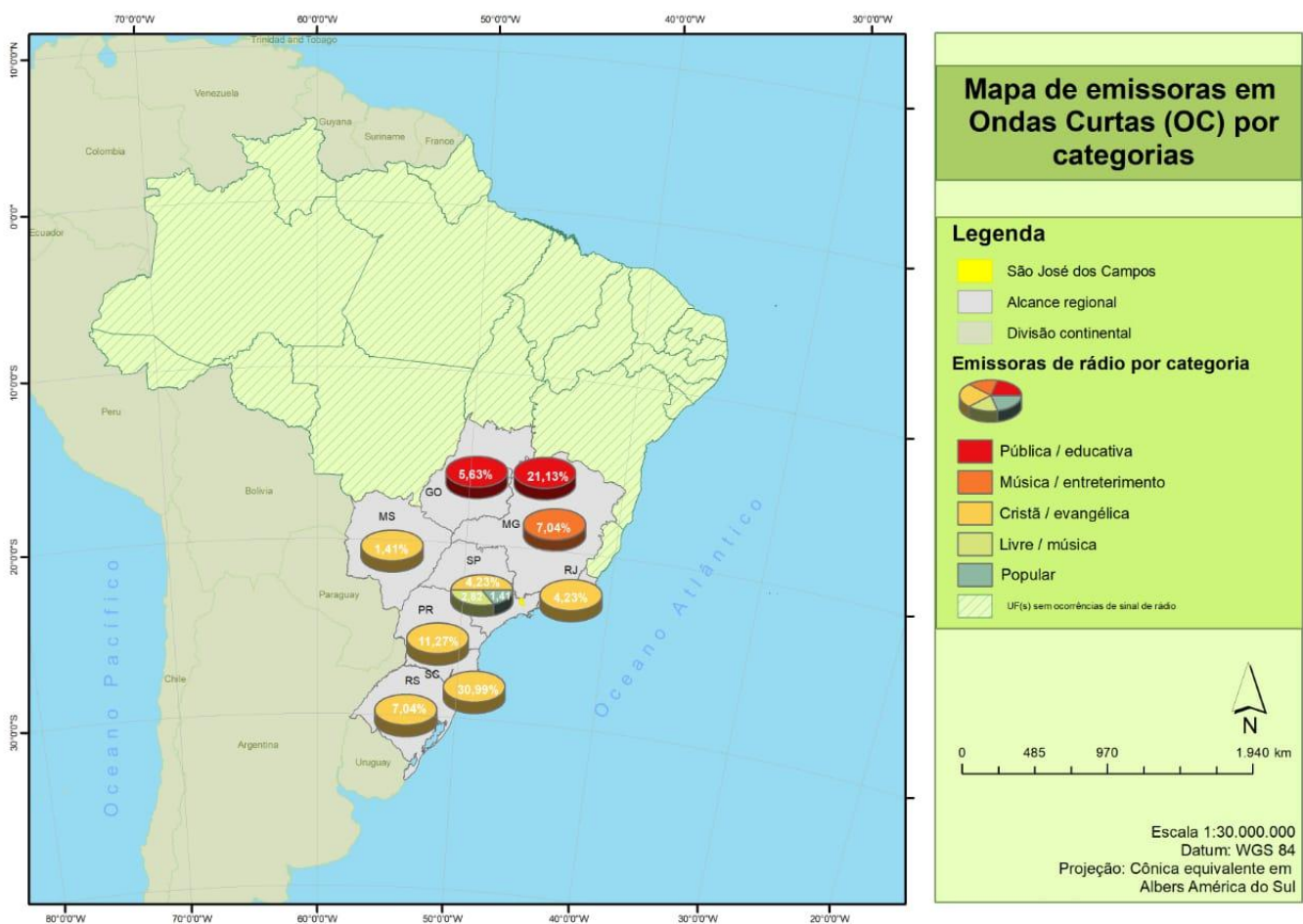
Este estudo busca reunir subsídios para entender as relações de centralidades no mapa da radiodifusão, considerando propostas de regionalização da comunicação pública estatal - seja por meio do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública ou de parcerias com universidades estaduais e municipais. A partir dessas reflexões, propõe-se pensar em uma nova centralidade e racionalidade da comunicação radiofônica, diante da perspectiva de capilarização dos serviços radiofônicos por meio de parcerias entre as três esferas de emissoras estudadas nesta pesquisa.

6.7 Aproximação com o universo da radiodifusão

Na fase exploratória e inicial da pesquisa em 2020 foi possível realizar análise quantitativa, tendo como local de recepção, a cidade de São José dos Campos, interior

de São Paulo (figura 16). Os dados coletados por um receptor portátil de ondas curtas²⁸ permitiram um primeiro exercício para compreender a geografia da radiodifusão, ao mapear regionalmente o alcance de transmissão das emissoras na faixa de Ondas Curtas, instaladas entre as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esse mapeamento possibilitou a categorização do conteúdo veiculado, além de entender a natureza e a proposta da emissora, seu público-alvo e a escala de alcance da transmissão. Para isso, foi utilizado o auxílio do aplicativo *Skywave Schedules*.

Figura 16 - Recepção de sinal em OC e distribuição por categoria de conteúdo/serviço.



Fonte: Dados do autor.

Essa primeira experiência para representar cartograficamente o cenário da comunicação em Ondas Curtas permitiu as seguintes leituras: a) Todas as dez emissoras estavam localizadas nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul; b) Não há

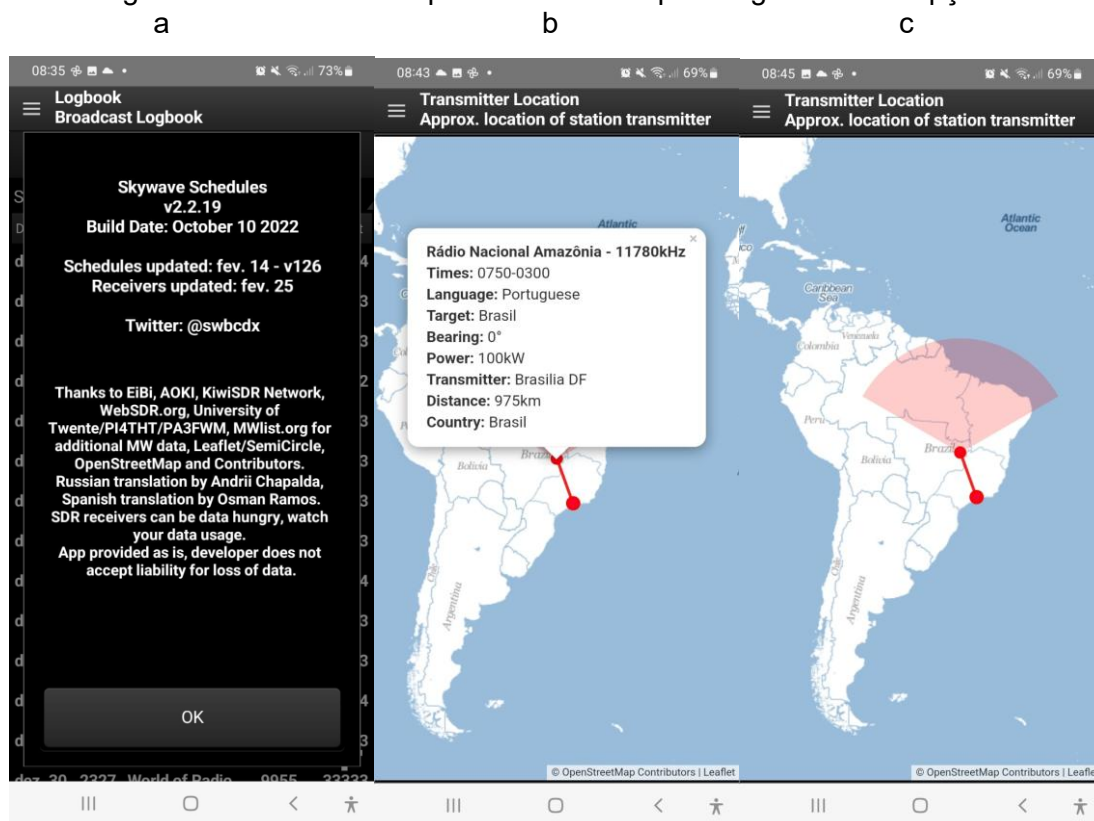
²⁸ Modelo Tecsun PL-310et, com tecnologia DSP.

emissoras públicas na Região Sul, havendo, em contrapartida, uma grande concentração de emissoras religiosas nessa região.

Entre os meses de novembro de 2020 e julho de 2022, foram realizadas escutas de emissoras em ondas curtas, utilizando receptores portáteis e de mesa²⁹.

Para realizar o registro das escutas, foi utilizado o aplicativo de loja de aplicativo *Google Play*, *Skywave Schedules* (figura 17a), que permitiu exportar os dados no formato *.CSV; calcular a distância do transmissor até o local da recepção (figura 17b); saber a direção para onde é priorizada a transmissão (figura 17c).

Figura 17 - Interface do aplicativo utilizado para registro de recepções.

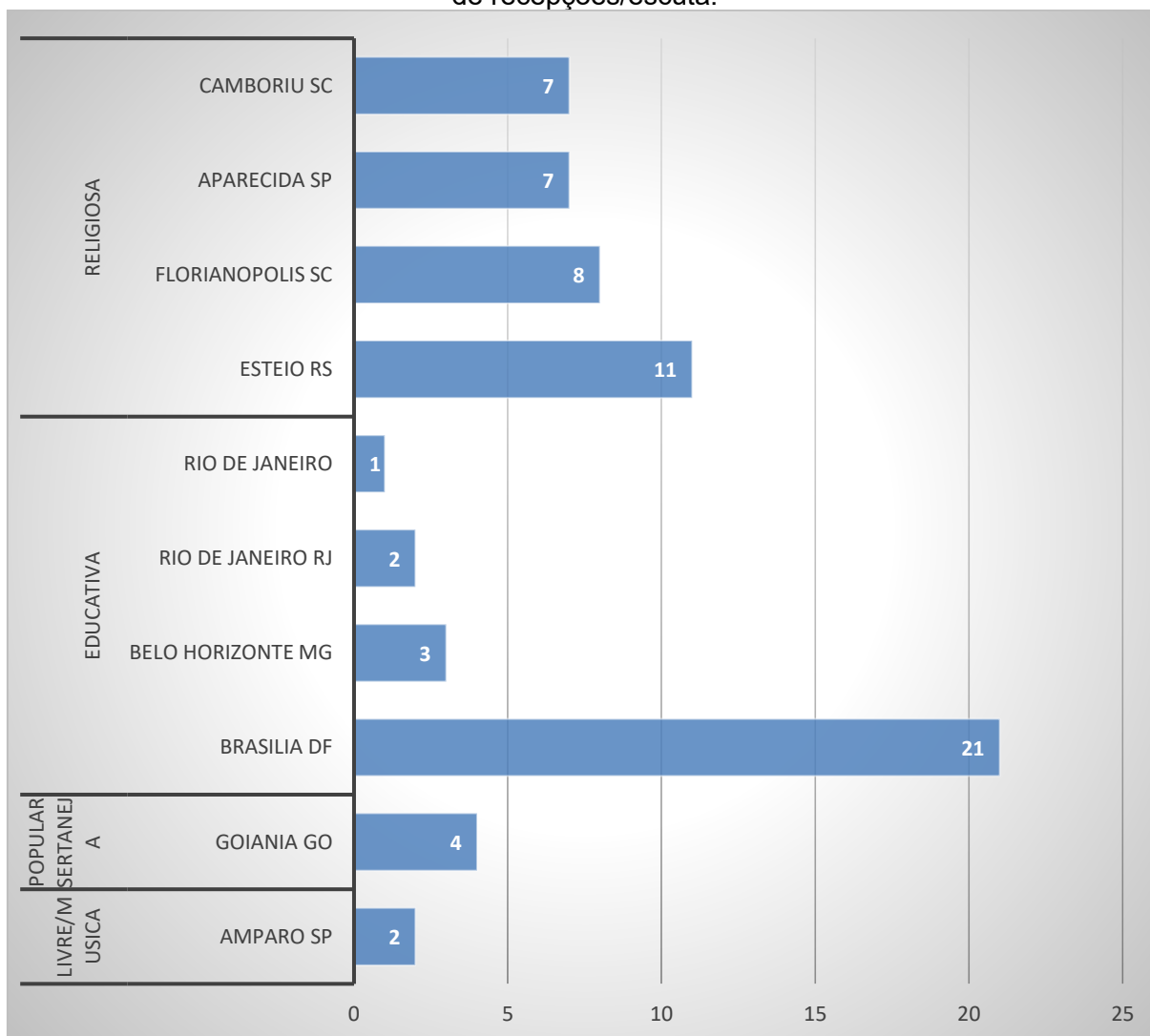


Fonte: Dados adaptados pelo autor, 2020 a 2022, com aplicativo *Skywave Schedules*.

Posteriormente, foi possível importar os registros (*logs*) com a quantidade de escutas de cada emissora, em planilha eletrônica do *Microsoft Excel* (gráfico 2).

²⁹ Tecsun S2000, Tecsun PL310ET + *Longwire*, Gopell GR216 + *Longwire*, Malachite + *Loop* magnética, XHDATA D-808, Morphy Richards 27024 + *Longwire*, DSP Pro II + *Longwire* e Motobrás RM-PF121AC + *Loop* magnética; utilizou-se em algumas ocasiões antenas do tipo *longwire* e *loop* magnética, para melhora da recepção do sinal.

Gráfico 2 - Regionalização e categorização da radiodifusão em Ondas Curtas pelo número de recepções/escuta.



Fonte: Dados elaborados pelo autor, 2020-2022.

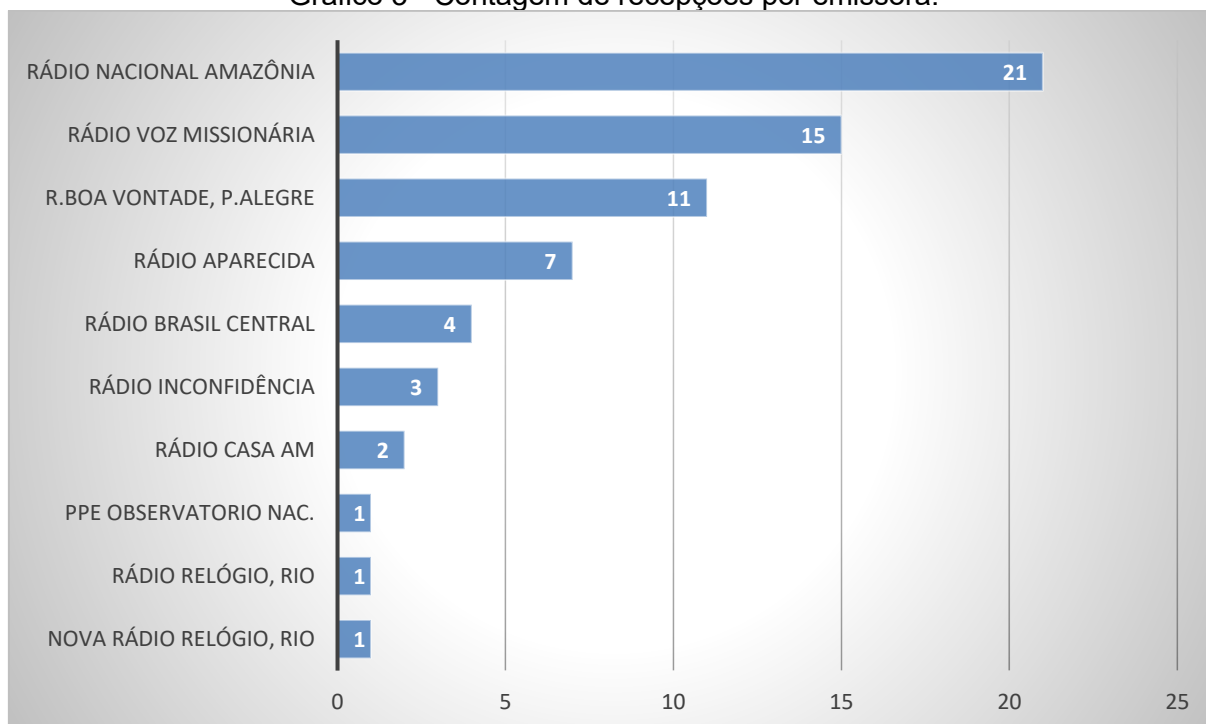
Foi possível identificar dez emissoras captadas em receptores de Ondas Curtas, nas quais se observa: a) Maior concentração de emissoras de natureza religiosa na Região Sul; b) Maior concentração de emissoras educativas no Centro-Oeste e Sudeste; c) Pequena expressão de emissoras de categoria popular/sertaneja e livre³⁰ nas cidades de Goiânia/GO e Amparo/SP; ausência de emissoras transmitindo das Regiões Norte e Nordeste do país; d) Ausência de emissoras transmitindo das Regiões Norte e Nordeste do país, seja por impossibilidade de

³⁰ Emissora experimental em Ondas Curtas.

sintonização ou por inexistência de transmissoras capazes de serem captadas no local de recepção

Somada as recepções por emissora, foi possível observar que o sinal da Rádio Nacional da Amazônia, com a potência de 100kWz foi predominante na pesquisa, conforme gráfico 3.

Gráfico 3 - Contagem de recepções por emissora.



Fonte: Dados elaborados pelo autor, 2020-2022.

Observam-se dois cenários distintos. De um lado, há um conglomerado nacional hegemônico nas faixas de Ondas Médias e Frequência Modulada, como a Rede Massa, a Rede Bandeirantes e a Rede Jovem Pan, em um período marcado pela intensa circulação de *fake news* nas redes sociais. De outro lado, destaca-se o caráter informativo e a colaboração na prestação de serviços, associados a uma maior credibilidade.

Após a aproximação com o ambiente da radiodifusão sonora, dedicou-se atenção especial à maior emissora pública do país - a Rádio Nacional da Amazônia - , cujo conteúdo educativo, alcance nacional e representatividade como ativo fixo da radiodifusão pública a tornaram o principal objeto de estudo, com recorte específico na Região da Amazônia Legal.

Outras emissoras como a Rádio Aparecida e Rádio Brasil Atual, na escala regional, fizeram parte do universo de análise de modo a exemplificar o impacto das tendências tecnológicas no formato e alcance dos serviços oferecidos que afetam sejam emissoras pioneiras quanto aquelas ligadas a movimentos sociais, consecutivamente. Ambas, na categoria de emissoras comerciais, mais vulneráveis às mudanças do mercado econômico.

A fase final da pesquisa buscou apresentar novas formas de se fazer a comunicação radiofônica, de forma horizontalizada, seja pela rede de rádios comunitárias, da Abraço Brasil, ou pelos próprios habitantes da floresta, por meio da produção de conteúdo, como é o caso do canal Ribeirinhas da Amazônia.

6.8 Panorama do patrimônio do ativo fixo da radiodifusão pública

O tópico apresenta um levantamento descritivo da emissora estudada, a Rádio Nacional da Amazônia, com localização geográfica, infraestrutura física, alcance, informações do público-alvo. Revela ainda condições associadas ao processo de desconstrução tecnossocial que afeta as emissoras Rádio Aparecida, Rádio Brasil Atual e traz novas possibilidades de se fazer comunicação, pela via da radiodifusão comunitária e da produção de conteúdo independente.

6.8.1 Rádio Nacional da Amazônia – desafios e resiliência da radiodifusão pública: o “Orelhão da Amazônia”

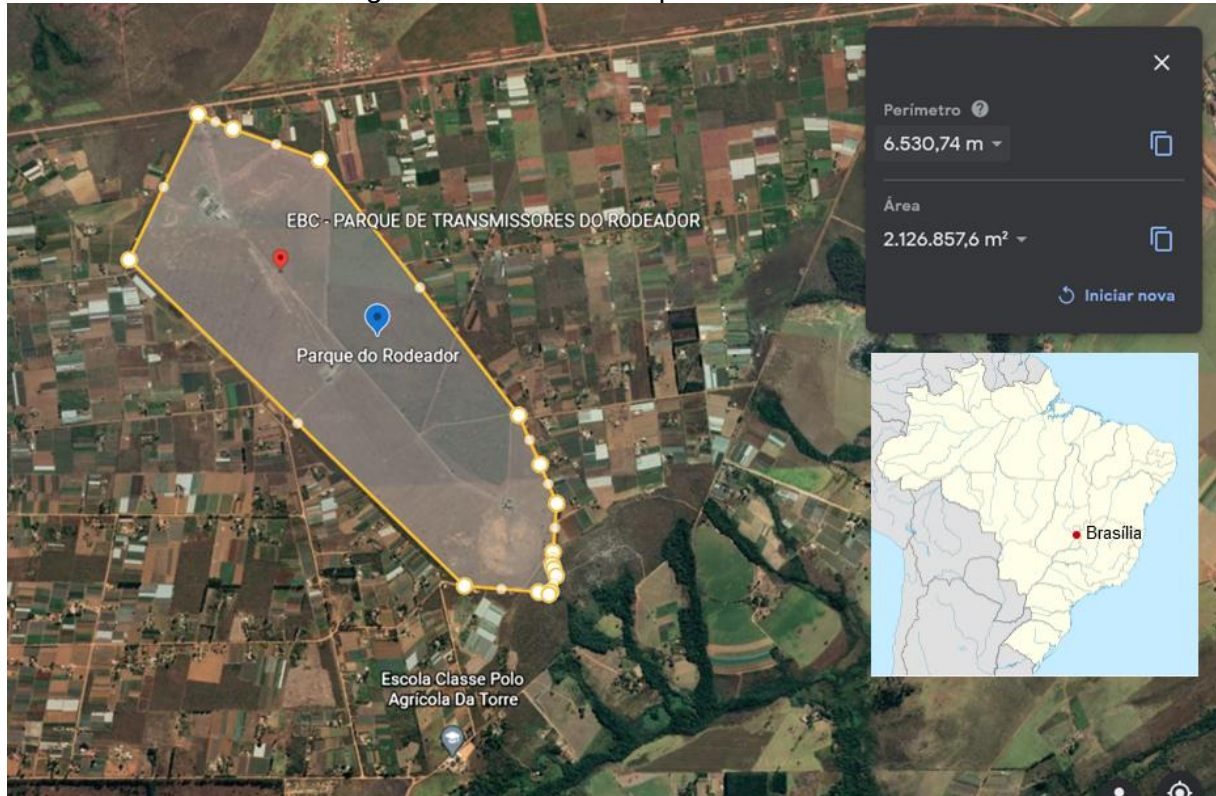
A Rádio Nacional da Amazônia (Quadro 3) é o primeiro estudo de caso apresentado no capítulo. Pertence ao segmento de radiodifusão pública/estatal, responsável por oferecer programação para educação e cultura na escala nacional do território brasileiro e chegando a alcançar países do Norte global.

O estúdio da emissora está localizado em Brasília, Distrito Federal. A emissora conta com a infraestrutura do Parque do Rodeador (figura 18), que alimenta a transmissão em OM e OC das rádios EBC que levam a marca "Nacional, conforme informado na Carta de Serviços³¹ da Empresa Brasil de Comunicação” (2023a, p. 22):

³¹ A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

a) Rádio Nacional de Brasília AM - frequência 980, no dial; b) Rádio Nacional da Amazônia AM - frequências 6.180 e 11.780, no dial; c) Rádio Nacional do Alto Solimões AM – 670, no dial.

Figura 18 - Área do Parque do Rodeador.



Fonte: Google Earth, 2023.

Quadro 3 - Rádio Nacional da Amazônia.

Rádio Nacional da Amazônia – Empresa Brasil de Comunicação	
Frequência(s) em OC	11.780KHz (25m) 6.180KHz (49m)
Aplicativo	App Rádios EBC para Android e iOS
Site	https://radios.ebc.com.br/nacionalamazonia
WhatsApp	(61) 99674-1568
Criação	01 de setembro de 1977
Objetivo	Criada em 1977, durante o regime militar, com o objetivo de fortalecer a comunicação entre as comunidades da Amazônia, valorizando e divulgando a diversidade cultural da região. Na época de sua criação, o governo militar entendia que era necessário e estratégico levar à Região Amazônica a voz e a informação do Brasil com o propósito de impedir a audição de outros países, muito comum na época pela ausência de rádios locais. Iniciou seu funcionamento em Brasília, quando a Radiobrás começou a instalar emissoras em localidades estratégicas para ampliar o alcance da Rádio Nacional. Foram criadas sucursais em Tabatinga, Manaus, São Gabriel da Cachoeira e Tefé, no sul do Amazonas; Cruzeiro do Sul, no Acre; Sinop, São Félix do Araguaia e Alta Floresta, no Mato Grosso e Porto Velho, em Rondônia. Todas retransmitiam os programas produzidos pela Rádio Nacional da Amazônia em Brasília.
Programação	Programação de caráter generalista, com um <i>mix</i> de prestação de serviço, informação, jornalismo, entretenimento e educação. O programa Integração, no ar das 5h às 24h, leva informações a moradores/as de áreas rurais, ribeirinhas e fronteiriças, onde outros veículos de comunicação têm dificuldade de acesso. Integra a população da Amazônia Legal a outros estados brasileiros por meio da programação e de mensagens que possibilitam até reencontros entre familiares. Agricultores, professores, pescadores, atendentes, artesãos, estudantes, idosos, comerciantes, quebradeiras de coco são parte de nossos/as ouvintes. Veicula programas que abordam temas que contribuem para a formação cidadã. Muitos dos temas são sugeridos pelos/as ouvintes e atendidos, sempre que possível, pela produção dos programas. Destaque para as radionovelas que ainda ocupam um espaço privilegiado na história da emissora e no imaginário dos/as ouvintes. Com criatividade, a equipe da rádio faz dramatizações que abordam temas atuais, como a prevenção das queimadas e o combate ao trabalho escravo. Na programação musical, destaque para a MPB, músicas da Amazônia, cultura indígena, tradição nordestina.
Participação pública	As emissoras de rádio da EBC possuem uma ouvidoria. Sua função é complementar a atividade do Conselho Curador, recolhendo e buscando respostas da diretoria executiva às críticas, reclamações e sugestões dos telespectadores, ouvintes e usuários dos canais da EBC.
Natureza Jurídica	A emissora pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, sendo 51% de suas ações de propriedade da União, criada pela Lei 11.652/2008.
Estrutura organizacional	O coordenador da emissora é escolhido pelo diretor-presidente da EBC em comum acordo com a Superintendência de Rádio que faz a supervisão e gestão de todas as emissoras da empresa. O coordenador da emissora está diretamente subordinado à Gerência Regional da Amazônia. Integram a coordenação, os coordenadores de produção e jornalismo.
Forma de gestão	A EBC é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e na sua composição conta ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador. A EBC tem uma diretoria executiva profissional, encarregada de suas operações e supervisionada pelo Conselho Curador. O presidente da República nomeia o diretor-presidente e o diretor-geral.

Fonte: Adaptado de Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (2021) e Boletim DX Sem Fronteiras (2016).

A Carta de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação, EBC (2023a) esclarece ainda que o parque de transmissão está:

Situado a 34 quilômetros do centro de Brasília, o Parque do Rodeador é a maior estrutura de transmissão em ondas médias e curtas da América Latina. É esta complexa instalação da EBC que garante ao governo brasileiro a possibilidade de levar informações e serviços às áreas mais remotas do interior do Brasil, além de alcançar os cinco continentes.

Em 2018, o Parque do Rodeador foi oficialmente classificado como infraestrutura crítica de radiodifusão em situações de desastre, catástrofes naturais e emergenciais, quando a radiodifusão é utilizada como serviço complementar de comunicação. Esse enquadramento foi determinado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Instalado em 09 de março de 1979, a área abriga quatro conjuntos de antenas gigantes, sendo uma de ondas médias (OM), com 142 metros de altura. Os outros três conjuntos possuem torres mais altas, atingindo 147 metros, e transmitem em ondas curtas (OC). Além da antena vertical empregada na transmissão de Ondas Médias, o parque conta com o reforço das antenas do tipo cortinas de dipolo para transmissão em Ondas Curtas. O projeto foi desenvolvido com os recursos mais modernos da época, para obter maior ganho e alcance da transmissão dos sinais de rádio.

Embora esteja prestes a completar 50 anos, o Rodeador mantém-se na condição de parque transmissor estratégico do ponto de vista da soberania nacional. No caso de pane ou colapso total dos sistemas tradicionais de comunicação, incluindo aí a telefonia, a internet e a comunicação por satélite, restarão apenas as ondas curtas com potencial para fazer chegar mensagens a todo o Brasil e aos continentes europeu, norte-americano, asiático e africano, graças às antenas de cortinas de dipolo (EBC, 2023a).

O Parque do Rodeador localizado entre a Macrozona de Proteção Integral e Macrozona Rural, próximo à Brazlândia, região administrativa do Distrito Federal, conta com mais de 2.100.000m² dentro do seu perímetro, destinado à infraestrutura de transmissão radiofônica de longa distância.

A descrição do ativo fixo da RNA, localizada no Distrito Federal, reforça a importância desse patrimônio nacional, que sobrevive graças aos grandes esforços de uma equipe técnica e operacional dedicada. Esse ativo humano, de alguma forma, sente-se representado pelo ambiente popular de se fazer comunicação para todo o país.

Para exemplificar o potencial descritivo do ativo fixo da EBC, que inclui o Parque de Transmissão do Rodeador, é incluída parte da entrevista da *Live* “50 anos do Parque do Rodeado, maior e mais potente emissora de rádio do Brasil” (figura 19), evento comemorativo que permitiu nova interação direta com a pesquisa e a proposição de um debate com limites e perspectivas da acessibilidade social por meio da Rede de Retransmissão de Rádio, à conectividade significativa (plena). Participaram do encontro os pesquisadores Nélia Del Bianco (UnB), Fernando Paulino

(UnB), Octavio Pieranti (PPGMIT-Unesp) e mediação de Thiane Neves (UFBA/Intercom).

Figura 19 - Divulgação do evento.



Fonte: Intercom (2024).

O encontro trouxe oportunidade para que essa pesquisa e os atuais debates dos grupos ligados à radiodifusão estejam em *pari passu* com o objetivo comum de debater o tema da radiodifusão com o território urbano. A infraestrutura do Parque do Rodeador e o papel da Rádio Nacional da Amazônia foram o foco dos diálogos que incluíram, ainda, a tecnologia DRM, o uso de aplicativos para recepção, a migração do AM para o FM sob a ótica da sustentabilidade das emissoras com baixa potência, e o papel do Sistema de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR), como forma de capilarização da programação das emissoras das capitais para os municípios no interior do estado.

Paulino permitiu revisitar a história do maior parque de transmissão do Brasil, destacando os esforços de integração e transformação da região rural de Brasília nos anos 1970, bem como sua recente classificação como infraestrutura crítica de radiodifusão em situações de desastres, catástrofes naturais e emergências (Intercom, 2024).

Sob o ponto de vista da infraestrutura, Pieranti resgatou o projeto do maior parque de transmissão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Em sua

concepção, o parque incluiu 11 transmissores (9 de Ondas Curtas, 2 de Ondas Médias e 1 em FM), com um custo de investimento de 15 milhões de dólares nos anos 1970 - valor que, hoje, seria corrigido para aproximadamente 500 milhões de reais. O pesquisador destacou que a área para instalação do Rodeador ocupou uma região de Brasília que sequer estava regularizada do ponto de vista fundiário (Intercom, 2024).

No contexto político e ideológico, destacou-se que o complexo foi instalado durante o período da ditadura militar, “que buscava respaldo internacional”. A instalação do Parque do Rodeador e das transmissões da Rádio Nacional da Amazônia simbolizaram “ferramentas de resistência, contra recepções cubanas que entravam no contexto da Guerra Fria” (Intercom, 2024). Refere-se, aqui, à influência e à penetração das transmissões de rádio cubanas no território brasileiro, inserindo-se no cenário geopolítico da Guerra Fria, marcado pela disputa ideológica entre os blocos capitalista e socialista.

Pieranti deixou clara a representação da Rádio Nacional da Amazônia atualmente: “Ela é responsável por universalizar a comunicação de massa, por exemplo, na Floresta Amazônica”. Resumidamente, o pesquisador comentou que:

Onde não há nada em termos de rádio e televisão, existe a Rádio Nacional da Amazônia transmitindo em Ondas Curtas.

Ela é responsável por garantir o direito à informação por uma parte significativa da sociedade brasileira.

Quem está muitas vezes dentro da Floresta Amazônica seja a trabalho, seja porque mora dentro da Floresta Amazônica e não tem acesso a outros meios de comunicação de massa.

Muitas vezes sequer tem acesso a outras fontes de informação e é a RNA que chega ali para dialogar com essa população. Uma emissora que vários de nós que moramos em capitais, que moramos em áreas muito bem servidas por meios de comunicação, privados, públicos e estatais a gente muitas vezes não consegue pensar ou não consegue mensurar a importância da RNA, mas que está lá, na ponta consegue (Intercom, 2024, 30min45seg.)

Del Bianco destacou os impactos na infraestrutura com a redução de potências nas transmissões entre 2017 e 2020, devido aos danos causados na subestação de energia do Parque do Rodeador. A pesquisadora destacou que:

Esse episódio no contexto midiático atual em construção em que nós temos em construção em gestação de um ecossistema digital.

Esse acidente, ele trouxe à luz a importância do Parque de transmissores do Rodeador que transmite o sinal da Rádio Nacional da Amazônia como também da Rádio Nacional AM de Brasília (Intercom, 2024, 35min07seg.)

Em relação aos impactos socioespaciais, Del Bianco informou que:

Com a redução da potência por problemas na subestação a RNA deixou de alcançar naquele momento de 2017 milhões de moradores em áreas rurais, ribeirinhas e fronteiriças da Região Norte e essas pessoas ficaram órfãs

quase dois anos e meio de uma das principais fontes de informação e entretenimento e mais do que isso, um espaço que a RNA representa de afirmação da cidadania, especialmente para população de indígenas e extrativistas (Intercom, 2024, 35min54seg).

Outro impacto destacado por Del Bianco, refere-se ao vínculo afetivo estabelecido:

É uma população que às vezes a gente não imagina que precisa percorrer dias de barco até a cidade mais próxima.

Então, a única forma de conectar-se com o mundo ainda é por meio do rádio. E esse vínculo, é bom que se destaque, que antes de tudo, é emocional e afetivo.

Há relatos de moradores da região, em vários programas da Nacional da Amazônia dizendo que ali que tem o rádio como companheiro, que ouvem todo dia.

Há uma relação afetiva com os locutores, apresentadores, repórteres.

Essas pessoas que trabalham nessas emissoras, são para aqueles ribeirinhos, para os indígenas e os moradores da Amazônia, como pessoas da família.

Parece meio piegas falar disso, mas é um fato (Intercom, 2024, 36min57seg.).

Entre os riscos e benefícios da pesquisa, é possível dizer que, de fato, estabelece-se uma relação de afeto e acolhimento. Passar incólume a essa experiência, é uma tarefa desafiadora. Quando ouvintes se comunicam por meio dos programas e de recados, sendo estes, áudios reproduzidos pelos locutores, ou textos lidos por esses, há uma potencialização do acolhimento e da própria relação com sentimento. Porém, nessa pesquisa, fez-se necessário o distanciamento do pesquisador, em sua condição de ouvinte, da grade diária de programação para análises imparciais.

Ainda sobre os danos causados à subestação de energia no Parque do Rodeador, em 2017, Del Bianco citou a necessidade de alternativas, de modo que não dependa exclusivamente de energia elétrica para manter transmissores de ondas curtas (Intercom, 2024). Entre elas a, a digitalização das transmissões, com a tecnologia DRM, conforme testes entre EBC e UnB entre 2020 e 2021, comentada pela pesquisadora:

[...] é preciso acompanhar que investimento a Nacional e EBC pretendem fazer nessa área porque a digitalização do sinal em ondas curtas pra Amazônia seguramente vai garantir um novo patamar para as comunicações naquela região.

[...] E a transmissão digital consegue ter uma transmissão mais sustentável, com qualidade similar a uma emissora FM local.

[...] O sistema digital permite ainda que uma mesma frequência possa ser dividida em três ou quatro programações diferentes, o que permite por exemplo um Nacional da Amazônia em ondas curtas ter uma programação exclusiva sobre saúde, por exemplo. Então há muitas potencialidades que essa tecnologia oferece e que ela pode revitalizar ainda mais, essa comunicação de longa distância.

E outro aspecto é a economia de energia que vai ser obtida com a transmissão digital. Para alcançar essa mesma área de cobertura é necessário menos da metade da potência exigida no sistema analógico ou até bem menos que isso para se ter um rádio digital.

Então o sistema DRM ele vem sendo testado e adotado em diversos países, em diversos continentes. Tem sido uma opção para transmissão de informações sem necessidade de estar atrelada a uma infraestrutura de internet, por exemplo, de fazer essa transmissão sem custos para o receptor. Vai direto da antena para o rádio do cidadão.

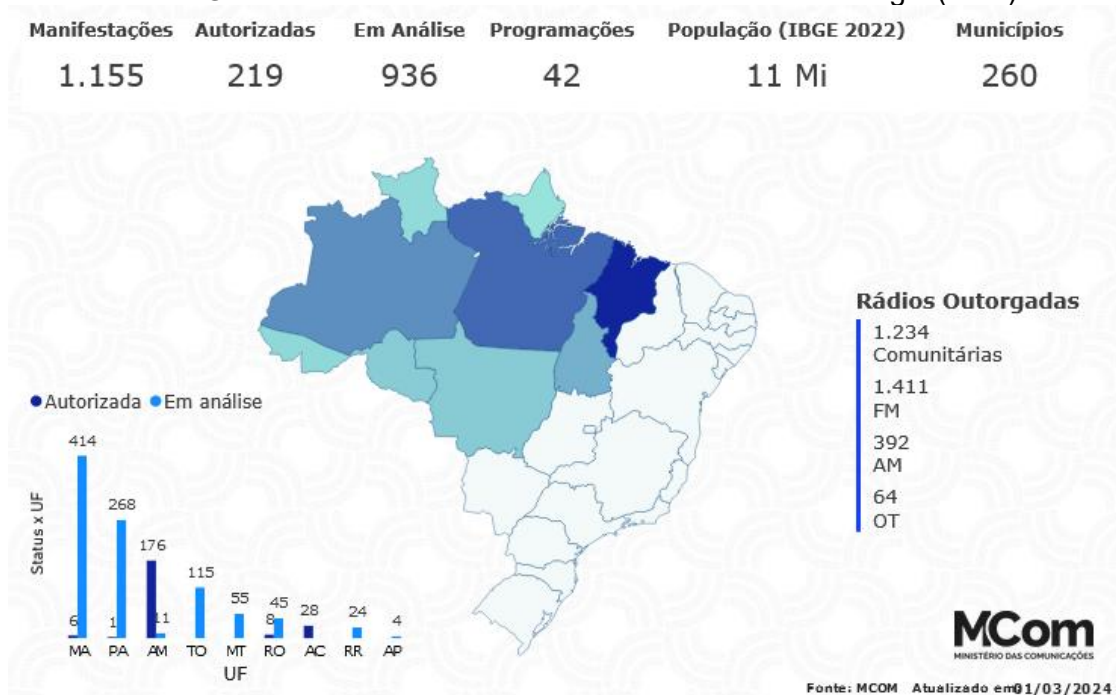
Mas a eficiência da digitalização depende muito de políticas públicas no sentido de popularização do aparelho de rádio. Ou seja, não adiante você ter uma transmissão em ondas curtas em digital sem que as pessoas tenham o aparelho receptor adaptado para captar a frequência do digital (Intercom, 2024, 46min02seg).

Uma alternativa para a radiodifusão na Região da Amazônia Legal foi apresentada por Del Bianco:

E para finalizar eu queria destacar dois movimentos que já estão acontecendo na Região da Amazônia Legal que podem significar num longo prazo uma comunicação interiorizada, complementar a esse papel que as ondas curtas têm hoje. A primeira mudança que está aí em fase de implantação é o serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, em funcionamento desde 2020, que é uma iniciativa que visa transmitir simultaneamente sinais de rádio operando em uma frequência de uma emissora na capital, para municípios dentro de um mesmo estado. Então, o objetivo desse sistema é levar o rádio FM em regiões de difícil alcance ou que não interessam, ou que não despertam o interesse da iniciativa privada em constituir uma rádio local devido aos custos de implantação, custos de energia (Intercom, 2024, 47min08seg).

O Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia (RTR) na Amazônia Legal foi criado pela Lei no. 13.649 de 11 de abril de 2018. O gráfico 4, permite acompanhar os números de manifestações em trâmite atualizado até 01 de março de 2024, representados pelos diferentes tons de cores no mapa.

Gráfico 4 - Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR).



Fonte: Brasil (2024).

Como parte das celebrações dos 50 anos do complexo de transmissão do Parque do Rodeador, a Intercom e a EBC promoveram “duas *lives* para contar um pouco da história de um dos maiores parques transmissores de rádio da América Latina, em ondas médias e curtas”, informou a Agência Brasil (2024).

No primeiro encontro, realizado em 29 de fevereiro, Del Bianco, Pieranti e Paulino trouxeram três níveis de contribuições para a pesquisa, seja em relação ao papel do Estado em manter a infraestrutura física nas transmissões, seja no que se refere às políticas públicas para que a tecnologia seja inclusiva e o papel da emissora Rádio Nacional da Amazônia em manter laços de afeto e acolhimento estabelecidos com seus ouvintes. Tais fatores colaboram para discussão do conceito da radiocidadania, no próximo capítulo.

O encontro que permitiu a última interação com a série de as transmissões ao vivo Intercom, às vésperas do cinquentenário do Parque do Rodeador, foi oportunidade para indagar sobre o futuro das transmissões de longo alcance, ao enviar a pergunta pelo *chat* do *YouTube*: “Diante de tendências tecnológicas que induzem para plataformas eletrônicas de transmissão, a exemplo da Rádio Aparecida, pioneira em radiodifusão de longo alcance, como garantir uma Rádio Nacional forte?”

Del Bianco esclareceu que:

Essa pergunta. A chamada pergunta de milhões, porque ela se baseia na história “entre aspas”, bem-sucedida (rápida e dinâmica) da internet como se ela fosse resolver todas as questões, mas quando nós estamos diante de Amazônia a situação é muito, muito diferente. A desigualdade está ali presente nesse acesso e, ainda que se mostre nos dados da Anatel. Você tenha uma penetração muito grande da telefonia. Em segundo momento, uma penetração grande da internet. A questão é a qualidade dessa conexão, como é que ela se estabelece, naquele espaço (Intercom, 2024).

Del Bianco destacou que “A velocidade e a qualidade desse sinal não permitem que a gente chame de conectividade plena. Isso ainda está como uma meta ainda a ser atingida”. Reforça ainda que “O que temos observado é uma dificuldade grande de universalização do acesso digital por meio da internet nesse espaço da Amazônia Legal (Intercom, 2024).

Pieranti, por sua vez, agregou em sua fala aspectos ligados aos esforços da EBC em relação à expansão da sua programação em aplicativos como também quanto às limitações da dependência da internet:

É claro que a internet propicia uma série de avanços E é claro que o rádio assim como qualquer meio de comunicação tem que dialogar com esses avanços.

[...] Não são todos os brasileiros e todas as brasileiras que têm acesso à internet. E que tem acesso à internet de uma forma tão corriqueira, no dia a dia; Grande parte da nossa população - ainda tem uma parte significativa da nossa população - que ainda tem um acesso limitado à internet e limitado a determinadas aplicações durante parte do mês e, mesmo assim, alguns, uma parte também significativa da população, ainda não tem acesso à internet no Brasil, seja por questões tanto de indisponibilidade de acesso, quanto por questões econômicas, quanto mesmo por uma questão etária. Tem muita gente que decide não aderir à internet, digamos assim, na medida do possível.

Então, assim, é preciso reconhecer os avanços que a internet traz, mas isso não garante comunicação para todos e a comunicação para todas e todos é garantida a partir dos meios de comunicação tradicionais como rádio, ondas curtas e como outros meios de comunicação tradicionais (Intercom, 2024).

Ao reconhecer a importância de reconhecer os avanços que a internet traz, sem garantir comunicação para todos, diante das diferentes realidades da população brasileira, Pieranti reforça o papel do estado e da EBC em “olhar para os menos assistidos”, dialogando com essa população:

[...] E é sempre importante lembrar a nossa realidade dos grandes centros urbanos não é a realidade grande parte da população brasileira, cabe a quem tá no Estado, servidor público como eu, ou empregados públicos que estão na EBC hoje, cabe a gente sempre tentar olhar para aquele menos assistidos, para aquela comunidade onde o Estado chega com menor intensidade, é essa população o que precisa do sinal da Rádio Nacional da Amazônia é essa população que precisa que o Estado dialogue com ela, no dia a dia levando informações básicas muitas vezes e é para essa população que é feita para

esse segmento da nossa sociedade que é feita ah em grande medida a Rádio Nacional da Amazônia que continua e continuará desempenhando um grande uma grande função social é de absoluta relevância num contexto democrático e de necessidade de garantia de direitos (Intercom, 2024).

Paulino, presidente da Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação, deixou sua contribuição, destacando:

E para que a gente possa ter um serviço público de mídia baseada aí na questão... claro que isso essa questão em si já geraria um debate significativo, mas eu destacaria a necessidade de cumprimento dos deveres constitucionais e legais, ou seja, no Brasil a gente tem a complementariedade prevista na Constituição do serviço e do sistema público privado e estatal de comunicação.

[...] para que isso seja feito é preciso compreender a comunicação como uma área setorial de políticas públicas. Gerar, possibilitar e estimular a liberdade de expressão, o acesso à informação, o direito à comunicação, que implica na orientação no estímulo até a instrução de como acessar e usar esses equipamentos, porque a gente falou muito da estrutura, e é junto com esse hardware.

[...] mas, a gente conseguir estimular com que a produção, o compartilhamento de pensamentos, de emoções, de sentimentos, de afetos de cultura, também alcance um público significativo.

Então nesse sentido acho que é essencial que o Poder Executivo Federal, os governos estaduais, das prefeituras municipais, compreendam a comunicação como uma área setorial que a gente encontra essa equidade contra as áreas setoriais mais bem estabelecidas, até em termos de orçamento e, também, para que isso aconteça. Acho que é essencial encontrar maneiras de estimular a participação.

A reflexão sobre o que é produzido, o que é distribuído, e o que é acessado. Então, um evento como esse, com a participação de pessoas interessadas com a participação de estudantes [...] essencial para que a gente consiga também formar profissionais, que a exemplo do Thiago Regotto, do Guilherme, tenham condições de desenvolver suas atividades adequadamente dentro da estrutura da EBC, com parâmetros, com condições profissionais mais adequadas e, também, com isso, a gente tenha condições de estabelecer diálogos entre a EBC e instituições que atuam e que podem contribuir com a comunicação pública, como as universidades, a partir de ensino extensão e pesquisa.

Então acho que em síntese [...] que a gente continue promovendo esse diálogo entre EBC, poder público e sociedade para fortalecer o serviço público de comunicação e a gente conseguir superar esse déficit que ainda existe no nosso país (Intercom, 2024).

Esses espaços de diálogo entre grupos de pesquisa e emissora pública é um exemplo do que foi possível se apropriar dos temas da radiodifusão que envolvem o papel do Estado na manutenção do ativo público das emissoras públicas, o papel da emissora em oferecer conteúdo e serviços à totalidade da população e do próprio poder legislativo e do órgão regulador dos serviços de radiodifusão em dar condições para que a tecnologia utilizada permita a conectividade significativa e plena.

A Rádio Nacional da Amazônia, a Intercom e a Intervozes são exemplos de instituições mencionadas nesta pesquisa que contam com vozes ativas - verdadeiras

“Vivas Marias”³² e canoeiras que conduzem, no leito da comunicação hertziana, a informação que circula pelos rios da Amazônia e pelos “rios hertzianos”, seja pelas ondas do rádio ou da internet. No exercício de cumprir a função pública, essas instituições ocupam seu espaço de fala, de luta e de resistência.

6.9 Panorama da desconstrução da radiodifusão: fragilidades, resiliência e novas vozes do território das pequenas cidades da Amazônia.

6.9.1 Rádio Nacional da Amazônia – um patrimônio ameaçado

Diante dessa representativa estrutura, e da potencialidade da comunicação pública, a Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela Rádio Nacional da Amazônia, passou por sérias dificuldades após um incêndio no ano de 2017, que afetou as instalações do complexo de transmissão. Haeser (2017a) relatou o evento:

Naquela noite de temporal, um raio atingiu em cheio a subestação que alimentava os dois transmissores de ondas curtas que até então operavam cada um com 180 kW, em 49 e 25 metros. Os transmissores ficam a 50 quilômetros de Brasília. Um cone de luz verde intensa subiu a cerca de 20 quilômetros de altura e pode ser visto durante dois segundos, por exemplo, na Asa Norte, na região central de Brasília. E a rádio se calou. A Agência Brasil, da EBC, laconicamente, registrou o ocorrido quatro dias depois [...] (Haeser, 2017a).

Frente à localização geográfica estratégica do Parque de Transmissões, situado na região central do país - o que reforça a importância dos serviços de radiodifusão pública para a soberania nacional -, é urgente compartilhar o grito de uma categoria de ouvintes que simboliza a relevância e o alcance da comunicação na Região da Amazônia Legal, conforme relato de Haeser (2017a):

Uma das primeiras reações do público ouvinte foi recebida pela EBC na forma de um abaixo-assinado, enviado à direção da emissora por 15 caciques de aldeias da Amazônia. No documento, é manifestado o repúdio dos indígenas à desativação da emissora. Na Amazônia, a população que mora à beira dos rios não tem fácil acesso à internet para, como se faz nas cidades, ouvir rádio em um celular, por exemplo (Haeser, 2017a).

³² Em referência ao tradicional programa Viva Maria, que há mais de quarenta anos luta pelo empoderamento feminino na sintonia da Rádio Nacional da Amazônia, sob a coordenação da jornalista Mara Régia de Perna.

Essa mobilização é o exemplo do impacto da segregação socioespacial discutida na tese. Havendo a interrupção da transmissão radiofônica, há conseqüentemente a falha no compromisso de que a produção e a programação das emissoras de rádio cumpram suas finalidades educativas, artísticas, culturais e formativas - previstas no artigo 221, do Capítulo V da Constituição Federal de 1988, relacionado à Comunicação Social – afetando assim o caminho para a cidadania.

Lucio Haeser, sintetiza no portal Radiolab³³:

Depois de seis meses fora do ar, a direção da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) anunciou nesta terça-feira (26/09/17) uma solução provisória para a retomada das transmissões da Rádio Nacional da Amazônia. Segundo a EBC, a rádio volta ao ar em no máximo dois meses, ou seja, até o final de novembro.

A emissora é o principal meio de comunicação das comunidades ribeirinhas da Região Norte, um contingente de, no mínimo, 6 milhões de pessoas. No dia 20 de março passado, raios atingiram a estação de energia (veja fotos) que alimenta os dois potentes transmissores da emissora e, desde então, as transmissões se mantinham apenas pela internet ou por satélite, o que não atende à maioria dos ouvintes do interior da Amazônia.

Em questionamento que fizemos à direção da empresa, fomos informados que os custos para recuperação da subestação estariam na casa dos R\$ 4 milhões.

Nesta terça-feira, no entanto, foi anunciado que inicialmente será adotada uma solução alternativa. Um dos geradores de energia que atende ao transmissor de ondas médias em outra região de Brasília será levado para o Parque do Rodeador, onde estão os transmissores da Rádio Nacional da Amazônia.

A emissora completou 40 anos de atividades no último dia 1º de setembro fora do ar. Havia uma transmissão simbólica de 100 watts, mas que não podia ser efetivamente captada por ninguém pois, para se ter uma ideia da insignificância dessa potência, a rádio é autorizada a transmitir com 250 mil watts.

Importante lembrar que rádios e TVs que deixarem de transmitir dentro dos devidos parâmetros técnicos aprovados pelo Ministério das Comunicações podem ter suas outorgas cassadas. Várias emissoras brasileiras que possuem canais em ondas curtas abandonaram as transmissões nos últimos anos (Haeser, 2017b).

Haeser citou a própria notícia veiculada pela EBC:

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) encontrou uma solução de baixo custo para retomar a transmissão plena da Rádio Nacional da Amazônia em no máximo 60 dias. Diante dos cortes orçamentários impostos pela crise ao conjunto da administração pública federal, a direção da empresa reuniu engenheiros especializados de seu quadro funcional em um grupo de trabalho (GT), para buscar uma alternativa à onerosa recuperação do parque de transmissão.

O grupo de trabalho foi constituído para responder, com criatividade, ao desafio de apresentar uma saída que coubesse dentro do orçamento da empresa. Dentre o conjunto de alternativas analisadas pelo GT, a direção da empresa optou pela solução emergencial que implica gasto imediato de

³³ O portal RadioLab fala de rádio, arte sonora e outros assuntos. Editado por Lucio Haeser, jornalista. <<https://radiolab.blog.br/>>.

apenas R\$ 20 mil, com custo de manutenção da ordem de R\$ 60 mil mensais. A solução definitiva de menor custo ficará em torno de R\$ 980 mil.

As propostas que surgiram antes da criação do GT não se mostraram viáveis em razão do alto custo, que variava entre R\$ 2,5 milhões e mais de R\$ 6 milhões. Desde 20 de março, quando uma tempestade de raios em Brasília atingiu a subestação do parque transmissor, o sinal da Rádio Nacional da Amazônia deixou de cobrir a região Norte, em toda sua extensão. Para que a opção mais barata seja implantada, o caminho é transferir para o Parque Transmissor um dos três grupos geradores que compõem o sistema de energia emergencial da Rádio Nacional e da TV Brasil. A retirada de um único grupo gerador não compromete a capacidade do sistema, que ainda contará com dois grupos reserva.

A solução emergencial é resultado do empenho conjunto da direção e do corpo técnico da EBC, cientes da importância da emissora para o país e, em especial, para as comunidades isoladas da região amazônica. Tão logo as condições financeiras permitam, a engenharia dará sequência à solução definitiva, com a recuperação da subestação (Haeser, 2017a).

Em agosto de 2017, o Intervozes manifestou-se em defesa das populações afetadas pela interrupção das transmissões:

Prestes a completar 40 anos de existência nesta sexta-feira 1, a Rádio Nacional da Amazônia, único canal de comunicação com o Brasil e o mundo para milhares de pessoas que vivem nos nove estados da Amazônia Legal do país, está muda.

A emissora está fora do ar desde que um raio caiu sobre o Parque de Transmissão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – empresa que atualmente gere a Rádio Nacional da Amazônia – no Distrito Federal, em 20 de março deste ano.

As fortes descargas elétricas causaram a interrupção de energia que alimenta os transmissores da empresa, cortando o serviço de Ondas Curtas (25 metros com 11.780 kHz e em 49 metros com 6.180kHz) e Ondas Médias.

Com isso, a Rádio Nacional da Amazônia ficou totalmente fora do ar e a Rádio Nacional AM de Brasília não tem mais potência para atingir outros estados para além do Distrito Federal durante a noite.

O acidente alterou totalmente a rotina de milhares de pessoas da Amazônia Legal, que desde então entram em contato com a EBC, suplicando a volta da única emissora que pode ser sintonizada no lugar onde moram – como a fala transcrita no início deste texto.

Isto não ocorre por acaso.

Desde sua criação, a Rádio Nacional da Amazônia tem cumprido papel fundamental para garantir cidadania aos moradores da região norte do país, por meio do acesso à informação. Mas este sentimento de pertencimento tem se perdido cada vez que uma mão amazônica tenta sintonizar a emissora e se depara com um silêncio desumano vindo de seu aparelho (Carta Capital, 2017).

A figura 20 apresenta o prejuízo material relatado por Haeser, que afetou a estação de energia do Parque do Rodeador:

Figura 20 - Danos físicos no complexo de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.



Fonte: Haeser (2017b).

O coletivo Intervezes também reforçou esse cenário de sucateamento da comunicação pública, de modo que:

As comunidades isoladas em áreas rurais, ribeirinhas, indígenas e fronteiriças, situadas em locais onde há dificuldades de acessos à internet e a outros canais de comunicação são as que mais se beneficiam dos serviços de utilidade pública veiculados pela emissora, que leva a tais comunidades, além de informação, dicas de como buscar soluções a problemas básicos de saúde, violência doméstica e como tirar documentos (Carta Capital, 2017).

Em resumo, o problema técnico grave que afetou os transmissores da EBC exigiu que a operação de Ondas Curtas da Rádio Nacional da Amazônia operasse com muito deficiência, em função de operar com apenas um transmissor de menor potência e conseqüentemente, com alcance reduzido. A dependência de geradores de energia a diesel também reduziu o tempo de transmissão para apenas algumas horas diárias, levando a emissora a operar com apenas 5% de sua capacidade durante esse período de crise.

Em 1º de setembro de 2023, data em que se comemoraram os 46 anos da Rádio Nacional da Amazônia, a programação tradicionalmente voltou-se para destacar a história da emissora e sua importância ao longo dessas décadas.

Dessa forma, alguns relatos foram incluídos quase integralmente, com o intuito de documentar a trajetória da equipe responsável por erguer esse patrimônio público comunicacional. Esses relatos trouxeram informações que ampliam a compreensão sobre a dimensão do investimento realizado para a constituição do Parque de Transmissão do Rodeador, bem como sobre as reais necessidades para mantê-lo em funcionamento.

Entre eles, cita-se o relato de um dos responsáveis pela equipe técnica de transmissão:

E a gente recebe então agora no nosso estúdio, José de Arimatéia, o Ari, querido, ele é Diretor de Operações, Tecnologia e Engenharia, aqui da EBC. Ele vai falar aqui um pouquinho para a gente sobre o parque de transmissão de alta potência na região do Rodeador, em Brazlândia, aqui gente no Distrito Federal. (EBC, 2023b).

A fala do servidor público destacou a comemoração relativa à evolução tecnológica, de equipamentos novos, novas tecnologias. Como diretor da área de tecnologia, demonstrou a responsabilidade de trabalhar para melhorar as transmissões da emissora:

[...] Falar do Parque de Transmissão a gente tem que resgatar um pouco da história do Parque. Nós começamos nas ondas, nas transmissões de alta potência, em 1974 com as Ondas Médias e, em 1977 quando foi inaugurada em primeiro de outubro, a Rádio Nacional da Amazônia, mas também aí em Ondas Curtas, mas também em alta potência, pra falar para o Brasil inteiro. Nessa época aí a EBC, não era EBC, era Radiobrás. Nós falávamos não só pra Amazônia, nós falávamos também para o Mundo. Nós tínhamos um Parque instalado com seis transmissores de Ondas Curtas, falando pro mundo inteiro. Nós tínhamos as Ondas Médias, aí eu falo até que as grandes torcidas brasileiras, que são torcedores do Rio de Janeiro, torcedores do Vasco, Flamengo, Botafogo, Fluminense...

[...] Naquela época, a Rádio Nacional transmitia em ondas médias para o Brasil inteiro, e aí teve essa crescente torcida dos times cariocas... Todos ouviam a Rádio, ouviam. Meu sogro falava: 'Eu assisto o jogo pela rádio', porque ele dizia que se sentia dentro do Maracanã ouvindo a Rádio Nacional. Como ele morou muito tempo no Rio, ele se via dentro do Maracanã ouvindo a rádio, e aí falava: 'Não, eu estou assistindo ao jogo pela Rádio'. É interessante.

[...] Voltando a falar na questão do Parque, o Parque que foi na sua plenitude um dos maiores Parques do mundo, o maior da América Latina, até pouco tempo, e agora... falta de investimento, ficamos obsoletos em algumas coisas. Hoje estamos operando apenas com dois transmissores, na frequência de 25 metros e 49 metros, e com a potência inclusive reduzida.

Então, eu já estive à frente da Diretoria de Tecnologia em 2017, tentando fazer uma recuperação do Parque, que não foi possível, porque impactava a questão orçamentária, a dificuldade... hoje nós estamos buscando uma forma de financiar esse resgate de recuperação do Parque.

Então nós vimos agora, nova perspectiva através de banco, o próprio BNDES, como o banco do BRICS³⁴ e tal que a gente possa obter recursos pra isso porque do orçamento normal da empresa, os valores são altos, a gente teria que abrir mão de outros investimentos que realmente traria problema para o nosso funcionamento do dia a dia. Então, nós vamos correr atrás disso.

Nós temos a tecnologia avançada para essa reconstrução do Parque:

Temos que recuperar as antenas.

Temos que recuperar a parte elétrica.

Temos que recuperar, temos que adquirir novos transmissores

E aí nós não estamos falando de 10 milhões, nós estamos falando de 100 milhões. Então é coisa assim, o Parque quando ele foi criado lá nos anos 70 ele custou para a Radiobrás, para o governo na época da implantação, algo em torno de 560 milhões.

Então vejam bem, não é qualquer orçamento que vai ter esse recurso disponível para trabalhar. Mas, a diretoria atual da EBC, com o Hélio Doyle à frente, ele entende a necessidade, a importância do Parque. Porque o Parque, falando da Rádio Nacional da Amazônia, a gente tem algumas histórias pitorescas. Não sei se vocês sabem, mas ele é um *WhatsApp*, manda informação, recebe informação, mas ele lá, no início da sua implantação, foi onde aconteceu o primeiro 0800 do Brasil.

Todas as agências de Correio tinham um telefone na Região da Amazônia, tinha um telefone, e esse telefone era discado, e caía na nossa central de atendimento da Rádio. Era uma ligação gratuita e caía na central de atendimento da Rádio e aí as pessoas conversavam com os seus apresentadores né, os âncoras da Rádio naquela época, e mandava seus recados né.

Nós tivemos um trabalho. Eu tive presente a uma apresentação na Presidência da República, de um trabalho feito pelo Conselho de Segurança Nacional, onde mostrou um dos objetivos do Parque: era a influência estrangeira na região.

Então, vem a questão da soberania. A gente precisava ocupar o espaço no nosso espectro de transmissão para aquela região, porque as pessoas estavam falando mais castelhano do que propriamente o português.

A pessoa precisava ir pro mato levando seu radinho. Então, muitos desses ouvintes... era a única forma de ter relacionamento, ouvir alguém. Era o radinho no meio do mato: seringueiro (EBC, 2023b).

A locutora Ana Pimenta, acrescentou:

Inclusive Ari, eu entrevistei na semana passada, a Gabi Amarantos, a cantora paraense esteve aqui em Brasília e a gente apresentou uma entrevista dela aqui exclusiva na Rádio e ela contando exatamente isso que você está falando, que lá no Pará e no Amapá, eles sintonizavam muito as rádios, que vinham do Caribe. Por isso essa influência também na música, a latinidade, e aí a Rádio Nacional da Amazônia vem com essa função, esse propósito de ocupar estrategicamente um espaço que precisa ser nosso, como o próprio presidente falou não é, que é estratégico, esse investimento é pela nossa soberania, estratégico para o país (EBC, 2023b).

Esse exemplo reforça a importância do papel da emissora RNA em preservar a cultura e reforçar os laços das comunidades localizadas nas regiões fronteiriças do país.

³⁴ O Brics é um grupo de cooperação econômica formado pelos países emergentes com as melhores taxas de crescimento econômico em escala mundial. Acrônimo de "Building Better Global Economic BRICs". Composto inicialmente por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, teve a ampliação com a participação da Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã em 2023.

O diretor José de Arimatéia complementa que:

[...] nós fazemos aqui um trabalho social, educativo, relacionado com saúde, educação, meio ambiente e tudo mais, mas por trás de tudo isso tem isso que você falou, tem uma questão de soberania, precisamos ocupar, de voltar a ocupar esse espaço, porque rádios estrangeiras... Estamos voltando a aquilo que era nos anos 70. Hoje se ouve mais rádios estrangeiras do que propriamente a nossa Rádio Nacional, que é o carro chefe para as transmissões para essa região. Então a gente precisa retomar isso.

E aí fica aqui o nosso compromisso com o ouvinte, que é exatamente esse trabalho que a gente está fazendo: nós estamos fazendo esse grupo que o presidente constituiu de levantar para objetivamente a gente tirar do papel as nossas ideias e colocá-las em prática.

Então já estivemos, como ele diz, com o Gabinete de segurança, Defesa, Justiça. Vamos estar agora com o Meio Ambiente também, estivemos a última entrevista foi com o pessoal do CENSIPAM³⁵, que faz o monitoramento da Região Amazônica, eles dizendo da importância que é a Rádio pra Região. Conhecem muito bem isso.

Eles verificam todo o espaço aéreo da Amazônia e sabem da importância da Rádio nessa região.

Então aonde chega, muitas vezes são até cobrados: qual a informação? Como é que chega à informação para você? Ah, era pelo rádio.

Hoje quem tem a possibilidade de acesso pelo aplicativo em algumas regiões, se mantém bem-informado.

Nós fizemos um programa na televisão, chamado "Caminhos da Reportagem" um programa muito bom que a gente tem na TV Brasil e esse programa, ele focava exatamente na ausência da Rádio Nacional nessa região e o que representava isso para os nossos ouvintes.

Teve gente que simplesmente chorou no depoimento: 'A Rádio Nacional pra mim era tudo. Era minha companhia e tal.' A pessoa estava ali dirigindo um trator, arando a terra, fazendo coisa... mas ouvindo a Rádio. Tem outros episódios - por exemplo, de pessoas que um conhecia ao outro: moravam num Estado, outro no outro, mas, através das cartas, trocaram as cartinhas e resolveram se casar. E aí a pessoa foi atrás da outra, conheceu [...] e casou!! "Então, tem muitas histórias muito interessantes. Eu estava ouvindo o programa 'Eu de cá, você de lá', do Maurício Rabelo, por esses dias... estava ouvindo ele - e eu sempre escuto ele quando saio da TV. Estava ouvindo o programa quando eu venho de manhã, eu venho ouvindo o Valter Lima. E aí, a gente está sempre acompanhando isso... e aí o companheiro mandando o recado: 'Maurício, dá um recado aí pro meu compadre lá... não me lembro qual a região, lá no interior do... manda um recado pro meu compadre aí que aquele, aquele boi que ele falou que ia matar nesse final de semana aí, não é pra matar nesse final de semana! Espera um pouquinho porque eu não vou ter condições de ir pra aí. Pede pra ele fazer uma engorda melhor no boi, vamos deixar pra matar no final do ano! Vamos deixar para matar no final do ano!'

Então, tem cada história maravilhosa, entendeu? E eu me lembro... deixa eu só... rsss... me empolguei com a história. Eu me lembro muito bem dos âncoras que tinha na Rádio, e a Tia Leninha, por exemplo, que tinha um programa maravilhoso e aí falava com o público na região. Eu me lembro que ela fez uma promoção de dois, três meses, não é? E aí recebeu a impressionante... o recebimento de carta: ela recebeu 82 mil cartas numa promoção de menos de 3 meses, naquela época. Tem cada história maravilhosa!

³⁵ Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

Caravanas da Rádio que iam visitar os lugares... tinha que tirar todo mundo lá do campo porque não sei o quê para o avião descer... Tem muitas histórias! (EBC, 2023b).

A locutora Juliana Maia citou a felicidade em ter os depoimentos do Diretor responsável pela parte técnica, e da emoção do próprio profissional ao falar sobre a Rádio Nacional da Amazônia, e acreditar no empenho em fazer o sinal melhorar.

Ainda sobre a dimensão da infraestrutura, Arimatéia citou ainda que:

Tem uma equipe lá, realmente fantástica, porque eles realmente fazem a coisa acontecer. Porque esse Parque que a gente conversa com alguns fabricantes de equipamento, e o Caetano está aqui e pode dar esse testemunho dele também, os caras falam “Não acredito, vocês ainda estão funcionando? Ainda estão operando?”. Por quê? Eles fazem isso acontecer! Então eu só tenho que agradecer a equipe, a dedicação deles, e nós vamos continuar colocando esse Parque de pé, até que a gente consiga restaurar ele na sua totalidade, porque a importância dele é fundamental, não só no ponto de defesa, mas na prestação de serviços, parte de atendimento à sociedade, é levando educação, levando saúde.

Algumas cartinhas que a gente recebia que o cara dizia: “Olha pra avisar fulano que o barco da Caixa Econômica vai subir tal dia, vai estar em tal lugar, mas porque a pessoa vem lá do meio do mato e gastava parece que uns 4 a 5 dias pra ir à beira do rio para receber o seu benefício.

Então, é uma prestação de serviço muito importante. E a Rádio Nacional vai continuar a prestar esse serviço. Nós tivemos esse ano uma licitação que já nos possibilitou a aquisição das principais válvulas pra manter o Parque funcionando. Nós temos alguns periféricos, algumas peças também adquiridas que aí também está faltando (verba) pra poder consolidar a aquisição, até o final do ano, se Deus quiser, nós vamos conseguir esse recurso, estamos batalhando pra isso. É a primeira etapa, ou seja, aquilo que está funcionando, vamos deixar funcionando na melhor condição possível e para levar o sinal para onde essa potência com válvula nova possibilitar.

Então, contamos aí com os ouvintes para continuarem ouvindo a Rádio Nacional, continuarem com essa interatividade conosco porque são vocês que fazem a Rádio. Tá bom?

Tem uma história muito interessante desse negócio do rádio né, porque falam “o rádio acabou”, “o rádio vai acabar”!

Não. Não acabou, não vai acabar.

Eu tenho um exemplo dentro da minha casa: com a minha mãe. Ela sempre gostava de ouvir AM, porque AM tem essa identificação de proximidade com o ouvinte. Para mim, o rádio é aquele que está conversando com o ouvinte.

Eu gosto muito da parte da FM, mas... aquele negócio - chama a música, um negócio meio robótico: chama a música, roda lá... não sei o quê. Não! O rádio tem que conversar com o ouvinte.

E minha mãe dizia assim: 'Conversando sozinho aí? O que que é?'

'Estou conversando com o rádio.'

Interessante isso! (EBC, 2023b).

No final da entrevista, a locutora Ediléia Martins salientou:

E eu acho isso demais porque é realmente o que acontece.

Eles lá estão sempre lá “Ediléia ó, você é minha companheira aqui”, nas manhãs lá sozinho (EBC, 2023b).

É possível notar na fala do diretor de tecnologia, que a mudança tecnológica afetou o modo de comunicação dos ouvintes com a Rádio Nacional: do canal de

comunicação do telefone gratuito, o “0800”, para o atual serviço de *WhatsApp*, atualmente em operação. Com isso, pode-se interpretar que há uma indução para se deixar de depender da infraestrutura física telefônica tradicional para depender quase que exclusivamente do aplicativo de mensagens. A maior parte dos recados recebidos pela emissora durante a programação diária se dá por meio do aplicativo de mensagens. O atendimento a ouvintes ainda está disponível, muitas vezes para atender alguns deles portadores de necessidades especiais.

Essa mudança é determinante para a discussão central da pesquisa - relativa às tendências tecnológicas e seu fator de indução a novos hábitos de escuta e interação entre ouvinte e emissora.

É importante esclarecer que não se pode atribuir uma ligação direta dos problemas técnicos de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia com as tendências de migração do AM para o FM. Porém, diante da falta de investimentos e de ações políticas e econômicas para manutenção do patrimônio público da EBC e de sua rede de rádios, a tendência da operação da emissora em plataformas como sítio eletrônico, aplicativos e na transmissão FM, pode ser uma realidade, em vista dos menores custos de operação.

Além das fragilidades na manutenção da infraestrutura física e técnica - responsável pela transmissão -, a própria gestão da EBC se tornou uma ameaça para a comunicação pública, mesmo no atual governo progressista.

Segundo a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, a 'EBC entrega Rádio Nacional do Alto Solimões para governo que apoia garimpo', aponta *Le Monde Diplomatique* Brasil (2024). Resumidamente, a publicação destaca que:

A EBC assinou um protocolo com a intenção de transferir para o Sistema Encontro das Águas, a rede de rádio e TV ligada ao governo do Amazonas, o controle da Rádio Nacional do Alto Solimões, a maior e mais importante emissora de rádio na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (*Le Monde Diplomatique* Brasil, 2024).

Segundo a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública³⁶, a Rádio Nacional do Alto Solimões (RNAS) - criada para atender um pedido da população local - encontra-se ameaçada pelo atual governo do Estado do Amazonas, que domina a comunicação privada e incentiva tanto o garimpo quanto o fortalecimento do agronegócio. O Sistema Encontro das Águas não conta com a participação e controle

³⁶ Coletivo composto por movimentos sociais, entidades, academia e trabalhadores/as da EBC.

social necessários para a comunicação pública, requisitos fundamentais para atender aos parâmetros internacionais da UNESCO (*Le Monde Diplomatique* Brasil, 2024).

Conforme também aponta a publicação:

A iniciativa foi viabilizada a partir de parceria com o Ministério da Integração Nacional e alcança cerca de 60 milhões de pessoas entre Brasil, Peru e Colômbia, segundo o site da EBC. A emissora era considerada estratégica, por sua localização, em uma região conflagrada, como aponta o líder indígena, por conta do garimpo e do tráfico de drogas, que vem sendo bastante denunciado após as mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips (*Le Monde Diplomatique* Brasil, 2024).

Esse é mais um exemplo da entrega do patrimônio público e comunicacional - edificado para grupos políticos e, conseqüentemente, a grupos ligados ao garimpo e ao tráfico de drogas.

Como alternativa, a publicação aponta caminhos:

O momento é, ao contrário, de fortalecer a Rádio Nacional do Alto Solimões e parcerias com a sociedade civil, sobretudo pensando em envolver a população da Amazônia que terá os olhos do mundo sobre si nos debates da COP-30, em 2025 (*Le Monde Diplomatique* Brasil, 2024).

Esse é um caminho possível para reconstrução do sistema de radiodifusão pública, que afeta não apenas todo o sistema de rádios da EBC como também as redes de emissoras públicas e comunitárias.

É pela sensibilização da sociedade civil que as mudanças políticas podem ser alcançadas e conseqüentemente, políticas públicas possam ser formuladas para manutenção, preservação e soberania da comunicação e da democracia.

Diante das fragilidades apresentadas na esfera da radiodifusão pública, a pesquisa buscou estabelecer uma conexão possível e coerente com outras esferas da radiodifusão e da produção de conteúdo pelos próprios profissionais (radialistas) de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil) e moradores da região de Maraã (Ribeirinhas da Amazônia) que passam de consumidores da radiodifusão que alcança a floresta, para produtores de conteúdo, ampliando as possibilidades de acesso à informação. Em ambos os casos, notou-se expressiva participação feminina na comunicação.

Um dos resultados decorrentes da interação durante a pesquisa possibilitou o encontro da locutora Rejane Barros, representante da Associação de Rádios Comunitárias de Alagoas, com locutoras e indígenas no estúdio da Rádio Nacional da Amazônia (figura 21). Esse momento em que EBC e Abraço Brasil estiveram juntas - tanto presencialmente no estúdio da Rádio Nacional da Amazônia quanto na programação, com as locutoras reunidas - representou a realização de uma utopia,

uma conquista simbólica na luta pela emancipação da comunicação pública, popular e acolhedora.

Foi um encontro das “canoeiras”, locutoras, representantes do protagonismo feminino que conduzem a programação da radiodifusão brasileira, pelos rios das ondas do rádio, simbolizando a conexão de diferentes esferas da radiodifusão pública.

Figura 21 - Encontro de locutoras e indígenas no estúdio da Rádio Nacional da Amazônia.



Fonte: Tribuna da Arapiraca (2023).

Inserir-se nesse contexto a vivência da radialista comunitária, Rosa Gonçalves que compartilhou sua experiência em “Somos todas Rosas”:

Nesta trajetória de busca ativa para dar espaço e visibilidade às vidas das mulheres encontrei a Letícia Bailante e a Lenice Ferreira, companheiras escritoras que me inspiram a escrever essa história tão real e preciosa que fala de tantas rosas que lutam, amam, resistem e fazem seu caminhar se inspirando umas nas outras...(Gonçalves, 2023, p. 117).

Nesse sentido, a geografia da radiodifusão proposta nesse trabalho - de levantamento ao mapeamento de emissoras ou produtores de conteúdo educativo - traz essa dimensão de novas conexões nas quais a inter-relação entre emissor e receptor se reconfigure.

6.9.1.1 Tecnologia eternamente experimental: Novos testes da transmissão digital DRM em 2020/2021

De acordo com o consórcio DRM mundial, foi publicado o “Relatório Brasileiro sobre Transmissões Digitais em Ondas Curtas (DRM)” realizado pela Rádio Nacional da Amazônia:

Recentemente, foi publicado o relatório sobre o bem-sucedido teste de ondas curtas em DRM para uso doméstico no Brasil. O experimento, realizado no final de 2020 e início de 2021, foi um esforço conjunto entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em Brasília, a Universidade de Brasília, a EBC - Empresa Brasil de Comunicação, a Plataforma DRM Brasil e outras empresas comerciais e partes interessadas. O objetivo era obter uma ampla cobertura em DRM SW, especialmente nas vastas e pouco povoadas áreas do norte do Brasil, na rica região amazônica.

O relatório fornece uma descrição detalhada da configuração e dos resultados do teste e demonstração de DRM. Conclui que: "...a bem-sucedida realização da Fase 1 do projeto implica necessariamente continuidade, com o desenvolvimento e a divulgação de receptores DRM de baixo custo na Fase 2. Não se pode perder o *'savoir faire'*³⁷ ou conhecimento adquirido até agora, condenando assim populações isoladas à ignorância devido à falta de informação. Isso abre uma nova perspectiva para uma comunicação de qualidade sobre longas distâncias, integrando as regiões mais distantes do Brasil (DRM, 2021).

Em fevereiro de 2021, após alguns resultados preliminares da transmissão DRM da Rádio Nacional da Amazônia, Haeser informou que o “Teste de rádio digital DRM escancara a oportunidade de evoluir com grande economia e mais qualidade”, destacando no *lead* da postagem que:

É hora de radiodifusores, governo e indústria acordarem para as vantagens de realmente avançar com o rádio: econômico no consumo de energia, inclusivo e adaptado aos novos tempos. Ensino a Distância é também alternativa plenamente viável devido ao envio de imagens (Haeser, 2021).

A síntese de Haeser trouxe uma importante informação que auxilia a entender os benefícios da tecnologia DRM e, conseqüentemente, colabora para desenhar uma nova geografia da radiodifusão. Haeser, complementa ainda que:

Depois de diversas semanas de transmissões experimentais para o Norte do país, a Rádio Nacional, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), direcionou nessa semana a antena para o Sul, atingindo principalmente as

³⁷ O termo "savoir-faire" é uma expressão de origem francesa que literalmente significa "saber fazer". Ele é amplamente utilizado para descrever a habilidade, a competência ou a capacidade de agir de maneira adequada e eficiente em determinadas situações, especialmente aquelas que exigem tato, diplomacia ou expertise.

Portanto, na frase "Não se pode perder o *'savoir faire'* ou conhecimento adquirido até agora", a ideia é que a continuidade do projeto é essencial para não perder a habilidade e conhecimento acumulados até o momento, evitando assim a ignorância e garantindo uma abordagem apropriada e eficaz em futuras fases do projeto. DeepSeek (2025).

regiões Sudeste e Sul. Nesses locais, vários radioescutas que possuem receptores DRM reportam uma grande melhoria no sinal, que, na situação anterior, ficava oscilante. Agora, o som se mantém firme e constante.

A decisão de adotar o sistema de rádio digital DRM já deveria ter sido tomada há muitos anos, no entanto, ainda é tempo para que os radiodifusores, governo e indústria tomem consciência das vantagens deste sistema. Em vez de entupir o dial do FM com emissoras migrantes do AM, o DRM permite que todas as faixas de frequência possam seguir existindo, porém com qualidade de áudio superior ao FM, envio de imagens e textos ao receptor e uma grande economia de energia elétrica ao radiodifusor.

Para se ter uma ideia, a transmissão analógica da Rádio Nacional da Amazônia é feita com dois transmissores de 250 kW. Lembramos que o atual teste digital é feito com apenas 1 kW e obtém alcance quase semelhante. Esse benefício na economia de energia não se dá apenas na transmissão em ondas curtas, mas em qualquer banda que se vá usar DRM. Para dar um exemplo, 0,1 kW seria suficiente para uma emissora local cobrir uma cidade. Ou seja, o consumo de energia elétrica cai drasticamente. Detalhe importante, o transmissor utilizado no teste foi desenvolvido em Porto Alegre, pela *BT Transmitters*.

Em tempos de internet, muitos dirão que o rádio está superado e não há mais razão para investir no nosso mais antigo meio eletrônico de comunicação. Errado. É preciso investir num meio de comunicação eficiente que, justamente, não dependa da internet. Além de evitar possíveis problemas e instabilidades, o ouvinte não tem gasto nenhum, a não ser a aquisição do receptor. Ou seja, é o tradicional rádio recebido de graça e por todos. É o fortalecimento e a universalização da comunicação.

E a pandemia mostra outra lição. A necessidade de Educação a Distância (EAD) cresce e pode ser sustentada com uma infraestrutura mais barata e segura com o uso do DRM. Além do som, as imagens enviadas ajudam na explanação de conteúdos educativos.

Neste ponto, muitos lembram que não há receptores. Claro, foi assim também no surgimento da TV em 1950, na TV a cores em 1972, no rádio FM nos anos 1970, e na TV digital mais recentemente. Essas novidades não foram introduzidas com todos os brasileiros já possuindo receptores. A transição foi feita aos poucos em uma ação combinada entre radiodifusores, governo e indústria. Sempre foi assim. Por que seria diferente agora? Juntem governo, radiodifusores e indústria e isso será facilmente equacionado, com a oferta de receptores bons e baratos.

Portanto, apesar de todos os problemas pelos quais o país passa, agravados pela pandemia, não podemos deixar de pensar num futuro melhor para as comunicações. Internet é importante, sem a menor dúvida. Mas o rádio é uma alternativa fundamental por não depender de internet, ser barato e acessível a toda população (Haeser, 2021).

Diante da consistente análise técnica de Haeser para se pensar no futuro da radiodifusão brasileira, seja aquele dotado de tecnologia e de falas de quem constrói o território da radiodifusão em Ondas Curtas – sejam pesquisadores, representantes de movimentos sociais, ouvintes, locutores e técnicos responsáveis para manter em pé as transmissões da Rádio Nacional da Amazônia, em suas diversas escalas – tem-se a oportunidade de refletir qual é o uso que se deve fazer da tecnologia. Em particular, das transmissões no formato DRM.

As políticas públicas para investimento e manutenção da infraestrutura em telecomunicações constituem outro ponto crucial para discussão, conforme alerta o Diretor Técnico de Engenharia. A ausência de investimentos adequados acarretaria três graves consequências: a) o agravamento da segregação socioespacial, com o isolamento crescente de ouvintes; b) a ameaça à soberania comunicacional nacional; e c) a redução dos cidadãos à condição de meros consumidores de programação robotizada e globalizada, inviabilizando a construção de um ideário de cidadania. Essa realidade contrasta radicalmente com o princípio defendido por Ortriwano (1985, p. 14) para o rádio brasileiro: “levar a cada canto um pouco de educação, de ensino e de alegria”.

6.9.2 Rádio Aparecida - pioneirismo e soberania da radiodifusão de antena rendida pelos serviços de plataformas de transmissão

A inserção da emissora como segundo objeto de pesquisa se deve em função da Rádio Aparecida ocupar uma posição de vanguarda no meio da radiodifusão brasileira, seja pelos investimentos técnicos em transmissão ou pelo alcance social e geográfico em todo país, intensificados a partir de 1951.

A Rádio Aparecida (Quadro 4) está localizada na cidade de Aparecida, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O município do interior paulista, com 120,890 km², possui sua área urbana situada entre o Rio Paraíba do Sul, a Rodovia Presidente Dutra e uma região montanhosa formada pela Serra da Mantiqueira e Serra do Mar. Essa característica geográfica possibilitou que tanto os estúdios da emissora quanto os parques de transmissão fossem instalados em um raio de até 1 km das antenas de ondas curtas e 1,5 km das antenas de ondas médias - todos localizados dentro da área urbana.

Em seus 90 anos de história, a emissora investiu cerca de 70 anos na radiodifusão em AM (Amplitude Modulada). Na primeira metade da década de 2010, foi criado o portal A12. Já na segunda metade, entre 2015 e 2018, com processo de expansão da TV Aparecida, a emissora deixou de priorizar o sistema de comunicação radiofônica, em detrimento aos investimentos no setor televisivo e nas redes sociais.

Para tentar entender o processo de desconstrução tecnossocial que atinge o setor de telecomunicações, e especificamente a radiodifusão sonora, discute-se as ações da Rádio Aparecida ao optar por investir apenas nas plataformas digitais e

transmissão, tendo em vista que operou em várias faixas de frequência em Amplitude Modulada (AM), incluindo Ondas Tropicais (OT), Ondas Curtas (OC) e Ondas Médias (OM), entre as décadas de 1950 a 2010. Ao deixar de operar nas transmissões de longo alcance, traz-se à tona a acepção de desconstrução tratada nesta tese - redução das possibilidades de veiculação da informação.

Quadro 4 - Rádio Aparecida.

Rádio Aparecida – Empresa Brasil de Comunicação	
Frequências	90,9 FM e 104,3 FM
Aplicativo	App Aparecida
Site	https://www.a12.com/radio
WhatsApp	(12) 3104-1043
Criação	A história da Rádio Aparecida começou em 1937, quando os Missionários Redentoristas perceberam a importância do rádio como meio de comunicação importante ao serviço pastoral. A ideia foi amadurecida até a geração da emissora no dia 8 de setembro de 1951.
Objetivo	A Rádio Aparecida é uma rádio de programação católica com o objetivo de: <ul style="list-style-type: none"> - Anunciar o Evangelho de Cristo através das ondas radiofônicas; - Manter a tradição da Rádio Aparecida, trabalhando sua grade de programação, oferecendo um consistente projeto de Rede de Rádios. - Ampliar a presença da marca Aparecida no cotidiano do povo brasileiro, agregando valores de fé, espiritualidade, educação e formação, oferecendo produtos de qualidade, dando oportunidade de qualificação de conteúdo a outras emissoras espalhadas pelo Brasil.
Programação	Rádio Aparecida possui uma história solidificada em seu propósito de ser uma emissora competente, profissional, com credibilidade, garantindo uma programação de qualidade para os seus ouvintes há 70 anos. Sua programação traz informação, evangelização, música de qualidade e formação através das transmissões diárias. Além de estar presente também via plataforma de transmissão, ao vivo pela internet, através do site, do Aplicativo Aparecida e das redes sociais.
Antenas	90,9 FM Classe A1 ERP ³⁸ 30 104,3 FM Classe A1 ERP 50 (Migração da antiga 820kHz Ondas Médias) Ambas com 150m de altura, cobrindo a região do Vale do Paraíba (até São José dos Campos, Sul de Minas, e região de Resende e Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro).
Transmissores	2 transmissores de 10kWz

Fonte: Adaptado de Rádio Aparecida, 2024.

O estudo apresenta dados de escuta radiofônica, conteúdo veiculado pela emissora e as transformações que afetaram a produção e programação quanto o espaço urbano onde se localizava a infraestrutura física de transmissão em Amplitude Modulada (AM).

Na edição do programa “Tarde em Família” de 10 de setembro de 2021, a pauta “Conheça as antenas de transmissões da Rádio Aparecida” apresentou as antenas

³⁸ ERP (Potência Efetiva Radiada, *Effective Radiated Power*).

de transmissão de FM da Rádio Aparecida (figura 22). O responsável técnico Paulo Borsatti esclareceu para a repórter Lúdmila Barbosa que:

Aqui no Morro do Cruzeiro onde estão instaladas as nossas Torres hoje que transmitem o sinal da 104.3 e da 90.9.

Antes da migração que ocorreu no dia 12/10 de 2018, foi no dia que nós desligamos as Ondas Médias no 820 AM, ela estava presente lá no Jardim Paraíba, onde a transmissão das Ondas Médias é feita. A transmissão das Ondas Médias é feita em um lugar mais baixo onde tem uma parte mais próxima de um rio, próximo de um ribeirão, onde nós temos a própria utilização do terreno pra poder fazer a propagação dessas ondas. Então ela foi desligada nessa data de 12/10/2018, no mesmo dia, no mesmo horário que foi ao ar às 23h59min da noite, nós desligamos o transmissor lá, e ligamos o transmissor aqui da 104.3, fizemos essa passagem nessa data que ficou histórica pra gente aí. E ela estava funcionando lá no Jardim Paraíba, se não me engano a memória, que são tantas datas, eu acho que foi no dia 8 de setembro de 1951. Nós tínhamos conseguido a outorga dela no finalzinho de 1950... e ativaram ela na data de setembro de 1951. Ficou até 2018 (Rádio Aparecida, 2021a).

Figura 22 - Antena de Frequência Modulada (FM) em Maio de 2023.



Fonte: Google Earth, 2023.

O áudio da gravação de trecho do programa da Rádio Aparecida, de 12 de outubro de 2018, que narra os instantes do desligamento da transmissão de Ondas Médias, está disponível no portal Rádio Arquivo (2018). Os locutores comentam:

O AM já marcou a vida de tanta gente, como já ouvimos testemunhos lindíssimos, e também marcou a minha vida e agora vai ser desligado aqui, pela Rádio Aparecida.

[...] Não é um momento teoricamente feliz, mas é, faz parte. A gente aproveita esses últimos minutinhos antes da meia noite para mais uma vez dizer: Se você está ouvindo neste momento a Rádio Aparecida pela frequência 820 AM, a partir daqui alguns minutos só vai ouvir chiado. Nunca mais! Tá bom?! Por isso a gente tem acordado você para a possibilidade de mudar o dial do seu rádio para FM e achar a Rádio Aparecida na nossa nova FM 104.3. Todas as outras ondas, Curtas, Tropicais, as rádios que estão em rede conosco pelo Brasil afora, nosso aplicativo de internet, portal A12.com/radio, nada muda. A única coisa que vai acontecer é que a 820 AM, nesse dia 12 de outubro de 2018, deixa de operar (Rádio Arquivo, 2018).

Conforme informou o responsável técnico, a emissora contou com a infraestrutura de antenas de transmissão em AM (Ondas Curtas e Ondas Médias) localizada no Jardim Paraíba (figuras 23 e 24). Atualmente mantém apenas antena de transmissão de Frequência Modulada no Morro do Cruzeiro, transmitindo seu sinal em duas frequências: 104,30 MHz e 90,9 MHz (figura 22).

Figura 23 - Antena de Ondas Médias (OM) em abril de 2019.



Fonte: Google Earth, 2023.

Figura 24 - Ausência da Antena de Ondas Médias (OM) em maio de 2023.



Fonte: Google Earth, 2023.

Os esforços e resistência dos Missionários Redentoristas foram fundamentais para que, durante cerca de 60 anos, a emissora estabelecesse uma curva exponencial crescente de desenvolvimento em dois eixos: a. infraestrutura técnica, incluindo edifícios, transmissores, antenas, faixas de transmissão; e b. infraestrutura social, tais como a criação do programa “Encontro com os Romeiros” e do “Clube dos Sócios da Rádio Aparecida” e o programa “Os Ponteiros Apontam para o Infinito”. Ambas as frentes foram fundamentais para que a emissora alcançasse em poucas décadas todo o território nacional, por meio da própria potência de transmissão nas diversas faixas de Ondas Curtas e pela interação da emissora com os ouvintes por meio de cartas, ligações telefônicas e visitas ao Santuário Nacional de Aparecida, que se estendia à própria emissora.

Com as novas tendências da era de convergência tecnológica, a transmissão radiofônica via antena - de longo alcance - parece ter se tornado inviável no discurso raso de muitas emissoras que migraram para plataformas de transmissão e TV. Em 2018, a emissora desligou o transmissor em Ondas Médias; em 2021, o de Ondas Curtas - centralizando assim a operação radiofônica na FM (103,4 MHz) e em serviços de TV Digital aberta e plataforma de transmissão.

Diante da proximidade geográfica e hábitos culturais estabelecidos na Região do Vale do Paraíba, a emissora Rádio Aparecida tornou-se o primeiro objeto de estudo nessa pesquisa. Tal fato permitiu levantamento de dados e primeiras análises do cenário regional da radiodifusão, em fase de transição do AM para o FM.

Desta forma, é apresentado parte importante de resultados já publicados que revelam não somente a importância do papel da emissora em levar informação de problemas globais, como também, do sentimento de ruptura entre cidadão e emissora.

Toledo e Gomes (2023, p. 366), ao relatar a compreensão do processo de desconstrução tecnossocial que atinge o setor de telecomunicações, e especificamente, da radiodifusão sonora, apontam que:

A emissora entre 1954 a 2013 acumulou em sua trajetória inúmeras conquistas, seja na ampliação da transmissão em várias faixas, como em OC, OT, OM e FM, seja o aumento da potência para maior alcance territorial, além de nova infraestrutura física, tecnológica e de novos conteúdos de programação diária (Toledo; Gomes, 2023, p. 366).

Após a inauguração dos novos transmissores da Rádio Aparecida, em 2013, o perfil da Rádio Aparecida na rede social *Facebook* convidava para comemorar essa conquista. A figura 25 apresenta um receptor portátil personalizado divulgado na promoção “Ano Novo Rádio Novo!”.

Figura 25 - Campanha “Transmitir Mais”.



Fonte: Rádio Aparecida, 2013.

Na ocasião, era difícil imaginar que em menos de dez anos todas as transmissões em Amplitude Modulada estariam com seus dias contados. Seja em

Ondas Médias 820kHz, seja em Ondas Curtas na frequência de 11855kHz (25 metros), 9630 kHz (31 metros) e 6135 kHz (49 metros).

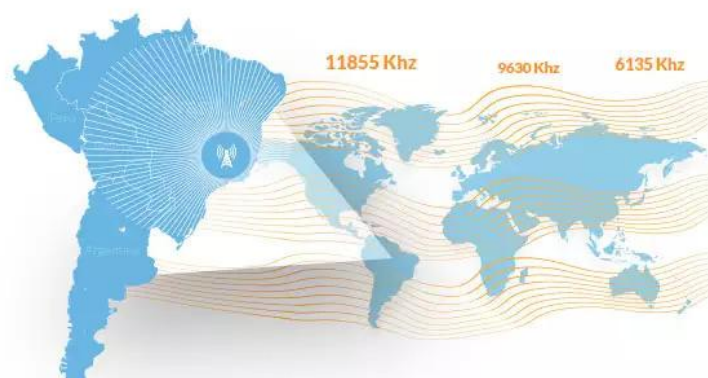
Para os ouvintes do rádio de antena, essa reação de proximidade e afetividade, característica do rádio AM, começa a ser abalada entre os anos de 2015 e 2018 com a expansão da TV Aparecida e o programa de migração da AM analógica para FM. Adicionalmente, cabe refletir: qual o papel do rádio na era da convergência tecnológica, quando a transmissão radiofônica transborda para plataformas digitais?

O estudo de caso da Rádio Aparecida espelha a realidade de diversas emissoras que migram do modelo tradicional - receptores de antena e à pilha, com alcance geográfico amplo - para concentrar esforços nas plataformas online. Essa migração gera um paradoxo: enquanto amplia teoricamente o alcance (ao superar limitações geográficas), na prática impõe novas barreiras econômicas (necessidade de conexão paga), contradizendo o princípio de gratuidade que sempre caracterizou o meio radiofônico.

A característica de pioneirismo da emissora está ameaçada pelo cenário da modernidade que imputa quase que exclusivamente toda sua transmissão radiofônica ao suporte da internet, incluindo rede social Facebook, YouTube e aplicativos Aparecida e, ainda, o portal “A12.com - conectados pela fé”.

A figura 26 destaca a abrangência em Ondas Curtas da Rádio Aparecida, nas faixas de 25, 31 e 49m, divulgada em setembro de 2018.

Figura 26 - Mapa de Abrangência da sintonia da Rádio Aparecida.



Fonte: Rádio Aparecida, 2018.

Toledo e Gomes (2023) relataram cenário contraditório, entre o discurso da emissora e o modelo de receptor de ondas curtas, comercializado até meados do ano de 2023 (figura 27):

A atual incerteza de transmissões de longo alcance, que assola as ondas hertzianas, revela um cenário contraditório se for analisada a proposta do antigo programa “Os Ponteiros Apontam Para O Infinito”. O marketing da única fabricante de receptores de rádio no Brasil destaca o receptor de rádio RM-PFT74AC, da Motobrás (fabricante especializada em rádios portáteis, aptos a receber emissoras nas faixas de FM, AM e Ondas Curtas) personalizado com a identidade visual da padroeira (santa que destaca a localidade), traz a ideia de que “ainda” é possível sintonizar a Rádio Aparecida, em Ondas Curtas, reforçando essa contraditoriedade do que é prometido e o que de fato é oferecido (Toledo; Gomes, 2023, p. 367).

Figura 27 - Rádio portátil 7 faixas, personalizado para recepções da Rádio Aparecida.



Fonte: Rádio portátil, 2023.

Como analisam Toledo e Gomes (2023), observa-se uma distanásia comunicacional - o prolongamento artificial de uma relação entre emissora e ouvinte que já perdeu sua vitalidade, gerando um sentimento de frustração:

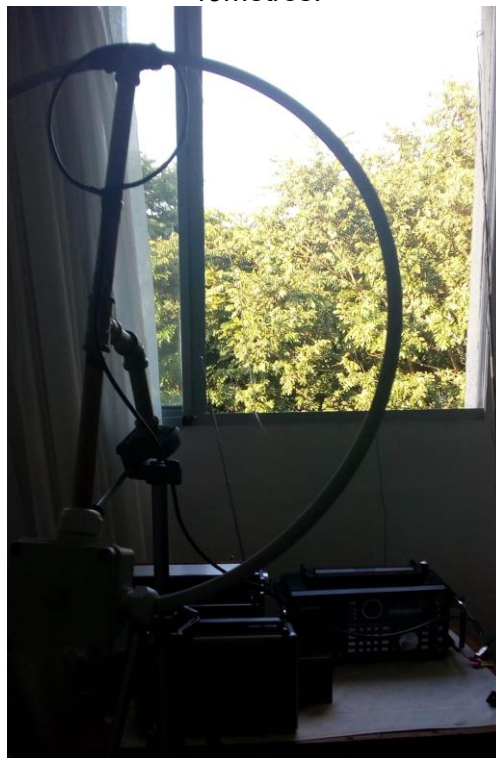
Dados de recepção coletados entre 2020 e 2022 apontam para o “desaparecimento” do sinal das transmissões em Ondas Curtas (OC) da emissora Rádio Aparecida que, parece poupar esforços para alcançar todo o território nacional, direção oposta em sua trajetória pioneira, desde sua fundação, até meados de 2020.

A transmissão da cerimônia de um ano do rompimento da barragem de Brumadinho, considerado o segundo maior desastre industrial do país após o rompimento de Mariana/MG, marca não somente triste realidade da crise socioambiental como também um dos “últimos suspiros” das transmissões em Ondas Curtas da Rádio Aparecida, nesse contexto da desconstrução tecnossocial de ordem neoliberal (Toledo; Gomes, 2023, p. 367).

A recepção da celebração em Brumadinho no ambiente doméstico (figura 28) constituiu a experiência de maior representatividade ao longo da pesquisa. Podem-se enumerar os seguintes fatores que justificam a relevância do registro:

1. Condições atmosféricas que permitiram à transmissão em ondas curtas - na frequência de 6.135 kHz (faixa de 49 metros) - alcançar escala nacional;
2. Sensibilização em torno do tema do desastre socioambiental como problema que transcende os limites da bacia hidrográfica do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais;
3. Visibilidade do conteúdo da celebração, veiculado por mais de uma hora e trinta minutos - duração raramente explorada por outros meios de comunicação;
4. Facilidade de acesso à comunicação pública via transmissão radiofônica tradicional, possibilitando a recepção em aparelhos portáteis, sem consumo de energia elétrica e independência de conexão com a internet.

Figura 28 - Registro da recepção da Missa realizada pela Arquidiocese de Belo Horizonte em Brumadinho/MG, transmitida pela Rádio Aparecida em Ondas Curtas, 6135 kHz, faixa de 49metros.



Fonte: O autor.

Toledo e Gomes (2023, p. 368) reforçam ainda que “foi por meio da transmissão da Rádio Aparecida que a mensagem de Ferreira (2020) ecoou, representando

centenas de familiares e sobreviventes de mais um crime socioambiental em Minas Gerais”:

[...] Tiremos as vendas dos nossos olhos, aquelas que nos impedem de sermos irmãos, que lutam pela igualdade social e pelo cuidado de nossa “casa comum”. Não nos acomodemos, não naturalizamos o que nos violenta oprime e mata. Olhemos ao nosso redor. Nós somos os sobreviventes. Nós somos o povo de Deus comprometido com a luta de um mundo mais justo, democrático e igualitário... e menos desigual (Ferreira, 2020a).

A contribuição de Toledo e Gomes (2023), em “A Radiodifusão Des(aparecida)”, buscou provocar o debate sobre o desligamento das transmissões da Rádio Aparecida, em Amplitude Modulada:

Indaga-se: se muitos ouvintes estão silenciados, onde o rádio já não passa de um equipamento de “decoração”, como podemos reforçar a resistência com esse contingente que ficou órfão e isolado? É preciso empenho nas várias frentes que possam alcançar o antigo ouvinte de antena, que ficou isolado do som do rádio, e apartado de uma rede de acolhimento e pertencimento.

Esse cenário que compromete a conquista da cidadania e soberania de um povo, é necessário avaliar o discurso veiculado “Rádio Aparecida, a fé está no ar” promovido pela emissora, ou ainda o próprio tema anual do Dia Mundial do Rádio proposto pela Unesco em 2022, “Rádio e Confiança”. É preciso “ir além da fé e da confiança”.

A acessibilidade ao conteúdo transmitido pela Rádio Aparecida, em Ondas Curtas, trouxe o benefício da possibilidade de acesso - no rádio de antena e pilha, e espelhado na rede social YouTube - a problemas locais e regionais de causas globais, como foi o caso da tragédia socioambiental ocorrida em Brumadinho.

A interpretação do “Laudato Si”, na qual Zampieri (2016) traz cinco possíveis chaves de leitura interpretativas, sendo elas:

- 1) Não é uma encíclica verde. É uma encíclica de ecologia integral ou orgânica;
- 2) Não é uma encíclica ideológica. É uma encíclica entre teologia, ética e ciências;
- 3) Não é uma encíclica para fechar o debate, mas para estimulá-lo;
- 4) Não é uma encíclica datada. É uma encíclica para o futuro;
- 5) Não é uma encíclica para os amantes da ecologia. É uma encíclica de provocação para todos.

Em síntese, essa reflexão que se originou por meio de uma transmissão radiofônica, traz a possibilidade de buscar outros instrumentos para que se possa ter clareza dos problemas sociais e estimular ações concretas, tendo de um lado, atores da comunicação social, instituições religiosas e progressistas, e de outro, ouvintes e a sociedade civil, para que possam transformar ação em políticas públicas (Toledo; Gomes, 2023, p. 382-323).

Soma-se também a cronologia histórica recente da Rádio Aparecida informada em seu sítio eletrônico:

O ano de 2020 trouxe o forte impacto da pandemia da Covid-19, mas, ainda assim, foi um ano de progresso, sobretudo, com a integração do Clube dos Sócios com a Campanha dos Devotos, formando a Família dos Devotos, que havia sido criada em julho de 2019.

O Santuário Nacional assumiu a administração da Rádio e TV Aparecida. A Rádio Aparecida passa a desenvolver o projeto “Rádio Aparecida – 70 anos” preparando a celebração de seu 70º aniversário de fundação.

Em 2021, a Pandemia da Covid-19 continuou afetando a vida de todo o povo brasileiro, mas a Rede Aparecida de Comunicação, contando com o Canal Comercial da TV Aparecida, já inaugurado na cidade de Pindamonhangaba, e com a maior dinamização do Portal A12, fez-se presente como sinal de esperança, alegria e força na vida de milhões de brasileiros.

Em fevereiro deste ano, a torre das Ondas Médias, Localizada no Jardim Paraíba, foi desmontada, bem como as torres dos links que enviavam o sinal das Ondas Médias. A partir de então, as Ondas Médias tornam-se uma página passada da gloriosa história da Rádio Aparecida (Rádio Aparecida, 2024).

Não se pode imputar a pandemia da Covid-19 como determinante no desligamento das transmissões de longa distância da Rádio Aparecida, tendo em vista que o desligamento das Ondas Médias ocorreu em 2018.

No contexto da desconstrução do "pioneirismo radiofônico" da Rádio Aparecida - analisada nesta pesquisa - soma-se o encerramento, em fevereiro de 2022 (figura 29), do programa Encontro DX. O programa era voltado ao universo de entusiastas que valorizavam o "ouvir o rádio como hobby" em longa distância (os chamados radioescutas).

Figura 29 - Cartaz da última edição do Encontro DX.



Fonte: Perfil do Programa Encontro DX³⁹, 2022.

A própria emissora divulgou a trajetória do programa logo após o encerramento:

³⁹ Publicação em modo público na rede social Facebook:
<<https://www.facebook.com/cassianoalvesmacedo/>>.

O mais antigo programa no idioma português – até então – voltado para os radioescutas, dexistas e todos aqueles que gostam de ouvir emissoras de rádio à longa distância, o “Encontro DX” nasceu em 1986, quando o dexista Raimundo Bezerra entrou em contato com o Missionário Redentorista padre Ronoaldo Pelaquin, um dos diretores da Rádio Aparecida à época. “Na semana seguinte, Raimundo começou a apresentar o ‘Encontro DX’, junto com um jovem locutor que tinha chegado à emissora (...)”, descreve Cassiano (Programa Encontro DX, 2022).

Cassiano Alves Macedo (Figura 30), que apresentou o programa por três décadas, administra o perfil oficial do Encontro DX na plataforma *Facebook*, dedicado à preservação de: a) memórias da radiofonia brasileira; b) discussões sobre o marco regulatório da radiodifusão; e c) ações voltadas à democratização midiática.

Figura 30 - Estúdio do Programa Encontro DX.



Fonte: Rádio Aparecida (2022).

Em outubro de 2023, o portal Tudorádio.com publicou a notícia “Rádio Aparecida lança em parceria com instituição religiosa *podcast* com a Novena Missionária 2023”. Nesse contexto:

A Rádio Aparecida FM 104.3 de Aparecida lançou, em parceria com a POM (Pontifícias Obras Missionárias), a Novena Missionária em versão de *podcast*. Ao todo são nove episódios, os quais foram disponibilizados ao público e para as emissoras de rádio do país.

[...] Em agosto a Rádio Aparecida anunciou a distribuição do seu conteúdo jornalístico para a Rede SIGNIS Brasil, associação reconhecida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O conteúdo passou a ser distribuído desde o dia 4 de setembro e está sendo veiculado pelas emissoras associadas à SIGNIS Brasil (Tudo Rádio, 2023).

A Rede Aparecida de Rádio, ao produzir novelas em formato podcast, consolida uma dupla estratégia: a) adaptação da produção midiática aos formatos digitais; e b) transposição das práticas devocionais para o ambiente virtual.

Essa abordagem, além de potencialmente impulsionar a venda de produtos religiosos, otimiza a arrecadação para obras evangelizadoras através de plataformas digitais que facilitam transações eletrônicas (cartões, boletos, PIX). Como destacou o Jornal Ovale (Alves, 2023), trata-se de uma investida em 'Jesus 2.0' - uso de tecnologia de ponta para ampliar o alcance evangelizador através dos meios digitais e televisivos.

Recentemente, o Jornal Ovale destacou em primeira página o título: "Capital da fé investe em 'Jesus 2.0' por novos fiéis". O parágrafo inicial da notícia complementava: "Com aposta em tecnologia de ponta, Igreja utiliza a comunicação de massa no Vale para alcançar milhões de pessoas por meio da internet e da tevê" (Alves, 2023).

Alves (2023, p. 18) salienta que:

Além de disputar espaço em dispositivos móveis, dominantes na comunicação, a tecnologia oferece à Igreja Católica a chance de propagar luz frente às trevas das *fake news*, que também se alastraram na vida espiritual online (Alves, 2023, p. 18).

Alves citou ainda a fala de dom Vicente Costa, em artigo publicado pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB):

Na pandemia, surgiu uma nova forma da Igreja doméstica que aprendeu a ser uma comunidade viva, porém de forma virtual. É o novo modo de evangelização na cultura urbana (Alves, 2023, p. 18).

O Diretor do Portal A12, Orlando Cassiano, informou que:

Nossa maior marca é a acolhida. É importante estarmos nesse ambiente digital com a preocupação em fazer com que a mensagem do Evangelho chegue para as pessoas. E que a pessoa se sinta acolhida, principalmente para aqueles que não têm oportunidade de estar presencialmente aqui conosco (Alves, 2023, p. 19).

A fala do Diretor do portal A12 pode ser considerada contraditória se for levado em conta que havia ouvintes em todo o território nacional que acompanhavam as transmissões da Rede Aparecida de Rádio, exclusivamente, pela transmissão em Ondas Curtas e Ondas Médias. É prudente citar que a tarefa de quantificar a audiência do rádio analógico é, até os dias de hoje, uma tarefa desafiadora.

Em síntese, o desligamento das transmissões em Amplitude Modulada, a descontinuidade do Programa Encontro DX, a parceria (terceirização) para produção de conteúdo de áudio, em formato podcast, e o investimento em tecnologia para “acolher fiéis e encontrar novos devotos”, como diz o lead do artigo, podem ajudar a esclarecer “o que é e o que não é” prioridade para a Rede Aparecida de Comunicação.

A “tormenta” da desconstrução tecnossocial traz “fortes ventos” que aceleram: a) o desligamento e “silenciamento” da radiodifusão pública; b) a segregação socioespacial de ouvintes dependentes da comunicação radiofônica sonora.

Esse silenciamento pode ser interpretado pelo conceito de desterritorialização (Ianni, 1992, *apud* Neves, 1998, p. 272), entendida como produto de uma “globalização [que] tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias”. Nessa perspectiva, Neves recupera Weil (1979): “quem é desenraizado desenraiza. Quem é enraizado não desenraiza”.

Essa estrutura conceitual nos permite estabelecer uma analogia entre: a) os ouvintes que acessam o “novo rádio” digital (via internet em seus múltiplos formatos), que podem ser compreendidos como indivíduos enraizados em seu território midiático; b) a população que ainda depende exclusivamente do rádio tradicional (AM/FM), que se encontra em situação de desterritorialização comunicacional.

Neste contexto, a desterritorialização assume caráter de segregação tecnológica quando o território radiofônico tradicional deixa de ser contemplado com transmissões e quando não são oferecidas alternativas de acesso equivalentes (como a infraestrutura para conexão à internet).

É possível afirmar que o atual modelo regulatório das telecomunicações e da radiodifusão sonora colaborou, direta ou indiretamente, para que a Fundação Rádio Aparecida concentrasse seus investimentos na transmissão televisiva e em plataformas de distribuição de áudio - criando uma gradativa dependência de planos de internet ou antenas parabólicas (para recepção nas Bandas C ou Ku, sendo a primeira com altos custos de manutenção técnica). Essa mudança acelerou o declínio do tradicional meio de comunicação por antena, que tanto consagrou o pioneirismo histórico da Rádio Aparecida.

A parceria para produção de conteúdo jornalístico com a Rede SIGNIS Brasil pode ser interpretada como um indicador de que a Rádio Aparecida aderiu à lógica de

mercado neoliberal - especialmente ao abandonar seu caráter pioneiro na produção e transmissão comunicacional.

Essa nova fase da emissora pode comprometer sua missão histórica de difundir o pensamento da Teologia da Libertação e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - fundamentais na trajetória do país na defesa dos direitos dos pobres e da reforma agrária. A transmissão da missa pelas vítimas de Brumadinho em Ondas Curtas simbolizou o epílogo de uma era, marcando a opção definitiva da Rede Aparecida de Comunicação pelos veículos televisivos e plataformas digitais, restringindo suas transmissões radiofônicas à Frequência Modulada.

Em 2025, consolidou-se uma nova paisagem na área turístico-religiosa de Aparecida, evidenciando duas transformações marcantes: o revestimento das fachadas do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida - maior templo e principal centro de peregrinação católica do país - e a implantação do teleférico que liga o santuário ao Morro do Cruzeiro, alteração visível tanto para os viajantes da Rodovia Presidente Dutra quanto para quem circula pelo centro da cidade.

Do outro lado da cidade - fora do circuito turístico -, a paisagem foi transformada em agosto de 2023 com a desmontagem do sistema irradiante de Ondas Curtas no Morro do Cruzeiro (Figura 31), consequência direta do encerramento das transmissões em OC pela Rádio Aparecida em junho de 2021.

Figura 31 - Desmontagem das antenas de Ondas Curtas da Rádio Aparecida.



Fonte: Ribeiro, 2023.

Se a década de 1950 foi reconhecida como a “Época de Ouro do Rádio”, conforme mencionou o Pe. Inácio Medeiros C.Ss.R., Diretor da Rádio Aparecida em 2021, no episódio “O Futuro do Rádio”, da série “A Rádio em Décadas”, produzido pela Rádio Aparecida (2021), cabe aqui a reflexão de qual será o futuro do rádio após a tendência de transmissão radiofônica ancorada apenas na Frequência Modulada para o Vale Paraíba Paulista, Fluminense e pela internet.

As palavras de Dom Vicente em seu livro “Brumadinho: 25 é todo dia”, em crítica às metas e lucros da empresa mineradora, na região afetada pelo rompimento da barragem, simbolizam um sinal de alerta para os rumos da sociedade no período da globalização neoliberal:

Eles usam o discurso da busca pelo desenvolvimento, pela modernidade e pelo progresso para legitimar que estados e empresas continuem operando na mesma lógica extrativista e colonial de sempre. Pessoas morrem soterradas vivas. E assim, privatizam os lucros e socializam os sofrimentos (Ferreira, 2020a, p. 5).

Reafirma-se neste trabalho a importância do princípio estabelecido por Vicente (Ferreira, 2020a, p. 7) de que “gritar por Brumadinho vai além da resistência”, proclamando-se o direito à comunicação e exigindo esforços para a expansão de outorgas e a ampliação de espaços que permitam difundir informações de forma a constituir um convite ético à cidadania - fundamentado nos princípios de justiça social, dignidade humana e solidariedade.

6.9.3 Rádio Brasil Atual – A difícil tarefa do debate político e ideológico frente ao domínio das Big Techs: Expectativas e frustrações

Como representante do jornalismo alternativo e da mídia independente, esteve na linha de frente das lutas políticas nacionais, especialmente a partir de 2013. Sua adaptação às modalidades de transmissão remota - tanto de imagens do estúdio quanto de entrevistas - foi decisiva para manter, mesmo durante a pandemia de COVID-19, um espaço de debates e encontro entre pesquisadores e movimentos sociais. Esses atores foram fundamentais para orientar a tese de maneira orgânica, sólida e indissociável da pesquisa. A Rádio Brasil Atual (quadro 5) foi “a porta de entrada” para os estudos da radiodifusão, tornando-se instituição fundamental para promover consciência política e percepção da possibilidade de se fazer a militância

pelo rádio diante do movimento antidemocrático instaurado no país após o golpe político midiático de 2016.

Quadro 5 - Rádio Brasil Atual.

Rádio Brasil Atual - RBA	
Frequência(s) em OC	98,9 FM na Grande São Paulo; 93,3 no Litoral Paulista e 102,7 no Noroeste do Estado
Aplicativos	Rádio Brasil Atual (removido da loja digital) TVT (inoperante).
Site	https://www.redebrasilatual.com.br/
WhatsApp	(11) 96893-7672
Criação	<p>A Rede Brasil Atual foi criada em 2009, fruto de parceria entre alguns sindicatos de trabalhadores liderados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. As entidades são associadas na Fundação Comunicação, Cultura e Trabalho, entidade de direito privado.</p> <p>A fundação é responsável pelo portal RBA e detém as outorgas das concessões da TVT, desde 2010, primeiro canal aberto conduzido por entidades de trabalhadores, e da Rádio Brasil Atual, desde 2012.</p> <p>A experiência bem-sucedida da Rádio dos Bancários nos anos 1990, pela Gazeta AM São Paulo, apontou alguns caminhos para o radiojornalismo alternativo. No começo dos anos 2000, a CUT e seus principais sindicatos voltaram a investir firmemente em comunicação.</p> <p>O projeto de jornalismo na rádio nasceu em 2004, no histórico dia 9 de julho, por propositada coincidência, na Nove de Julho 1600 AM, com o programa Jornal dos Trabalhadores. Ganhou audiência, colaboradores, cresceu, mudou de nome (Jornal Brasil Atual) e migrou para a FM em 2007, até ganhar “casa própria”, em 2012.</p>
Objetivo	Emissora educativa, compromissada com a democracia, o fortalecimento da cidadania e a justiça social. Uma experiência de comunicação inovadora, comprometida com o interesse público, com o aprofundamento da democracia, com a construção diária da cidadania.
Programação	O atual ciclo de expansão foi consolidado com uma ampla grade de programação, marcada pelo melhor da MPB, em 2016.

Fonte: APCEF/SP, 2023.

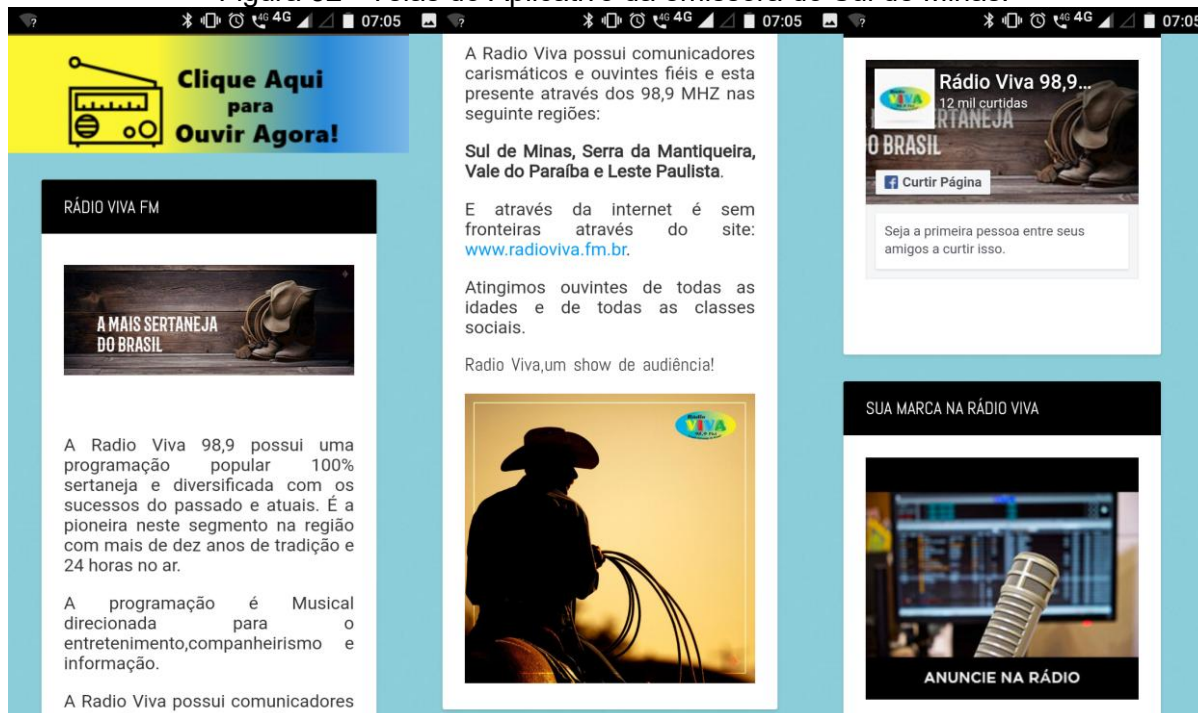
Sua missão educativa, compromissada com a democracia, o fortalecimento da cidadania e a justiça social foi importante catalizador para discutir o futuro do país tendo a comunicação social e as novas tecnologias como determinantes para nutrir o ideal de cidadania.

A sede da emissora está localizada em Mogi das Cruzes, SP. Conta com o estúdio na Rua Carlos Sampaio, no bairro Bela Vista, próximo à Avenida Paulista, em São Paulo. A transmissão na frequência 98,9 FM é voltada para a Grande São Paulo e atende uma pequena parte do município de São José dos Campos, compreendida entre a Região Oeste, Região Norte e parte da Região Central.

Ao longo da segunda metade dos anos de 2010 observou-se uma interferência de sobreposição do sinal da frequência da emissora Rádio Viva FM (figura 32) na

mesma frequência de 98,9 FM – localizada no município de Cambuí, na região do Sul de Minas – com maior intensidade entre as 6h e às 20h.

Figura 32 - Telas do Aplicativo da emissora do Sul de Minas.



Fonte: Loja de aplicativo Google Play, 2020.

Diante do reconhecimento do importante papel da emissora Rádio Brasil Atual na pesquisa, foi enviado um e-mail para a redação da emissora em 17 de março de 2020, informando sobre a interferência na recepção da programação (Anexo IV).

Passados quase cinco anos do contato, não foi possível receber nenhuma devolutiva quanto a essa manifestação.

Nesse contexto, evidencia-se a urgência de consolidar um serviço de radiodifusão contra-hegemônico - especialmente em regiões carentes de infraestrutura pública e de reconhecimento por parte das instâncias governamentais locais.

A importância da Rádio Brasil Atual como principal veículo pessoal de informação diária, desde 2013, motivou a acreditar na campanha de arrecadação de fundos para a TVT e para a Rádio Brasil Atual, por meio de apoio mensal pela plataforma “Catarse.me” (figura 33).

Figura 33 - Campanha #ApoieaTVT.



Fonte: Rádio Brasil Atual, 2019.

A campanha anunciava:

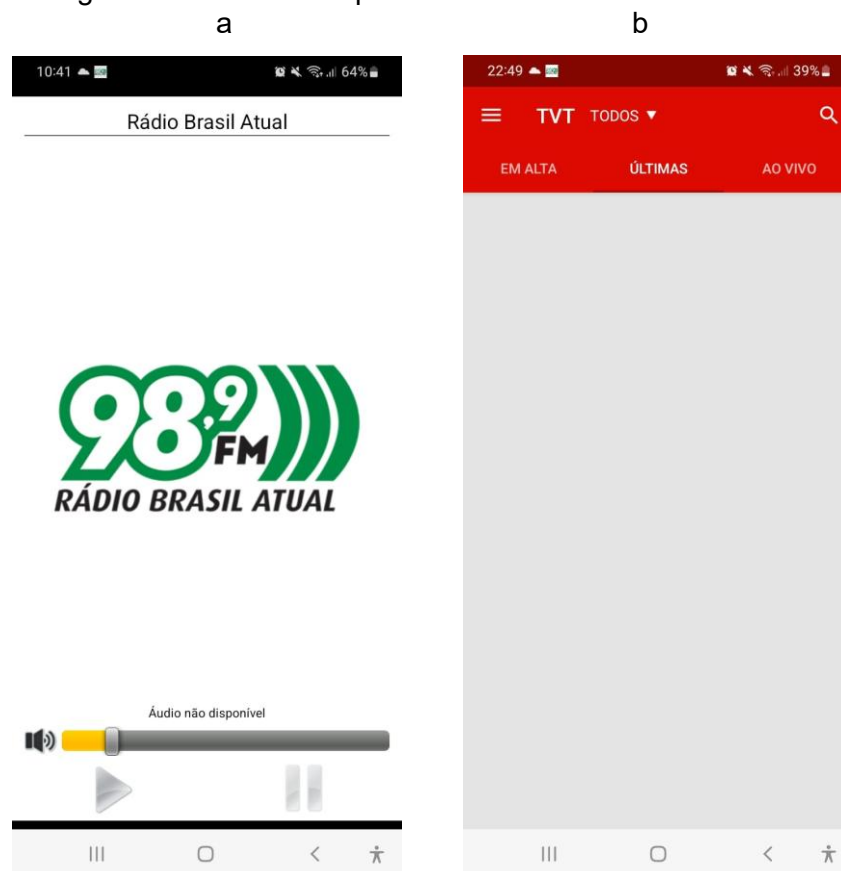
[Apoie a TVT e a Rádio Brasil Atual]
 Você que gosta e acompanha a TVT e da Rádio Brasil Atual precisamos do seu apoio!
 Iniciamos uma campanha de financiamento coletivo para manter este projeto de comunicação que tem responsabilidade com a notícia, com a democracia e com o trabalhador.
 Financie e apoie a TVT!
 Acesse www.catarse.me/tvt e faça uma assinatura.
 É a sua parceria que vai ajudar a TVT se tornar cada vez mais forte e chegar mais longe!
 #ApoieaTVT
 #RedeTVT
 (Rádio Brasil Atual, 2019).

Em razão da importância de valorizar o jornalismo independente e considerando o cenário da radiodifusão regional no Vale do Paraíba - carente de emissoras comprometidas com a veiculação de informações a serviço da educação e cultura, em um dial dominado por emissoras comerciais dos segmentos religioso e sertanejo -, o apoio à campanha Catarse.me/TVT foi mantido por aproximadamente cinco anos.

Porém, diante da instabilidade do sinal de transmissão em receptores móveis - tanto em residências quanto em veículos durante o trajeto para o trabalho, entre agosto e setembro de 2022 -, consolidou-se um sentimento de abandono e orfandade em relação a esse espaço cotidiano de luta pela democratização, justamente em um período marcado pelo enfraquecimento do processo de redemocratização nacional.

A instabilidade no funcionamento dos aplicativos da Rádio Brasil Atual e da TVT (figuras 34a e 34b) também contribuiu para a decisão de interromper o apoio à campanha. É fato que as frentes progressistas carecem de força para uma efetiva ação de resistência - urgente diante de plataformas hegemônicas como o *Panflix*, a Rádio Jovem Pan e o portal Brasil Paralelo -, que, além de utilizarem de forma organizada aplicativos para circular *fake news* durante o período eleitoral de 2018 e a pandemia de COVID-19, ocuparam intensamente o ambiente das plataformas digitais.

Figura 34 - Telas dos aplicativos Rádio Brasil Atual e TVT.



Fonte: Google Play, 2024.

Os *slogans* “...uma experiência de comunicação inovadora, comprometida com o interesse público, com o aprofundamento da democracia e com a construção diária da cidadania” e “TVT, a TV que te vê” a efetividade dessas propostas foi comprometida face às limitações técnicas operacionais da emissora nessas plataformas.

A campanha veiculada entre 2021 e 2022 deixava clara a perspectiva de expandir o sinal da TVT e parte da produção da Rádio Brasil Atual “para todo o Brasil” - conforme destacado na Figura 35 -, meta que não foi alcançada.

Figura 35 - Campanha de Apoio ao App Smart TV da TVT.



Fonte: Rede TVT, 2022.

Há de se considerar que o conteúdo produzido pela emissora é fundamental para o aprofundamento da cidadania, conforme destacou Rafael Garcia, apresentador do Jornal Brasil Atual:

O Jornal Brasil Atual nasceu de uma ideia de levar a voz às pessoas que normalmente não encontram esse respaldo da grande mídia pra gente poder apresentar pra população um outro ponto de vista, em que se privilegia os aspectos ligados ao mundo do trabalho, os aspectos ligados aos direitos humanos, e que as pessoas pudessem se ver representadas também pela mídia (Partido dos Trabalhadores, 2017, 58seg.).

No vídeo institucional da emissora, a repórter Camila Salmazio destacou que:

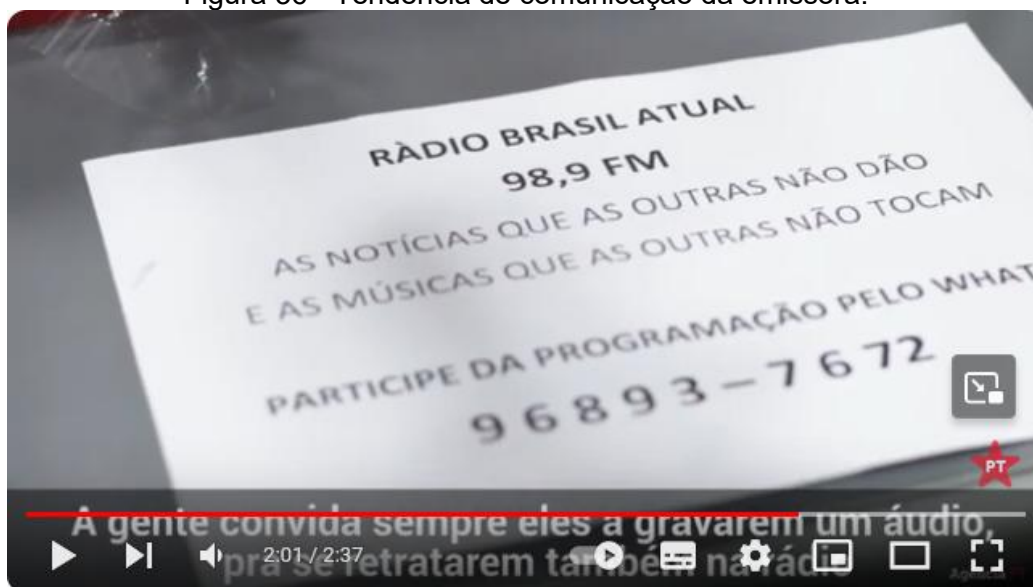
O que falta muito nas mídias tradicionais é o trabalhador se ver retratado, é a dona de casa se ver retratada, esse é o grande fundamento de todas as mídias alternativas da gente estar nos lugares onde a grande imprensa não tem interesse em estar (Partido dos Trabalhadores, 2017, 1min28seg.).

O discurso institucional configura-se como elemento fundamental para que a emissora efetivamente colabore com a democratização da comunicação. Quanto à tendência de estabelecimento de novos canais de interlocução com os ouvintes, a repórter salienta que:

O nosso principal retorno agora é o WhatsApp. A gente convida sempre eles a gravarem um áudio, para se retratarem também na rádio. (Partido dos Trabalhadores, 2017, 1min55seg.)

Essa nova tendência de comunicação com os ouvintes via *WhatsApp* (Figura 36) amplia as possibilidades de interação, mas revela-se, em primeira análise, como um indutor de novos comportamentos - ao transferir a participação e escuta dos ouvintes para o meio eletrônico. Tal migração para redes sociais pode ser interpretada como uma espécie de desresponsabilização da emissora quanto à manutenção das transmissões hertzianas tradicionais.

Figura 36 - Tendência de comunicação da emissora.



Fonte: Partido dos Trabalhadores (2017).

Em abril de 2023, foi estabelecida uma parceria entre o Instituto Ciência Liberta⁴⁰ (ICL), a TVT e a Rádio Brasil Atual (figura 37). Como consequência direta dessa colaboração, a edição matutina do Jornal Brasil Atual foi substituída pelo programa ICL Notícias, apresentado pelo jornalista Leandro Demori.

⁴⁰ O Instituto Conhecimento Liberta, representado pela Editora e Livraria Conhecimento Liberta, é uma empresa de jornalismo e educação com noticiários digitais diários. Possui um portal que vende assinaturas de cursos.

Figura 37 - Parceria do ICL Notícias e TVT.



Fonte: Cortes TVT (2023).

A legenda do vídeo publicado em 14 de abril de 2023 informava que:

A TVT e a Rádio Brasil Atual começam a transmitir a partir de segunda-feira o ICL Notícias. O jornal do Instituto Conhecimento Liberta irá ao ar às 8 da manhã, ao vivo (Cortes TVT, 2023).

Não cabe a este trabalho fazer uma análise dessa parceria. Vale, sim, citar que o jornalista Leandro Demori destacou, no início da edição do programa de 16 de novembro de 2023 do Desperta ICL, que:

Estamos ao vivo em todas as redes sociais, principalmente no YouTube. [...] Estamos ao vivo também nos nossos parceiros, nas nossas mega rede, estamos ao vivo na TVT, TV aberta em São Paulo e Grande São Paulo. TV Kirimurê, TV aberta em Salvador e Grande Salvador, lá na Bahia e na Rádio Brasil Atual.

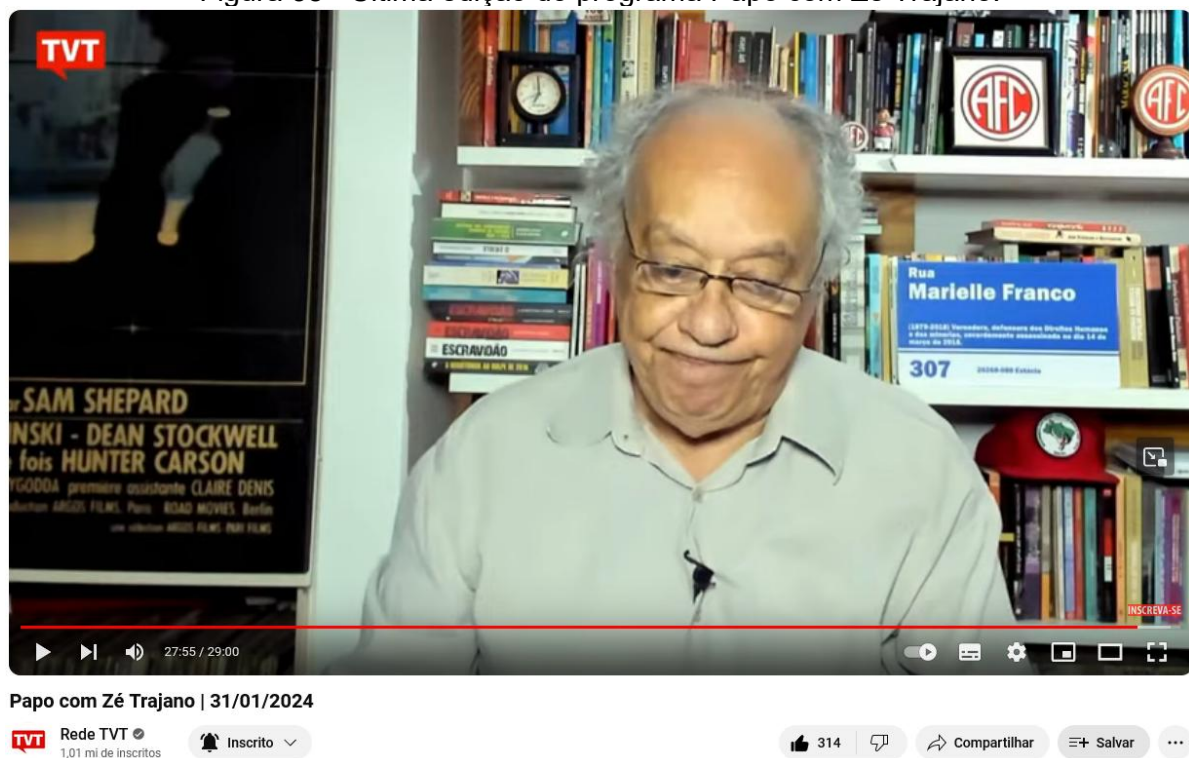
Sim esse programa é também um programa de rádio. Rádio Brasil Atual em São Paulo e Grande São Paulo. Portanto se você quiser acompanhar pela Televisão ou pelo rádio há essas possibilidades também não é. Eu falo isso porque tem muita gente que tem uma limitação de uso de internet, tem um plano um pouco mais barato, não consegue ficar consumindo os vídeos o mês todo e se consumir, muito no YouTube por exemplo o Desperta, todos os dias aqui e ficar na programação do ICL até as onze e meia da manhã, que é o que temos todos os dias aqui, vai ter problemas porque vai acabar a franquia da internet. Então se você mora em São Paulo ou Grande São Paulo e na Bahia, você pode nos ouvir pelo rádio ou também assistir pela TV televisão aberta (TVT NEWS, 8min03seg.).

A fala do jornalista - captada durante sua rotina de deslocamento ao trabalho, ouvindo a Rádio Brasil Atual no rádio do veículo -, além de apresentar alternativas para acompanhar a programação, suscita reflexões sobre como potencializar a distribuição de conteúdo do Brasil de Fato, Rádio Brasil Atual e ICL Notícias (bem

como de outros veículos alternativos da frente progressista) para alcançar efetivamente ouvintes e cidadãos.

Nesse processo de transformação da TVT e Rádio Brasil Atual - que concentram esforços na migração para plataformas de transmissão -, é fundamental destacar o Programa “Papo com o Zé Trajano”, que integrou a rotina diária de muitos como fonte de informação e contextualização política e social, abordando futebol, política, música e cultura em 'bate-papos descontraídos' (Rede TVT, 2024). Em 31 de janeiro de 2024 (figura 38), o programa foi descontinuado pela emissora, marcando o fim de sua última edição.

Figura 38 - Última edição do programa Papo com Zé Trajano.



Fonte: Rede TVT (2024).

Entre as principais mensagens publicadas na última edição do programa, uma em especial destacava publicamente que:

Esse programa foi muito importante para nossa democracia e resistência, seguimos juntos viva a democracia e obrigado Trajano por tudo (Rede TVT, 2024).

O jornalista José Trajano apresentava quadros como o “Momento Cobrança”, que diariamente inquiria: “Quem matou Marielle Franco, e quem mandou matar?”

mantendo viva a memória do caso como forma de resistência aos ataques sofridos pela sociedade brasileira. Apesar desse exemplo de programação contra-hegemônica na radiodifusão nacional, persistem desafios técnicos insuperáveis nas plataformas digitais da Rádio Brasil Atual e TVT.

Em junho de 2021, em meio ao clima de incerteza e retrocessos sociais, a Rede TVT publicou o anúncio “TVT e Instituto Conhecimento Liberta têm parceria e você ganha presente”, explicando que a colaboração ofereceria cursos virtuais ministrados por renomados pesquisadores brasileiros. Uma análise preliminar sugere, porém, que o interesse principal residiria menos na programação radiojornalística e mais na criação de uma 'vitrine' para produtos do ICL - como livros e cursos.

Paralelamente, consolidou-se a adaptação de formatos radiofônicos para a TV, com programas migrando gradualmente de estúdios sonoros para ambientes televisivos - tendência seguida pela emissora em sua reestruturação.

Em 2023 ocorreu um episódio de parceria que envolveu o grupo RBA e TVT com instituição que traz preocupação e dúvida em relação à postura da mídia progressista, e se, de fato, realizou um acordo coerente com os princípios da comunicação democrática e independente. Conforme publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (2023), o próprio Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Bancários de São Paulo assinam acordo entre TVT e *Amazon*. Tal acordo, que prometeu “...modernizar, otimizar o serviço de produção, expandir a agilidade da produção de programas e ampliar o alcance da emissora por meio das plataformas digitais” parece ir na contramão do propósito de acionar o “freio de emergência para parar o trem suicida”, que leva a mídia progressista diretamente para o abismo, sob o risco de uma das *Big Techs*, a *Amazon*, exercer controle sobre toda a produção de informação da TVT e RBA.

Como resultados, a demissão da jornalista Marilu Cabañas em meados de 2023 e o término do programa Papo com Zé Trajano, em 31 de janeiro de 2024, parecem ser reflexos dessa nova fase da TVT e RBA, refletindo a desconstrução do modo tradicional de produzir o rádio, O Jornal Brasil Atual, que ia ao ar nas manhãs de segunda a sexta-feira, às 7h, deu lugar ao “Acorde TVT”, com Leandro Demori, em formato de transmissão televisivo que é espelhado para o formato do rádio, simultaneamente.

Até o presente momento, é possível afirmar que se faz necessário analisar correntes, interpretar representações, avaliar consequências e assumir uma postura

diante da lacuna histórica na cobertura radiofônica no Vale do Paraíba (entre Rio e São Paulo) no âmbito do conteúdo público, educativo e cultural – como demonstram os casos da Rádio Cultura Brasil e da Rádio MEC.

Em análise preliminar, é fundamental reconhecer as limitações de cobertura das Redes TV Brasil e Rádios EBC tanto na transmissão televisiva quanto radiofônica (em AM e FM). Essa constatação foi explicitada por Ivo Pugnali em entrevista ao programa Abraço Entrevista em 30 de outubro de 2023, durante o debate “Comunicação Social e Soberania Nacional: por que defender a TV Brasil aberta hoje?”, na qual evidenciou as dificuldades do atual governo federal em expandir a abrangência da TV Brasil e do sistema público de radiodifusão no território nacional.

Para o especialista do setor de telecomunicações:

Eu vou dizer o preço agora para todo mundo saber por que senão, isso vai custar uma fortuna.

O governo não faz porque não tem dinheiro – Mentira.

Cada estação dessa com rádio e TV, prédio com auditório e tal, eu estou falando só investimento, não estou falando de custeio, depois tem que ter o custeio, mas o investimento é de 20 milhões de reais.

Vinte e seis delas, são 23 Estados onde ainda não tem a TV Brasil aberta.

Mas olha não estou defendendo só TV Brasil aberta não, ela é só o começo, mas, deixa eu falar do preço 26 x 20 dá 520 milhões sabe quanto que a SECOM gasta com publicidade da Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica na mídia golpista? 5,18 bilhões por ano.

Então, eu estou falando aqui de um décimo para fazer um investimento fantástico, de grande relevância; eu estou falando aqui de um décimo da verba anual que esse pessoal ganha.

Então eu estou falando aqui de um décimo para fazer um investimento fantástico, de grande relevância, eu estou falando aqui de um décimo da verba anual que esse pessoal ganha.

Então com um décimo, não precisa deixar de fazer não, pegue só um décimo e aplique em ter nossa própria Radiobrás como tinha né, com emissora da TV Brasil e da TV da Rádio Nacional abertas para chegar nos 220 milhões de brasileiros que não têm dinheiro para comprar um celularzinho de 5 mil reais. Não têm. Não têm dinheiro.

Agora por que é que o seu Lula não quer chegar nesse povo?

Eu fico me perguntando ele quer perder a eleição ele quer levar um golpe e o Sr. Pimenta quer ficar com a fama de quem podia criar uma TV Brasil aberta e não criou e deixou o Lula ser derrubado de novo, para depois ele ir lá defender o Lula.

Eu bato palma foi o único Deputado [...] que defendia o Lula o resto mergulhou na clandestinidade não falava mais nada nos piores momentos. O Pimenta estava lá ele vai querer agora passar por essa vergonha pro resto da vida olha podia ter feito a BBC brasileira podia ter cumprido uma promessa do presidente e não cumpriu e deixou a TV Globo derrubar o Lula de novo.

(Abraço Brasil, 2023a).

Essa análise de Ivo Pugnali escancara a fragilidade em se manter e ampliar os serviços públicos da radiodifusão de uma maneira geral, na qual TV Aberta e

radiodifusão sonora poderiam cobrir todo o território nacional, em um padrão de serviços de comunicação pública do Reino Unido, como é o caso da *British Broadcasting Corporation* (BBC).

Em segundo plano, constata-se a carência de programação cultural da Rede Aparecida no AM; em terceiro, as restrições de cobertura da Rádio Brasil Atual e TVT (apenas 1/3 de São José dos Campos); e, por último, a escassez de rádios comunitárias com programação educativa e cultural livre dos discursos coronelistas tradicionais.

A geografia da radiodifusão brasileira cria condições estruturais que favorecem a consolidação das redes hegemônicas de rádio e televisão, permitindo-lhes capturar parcelas significativas da audiência - mecanismo essencial para a manutenção do colégio eleitoral neoliberal em escalas regional e nacional.

Diante desse cenário incerto e preocupante, resta ter esperança na radiodifusão comunitária diante da “frágil organização de grupos progressistas” apontada por Fornazieri (2023)⁴¹. A exemplo, a publicação da TVT a respeito da dança erótica em evento do Ministério da Saúde, na primeira semana de outubro de 2023, parece inapropriada, de modo a reforçar a própria fragilidade da gestão do governo progressista atual.

O *slogan* da emissora “As notícias que as outras não dão, e as músicas que as outras não tocam”, deve ser levado em consideração pois, de um lado, pode contribuir para o ideal de cidadania, e de outro lado, à eficiência das emissoras hegemônicas, em dominar a técnica e a plataforma de comunicação, sendo fundamental para que os ouvintes sejam acolhidos, mesmo que de forma perversa, em um meio que colabora para a desconstrução do ideal de cidadania.

No final de 2024, o *newsletter* quinzenal do Brasil de Fato destacava a campanha de apoio (figura 39), ação que faz acreditar que sim, a visão popular deve prevalecer.

⁴¹ O fracasso das esquerdas nas eleições dos conselhos tutelares reflete a frágil organização dos grupos progressistas. Batalha perdida. Carta Capital, 5 out. 2023.

Figura 39 - Apoio ao Brasil de Fato.



Fonte: Brasil de Fato, 2024.

Na manhã de 19 de janeiro de 2025, o spot da Rádio Brasil Atual anunciava: “O site da Brasil Atual agora é TVT News”. Naquela data, o sinal ainda permanecia ativo nas plataformas RadiosNet e TudoRadio.com.

Observou-se que não há informação ou link de acesso para a transmissão da programação da emissora em plataforma de transmissão no endereço eletrônico da TVTNews. A página do Instituto Ciência Liberta (ICL), nenhuma menção à emissora. O Portal Brasil Atual mantinha, por sua vez, o link da Rádio Brasil Atual com o slogan “Ouça: uma visão popular do Brasil e do mundo”.

Como resultado deste estudo sobre a Rádio Brasil Atual, espera-se que haja um esforço para ampliar essa voz popular - e não seu silenciamento. Se a outorga constitui um caminho de alta concorrência no dial radiofônico e nas frequências da TV Digital, urge fortalecer as plataformas eletrônicas (sites, aplicativos e redes sociais) como alternativa estratégica.

Nesse sentido, mencionar o processo de evolução e estagnação da Rádio Brasil Atual justifica a luta pela ampla frente de resistência popular da radiodifusão horizontalizada, em um momento que o portal “Brasil Paralelo” avança nas redes de educação pública estadual, agravando o futuro do estado democrático. Dessa forma, torna-se urgente tanto a discussão quanto a ação efetiva para combater a disseminação de conteúdos neoliberais e fascistas no espectro midiático.

6.9.3.1 Desligamento e Migração das transmissões em Ondas Médias para a Frequência Modulada e alguns impactos no território de grandes capitais

Esse tópico busca revelar a dimensão da tendência tecnológica que afeta até tradicionais emissoras que operavam em Ondas Médias no Sul e Sudeste do país. Em ambos os casos, o parque de transmissão estava situado em área urbana, e com a desativação dos parques, pode ser vista como área passível de interesse econômico e imobiliário.

A cartografia e o geoprocessamento emergem como ferramentas fundamentais para mensurar os impactos territoriais decorrentes do desligamento de estações transmissoras, processo que envolve tanto o sucateamento da infraestrutura física - incluindo antenas, edificações e extensas áreas terrestres antes ocupadas pelos parques de transmissão - quanto a posterior reconfiguração destes espaços para novos usos e especulação imobiliária.

No âmbito social, teríamos a desterritorialização ou segregação dos ouvintes, ou seja, apartados da programação e conteúdo, com o desligamento das emissoras tradicionais, como é o caso da Rádio Continental 1120 kHz, de Porto Alegre, na figura 40 (Toledo; Gomes, 2021).

O antigo parque de transmissões Rádio Continental, está localizado em área de zoneamento industrial de Eldorado do Sul, somando 117.944 m². Região Metropolitana de Porto Alegre, RS, conforme figura 40 e Anexo V.

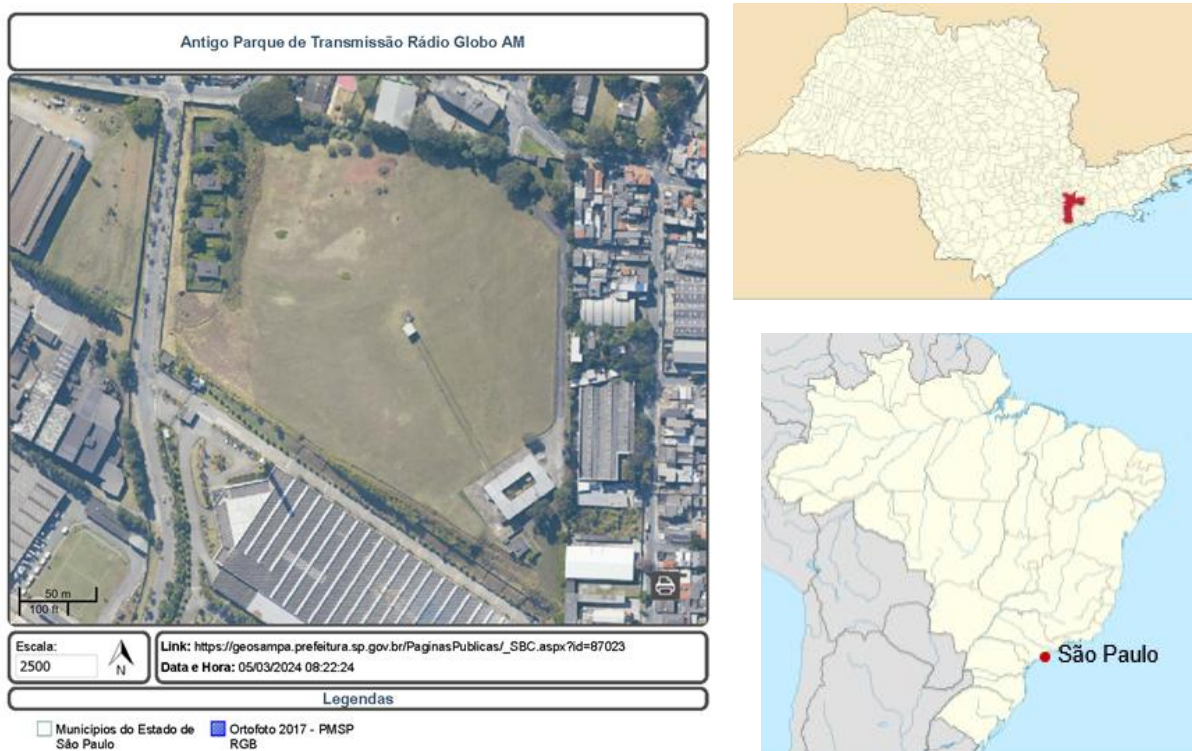
Figura 40 - Localização de ddificações do antigo parque de antenas e clube de campo da antiga Rádio Continental.



Fonte: Pestana Leilões (2018).

Já o antigo parque de transmissões da Rádio Globo AM 1100khz, localizado em área de zoneamento industrial de São Paulo, conforme figura 41 e Anexo VI.

Figura 41 - Localização do antigo parque de transmissões da Rádio Globo AM, São Paulo.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo (2024) e Wikipedia, 2025.

No decorrer do ano de 2024, as duas tradicionais emissoras que ocupavam a faixa de Ondas Médias na capital de São Paulo migraram sua programação das Ondas Médias para o FM Estendido. Em ambos os casos, a migração não foi levada em consideração na pesquisa. A breve menção neste tópico justifica-se exclusivamente pelo caráter pioneiro da iniciativa e pela reconfiguração do território de transmissão.

Entre 15 e 16 de agosto de 2024 o portal Tudo Rádio informou que a Jovem Pan encerrou as transmissões da emissora 620 AM de São Paulo, de Ondas Médias, após completar 80 anos de operação no dial como Rádio Panamericana, Jovem Pan AM e Jovem Pan News, em maio passado (Tudo Rádio, 2024a).

Em relação ao pioneirismo da emissora, a publicação destacou que:

A 620 AM foi inaugurada no ar como Rádio Panamericana em 3 de maio de 1944 e o nome fantasia Jovem Pan surgiu depois, em 1965. [...] Até 2023, a AM 620 de São Paulo era a estação de rádio AM de maior alcance de ouvintes únicos do Brasil, com mais de 700 mil, segundo a Kantar IBOPE Media (Tudo Rádio, 2024a).

A divulgação do encerramento evidenciou o processo de migração AM-FM, destacando que:

é importante lembrar que a Jovem Pan AM foi pioneira ao testar a faixa estendida de FM entre 2014 e 2015, bem antes da liberação do uso da nova

parte do dial, que ocorreu somente em 2021. Na época, a transmissão científica da Jovem Pan foi realizada em 84.7 FM, demonstrando a boa cobertura de sinal da nova faixa e a ausência de interferências em outros serviços de radiofrequência (Tudo Rádio, 2024a).

Segundo o engenheiro Daniel Viana, que atuou 26 anos no transmissor da emissora (figura 42a e 42b):

A antena tem 120 metros de altura, o terreno precisa também ser muito grande em função da arquitetura, do projeto que é feito para a transmissão de AM (Jovem Pan News, 2024).

Figura 42 - Parque de Transmissão da 620 AM na represa Billings (43a) e da 76,7 FM, na Avenida Paulista (43b).



Fonte: Jovem Pan News, 2024.

Com a migração das transmissões em 620 kHz, em Ondas Médias para o 76,7 FM, a antena de transmissão passa a ocupar nova localização (figura 43b), conforme apontou o repórter Marcelo Mattos:

Das margens da Represa Billings para um dos pontos mais altos de São Paulo: Avenida Paulista, as antes agora estão posicionadas aqui no prédio da Jovem Pan, 76,7, Classic Pan, e 100,9, a Jovem Pan (Jovem Pan News, 2024).

Eduardo Capia, engenheiro sênior da emissora, explicou que a migração ocorreu devido a três fatores principais: a qualidade superior do áudio no FM, os ruídos e interferências na faixa AM, e as limitações tecnológicas que levaram ao declínio das transmissões em AM. Como destacou Mattos, esse conjunto de fatores tornou a transição inevitável:

O público vem nos solicitando, obrigando a atualização.

[...] Tudo o que vem sendo feito na casa é exatamente isso, o crescimento, o avanço tecnológico, e, em benefício do público. Veja o resultado que tem a canalização do nosso canal de TV por assinatura. Veja o que ela tem, o que tem a Pan News. O que ela faz, qual a plataforma.

[...] Não podemos ser nostálgicos porque senão, nós não avançamos (Jovem Pan News, 2024).

A narrativa institucional da emissora atribui a mudança às exigências de seu público ouvinte. A pesquisa não teve a Jovem Pan como objeto de estudo, porém o discurso favorável à migração oferece uma oportunidade relevante para reflexão sobre o verdadeiro público-alvo do Sistema de Comunicação. Evidenciou-se, assim, a tendência de priorizar a oferta de produtos nas plataformas de transmissão.

A Rádio Bandeirantes de São Paulo, AM 840, teve sua transmissão desligada no dia 04 de agosto de 2024 (figura 43). O portal Tudo Rádio (2024b) informou sobre os novos rumos da emissora: “com 87 anos de operação em AM, a Rádio Bandeirantes também está em 90,9 FM na Grande São Paulo e Baixada Santista desde 1999, e a transmissão em 86,3 FM, fruto da migração AM-FM da 840 AM, ocorrida em 2023”.

Sobre seu percurso na capital paulista envolvendo mudanças na infraestrutura de transmissão, a publicação apontou que:

A PRH-9 - Rádio Bandeirantes de São Paulo foi inaugurada em 6 de maio de 1937, já na frequência de 840 AM.

Em 1967, Saad inaugurou um grande complexo de rádio e televisão no bairro paulistano do Morumbi, onde a Rádio Bandeirantes mantém sua sede até hoje, ainda controlada pela família Saad.

Na década de 1970, as transmissões da AM 840 passaram a ser feitas a partir de uma área montada na região do Parque Zoológico de São Paulo.

Nos anos 2010, a Bandeirantes celebrou uma parceria técnica com a Fundação Padre Anchieta e transferiu seu transmissor para junto das instalações da Rádio Cultura AM 1200 (atualmente Rádio Cultura Brasil), onde passou a compartilhar a antena transmissora (Tudo Rádio, 2024b).

Figura 43 - Momento do desligamento do transmissor AM da Rádio Bandeirantes, 840 kHz.



Desligamento em definitivo da Rádio Bandeirantes Am 840 khz.



ONDAS MÉDIAS / CURTAS / FM ...
89 inscritos

Inscriver-se

14



Compartilhar

Salvar



Fonte: ONDAS MÉDIAS / CURTAS / FM / DX / Am Fm Oc Ot, 2024.

Embora o Sistema Rádio e Televisão Bandeirantes S/A ofereça o aplicativo *Band Play* em loja de aplicativos, que soma mais de 5 milhões de downloads, não cobra pelos serviços oferecidos. Entre eles, a programação da TV ao vivo, rádios, filmes e *podcast*.

A apresentação destes estudos de caso buscou evidenciar os limites da transmissão hertziana, tanto no exemplo da Rádio Nacional da Amazônia - que mantém sua resistência e resiliência, consciente de seu papel crucial na disseminação de informação para seus ouvintes -, quanto no caso da Rádio Aparecida, que, mesmo à beira do desligamento do AM, sustentava um discurso incongruente com suas escolhas digitais. Na esfera FM, a expectativa de ampliação do sinal da Rádio Brasil Atual para o Vale do Paraíba e Litoral Norte, assim como a expansão nacional do sinal da TVT, mostram-se frustradas - mesmo após anos da campanha coletiva no Catarse, que arrecadou fundos para investimentos em infraestrutura.

Reitera-se, portanto, a potencialidade das parcerias estratégicas entre três atores-chave: a) a radiodifusão comunitária; b) as emissoras universitárias; e c) os movimentos pela democratização da comunicação. Essa convergência pode ampliar substantivamente a ocupação do território midiático - tanto no espectro radiofônico

tradicional quanto no ambiente digital e nos espaços públicos -, criando assim uma rede capilarizada de comunicação alternativa e independente.

6.10 Dinâmica radiofônica: interação, engajamento e capilarização da comunicação

O tópico anterior, dedicado ao mapeamento da infraestrutura física e técnica da radiodifusão, delineou três cenários distintos; aqui, apresentam-se dados qualitativos a partir da interação com três emissoras centrais no processo de desconstrução - Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Aparecida e Rádio Brasil Atual. Complementarmente, analisam-se as emissoras comunitárias representadas pela Abraço Brasil (CPA FM) e por "A Voz do Povo a Voz de Deus", iniciativas que reconfiguram o fazer radiofônico ao demonstrar como comunicadores e cidadãos podem: 1) compreender seu papel sociocultural na produção midiática; 2) exercer uma comunicação verdadeiramente capilarizada; e 3) fortalecer concretamente a democratização da informação e o exercício da cidadania.

O engajamento do autor permitiu "a ocupação no espaço da programação", e a metodologia da "audição participante" possibilitou espacializar o território do rádio, composto por:

- a. Mapeamento das localidades dos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia, por meio de mensagens recebidas em dinâmica proposta com a equipe Programa Ponto de Encontro⁴²;
- b. Mapeamento da contribuição de docentes pesquisadores da Comunicação e Radiodifusão⁴³ em transmissões ao vivo sobre os temas, tais como o "Centenário do rádio" e o "Futuro do rádio", organizado pela Alcar, Intercom e respectivas Instituições de Ensino Superior (IES) (figura 44);
- c. Mapeamento da Rede Abraço Brasil, com 3858 rádios comunitárias, que possibilitou elaborar um panorama coletivo do cenário atual da radiodifusão brasileira, e pensar racionalidades contra-hegemônicas e possibilidades de fortalecimento da democratização da comunicação e da própria radiodifusão;
- d. Mapeamento de Ocupação dos canais destinados à Radiodifusão Comunitária.

⁴² Locutora Ediléia Martins (Didi Martins)

⁴³ O mapeamento levou em consideração a Instituição de Ensino Superior (IES) a qual o pesquisador estava vinculado.

O levantamento subsidiou a elaboração de um panorama da radiodifusão nas três esferas, expondo não somente a importância da programação radiofônica no cotidiano dos ouvintes de grandes centros urbanos, ou longe desses, como também um retrospecto das fragilidades, frustrações, expectativas, resistência, resiliência e a perspectiva de outra globalização, na qual a técnica e a informação possam constituir bases mais sólidas para ações humanas, diante de um território usado, construído coletivamente, sintonizando um caminho para a cidadania.

Figura 44 - Mapa de interação com transmissões ao vivo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após apresentados os dados quantitativos da infraestrutura física da radiodifusão, é apresentado o percurso de engajamento na pesquisa - que pode ser interpretado como uma "ocupação indireta"⁴⁴ do espaço radiofônico (compreendida como pesquisa-ação) -, por meio da participação nos programas diários e interação

⁴⁴ A ocupação indireta nessa pesquisa é entendida como aquela na qual passa a participar com perguntas, comentários, conteúdo informativo como pautas ou sugestões de pautas para que a emissora, já estabelecida, inclua "no ar" a contribuição, não necessitando assim da criação de uma emissora pela outorga de espectro de frequência, ou pela criação de uma web rádio.

com os locutores pelos canais de comunicação das emissoras: as redes sociais *WhatsApp*, *YouTube* e *Facebook*.

6.10.1 Rádio Brasil Atual (98,9 FM)

A interação com a emissora Rádio Brasil Atual (RBA) foi realizada única e exclusivamente pela inserção no programa Brasil Viola transmitido pela emissora entre as 5h30min às 7h, de segunda a sexta-feira.

Habitualmente o locutor Guaracy Júnior recebe mensagens pelo perfil do aplicativo *WhatsApp* (Ranchinho do Guaracy – O Caipira sem Fronteiras), figura 45, e mantém o conteúdo da programação que vai ao ar pela Rádio Brasil Atual espelhado no sítio eletrônico da “Web Rádio Ranchinho do Guaracy”⁴⁵ além dos perfis nas plataformas Facebook, Instagram, Soundcloud, Twitter e YouTube.

Figura 45 - Perfil do programa Brasil Viola Atual.



Fonte: Guaracy Junior, 2024.

A primeira interação com o programa ocorreu em 28 de maio de 2020. Nas oportunidades iniciais eram enviados agradecimentos ao locutor por algum conteúdo veiculado ou enviava abraços ou o “abrachinchado⁴⁶” para algum ouvinte amigo. Houve ocasiões em que foi enviado comentário em texto pelo aplicativo e o locutor

⁴⁵ Sítio Eletrônico < <https://webradoranchinhodoguaracy.com/>>.

⁴⁶ Maneira de se referir a um abraço inchado.

realizou comentário do conteúdo, havendo um “rebatimento” da emissora para outros ouvintes.

Houve ocasiões em que foram enviadas mensagens sobre a ausência do sinal da emissora na faixa de FM. Outras, informava-se sobre alguma apresentação de trabalho científico relacionado à pesquisa, como ocorreu em 11 de março de 2022:

André Toledo, ele é lá de São José dos Campos. Ela fala assim:
Eu quero mandar aquele abraço para a Profa. Lidiane, para a Marília e toda a Comissão Organizadora do VII Seminário PLUR que é realizado na Univap, em São José dos Campos, que pretende construir um espaço de discussão e diálogo entre as diversas pesquisas realizadas no âmbito do Planejamento Urbano e Regional e áreas afins do Brasil.
Parabéns a todos vocês aí viu gente da Univap em São José dos Campos, André de Toledo, sucesso aí (Ranchincho do Guaracy, 2022, 1h16min45seg).

Em outras oportunidades, o locutor fazia seu comentário valorizando o papel do rádio na sociedade, o que é interpretado como “contribuição de rebatimento”, na qual mais ouvintes sintonizados acabavam sabendo a respeito do conteúdo.

Gómez (2010) traduz essa dimensão no capítulo “De “ouvintes” a “falantes” da rádio, o desafio educativo com os novos “radiouvintes”. Salienta que:

Na América Latina, o rádio tem sido um meio de comunicação de massa especialmente apreciado e usado por grupos e organizações sociais para fins culturais e educativos.
[...] No entanto, não apenas no Brasil, como também no México, na Bolívia e na Colômbia – para citar somente três casos -, as emissoras radiofônicas educativas têm sido pioneiras na Educação à distância e na criação de modelos sociopedagógicos efetivos, muitos dos quais transcenderam o continente e inspiraram outras rádios em outras latitudes (Gómez, 2010, p. 7).

Para avançar na discussão da radiocidadania, no próximo capítulo, é necessário considerar a dupla natureza do rádio - indissociavelmente ligado à sua função educativa -, conforme destacado por Gómez:

Sendo assim, nessa dimensão, o rádio – e qualquer outro meio de perspectiva educativa – deve assumir a participação real dos receptores na conformação de seus processos educativos, de seus materiais e conteúdos, assim como suas estéticas. Deve-se facilitar a expressão múltipla e criativa dos envolvidos no processo radiofônico, desde os que comandam a cabine de onde se envia o sinal, até aqueles que o recebem, o retrabalham ou o desconstroem, e o reenviam, transformando, para reiniciar ou continuar o processo de interação, dentro do qual vão ocorrendo as aprendizagens, e no qual vai germinando o conhecimento (Gómez, 2010, p. 12).

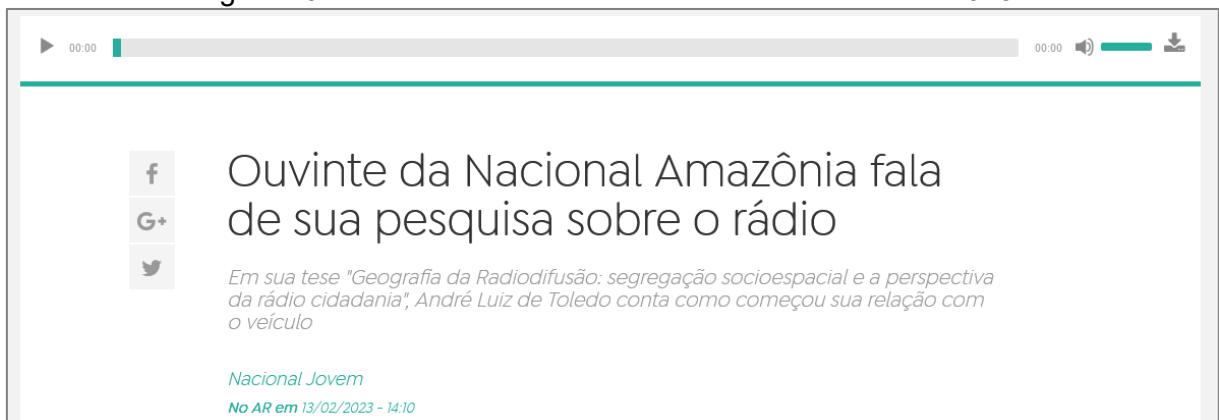
Esse processo ficou ainda mais evidente com a nova dimensão de interação ao se aproximar de uma emissora pública e estatal - como foi a experiência com a

Rádio Nacional da Amazônia -, consciente do seu papel na sociedade, não se limitando apenas à estreita oportunidade de participação na programação matinal, dada a grade de programação tão disputada na esfera política e ideológica da Rádio Brasil Atual.

6.10.2 Rádio Nacional da Amazônia: oportunidade para a prática da pesquisa

A primeira oportunidade de contato com a emissora foi em 18 de janeiro de 2023, pelo aplicativo *WhatsApp*. Dias depois, foi informada a locutora e a equipe de produção sobre a pesquisa de doutorado - informação essencial para que surgisse a oportunidade de participar de uma entrevista na Rádio Nacional da Amazônia em 13 de fevereiro de 2023, Dia Mundial do Rádio, no quadro "Papo Reto" do programa Nacional Jovem (figura 46).

Figura 46 - Entrevista cedida no Dia Mundial do Rádio de 2023.



Fonte: EBC (2023c).

Após a entrevista, o *lead* da publicação apresentava que:

Em sua tese "Geografia da Radiodifusão: segregação socioespacial e a perspectiva da rádio cidadania", André Luiz de Toledo conta como começou sua relação com o veículo (EBC, 2023c).

O conteúdo foi disponibilizado no site da EBC, destacando que:

No Dia Mundial do Rádio, celebrado nesta segunda-feira (13), o Nacional Jovem conversou com um dos ouvintes do programa que é também um pesquisador sobre o assunto. André Luiz de Toledo é historiador, doutorando em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap), em São José dos

Campos, São Paulo. Seu tema de pesquisa é sobre a "Geografia da Radiodifusão: segregação socioespacial e a perspectiva da rádio cidadania". Ao discorrer sobre o trabalho, ele pontua sua ligação com o veículo e como começou a ser ouvinte da Rádio Nacional da Amazônia.
[...] Em sua tese de doutorado, André ressalta ainda o papel da emissora ao mostrar esse Brasil profundo (EBC, 2023c).

O tema do Dia Mundial do Rádio de 2023 "Rádio e Paz" permitiu que fosse destacada a importância da comunicação com credibilidade, não violenta e o papel da emissora Rádio Nacional da Amazônia nas relações de afeto e acolhimento com os ouvintes.

Durante a entrevista, a locutora Ediléia Martins destacou que:

[...] Hoje Dia Mundial do Rádio, pra comemorar, vamos conversar com um dos nossos ouvintes. Ele, além de ser ouvinte, é pesquisador de rádio.
[...] Além do aprendizado que vocês tiveram aqui, por meio do rádio, isso levou vocês a caminhos universitários, tem você, tem Claudio Paixão, a gente fica pensando como o rádio reverbera na vida de vocês, transforma a vida de cada um de vocês.
[...] e que interessante que você encontrou na Rádio Nacional um caminho para pensar nessa questão da perspectiva da rádio enquanto cidadania? (EBC, 2023c).

Com a oportunidade de falar sobre o papel do rádio na vida cotidiana e na pesquisa científica, na interação com a Rádio Nacional da Amazônia, conquistou-se um espaço para um diálogo diário que, mediante o reconhecimento da equipe no trabalho desenvolvido com os ouvintes, chegou a sugerir pautas para entrevistas para o programa Nacional Jovem relacionadas a temas ambientais, cultura popular e do Dia Mundial do Rádio de 2024.

Entre as principais colaborações de 2023, destaca-se a entrevista com o pesquisador e climatologista Carlos Nobre, publicada na página principal da emissora (figura 47), na qual ele afirmou: "É possível atrair empresas para a Amazônia e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente".

Figura 47 - Destaque para a entrevista com Carlos Nobre.

The screenshot shows the EBC website interface. At the top, there are navigation links for 'Agências', 'TVs', 'Rádios', and 'Agência Brasil'. Below this, a row of radio stations is displayed: Nacional Brasília, Nacional Rio de Janeiro, Nacional Amazônia, Nacional Alto Solimões, Nacional FM, Rádio MEC, and MEC FM. The main content area features a large banner for 'Rádio Nacional da Amazônia' with the frequency 'OC 11.780KHz, 6.180KHz'. To the right of the banner are buttons for 'Siga-nos nas redes' (with Facebook and Twitter icons) and 'Ouça ao vivo Revista Brasil'. Below the banner is a video player showing an interview with Carlos Nobre. The video title is 'Ouça o cientista e climatologista Carlos Nobre' and the subtitle is 'Entenda o que é a Amazônia 4.0'. To the right of the video player are buttons for 'Participe dos programas' and 'Grade de programação'. At the bottom right, there is a promotional graphic for 'Festival de Música 100 ANOS DE RÁDIO NO BRASIL' with the text 'Confira! Conheça os vencedores do Festival 100 anos de Rádio' and social media icons for Facebook, Google+, and Twitter.

Fonte: EBC, 2023d.

Outra contribuição relevante foi a sugestão da entrevista com a militante e culinária Evelyn Landim, abordando o tema “Projeto promove os diversos usos da mandioca na culinária”. Durante a conversa, ela destacou a versatilidade dessa raiz no preparo de diversos pratos e a importância de resgatar o reencontro da cultura brasileira com suas raízes mais autênticas - representadas pela mandioca, macaxeira ou aipim (EBC, 2023e).

A parceria estabelecida com as equipes de produção dos programas “Ponto de Encontro” e “Nacional Jovem” foi fundamental para viabilizar participações em ocasiões especiais. Entre esses momentos destacam-se: a) as entrevistas com ex-locutores da Rádio Nacional da Amazônia; b) o relato histórico de José de Arimatéia, Diretor Técnico de Engenharia, que elucidou aspectos cruciais da infraestrutura de transmissão do Parque do Rodeador; e c) diálogo esclarecedor com Hélio Doyle, então Presidente da EBC.

Durante as entrevistas com ex-locutores, foram abordadas questões sobre o futuro do rádio na era da convergência tecnológica, obtendo contribuições valiosas para a pesquisa.

Em 14 de março, duas perguntas foram encaminhadas à ex-apresentadora do “Ponto de Encontro”, Sula Sevilis. Após analisar sua trajetória no programa 'Saúde Nacional' e sua produção da radionovela 'Uma Casa para Muitos’, a equipe de pesquisa enviou um comentário destacando o caráter afetivo e acolhedor da emissora. A comunicadora respondeu que:

Com certeza considero sim, é a casa de todos os brasileiros em especial os da Amazônia, em especial aqueles que nos ouvem a tantos anos, é uma casa para muitos mesmos.

[...] E é realmente, a Nacional é uma casa para muitos viu: que abraça, acolhe e principalmente, dá voz a esse povo, esse povo que tem um coração incrível, que tem um carinho enorme dentro de si, para doar, pra dar às outras pessoas e principalmente para ajudar no crescimento de uns com os outros, né, isso é importantíssimo. Nacional da Amazônia, uma casa de todos, de muitos, viu! (EBC, 2023f).

Em relação a como pensar o futuro do rádio para os ouvintes que não têm acesso à internet, ou seja, como pensar em uma tecnologia que permita colaborar com a conquista da cidadania, Sula disse ainda que:

Para que as pessoas tenham acesso ao rádio porque, querendo ou não, a internet é uma realidade. Você sabe Didi que eu pensei muito, quando a gente começou internet, quando a gente começou a transmitir pela internet, a nossa programação, muitas pessoas vieram e disseram “O rádio vai morrer, o rádio vai acabar” né, no entanto a internet fortaleceu muito o rádio porque agora além das pessoas ouvirem no rádio, elas também conseguem ouvir pela internet. Mas muitas pessoas vão continuar ouvindo pelo rádio porque soluções estão sendo pensadas, né. Com certeza já há muito né. Nos Estados Unidos, na China, no Japão, muita gente tem pensado nessas soluções. Eu torço para que elas surjam logo, e principalmente que ajude essas pessoas que não têm acesso à internet a continuarem sintonizando o rádio (EBC, 2023f).

Em 30 de março, foi perguntado para a Artemisa Azevedo “Como pensar o futuro do rádio para ouvintes que não têm acesso à internet, ou seja, como pensar em uma tecnologia que permita colaborar com a conquista da cidadania?” A comunicadora comentou que:

Olha eu acho que o rádio, **ele não vai acabar nunca**, sabe. Eu via falar isso toda vida, ah, o rádio vai acabar, o rádio vai acabar e o rádio nunca acabou, não é? O rádio está aí, vai continuar para sempre. O rádio te acompanha em todos os lugares sabe.

Você...tudo bem que você leva computador já, para tudo quanto é canto, mas o radinho, ele te acompanha de uma forma que o computador, muitas vezes não acompanha. E o celular, acabou a bateria, acabou. Sabe, não acompanha. O rádio não, ele te acompanha em todos os lugares que você vai, não é? É impressionante.

Ele não vai acabar nunca, ele está em todo e qualquer lugar. E eu acho que vai continuar, vai continuar pra sempre não vai acabar nunca por mais que

tenha tecnologias novas e eu espero que venham novas tecnologias que continuem incluindo o rádio como tem hoje não é, o rádio vai pela internet, o rádio vai pelas redes sociais de tudo quanto é jeito, não é?

[...] o rádio está se comunicando, também, de outras formas, está se misturando não é, e está continuando ele não vai acabar não é Ediléia? Não vai acabar, ele está se modificando, se renovando e está continuando

[...] que inventem novas tecnologias, mas o rádio vai se integrar, sempre. Vai continuar se integrando. É isso que eu penso. Aí uma onda é isso, uma onda é aquilo, que surge uma nova onda, mas o rádio vai se integrar (EBC, 2023g).

Na participação do locutor Carlos Moreira, em 18 de maio de 2023, foi perguntado “Como pensar o rádio hoje, em tempos de internet? A tecnologia pode ajudar os ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia que dependem apenas do rádio de antena e pilha, nesse Brasil? O comunicador destacou que:

É uma pergunta muito interessante dele.

Da forma que nós estamos nos falando nesse momento. Entendeu? Agora eu estou aqui, agora falando bem sério. Eu estou aqui, no quintal da casa da minha sogra, sentado numa cadeira simples, curtindo um Sol maravilhoso e falando contigo, tendo essa comunicação contigo, através de um aparelhinho bem pequenininho que mal cabe aqui na minha mão...

Entendeu? É, eu acho que a tecnologia em si, ela já está formada. Os acessos é que tem que estar cada vez mais unidos, digamos assim e os sinais cada vez melhores. **É dessa maneira que o rádio, ele jamais vai morrer.** Porque o rádio já é a mãe de todos, de tudo isso que nós estamos vivendo. Bem, a verdade é essa (EBC, 2023h).

Os três comunicadores - hoje ausentes da programação diária da Rádio Nacional da Amazônia - evidenciaram em seus depoimentos a importância fundamental do rádio para seus ouvintes. Sobre o futuro do meio, destaca-se a recorrente associação com o conceito de finitude ou “morte” do rádio presente nos três relatos. Essa perspectiva, contudo, não pode obscurecer o fato de que, para esses profissionais - que atuaram durante praticamente toda a existência da emissora (mais de 40 anos) -, o fator tecnológico sempre representou uma fonte de incerteza quanto ao destino do principal meio de comunicação na Amazônia Legal: o rádio tradicional.

6.10.3 Geografia da radiodifusão pública: dinâmicas de interação como estratégia para representar cartograficamente a audiência da Rádio Nacional da Amazônia

Na manhã do dia 7 de julho de 2023, foi proposta uma dinâmica com os ouvintes do Programa Ponto de Encontro, edição de sábado. O objetivo de lançar um desafio – hábito comum no início de cada programa – ou pergunta, era possibilitar que a interação de cada participante permitisse “especializar” sua localização, auxiliando na pesquisa e paralelamente na produção do programa com a contagem da audiência diária.

O programa “Ponto de Encontro”, por constituir-se como espaço de conexão entre ouvintes de diversas regiões do país e de nações vizinhas à Amazônia Legal, possui uma dinâmica intrínseca: associar o nome do ouvinte à sua localidade de origem e ao destinatário da mensagem. As interações do programa ultrapassam as fronteiras políticas nacionais, alcançando territórios como a Guiana Francesa, a Bolívia e até mesmo os Estados Unidos.

Por meio da elaboração de uma planilha automatizada no programa *Microsoft Excel*, o nome de cada ouvinte e sua localização foi inserido em uma tabela conforme anotação de participação de cada um, com a locutora Ediléia Martins.

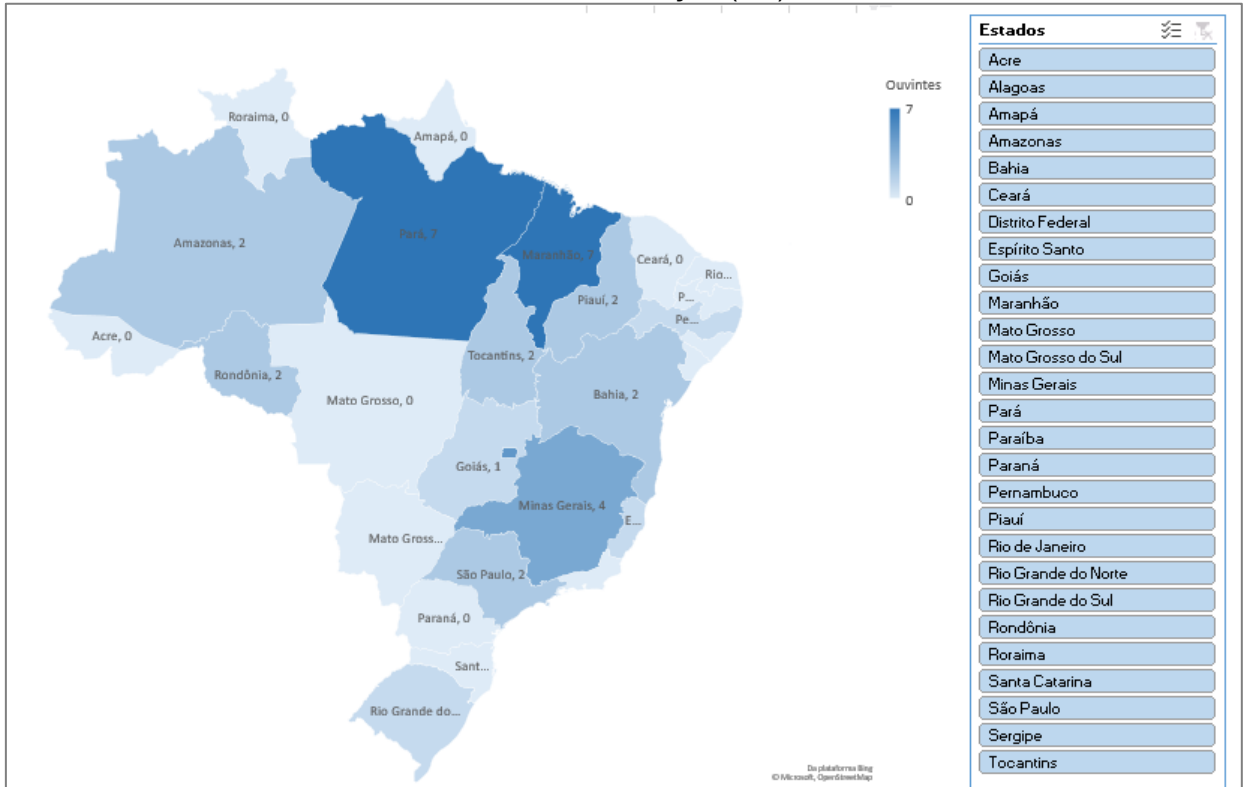
Após duas horas de programa, foi possível identificar o município de origem de cada participante. No entanto, para esta análise, considerou-se apenas a Unidade da Federação, gerando um mapa coroplético com os 40 ouvintes e destacando os estados com maior participação na dinâmica (gráfico 5).

Na análise por UF, identificou-se que os Estados do Maranhão e Pará tiveram o maior número de participantes, 7 cada. O Distrito Federal contou com 4 participantes. Minas Gerais foi o terceiro Estado com maior participação, 4 no total. Os Estados do Amazonas, Bahia, Piauí, Rondônia, São Paulo e Tocantins tiveram 2 participantes cada. Os Estados do Espírito Santo, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Sul tiveram apenas 1 participante cada. Os demais Estados não tiveram participação de ouvinte.

A contagem de participações, por regiões (gráfico 6), deixou evidente que as Regiões Norte e Nordeste contaram com o maior número participantes, 13 ouvintes

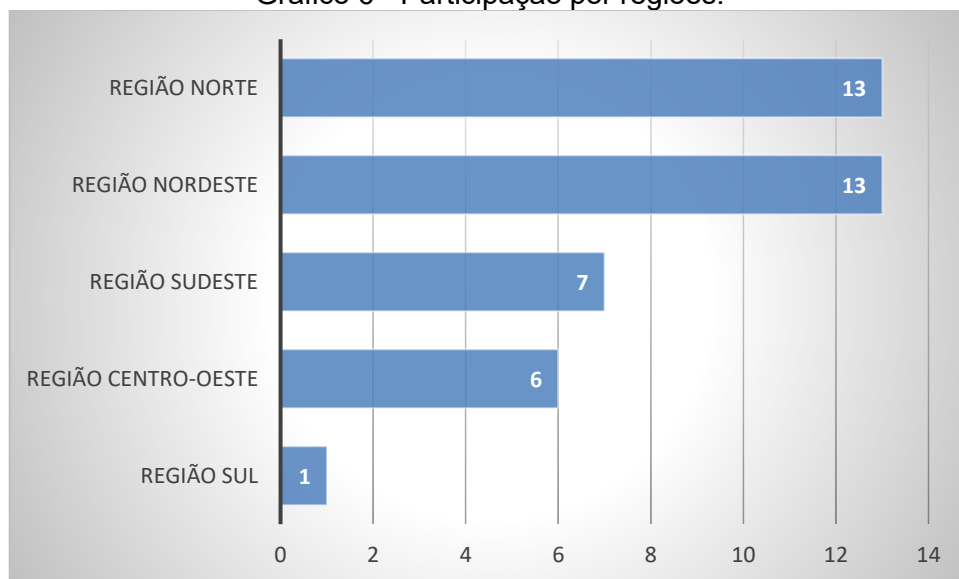
cada, seguido pela Região Sudeste com 6 participantes, Centro-Oeste com seis participantes e um participante na Região Sul.

Gráfico 5 - Distribuição participantes do Programa Ponto de Encontro, distribuídos por Unidade da Federação (UF).



Fonte: Adaptado pelo autor de EBC (2023h).

Gráfico 6 - Participação por regiões.



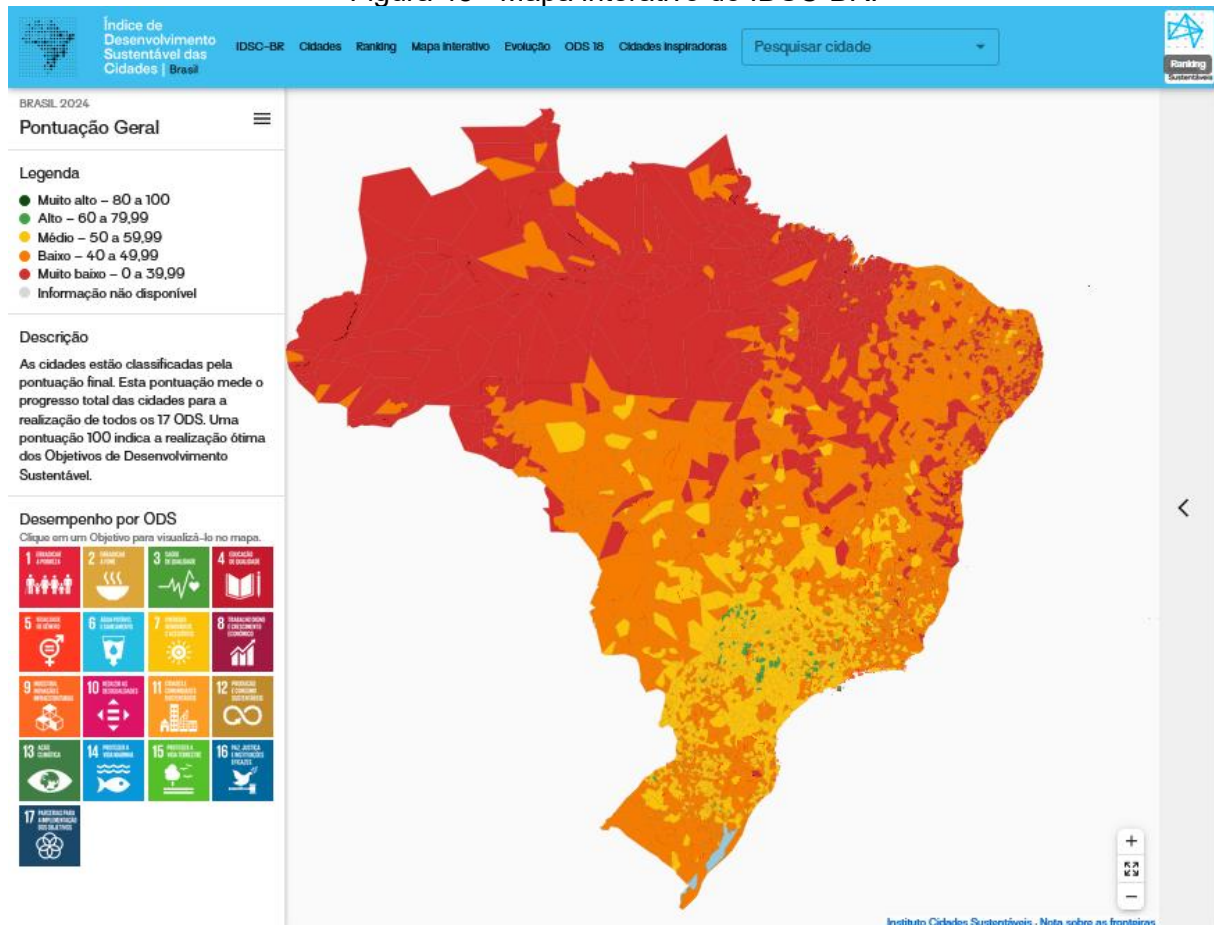
Fonte: Adaptado pelo autor de EBC (2023h).

Para realizar uma análise do cenário do público ouvinte da emissora e a importância do seu serviço oferecido, foi escolhido como indicador o Índice de

Desenvolvimento Sustentável das Cidades⁴⁷ disponível no portal IDSC-BR, que agrega informações sobre a evolução das 5.570 cidades brasileiras em direção a Agenda 2030 da ONU (IDSC-BR, 2024).

A pontuação geral das cidades brasileiras é representada no mapa interativo (figura 48).

Figura 48 - Mapa interativo do IDSC-BR.



Fonte: IDSC-Br, 2024.

Para compreender o critério de pontuação:

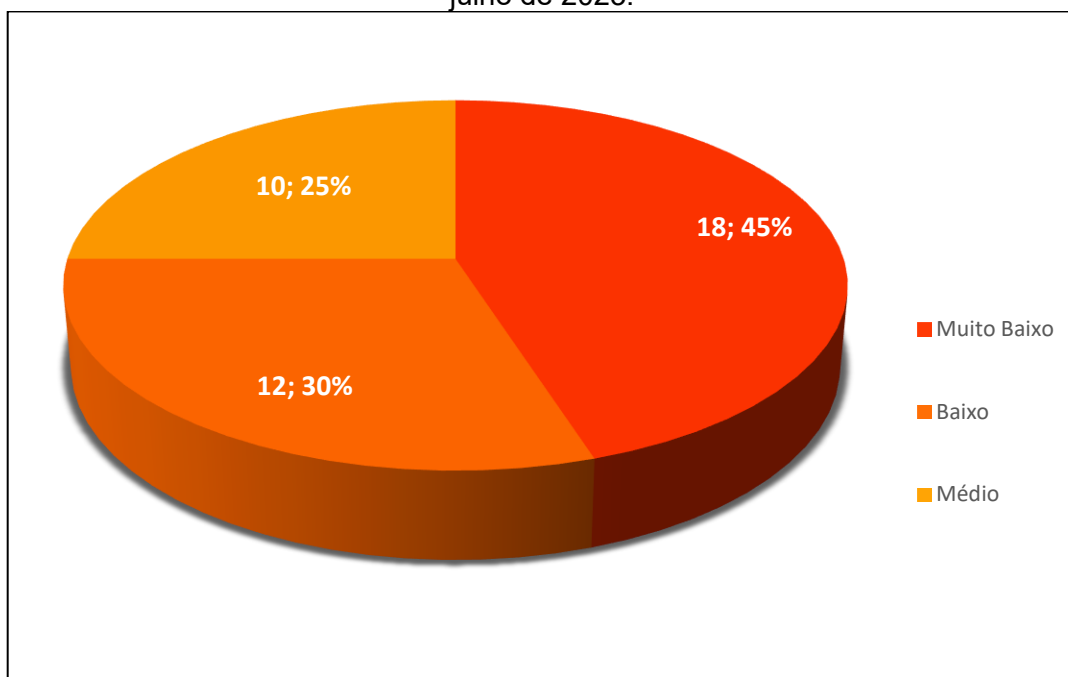
as cidades estão classificadas pela pontuação final. Esta pontuação mede o progresso total das cidades para a realização de todos os 17 ODS. Uma pontuação 100 indica a realização ótima dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IDSC-BR, 2024).

⁴⁷ O IDSC-BR permite uma visão geral e integrada das cidades brasileiras em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É uma ferramenta que visa estimular o cumprimento da Agenda 2030 e uma oportunidade para as cidades se integrarem à mais avançada agenda global de desenvolvimento sustentável. Graças ao Índice o Brasil é o único país do mundo a acompanhar os desafios e avanços de todas as cidades na Agenda 2030.

No mapa interativo é possível observar que grande parte das cidades brasileiras se encontram pontuadas na categoria de médio, baixo ou muito baixo índice de progresso para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A região da Amazônia Legal possui expressiva pontuação de índice de progresso “muito baixo”. Ao considerar a origem dos participantes na dinâmica de julho de 2023, pode-se observar que: 45% dos ouvintes, estão localizados em municípios de pontuação muito baixa; 30% dos ouvintes, estão localizados em municípios de baixa pontuação e, 25% dos ouvintes, em municípios de média pontuação, conforme demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Representação dos índices dos municípios dos participantes da dinâmica de julho de 2023.



Fonte: Adaptado de IDSC-Br, 2024.

Esse levantamento das condições de desenvolvimento reforça a importância do acesso à informação para as regiões atendidas pela cobertura de transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, sendo em sua maioria de expressiva vulnerabilidade social e ambiental.

Outra possibilidade de análise é por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), método utilizado por Moreira e Del Bianco (2019), no qual destacam a matriz geográfica de Santos & Silveira (2003). No trabalho no qual discutem as “Comunicações, Território e Desenvolvimento Regional em municípios brasileiros com IDHM muito baixo”. As autoras apontam que:

Diferenças socioeconômicas e localizações geográficas são impedimentos para que uma parte da população brasileira, especialmente em municípios de baixa densidade demográfica, usufrua os conteúdos gerados pela rede midiática e pelas tecnologias de informação e comunicação. Essa desigualdade não pode ser minimizada pelo risco de favorecer a continuação da condição de isolamento de localidades de baixas renda, educação e densidade demográfica, porque os impedimentos decorrentes da falta de infraestrutura de comunicação afetam o desenvolvimento, criando uma espécie de círculo vicioso que gera lentidão e dificuldades até para a implantação de políticas públicas de inclusão e universalização (Moreira; Del Bianco, 2019, p. 2).

E o poder de transformação da tecnologia nas relações do espaço social fica evidente neste estudo:

As redes midiáticas e as tecnologias de comunicação e informação transformam as relações de espaço e tempo, criando um crescente fluxo de informação e comunicação, reconfigurando o espaço social. Mas a ausência de infraestrutura impede o desenvolvimento de locais e regiões que poderiam estar incluídos na sociedade em rede. A primeira camada de leitura dos dados sobre rede midiática e serviço de telecomunicações em municípios de IDHM Muito Baixo revela territórios opacos, com pouca luminosidade porque apresentam baixo fluxo informacional e de comunicação, uma condição que aprofunda situações de exclusão, pobreza e isolamento. A consequência do isolamento em uma sociedade conectada está representada na dificuldade dos municípios se comunicarem para criar um mínimo de força econômica e política para que possam ser ouvidos. O fluxo informacional é vital para que as pessoas compartilhem situações e problemas semelhantes, mesmo em diferentes municípios (Moreira; Del Bianco, 2019, p. 12).

O estudo traz uma contribuição direta para essa tese, ao destacar a tecnologia como fator de inclusão social:

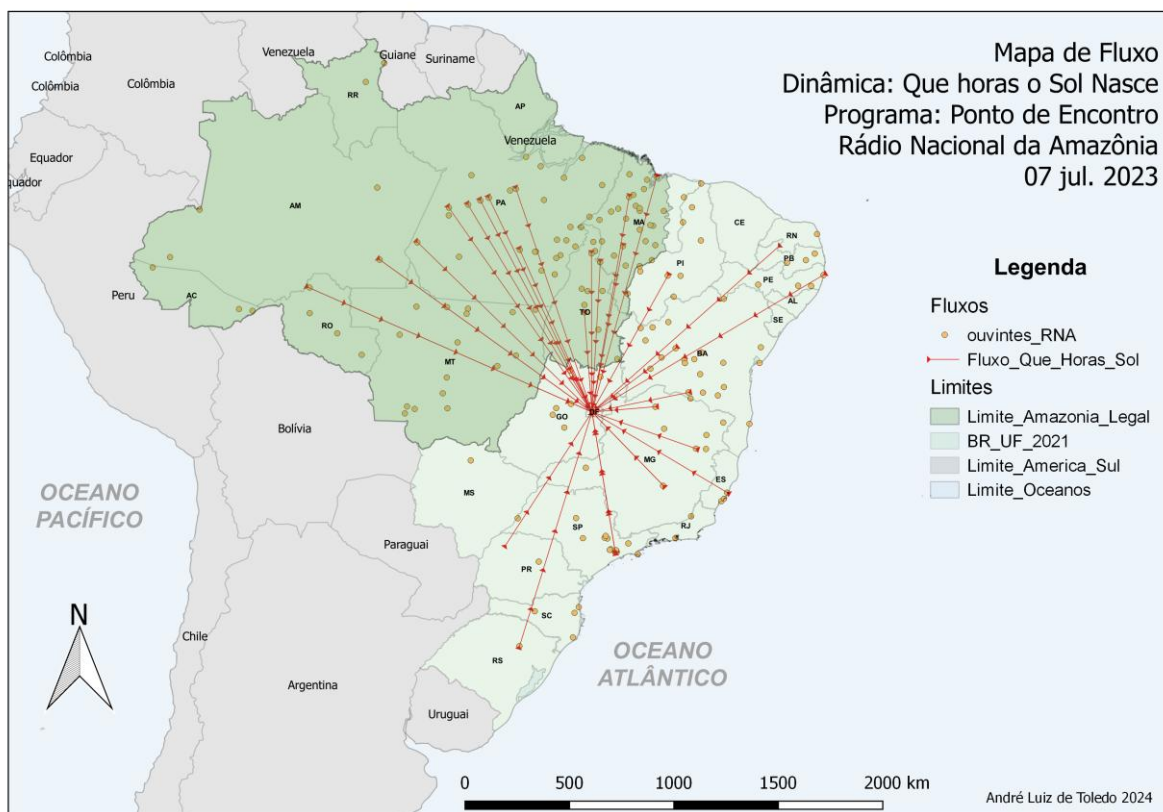
A tecnologia tem o poder de engajar indivíduos, mas pode marginalizar aqueles que não têm acesso aos seus recursos, por isso tornam-se necessárias políticas públicas que criem condições reais para o uso efetivo dessas tecnologias em atividades que gerem benefícios nas várias dimensões socioeconômicas (Moreira; Del Bianco, 2019, p. 12).

Nesse sentido, a produção de conteúdo informativo, educacional e de entretenimento por meio da tecnologia pode colaborar para atender aos propósitos de 'promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental' – conforme proposto pelo plano de ação global para o desenvolvimento sustentável estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de cartografar a comunicação entre a Rádio Nacional da Amazônia e seus ouvintes – tanto no fluxo emissora-ouvintes quanto ouvintes-emissora –, elaborou-se uma série de mapas para análise espacial

dessas interações⁴⁸. Utilizando o software *Qgis*, foram criadas representações cartográficas baseadas em pontos (localização dos ouvintes) e linhas (para dimensionar distâncias, direções e magnitudes dos fluxos), conforme ilustrado na figura 49.

Figura 49 - Fluxo de mensagens enviadas da cidade de cada participante para a sede da emissora RNA, em Brasília, DF.



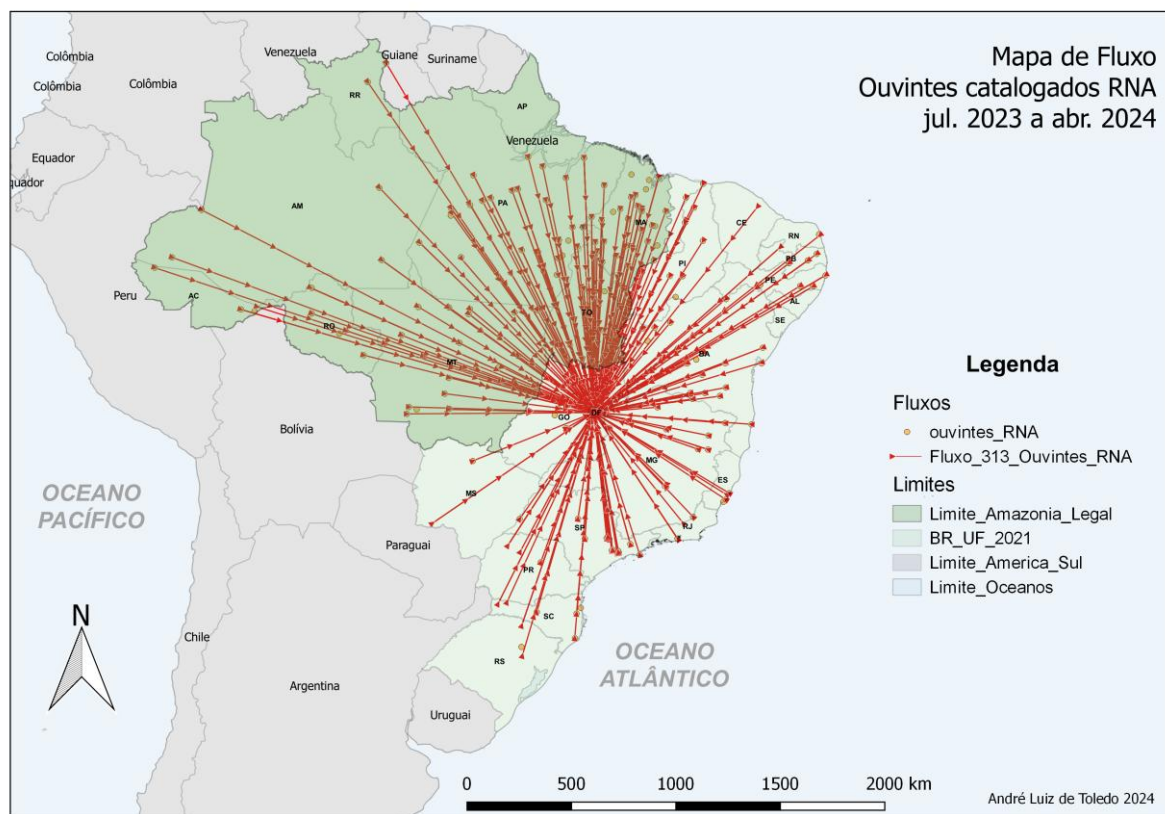
Fonte: Adaptado de EBC, 2023i.

Dessa forma, a dinâmica “Que horas o Sol nasce pra você?” permitiu a elaboração de um mapa de fluxo com a espacialização das localidades dos ouvintes.

Um segundo mapa de fluxo (figura 50) foi desenvolvido, identificando a distribuição geográfica de 313 ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia no território nacional. Esses dados foram coletados durante o período de escuta ativa entre julho de 2023 e abril de 2024.

⁴⁸ Importante destacar que o autor desta pesquisa não foi incluído na contagem de interações.

Figura 50 - Mapa de Fluxo de ouvintes da RNA.



Fonte: Dados de escuta na programação de julho de 2023 a abril 2024.
Elaborado pelo autor, 2024.

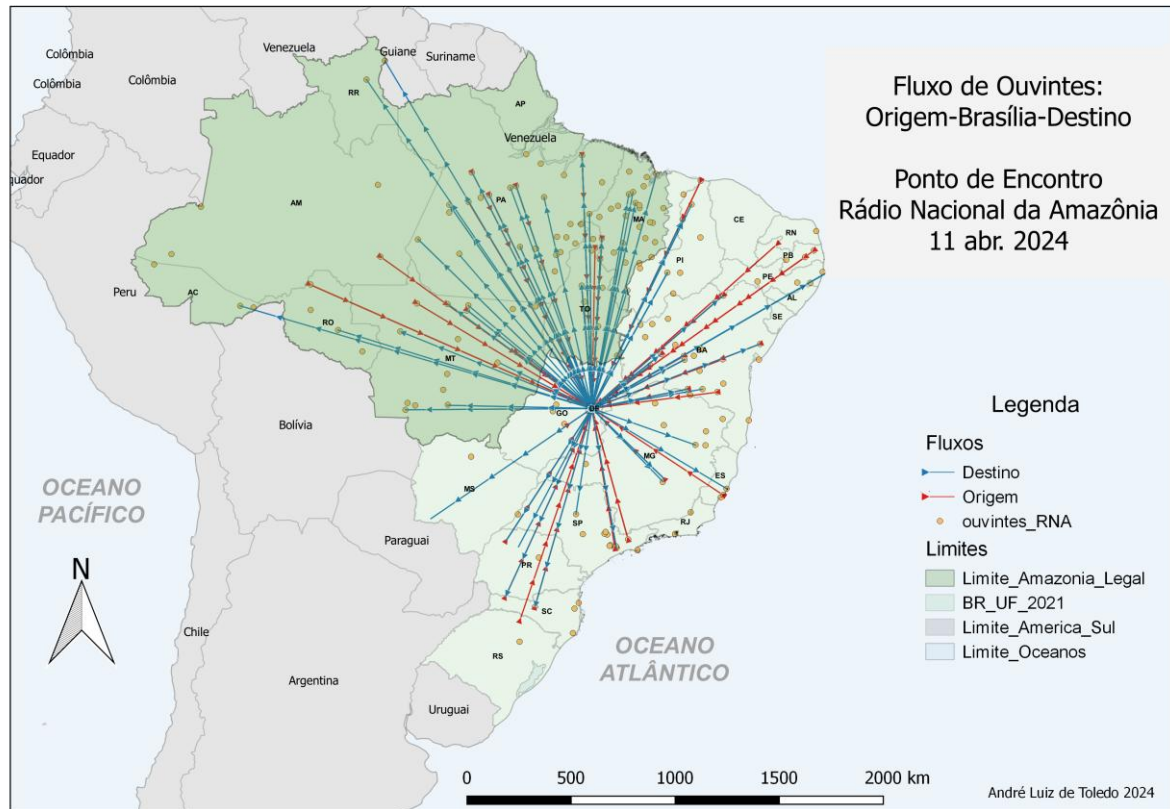
Como resultado, a representação cartográfica da radiodifusão pública possibilitou não apenas reforçar o papel do alcance da emissora em todo território nacional como também destacar a concentração de ouvintes entre os estados do Pará e Maranhão. Pode-se dizer que, seu alcance, está mais voltado à Região da Amazônia Legal⁴⁹, levando em consideração a delimitação política e socioeconômica, atrelada ao desenvolvimento regional e de integração da Amazônia em relação às demais regiões do país, do que a Região Amazônica em si, com bases nos critérios ecológicos, geográficos e biológicos.

Em 11 de abril de 2024 outra dinâmica foi realizada. Dessa vez, o objetivo foi gerar um levantamento da origem e destino da mensagem de ouvintes, sejam elas saindo da localidade de origem, passando pelo ponto de localização da emissora, no

⁴⁹ Incluindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parte), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Distrito Federal, e seguindo para a localidade destino da mensagem (figura 51) representando o fluxo de origem e destino.

Figura 51 - Fluxo de mensagens de ouvintes (origem e destino).



Fonte: Dados de escuta na programação de 11 de abril 2024.
Elaborado pelo autor, 2024.

Em ambos os mapas de fluxo, observa-se o caráter centralizador da Rádio Nacional da Amazônia, decorrente de sua localização estratégica no território nacional, e a respectiva distribuição geográfica de seus ouvintes.

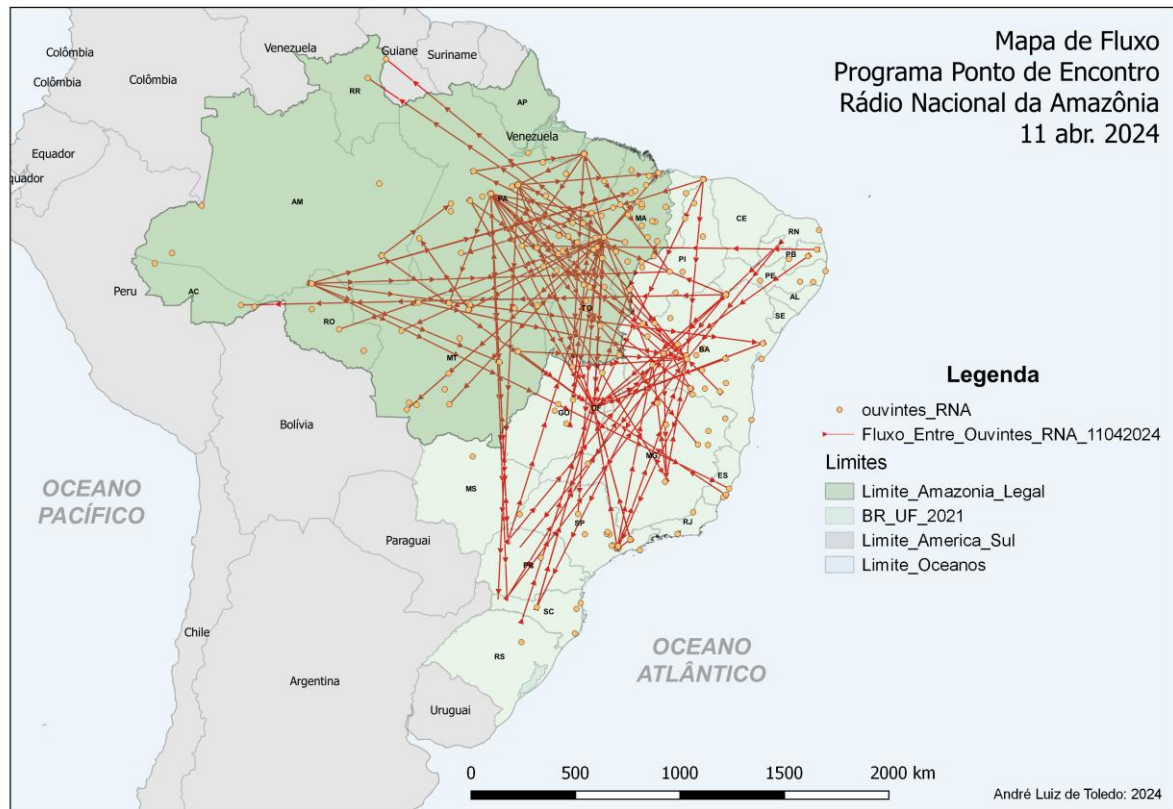
Esta segunda dinâmica permitiu ainda a geração de um grafo com nós de conexões arbitrárias, representando a conectividade entre os ouvintes de forma independente da emissora (figura 52).

A representação do grafo, enquanto sistema abstrato de modelagem de dados, evidencia de maneira mais direta as redes de relacionamento estabelecidas entre os ouvintes.

Esta modelagem desvincula a análise da geografia física da emissora (Brasília-DF), permitindo a visualização abstrata das redes de interação social. Através de grafos, representa-se matematicamente essas relações, onde os ouvintes

correspondem a vértices (nós) e suas conexões são arestas (A-B). Cada conexão simboliza tanto relações de amizade consolidadas quanto potenciais novos vínculos afetivos, incluindo a reconstrução de relações preexistentes.

Figura 52 - Grafo de conexões de ouvintes.



Fonte: Dados de escuta na programação de 11 de abril 2024.
Elaborado pelo autor, 2024.

Outro mapa foi elaborado levando em consideração a participação de ouvintes que estão além dos limites do território nacional. As cidades de Cochabamba (Bolívia), Caiena (Guiana Francesa) e Houston (Estados Unidos) estão representadas no mapa em escala continental (figura 53).

Figura 53 - Distribuição de ouvintes no Continente Americano.



Fonte: Dados de escuta na programação de julho de 2023 a abril 2024.
Elaborado pelo autor, 2024.

O levantamento da localização dos ouvintes em escala continental contou exclusivamente com a identificação de cada um deles nas escutas realizadas - em grande parte através do sítio eletrônico da emissora -, escolha que possibilitou um acompanhamento contínuo durante o período de doutoramento.

Após a elaboração da nova planilha automatizada – que reuniu um contingente mais amplo de ouvintes catalogados no primeiro semestre de 2023⁵⁰ –, uma versão foi disponibilizada à equipe de programação do Ponto de Encontro. Essa ferramenta visava auxiliar na contagem diária de ouvintes, diante da complexa tarefa de registrar as participações com base em: a) interações pelo aplicativo WhatsApp; b) ligações telefônicas; e c) cartas enviadas pelo correio. Essa solução tornou-se especialmente relevante face à dificuldade em computar a audiência das transmissões analógicas.

Em resumo, a interação com a Rádio Nacional da Amazônia não se limitou ao contato direto - como a entrevista concedida no Dia Mundial do Rádio em 2023 - nem à participação indireta por meio da sugestão de pautas sobre meio ambiente e cultura.

Foram dezenas de participações nos programas Ponto de Encontro e Nacional Jovem, nos quais pequenos trechos relacionados a temas do cotidiano - como questões socioambientais - foram lidos na programação. Essa iniciativa levou conteúdo informativo e reflexivo em sintonia com a expansão do conhecimento, fornecendo subsídios para que os ouvintes tivessem acesso a informações credíveis. Dessa forma, possibilitou-se a participação na "cidadania da escuta", criando condições para discutir o conceito de radiocidadania.

6.11 Panorama dos indicadores de tendências da radiodifusão por meio de informações conjunturais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

O desafio de representar a geografia da radiodifusão brasileira requer não apenas estudar os marcos regulatórios (Lei 9.612/1998 que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Anexo II) e a Lei 9.472/1997, que atribui ao município o papel na regulamentação do uso do espaço urbano para a instalação de infraestrutura). Somou-se a tarefa de quantificar o sinal de transmissão ou recepção

⁵⁰ Foram computados os campos de dados "Nome do ouvinte", "Município", "Código IBGE7", "UF", "Região" e "Categoria Ouvinte".

e ouvir a opinião de docentes e ouvintes nesse universo da comunicação, dentro de um ambiente no qual a tecnologia é um fator condicionante para inclusão ou segregação, para quem pode ou não ter acesso.

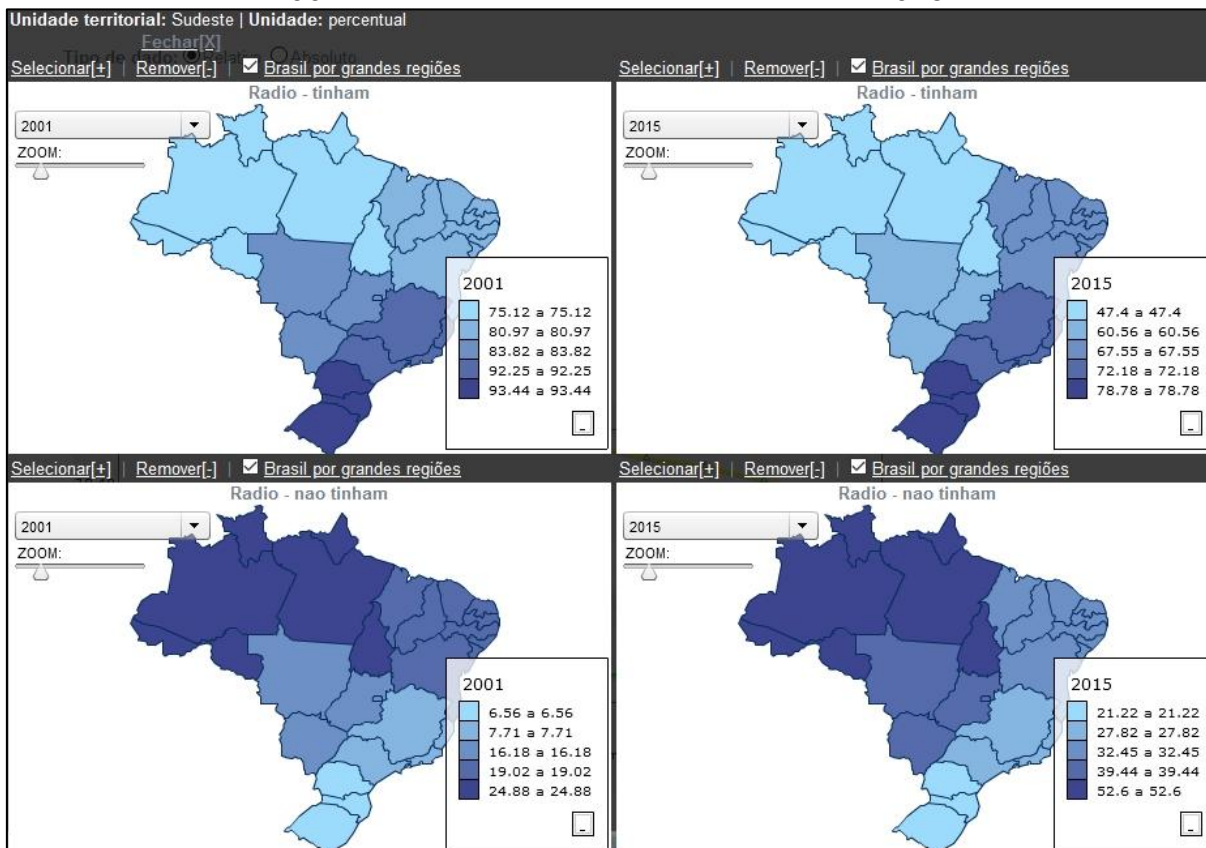
Como apontado na pesquisa de “Domicílios particulares permanentes” tendo como fontes as Pesquisas domiciliares do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e o Censo Demográfico, as condições de vida da população brasileira podem ser avaliadas, dentre outros indicadores, pelo padrão de moradia no país (IBGE, 2021). Essa análise é de grande importância para compreender o contexto atual e tentar estimar a projeção do futuro da sociedade dentro de um sistema capitalista no qual a variável tecnologia é fundamental para caracterizar o perfil dos domicílios.

Na fase inicial da pesquisa foram considerados “Domicílios particulares permanentes, por posse de rádio” dentro do tema “famílias e domicílios” e subtema “bens duráveis existentes no domicílio”, levando em consideração a periodicidade anual, entre 2001-2009 e 2011-2015, abrangência geográfica “Grandes Regiões”, unidade territorial “todas” e unidade de referência “percentual”.

Conforme informações prévias na série estatística do IBGE (2021), definiu-se que “pesquisou-se a existência de rádio, mesmo que fizesse parte de conjunto que acoplasse outros aparelhos, tais como: radiogravador, rádio toca-fitas etc.”

A partir da análise preliminar dos dados da PNAD relativos a “Domicílios particulares permanentes, por posse de rádio” (gráfico 8), foi possível identificar que a Região Sul do país permaneceu entre 2001 e 2015, como a região que registrou maior percentual de domicílios com posse de rádio: 93,44%, em 2001, e 78,78%, em 2015. Em oposição, a região com maior percentual de domicílios sem posse de rádio, foi a região Norte, 24,88%, em 2001, e 52,6%, em 2015.

Gráfico 8 - Posse de rádio por domicílio entre 2001-2009 e 2011-2015.
2001 2015

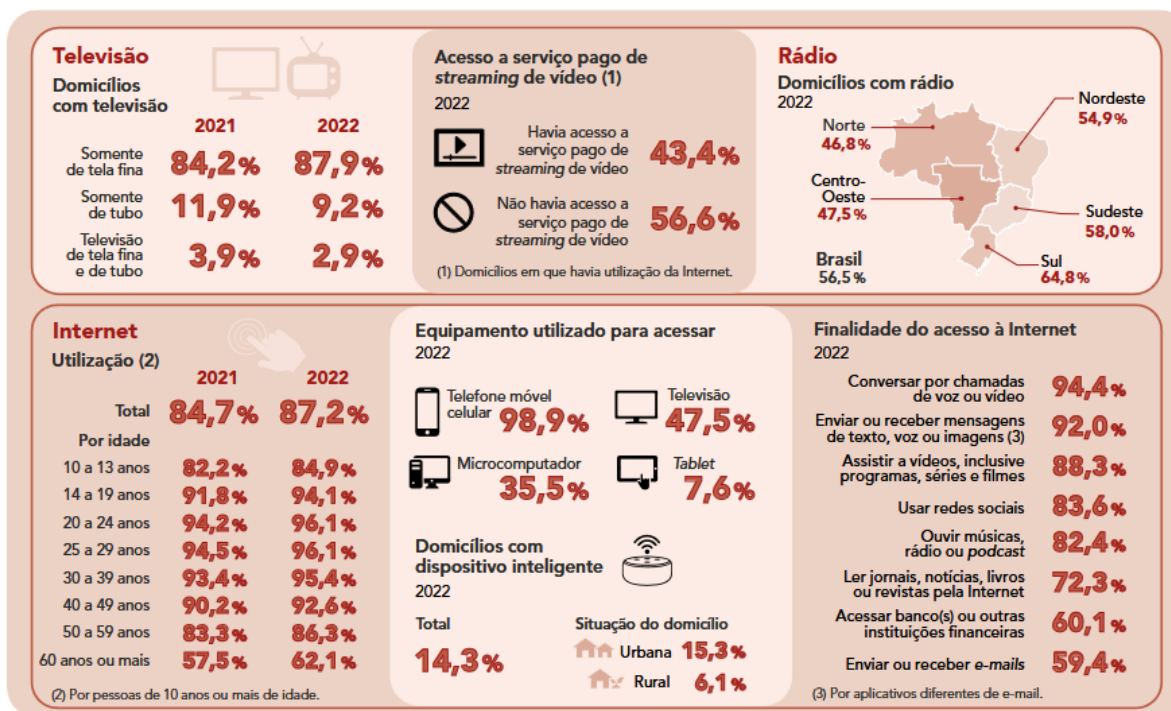


Fonte: IBGE, 2021.

Os domicílios com menor posse de rádio no início da década de 2000 estavam concentrados na Região Norte e mantiveram menor acessibilidade ao equipamento em 2015. Enquanto isso, a região Sul, que detinha o maior percentual de acesso a rádios, continuou à frente, ainda que com queda percentual.

Ao comparar os dados de "Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022" - considerando especificamente "Domicílios com rádio" da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) -, observa-se que: a) A Região Sul manteve o maior percentual de posse de rádio (64,8%); b) A Região Norte permaneceu com o menor percentual (46,8%) (figura 54).

Figura 54 - Posse de equipamentos e utilização de internet.



Fonte: PNAD Contínua, IBGE (2023).

A exploração dos dados estatísticos, incluindo as atualizações do Censo de 2022, pode demandar novos testes de hipóteses. Esses testes terão como objetivo comparar os resultados com outros equipamentos de comunicação, como telefones fixos, celulares e televisores. As possibilidades de análise não estão esgotadas e permanecem válidas.

Cabe destacar ainda os dados sobre acesso à internet em 2022 (figura 54), nos quais "ouvir músicas, rádio e podcasts" aparece como a quinta atividade mais frequente em termos percentuais.

Um resultado significativo revela que a internet alterou padrões de comportamento. Na análise das finalidades de acesso, é possível identificar categorias distintas. O item "comunicação" destacou-se nas duas primeiras posições: a) "Conversar por chamadas de voz ou vídeo" e b) "Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail". Ambos os serviços registraram crescimento exponencial entre 2022 e 2023.

No âmbito do entretenimento, destacaram-se duas finalidades principais: "Assistir vídeos, inclusive programas, séries e filmes" (3ª posição) e "Usar redes sociais" (4ª posição).

O “consumo de informação sonora ou textual”, representado pela atividade “Ouvir músicas, rádio ou podcasts” aparece em quinto lugar, seguida por “Ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet”, em sexto lugar, consecutivamente.

Essa mesma pesquisa, que investigou o módulo temático Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), no quarto trimestre de 2022, foi a última que incluiu o rádio em seus questionários:

Cabe destacar que tanto o questionário de domicílios, quanto o de pessoas passaram por reformulação com o objetivo de aprofundar e melhorar a investigação do uso e acesso a essas tecnologias, tais como serviço pago de *streaming* de vídeo, existência de dispositivo inteligente, acesso gratuito à Internet em locais públicos, acréscimo de finalidades de acesso à Internet, inclusão de 5G em banda larga móvel etc (IBGE, 2023).

Em nível nacional, os dados de 2022 revelaram que o rádio estava presente em 56,5% dos domicílios brasileiros.

No período 2021-2022, enquanto a posse de TVs de tela fina subiu de 84,2% para 87,9%, os modelos com tubo diminuíram (de 11,9% para 9,2% os híbridos, e de 3,9% para 2,9% os tradicionais). Já o uso da internet cresceu de 84,7% para 87,2%.

Ficou evidente que o telefone móvel celular é o principal meio de acesso à internet (98,9%), sendo sua maior utilização para chamadas de voz ou vídeo (94,4%). Já o uso do aparelho para ouvir música, rádio ou podcasts ocupou a quinta posição entre as finalidades, com 82,4%.

A pesquisa detalhou a presença de aparelhos de rádio nos domicílios brasileiros, revelando que:

Em 2022, o rádio completou 100 anos no País. Com o avanço da tecnologia, surgiram vários tipos de equipamentos que passaram a acoplar o rádio, bem como outros equipamentos e serviços que utilizam a Internet em substituição à radiodifusão. Há rádios que continuam prestando serviços por meio de radiodifusão, enquanto expandem seus serviços transmitindo sua programação também por meio do *streaming* de áudio na Internet (IBGE, 2023).

Os indicadores da pesquisa apontam que a internet possibilitou o transbordamento do rádio, dentro de uma realidade na qual o acesso a ela, é possível.

Outro dado relevante é que:

[...] nas Regiões Norte e Centro-Oeste, menos da metade dos domicílios, 46,8% e 47,5% respectivamente, tinham rádio. No setor rural, 58,2% dos domicílios possuíam rádio, percentual ligeiramente superior ao do setor urbano, com 56,3% dos domicílios (IBGE, 2023).

Os dados da PNAD e PNAD Contínua (2001-2022) revelam uma disparidade regional consistente: a Região Sul manteve os maiores percentuais de domicílios com rádio, enquanto a Região Norte permaneceu com os menores índices ao longo de todo o período.

Contudo, este estudo deve considerar os fatores determinantes dessa tendência nacional, visando uma análise mais precisa da realidade da audiência da radiodifusão analógica, cuja mensuração permanece subjetiva.

Para isso, é apresentada uma breve contextualização das divisões regionais, dados de densidade populacional e de distribuição das áreas urbanizadas, desenvolvimento econômico e infraestrutura, de modo a oferecer um número maior de elementos para tentar entender a tendência de Regiões com maior e menor posse do rádio. A ausência desse rigor analítico tende a: (a) marginalizar as práticas radiofônicas alternativas que contestam o status quo, e (b) naturalizar o modelo hegemônico da globalização neoliberal no campo da radiodifusão.

Para contextualizar as divisões regionais estabelecidas pelo IBGE no século XX, é fundamental destacar que:

Como atividade científica, os conceitos e métodos que lastrearam, ao longo do tempo, a divisão regional do território brasileiro longe de se manterem estáveis, foram se alterando por força das mudanças de paradigmas ocorridas no próprio pensamento geográfico, enquanto reflexo de uma realidade social, econômica, política, cultural e ambiental, em contínua mudança no Brasil e no mundo (IBGE, 2017, p. 60).

Nesse contexto, a geografia e o pensamento geográfico configuram-se como ferramentas analíticas fundamentais para o desafio de mapear e interpretar o universo da radiodifusão no território nacional.

A publicação do livro *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas*, foi editada como um instrumento de divulgação de informações geográficas “adequadas ao planejamento da federação brasileira”, segundo IBGE (2017, p. 8). Complementarmente, a publicação destaca as contribuições de Milton Santos em relação ao conceito de região:

[...] chama atenção para a sempre renovada discussão acadêmica em torno do conceito de região, quando aponta para o fato de que “o símbolo da geografia unitária – aquela que não separa o físico do social, o natural do humano, o ecológico do cultural – é a região. Ora, o conceito de região foi vendido como sendo um edifício estável. Só que não é” (IBGE 2017, p. 60).

Ainda sobre as divisões Regionais do Brasil elaboradas pelo IBGE, no século XXI, o apêndice da publicação reforça a contribuição do pensamento de Milton Santos,

no qual “o tempo é a base indispensável para o entendimento do espaço” (Santos,1994, p. 167). Sendo assim,

a discussão em torno da Divisão Regional do Brasil constitui um exercício sempre renovado de elaboração de conceitos e métodos que tem como objetivo, na maior parte das vezes, a necessidade de ampliação, em diferentes contextos históricos, do conhecimento científico sobre um território em contínua transformação (IBGE, 2017, p. 60).

Nessa perspectiva, ao adotar as Grandes Regiões como recorte geográfico – com ênfase no contraste entre a Região Norte (46,8% de domicílios com rádio) e a Região Sul (64,8%) –, esta tese evidencia como a Amazônia Legal constitui um caso paradigmático das transformações tecnológicas e normativas que remodelam o território urbano e redefinem a geografia da radiodifusão brasileira.

Os dados de densidade populacional trazem uma segunda camada de informação na qual grande parte da Região Norte possui de 2,53 a 15 habitantes por Km², e os Estados da Região Sul, de 15 a 100 habitantes por Km², conforme figura 55.⁵¹

Figura 55 - Densidade demográfica por municípios.

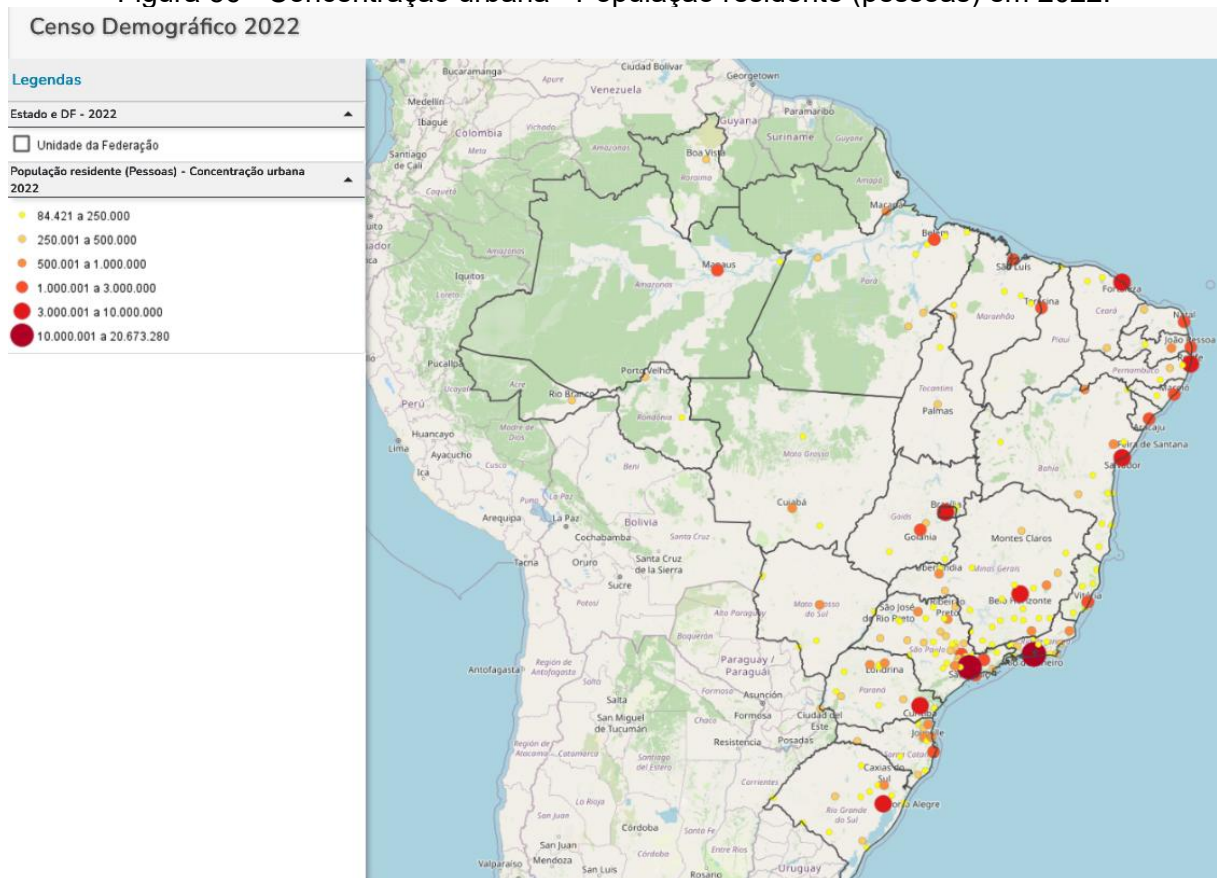


Fonte: Forest-Gis, Adaptado de IBGE, 2022.

⁵¹ Dados recentes do Censo IBGE 2022 apontam que o Território nacional soma 8510417.77 km², e Densidade demográfica de 23.86 hab./km².

A distribuição da concentração urbana, segundo a população residente (pessoas) do Censo Demográfico de 2022, é a terceira camada de informação, que, segundo atesta a geógrafa Manuela Alvarenga, gerente de Observação da Cobertura e Uso da Terra do IBGE, segue “(...) o modelo histórico, a distribuição geral das áreas urbanizadas do país [que] demonstra concentração no litoral”, aponta Bezerra (2022), conforme a figura 56.

Figura 56 - Concentração urbana - População residente (pessoas) em 2022.



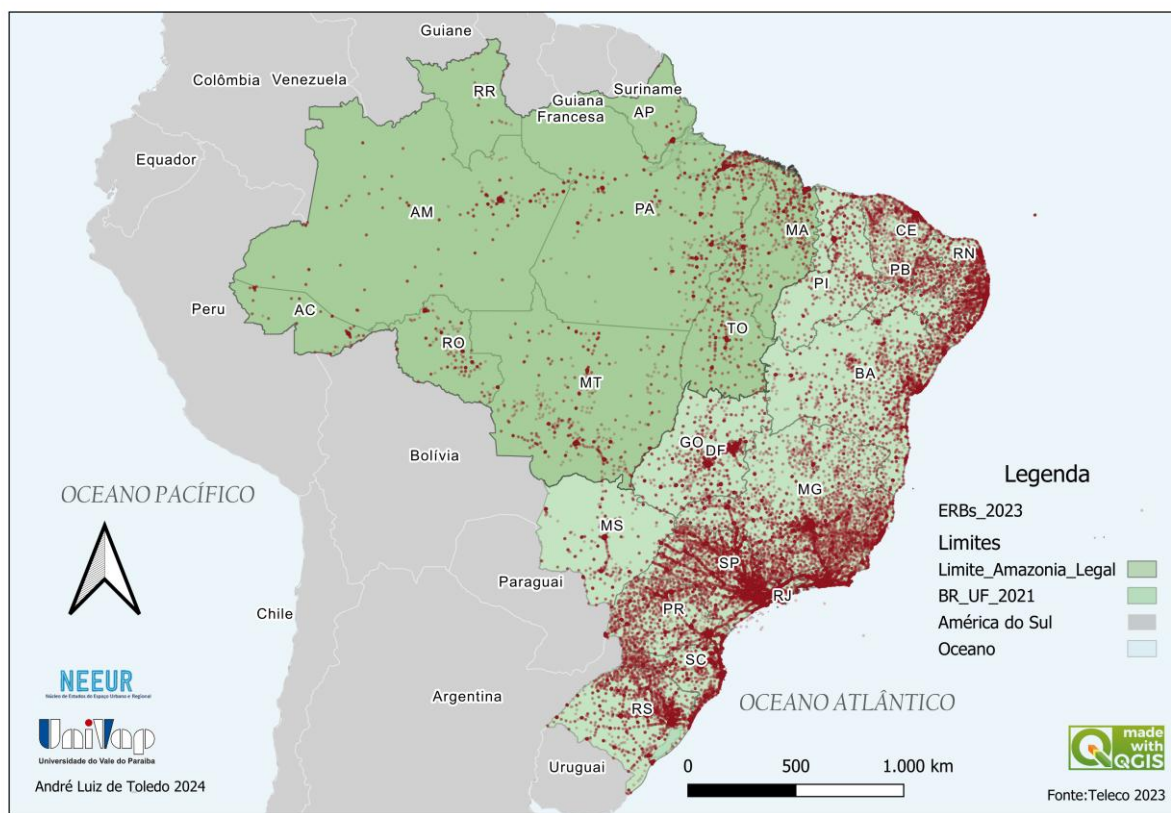
Fonte: IBGE, 2022.

Em ambas as regiões, a densidade demográfica e a taxa de urbanização configuram-se como fatores determinantes para a disparidade na posse de rádios por domicílio. Enquanto a Região Sul, com seu reduzido território de 576.736,821 km² (6,76% do território nacional), apresenta a maior penetração do meio (64,8%), a extensa Região Norte, que abrange 3.850.593,226 km² (45,27% do país), mantém os menores índices (46,8%). Essa relação inversamente proporcional entre extensão

territorial e adoção tecnológica evidencia como fatores socioespaciais superam as meras dimensões geográficas na configuração dos padrões de radiodifusão.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - incluindo telefonia móvel, acesso a microcomputador e internet, televisão, inclusão digital, além dos dados técnicos da Anatel sobre Estações de Rádio Base (ERBs) (figura 57) -, buscam compor uma primeira camada de interpretação da densidade técnica do setor de telecomunicações. Essa base permitirá que, posteriormente, novas camadas de dados relativas à radiodifusão sonora sejam analisadas com maior precisão.

Figura 57 - Estações de Rádio Base (ERB's) 2023.



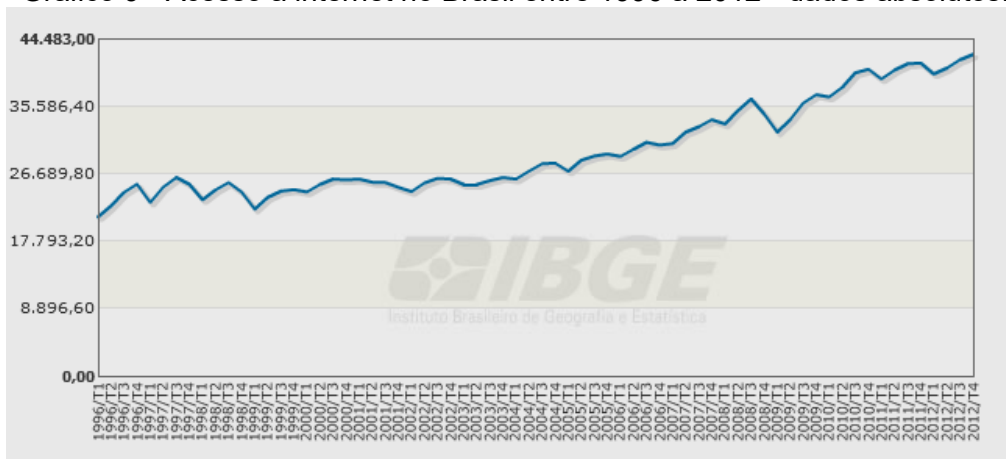
Fonte: Teleco, 2023.

A disposição de ERB's disponibilizados pela Anatel em 2023, traduzem expressiva densidade de telefonia móvel no Estado de São Paulo, Região Sudeste, Região Sul, Região Litorânea do Nordeste e entre o Distrito Federal e Goiânia. Paralelamente, refletem a densidade de urbanização do país, apontada na figura 58.

Observa-se que a Região Sul, que apresenta os maiores índices de posse de rádios domiciliares, também possui a maior cobertura de sinal de telefonia móvel no país.

Além da posse de rádio por domicílio apresentada, o acesso à internet é importante dado para que se possa compreender a comunicação no século XXI, que afeta diretamente a radiodifusão sonora, se considerados os dados do crescente e significativo acesso à internet no país, entre os anos 1996 e 2012, conforme o gráfico 9.

Gráfico 9 - Acesso à internet no Brasil entre 1996 a 2012 - dados absolutos.



Fonte: IBGE, 2021.

A publicação da Agência IBGE, destacou que “em 2022, *streaming* estava presente em 43,4% dos domicílios com TV”. Detalhadamente:

A Internet era utilizada em 91,5% dos domicílios (68,9 milhões) do país em 2022, com alta de 1,5 p.p. frente a 2021. O crescimento dessa proporção vem desacelerando, na medida em que se aproxima da universalização. A expansão tem sido mais rápida nas áreas rurais, com redução da diferença em relação às áreas urbanas, de 40 p.p. em 2016 para 15,4 p.p. em 2022 (Nery, 2023).

Ao analisar os dados de 2022, observa-se que, dentre os 68,9 milhões de domicílios com acesso à internet no Brasil, a Região Nordeste apresentou o menor percentual (9,9%), enquanto a Região Sul registrou o maior (18,2%). Paralelamente, conforme dados do mesmo período, a Região Sul também se destacou como a que possui a maior proporção de domicílios com aparelhos de rádio (64,8%), contrastando com a Região Norte (46,8%).

Embora ambas as estatísticas apontem para uma maior penetração de infraestrutura de comunicação no Sul, é importante ressaltar que esses dados não estabelecem, por si só, uma relação de causalidade ou dependência direta entre posse de rádio e acesso à internet. Fatores socioeconômicos, investimentos regionais

em telecomunicações e hábitos culturais podem influenciar separadamente esses indicadores.

A Associação Catarinense de Emissoras de Rádios e Televisão (ACAERT) divulgou, segundo o Censo de 2022, que o rádio é o meio que está se ajustando ao novo perfil demográfico do Brasil (ACAERT, 2023). Tecer quaisquer comentários sobre associações de natureza comercial, que muitas vezes representam um segmento formado por conglomerados de meios de comunicação hegemônicos, é uma tarefa que se deve ter cautela. Pois, se levarmos em consideração os princípios de educação e cultura como sendo a essência do rádio, em seu segmento público, pode-se gerar controvérsias. Essa pesquisa não analisa o segmento comercial.

A análise do Censo 2022 sobre hábitos midiáticos, divulgada pela ACAERT (2023), inclui a relevante observação do consultor Fernando Morgado em matéria para o portal tudoradio.com:

Fernando Morgado lembra que as pesquisas comprovam que o jovem segue ouvindo rádio de forma assídua. "Entretanto, não ouve da mesma forma que décadas atrás, afinal, os aplicativos e o *streaming* ocupam papel cada vez mais relevante. Essas tecnologias complementam e ampliam a experiência de escuta dos jovens com o rádio", diz o consultor. "As rádios jovens continuam sendo muito relevantes e ocupam os primeiros lugares em diversas regiões. Várias delas, inclusive, são bons exemplos de adequação do meio às novas tecnologias", completa o consultor (ACAERT, 2023).

Em relação aos serviços de internet, novos dados são incorporados. Entre eles, destacam-se os dados estimados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)⁵², que trazem a PNAD Contínua Anual, de 2016 e 2023, pela variável Domicílios (Mil unidades), em situação urbana e rural, nos quais havia e não havia utilização da internet, com o recorte geográfico de Grandes Regiões.

As figuras 58 e 59 apresentam os cartogramas em 4 divisões, pelo método *Quantis*, indicando que Região Norte, passou de 4926 até 10249 mil domicílios com utilização da internet, em 2016, para 6024 até 11583 mil domicílios, em 2023. A Região Sul, passou de 10250 até 17684 mil domicílios com utilização da internet, em 2016, para 11584 até 20690 mil domicílios, em 2023.

⁵² A partir de 30 de novembro de 2021, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada. A classificação "Situação do domicílio" está disponível apenas para os níveis territoriais Brasil e Grande Região.

Embora a Região Sudeste apresente os maiores percentuais nacionais de acesso a rádio e internet, esta análise concentra-se especificamente no contraste entre as Regiões Norte (46,8% de domicílios com rádio) e Sul (64,8%). Essa opção metodológica justifica-se por captar as disparidades extremas do território nacional em relação aos processos de modernização tecnológica no Brasil.

Se for considerada a análise da Inteligência Artificial, *DeepSeek* (2025d) utilizando o “*prompt*” - ou comando de entrada - fornecido na pesquisa “segundo dados da PNAD Contínua, do IBGE, o rádio manteve-se mais presente na Região Sul do País e menos presente na Região Norte, é possível dizer que uma tendência foi mantida?”, a resposta obtida da plataforma foi que:

A presença do rádio como meio de comunicação tem variações regionais no Brasil, e os dados históricos mostram que o rádio é mais presente na Região Sul e menos presente na Região Norte. Essa tendência pode ser explicada por uma combinação de fatores, como:

1. Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura:

A Região Sul é uma das mais desenvolvidas do país, com maior infraestrutura de comunicação e maior acesso a tecnologias. O rádio, como um meio tradicional e consolidado, mantém-se forte nessa região, especialmente em áreas rurais e cidades menores. Já a Região Norte, que possui grandes áreas remotas e de difícil acesso, enfrenta desafios de infraestrutura, o que limita a expansão e a penetração do rádio.

2. Cobertura Geográfica:

Região Sul tem uma densidade populacional maior e uma geografia mais favorável para a instalação de antenas e transmissão de sinais de rádio. Na Região Norte, a vasta extensão territorial, a presença da Floresta Amazônica e a baixa densidade populacional dificultam a instalação de infraestrutura de radiodifusão.

3. Cultura e Hábitos de Consumo:

O rádio tem uma forte tradição cultural na Região Sul, especialmente em áreas rurais, onde é um meio de comunicação essencial para notícias, entretenimento e informações locais. Na Região Norte, o acesso a outras formas de comunicação (como TV e internet) pode ser mais valorizado, especialmente em áreas urbanas.

4. Acesso a Outras Tecnologias:

Na Região Norte, a expansão da internet e de outras tecnologias de comunicação pode ter reduzido a relevância do rádio, especialmente entre os mais jovens. Na Região Sul, o rádio continua a coexistir com outras mídias, mantendo sua relevância, especialmente para públicos específicos, como trabalhadores rurais e motoristas.

5. Desigualdades Regionais:

As desigualdades socioeconômicas entre as regiões também influenciam a presença do rádio. A Região Sul, com maior renda média e melhor acesso a serviços, tem mais condições de manter uma infraestrutura de radiodifusão robusta (*DeepSeek*, 2025d).

De maneira geral, os dados estatísticos da PNAD Contínua do IBGE reforçam não apenas a diferença em relação à utilização do rádio e da internet como meios de

comunicação e acesso à informação entre as duas Grandes Regiões abordadas (Norte e Sul) como também, a crescente tendência de acesso à internet em domicílios desde 1996.

Diante dessa análise, diversas perguntas devem ser feitas. Entre elas: qual o perfil socioeconômico desse jovem, e qual o conteúdo oferecido. E adequar-se à plataforma de transmissão, conseqüentemente, ignora o formato tradicional da escuta de antena e pilha, além de não considerar que 6,4 milhões de domicílios do país não tinham Internet.

Dessa forma, estabelecer relações entre as tendências de posse e consumo configura-se como fator indissociável desta pesquisa, considerando o contexto geopolítico atual - no qual a internet, o sistema *Starlink* e os serviços de plataformas de transmissão emergem como indutores de novas práticas de consumo e comunicação.

6.12 Atlas da radiodifusão pública (estatal e comunitária): indicadores de potencialidades, e fragilidades do rádio em tempos de convergência digital

A cartografia do setor de radiodifusão aqui elaborada representa o cenário de ocupação do espectro hertziano, incorporando variáveis fundamentais como a taxa de urbanização e a distribuição de antenas de telefonia móvel, conforme apresentado.

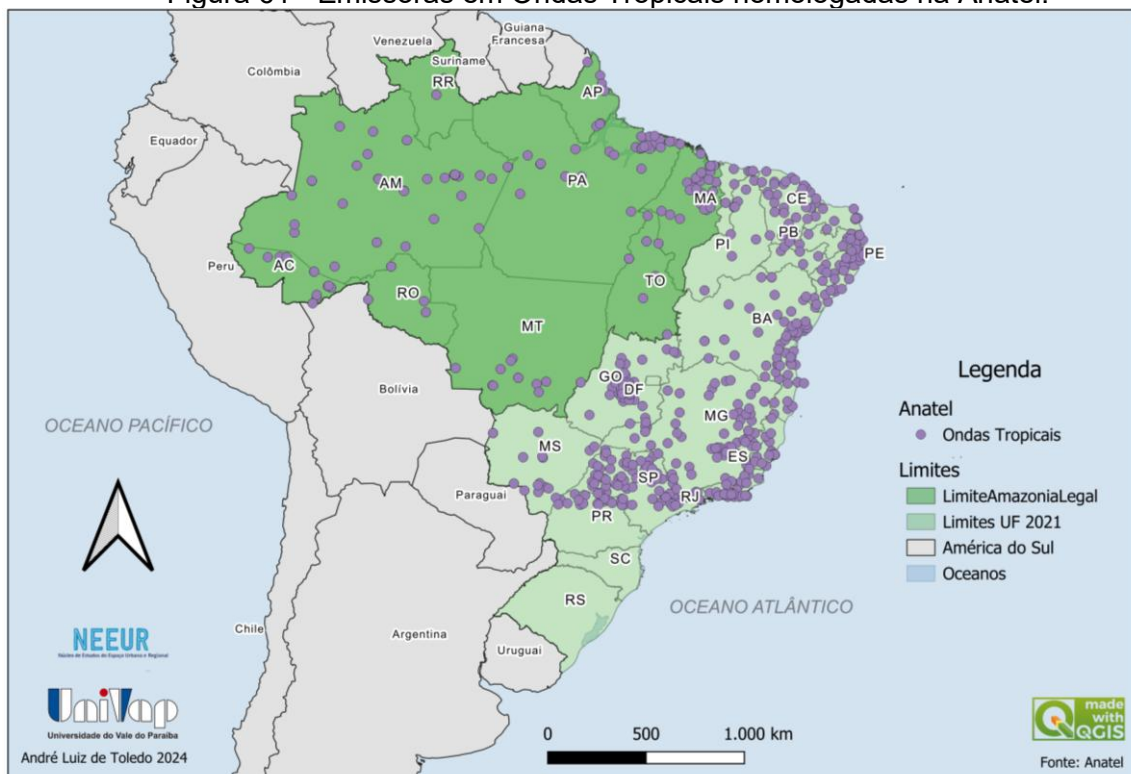
Em um primeiro momento, uma nova camada de interpretação da densidade técnica do setor de radiodifusão é incorporada, levando em consideração emissoras homologadas na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), nas faixas de Ondas Curtas (figura 60), Ondas Tropicais (figura 61), Ondas Médias (figura 62) e Frequência Modulada (figura 63).

Figura 60 - Emissoras em Ondas Curtas homologadas na Anatel.



Fonte: Anatel, 2024a.

Figura 61 - Emissoras em Ondas Tropicais homologadas na Anatel.



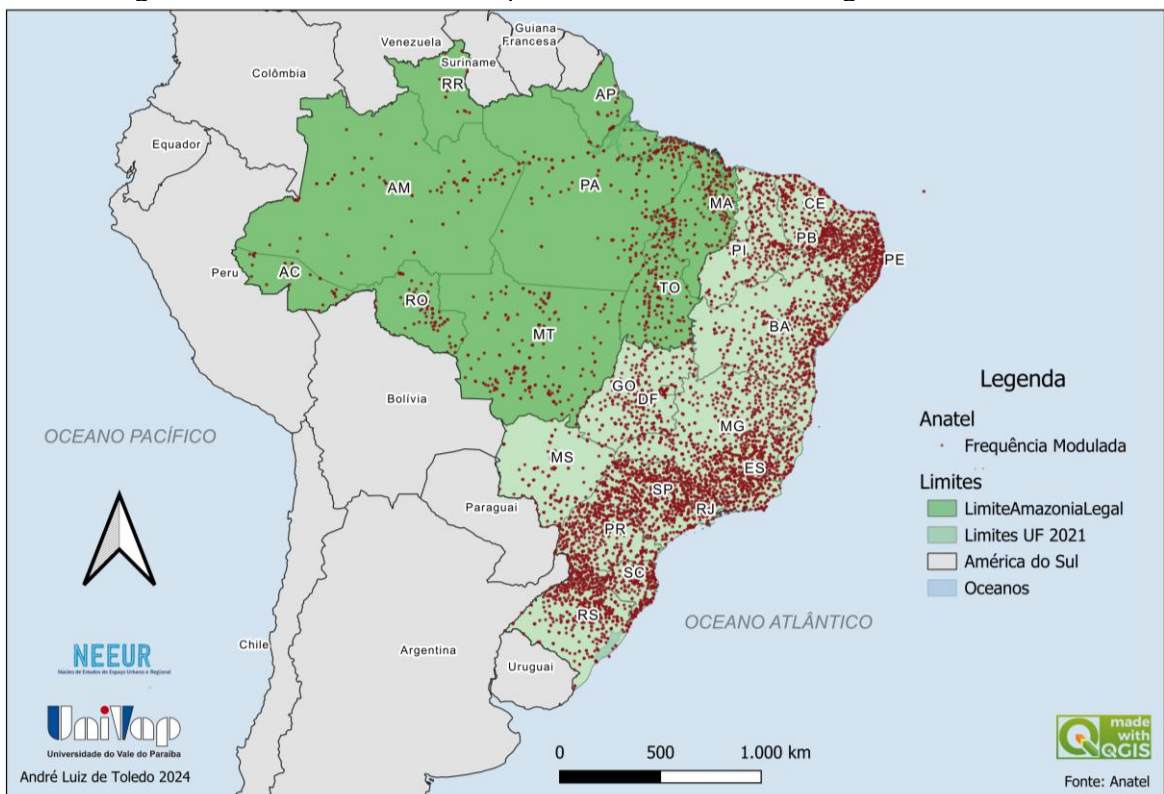
Fonte: Anatel, 2024b.

Figura 62 - Emissoras em Ondas Médias homologadas na Anatel.



Fonte: Anatel, 2024c.

Figura 63 - Emissoras em Frequência Modulada homologadas na Anatel.



Fonte: Anatel, 2024d.

Segundo os dados da Anatel, as emissoras em ondas curtas representam o menor número de operações em atividade. Segundos dados recentes do servidor SHORT-WAVE.INFO⁵³, 18 frequências distribuídas nas faixas de 19, 25, 31, 49, e 62m, conforme quadro 6, somando apenas 12 emissoras em território nacional.

Quadro 6 - Emissoras em Ondas Curtas em operação no Brasil.

Frequência (kHz)	Nome da Emissora	Faixa	UF
4885	R. Clube do Para	62	PA
4905	R. Relógio Federal	62	RJ
4985	R. Brasil Central	62	GO
5940	R. Voz Missionaria	49	SC
6010	R. Inconfidência	49	MG
6020	R. Gaúcha	49	RS
6080	Radio Marumby	49	PR
6140	Radio Onda	49	PR
6160	R. Boa Vontade	49	SP
6180	RN da Amazônia	49	DF
9550	R. Boa Vontade	31	SP
9665	R. Voz Missionaria	31	SC
9820	Radio 9 de Julho	31	SP
11750	R. Voz Missionaria	25	SC
11780	RN da Amazônia	25	DF
11815	R. Brasil Central	25	GO
11895	R. Legião da Boa Vontade	25	SP
15190	R. Inconfidência	19	MG

Fonte: *Short-Wave.Info*, 2025.

Apenas duas emissoras possuem natureza pública no país: a Rádio Nacional da Amazônia e a Rádio Inconfidência. Nota-se expressiva operação de emissoras de natureza comercial (quadro 7), além de boa parte delas estarem localizadas na Região Sudeste e Região Sul (gráfico 10), oferecendo conteúdo religioso, em sua maioria voltado aos segmentos cristão, evangélico e espiritualista/ecumênico.

Nesse sentido, reforça-se a importância fundamental da radiodifusão pública brasileira, representada pela Rádio Inconfidência, em Belo Horizonte, e pela Rádio Nacional da Amazônia, em Brasília. Essas emissoras enfrentam diariamente o desafio crucial de equilibrar uma programação culturalmente relevante com informação

⁵³ Servidor <<http://www.short-wave.info/index.php>> é um catálogo online de frequências em operação em Ondas Curtas.

jornalística de qualidade - pilares essenciais do serviço público de comunicação no país.

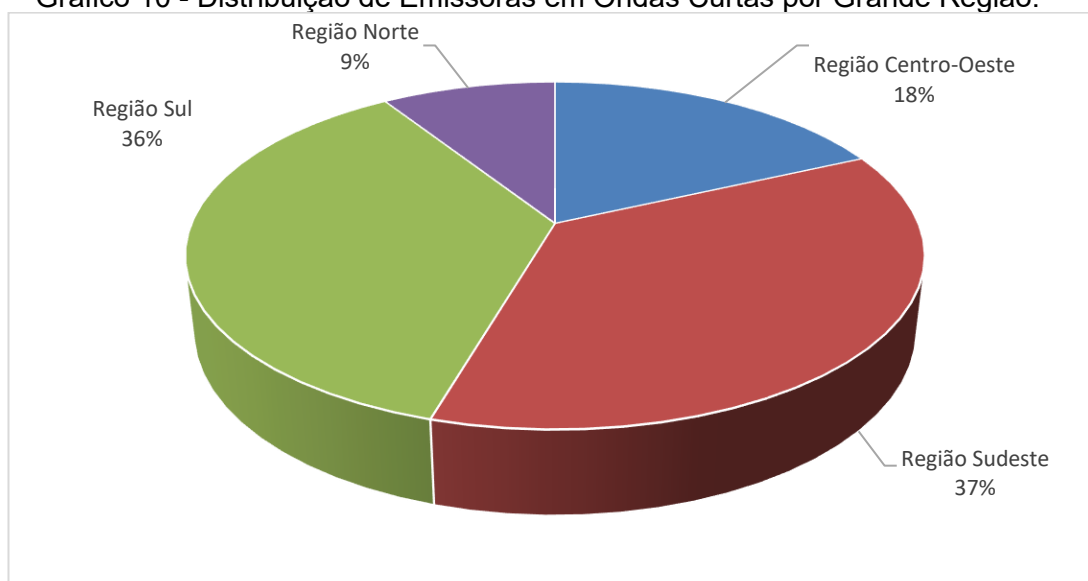
Quadro 7 - Emissoras em Ondas Curtas, natureza, público alvo e linha religiosa.

Emissora	Natureza	Público-Alvo	Linha Religiosa	UF
Rádio Boa Vontade	Privada	Público em geral, com ênfase em conteúdos religiosos e espirituais	Espiritualista/Ecumenismo	SP
Rádio Brasil Central	Pública	Público em geral, com programação variada incluindo notícias, música e cultura	Não Religiosa	GO
Rádio Clube do Pará	Privada	Público em geral, com programação diversificada, incluindo música, esportes e notícias	Não Religiosa	PA
Rádio Gaúcha	Privada	Público em geral, com foco em notícias, esportes e entretenimento	Não Religiosa	RS
Rádio Inconfidência	Pública	Público em geral, com programação cultural, musical e jornalística	Não Religiosa	MG
Rádio Legião da Boa Vontade	Privada	Público em geral, com ênfase em conteúdos religiosos e espirituais	Espiritualista/Ecumenismo	SP
Rádio Relógio Federal	Privada	Público em geral, conhecida por transmitir a hora certa e conteúdos educativos	Não Religiosa	RJ
Rádio Voz Missionária	Privada	Público religioso, com foco em conteúdos cristãos e missionários	Evangélica Cristã	SC
Rádio 9 de Julho	Privada	Público católico, com programação religiosa e comunitária	Católica Cristã	SP
Rádio Marumby	Privada	Público evangélico, com programação religiosa e educativa	Evangélica Cristã	PR
Rádio Onda	Privada	Público em geral, com programação musical e informativa	Não Religiosa	⁵⁴
Rádio Nacional da Amazônia	Pública	Comunidades da região amazônica, com foco em cultura, educação e informação	Não Religiosa	DF

Fonte: *Short-Wave.Info*, 2025 & *DeepSeek*, 2025h.

⁵⁴ Emissora identificada como sendo da Região Sul.

Gráfico 10 - Distribuição de Emissoras em Ondas Curtas por Grande Região.



Fonte: *Short-Wave.Info*, 2025 & *DeepSeek*, 2025h.

Em um segundo momento do levantamento das emissoras do país, a camada **redes de rádio** são incorporadas, conforme a coleção de mapas Rede Católica de Rádio – RCR (Figura 64), Rede Rubra de Rádios Universitárias (Figura 65), Rede de Rádios Comunitárias – Abraço Brasil (Figura 66) e a Rede de Rádios Parceiras/Rede Nacional de Rádio (Figura 67).

No mapa Rede de Rádios (figura 64), a camada Rede Católica está distribuída entre a Região Sudeste e a Região Sul, fortalecendo a tendência da distribuição de emissoras de natureza religiosa nessas regiões do país (quadro 7).

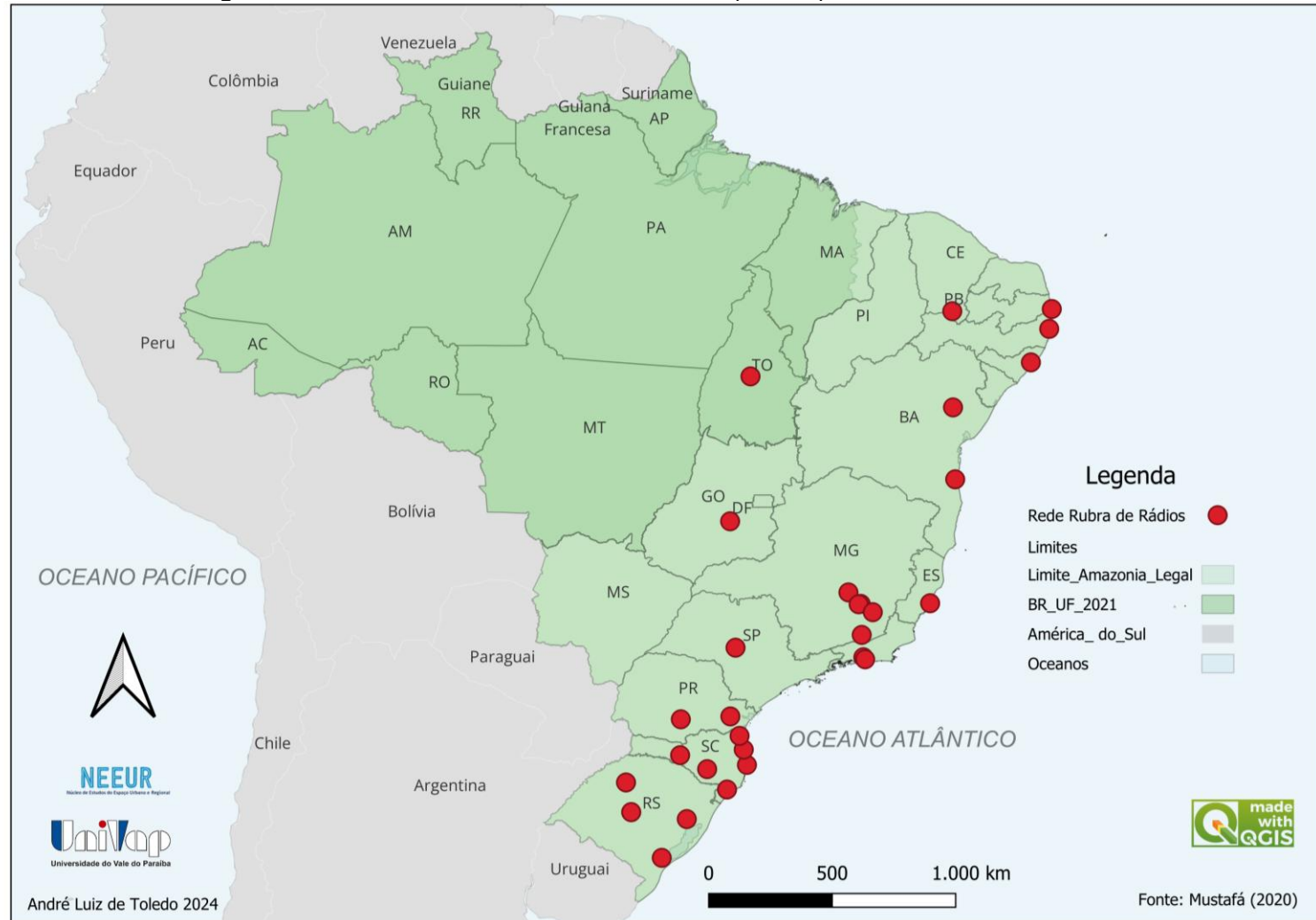
A camada referente à distribuição de rádios universitárias, que forma a Rede Rubra (figura 66), foi composta com dados obtidos no trabalho de Mustafá, Martin-Pena e Kischinhevsky (2020). Até 2020, a rede Rubra “ainda caminha para a institucionalização e tem a adesão de apenas 32 emissoras AM/FM, web rádios e núcleos de produção laboratorial radiofônica, que foram consideradas para o presente”, afirma Mustafá (2020, p. 6). Nota-se uma maior concentração de emissoras na Regiões Sudeste (37%) e Região Sul (36%), além da carência de representação na Região Norte (9%), que conta apenas com uma emissora. Grande parte das emissoras possui natureza pública, seja estadual ou federal.

Figura 64 - Rede Católica de Rádio (RCR) – 7 emissoras.



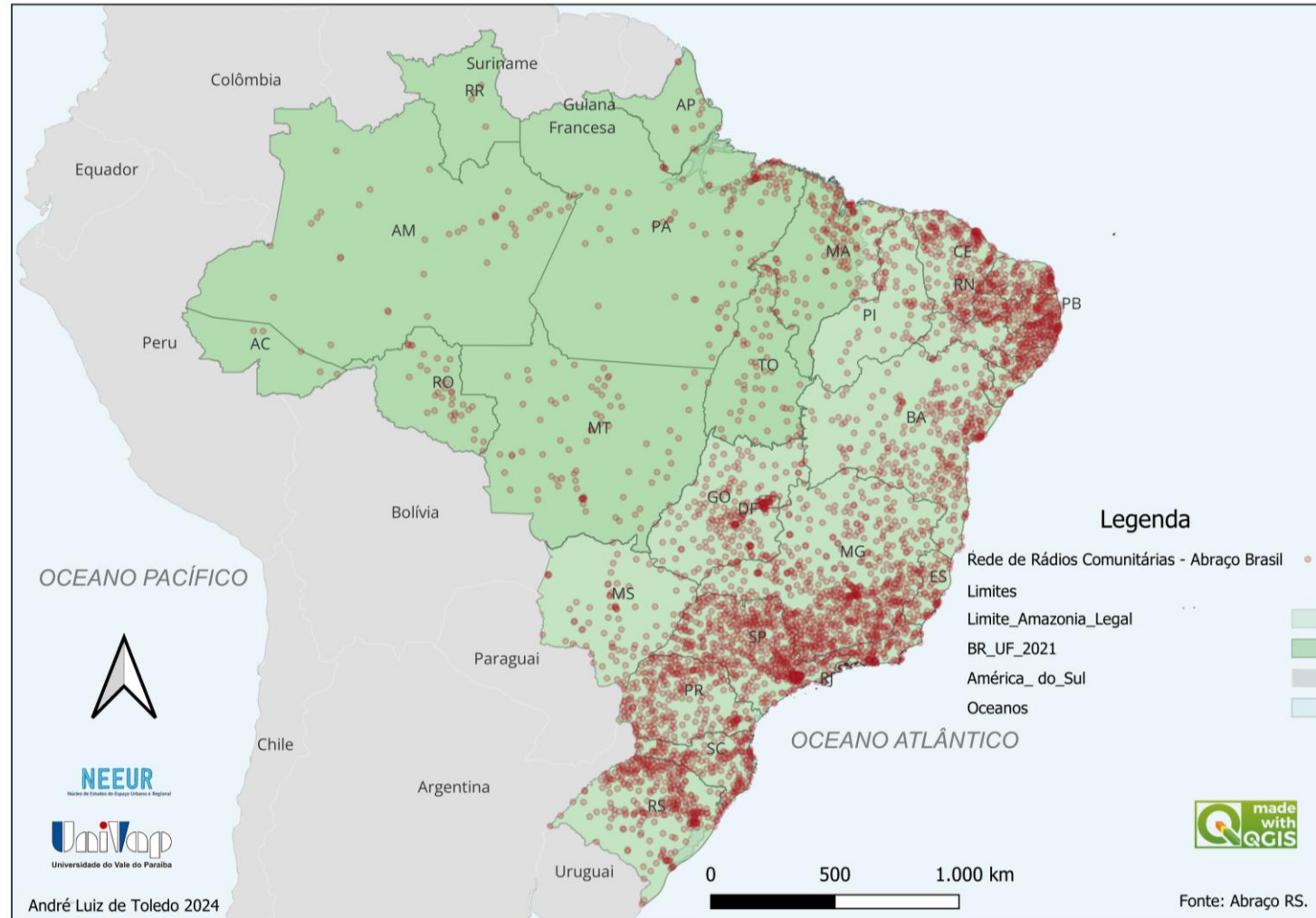
Fonte: Rádio Aparecida, 2023. Adaptado pelo autor.

Figura 65 - Rede de Rádios Universitárias (Rubra) – 30 emissoras.



Fonte: Adaptado de Mustafá, Martin-Pena e Kischinhevsky, 2020.

Figura 66 - Rede de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil) – 3858 emissoras.



Fonte: Adaptado de Abraço RS, 2024.

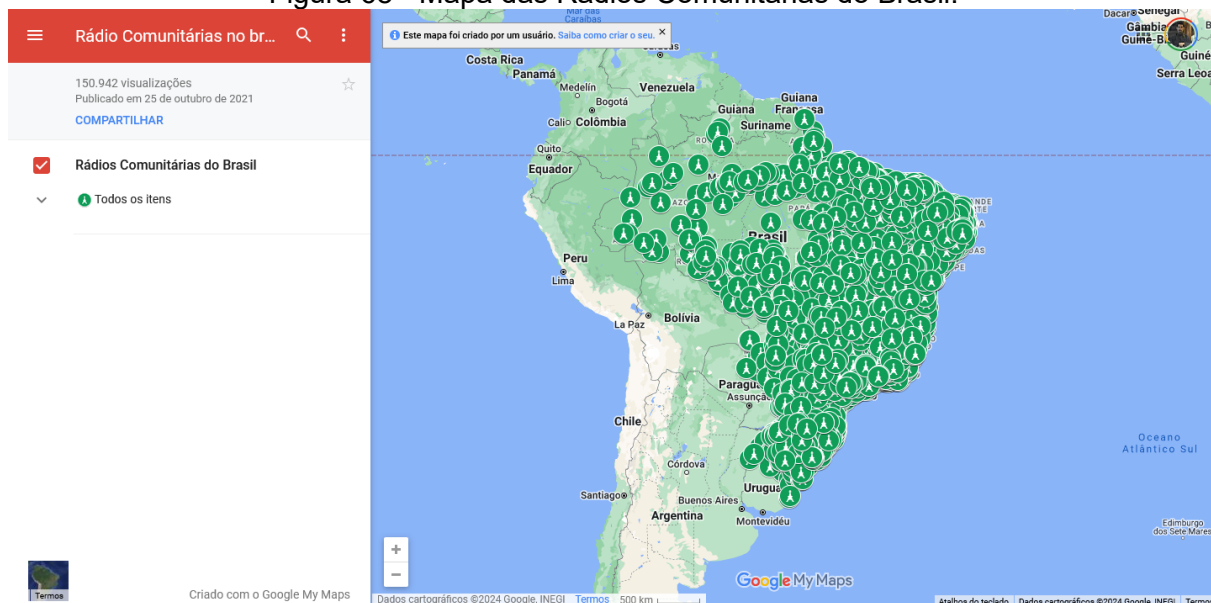
Figura 67 - Rede de Rádios Parceiras/Rede Nacional de Rádio – 786 emissoras.



Fonte: Adaptado de EBC, 2019a.

A camada de rádios comunitárias incorporada à figura 66, que forma a Rede Abraço Brasil, foi composta com dados disponibilizados pela Associação Abraço Rio Grande do Sul⁵⁵ (figura 68), o que possibilita visualizar seu potencial de penetração e consequente alcance da informação. Esse potencial amplia-se a partir do momento em que a Abraço utiliza as redes sociais - *Facebook* e *YouTube* - e estabelece uma parceria com a própria TV dos Trabalhadores, por meio de link no site da Associação (figura 69).

Figura 68 - Mapa das Rádios Comunitárias do Brasil.



Fonte: Abraço RS, 2024.

Figura 69 - Link de acesso ao Portal da TVT.



Fonte: Abraço RS.

Esse elo estabelecido entre a Abraço e a TVT é um exemplo para ampliar as possibilidades de direito à informação, cumprindo o compromisso proposto por ambas as redes: de um lado, pela TVT e Rádio Brasil Atual, com o "compromisso com a

⁵⁵ Os dados foram coletados pelo levantamento da Abraço RS, na plataforma *GoogleMyMaps* <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1VIRZ_iYqULox9nwMyoinaFiX6LU_FHK6&femb=1>.

democracia, o fortalecimento da cidadania e a justiça social"; e de outro, "fazer a luta em defesa das rádios comunitárias e pela democratização da comunicação".

A Rede Abraço Brasil, composta por rádios comunitárias, diferencia-se da TVT/Rádio Brasil Atual por seu caráter essencialmente mobilizador e local, focando na luta pela democratização da comunicação, enquanto a TVT atua como mídia institucional com programação orientada a valores democráticos e de justiça social em plataformas de maior alcance. A parceria entre ambas é estratégica: potencializa a capilaridade das rádios comunitárias ao conectá-las à estrutura midiática consolidada da TVT, amplificando vozes periféricas e reforçando o compromisso comum com o direito à informação. Essa sinergia entre base e alcance nacional cria um modelo inovador de comunicação, integrando plataformas (rádio, TV, redes sociais) e fortalecendo a luta pela democratização da mídia no Brasil.

O potencial de penetração e importância das rádios comunitárias na Região da Amazônia Legal e em todo o território nacional é reforçado com a incorporação dos dados da ocupação dos canais destinados à radiodifusão comunitária (figura 70), classificados pela intensidade de ocupação, disponibilizados pelo servidor *Web Feature Service (WFS)* da Anatel⁵⁶ para o software *QGIS*.

⁵⁶ O relevante dado apresentou alguns erros de exportação no software *Qgis*. Entre eles, a acentuação dos campos da legenda e a indisponibilidade de exportação da camada em formato *Shapefile (SHP)*. Por meio da plataforma Gov.Br foi notificada a Agência, porém, a equipe técnica do Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais que acabou auxiliando em partes no processo de exportação.

disponibilidade, mas é limitada e pode exigir um planejamento mais cuidadoso para evitar interferências.

Canal de Alta Utilização:

Indica que a faixa de frequência está totalmente ocupada, com muitas rádios comunitárias em operação. Nessas áreas, a disponibilidade de novos canais é muito limitada ou inexistente, e a instalação de novas rádios pode ser inviável devido ao risco de interferência (DeepSeek, 2025e).

Essa classificação por intensidade de utilização:

[...] é fundamental para o planejamento e a gestão do espectro, garantindo a expansão do serviço de forma organizada e evitando interferências. Áreas com baixa utilização são prioritárias para novas outorgas, enquanto áreas com alta utilização pode estar próximas da saturação (DeepSeek, 2025e).

A leitura dos dados de utilização dos canais destinados a radiodifusão comunitária revela número expressivo de alta ocupação de canais destinados às rádios comunitárias, em todo o território nacional.

Esse cenário reforça a revisão da Lei 9.612/1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, para adequação ao cenário atual da comunicação pública que inclui as realidades socioespaciais dos municípios que recebem as emissoras comunitárias.

A última camada incorporada ao mapa de redes de rádio foi a das Rádios Parceiras, com dados fornecidos pela Rede Nacional de Rádio (RNR) em 2019. A execução coube à jornalista Ana Pimenta, que destacou:

Os registros ainda estão distantes do número total de rádios parceiras no país, por isso, seguimos com atualização constante. Lembrar que algumas delas levam nossa produção para mais de cem municípios, no Brasil e em outros países, nos dá uma enorme sensação de dever cumprido (EBC, 2019a).

A pesquisa registrou um total de 225 emissoras de rádio, distribuídas em todas as 26 unidades federativas do Brasil e no Distrito Federal (EBC, 2019a).

Segundo a publicação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC):

Todas elas utilizam conteúdos distribuídos pela RNR, gratuitamente, todos os dias. São notícias, programas, spots e entrevistas, entre outros produtos.

A distribuição é feita por satélite, pelo mesmo canal que transmite o programa "A Voz do Brasil". Os radialistas também podem baixar os conteúdos no site (redenacionalderadio.com.br), que em janeiro de 2019, bateu o recorde de três milhões de acessos (EBC, 2019a).

O fenômeno das redes de rádio pode ser compreendido com o estudo de Avrella (2014, p. 1), apontando que "O avanço tecnológico e a comercialização dos produtos midiáticos possibilitaram que grandes empresas passassem a comandar

veículos de comunicação em diversos meios – impresso, radiofônico e televisivo, por exemplo”.

A formação de grupos e conglomerados midiáticos fortaleceu a nova dinâmica no meio radiofônico principalmente no século XX, onde uma parcela de grupos com maior poder financeiro, conquistaram o domínio do mercado (Avrella, 2014, p. 9).

Avrella (2014, p. 1) esclarece ainda que “com maior poder aquisitivo, estes grupos investiram na criação das redes, uma maneira de aumentar renda e audiência, difundindo, assim, seu produto para diferentes localidades interioranas.

A hegemonia dos conglomerados midiáticos gerou efeitos paradoxais: se, por um lado, democratizou o acesso à informação em áreas isoladas, por outro – como aponta a pesquisa da Avrella –, acentuou desigualdades na representação midiática, sufocando vozes locais em favor de conteúdos padronizados:

Entre as desvantagens estão a monopolização do poder econômico, a descaracterização cultural em emissoras locais, a diminuição das informações locais e também a concorrência desleal diante das estações menores (Avrella, 2014, p. 9).

Segundo Santos (2006, p. 176), o conceito de rede pode ser compreendido a partir de duas grandes matrizes: “a que considera apenas seu aspecto material e outra que também leva em conta o dado social”. A primeira remete à definição formal de Curien (1988, p. 212), na qual:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (Curien, 1988, p. 212).

Santos destaca que a segunda acepção se refere ao sentido de que:

[...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração (Santos, 2006, p. 176).

Essa segunda concepção de rede, que incorpora as dimensões social e política na circulação de mensagens e valores, revela-se particularmente adequada para fortalecer as redes de comunicação contra-hegemônicas e horizontalizadas. Tal perspectiva aplica-se às redes analisadas nesta pesquisa - a Rede Católica de Rádio (RCR), a Rede Rubra de Rádios Universitárias, a Rede de Rádios Comunitárias do Brasil (Abraço Brasil) e a Rede de Rádios Parceiras (Rede Nacional de Rádio) - as quais promovem a valorização da cultura e do desenvolvimento regional, opondo-se

à padronização do consumo de notícias e produtos imposta pela lógica da globalização.

Diante dos dados apresentados - que abrangem diferentes escalas de transmissão e naturezas de operação radiofônica -, o estudo buscou traduzir o levantamento em um mapeamento dinâmico da radiodifusão, articulando a perspectiva teórica da geografia com as técnicas de geoprocessamento. Esse enfoque revela novas possibilidades para a radiodifusão contemporânea, que vão além da simples expansão de outorgas no FM estendido (como as iniciativas do sistema Rádios EBC).

Entre essas possibilidades, destacam-se: a) o potencial de retransmissão em escala hertziana; b) a ampliação para plataformas de redes sociais; e c) a possível operação na faixa DRM. Todas essas alternativas compartilham um princípio fundamental: expandir os serviços de informação com credibilidade, colocando-os efetivamente a serviço da sociedade.

Para que isso se torne realidade, é preciso um investimento sério em políticas públicas que atuem em duas frentes principais. Primeiro, modernizar a Lei 9.612/1998, que hoje já não acompanha as transformações tecnológicas do setor. Segundo, estimular o acesso à tecnologia digital, seja por meio de rádios portáteis com essa capacidade, seja incorporando a funcionalidade diretamente nos celulares – dispositivos que já fazem parte do cotidiano da população.

Essa mudança não é apenas técnica, mas também social: trata-se de garantir que a informação de qualidade chegue a todos, com a mesma eficiência e credibilidade que o rádio sempre proporcionou.

6.12.1 A Radiodifusão de Longo Alcance como ferramenta de inclusão em áreas vulneráveis

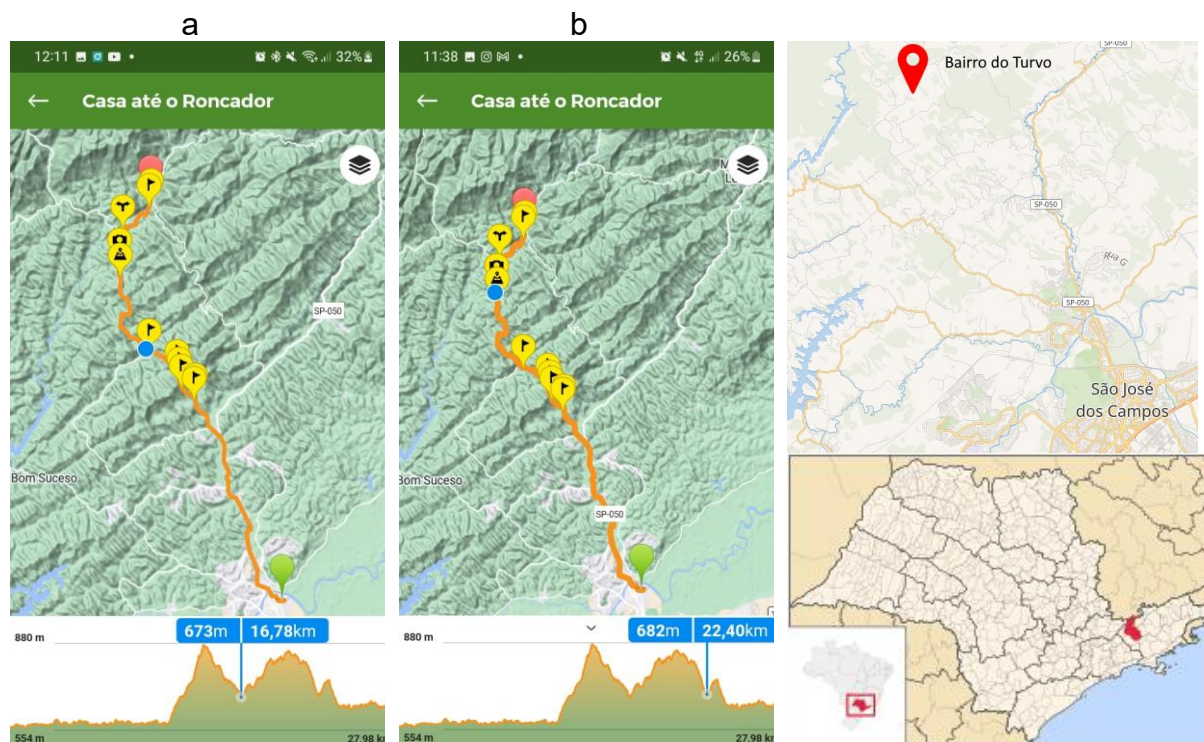
Para entender o fenômeno da radiodifusão mundial, com a limitação do alcance do desligamento ou da migração de AM para o FM, o que se questiona é a possibilidade de manter formatos de transmissão para áreas onde a Frequência Modulada e a Internet não estão disponíveis.

Além da escuta realizada em Ondas Curtas pela Rádio Aparecida, em ambiente doméstico, outro exercício é incorporado à pesquisa, com o deslocamento em área rural, utilizando receptor portátil.

A topografia da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), com os contrafortes da Serra da Mantiqueira e Serra do Mar, são exemplos de obstáculos naturais onde apenas a transmissão em Amplitude Modulada oferece cobertura (figura 71a e figura 71b), no percurso realizado na SJC 338, Estrada Municipal Luiz G. O. Pinto (Bóia) / Estrada Municipal do Sabão).

Nesse caso, os dois pontos assinalados no perfil de altitude (com 673m e 682 m de altitude) entre os bairros da Água Soca e Rio do Peixe, estão em um vale, onde o sinal de telefonia móvel tem cobertura limitada ou inexistente, mesmo estando relativamente perto, a 14 quilômetros da região central de São José dos Campos.

Figura 71 - Mapa do trajeto e perfil de altitude com sinal apenas da transmissão em Ondas Curtas.



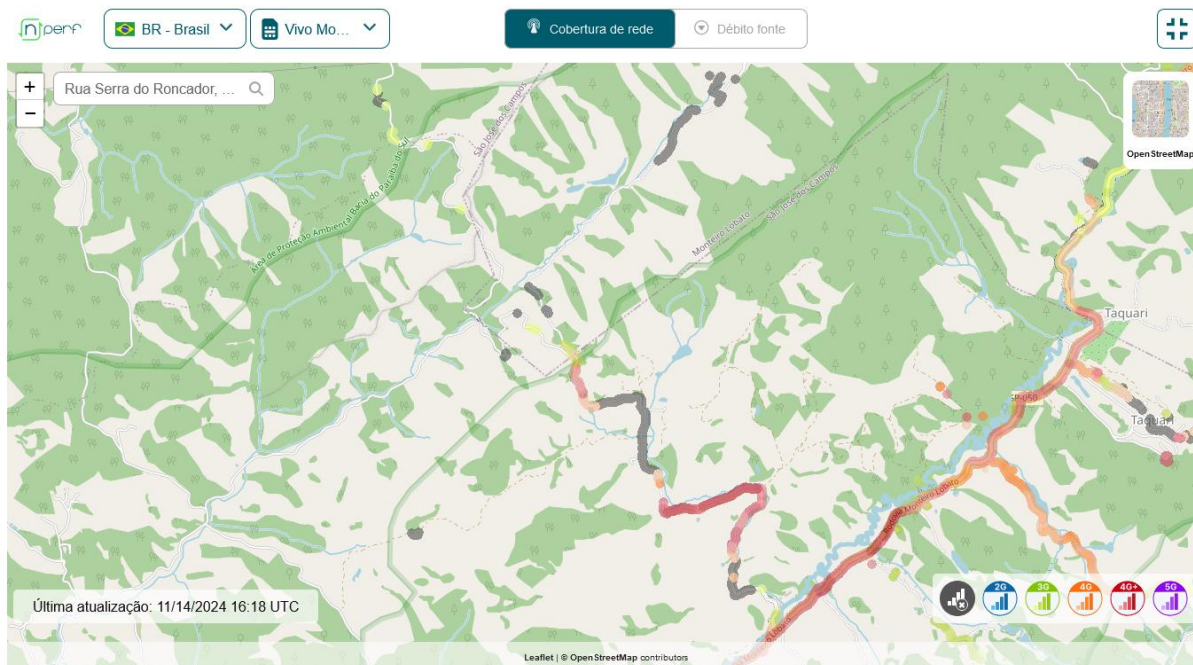
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao confrontar esses dois mapas com o “Mapa de cobertura 3G / 4G / 5G Vivo Mobile”, fornecido pelo sítio eletrônico *nPerf*⁵⁷ (figura 73) é possível ter uma melhor

⁵⁷ *nPerf* é uma empresa francesa com sede em Lyon (França), que fornece soluções e análises abrangentes de teste de rede, para operadoras fixas e móveis.

dimensão da limitação de conectividade da telefonia móvel em áreas menos urbanizadas.

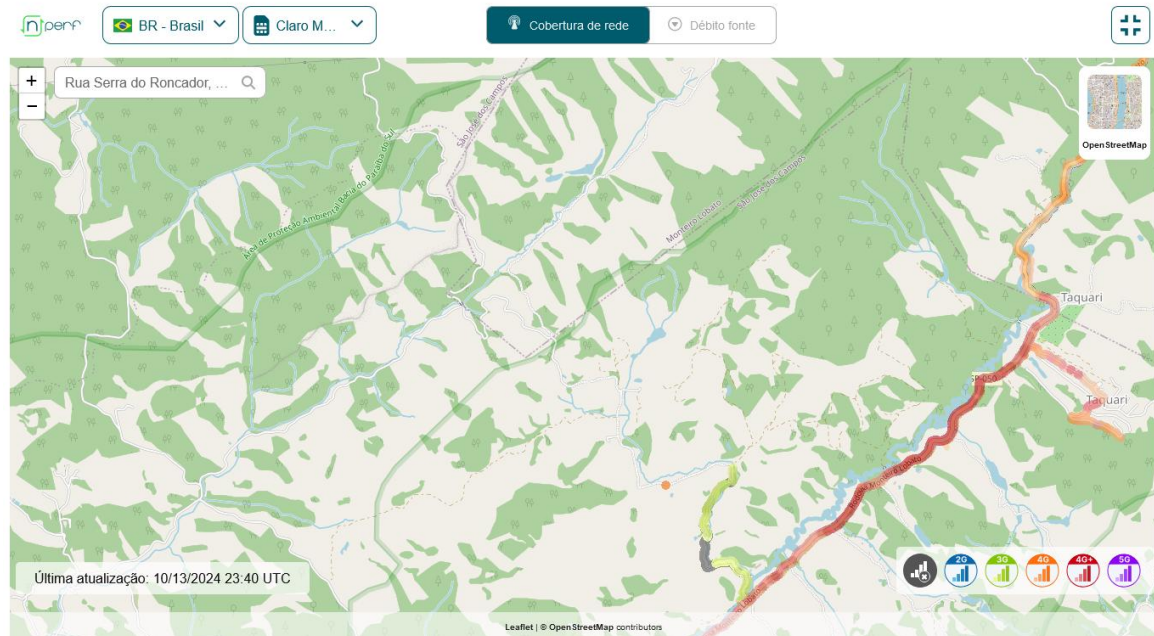
Figura 72 - Mapa da cobertura da operadora Vivo Mobile.



Fonte: nPerf, 2024.

Os mapas fornecidos pelo portal nPerf evidenciam que o sinal de telefonia móvel acompanha as principais vias de circulação - priorizando o atendimento nas proximidades de estradas intermunicipais, como ocorre com a SP-50 (Rodovia Monteiro Lobato) (figura 74).

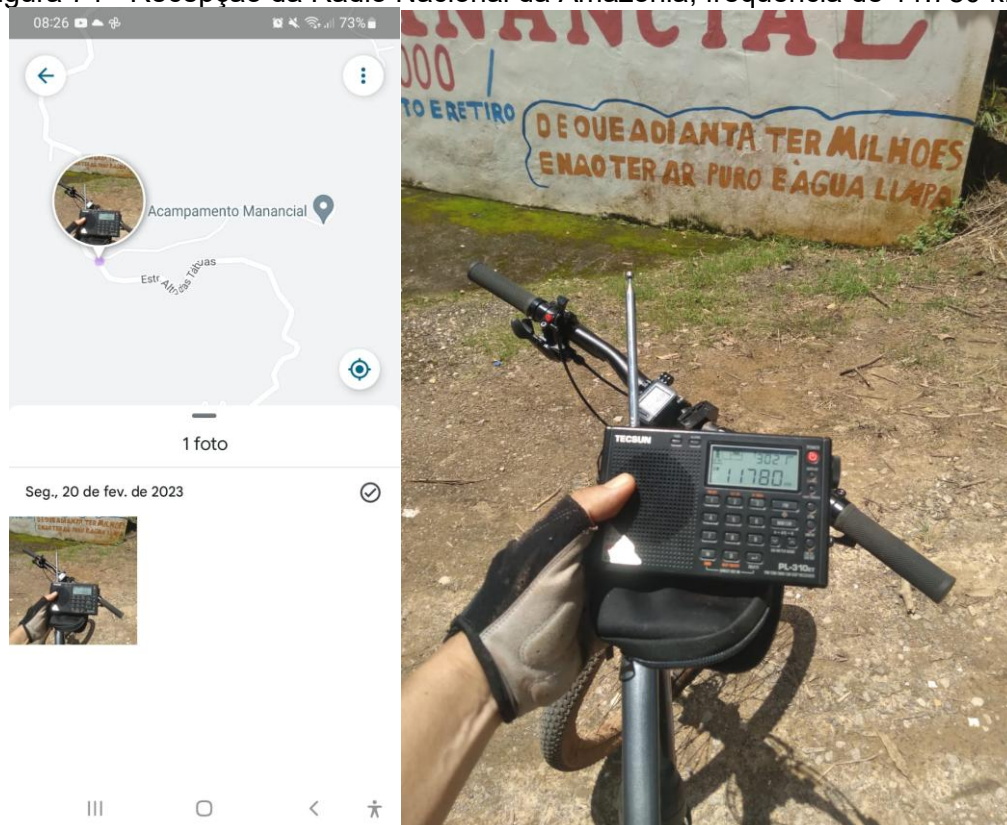
Figura 73 - Mapa da cobertura da operadora Claro Mobile.



Fonte: *nPerf*, 2024.

A mensagem exibida na figura 74 — “E que adianta ter milhões e não ter ar puro e água limpa?”, registrada em propriedade às margens da SJC-155 (Estrada Municipal José T. Azevedo, conhecida como Estrada da Água Soca) — suscita uma reflexão pertinente sobre nossa contemporaneidade: de que vale a humanidade dispor de tecnologias avançadas como fibra óptica e redes 5G, se permanecemos incapazes de universalizar o acesso à informação pública confiável?

Figura 74 - Recepção da Rádio Nacional da Amazônia, frequência de 11.780 kHz.



Fonte: Acervo do autor.

Nesse sentido, cabe destacar que, na localidade sem cobertura de dados móveis ou telefonia convencional, o sinal da Rádio Nacional da Amazônia - em 11.780 kHz (Ondas Curtas) - chegava com qualidade satisfatória.

Durante a cobertura, o noticiário da emissora informava em tempo real sobre o deslocamento das equipes de salvamento para São Sebastião (SP), após os deslizamentos de encostas que atingiram centenas de famílias em fevereiro de 2023.

O caso exemplifica a necessidade de alcançar os desertos de acessibilidade – físicos e sociais –, muitas vezes acessíveis apenas a pé ou de bicicleta (figura 75). Essas realidades, frequentemente invisíveis nas métricas de audiência analógica, repetiram-se no bairro do Turvo (São José dos Campos-SP), onde as chuvas do verão de 2023 isolaram por dois dias a SJC-338 (Estrada Municipal Antônio Ferreira da Silva, conhecida como Estrada do Costinha), ainda que com danos menores. Em grande parte dos trechos da estrada, especialmente nas áreas mais baixas e de vales, não havia nenhum sinal de telefonia celular. A única forma de comunicação viável era o rádio de ondas curtas, com a Rádio Nacional da Amazônia (11.780 kHz) chegando com clareza e transmitindo informações essenciais sobre o desastre.

Figura 75 - Registro da transposição de barreira, realizada com auxílio de bicicleta.



Fonte: Acervo do autor.

Em maio de 2024, com a enchente que impactou a população do Rio Grande do Sul - chuva incessante, enchentes e deslizamentos de terra (considerado o pior desastre climático no estado) -, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) trouxe importante contribuição à população afetada, com a ampliação da prestação de serviços “com programação especial de rádio”, conforme informou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secretaria de Comunicação Social [SECOM], 2024).

Segundo a Secom, a programação da Rádio Nacional chegou à Região Sul em Ondas Curtas. A parceria com as emissoras da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) permitiu que todas as estações de rádio interessadas (públicas, privadas, educativas, comerciais, comunitárias ou legislativas) formassem uma rede - nesses horários - com a Rádio Nacional, veiculando conteúdos em FM ou AM (SECOM, 2024).

A infraestrutura do Parque do Rodeador foi fundamental para que as transmissões em Ondas Curtas (6.180 kHz e 11.780 kHz) alcançassem a Região Sul, conforme publicação de 15 de maio:

No sábado, a EBC redirecionou parte das antenas do Parque do Rodeador, de onde opera a Rádio Nacional em ondas curtas, para cobrir a região Sul. Além disso, a estação segue cobrindo normalmente a região Amazônica, foco regular de atuação, desde a década de 1970. Os ouvintes e as emissoras interessados em integrar a rede poderão acessar a programação da Rádio Nacional, nos horários definidos (SECOM, 2024).

Segundo Pieranti *et al.* (2024, p. 3), “sem acesso à internet por causa das chuvas, a população recorria a esse meio de comunicação centenário — o rádio — em busca de informações sobre a situação local”. O veículo permaneceu como meio de comunicação essencial por cerca de duas semanas, até a restauração parcial dos serviços de infraestrutura.

Essa é uma evidência de que a radiodifusão pública ampliou as possibilidades de levar informação para auxiliar a população isolada, muitas vezes sem abrigo, sem energia elétrica e água potável. A programação levou também conteúdo musical, típico da região, como forma de alento frente ao estado de calamidade.

A chamada de 30 segundos da programação “Sintonia com o Sul” destacava:

SOS Rio Grande do Sul.

Se você quer saber tudo o que acontece no Rio Grande do Sul, sintonize os meios de comunicação confiáveis e com credibilidade. A Agência Brasil, por exemplo, faz a checagem de notícias para você, com foco nas informações compartilhadas nas redes sociais. Participe do projeto, compartilhe a verdade no site da Agência Brasil e confira o que é verdade e o que é notícia falsa. Rádio Nacional, em Sintonia com o Sul (SECOM, 2024).

Os serviços de radiodifusão sonora destinavam-se a atender a população vulnerável em áreas afetadas por desastres ambientais, reforçando a importância de suprir as urgências não apenas durante as situações de calamidade, “como no decorrer do tempo, em que os impactos vão se apresentando de forma contínua”, conforme afirmou Dalila Toledo (2024, p. 69).

Novamente ressalta-se o importante papel que a Rádio Aparecida desempenhou em 2020, ao transmitir, na frequência de Ondas Curtas, a cerimônia em homenagem às vítimas do crime de ruptura de barragens de rejeito de mineração ocorrido na região de Brumadinho.

A proposta de mapeamento da radiodifusão vai ao encontro do que Santos (2004a) entende por “cognoscibilidade do planeta”, em que:

O período histórico atual vai permitir o que nenhum outro período ofereceu ao homem, isto é, a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente. Isto nunca existiu antes, e deve-se, exatamente, aos progressos da ciência e da técnica (melhor ainda, aos progressos da técnica devidos aos progressos da ciência).

Esse período técnico-científico da história permite ao homem não apenas utilizar o que encontra na natureza: novos materiais são criados nos laboratórios como um produto da inteligência do homem, e precedem a produção dos objetos. Até a nossa geração, utilizávamos os materiais que estavam à nossa disposição. Mas a partir de agora podemos conceber os objetos que desejamos utilizar e então produzimos a matéria-prima indispensável à sua fabricação. Sem isso não teria sido possível fazer os satélites que fotografam o planeta a intervalos regulares, permitindo uma visão mais completa e detalhada da Terra. Por meio dos satélites, passamos a conhecer todos os lugares e a observar outros astros (Santos, 2004, p. 16).

Nessa oportunidade de mapear a realidade da radiodifusão, foram utilizados materiais e equipamentos à disposição, condizentes com a realidade disponível - seja por meio do transporte utilizado (não motorizado), seja no espaço que se habita (o domicílio), ou pelo veículo de comunicação popular (o rádio portátil à pilha).

Santos (2004a) reforça ainda que:

Os objetos retratados nos dão geometrias, não propriamente geografias, porque nos chegam como objetos em si, sem a sociedade vivendo dentro deles. O sentido que têm as coisas, isto é, seu verdadeiro valor, é o fundamento da correta interpretação de tudo o que existe. Sem isso, corremos o risco de não ultrapassar uma interpretação coisicista de algo que é muito mais que uma simples coisa, como os objetos da história. Estes estão sempre mudando de significado, com o movimento das sociedades e por intermédio das ações humanas sempre renovadas (Santos, 2001, p. 32).

Essa estratégia de publicização da informação - articulando geografia e geoprocessamento - renova o espírito investigativo ao transicionar do levantamento terrestre em áreas periurbanas para o monitoramento atmosférico/hertziano em escala global.

6.13 Comunicação Ribeirinha na Amazônia: Novas formas de produção do conhecimento na floresta

Em recente publicação, Toledo e Gomes (2024) abordam diretamente os desafios e avanços no campo da comunicação radiofônica, a partir da experiência concreta dos povos de dentro da floresta e seus desafios ambientais e socioespaciais

contemporâneos, incluindo suas conexões com pequenas cidades⁵⁸, realizando uma aproximação ao território de estudo da Amazônia Legal. O trabalho destaca novas formas de comunicação na região da Comunidade Santa Luzia do Baré (município de Maraã/AM), analisando a produção de conteúdo do canal “Ribeirinhas da Amazônia”.

Com o objetivo de esclarecer o cenário da comunicação na região, antes da chegada dos serviços da *Starlink*, foram acrescentadas nesse tópico três interações com transmissões ao vivo da Intercom e Abraço Brasil, expondo os limites e perspectivas da comunicação amazônica, antes da chegada da *Starlink* na região de Maraã.

Em junho de 2022, a interação durante o “3º Encontro da 1ª Temporada das LIVES Futuro da Pesquisa em Rádio - promovido pelo Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM” - permitiu enviar uma pergunta ao debatedor, Prof. Eduardo Meditsch: “É possível conceber um futuro para o rádio que transcenda os formatos tradicionais, migrando para plataformas de *streaming*, sem perder sua essência e relevância para os ouvintes da Amazônia Legal, como demonstra o caso da Rádio Nacional da Amazônia?”. Meditsch esclareceu que:

Espero que o *streaming* para a população da Amazônia não funcione como a internet que a gente está usando agora, porque a gente vê que essas questões não estão muito resolvidas.
O fluxo de *streaming* pela internet ainda passa por muitos problemas quando a gente está sentindo nesse exato momento.
(GP Rádio de Mídia Sonora da Intercom, 2022)

Em 21 de setembro de 2022, o presidente da Abraço Brasil, Geremias dos Santos, apresentou treze propostas aos dois principais candidatos à presidência. Tais propostas referiam-se à luta histórica por mudanças no setor de radiodifusão comunitária no Brasil (Abraço Brasil, 2022f). Nessa sintonia com a real necessidade de um novo marco regulatório para o setor popular, a tese parece caminhar no sentido de colaborar com a reconstrução da democratização da comunicação e com a criação de condições para a efetiva radiocidadania.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas últimas eleições presidenciais brasileiras, surge novo alento para a perspectiva de que a radiodifusão pública - comunitária, estatal e educativa - seja finalmente reconhecida como provedora de

⁵⁸ Evento organizado pela Rede nacional de pesquisadores de pequenas cidades, denominada Mikripoli e publicado na Revista Univap.

serviços indispensáveis à nação, integrando um novo marco civilizatório na agenda política do país.

A cobertura da posse presidencial de 2023, realizada pela Abraço Brasil (2023b), permitiu expor novamente as limitações de conectividade na Amazônia Legal, além de possibilitar a confrontação das práticas da entidade com o marco teórico estabelecido por Toledo e Gomes (2022) sobre radiodifusão comunitária como forma de resistência comunicacional.

Estiveram presentes representantes da Abraço Brasil dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Goiás, e Mato Grosso, simbolizando assim uma experiência de participação em um espaço de debate em escala nacional.

Definido o escopo da pesquisa - a dinâmica territorial da comunicação popular e a relevância nacional do meio radiofônico -, o representante da Abraço Rondônia ressaltou que:

A gente sabe muito bem que o rádio é um veículo de extrema importância no nosso país né.

Afinal de contas, nos pequenos municípios principalmente, nós não temos né por exemplo, não temos acesso a questão de televisão é difícil né, o sinal local.

Não temos sinal local em municípios pequenos, e internet também tem muitas localidades no Brasil que infelizmente, é uma internet que está, realmente, ainda tentando chegar.

Tem localidades por exemplo na Amazônia que infelizmente a população não tem acesso à internet.

Então realmente hoje o rádio ainda é o grande veículo de comunicação das massas, do trabalhador, da pessoa que muitas das vezes ganha aí, até um salário, um salário um salário-mínimo e meio, em média né, ou seja, são as grandes massas da população trabalhadora que tem um rádio como grande fonte de comunicação né (Abraço Brasil, 2023b).

A oportunidade de discutir os impactos territoriais da radiodifusão em um cenário de desconstrução tecnossocial trouxe importante contribuição ao encontro, evidenciando desafios de escala nacional. Reforçou-se o papel social do rádio frente à segregação socioespacial resultante da conjugação entre sistemas de objetos e ações - realidade em que muitos municípios ainda carecem de acesso à internet.

A associação do rádio a um veículo de comunicação de massa ressalta sua relevância, especialmente quando se considera o papel capilar da Abraço nas escalas local, regional e nacional, inclusive por meio de redes sociais digitais.

Ao apresentar o panorama da comunicação via internet até 2022, retomamos a citação de Toledo e Gomes (2024), justificada pela ênfase na experiência de imersão

e na relação com o objeto de estudo - particularmente na exploração da dinâmica entre o virtual e o real.

Considerou-se fundamental a manutenção dos serviços de comunicação pública de longo alcance, mesmo diante de novas tendências tecnológicas, como fator indutor de: a) novos hábitos de escuta; b) interação entre ouvintes e emissoras públicas; e c) mitigação da segregação socioespacial decorrente da ruptura do direito humano à informação e à cidadania (Toledo; Gomes, 2024, p. 1-2).

Essa condição vulnerável da radiodifusão pública deriva principalmente da carência de investimentos para manutenção da infraestrutura física, conforme analisado no tópico “Panorama da Desconstrução da Radiodifusão” (Toledo; Gomes, 2024, p. 1-2).

O vídeo “O rádio, nosso único meio de comunicação: isolados na Floresta Amazônica” (2022), utilizado como fonte de pesquisa e com mais de 57 mil visualizações no YouTube, sintetiza o cotidiano das jovens irmãs Fabíola e Fabiane Pedrosa (figura 76) e demais moradores da comunidade. O material documenta como recebiam avisos no interior do Amazonas - região então desprovida de telefone rural e internet (Toledo; Gomes, 2004, p. 5).

Figura 76 - Irmãs produtoras de conteúdo, região da Comunidade Santa Luzia do Baré.



Fonte: As Ribeirinhas da Amazônia, 2022.

Fabíola relata que:

É só através do rádio, da Rádio FM de Tefé, que chega os avisos aqui pra nós no interior.
Nossas famílias que estão lá na cidade, conseguem mandar recado pra gente que tá aqui.
Então, é dessa forma que a gente consegue saber o que está acontecendo lá (As Ribeirinhas da Amazônia, 2022).

Toledo e Gomes (2024) destacam que “A roda de mulheres, debaixo de um rancho, escuta atentamente os avisos festivos locais, na transmissão noturna da emissora localizada em Tefé, com ligeira perda de sinal, distante a aproximadamente 100 quilômetros dali.”

O vídeo produzido pelas jovens destaca parte da locução da emissora local:

A festa tem total segurança da polícia militar de Tefé e Maraã, e a venda de bebidas é por conta da comunidade. Fica proibida a venda de bebida alcoólica, se for pego, o mesmo pagará a despesa da festa e será expulso da comunidade.
Venha dançar, namorar e se divertir porque a festa é de paz e harmonia!
Lembrando: o indivíduo que bagunçar será amarrado no tronco do açazeiro (As Ribeirinhas da Amazônia, 2022).

Toledo e Gomes (2024, p. 5) retratam as dificuldades de acessibilidade física e social na região na região das jovens amazonenses:

Como parte da interpretação da realidade de deslocamento da região dos municípios de Tefé e Maraã, cabe destacar aqui que a plataforma Google Maps fica impossibilitada de fornecer o tempo de deslocamento entre uma localidade e outro diante da ausência de caminhos terrestres, seja para veículos motorizados, seja para deslocamento a pé ou bicicleta. Dessa forma, embarcações fluviais e emissoras de rádio cumprem um papel essencial na comunicação da população ribeirinha (Toledo; Gomes, 2024, p. 5).

A necessidade de superar as limitações da pesquisa - particularmente a impossibilidade de observação direta dos desafios comunicacionais (terrestres, fluviais e digitais) na Amazônia Legal - levou à criação de estratégias para conectar as produtoras de conteúdo de Santa Luzia do Baré com a equipe da Rádio Nacional da Amazônia. Essa ponte foi estabelecida através de redes sociais e canais de coprodução de conteúdo desenvolvidos ao longo do estudo.

Como resultado, abriu-se a oportunidade para que Fabíola relatasse seus desafios na produção de conteúdo diante das limitações de acesso à internet:

Nossa grande dificuldade, nosso maior desafio assim no início foi com relação à internet, que a gente não tinha.
[...] Nós tínhamos que se deslocar da Comunidade de Canoa, de rabetá, por 14 horas ou mais, viajar até a cidade mais próxima que é Tefé, e chegando lá a gente tinha um curto prazo, que ficava 3 dias na cidade, e nesses 3 dias a gente tinha que dar um jeito de mandar esses pedaços de vídeos pra eles (Empresa Brasil de Comunicação, 2024a).

A jovem relatou que “desde criança eu sempre via o sofrimento dos meus pais sabe, ao trabalhar com a agricultura. Trabalho muito pesado, e a gente tinha muita vontade de ajudar eles de alguma forma financeiramente”, apontaram Toledo e Gomes (2024, p. 5-6).

Com a demissão no período da pandemia, a jovem voltou a morar com seus pais quando surgiu a oportunidade de produzir conteúdo em sua região. A produção de conteúdo é a renda principal das jovens, e por meio dessa monetização, conseguiram terminar de construir um barco, que era um sonho. Com isso, o próprio barco passou a ser fonte de renda para a família (EBC, 2024a).

Fabíola ressaltou ainda “como foi trazer a internet para sua comunidade e o porquê desse interesse do público pelos conteúdos”, segundo a Empresa Brasil de Comunicação (2024a):

A internet não é mais um desafio nosso.
Quando foi no final de 2023, a gente conseguiu comprar a *Starlink*, que é aquela internet via satélite, e agora a gente consegue postar os vídeos fresquinhos, lá da Comunidade mesmo.
Sonho realizado. A gente conseguiu se superar, apesar da distância, das dificuldades (Empresa Brasil de Comunicação, 2024a).

Toledo e Gomes (2024, p. 6), destacam que:

A realidade das Ribeirinhas da Amazônia traz a dimensão da complexidade da comunicação social para os povos da Floresta Amazônica, seja por meio dos deslocamentos entre as comunidades e as cidades mais urbanizadas, ou por meio da comunicação informacional, que com a conexão via satélite, estabelecem novos hábitos e um novo arranjo no mapa das telecomunicações, com a capilarização dos pontos de acesso à internet via satélite e, conseqüentemente, uma nova densidade técnica, informacional e comunicacional (Toledo; Gomes, 2024, p. 6).

Desta forma, observa-se uma nova forma de comunicação emergente - aquela em que apenas o sinal das emissoras comunitárias em FM (rádios rurais) consegue chegar, suprimindo as lacunas dos serviços de radiodifusão pública e superando as limitações das transmissões em AM.

Um exemplo emblemático ocorreu quando a audição participante gerou desdobramentos inesperados e novas conexões: de um lado, a radiodifusão pública representada pela Rádio Nacional da Amazônia (RNA) e Empresa Brasil de Comunicação (EBC); de outro, produtores independentes - tanto aqueles voltados para os povos e comunidades da Amazônia Legal quanto os que atuam no universo das rádios comunitárias, transcendendo fronteiras geográficas.

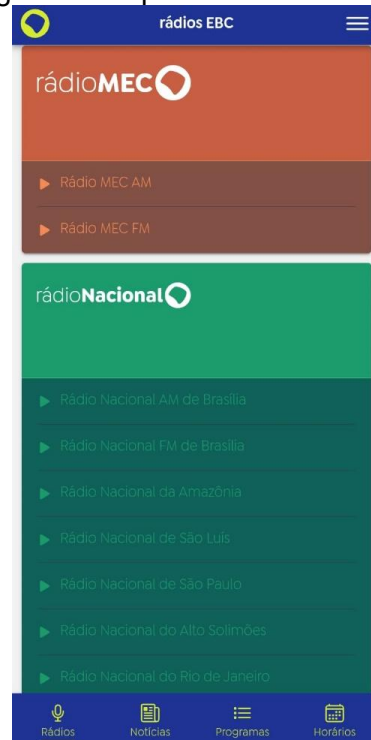
6.13.1 Densidades técnica, informacional e comunicacional

O trabalho de Toledo e Gomes (2024, p. 6) permitiu explorar as “categorias densidade técnica, informacional e comunicacional discutidas por Santos (2008), entre empresas públicas de comunicação (emissores) e ouvintes (receptores) por meio da radiodifusão e pelas redes sociais”.

A densidade técnica da empresa pública, que tem como foco principal a quantidade de tecnologia e complexidade técnica (infraestrutura) é representada pelo Parque do Rodeador, seu centro estratégico de operação.

Já a densidade informacional é representada pela quantidade de informação em um espaço ou contexto. Como exemplo, a estrutura do portal da radiodifusão pública com o sistema de Rádios EBC, composto pelas Rádios MEC FM, Rádio MEC AM, Nacional do Rio de Janeiro, Nacional de São Paulo, Nacional FM Brasília, Nacional AM Brasília, Nacional São Luís, Nacional Alto Solimões e Nacional da Amazônia aliadas a Radioagência Nacional (veículo público de comunicação que disponibiliza gratuitamente conteúdos radiofônicos); e a interface do aplicativo Rádios EBC (figura 77). Porém, apenas a Rádio Nacional da Amazônia, que utiliza a infraestrutura do Rodeador, será objeto de análise com o impacto decorrente da interrupção das transmissões em 2017.

Figura 77 - Aplicativo Rádios EBC.



Fonte: EBC, 2024a.

A densidade comunicacional é compreendida pela quantidade e qualidade da comunicação, fatores primordiais quando se fala no papel da comunicação social, alicerçada pelo compromisso com princípios de cidadania. Para Santos (2007, p. 19) “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

Assim como a liberdade, que segundo o próprio geógrafo, é uma conquista a se manter, a cidadania deve ser aprendida para que seja efetivamente conquistada e reconquistada em razão de que “a situação dos indivíduos não é imutável, está sujeita a retrocessos e avanços”, face ao Estado capitalista (Santos, 2007).

Para isso, Rizzatti (2015, p. 224) reforça que a informação “é considerada uma variável-chave do atual período histórico, denominado por Santos (1999) em “O território e o saber local”, como período técnico-científico-informacional”. Nesse sentido, a informação e a tecnologia constituem fatores indissociáveis de análise dentro da construção do conceito de radiocidadania, que pode ser interpretado como a intersecção dos conceitos de democracia e cidadania, sendo a comunicação, a tecnologia e a radiodifusão elementos fundamentalmente tautacrônicos para sua existência.

A afirmação de Rizzatti (2015, p. 225) - ao dizer que "a produção de informações ascendentes é uma possibilidade de resistência às mazelas causadas pela desigualdade socioespacial, inclusive à desigual distribuição das informações no território" - é o que aqui dá sentido ao conceito de densidade comunicacional: onde há densidade de troca de saberes e conhecimentos entre pessoas sobre o lugar e para o lugar onde residem, permitindo, assim, melhor compreensão do mundo frente à realidade manipulada pelas grandes corporações de mídia (Rizzatti, 2015, p. 225).

Esse construto teórico reforça a importância das mulheres - locutoras e produtoras de conteúdo - que assumem um papel de protagonistas ao levarem informações ascendentes da sua própria conquista pela acessibilidade física e informacional para as redes sociais, diante de uma realidade onde, muitas vezes, os veículos de comunicação pública não chegam: seja por falta de condições técnicas para alcançar todo o território nacional, ou mesmo porque quem passa a ter acesso à internet vê-se seduzido por outros serviços (redes sociais ou plataformas de transmissão), distanciando o cidadão de seus hábitos e tradições culturais.

Rizzatti (2015), ao citar Santos (1996, p. 6), em "A natureza do espaço", esclarece que "a análise das densidades técnica, informacional e comunicacional pode ser essencial para compreender grandes cidades e metrópoles da periferia do sistema mundo atual".

Essa tríade conceitual torna-se elemento basilar para que os estudos relativos à comunicação regional, possam ser analiticamente operacionalizáveis – em suas diversas faixas de transmissão Ondas Curtas, Ondas Médias e Frequência Modulada em seus diversos suportes (transmissão de antena, web rádio ou *podcast*) – dando condições para que a análise da geografia da desconstrução tecnossocial possa colaborar para uma nova cartografia da radiodifusão.

Se, por um lado, há ausência ou escassez de recursos técnicos para que a comunicação pública atinja efetivamente a população da Amazônia Legal; por outro, novos serviços de comunicação - ainda que privados, como o sistema de internet da *Starlink* (outro componente do sistema técnico necessário à radiodifusão) - estabelecem formas inéditas de conexão.

Em janeiro de 2025, a *Starlink* já disponibilizava seus serviços para grande parte da América Latina (figura 78). Segundo dados da *DeepSeek* (2025f): "A ausência da *Starlink* na Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname reflete uma combinação de fatores políticos, econômicos e comerciais".

Figura 78 - Disponibilidade da *Starlink* para a América Latina.



Fonte: *Starlink*, 2025.

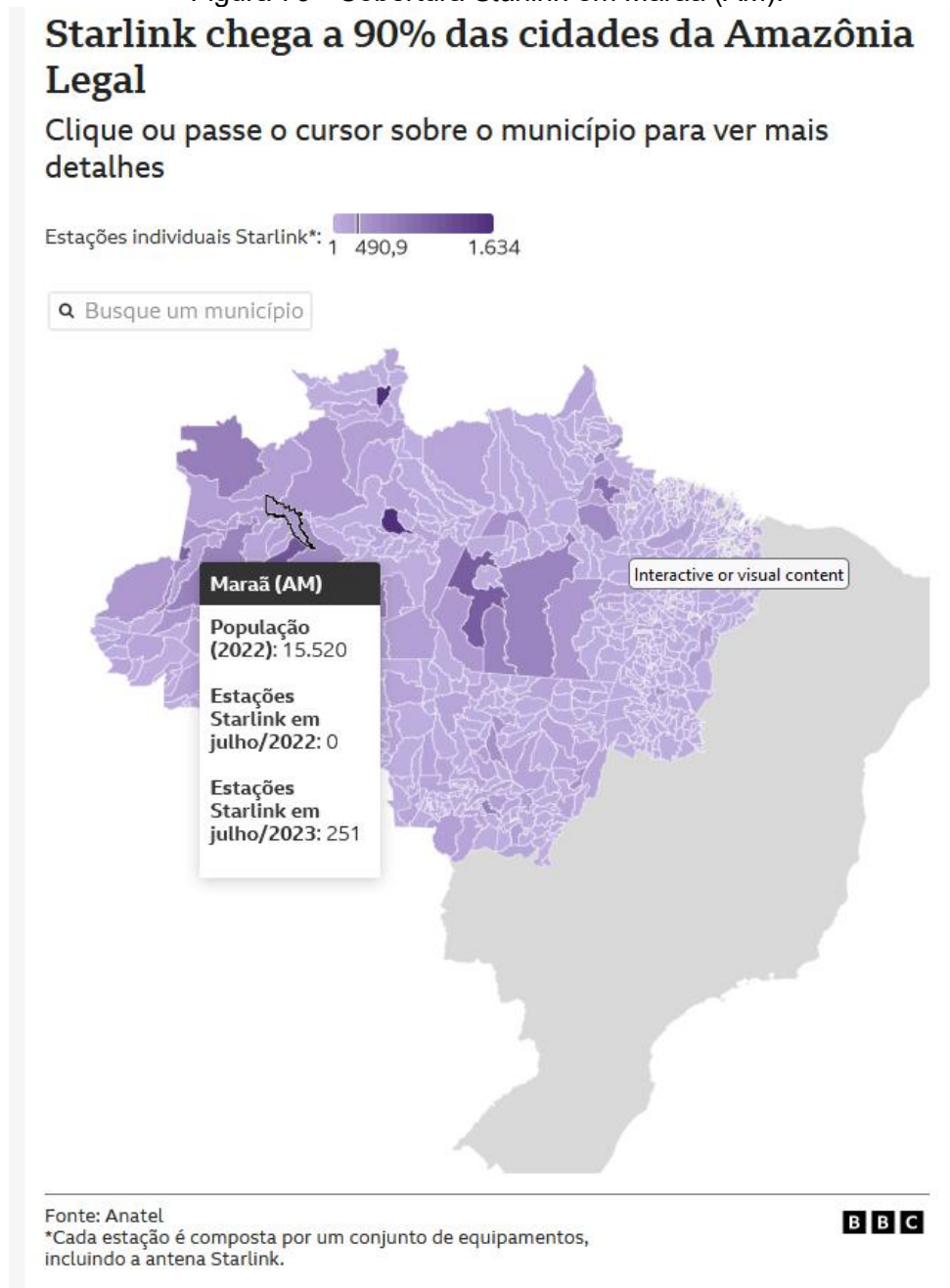
A figura 80 destaca o crescimento exponencial do oferecimento de estações da *Starlink*, na localidade de Maraã, onde as produtoras de conteúdo residem. Segundo dados da Anatel, publicados pela BBC News Brasil, entre julho de 2021 e julho de 2022 foram instaladas 251 estações de internet via satélite, em Maraã.

Mesmo diante desse novo arranjo nos mapas das telecomunicações que reflete na densidade técnica, informacional e comunicacional da Região da Amazônia Legal, cabe destacar que se não houver propostas para a regulação das plataformas digitais, educação midiática, soberania tecnológica e regulação econômica das plataformas, conforme apontaram os coletivos Intervezes, Coalizão Direitos na Rede e Fórum sobre Informação e Democracia, no I Seminário *Big Techs*, Informação e Democracia na América Latina, realizado em 2023, a sociedade estará vulnerável ao impacto das tendências tecnológicas que provavelmente, tendem a atuar em favor da reprodução da lógica capitalista, que atende o mercado econômico mundial.

Cabe destacar a baixa densidade de Estações de Rádio Base (ERBs) em Maraã, que possui apenas três torres de operadoras de telefonia móvel (figura 79) – frente a um total de 1.614 torres em todo o estado do Amazonas (figura 81). A chegada da internet via satélite, mediada pela relação entre operadores internacionais e

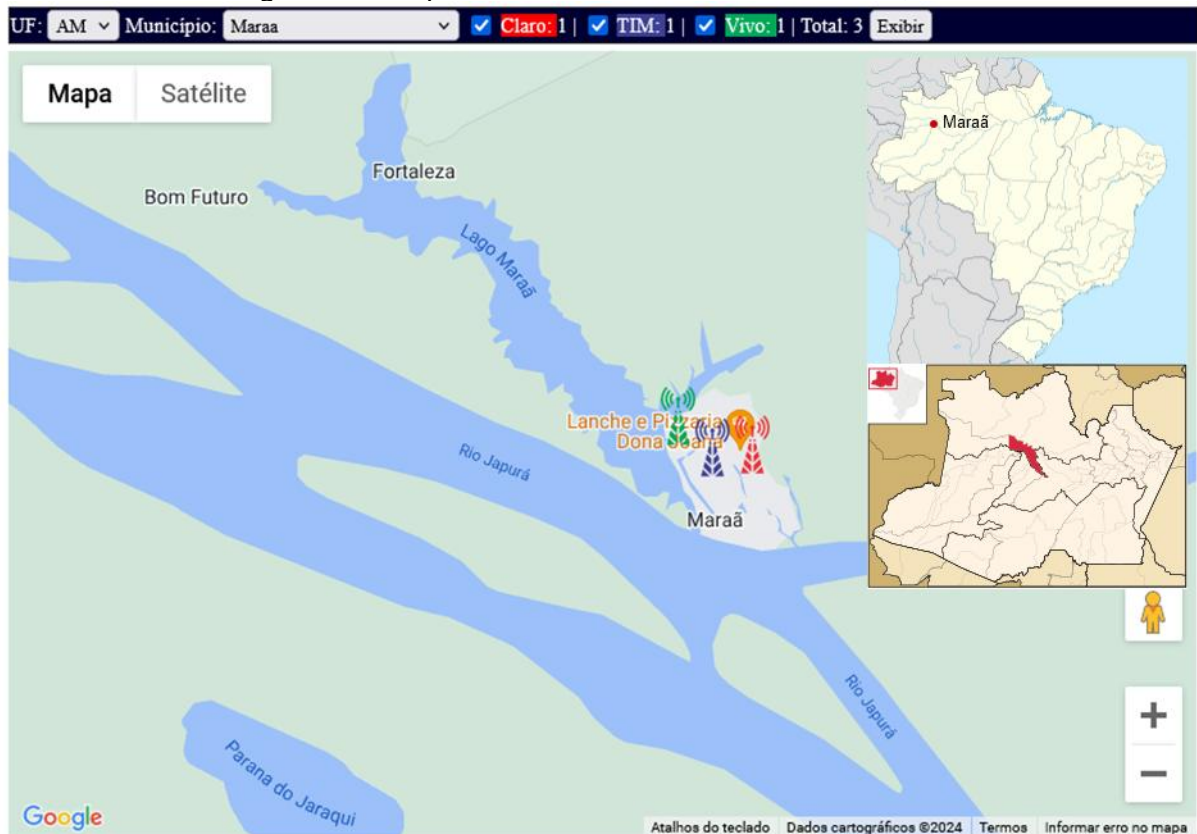
usuários locais, altera drasticamente o cenário comunicacional, gerando preocupações diante da ausência de regulação adequada para esses serviços.

Figura 79 - Cobertura *Starlink* em Maraã (AM).



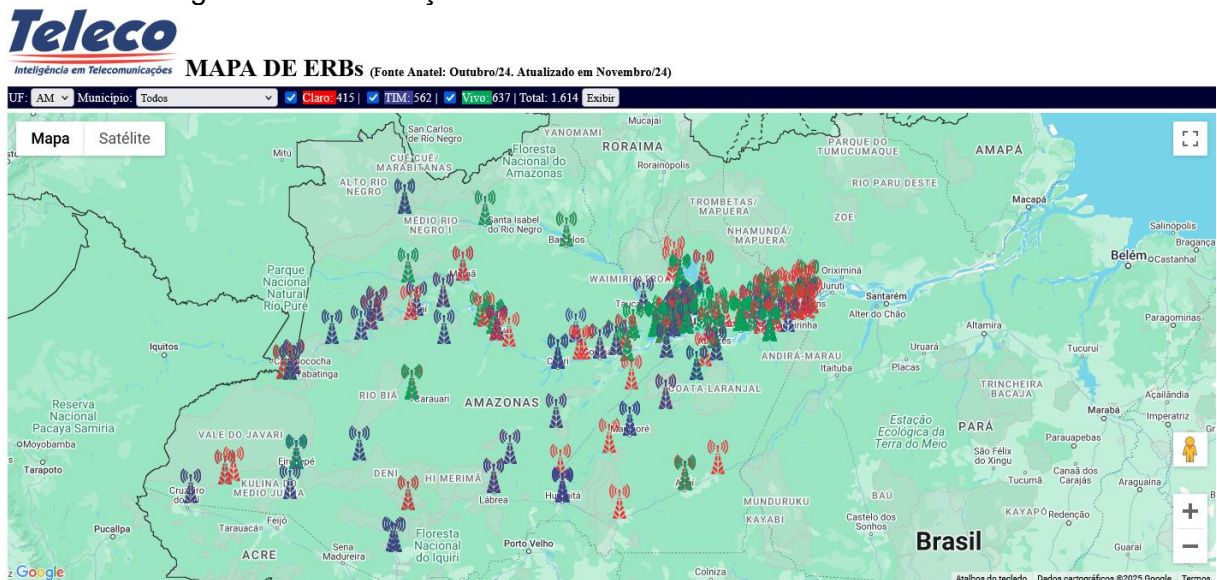
Fonte: Senra e Costa (2024).

Figura 80 - Mapa de cobertura de ERB's em Maraã, AM.



Fonte: Teleco, 2025.

Figura 81 - Distribuição de Torres de Telefonia Móvel no Amazonas.



Fonte: Teleco, 2025.

O trabalho de Toledo e Gomes (2024) considerou assim:

propor um debate dos desafios impostos pelas tendências tecnológicas e o impacto no território dos povos da Região da Amazônia Legal, que escancara

a vulnerabilidade da comunicação pública, onde a radiodifusão pública, de longo alcance, fica limitada pela falta de investimento público para manter sua infraestrutura de transmissão, frente a realidade da escuta diária da radiodifusão pública composta de ouvintes que vendem os ovos de galinha para comprar pilhas e alimentar o seu rádio de antena em oposição à internet via satélite que avança em escala exponencial, oferecendo conexão e oportunidade para jovens que obtêm renda ao colaborarem com a expansão da densidade informacional, responsável por levar a cultura local para além das fronteiras da floresta (Toledo; Gomes, 2024, p. 10-11).

Os autores reforçaram o alerta:

[...] onde a política pública não chega, levando informação de credibilidade e condições para um ideário de nação, as antenas do sistema *Starlink*, do empresário Elon Musk, chegam nas mãos também de garimpeiros, que passam a utilizar desse serviço de comunicação como munição para o avanço do desmatamento, para exploração mineral e nocivos desdobramentos relacionados à questão ambiental e social, se não houver propostas para a regulação das plataformas digitais, educação midiática, soberania tecnológica e regulação econômica das plataformas (Toledo; Gomes, 2024, p. 11).

Diante da precariedade de acesso aos serviços de internet apontada, refletiu-se sobre a importância de garantir cobertura nacional - seja por meio de antenas e rádios à pilha, seja pelo sinal da TV Digital aberta. Essa prioridade não deve restringir-se à TVT e Rádio Brasil Atual, mas constituir um desafio também para a TV Brasil e Rádios EBC. Trata-se de uma tarefa urgente em um cenário no qual, conforme Charleaux (2023), “a Starlink, rede de internet via satélite do bilionário Elon Musk, é o principal provedor de banda larga na Amazônia Legal”.

Não há como analisar a geografia da radiodifusão sem considerar o papel protagonista da Starlink na geopolítica das telecomunicações globais. Charleaux (2023) adverte ainda para o “lado negativo da expansão da Starlink”:

A Polícia Federal acredita que antenas da *Starlink* se tornaram ferramentas de comunicação em atividades ilegais. Garimpeiros, traficantes de madeira e de drogas estão substituindo o rádio pela internet via satélite. Então, os equipamentos da empresa de Elon Musk seriam itens comuns em apreensões realizadas por autoridades locais, como o Ibama. Eles aparecem ao lado de ouro, armas e munições encontradas com os criminosos. Procurada pela BBC, a *Starlink* não retornou o pedido de comentários sobre o uso das antenas da empresa em ações criminosas na Amazônia. Outras questões abordadas são a segurança nacional e o fornecimento de serviços vitais. Especialistas defendem que sistemas de comunicações, como a companhia de Elon Musk, deveriam passar por algum tipo de controle governamental. Isso impediria que decisões unilaterais feitas por uma empresa afetasse, por exemplo, o funcionamento de uma cidade. O tema é importante por causa de eventuais dissidências políticas, conforme ocorreu na operação da *Starlink* na Ucrânia (Charleaux, 2023).

Como ações prioritárias, destacam-se políticas públicas que garantam a comunicação pública credível em escala nacional, assegurando o acesso à totalidade da população.

Segundo artigo publicado no jornal online “Amazonas Atual”, Araújo (2024) informa que a empresa chinesa *SpaceSail* iniciou negociações com o governo federal para oferecer internet em regiões isoladas do país:

O governo federal assinou nesta terça-feira (19) acordos com a empresa chinesa *SpaceSail* e com a Administração Nacional de Dados da China para a condução de estudos sobre a demanda por internet via satélite no Brasil. O principal objetivo é avaliar a viabilidade de parceria para instalação da rede em locais onde a infraestrutura de fibra óptica não chega, como em áreas rurais.

A iniciativa representa uma oportunidade de cooperação internacional para expandir a conectividade em áreas remotas do território nacional.

Soma-se também o projeto “Conexão Povos da Floresta” que tem como missão “Conectar em rede, através de internet banda larga, as comunidades dos povos da floresta (indígenas, quilombolas e extrativistas) na Amazônia brasileira” (Conexão Povos da Floresta, 2025).

O projeto tem como objetivo de:

Até 2025, conectar em rede 1 milhão de pessoas em mais de 5 mil comunidades da Amazônia brasileira, entre aldeias indígenas e comunidades quilombolas e extrativistas em áreas protegidas, provendo a inclusão digital consciente através de programas de educação, saúde, empreendedorismo, proteção territorial e cultura (Conexão Povos da Floresta, 2025).

A Comunidade de Dourado, localizada no distrito de Santarém, é uma das regiões atendidas pelo projeto.

Desta forma, o papel das Ribeirinhas da Amazônia vai além de evidenciar a complexidade da comunicação social para os povos da floresta: destaca igualmente as potencialidades da comunicação horizontalizada na ampliação das perspectivas cidadãs das populações em pequenos municípios da Amazônia Legal (Toledo; Gomes, 2024, p. 11).

Nesse sentido, soma-se a contribuição da pesquisadora Sônia Pessoa que trouxe importante questionamento ao debater a pesquisa em rádio no Brasil: o do papel das mulheres. Comenta que:

Eu só vejo pesquisa hoje com essa proposta coletiva com a formação de redes e com financiamento e André e todos os homens que estão conosco nessa *Live* que me desculpem o que eu vou falar agora, mas eu penso que o

futuro da pesquisa em rádio depende do comando das mulheres e do olhar feminino que as mulheres dão pra esse tão querido objeto de estudos.

Acho que nós estamos enfrentando, assim como já teve a Virada Linguística, a Virada Afetiva e várias Viradas nos campos diversos, de pesquisa, nós estamos nos preparando para uma “Virada do Olhar Feminino sobre o Rádio”.

O rádio durante muitos anos foi feito e constituído por homens. Por um universo masculino em que as mulheres eram minoria, em que as vozes femininas pouco apareciam e que a força do mercado de trabalho estava potencialmente na mão da masculinidade.

Assim também foi na pesquisa e nós estamos nos movendo, a cada momento, para mostrar outros olhares, outras possibilidades.

Nós queremos vocês juntos conosco. Não é um movimento separatista, de modo algum, mas é preciso que a gente acolha outras possibilidades de olhares para que a gente também faça essas modificações, que elas só não fiquem só no campo do digital e nos nossos discursos. Que elas estejam no nosso modo de olhar a pesquisa em estudos radiofônicos (Intercom, 2023).

A contribuição da pesquisadora Sônia Pessoa retrata o atual cenário da comunicação radiofônica brasileira, com a expressiva participação de mulheres na locução, produção, edição, pesquisa e liderança em movimentos sociais.

6.14 Gênese de uma compreensão da geografia da radiodifusão brasileira em tempos de convergência tecnológica: Relação espaço, sociedade e comunicação

A teoria do espaço de Milton Santos traz a oportunidade de aspirar por uma nova geografia da radiodifusão, correlata a outra globalização baseada em outras condições de vida para o grande contingente populacional que vive o impacto de desigualdades socioeconômicas e espaciais de modo cada vez mais agravado, sem limites morais.

Milton Santos deixa claro que é fundamental “tentar ver, a partir do presente, o que se projeta no futuro” para que se possa entender o mundo global. Pensar no futuro da radiodifusão hoje, requer, essencialmente, compreender a técnica e as mudanças intrínsecas à própria evolução tecnológica dos meios de telecomunicações, e todo o impacto social e territorial para populações segregadas (Tendler, 2006).

A atmosfera de confinamento vivida em 2020, imposta pela dinâmica da quarentena ou *lockdown*, é um exemplo de mudança que exigiu de jornalistas, documentaristas e profissionais autônomos do meio de comunicação, a intensificação do trabalho - no âmbito de novas tecnologias - em seu espaço residencial. Um novo

escritório conectado com o mundo global. Este é o ambiente *home office*. Um novo tempo social se impôs. A técnica de produção e compartilhamento da informação, como é o caso dos *podcast* e *videocast*, representa um novo uso social do tempo, e como consequência, mudança na organização do espaço. Já não são necessários os equipamentos de edição, transmissão (estações e torres) e pessoal envolvido na logística de uma emissora de rádio. Entrevistador e entrevistado estabelecem a comunicação apenas com um equipamento com acesso à internet: microcomputador ou *smartphone*.

Diante de uma nova forma de produzir um novo tempo social, novo espaço e do próprio futuro da radiodifusão, é real a sobrevivência do rádio como veículo fundamental nas telecomunicações, por meio da internet. Ao invés de grandes antenas de transmissão e potentes geradores de sinais, servidores de internet permitem que a transmissão atinja todo o globo, por sítios de internet e aplicativos instalados em smartphones, *smart* TVs e tablets. É um canal que exige do ouvinte recursos mínimos para que possa receber o sinal. População que não tiver acesso à rede mundial de internet estará isolada de conteúdos nesse suporte.

Espera-se que o velho rádio à pilha, sintonizado nos espectros de frequência de maior alcance, permaneça resistente nos domicílios enquanto o Estado não ofereça condições para que a comunicação seja efetiva. A 13ª proposta sugerida pela Abraço Brasil, no Anexo VII, ao “disponibilizar as frequências do rádio de amplitude modulada - AM para entidades e organizações da sociedade civil”, é uma oportunidade de ampliar a efetivação da radiodifusão comunitária conforme legislação vigente, Lei 9.612/1998.

Deve-se entender ainda que as condições não são apenas de ordem de infraestrutura física. É preciso um grande investimento para que se reestabeleça a cultura do rádio originária no instante em que a “inquietação de Edgard Roquette-Pinto foi fundamental para que seu sonho de rádio educativa se tornasse realidade com a fundação da Rádio Ministério da Educação (Rádio MEC)”, como apontado por Toledo e Gomes (2020).

Essa estimativa quanto ao futuro da radiodifusão nos permite a leitura de uma inversão quanto às condições básicas de transmissão e recepção. Como já dito, as emissoras deixarão de necessitar de grandes áreas físicas para instalar e acomodar todo aparato técnico de transmissão tradicional. Por outro lado, o ouvinte terá que

contar com mais infraestrutura para acesso à informação: acesso a rede de internet ou sinal de operadora de telefonia móvel, um *smartphone* ou microcomputador. Enfim, essa mudança em curso trará benefício para quem? Este é um prenúncio de inovação ou retrocesso? Faz-se necessário repensar o papel do Estado que, na baila da política neoliberal, do Estado mínimo, legítima nos decretos e medidas provisórias, o desejo e interesse de grupos detentores do monopólio das telecomunicações no país.

Que a utopia da radiocidadania transforme-se na realidade de um novo território, constituído por uma atmosfera da radiodifusão transnacionalizada, onde a comunicação poderá unir horizontalmente comunidades, nações, desconstruindo a democracia do mercado e construindo a democracia social e da informação. Possibilidades reais para a efetividade de um mundo verdadeiro, total, moral e humano.

É importante destacar que este exercício cartográfico - a geografia da radiodifusão, analisada através da variável tecnológica - interfere diretamente tanto na geografia da comunicação radiofônica quanto no acesso a essa comunicação.

6.14.1 Relações centro-periferia na comunicação pública: o papel das capitais na dinâmica de alcance territorial do rádio e da TV

O modelo brasileiro de radiodifusão consolida-se a partir de uma relação centro-periferia, com as capitais federais exercendo hegemonia sobre o alcance territorial e a programação de rádio e TV, relegando às regiões periféricas um papel secundário na dinâmica comunicacional do país.

Ao levar em consideração a primeira transmissão radiofônica reconhecida oficialmente, é necessário informar que ela ocorreu nas cerimônias de celebração do centenário da independência, em Sete de Setembro de 1922.

Glen Valente, presidente da EBC em 2022, destacou que:

A primeira transmissão de rádio feita em 1922 a partir das estações instaladas no Rio de Janeiro, então capital federal, revolucionou a comunicação e a cultura brasileira. Hoje, o veículo mantém sua relevância e permanece em constante transformação. Ao integrarem o território nacional pela informação, boa música e veiculação de utilidade pública, as emissoras de rádio geridas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) escrevem sua história junto com a própria história das transmissões radiofônicas no país (EBC..., 2022).

O pioneirismo das transmissões radiofônicas no país, tendo como referência o ano de 1922, é marcado pela influência da centralidade da capital federal. Em um

primeiro momento, a centralização decorreu de interesses comerciais, considerando que:

Apesar da primeira transmissão de rádio no Brasil ter acontecido durante a celebração do centenário da Independência, o início efetivo e regular das transmissões ocorreu somente no ano seguinte, graças ao esforço de Roquette-Pinto.

Ele tentou convencer o governo a comprar os equipamentos da empresa Westinghouse, mas não obteve sucesso. A aquisição foi feita então pela Academia Brasileira de Ciências, da qual era secretário. Em 1923, entrou no ar a Rádio Sociedade Rio de Janeiro.

A emissora pioneira é a atual Rádio MEC. Em 1936 ela foi doada pelo próprio Roquette-Pinto ao Ministério da Educação. No mesmo ano, foi fundada a Rádio Nacional, a princípio como emissora privada, incorporada na década de 1940 ao patrimônio da União (EBC..., 2022).

Em 31 de maio de 1958, quando a Rádio Nacional de Brasília entrou no ar, o discurso do presidente Juscelino Kubitschek - ao anunciar uma nova dimensão de centralidade - já revelava o duplo papel estratégico da emissora: vetor de integração nacional no projeto desenvolvimentista e marco simbólico da futura capital, que só seria inaugurada dois anos depois:

Das vertentes amazônicas às coxilhas gaúchas, e dos contrafortes andinos ao litoral atlântico, Brasília fará ouvir a sua voz, a partir deste momento, graças aos possantes transmissores da Rádio Nacional, que ora inauguramos. Milhões de lares disseminados nos mais recônditos recessos do nosso território participarão, assim, de ora em diante, da presença física e da convivência de Brasília, e reconhecerão a fisionomia familiar desta nova metrópole.

Na mensagem diária da tenacidade e do arrojo dos que estão travando esta grande batalha patriótica no Planalto Central, brasileiros de todos os quadrantes recolherão o eco das emissões cotidianas da Rádio Nacional de Brasília, como um apelo ao seu patriotismo e ao seu entusiasmo cívico (...)

A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de união entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais" (EBC, 2019b).

A Rádio Nacional de Brasília passa a ser incorporada à recém-criada Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), na década de 1970, com a função de:

divulgar as realizações do governo federal nas áreas econômica, política e social. A capacidade de transmissão é aumentada, tornando a programação mais diversificada com serviços ao cidadão, noticiário e programas musicais e de variedades (EBC, 2019b).

Dessa forma, "...a Rádio Nacional AM foi criada em 1958 para apoiar a construção da capital e, em 1976, estreou na frequência FM – a primeira a operar no Distrito Federal" (EBC, 2024a).

Posteriormente foi criada a Rádio Nacional da Amazônia que:

transmite em ondas curtas desde 1977 para a região da Amazônia Legal, com cobertura de mais da metade do território brasileiro. Alcança, potencialmente, 60 milhões de habitantes (EBC, 2019b).

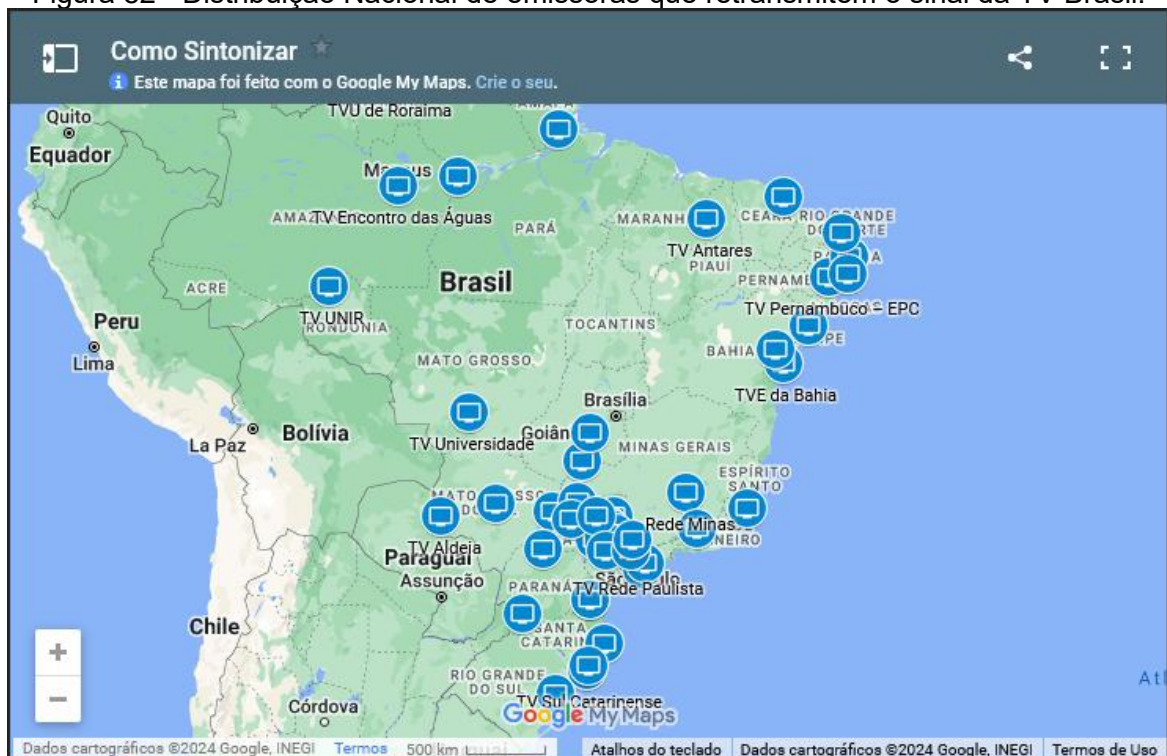
Para que esse novo polo de transmissão da radiodifusão pública pudesse adquirir maior potência:

Em 1979, é inaugurado o Parque do Rodeador, que está localizado entre Brasília e a cidade-satélite Brazlândia. É nessa época que a rádio passa a operar com uma característica bastante peculiar: de manhã, ela era transmitida com 50 kW de potência pelo antigo transmissor localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). À noite, o novo potente transmissor de 600 kW levava a programação da emissora para todo o país (EBC, 2019b).

Dessa forma, a localização geográfica dos estúdios e do parque de transmissões em Brasília foi estrategicamente determinante para que as transmissões da radiodifusão pública brasileira - por meio das Ondas Curtas e Ondas Médias - pudessem alcançar maior área territorial do país, dentro do meio de transmissão hertziano.

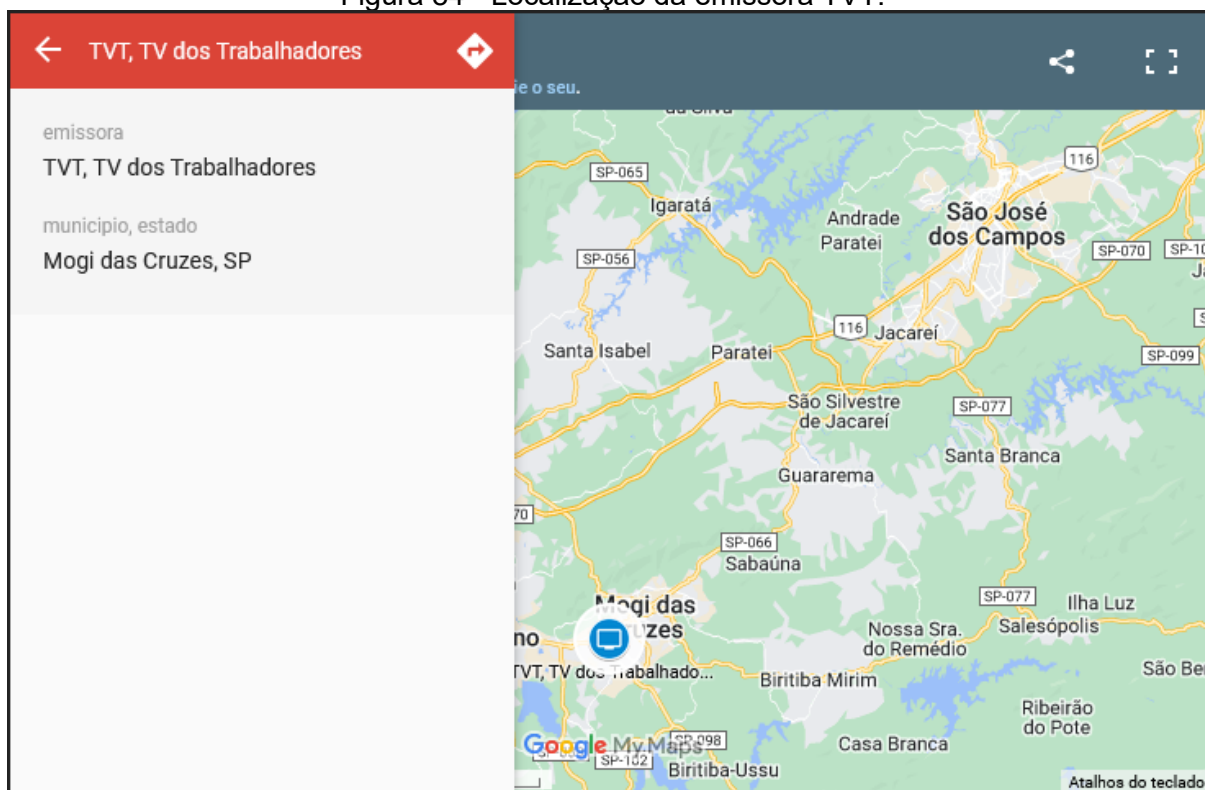
Se for observada a cobertura de alcance do serviço de Transmissão da TV Brasil oferecido pela EBC e TV Brasil atualmente, é possível observar um cenário que é atendido nas grandes capitais e regiões metropolitanas, conforme figura 82.

Figura 82 - Distribuição Nacional de emissoras que retransmitem o sinal da TV Brasil.



Fonte: EBC, 2024b.

Figura 84 - Localização da emissora TVT.



Fonte: EBC, 2024b.

6.14.2 Regionalização da radiodifusão pública: um passo para novos horizontes?

Em janeiro de 2023, a EBC informou em seu sítio eletrônico: “Moradores de Atibaia (SP) terão acesso ao conteúdo da EBC no rádio e na TV. Consignação de canais, publicada no DOU desta quinta-feira (12), é para transmissão com fins exclusivamente educativos” - destacando que:

Moradores da cidade de Atibaia (SP) terão mais uma opção de conteúdo no rádio e na TV. O Ministério das Comunicações (MCom) publicou, no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (12), a consignação do canal 27 (televisão) na cidade e da frequência 87,1 MHz no rádio para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A medida é restrita à transmissão de conteúdos educativos e deve contemplar cerca de 145 mil pessoas.

A partir da consignação e antes de iniciar a operação, a empresa deve observar os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e para a solicitação do licenciamento da estação (EBC, 2023j).

Em 17 de janeiro de 2023 o autor abriu uma Manifestação na plataforma Fala.BR, sugerindo a expansão da cobertura para a Região do Vale do Paraíba.

Em 7 de fevereiro de 2023, a manifestação foi formalmente respondida, conforme documentado no Anexo VIII.

A devolutiva da EBC foi que "Nesse momento não há previsão de instalação de equipamentos digitais na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de São Paulo". Foram oferecidas alternativas, quatro delas, dependentes do serviço de internet (WebTV, TV Brasil Play, Web Rádios EBC) e canais por assinatura e antena parabólica.

Tendo como referência que a transmissão da Rádio Nacional da Amazônia é disponibilizada na recepção de antena parabólica, banda C, nova manifestação foi aberta, em 28 de junho de 2023:

Soube que o conteúdo das Rádios EBC (Ondas Curtas, Ondas Médias e Frequência Modulada) estão disponíveis na transmissão via satélite para equipamentos com recepção de antena banda C.

Minha sugestão é que seja realizada a transmissão na banda Ku, havendo compatibilidade com os equipamentos disponibilizados gratuitamente pelo governo federal, tendo em vista que os equipamentos da banda C estão ficando escassos no mercado e com um preço elevado.

Sendo assim, há previsão para que a grade de programação das Rádios EBC sejam disponibilizados nesses equipamentos na banda Ku? (Toledo, 2023)

Em 21 de julho, a equipe de atendimento da Ouvidoria da EBC respondeu que:

Sobre sua demanda, a Gerência de Projetos e Desenvolvimento de Engenharia Rádios agradece o contato e informa que a EBC está estudando a contratação para transmissão de seus sinais na Banda KU, a fim de possibilitar os clientes que não possuem filtro de mitigação da interferência do 5G receberem os sinais. Atualmente a EBC distribui seus sinais na Banda C pelo Satélite *StarOne D2*, por aplicativo de *streaming* e pelos canais de TV por assinatura (Equipe de Atendimento, Ouvidoria, EBC, 2023).

Diante desse cenário "difícil", torna-se desafiador acessar informações de emissoras públicas e educativas, superando os obstáculos impostos por plataformas que vão além dos equipamentos tradicionais – como televisão e rádio de antena/pilha.

Vale citar que em 18 de março de 2023, o recém nomeado presidente da EBC, o jornalista Hélio Doyle, em entrevista cedida ao Programa Revista Brasil TVT, afirmou que "temos uma nova EBC e vamos chegar a todo canto do país" (Rede TVT, 2023).

Ao ser indagado pela jornalista Ana Rosa Carrara, quanto ao conteúdo que seria disseminado, diante da diversidade e pluralidade cultural e regional bastante grande no país, se estaria nos planos da EBC entender e incorporar essa diversidade na produção da EBC, Doyle informou que:

Certamente e até por obrigação.

Primeiro assim, uma obrigação moral de que o canal público de âmbito nacional tem essa obrigação. Mas nós também temos uma obrigação legal. Nós temos que ter um percentual da nossa programação regionalizada e por isso que quando a gente fala em ter um bom entendimento, em ter um bom relacionamento com essas emissoras espalhadas por todo o país, é também nesse sentido que a gente recebe a produção deles (Rede TVT, 2023).

Dessa forma, evidenciou-se o interesse do então presidente da empresa pública em honrar um compromisso moral com a sociedade. A própria Ouvidoria da EBC, ao responder sobre a cobertura do sinal da TV Brasil no Vale do Paraíba, não previu que essa posição institucional seria mantida.

Mesmo com as limitações do sinal digital da TVT, o autor obteve a entrevista por meio do canal oficial da TVT no *YouTube* – demonstrando como a internet se consolida como meio alternativo para disseminação de conteúdo televisivo, graças à reprodução assíncrona.

Esse tópico suscita uma reflexão crítica: qual o papel real de uma empresa pública de comunicação no Brasil? Seus limites, perspectivas e entraves políticos-administrativos ficaram ainda mais evidentes após a saída do jornalista Hélio Doyle da presidência – apenas oito meses após o início de seu mandato.

6.14.3 É possível pensar em uma nova centralidade/racionalidade comunicacional?

A essa geografia corresponde uma capilaridade da rede transmissora e receptora do rádio de antena e, além disso, ultrapassa o território hertziano ou atmosférico, contrapondo-se e/ou convergindo às webs rádios e redes sociais, e por isso, descolando-se, em parte, do uso do território terrestre.

A internet torna-se assim um expoente para essa capilarização. Com as transmissões da programação que transbordam pelas redes sociais, diante da evolução tecnológica, gera-se a oportunidade de levar informação, pela natureza de rede, entre suas emissoras associadas.

Como exemplo, a TV dos Trabalhadores – e estendendo também à rede de rádios comunitárias, como é o caso da Abraço Brasil, de modo a cobrir lacunas deixadas pela dificuldade em oferecer um conteúdo educativo livre, em meios de recepção populares, a exemplo dos receptores de TV e rádio, e somando ao desligamento de emissoras tradicionais em Ondas Médias e Ondas Curtas.

O capítulo destinado ao mapeamento da radiodifusão pública possibilita pensar em uma nova geografia da radiodifusão. De um lado, a infraestrutura dos serviços de comunicação pública, de maneira geral, não é mais aquela ancorada e dependente de grandes áreas no espaço urbano para acomodar parques de transmissões com antenas e estais de sustentação. E de outro lado, a população que dispõe de acesso à internet, tem à sua disposição, uma variedade de possibilidades de receber conteúdo informacional.

Esse estudo evidencia, portanto, um dilema estratégico entre duas vias complementares: por um lado, a necessidade de retomar investimentos em infraestrutura de transmissão (antena analógica e DRM digital) e, por outro, a urgência em implementar políticas públicas robustas de inclusão digital – garantindo acesso universal a dispositivos conectados, internet acessível e disponibilidade de conteúdos radiofônicos em plataformas online.

O modelo brasileiro de radiodifusão consolida-se a partir de uma relação centro-periferia, com as capitais federais exercendo hegemonia sobre o alcance territorial e a programação de rádio e TV. Enquanto muitas pequenas cidades da Amazônia mantêm acesso - ainda que limitado - aos serviços de comunicação, inúmeras comunidades rurais e ribeirinhas da região permanecem isoladas, relegadas a um papel secundário na dinâmica comunicacional do país.

Esse capítulo afirma a responsabilidade de tornar público o lugar de fala de muitos docentes, pesquisadores e ouvintes que têm o rádio como espaço de convivência e de luta.

Os dados obtidos por meio da escuta radiofônica ultrapassam um mero diagnóstico do cenário de ocupação do espaço comunicacional. A pesquisa possibilitou o georreferenciamento de áreas específicas onde o rádio assume função social essencial, particularmente em contextos de catástrofes e vulnerabilidade socioambiental.

Nesse sentido, os dados apresentados procuraram retratar o mapeamento da radiodifusão, ou seja, registram a audiência da radiodifusão pública que, por muitas vezes, não é possível ser quantificada em locais onde não há outro meio de comunicação, que não seja o rádio analógico.

Um novo exercício analítico - fundamentado em uma abordagem empírica - propõe formas alternativas de ler e interpretar o espaço urbano, mesmo diante das

atuais tendências tecnológicas que privilegiam as plataformas digitais. Diante desse cenário, cabe refletir: qual será o futuro do rádio e, principalmente, para quais segmentos da população esse futuro estará acessível?

7 RADIOCIDANIA: GÊNESE DE UMA NOVA GEOGRAFIA DA RADIODIFUSÃO

Busca-se explorar, aqui, o tema da acessibilidade social centrado no rádio como veículo de informação e comunicação, sobretudo para populações em áreas distantes e/ou desprovidas de recursos ou infraestruturas de acesso. Pretende-se contrapor a discussão da desconstrução tecnossocial da radiodifusão brasileira com as racionalidades e ações de resistência, centradas no modo de comunicar que, em sua natureza, revela a espécie de comunidade que se tem e deseja construir.

Nesse sentido, cabe perguntar: como as experiências dos ouvintes de rádio podem construir representações sociais de pertencimento a redes de sociabilidade? O autor traz à discussão o papel ativo do ouvinte e uma releitura da cultura de ouvir o rádio: uma força de resistência contra os discursos da desinformação, que vai além do caráter passivo do ouvinte. É a cidadania da escuta.

A investigação sobre radiodifusão nesta tese ganhou relevância nos últimos anos, em contraponto ao cenário de comunicação hegemônica dominado por conglomerados de telecomunicações - incluindo redes televisivas, emissoras de rádio, mídia impressa e digital. Esses grupos, alinhados a partidos de extrema-direita, agronegócio e setores evangélicos, articularam uma oposição sistemática a governos progressistas no Brasil e na América Latina nas últimas duas décadas. A partir das manifestações de 2013 e do fortalecimento de movimentos de extrema-direita, o rádio reafirmou seu papel como veículo essencial de informação - particularmente através das rádios alternativas vinculadas a movimentos sociais e sindicais. Esses espaços promovem debates, amplificam vozes periféricas e constroem um jornalismo contra-hegemônico.

O “vácuo democrático” decorrente das manifestações de rua de 2013 no Brasil elevou o rádio à condição de plataforma simbólica de resistência – especialmente em seu formato alternativo, mantido por sindicatos e movimentos populares.

Mazzarino (2009, p. 88) destaca que ouvintes mediam sociabilidades. O ato de escutar “atende uma necessidade humana de inserção social e expressão da subjetividade”. A autora, ao discutir a cidadania da escuta, enfatiza que:

Essa sociabilidade mediada pela mídia, como uma necessidade estética, faz parte do instinto de conservação da espécie, e funciona como organizador social da aparente desordem, e assim, é parte da estratégia de sobrevivência de ouvintes do programa (Mazzarino, 2009, p. 88).

Nesse sentido, o que acontece subjetivamente quando os ouvintes recebem a informação? O que se constrói nos âmbitos da percepção, imaginação, memória e construção de representações sociais? Mazzarino nos permite a compreensão do que é ativado dentro do indivíduo-cidadão:

A escuta radiofônica fala-nos da competência cultural do ouvinte para exercer uma cidadania peculiar: a cidadania da escuta. E é a voz no ouvido o dispositivo corporal primordial que desperta este fazer cidadão. É a voz que ativa a produção de sentidos do receptor/ouvinte, torna-o ativo, construtor, criador de vínculos multidirecionais – em direção à mídia, ao personagem/apresentador, aos tempos e espaços com quem constrói relações de sociabilidade virtualizadas, ao seu contexto sociocultural imediato, ao seu próprio imaginário (Mazzarino, 2009, p. 179-180).

A comunicação se efetiva quando há uma informação a ser comunicada. O rádio desempenha serviço de informação, com emissão e recepção de mensagens. De um lado está quem transmite; do outro, quem recebe. Essa reflexão necessariamente parte dos conceitos de cidadania e democracia como fundamentos essenciais.

7.1 Intervenções: frente pela democratização dos meios de comunicação

Ao apresentar a conceituação regulatória e a classificação dos serviços de radiodifusão - essenciais para compreender o funcionamento técnico das transmissões hertzianas -, constata-se que um novo paradigma na radiodifusão pode emergir através da “existência de um sistema de mídia diverso e plural e com controle social [que] é indispensável para a democracia, pois cria as condições para que uma pluralidade de vozes e de pontos de vista circulem na esfera pública”, segundo o Coletivo Brasil de Comunicação Social, Intervenções (2023). Luta-se pelo direito à comunicação, a liberdade de expressão, por uma mídia democrática e uma internet livre e plural, frente “ao sistema de mídia brasileiro caracterizado por uma alta concentração da propriedade e da audiência na mão de poucos conglomerados (Intervenções, 2023).

Por meio de transmissões ao vivo da Abraço Brasil e do Encontro de Mídias Alternativas, ocorrido em dezembro de 2023, a pesquisa alinhou-se com os princípios destacados no sítio eletrônico do Coletivo que:

[...] luta pelo estabelecimento de um novo marco regulatório para as comunicações, através de pesquisas, da realização de campanhas de

sensibilização sobre as consequências da concentração, da elaboração de propostas e da participação em fóruns de elaboração de políticas públicas (Intervozes, 2023).

Esse encontro com a construção de articulações por uma comunicação contra-hegemônica traz condições para lutar e transformar a comunicação em um bem público; para efetivá-la como direito humano, sem o qual não há realização plena da cidadania e da democracia.

7.2 Cidadania: força motriz para a discussão da radiocidadania

O conceito de cidadania constitui um dos fundamentos centrais para a investigação da comunicação radiofônica neste estudo.

Danilo Santos de Miranda ao prefaciar a coletânea de "Narrativas da cidadania" esclarece que "a ideia de cidadania, que remonta à Grécia antiga, carrega em seu sentido original uma evidente carga de exclusão". Miranda aponta também acontecimentos importantes para o debate, como a Independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, em 1789, e a Independência do Haiti, em 1804, na direção de uma autonomia mais completa das pessoas, além da questão racial (Miranda, 2023, p. 5).

Miranda acrescenta que a Declaração dos Direitos Humanos, adotada pela ONU, em 1948, "veio reorganizar e diversificar a gama de direitos em prol de uma existência mais digna de possibilidades!" (Miranda, 2023, p. 5-6). Traz ainda a importante reflexão para o cenário já pontuado nesse trabalho:

Em tempos recentes, a palavra cidadania – perigosamente desgastada e esvaziada de sentido, dada a frequência com que é capturada pelo jogo político-partidário – mostra-se por vezes abstrata demais para dar conta do amplo conjunto de direitos e liberdades, essenciais ao bem viver e à qualidade de vida das pessoas. Tal fenômeno é, em grande parte, fruto de uma visão reducionista da questão – atrelando-a unicamente ao direito de votar – que circunscreve e controla seu exercício. A Constituição "cidadã" de 1988 priorizou dar respostas a parte das camadas mais urgentes da população ainda que careça de regulamentação e cumprimento efetivos, imprimindo na paisagem nacional imperativos de civilidade e democracia (Miranda, 2023, p. 6-7).

Nesse âmbito da Constituição "cidadã" é importante referir-se aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, sobretudo os dois primeiros

fundamentos do Art. 1º da Constituição Federal de 1988 (CF 1988): a soberania e a cidadania (Brasil, 2016).

Quando Milton Santos nos instiga a pensar na inexistência de humanidade e em novos ensaios para nela chegar, deve-se acrescentar seu questionamento sobre haver ou não cidadãos neste país (Santos, 2007).

Para Santos (2007, p. 19) “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”. Assim como a liberdade que segundo o geógrafo, é uma conquista a se manter, a cidadania deve ser construída para que seja efetivamente conquistada e reconquistada em razão de que “a situação dos indivíduos não é imutável, está sujeita a retrocessos e avanços” face ao Estado capitalista (Santos, 2007, p. 20).

O conceito de não-cidadão, referido por Santos, a partir de realidades dos países subdesenvolvidos, deixa claro que o escopo da cidadania não é o mesmo nos países desenvolvidos (Santos, 2007, p. 24). Assim, o não-cidadão resulta da “formação” do consumidor, ou usuário de serviços e bens, distanciando-se do que se idealiza pela constituição do cidadão (Santos, 2007).

A trajetória para se conquistar a cidadania e sua manutenção não deve desconsiderar a equação de minimização do consumo limitado a bens materiais. Deve ser incorporada a bens imateriais “que facilitam o acesso a uma vida não apenas confortável, como, também, mais digna” (Santos, 2007, p. 27).

Mamede Leão, ao oferecer um panorama da comunicação comunitária, “Nas Ondas e nas Redes”, incorporando os temas comunicação, poder e cidadania, esclarece que:

Se o espaço público gera interesses e contradições, podemos, por meio da ciência geográfica e outras afins, compreender melhor estas relações ambíguas. É neste sentido que buscamos, ao longo do tempo, uma melhor compreensão do termo cidadania, que, por ser histórico, varia e muda ao longo do tempo, da mesma forma que o movimento pela implantação das emissoras comunitárias assume diversos nuances (Leão, 2021, p. 179).

Esse alerta quanto à variação e mudança histórica da acepção de cidadania é um alerta e importante fator na constante luta pela democratização da comunicação frente ao poder hegemônico de grandes grupos que dominam a geopolítica da comunicação global e regional.

A perspectiva da radiocidadania não deve ignorar a armadilha em que estão sujeitos os ouvintes dos meios de comunicação radiofônica, em suas diversas escalas ou esferas: reduzidos a meros consumidores de equipamentos e conteúdo que sepultam sua própria liberdade, roubam-lhes um caminho possível para o exercício da cidadania.

Novamente reforça-se a oportunidade de lembrar da ascensão de regimes totalitários no mundo, nas palavras de Bertolli Filho, publicadas na coletânea que estabelece um panorama político-econômico, social e cultural que propiciou a criação da entidade Sesc (Serviço Social do Comércio):

Encerrada a guerra e deposto ditador, a comunidade médica via com indisfarçável otimismo o novo tempo que se iniciava. A abertura do período democrático rimava com os avanços médicos e havia a crença de que as novas tecnologias médicas e quimioterapias seriam habilmente utilizadas pelos administradores da saúde pública em benefício da sociedade brasileira como estratégia para a constituição de uma sociedade mais igualitária, na qual todos os cidadãos teriam acesso aos serviços de saúde (Bertolli Filho, 2023, p. 90).

A contribuição de Bertolli Filho reforça a atenção para o cenário atual, após a saída do chefe do executivo entre 2019 e 2022. É fundamental conscientizar-se de que as novas tecnologias, em sua atual configuração, não promovem o negacionismo de uma sociedade mais igualitária. Traz, a incerteza de que, enquanto não houver novas plataformas de comunicação horizontalizadas, não haverá sociedade igualitária e, conseqüentemente, a cidadania acessível.

7.3 Democracia

O conceito de democracia torna-se indispensável para a conquista consciente da cidadania. É indissociável do exercício da cidadania, assim como é fundamental para um novo ideal e nova prática de comunicação popular, diante do atual poder hegemônico nos meios de comunicação.

Apoiando-se na teoria política de John Dewey, que discute a democracia do homem comum, Pogrebinschi esclarece que:

A comunicação é peça essencialmente necessária aos conceitos pragmatistas de comunidade e democracia. Mas ela não é suficiente. A comunicação só é relevante na medida em que é ela que possibilita que a experiência seja permanentemente ampliada, alargada, enriquecida e perpetuada. Diante disso, a comunicação é sempre secundária em face da

experiência: ela é sempre um meio, enquanto a experiência é sempre, e ao mesmo tempo, meio e fim (Pogrebinschi, 2004, p. 52).

O texto de Pogrebinschi (2004, p. 46) nos permite considerar o conceito de democracia em ótica ampliada. Para a autora “a democracia (...) apresenta-se como uma ideia que espalha seus efeitos de múltiplas formas, em vários lugares ao mesmo tempo”. Ela recupera entendimentos da teoria de Dewey (1927, p. 213) afirmando que “a democracia precisa começar em casa e sua casa é a comunidade vicinal”, que pode ser interpretada como aquela de boa vizinhança.

Os textos de Dewey ensinam que a democracia se encontra mais no âmbito social do que no estritamente político, dos políticos profissionais. Isto posto, a ampliação de espaços democráticos - sejam as ruas da cidade, as estações de rádio ou os espaços de comunidades virtuais - é essencial para que o tempo dos homens comuns esteja no centro das relações sociais.

A compilação da obra “Reconstruir a Democracia”, organizada por Arantes (2021), na “união de amplas forças políticas e sociais” para o resgate democrático, tornou-se fundamental para o tempo atual, mesmo após as eleições presidenciais de 2022, pois é grande ainda a força de desconstrução de uma nação, de um país e de sua própria soberania. Na *Live* de lançamento do livro, em julho de 2021, Arantes destacou como ponto de partida que:

A extrema direita se organizou com muita eficiência, contando com muito dinheiro, contando com especialistas de diversas áreas do conhecimento e com os mais modernos meios de comunicação. Com isso conseguiram importantes vitórias no mundo e no Brasil (Arantes, 2021).

Pensar em democracia requer não apenas estratégias de luta. A fala incisiva de Arantes reforça a necessidade de “táticas” com envolvimento e contribuição – no livro – de acadêmicos das áreas de humanas, ciências sociais, ciências da saúde (psiquiatria) e ciência da computação e informação. Para Arantes, a obra representa um ponto de partida para que, em um cenário político marcado pela influência de emissoras associadas à bancada conservadora — comumente identificada pela sigla 'BBB' (Bala, Boi e Bíblia) —, a pesquisa possa fomentar a reflexão sobre a ampliação de canais de participação para segmentos populares engajados (referidos como 'PPP': 'povo pobre e participante'). Trata-se, assim, de uma tentativa de equilibrar as assimetrias de poder nos espaços discursivos.

É preciso que, no processo de reconstrução do diálogo democrático, sejam promovidas formas de superação histórica - de caráter gradual - das relações socialmente consentidas entre dominadores e dominados.

7.4 Radiocidadania: um conceito de ação coletiva

A proposição do conceito de radiocidadania pode ser interpretada como intersecção dos conceitos de democracia e cidadania, sendo a comunicação, a tecnologia e a radiodifusão fatores indissociáveis e contemporâneos para sua existência.

A discussão da perspectiva geral de cidadania e, conseqüentemente, a conquista da radiocidadania, busca seu viés teórico na tendência emergente de ações coletivas, qualificadas por consciência política e orientadas por racionalidades contra-hegemônicas. Tais conquistas devem se dar paralelamente. Para isso, formas de comunicação e interação popular, conforme interconexões de suportes, diálogos, construção, informação e conscientização, comunicação e cultura, entre entidades da radiodifusão pública e rádios comunitárias, constituem elementos que se fortalecem reciprocamente.

A aderência da temática da radiodifusão aos estudos de planejamento urbano, regional e ambiental também reside na discussão acerca do meio urbano civil, no qual a cidade, entendida como bem comum, não poderia ser reduzida a um agregado de propósitos individuais (Bauman, 2000, p. 92). A perspectiva da radiocidadania enuncia o encontro comunicacional de parcelas numerosas, ou mesmo, majoritárias da população, seja qual for o lugar em que habitam.

Ao se pensar tendências e perspectivas do rádio na comunicação social para a conquista da radiocidadania, soma-se a perspectiva de Del Bianco e Moreira (1999) ao destacarem que:

É incontestável a importância do rádio hoje na sociedade brasileira. Ele desempenha inúmeros papéis e funções, entre os quais destacam-se a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas, de criar novos hábitos de consumo e de atender a demandas simbólicas por lazer, entretenimento, informação e companhia. É o veículo que está mais perto do ouvinte. A audição acontece em qualquer lugar, sem precisar de fios ou tomadas, e serve como trilha sonora do dia a dia da grande maioria da população brasileira (Del Bianco; Moreira, 1999, p. 11).

A radiodifusão que insere, educa e transforma - na contracorrente do modelo comercial hegemônico - pode oferecer ao cidadão novas possibilidades de participação.

É nesta perspectiva analítica que o autor, em sua investigação doutoral, sistematiza e estabelece o seguinte conceito-chave:

"Radiocidadania" - conceito que emerge e se estrutura a partir do fundamento teórico da cidadania da escuta, articulando de forma orgânica o exercício coletivo e dialógico da produção radiofônica - seja através do meio hertziano tradicional ou em suas expressões expandidas nas plataformas digitais - com os princípios constitutivos desta escuta cidadã, materializando-se como expressão máxima da fala cidadã, onde a voz coletiva se faz instrumento de transformação e pertencimento social.

Como desenvolvimento prático desse marco conceitual originário, a radiocidadania materializa-se enquanto prática comunicacional democrática caracterizada pela coparticipação estrutural entre emissores e receptores, emissoras e sociedade civil na construção colaborativa de conteúdos. Neste processo simbiótico, onde a produção radiofônica alimenta e é alimentada pela escuta cidadã - entendida como receptividade crítica, reconhecimento intersubjetivo e compromisso solidário -, ambos os conceitos se revelam faces complementares de um mesmo fenômeno comunicativo transformador. Nesse contexto, o ouvinte torna-se coprodutor de narrativas, e a escuta, um ato político que sustenta os alicerces da cidadania comunicativa.

7.5 Transição em marcha, técnica informacional e cultura de massas: um caminho para a cidadania pelo rádio

Milton Santos (2004a), ao contribuir com estudos para refletir sobre 'uma outra globalização' possível no início do século XXI, trouxe uma espécie de alento diante do que desenhou como transição em marcha para um novo período da história - o período demográfico ou popular da história. A sociedade brasileira viveu, de fato, um 'respiro democrático', com avanços sociais que tiveram sua marcha interrompida bruscamente pelo 'galope', em âmbito mundial, de tendências antidemocráticas.

O desafio para esta tese deve renovar a técnica informacional já indicada por Santos:

É somente agora que a humanidade está podendo contar com essa nova qualidade técnica, providenciada pelo que se está chamando de técnica informacional. Chegamos a um outro século e o homem, por meio dos avanços da ciência, produz um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação. Estas passam a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando a presença planetária desse novo sistema técnico (Santos, 2004, p. 69).

Na atmosfera de tendências tecnológicas dos anos 2000, havia ainda uma expectativa quanto ao rádio digital que dava seus primeiros passos na Europa, porém, aqui, ainda não saiu dos testes. Nesses vinte anos, observou-se um avanço quase que “inimaginável” dos telefones móveis, que em poucos anos, foram chamados de telefones inteligentes, sendo o protagonista do processo de convergência tecnológica. Internet e redes sociais surgiram dentro da plataforma de telefonia móvel trazendo um novo conceito de interatividade por planos de serviços pagos. No mundo globalizado, novos padrões comunicacionais foram definidos, seja para um bom uso ou não. Holston (2016) abordou as rebeliões metropolitanas por meio das redes sociais, porém, nova dinâmica político social, de ordem fascista, impeliu novos desafios ao planejamento insurgente.

Para impulsionar essa marcha histórica rumo ao período demográfico, é preciso reinventar-se de forma insurgente, transformando a cultura popular em força motriz da revanche social contra a ordem excludente - anunciado por Milton Santos:

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias (Santos, 2004, p. 70).

Nessa atmosfera de possibilidades, deve ser incluída uma nova ótica constitucional para a crise dos serviços de (tele)comunicações no Brasil, apresentada por Gomes (2009):

A radiodifusão comunitária, como o próprio nome já indica, consiste em prática social por meio da qual a comunidade pode exercitar a construção dos laços de convivência que unem seus integrantes locais. Num país em que nem sempre todos foram iguais, nem tampouco livres, para emitirem, mesmo que numa limitada parcela do espaço público, suas vontades e opiniões particulares, essas rádios simbolizam uma alternativa democrática para amplos usos pedagógicos e emancipatórios da cidadania (Gomes, 2009).

O movimento transformador empreendido deve sintonizar-se com outra globalização possível - aquela em que a comunidade edifica seus próprios canais para a liberdade.

7.6 Não estamos sozinhos: a defesa da memória coletiva e o direito de acesso à cultura e informação

Embora o cenário nos dê a impressão de que assistimos ao sepultamento do rádio analógico ou de seu formato convencional, há de se destacar o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), agência que tem como objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

No dia 13 de fevereiro de 2020, a Rádio MEC, emissora pertencente ao grupo de rádios da EBC, celebrou a “Diversidade no Dia Mundial do Rádio”, data escolhida desde 2011 pela Unesco. O programa Rádio Sociedade, com o quadro “A Pauta É”, foi apresentado por Dylan Araújo, no formato de *podcast*. O jornalista comentou que:

A Unesco, em 2020 “pede de forma especial para que as estações de rádio defendam a diversidade, tanto na representação das pessoas, que formam as redações quanto no conteúdo que é oferecido para o público nas diversas plataformas pelas quais o rádio está “transbordando” atualmente: pelas ondas do rádio, pela internet, enfim, a partir de agora, nós vamos conferir a sintonia da Rádio MEC com essa proposta (Rádio Sociedade, 2020).

Antes de entrevistar o gerente da Rádio MEC, Thiago Regotto, Araújo destacou que a diversidade pretendida pela Unesco passa pelo papel complementar que os diferentes modelos de rádio têm entre si: “as rádios brasileiras, em sua maioria estão no campo da gestão privada, isso nos faz pensar com ainda mais critério o papel das rádios públicas” (Rádio Sociedade, 2020).

Fica claro que a emissora pública “se posiciona” na atualidade. A fala do próprio gerente da emissora reforça o pioneirismo da Rádio MEC, além de destacar sua natureza comunitária, “que nasce de uma associação de pessoas”, com o compromisso de levar educação e cultura para a sociedade brasileira. Salaria que Roquete-Pinto, seu fundador, entrega para o Estado a rádio que teve dificuldade de manter, com o compromisso de assumir um caráter educativo para a sociedade, só com sócios (Rádio Sociedade, 2020).

O gerente da emissora, destacou ainda que:

Principalmente no Brasil e na América Latina, as emissoras privadas tomam grande parte do dial, mas você existe no mundo um outro equilíbrio: na Europa você tem as rádios públicas com grande predominância nos países, até porque elas eram as únicas emissoras durante muitos anos e o Estado abriu as concessões para as rádios privadas, logo depois, e as rádios comunitárias que são um grande desafio em todo mundo. No Brasil a gente tem ainda alguns desafios maiores, mas é um caminho que a gente tem acompanhado e por incrível que pareça, você vê a Unesco colocando esse tema esse ano no Dia Mundial do Rádio que é realmente uma importância para você ter complementaridade de ideias...um leque de opções (Rádio Sociedade, 2020).

Bardon (Unesco, 2020, p. 3), ao abrir a edição dedicada ao Dia Mundial do Rádio, esclarece que:

Apesar de sua evolução nos últimos anos, o rádio continua a ser aquela voz insubstituível que preenche nossa solidão e parece falar apenas conosco, embora se dirija à multidão. Em um mundo invadido por telas, “paradoxalmente, uma vantagem do rádio é que ele não é acompanhado pela imagem”, observou o editorial de O Correio da Unesco de fevereiro de 1997, que foi dedicado ao rádio (Unesco, 2020).

No prefácio da edição de *A Máquina do Tempo*, Wells (2018) ressalta o significado do uso social das máquinas:

Como produtos da mentalidade industrial que produziu desde a locomotiva à bicicleta, do automóvel à metralhadora, do balão e o avião à fotografia e ao cinema. Máquinas representam independência, individualismo e poder de controle. Tal como meios de transporte eram uma afirmação do homem sobre o Espaço e, por extensão, sobre o tempo (Wells, 2018, p. 5).

Na lente teórica de Milton Santos pode-se estudar tais relações entre sistemas técnicos e sistemas sociais no espaço e no tempo. Pode-se compreender as técnicas ou tecnologias da radiodifusão de forma a considerá-las como fonte de dominação, mas também como meio para outros usos sociais, outras finalidades de uso social. Na busca por dominar a técnica, criar tecnologias, o homem se muniu de instrumentos, visando a conquista da própria independência, mas também, estabelecendo resistência, opondo-se assim, à dominação. A tecnologia, em certa medida, é neutra. O caráter de instrumento de dominação ou resistência dependerá, no caso de certas tecnologias e certos objetos técnicos, da finalidade social que o homem dará para seu emprego.

7.7 Radiodifusão e luta de classes em tempos de convergência tecnológica

Para entender a comunicação radiofônica em tempos de convergência tecnológica necessita-se, essencialmente, de imersão no universo do hábito da escuta do rádio de antena, e não somente dos formatos híbridos nos quais o conteúdo transborda do sinal da antena para as redes sociais.

O método de análise da netnografia foi adotado para analisar o papel da comunicação pública na Região da Amazônia Legal. Como objeto de análise, destaca-se narrativas de ouvintes do Programa “Ponto de Encontro” da Rádio Nacional da Amazônia, que vai ao ar às 10h, de segunda à domingo, na frequência de 11.780 kHz, em Ondas Curtas, e é transmitido pelo sítio eletrônico da emissora <https://radios.ebc.com.br/aovivo?emissora=radio-nacional-da-amazonia> e pelo aplicativo em lojas digitais “Rádios EBC”.

Inicialmente, foram utilizadas como amostra as duas primeiras edições do programa. A primeira refere-se à edição especial 'Comemoração pelos 42 anos' da Rádio Nacional da Amazônia, transmitida em 1º de setembro de 2019. Como parte da observação, a narrativa permite espacializar o público participante, que faz do rádio um ponto de encontro diário. Em destaque, a fala de dois ouvintes que aproveitam a oportunidade de comunicação com o locutor para relatar problemas na recepção do sinal da emissora na faixa de 25 metros.

O maranhense, Gracias, de Campestre (MA) relata:

- Parabéns para os 43 anos da Rádio Nacional. Frank, eu tenho que pedir uma coisa pra você: fala pro setor de Engenharia da Rádio arrumar a faixa de 25m, porque ela fica dando um barulho estranho rapaz (Ouvinte)
 - Esse barulho é que é bom (Locutor)
 - Fica TUUUUUUUUUU (Ouvinte)
- (Enciclopédia do Rádio, 2019).

Outro ouvinte, Erivelto, de Vitória da Conquista (BA):

- Pra não tomar muito tempo, eu vou deixar os parabéns para a Rádio, pra essa Rádio continue aí brindando aí por todo Brasil e por toda a América, não é isso e que ela possa voltar para as Ondas Curtas não é?
 - Hoje está no 49m
 - Pois é, a Nacional tem que pegar pelo rádio né! Porque essa gente podia sintonizar de boa.
 - Mais gostoso né?
 - Isso
 - Aqui pelo celular o som fica muito limpo, não dá trabalho, então não fica gostoso. O que é difícil é bom né?
 - Pois é...
- (Enciclopédia do Rádio, 2019).

Em ambos os relatos, ficou nítida a demonstração de que a transmissão da Rádio Nacional da Amazônia não estava operando na faixa de 25m, na frequência de 11.780 kHz.

Já a escuta da edição do programa transmitido na manhã em 13 de outubro de 2021, realizada por meio da transmissão do programa pelo sítio de internet da emissora, foram registradas 6 narrativas de ouvintes:

Estou sem *Whatsapp*. No momento o meu celular está na assistência técnica. Pode ligar no DDD 99... (Ouvinte n. 1).

Estou aqui deitado na rede e já estou ouvindo rádio. Toca aí a música *Só por Telefone*. (Ouvinte n. 2).

Recado para meu padrasto e minha mãe: já fiz a compra e vou deixar em Berta. Está tudo bem! (Ouvinte n. 3).

O meu número de amizades só tem aumentado. A gente só tem que agradecer a Deus e à Rádio Nacional. O lema de vocês é aproximar pessoas, que já casou... Quero mandar abraço para minha nova amiga, já me mandou seu *Whatsapp*. (Ouvinte n. 4).

Estou no assentamento Itinga, quero mandar um abraço para minha mãe no Assentamento Topa Tudo. (Ouvinte n. 5).

Eu não sei quem é o locutor que está aí hoje na Rádio Nacional da Amazônia. Eu peço que o Gilberto venha conversar sobre o plantio porque eu vou dar uma saída, vou ficar dez dias na mata (Ouvinte n. 6) (EBC, 2021).

Em 2019, ficou clara a manifestação de descontentamento dos ouvintes que encontraram dificuldade na recepção do sinal. Para o autor, em ambas as situações, podem passar despercebidos alguns momentos de absorção da subjetividade por parte dos locutores, que, nesse caso, parecem não dar atenção para a manifestação do ouvinte frente ao problema.

As análises dos diálogos presentes nos recados, de natureza subjetiva, permitem identificar o hábito dos ouvintes, a dimensão de sentimentos de afeto, amizade, gratidão, respeito e valorização do serviço oferecido pela emissora, que vai além dos limites visíveis e invisíveis da floresta (figura 85).

Figura 85 - Representações dos encontros, reencontros e novos laços de afeto e amizade proporcionados pela Rádio Nacional da Amazônia.



Fonte: Adaptado de TV BRASIL (2020).

Outros dois momentos de narrativas de ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia são incorporados à pesquisa. De forma sintética, o quadro 8 traz as principais demandas solicitadas à equipe de programação, seja por meio do contato do WhatsApp da emissora, seja por telefone, durante o mês de março de 2023.

Quadro 8 - Relatos de ouvintes em março de 2023.

Dia	Relato
01	Mandar roupa para familiar
07	Aplicativo parou de funcionar
09	Problemas de conexão
15	Importância do rádio
16	Radinho ruim
20	Antenas da Rádio Nacional da Amazônia
21	Comprei rádio
22	Quando você coloca no rádio, todo mundo ouve
28	Recado sobre a moto
31	Sem energia, sem internet
31	Rádio como integração do país

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda que de forma superficial - diante da intensa interação dos mais de trezentos ouvintes catalogados entre 2023 e 2024 -, os temas abordados apresentam o rádio como protagonista na rede de sociabilidade. As condições técnicas (seja no parque de transmissão, na conexão com a internet ou na falta de energia elétrica), que prejudicam ou interrompem a comunicação, também são destacadas.

Recentemente, duas falas de ouvintes expressam a importância e o sentimento que envolve a comunicação pública.

Em 16 de dezembro de 2024, a ouvinte Mayza, enviou a mensagem para sua mãe, dizendo:

Bom dia, eu sou a Mayza de Alto Alegre do Pindaré, que quero mandar um recado para minha mãe, lá no interior do Igarapé de Areia, que nós estamos todo mundo bem. As meninas chegaram bem ontem, graças a Deus. Pegaram um sereno quase chegando aqui no Alto Alegre, mas, foi só um sereno mesmo. Deu tempo de ela chegar em casa.

Mãe, sobre o recado que a senhora mandou para mim, eu não sei o que foram falar pra vocês aí, mas eu disse que o Bruno não vai pra aí nessas férias dele porque nós não temos moto. Vocês sabem, nós não temos moto pra gente ir aí. Nós não estamos tendo dinheiro para a gente alugar uma moto.

O dinheiro que o Bebeto está trabalhando, graças a Deus está dando de comprar o que comer aqui, que vocês sabem como é aqui. Tudo é comprado. E nós estamos regando o máximo que nós estamos podendo aqui dentro de casa, entendeu?

Aí eu não sei o que foram falar aí que o Bruno não vai, não sei por isso, não sei por aquilo, mas eu não sei. Mas não tem como eu ir hoje, amanhã ou depois, não tem, porque nós não temos transporte, nós não temos dinheiro pra abastecer moto, pra ir deixar, mesmo assim tem que abastecer a moto e levar algum trocado pois ninguém sabe o que acontece na estrada, ainda mais naquela estrada do jeito que está agora, entendeu?

Eu espero que vocês me entendam também o meu lado viu.

Mas eu disse para ele, no dia que o carro vim, que eu acho que vem no final do mês, meu filho vai, mas agora, não tem como a gente te deixar, entendeu?

Eu não vou poder sair até o dia 29, eu não vou poder sair porque eu tenho um projeto da escola para eu entregar, aí eu não posso sair. Aí não tem como ele ir esses dois dias. Eu ouvi esse áudio que a senhora mandou pra mim, viu. Mas estamos levando a vida aqui. Seja o que Deus quiser. Espero que vocês estejam todo mundo bem aí, com saúde. Que Deus abençoe cada um de nós, e fiquem com Deus.

Assim que der a senhora manda recado pra gente aqui, tá bom?
(EBC, 2024c)

O recado do cidadão natural de Oriximiná, Pará, traduz a rede social e os sentimentos de amizade estabelecidos entre os ouvintes e a Rádio Nacional da Amazônia, no cumprimento do seu papel de também levar diversão e entretenimento.

Já em 06 de janeiro de 2025, o ouvinte Nelito, enviou mensagem para a locutora Ediléia Martins, dizendo:

Bom dia, Didi. Bom dia, Pipi.

Didi, queria que você cantasse hoje os parabéns hoje para a Marlúcia, ela tá de aniversário hoje. Eu queria também dar os parabéns a ela, pelo seu aniversário.

Didi, eu também queria que você fizesse uma festinha para ela hoje, aí.

E... queria, hoje também, mandar um alozinho aí para os meus queridos amigos: queria mandar um alhozinho pro Sr. Enéas, um alhozinho pra Divina e a Raquelzinha, um alhozinho também especial pra Roseli Matos e família. Pra Josana e Jarlisson, e no mais, eu queria Didi te agradecer por tudo, por você estar todos os dias em nossos lares animando, fazendo a festa. A gente que mora aqui no mato Didi, a gente depende muito do rádio.

É uma maneira de diversão, e uma maneira da gente estar de vez em quando sorrindo e ouvindo no caso, ouvindo as suas brincadeiras...as suas brincadeiras com o Pipi, principalmente. E do mais esse amigo que voz fala, o Nelito (EBC, 2025).

O recado do cidadão natural de Oriximiná, Pará, evidencia a rede social e os sentimentos de amizade estabelecidos entre os ouvintes e a Rádio Nacional da Amazônia, no cumprimento do seu papel de levar diversão e entretenimento.

Nesse sentido, a análise interpretativa dos diálogos entre os ouvintes e a Rádio Nacional da Amazônia constitui uma dimensão importante e representativa da comunicação popular - que enfrenta obstáculos técnicos em sua programação, conforme relatado por ouvintes de diferentes estados das regiões Norte e Nordeste.

Os estudos de Milton Santos (2006) em *A natureza do espaço* trazem elementos significativos para refletir sobre a criação de sociabilidade entre indivíduos e grupos sociais nos atos comunicacionais - representados, aqui, pela narrativa dos ouvintes do “Programa Ponto de Encontro” da Rádio Nacional da Amazônia. Ao discorrer sobre atividade simbólica e espaço, Santos (2006, p. 214) destaca que “o mundo ganha sentido por ser esse objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação”.

Diante desse importante papel social junto à Região da Amazônia Legal - em localidades onde o “rádio é rei” entre os meios de comunicação -, cabe refletir sobre as consequências de uma possível extinção desse meio de comunicação popular em ondas curtas para o sistema de Rádios EBC, considerando tanto a tendência que afetou outras emissoras quanto o alto custo de manutenção do sistema de transmissão.

Dessa forma, laços de afeto e identidade podem ser rompidos onde apenas o sinal das Ondas Curtas chega. O desmonte tecnossocial em curso, ora reforçado pelos membros do *Facebook*, ora pelos ouvintes que estão sintonizados no rádio de antena da Rádio Nacional, sinalizam ao paradoxo da modernidade, que, de outro lado, acentua a ideia de migração para o FM como um caminho evolutivo para o setor.

O incômodo do desmonte dos meios de radiodifusão pública, traz-nos a reflexão de Jovchelovitch (2004, p. 22) ao discorrer sobre a mediação entre sujeito, objeto e outro: “O objeto-mundo somente se torna nosso conhecido se nós nos dermos o trabalho de representá-lo”.

A experiência de análise de conteúdos de diferentes segmentos e grupos a partir da prática da observação participante relacionada à radiodifusão pública, aponta que as estratégias de narrativas – coletadas nas falas de ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia (RNA) podem ser um ponto forte do trabalho, para saber em que medida a relação das pessoas aparecem na própria narrativa, seja qual for o segmento ou grupo envolvido.

A importância da sistematização desses elementos é fundamental para que se possa desenhar um mapa da comunicação pública, tornando possível visualização da cartografia da rede social de ouvintes com o uso de software adequado, buscando desvendar se ela é inclusiva ou segregadora. Há de se considerar os diferentes atores envolvidos: de um lado, a empresa pública, em disputa com os gestores de consórcios comerciais da radiodifusão, e de outro, ouvintes que dependem da comunicação pública, livre de plano de dados e aqueles que, independentemente do modelo de negócio, podem pagar para receber o conteúdo informacional e sustentar seu *status quo* na era da modernidade líquida.

Para esse aprofundamento, os estudos do historiador inglês E. P. Thompson sobre a experiência humana no processo histórico constituem um apoio teórico fundamental para compreender o “próprio fazer da classe”. Santos (2019, p. 18) destaca que a lente teórica de Thompson permite entender como “a formação da consciência coletiva - consciência de classe - resultante das experiências permite aos sujeitos formularem estratégias e ações contra as imposições da classe dominante e das estruturas vigentes”.

A voz dos povos da Amazônia Legal, que ressoa na programação da Rádio Nacional da Amazônia - seja no programa 'Ponto de Encontro' ou nos recados que permeiam toda a grade da emissora - revela o Brasil profundo em sua dimensão histórica e social. Essa manifestação comunicacional dialoga diretamente com a perspectiva de Santos (2019), para quem:

Ao enfatizar os sujeitos e suas lutas intermediadas pela experiência, Thompson tornava-se um dos principais críticos do determinismo histórico, procurando evidenciar a luta de classes como motor da história (Santos, 2019, p. 18).

Nesse sentido, a programação da Rádio Nacional da Amazônia materializa justamente essa ênfase nos sujeitos históricos e em suas lutas cotidianas, constituindo-se como espaço de mediação das experiências dos povos amazônicos

A importância desses referenciais teóricos reside na possibilidade de valorizar a condição de sujeitos históricos de agirem nas fissuras do sistema, frente ao universo perverso e paternalista da comunicação de massa.

A dinâmica da radiocidadania, nessa pesquisa, esteve atrelada à radiodifusão pública, que inclui a esfera estatal e comunitária, ambas que, hoje, transbordam para a internet.

Nesse sentido, o título da entrevista “Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira”, cedida por Maria Helena Weber à Luz, Carnielli e Gautier (2016), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, após a mudança ocorrida no governo federal no ano de 2016, reforça a importância de buscar alterar o curso da desconstrução tecnossocial que afeta a radiodifusão:

Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira; é investir na capacidade de produção de conteúdos sobre a diferença e grandiosidade da cultura brasileira, das linguagens, paisagens e do povo brasileiro. O assédio que a radiodifusão pública vem sofrendo é indicador da gravidade do momento político brasileiro (Luz; Carnielli; Gautier, 2016, p. 7).

A radiodifusão pública estatal, com seu caráter particular de longo alcance em AM, e a comunitária com seu caráter de capilaridade no FM, em seus contextos de análise, oferecem um campo possível para a cidadania ancorada no rádio, com o auxílio da internet.

É notório o papel das rádios comunitárias desde que se leve em consideração seu transbordamento para as redes sociais, diante do fato de serem deficientes em conteúdo e ação social equânime, a exemplo da radiodifusão comunitária no município de São José dos Campos.

A contribuição final da série “Abraço Entrevista”, na qual a fala do jornalista e membro da coordenação do Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé, Altamiro Borges (Miro), na *Live* “A comunicação alternativa em nosso país”, destaca o papel da comunicação no futuro do país. Para ele:

A comunicação interfere em tudo.
Para o grande pensador político Frederic Engels, a **luta de classes**, a luta na sociedade ela se dá em três terrenos.
Tem a **luta econômica** (por salário, por melhores condições de emprego, é a luta rudimentar, é a luta sindical).
É a **luta política** (quando você adquire uma consciência maior, quando você percebe que precisa interferir no poder político, precisa eleger os seus parlamentares, precisa ter leis).

E tem que discutir inclusive a questão do poder, que é fundamental discutir a questão do poder, com quem está o poder.

[...] E o Engels falava, tem uma outra luta que cada vez vai ter mais importância, que é a luta ideológica, a **luta de ideias**. E aí, a importância da comunicação (Abraço Brasil, 2024, 41min11seg).

Miro destacou que Engels dizia que a luta de ideias vai ter cada vez mais seu papel na sociedade, em uma época em que nem existia televisão e rádio, só a imprensa impressa. Depois veio o rádio, nos anos 20 do século XX; depois veio televisão nos anos 50 no século XX; depois veio a internet nos anos 70, mas principalmente, nos anos 90, no século XX, redes digitais (Abraço Brasil, 2024).

O jornalista reforçou que hoje a luta de ideias perpassa tudo. A “pressão da sociedade” apontada pelo jornalista, é um fator determinante para que essa ação transformadora possa ser efetivada. Reforçou ainda que:

Sem debate de ideias intenso nós não vamos aumentar sindicalização. Nós não vamos aumentar nossa capacidade de pressão por salário, por emprego. Nós não vamos ampliar nossa capacidade de ampliar espaço no legislativo, no executivo.

[...] Sem luta de ideias nós não vamos avançar.

Ou seja, a comunicação está interligada com tudo.

Ou investimos mais em comunicação no campo popular, ou teremos grande dificuldade em enfrentar essas batalhas e avançar em nossas lutas.

(Abraço Brasil, 2024, 44min14seg).

Como demonstra esta contribuição da Abraço Brasil, emissoras comunitárias como “CPA FM” e “A Voz do Povo A Voz de Deus” (atuais nas redes sociais) representam espaços cruciais de debate - potencial que, segundo seu presidente, poderia ser expandido pelas rádios educativas e comunitárias, inclusive via ondas curtas.

O conceito da radiocidadania criou uma expectativa de sua concepção na escala da emissora pública e estatal, em um cenário do que se espera de atribuição de um Estado soberano. Porém, foi por meio da radiodifusão comunitária com a produção de entrevistas promovidas nos programas “Abraço Entrevista” e “No Rádio e Nas Redes”, da Abraço Brasil, que transbordam para as redes sociais, que uma nova abordagem do conceito se tornou possível, quando o ouvinte é reconhecido como cidadão não apenas no rádio. Também nas redes e nas ruas. Dessa forma, a “radiocidadania comunitária” tornou-se a concepção mais coerente com essa pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese procurou apresentar um retrato da radiodifusão brasileira que, nos últimos cinco anos, tornou-se serviço de apoio ao período antidemocrático e incerto da pandemia, somado à luta daqueles que ainda não têm acessibilidade aos meios de comunicação radiofônicos, ou ficaram sem eles.

Ao longo desse estudo, buscou-se transcender a descrição empírica, elevando a análise para um patamar de reflexão e criticidade. As audições, observações e dados concretos da vulnerabilidade da radiodifusão foram reforçadas com o mapeamento do cenário da ocupação do espaço da comunicação radiofônica sonora, para compor a geografia da radiodifusão, com a localização do patrimônio da radiodifusão pública e dos sinais da desconstrução tecnossocial.

Nestas considerações finais, apresentam-se as acepções do processo de desconstrução tecnossocial e suas relações com o planejamento territorial socialmente construído, frente à segregação socioespacial que afeta diretamente as populações dependentes do rádio como meio de comunicação essencial. Além disso, o estudo oferece contribuições relevantes para ampliar o debate sobre a importância da comunicação radiofônica e os caminhos para sua reconstrução democrática.

O estudo alerta para as implicações reveladas pela análise dos fatos observados, sintetizando criticamente o cenário geopolítico contemporâneo da comunicação sonora - contexto que diversos autores já caracterizam como “Segunda Guerra Fria”. Por um lado, observa-se a hegemonia da China e Índia com representativa soberania no setor de radiodifusão, incluindo desenvolvimento de microprocessadores e a popularização da tecnologia DRM, presente nos receptores domésticos e automotivos. Por outro lado, constata-se a hegemonia das *Big Techs* que compõem a GAFAM, grupo das maiores e mais influentes empresas de tecnologia, com sede nos Estados Unidos, regida pela globalização neoliberal que se sustenta sob a falta de regulação da internet e das redes sociais.

Expõe-se a metodologia da pesquisa, com a experiência de interlocução institucional estabelecida com: a) instituições acadêmicas formadoras de profissionais em radiojornalismo e comunicação social; e b) emissoras públicas (estatais e comunitárias) produtoras de conteúdo, como a Rádio Nacional da Amazônia e a Rede Abraço Brasil, na vanguarda do processo de democratização da informação e da comunicação. De outro lado, reporta-se à vivência com ouvintes, buscando se

aproximar da condição de parte da população do país, ainda sem acesso à internet, e tornando pública a urgência de ouvintes da periferia, ou de dentro da floresta, que esperam oportunidade de receber recados, sejam esses, expressões de afeto, amizade, trabalho, vida ou mesmo de morte.

O processo de elaboração da tese, inserido em um cenário de isolamento físico e aproximação virtual, contou com grande esforço na pesquisa, que pôde acompanhar os testes de transmissão no modo DRM - experiência que exemplificou os obstáculos ao acesso à tecnologia. Em primeiro lugar, o alto preço e a escassez de equipamentos técnicos para que se pudesse sintonizar a única transmissão em língua portuguesa com a tecnologia digital, ainda que em fase experimental. Soma-se ainda a precariedade no suporte para quem consegue adquirir tais equipamentos e a fragilidade do consórcio DRM-Brasil e DRM Mundial diante da lógica global que direcionou os investimentos para plataformas dependentes da internet. Mesmo com tantas vantagens do uso da tecnologia, seja relacionado à economia de transmissão, seja na qualidade do áudio e possibilidades de veiculação de dados textuais e imagéticos, o serviço não saiu dos limites de alguns países da Europa, China e Índia.

Após a fase exploratória de escuta das emissoras em AM e dos experimentos de recepção digital, uma nova etapa foi estabelecida por meio da “tecnologia do afeto”. Num primeiro momento (entre 2021 e 2022), essa abordagem - desenvolvida através do rádio e das redes em conexão com a Abraço Brasil - gerou mais perguntas do que respostas. Criou-se assim uma atmosfera de prosseguir “confiantes no futuro”, mantendo, como alerta Gil (1977), a necessidade de “prever qual o itinerário da ilusão, a ilusão do poder” - para não nela embarcarmos.

Em um segundo momento, a aproximação com a Rádio Nacional da Amazônia - e sua ampla rede de sociabilidade característica da radiodifusão pública de alcance nacional - permitiu incorporar a experiência do “rádio apaixonado”, conceito cunhado pela locutora e jornalista Mara Régia, que encontra ressonância teórica no trabalho “Ouvintes falantes” de Araújo (2022). Ao discorrer sobre “a palavra falada em pulsação”, destaca que:

O tema das paixões é presente na obra *Arte retórica e arte poética* (ARISTÓTELES, 1959), que expõe os conceitos de bem supremo, mal, virtude e vício, as coisas agradáveis, justiça, injustiça, a cólera e a calma, amor e ódio, temor e confiança, vergonha, compaixão, indignação, inveja, emulação (sinônimo de rivalidade, competição, ciúme e antagonismo), caráter dos velhos, dos adultos e dos ricos.

As paixões, portanto, são essenciais à mobilização do auditório e devem ser percebidas pelo orador no conjunto dos procedimentos necessários ao convencimento dos ouvintes (Araújo, 2022, p. 101).

Nessa atmosfera, de troca mútua, entre ser ouvinte e coprodutor de conteúdo do Programa Ponto de Encontro e Nacional Jovem, buscou-se sempre o foco no papel da expansão das relações de sociabilidade, sem restrição alguma à militância no rádio diante da sede de viver pela causa do educar, informar e se sentir pertencente. Uma maneira de sempre alimentar a jornada investigativa na expressão “Queremos saber” para justificar o propósito de dias melhores e a (re)apropriação do sentimento de cidadania, fora da sintonia dos difíceis últimos anos.

Essa “caoticidade” revela a base empírica para o instante da amarração científica como meio de sintonizar o presente ou a instantaneidade da descoberta e tornar pública a urgência de ouvintes da periferia ou de dentro da floresta, que esperam oportunidade de receber recados, sejam esses de afeto, amizade, vida ou mesmo, de morte.

Entre os principais pontos marcantes do referencial teórico, destacam-se as contribuições de Santos (2006) e as apropriações correspondentes de Gomes (2001) no que concerne às relações entre técnica, tempo e espaço, ao meio técnico-científico-informacional e ao território das telecomunicações, da radiodifusão e da comunicação social. Essas contribuições trouxeram ao autor a experiência de revitalizar a utopia de contra-racionalidades para a construção de um novo período popular da história, possibilitando refletir de forma ética sobre a experiência da civilidade. A pesquisa buscou, de modo perpétuo, intensificar o diálogo social e acadêmico, além de ampliar o entendimento do território, assentado no modo de ser, estar, habitar e de se redesenhar no espectro hertziano.

Fortalece-se, assim, a construção de um novo universalismo vislumbrado por Milton Santos – um universalismo no qual a comunicação comunitária, horizontalizada, consolida-se como caminho para o fortalecimento da radiocidadania, em contraponto à vulnerabilidade da radiodifusão pública atual e ao oligopólio das redes de rádio comerciais.

O convite de Arantes (2021) no título de seu livro “Reconstruir a democracia: união de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica” talvez seja o grande mote que tornou essa pesquisa desafiadora.

Diante da aparente contradição da Rádio Aparecida – que investiu em novos transmissores, mas logo restringiu sua radiodifusão ao FM –, da precariedade dos aplicativos, da sobreposição entre o sinal da Rádio Brasil Atual (FM) e o da TVT (TV Digital) no Vale do Paraíba, e ainda do desafio de manter a estabilidade da transmissão de longo alcance da Rádio Nacional da Amazônia, cada qual com suas particularidades de comunicação e perfil de ouvintes, são as retransmissões das entrevistas da Abraço Brasil, via redes sociais, que reforçam a visibilidade da comunicação pública e comunitária. Essa iniciativa busca não apenas aproximar ouvintes e acadêmicos, mas também ampliar o diálogo e a participação de cidadãos ativos no cenário da comunicação democrática.

A pesquisa permitiu obter resultados que trouxeram duas realidades. Do lado das acepções de desconstrução da radiodifusão sonora:

a) escolhas aparentemente contraditórias da Rádio Aparecida, que investiu em novos transmissores de Amplitude Modulada no final da década de 2010, e desligou a transmissão de longo alcance no início da década de 2020;

b) limitação em expansão do sinal de FM e da transmissão da Rádio Brasil Atual em aplicativos para equipamentos móveis, a extinção do link da emissora no portal da TVT, além da descontinuidade de programas, mudança de horários e demissão de radialistas;

c) carência de investimentos para manutenção da radiodifusão pública, em particular, do sistema de transmissão radiofônica das Rádios EBC e em particular da Rádio Nacional da Amazônia, responsável por alcançar todo o território nacional;

d) isolamento socioespacial de ouvintes afetados pela redução ou extinção da cobertura de serviços de radiodifusão de longo alcance;

e) restrições e limitações da legislação vigente, Lei 9.612/1998, que não oportuniza a radiodifusão comunitária de forma democrática, plural e diversa, além da morosidade no Projeto de Lei 2630/2020 - que envolve questões de regulação das redes sociais, plataformas digitais e provedores de internet no Brasil - aprovado pelo Senado Federal, encaminhado para a Câmara dos Deputados e ainda não votado.

Do lado representado pela resiliência e resistência da radiodifusão sonora que reforçam acepções de reconstrução da radiodifusão sonora:

a) resistência no compromisso da emissora pública, representada pela Rádio Nacional da Amazônia, em prosseguir com a transmissão de longo alcance;

b) transbordamento da programação de entrevistas da Abraço Brasil, pelas redes sociais, que fortalece a visibilidade da comunicação pública e comunitária, buscando a aproximação de ouvintes e acadêmicos para que possa haver maior pressão da sociedade.

É válida a contextualização da limitação da pesquisa ao considerar que não foram realizadas escutas radiofônicas e coleta de entrevistas em localidades dentro da floresta da Região da Amazônia Legal; porém, o esforço em ouvir os recados “de vida e de morte” no Programa Ponto de Encontro, as novas formas de comunicação na floresta com as Ribeirinhas da Amazônia e os debates sobre a democratização da comunicação radiofônica nas Lives da Abraço Brasil permitiram um resultado de grande representatividade - que foi validado pelos próprios profissionais do rádio, os quais não apenas abriram espaço para a manifestação da pesquisa, como também reconheceram sua importância para a manutenção dos serviços da radiofusão.

Portanto, considerando os dados coletados e as discussões realizadas, a hipótese de que as tendências tecnológicas afetam a radiodifusão sonora - seja pelo desligamento das transmissões de longo alcance, seja pela fragilidade dos marcos regulatórios do setor - mostrou-se válida para os objetivos propostos, ao corroborar com o entendimento do processo de desconstrução das transmissões radiofônicas de longo alcance. Esse processo é reforçado pelo ressurgimento de tendências sociais e políticas antidemocráticas, tendo as *Big Techs* como expoentes desse fenômeno, amparado pela política neoliberal.

Diante das tendências tecnológicas que envolvem a transmissão radiofônica, seja com a migração do AM-FM, seja na possibilidade de investimentos de transmissão no modo digital (DRM) e na oportunidade híbrida de transmissão de Ondas Curtas e plataforma de transmissão, novas tecnologias de transmissão buscarão sempre a redução de custos de equipamentos – menor consumo de energia, menor área para instalações de edifícios e antenas – e conseqüentemente, reflexos na ocupação do espaço, no planejamento territorial e do próprio espaço hertziano.

Como desdobramento, sugere-se que as novas descobertas oriundas da interação com a comunicação popular - por meio da Rede Abraço Brasil - permitam uma nova capilaridade comunicacional de base democrática, conforme apontado por Ruas (2005, p. 114): “onde se instala uma rádio comunitária, vê-se rapidamente sua força transformadora na base das relações sociais”. Foram elaboradas considerações sobre a questão política que envolve a adoção e o uso de novas tecnologias na

radiodifusão, refletindo-se sobre a necessidade de políticas públicas e regulação midiática, de modo a permitir sua exploração mesmo diante do domínio exponencial de plataformas de transmissão na terceira década do século XXI. Conseqüentemente, teríamos o despertar da sociedade, a mudança para um estado democrático forte que traga condições para a conquista da cidadania e da radiocidadania.

A pesquisa trouxe contribuições para o avanço do conhecimento sobre a radiodifusão sonora, apontando caminhos para novas investigações que possam explorar: o potencial de capilaridade da radiodifusão comunitária; o fenômeno da regionalização do sistema de radiodifusão pública; e novas plataformas para que o serviço de radiodifusão possa atender todo o território nacional - seja na escala hertziana, seja na internet ou em ambas as frentes, bem como seu potencial para reduzir a segregação socioespacial.

As possibilidades apresentadas na transmissão multiplataforma para o sinal FM da Rádio Brasil Atual e de emissoras parceiras, para as redes sociais *YouTube* e para as emissoras TVT e TV Kirimurê e o Portal Brasil de Fato, alertam para a importância de uma ampliação de parcerias, a exemplo da Rede Abraço Brasil, de forma a cobrir as “sombras” das áreas ainda não atendidas ou desatendidas diante de uma programação diária que se almeja, para ampliar a educação, cultura e a própria consciência de classe.

É necessário deixar evidente que novas discussões da tese poderão ser bem fundamentadas, se forem consideradas as experiências de instituições com credibilidade para tentar garantir a paz e a cooperação intelectual entre as nações, a exemplo da Unesco e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Porém, é preciso discernimento para que não se caia na armadilha do discurso dos países centrais, que exercem grande influência nessas organizações, construindo representações de uma realidade que, muitas vezes, podem desconsiderar territórios “fora do mapa” da comunicação hegemônica. A crítica e questionamento constantes são tarefas necessárias e mesmo obrigatórias em todo o processo e em relação a toda realidade e todos os agentes.

Toledo e Gomes (2024, p. 10) destacam a tripla densidade que envolve a comunicação social e, em particular, o elemento da informação, que necessita de políticas públicas que assegurem:

- suporte para manutenção da infraestrutura física;

- organização do fluxo da informação;
- regulação da informação - seja para os serviços públicos ou para grupos do setor de telecomunicações que avançam nos territórios onde os serviços públicos não chegam.

Essa pesquisa foi erigida em boa medida segundo uma abordagem geográfica, do espaço geográfico que transborda os limites do espaço terrestre ao espaço espectral. Buscou-se discutir junto a outros pesquisadores e agentes envolvidos com as questões ligadas à radiodifusão, a situação atual e o futuro da comunicação democrática por meio da radiodifusão sonora, estabelecendo correlações com os estudos do espaço geográfico, urbano e regional, para reconhecer territórios da comunicação radiofônica e acessibilidade social aos mesmos.

Essa alquimia presente nas interações entre agentes diversos terá significado mais completo quando reverberada no universo dos ouvintes, ou seja, no rebatimento do tema entre entrevistados, emissora, ouvintes e aqueles cidadãos que utilizam o rádio de antena e pilha e integram os povos da Amazônia Legal, comunidades periféricas dos centros urbanos, dentre outros ouvintes e entusiastas. Essa é a base para propor debates e perspectivas em vista de uma vida social e humana com mais equidade, rumo ao período demográfico ou popular da história.

Os estudos em planejamento urbano e regional permitem reconhecer que há uma relação entre o espaço terrestre e o espaço hertziano. Assim como é necessária a reforma agrária no solo, também se faz urgente uma “reforma agrária do ar”, que democratize o acesso ao espectro radioelétrico. Da mesma forma que há uma má regulamentação na distribuição de terras no Brasil, observa-se uma má regulamentação no uso do espaço hertziano para serviços de telecomunicações.

Se, por um lado, existem latifúndios terrestres concentrados em poucas mãos, por outro, há um oligopólio das frequências de rádio e TV. Tomemos como exemplo as rádios comunitárias: sua transmissão é limitada por lei a um raio de um quilômetro de alcance, o que, muitas vezes, não é suficiente para cobrir uma comunidade inteira - especialmente em favelas que se estendem por áreas muito maiores.

Esse “confinamento” do alcance da voz popular, reduzida apenas para “alguns quarteirões”, pode ser comparado à busca de produzir seu sustento, seu alimento, em meio lote (125m²), “para ser bem generoso”, sem contar que é necessário, ainda, espaço para o cidadão dormir, comer, banhar, conviver. Desta forma, o campo está para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), assim como o

espectro para as Rádios Comunitárias, Movimentos Sociais, Povos Originários e Comunidades Periféricas desse país. A ocupação da terra e do ar une dois grandes campos temáticos na interface entre o planejamento urbano e a comunicação, lugar de vida e habitação e comunicação. É necessária a ocupação e regulamentação do acesso à terra e ao espectro para que novas formas de narrativas sejam um instrumento de união e fortalecimento para renovação do ideário de nação.

Trata-se não apenas de dominar o uso dos equipamentos de um modelo tecnológico voltado à sedução do consumo, mas de entender a velha dinâmica da formação da sociedade brasileira, alicerçada no regime patrimonialista. Esse entendimento é fundamental para sustentar debates sobre novas formas de uso das tecnologias - ou mesmo sobre o desenvolvimento de novas tecnologias -, de modo a favorecer a ampliação da comunicação social, a conscientização e a resistência.

Diante desse cenário do capitalismo neoliberal - marcado pela contradição entre a obsessão por inovações tecnológicas restritas a minorias e a falta de regulação democrática dos meios de comunicação - a tese não propõe questionamentos, mas alerta para a permanente necessidade de:

- ✓ Otimizar o uso da tecnologia radiofônica como instrumento de conscientização social e política, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, ampliando seu potencial como ferramenta de exercício cidadão;
- ✓ Desenvolver modelos de regulação midiática e políticas públicas que efetivamente promovam a democratização da comunicação e o engajamento político em escala nacional;
- ✓ Monitorar criticamente o futuro da radiodifusão brasileira, particularmente frente à crescente influência de conglomerados religiosos no espectro radiofônico e digital, cujos conteúdos dogmáticos ameaçam valores democráticos e aprofundam desigualdades.

Este trabalho não encerra a discussão, mas ressalta a urgência de pesquisas contínuas que acompanhem essas dinâmicas e proponham alternativas concretas à crescente mercantilização e conservadorização dos meios de comunicação no país

Nesse ponto, a matriz conceitual se amplia com as reflexões inquietas e as contribuições de Kischinhevsky e Ferraretto, autores que, de forma realista, apontam caminhos para a reinvenção do rádio em sua forma tradicional.

O caminhar da tese permitiu antever que não haverá cidadania se não houver a democratização da comunicação, e para isso, faz-se necessária a regulação de mídia e do setor de telecomunicações.

Comparando-se os dados da Pnad Contínua de 2023 - que apontam desigualdades regionais na presença do rádio, mais predominante na Região Sul do que na Norte - com os resultados da plataforma *DeepSeek* (“Enquanto o rádio continua a ser um meio relevante no Sul, especialmente para públicos específicos, na Região Norte ele enfrenta desafios de infraestrutura e competição com outras mídias” - *DeepSeek*, 2025d), obtêm-se elementos para compor um novo mapa da geografia da radiodifusão e buscar respostas para uma nova racionalidade.

A ideia de mapeamento se concretiza quando emissora e ouvinte estabelecem uma conexão comunicativa efetiva. De um lado, a emissora cumpre sua função pública de interesse comum, levando informação das condições meteorológicas ou de ajuda, entre outras e, de outro lado, o ouvinte, mesmo que isolado, sente-se pertencente a uma rede de solidariedade.

Entre as respostas para garantir o futuro da radiodifusão, deve ser destacado o potencial de capilaridade da comunicação das rádios comunitárias, como apontado pela radialista Mylena Rocha – em evento da Abraço Brasil no qual se discutiu o “Conteúdos nas rádios” – ao afirmar que a comunicação popular, por meio das rádios comunitárias, permitirá avanços a partir do momento em que aqueles que a constroem, possam entender o seu papel social e cultural (Abraço Brasil, 2022b). Desta forma, comunicadores poderão fortalecer o papel de multiplicadores do ideal de cidadania e do espaço de todos.

Essa nova fase da radiodifusão brasileira permitirá uma nova geografia da comunicação social, na qual, de transmissor a receptor, e de receptor a transmissor, de base comunitária, serão formados novos elos, chegando em áreas menos urbanizadas, ainda sem a internet, ocupando o papel das transmissões de longo alcance, abertos pelas emissoras de Ondas Curtas e Ondas Médias.

Desta forma, não é possível desenhar um mapa atualizado da radiodifusão sem desconsiderar a comunicação local, regional, nacional e sua relação com a geopolítica da comunicação neoliberal mundial, na qual os países europeus, Estados Unidos, China e Índia situam-se na vanguarda tecnológica e, as demais nações, na retaguarda tecnológica, à margem dos princípios da Unesco: de garantir a paz e cooperação intelectual, além do desenvolvimento mundial.

Atualmente, o mapa da comunicação radiofônica mundial é esboçado de forma a haver o desligamento de emissoras de longo alcance, dentro do Brasil, na faixa de Ondas Curtas, e em contrapartida, uma densa ocupação do dial por emissoras chinesas, com expressivo número de mais de 400 transmissões programas diários da China National Radio (CNR) e mais de 550 transmissões da China Radio International (CRI), espalhadas nas faixas de 11, 13, 15, 16, 19, 22, 25, 31, 41, 49, 60, 75, 90 e 120m. Se isso não bastasse, os transmissores possuem em média 100 quilowatts de potência - suficiente para alcançar receptores em toda a América do Sul e sobrepor as 48 transmissões instáveis em Amplitude Modulada (com potência média de 15 quilowatts) geradas no território brasileiro, além de aproximadamente 10 transmissões ativas, em sua maioria de natureza religiosa. Ou seja: a emissora com transmissão de maior potência “sobrepoõe” o sinal das demais.

Diante desse mapa dominado pelas grandes potências mundiais, a chama do ideário utópico guiado por Novaes (2016) deve ser fortalecida, com base na capacidade humana de interpretar o presente para identificar o atual momento histórico e apontar um novo processo de construção do futuro, a médio e longo prazos em que se possa pensar na comunicação popular, comunitária, de forma descriminalizada, apropriada a um ideal de construção do ser cidadão. O exercício, em tese, é permitir que a lente teórica apresentada, possibilite um efeito estereoscópico dentro do conhecimento geográfico: de modo a unir diferentes fontes de informação no decorrer da jornada de pesquisa e salientar limites e perspectivas da comunicação radiofônica popular.

Busca-se uma nova geografia dos serviços de comunicação social, projetada na perspectiva da travessia para um Brasil profundo - necessariamente com conhecimento e discernimento no compromisso de transformação. Nesse sentido, a marcha pessoal do discente, pesquisador e servidor em uma instituição de ensino comunitária pode ser interpretada como a marcha pela conquista de sua própria cidadania.

Os diversos territórios explorados na jornada *stricto sensu* – na terra, no ar e nas redes – reforçam a perseverança e o esperar presente em Paulo Freire, no qual “as marchas são andarilhagens históricas pelo mundo” (Rede TVT, 2022). Porém, após a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, algumas frustrações

são decantadas diante da expectativa de que se tinha de fortalecimento das vias de comunicação progressistas.

Mesmo diante de recentes “ressacas” da luta pela democracia, reforça-se aqui a máxima de Paulo Freire: “num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário” (Freire, [1997]). Dessa forma, a esperança para esse meio percurso da tese, é que o novo governo federal eleito (2023-2026), possa pôr em prática a regulação da mídia, que segundo Carrato (2022)⁵⁹ supõe “uma mídia que segue os interesses exclusivos dos seus donos, na verdade são concessionários de rádio e TV que agem como donos, fazem o que bem entendem”

A inclusão de Paulo Freire e Carrato nesta fase final justifica-se pela necessidade de ampliar o diálogo teórico para além do escopo inicial da pesquisa.

Recentemente, Ferraretto (2024) deixou isso evidente ao publicar: “Desde o final do governo Dilma, gestões da EBC sob Temer, Bolsonaro e Lula estão construindo um case sobre como não se faz comunicação pública”. Saliou ainda: “O que, com o novo governo, era esperança vai se convertendo em estupefação e indignação. Tá na hora de parar de passar o pano para o que é ruim na administração da EBC”.

Na etapa final da tese, a canção “Cérebro eletrônico” de Gil (1969) traz inspiração para que tenhamos a consciência de que o momento presente da Inteligência Artificial não seja a única via de “dar socorro” - e que “A Voz do Vivo” seja aquela de “quem já esteve na rua, também viu” -, traga o sentido de quem esteve no universo da comunicação pública e comunitária. Viu uma nova dimensão do país pela lente da geografia da radiodifusão: um universo ao mesmo tempo tão popular para uma parcela da sociedade e esquecido ou desconhecido para outras, diante de tantos novos hábitos e tecnologias.

A tecnologia - variável fundamental para essa nova geografia da radiodifusão - deve estar alinhada à regulação midiática, possibilitando uma reconfiguração espacial do território comunicacional no qual: a) o sistema Rádios EBC, em especial a Rádio Nacional da Amazônia e Rádio MEC AM, tenham a garantia de continuar a operar, atendendo cidadãos e povos originários, em locais onde a telefonia fixa, móvel e internet não chegam; b) as rádios comunitárias possam estabelecer uma nova rede

⁵⁹ Jornalista e ex-coordenadora da Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (2006-2010).

capilar, descentralizada, com maior potência de transmissão e alcance, além de contar com subsídios para ampliar a operação de antena e nas redes sociais.

E foi por meio da tecnologia da internet que a grande experiência aplicada da pesquisa se tornou possível - com a interação diária junto à radiodifusão pública e comunitária - buscando:

- de início, alinhar de um lado, a fala de docentes pesquisadores com o tema da tecnologia, cidadania e radiodifusão, porém, com uma gama de pesquisadores que só veem quem está nos grandes centros urbanos;
- de outro, no meio, interagir e construir junto - com profissionais e movimentos sociais ligados à radiodifusão pública - (estatal e comunitária) - a agenda do rádio que se quer, o rádio para todos, independentemente dos limites territoriais, urbanizados ou menos urbanizados;
- No fim - ou no novo começo -, na essência, trata-se de estar junto aos ouvintes que deixam de ser invisíveis pela acessibilidade da radiodifusão inclusiva: não comercial, educativa e de função pública. Aquela forma profunda de comunicação que muitos acadêmicos, mesmo dos novos suportes comunicacionais, não vivenciam - a dimensão de sentir e estender a mão aos “desanteados”.

Desta forma, destaca-se o papel da Abraço - que abraça a democratização da comunicação e com ela luta por uma comunicação comunitária, igualitária e insurgente.

Como afirmado na apresentação desta tese, só haverá voz enquanto persistir a luta. Reafirma-se que a cidadania plena somente se concretizará quando forem criadas as condições para um diálogo permanente entre ouvintes, emissoras, sociedade civil, poder público e políticas de Estado, visando a construção de um projeto nacional integrado. Nessa perspectiva, o território comunicacional - compreendido como espaço hertziano, digital e social interconectado pela infraestrutura técnica e informacional - deve estar plenamente alinhado com esse ideal de nação.

Diante de tempos incertos, de tecnologias cada dia mais intrusivas, proprietárias e dependentes, e de uma ordem de constante ameaça aos territórios de camponeses, indígenas e povos originários, segue-se a máxima de libertação de Casaldáliga citada por Fernandes (2020): "Fico do lado dos pobres". Ou seja, do lado

daqueles que ainda dependem da comunicação de antena e pilha, ou mesmo daquela que transborda para a internet - de modo a fortalecer uma dimensão de "território de pertencimento", construído com sentimentos de afeto e acolhimento, colaborando com a conquista da cidadania.

Esse é o novo mapa que se deseja, concebido sob uma nova geografia da radiodifusão: cidadã, ancorada na democratização da informação e incentivo à produção de conteúdo radiofônico educativo e cultural, público, irrestrito e inclusivo, ocupando um espaço socialmente comum, na terra, no ar e nas redes. Enfim, aquela que se fará junto com as plataformas abertas de transmissão.

A geografia da radiodifusão aqui apresentada indica que é necessário expandir concessões de emissoras educativas; cuidar das infraestruturas existentes; fortalecer a parceria de redes de emissoras universitárias, comunitárias e até religiosas (alinhadas com Comunidades Eclesiais de Base) para que se constituam como uma ampla e unida frente de força de resistência e resiliência.

Nesse sentido, espera-se que o pensamento de Brecht (2007, p. 5), sendo aquele que "(...) garantiria ao rádio uma atuação incomparavelmente mais eficaz e lhe conferiria um significado social totalmente diverso se comparado com a sua atual postura meramente decorativa", inspire a transformação do rádio em algo que vá além de um mero aparato de distribuição hegemônico das elites, no qual ouvintes tornem-se emissores, garantindo a função bidirecional. A tecnologia, e especificamente, a internet talvez seja o meio para que emissoras e novos equipamentos permitam esse avanço, a partir dos indícios de que já se tornou realidade, a exemplo da interação estabelecida com o programa Ponto de Encontro e nos programas Abraço Entrevista e No Rádio e Nas Redes, exemplos de interação e democratização da comunicação, com participação ativa do público ouvinte.

Espera-se ainda que a tecnologia DRM saia do papel e seja acessível para a população em sua totalidade.

Dessa forma, o tema traz a possibilidade de futuros estudos sobre as implicações territoriais, de uso e ocupação do solo, relacionadas à normativa da Lei Geral de Telecomunicações Lei 9.472/1997⁶⁰, que atribui ao município o papel na regulamentação do uso do território para a instalação de infraestrutura.

⁶⁰ A legislação de telecomunicações no Brasil é principalmente regida pela Lei Geral de Telecomunicações, que foi instituída pela Lei nº 9.472/1997. Essa legislação estabelece as normas para o setor de telecomunicações no país, incluindo regras para a concessão, permissão e autorização

É possível antever que o futuro do rádio está ancorado na perspectiva da parceria entre rádios estatais, rádios universitárias, rádios comunitárias, em uma frente de produção coletiva de conteúdo, de modo a apropriar-se de uma tecnologia menos dependente do Norte global, buscando ampliar as possibilidades de se fazer a comunicação popular e inclusiva, criando assim condições para o apoderamento do conceito da radiocidadania.

Em correspondência ao estudo das bases técnico-geográficas para a efetivação dos serviços, a pesquisa se desenvolveu no território radiofônico compartilhado por todos. Por meio da comunicação estatal e comunitária, buscou-se identificar: povos periféricos, ribeirinhos, movimentos sociais, sindicatos, trabalhadores, comunidades quilombolas, indígenas e os próprios ouvintes - refletindo sobre a possibilidade (ou efetividade) de se sentirem agentes na demarcação do território da comunicação pública. Considerou-se, assim, o rádio como verdadeira escola de cidadania neste país.

Cabe destacar que este trabalho vai muito além do espaço urbano, transcendendo para o rural. Não é apenas a dimensão geográfica espacial que torna desafiadora a distribuição dos serviços de radiodifusão, mas também a desigualdade social entre as Grandes Regiões do país - fator determinante para que a radiodifusão, mesmo quando disponibilizada por meio de diferentes plataformas online, não atinja todos os cidadãos de forma equânime.

Anseiam-se propostas que incluam políticas públicas que contemplem a geografia da radiodifusão, apresentadas de modo a oferecer um planejamento que atenda às diferenças sociais, culturais e econômicas das Grandes Regiões do país - sem desconsiderar a necessidade de investimento tecnológico. Para tanto, exige-se uma economia robusta e acordos de cooperação entre os países do BRICS, promovendo troca de desenvolvimento tecnológico, capacitação profissional e integração cultural.

de serviços, bem como as responsabilidades das empresas do setor. Em relação às municipalidades, a Lei Geral de Telecomunicações estabelece que os municípios têm um papel importante na regulamentação do uso do espaço urbano para a instalação de infraestrutura de telecomunicações. Isso inclui a concessão de licenças e autorizações para a instalação de antenas e equipamentos de telecomunicações. Além disso, a legislação também aborda questões relacionadas à ocupação de áreas públicas, como ruas e praças, para a implantação de infraestrutura de telecomunicações. As empresas de telecomunicações precisam cumprir as normas municipais e obter as devidas autorizações para instalação de infraestrutura em áreas urbanas (*DeepSeek, 2025a*).

A geografia da radiodifusão incorpora o rádio que transborda, que se reconstrói, que se ressignifica – na produção acadêmica do conhecimento e na vida – como alternativa para a ideia de cidadania: tanto para quem não a tem, quanto para uma classe média que não quer ser cidadã, satisfazendo-se com o consumo de produtos e a manutenção de privilégios.

REFERÊNCIAS

ABRAÇO BRASIL. **A importância da Comunicação Pública e os riscos da privatização ou extinção da EBC.** 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_K3R9XiVg8&t=16s. Acesso em 27 fev. 2024.

ABRAÇO BRASIL. **As propostas da Abraço Brasil para os candidatos(as) a presidência da República.** 21 set. 2022a. 1 vídeo (63 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=scMKWoSIQz4>. Acesso em 31 out. 2022.

ABRAÇO BRASIL. **Diante de uma nova indústria cultural.** 2 set. 2022b. 1 vídeo (56 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=iZUVzQDxcks&t=5s>. Acesso em: 02 set. 2022.

ABRAÇO BRASIL. **Desafios das rádios comunitárias e as novas tecnologias.** 2 set. 2022c. 1 vídeo (104 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0-JiHYfeWTK&list=PLE3ftXtVQpPL1bHUeul1ymLe1jc8W6Ac1&index=45&t=26s>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ABRAÇO BRASIL. **Conteúdo nas Rádios Comunitárias.** 29 ago. 2022d. 1 vídeo (102 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=sYUFz3b3UsM&t=4s>. Acesso em 16 out. 2022.

ABRAÇO BRASIL. **Seminário: "123 anos do rádio no Brasil e no mundo - do Padre Landell às rádios comunitárias".** 25 ago. 2022e. 1 vídeo (78 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dCBBUzy1JP4>. Acesso em 28 dez. 2024.

ABRAÇO BRASIL. **A importância da economia regional e do desenvolvimento das pequenas e médias comunidades.** 24 ago. 2022f. 1 vídeo (61 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HS4RaVYe3eU&list=PLE3ftXtVQpPL1bHUeul1ymLe1jc8W6Ac1&index=31&t=3177s>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ABRAÇO BRASIL. **Comunicação Social e Soberania Nacional - Por que defender a TV BRASIL ABERTA hoje?** 30 out. 2023a. 1 vídeo (58 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yvSTeo9Ad1s&t=3055s>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ABRAÇO BRASIL. **Abraço na Posse do Lula.** 1 jan. 2023b. 1 vídeo (251min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxF3z6ZySiw&pp=ygUYQWJyYcOnbyBuYSBQb3NzZSBkbyBMdWxh>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ABRAÇO BRASIL. **A comunicação alternativa em nosso país**. 3 jul. 2024. 1 vídeo (58 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0AnYN7IHKrA&t=2171s>. Acesso em: 01 fev. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Intercom e EBC celebram 50 anos do Parque do Rodeador em lives**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/intercom-e-ebc-celebram-50-anos-do-parque-do-rodeador-em-lives>. Acesso em 22 jan. 2025.

ABRAÇO RS. **Rádios Comunitárias no Brasil**. 2024. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1VIRZ_iYqULox9nwMyoinaFiX6LU_FHK6&femb=1&ll=-15.779668531528316%2C-52.786549999999999&z=4. Acesso em 01 fev. 2025.

AGUIAR, Valéria. Ameaçada de privatização, mídia pública sofre intervenção de Milei. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/ameacada-de-privatizacao-midia-publica-sofre-intervencao-de-milei>. Acesso em: 16 nov. 2024.

AGUIAR, Valter. **O rádio internacional: das ondas curtas à internet**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2019. 266p.

ALIBABA. **Digital Radio Mondiale (DRM) Radio Receiver**. Hanchou, 18 jul. 2020. Disponível em: https://www.alibaba.com/product-detail/Digital-Radio-Mondiale-DRM-Radio-Receiver_11547499.html. Acesso em: 18 jul. 2020.

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. *In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc SP/CEBRAP, 2016.

ALVES, Xandu. O Wi-Fi de Cristo: Igreja aposta na tecnologia para levar palavra de Jesus às redes. **Ovale**, v. 14, n. 3, 23 dez. 2023.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Emissoras em Ondas Curtas homologadas na Anatel**. Brasília: ANATEL, 2024a. Disponível em: <https://geoservicos.anatel.gov.br/geoserver/wfs?request=GetCapabilities>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Emissoras em Ondas Tropicais homologadas na Anatel**. Brasília: ANATEL, 2024b. Disponível em: <https://geoservicos.anatel.gov.br/geoserver/wfs?request=GetCapabilities>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Emissoras em Ondas Médias homologadas na Anatel**. Brasília: ANATEL, 2024c. Disponível em: <https://geoservicos.anatel.gov.br/geoserver/wfs?request=GetCapabilities>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Emissoras em Frequência Modulada homologadas na Anatel**. Brasília: ANATEL, 2024d. Disponível em: <https://geoservicos.anatel.gov.br/geoserver/wfs?request=GetCapabilities>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). **Rádiodifusão Comunitária (RadCom)**. Brasília: ANATEL, 2024e. Disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br:80/geoserver/ANATEL/ows?service=WMS&request=GetLegendGraphic&format=image/png&width=20&height=20&layer=vw_radcom. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANDRADE, Débora El-Jaick. O país onde não se pode mencionar o proletariado: reflexões de Bertold Brecht sobre os trabalhadores alemães e o fascismo. **História (São Paulo)**, v. 37, p. 1-25, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/YxvxD5WbzbFMhXTWgj3qbZq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2022.

APCEF/SP. **Acesse Rede Brasil Atual e fique por dentro das notícias**. São Paulo: Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.apcefsp.org.br/noticias/acesse-rede-brasil-atual-e-fique-por-dentro-das-noticias>. Acesso em: 31 jan. 2025.

ARANTES, Aldo. **Reconstruir a democracia**: união de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica. São Paulo: Expressão Popular: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois e Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania, 2021.

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Ouvintes falantes**: produção e recepção dos programas jornalísticos do rádio AM. Curitiba: Appris, 2022.

ARAÚJO, Luiz. Empresa chinesa oferecerá internet no Brasil como a da Starlink. **Amazonas Atual**. 2024. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/empresa-chinesa-oferecera-internet-no-brasil-como-a-da-starlink/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

AS RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA. **Os recados da Rádio Rural FM/Tefé/nosso único meio de comunicação isolados na Floresta Amazônica**. 25 jul. 2022. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal As Ribeirinhas da Amazônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gkr0usr5pag&t=157s>. Acesso em: 25 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO RÁDIO DIGITAL (ABRADIG). **O que é Rádio Digital**. 2020. Disponível em: <https://www.drm-brasil.org/pt-br/content/o-que-%C3%A9-r%C3%A1dio-digital>. Acesso em: 11 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMISSORAS DE RÁDIOS E TELEVISÃO - ACAERT. **Censo 2022 e o rádio**: como o meio está se ajustando ao novo perfil demográfico do Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.acaert.com.br/noticia/51202/censo-2022-e-o-radio-como-o-meio-esta-se-ajustando-ao-novo-perfil-demografico-do-brasil>. Acesso em: 27 fev. 2024.

AVRELLA, Bárbara; ALEXANDRE, Tássia Becker. A trajetória histórica das redes de rádio no Brasil. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2014. **Anais...**, Alcar Sul, Florianópolis, 2014. P. 1-11. Disponível em:

https://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/GTm%C3%ADdasonora_B%C3%A1rbara_Avrella_T%C3%A1ssia_Becker.pdf. Acesso em: 31 dez 2024.

BALLESTEROS LÓPEZ, Tito. **Mapa do Rádio na América Latina e Caribe**. Florianópolis: Editora Insular, 2020, 160 p.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia B.; ZORZI, Felipe B. O impacto da Quarta Revolução Industrial na estruturação da cultura política entre os jovens no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, 2021.

BAUMAN, Zygmunt: A amizade *Facebook*. 18 fev. 2013. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <https://youtu.be/5Lm2O3Q56Wg>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Um Brasil doente. *In*: ALAMBERT, Francisco. **Narrativas da cidadania**: as origens sociais do Sesc. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023. p. 69-91.

BEZERRA, Antônio Luiz Moreira. Áreas urbanizadas no Brasil equivalem a 0,54% do total. **Assembleia Legislativa do Estado do Piauí**, 2022. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/areas-urbanizadas-no-brasil-equivalem-a-0-54-do-total>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

BRAGA, Newton C. **Melhor recepção em Ondas Curtas**. 2022a. Disponível em: <https://www.newtonbraga.com.br/index.php/telecomunicacoes/11758-melhor-recepcao-de-ondas-curtas-tel158.html>. Acesso em 02 nov. 2022.

BRAGA, Newton C. **Radiodifusão digital (DAB)**. 2013. Disponível em: <https://www.newtonbraga.com.br/?view=article&id=7812:radiodifusao-digital-dab-o-radio-do-seculo-21-esta-chegando-tel081&catid=52>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Lei no. 9612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C09916

03490ED1086D8F75D2B6B2D8E7.proposicoesWebExterno1?codteor=444446&file_name=LegislacaoCitada+-PL+480/2007. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Decreto no. 10.326, de 24 de abril de 2020. Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, para dispor sobre a execução do serviço de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.326-de-24-de-abril-de-2020-254003228>. Acesso em: 02 fev. 2025

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **União oficializa venda do Edifício A Noite para a Prefeitura do Rio**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/uniao-oficializa-venda-do-edificio-a-noite-para-a-prefeitura-do-rio>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Ministério Das Comunicações. **Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR)**. Brasília, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/retransmissao-de-radio-na-amazonia-legal-rtr>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL DE FATO. **Brasil de Fato faz a maior cobertura sobre movimentos populares na imprensa brasileira**. 2024. Mensagem de e-mail enviada por newsletter@brasildefato.com.br em 13 dez. 2024, 17:31.

BRAUN, Julia. Javier Milei: o que é o anarcocapitalismo, ideologia que o presidente eleito da Argentina diz seguir. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9737v95jzyo>. Acesso em: 04 fev. 2024.

BRECHT, Bertold. O rádio como aparato de comunicação: discurso sobre a função do rádio. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tkGMW6LYSKjLJJQFWxy4JRH/>. Acesso em: 02 jan. 2025.

BUKHARIN, Nicolai. Teoria del materialismo histórico: ensayo popular da sociologia marxista. **Cuadernos de Pasado y Presente**, n. 31. Córdoba, Argentina, 1972.

CAMINHOS para a luta pelo direito à comunicação no Brasil: como combater as ilegalidades no rádio e na tv. **Intervozes**, 2015. Disponível em: <https://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldcnb.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

CAMPOS, Ana Cristina. Prefeitura do Rio assina a compra do histórico edifício A Noite. **Agência Brasil**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/prefeitura-do-rio-assina-compra-do-historico-edificio-noite>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CAPPARELLI, Sergio. **Televisão e Capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: LPM, 1982.

CAPPARELLI, Sergio. **Ditaduras e Indústrias Culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

CARTA CAPITAL. EBC pode perder concessão da Rádio Nacional da Amazônia, que segue fora do ar. **Carta Capital**, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-pode-perder-a-concessao-da-radio-nacional-da-amazonia-que-segue-fora-do-ar/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARTA CAPITAL. **Milei demite 500 jornalistas e artistas de rádio estatal**. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/milei-demite-500-jornalistas-e-artistas-de-radio-estatal/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CARRATO, Angela. **Porque é importante a regulação da mídia no Brasil?** Seminário: 123 anos do Rádio no Brasil e no Mundo - Abraço Brasil. 30 ago. 2023. 1 vídeo (117 min). Publicado pelo canal Abraço Brasil. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=KgeT8CUVKRk&t=3838s>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CERQUEIRA NETO, Sebastião; SANTOS, Camilla Jardim P. dos. A ciência e a tecnologia na visão de Milton Santos. **GeoTextos**, v. 13, n. 2, 2017.

CHARLEAUX, Lupa. Starlink: 90% das cidades da Amazônia usam internet via satélite de Elon Musk. **Tecnoblog**, 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/2023/10/20/starlink-90-das-cidades-da-amazonia-usam-internet-via-satelite-de-elon-musk/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

COGO, Denise Maria. **No ar uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CONEXÃO POVOS DA FLORESTA. Disponível em: <https://conexaopovosdafloresta.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CORTES TVT. **ICL Notícias na TVT e na Rádio Brasil Atual**. 14 abr. 2023. 1 vídeo (56 seg). Publicado pelo canal Cortes TVT. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=of4kVjPvE74>. Acesso em 23 fev. 2024.

CORRÊA, Douglas. **Edifício A Noite, no RJ, é vendido e será transformado em residencial**: Prédio histórico recebeu a Rádio Nacional por mais de 80 anos. Agência Brasil/EBC, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/edificio-noite-no-rj-e-vendido-e-sera-transformado-em-residencial>. Acesso em 23 fev. 2024.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. O reconhecimento do receptor-usuário na cidadania comunicativa. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, p. 102969, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/102969>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Rádios comunitárias: resistências lutas e desafios**. Curitiba: APpris, 2020. 293p.

COUTINHO, Eduardo Granja (Org). **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CURIEN, Nicolas. D'une problématique générale des réseaux à l'analyse économique du transport des informations. In: Dupuy, Gabriel. **Réseaux territoriaux**. Caen, Paradigme, 1988, p. 211-228.

D'ARISBO, Daltro. Landell de Moura: ondas de rádio nas transformações no final do século XIX. In: **Por que o Padre Roberto Landell de Moura foi inovador? conhecimento, fé e ciência**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

DEEPSEEK. **Lei telecomunicações Brasil e relações com municipalidade**. 2025a. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **Rádiodifusão**. 2025b. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **Transmissão em Amplitude Modulada**. 2025c. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **O rádio manteve-se mais presente na Região SUL do País e menos presente na Região Norte**. 2025d. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **A classificação de intensidade no Mapa da Radiodifusão Comunitária**. 2025e. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **A relação política da Bolívia, Venezuela, Guiana e Suriname com os Estados Unidos, desatendidos pela Starlink**. 2025f. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DEEPSEEK. **Qual o significado do termo "savoir faire?"** 2025g. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DEEPSEEK. **Categorização das emissoras por público-alvo e linha religiosa**. 2025h. Disponível em: <https://chat.deepseek.com>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DEL BIANCO, Nelia R. **O rádio brasileiro na era da convergência**. São Paulo: INTERCOM, 2012, 359 p.

DELIZOICOV, Demétrio; AULER, Décio. tecnologia e formação social do espaço: questões sobre a não-neutralidade. **Alexandria**, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37690>. Acesso em: 12 nov. 2023.

DEMARTINI, Felipe. **Bolsonaro sanciona alterações na Lei Geral de Telecomunicações**. 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/telecom/bolsonaro-sanciona-alteracoes-na-lei-geral-de-telecomunicacoes-151599/>. Acesso em: 12 maio 2020.

DETONI, Márcia; PIOVESAN, Angelo. **Rádio cidadã: um guia para a ação**. São Paulo: Edicon, 2013. 176 p.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Chicago: Swallow, 1927.

DINIZ, Rafael. O sistema brasileiro de rádio digital, os diferentes padrões existentes e a definição de um novo perfil do Ginga pensado para ser o middleware do SBRD. **Telemídia**, 2013. Disponível em: http://www.telemidia.puc-rio.br/~rafaeldiniz/public_files/textos/radio_digital_telemidia_01.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

DIREITOS NA REDE. I **Seminário Big Techs, Informação e Democracia na América Latina**. 5 dez. 2023. 1 vídeo (259 min). Publicado pelo canal Direitos na Rede. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oT2F0CtAS1U&t=1257s>. Acesso em: 09 fev. 2024.

DRM - Consortium Digital Radio Mondiale. **Brazil reports on SW Digital Broadcasts**. 2021. Disponível em: <https://mailchi.mp/drm/drm-newsletter-september-2021-8099601>. Acesso em: 12 fev. 2024.

DX E RADIOESCUTA. Cobertura da Rádio TransMundial do Brasil. **Blog Dx e Radioescuta**, 2010. Disponível em: <http://dxradioescuta.blogspot.com/2010/03/cobertura-da-radio-transmundial-do.html>. Acesso em: 26. nov. 2021.

DX SEM FRONTEIRAS. A História da Rádio Nacional da Amazônia. **Boletim DX Clube Sem Fronteiras**, v. 4, n. 13, 2016.

EBC celebra hoje os 100 anos da primeira transmissão de rádio no país. **Angência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-09/ebc-celebra-hoje-os-100-anos-da-primeira-transmissao-de-radio-no-pais>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ELDORADO DO SUL. Prefeitura. **Área do antigo Parque de Transmissão da Rádio Continental - Espelho do Imóvel: lote 000001**. 2024. Disponível em: <https://eldorado.ctmgeo.com.br:10085/geo-view/index.ctm?mslinkLote=551274>. Acesso em: 05 mar. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Rede Nacional de Rádio publica mapa de emissoras**. 2019a. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2019/rede-nacional-de-radio-publica-mapa-de-emissoras>. Acesso em: 06 jan. 2025.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Conheça a história da Rádio Nacional de Brasília, fundada na capital em 1958**. 2019b. Disponível em:

<https://radios.ebc.com.br/especiais/2019/05/conheca-historia-da-radio-nacional-de-brasil-fundada-na-capital-em-1958>. Acesso em 14 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro**: 13 de outubro de 2021. 2021.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Carta de Serviços**. Brasília/DF: EBC, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/empresa-brasil-de-comunicacao-s-a>. Acesso em: 20 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC. **Transmissão comemorativa dos 46 anos da Rádio Nacional da Amazônia**. 2023b. Transmissão ao vivo em programa de rádio, Rádio Nacional da Amazônia, 1º set. 2023.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ouvinte da Nacional Amazônia fala de sua pesquisa sobre o rádio**. 2023c. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2023/02/ouvinte-da-nacional-amazonia-fala-de-sua-pesquisa-sobre-o-radio>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Amazônia 4.0**: cientista diz que é possível atrair empresas e proteger natureza. 2023d. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2023/03/amazonia-40-cientista-diz-que-e-possivel-atrair-empresas-e-proteger-natureza>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Projeto promove os diversos usos da mandioca na culinária**. 2023e. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2023/07/projeto-promove-os-diversos-usos-da-mandioca-na-culinaria>. Acesso em: 25 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro: entrevista com Sula Sevilis em 14 de março de 2023**. 2023f. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro: entrevista com Artemisa Azevedo em 30 de março de 2023**. 2023g. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro: entrevista com Carlos Moreira em 18 de maio de 2023**. 2023h. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro: Que horas o Sol nasce pra você?** 2023i. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Moradores de Atibaia (SP) terão acesso a conteúdos da EBC no rádio e na TV**. 2023j. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/janeiro/moradores-de-atibaia-sp-terao-acesso-a-conteudos-da-ebc-no-radio-e-na-tv>. Acesso em: 14 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Jovem ribeirinha da Amazônia compartilha seu dia a dia e vira fenômeno na internet.** 2024a. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacional-jovem/2024/05/jovem-ribeirinha-da-amazonia-compartilha-seu-dia-a-dia-e-vira-fenomeno-na-internet>. Acesso em: 25 dez. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Como Sintonizar.** 2024b. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/comosintonizar>. Acesso em: 31 dez. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Sobre a emissora.** 2024c. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/nacionalamazonia>. Acesso em: 14 fev. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro.** 2025. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, 06 jan. 2025.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Ponto de Encontro.** 2024c. Transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, 16 dez. 2024.

ENCICLOPÉDIA DO RÁDIO. **Íntegra do "Ponto de Encontro" (1.9.2019):** Rádio Nacional da Amazônia. 3 out. 2019. 1 vídeo (113 min). Publicado pelo canal Enciclopédia do Rádio. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=qRJ3ZSmzMPY&t=1345s>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Governo favorece concentração midiática ao sancionar PL 7/2023.** Brasília, DF: FENAJ, 2024. Disponível em: <https://fenaj.org.br/governo-favorece-concentracao-midiatica-ao-sancionar-pl-7-2023/> Acesso em: 17 jan. 2024.

FACEBOOK RÁDIO APARECIDA. **Promoção Ano Novo Rádio Novo.** 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=600998306633318&set=a.491818897551260&locale=pt_BR. Acesso em: 01 jan. 2021.

FELSKI, Amauri Toccolini. **Radioamadorismo no Brasil: história e atuação.** Florianópolis: Ed. Autor, 2008.

FERNANDES, Sarah. Pedro Casaldáliga abraçou camponeses e indígenas e entrou para a história do Brasil. **De olho nos ruralistas**, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/10/pedro-casaldaliga-abracou-camponeses-e-indigenas-e-entrou-para-a-historia-do-brasil/>. Acesso em: 28 out. 2022.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** 3. ed. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2007, 232 p.

FERRARETTO, Luiz Artur. Possibilidades de convergência tecnológica: pistas para a compreensão do rádio e das formas do seu uso no século 21. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, 30., 2007. **Anais...**, Intercom, Santos, 2007. p. 1-15. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r0046-1.pdf>. Acesso em: 31 dez 2024.

FERRARETTO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio e convergência: uma abordagem pela economia política da comunicação. **Revista Famecos, Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 17, n. 3, p. 172-180, 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014, 272p.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Desde o final do governo Dilma, gestões da EBC sob Temer, Bolsonaro e Lula estão construindo um case sobre como não se faz comunicação pública**. 13 nov. 2024. Instagram: @luiz_artur_ferraretto. Disponível em: https://www.instagram.com/luiz_artur_ferraretto/p/DCUS28-xt4w/. Acesso em 31 dez. 2024.

FERREIRA, Andréia da Paixão. A invenção do rádio: um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2013.

FERREIRA, Vicente de Paula, Dom. **Brumadinho**: 25 é todo dia. São Paulo: Expressão Popular, 2020a. 163p.

FERREIRA, Vicente de Paula, Dom. **Missa em homenagem às vítimas de Brumadinho**. [Aparecida]: TVEVANGELIZAR; PADREMANZOTTI, 2020. 1 vídeo YouTube (ca. 1h32min06 seg). Disponível em: <https://youtu.be/Dif7H1GeV2M>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FICA EBC. **#DefendaEBC #aEBCfica**. 25 jan. 2023. Facebook: ficaEBC. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=557937929696277&set=a.557937939696276&locale=pt_BR. Acesso em: 01 jan. 2024.

FICA EBC. **FICA MEC AM - ATO PÚBLICO 24/07/19**. Rio de Janeiro: [s.n.], 26 jul. 2019. 1 vídeo (40 min). Publicado pelo canal Fica EBC. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=qvOqM7T4Nj8&t=257s>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FORNAZIERI, Aldo. Batalha perdida. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/batalha-perdida/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO - FNDC. **A nova era do rádio?** 2008. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/clipping/a-nova-era-do-radio-220932/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). **Presidente Lula precisa vetar ampliação da concentração no rádio e na TV**. 2023. Disponível em: <https://andi.org.br/2023/12/nota-fndc-presidente-lula-precisa-vetar-ampliacao-da-concentracao-no-radio-e-na-tv/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FOSSÁ, Alencar Aldo. **Manual do radioescuta**. Porto Alegre: Evangraf, 1994, 205 p.

FRANCISCO, Papa. **“Carta Encíclica Laudato Si”**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FREDERICO, Celso. Brecht e a “Teoria do Rádio”. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 217-226, 2007.

FREIRE, Paulo. **Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário**. [1997]. Disponível em:
<https://www.pensador.com/frase/MTgxOTI0Mw/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FREITAS, Eduardo de. Técnica e Tecnologia. **Brasil Escola**. Disponível em:
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/tecnica-tecnologia.htm>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz. **O futuro hoje**: a formação em radiojornalismo na era da convergência das mídias. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz. Rádio e Desenvolvimento Regional no Brasil: 100 anos de uma interface em plena construção. In: **Las rádios comunitárias em América Latina y el Caribe**. Taubaté: EdUnitau, 2023. Disponível em:
<https://editora.unitau.br/index.php/edunitau/catalog/view/96/87/289-1> Acesso em: 22 jan. 2024.

GAMA, Guilherme. Programas de rádio reconstituem a trajetória de Gisela Ortriwano. **Jornal da USP**, nov. 2020. Disponível em:
<https://jornal.usp.br/cultura/programas-de-radio-reconstituem-a-trajetoria-de-gisela-ortriwano/>. Acesso em: 27 out. 2022.

GIL, Gilberto. **Cérebro eletrônico**. In: **Gilberto Gil (Frevo rasgado)**. Rio de Janeiro: Philips, 1969. Faixa 2. LP.

GIL, Gilberto. **Queremos saber**. In: **Gilberto Gil - Ao Vivo**. Rio de Janeiro: Polygram, 1998. 2 CDs. Faixa X, duração: 3min25seg. (Show gravado no Teatro João Caetano, RJ, em janeiro de 1977).

GIL, Gilberto. **ThoughtWorks Live com Gilberto Gil**: Caminhos para a democratização da tecnologia. 10 jun. 2021. 1 vídeo (93 min). Publicado pelo canal Gilberto Gil. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=RGnOThtfxPo&t=1311s>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GIL, Maria Cristina Romo. **Introducción al conocimiento y práctica de la radio**. México: Diana, 1994.

GOMES, Cilene. **Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro**. 2001. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOMES, Cilene. **Evolução tecnológica**. WhatsApp: [Orientação]. 14 maio. 2020. 7:53. 1 mensagem de WhatsApp.

GOMES, Daniel Augusto Vila-Nova. **Rádios comunitárias, serviços públicos e cidadania**: uma nova ótica constitucional para a crise dos serviços de (tele)comunicações no Brasil. São Paulo: LTr, 2009.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. De “ouvintes” a “falantes” da rádio, o desafio educativo com os novos “radiouvintes”. *In*: PRETTO, Nelson De Lucca; TOSTA, Sandra Pereira. **Do MEB à WEB**: O rádio na Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p.

GONÇALVES, Rafael; FERREIRA, Pedro. P. Não-neutralidade da tecnologia: a ação social das mediações técnicas. *In*: CONGRESSO {VIRTUAL} DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 28., 2020. **Anais...**, Universidade de Campinas - Unicamp, Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P17507A33708O343.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

GONÇALVES, Rosa. **Somos todas Rosas**. Fortaleza, CE: Edilual, 2023.

GOOGLE. **Mapa de localização compartilhado por andreluizdetoledo**. [S.l.]: Google, 2021. Mapa digital. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/bxtSaWhvFbaa5PUz5>. Acesso em: 2 jan. 2021.

GOOGLE. **Google Earth**. 2023. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GOOGLE. **Google Play**. 2024. Disponível em: <https://play.google.com/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

GP RÁDIO E MÍDIA SONORA DA INTERCOM. **Lives Futuro da Pesquisa em Rádio - Ep. 4**. 29 jun. 2022. 1 vídeo (70 min). Publicado pelo canal GP rádio e mídia Sonora da Intercom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CBODmG9j2ig&t=29s>. Acesso em: 26 fev. 2024

GRUPO GLOBO faz demissão em massa e gera polêmica sobre explorações praticadas. **Sindicato dos Trabalhadores em Rádio & TV RJ**, [2022]. Disponível em: <http://www.radialistasrj.org.br/noticias/grupo-globo-faz-demissao-em-massa-e-gera-polemica-sobre-exploracoes-praticadas/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GUALBERTO, Gabriella. **Privatização da Telebrás**: um golpe na soberania nacional. Fundação Perseu Abramo. 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2020/07/29/privatizacao-da-telebras-um-golpe-na-soberania-nacional/>. Acesso em 20 nov. 2022.

GUARACY JUNIOR. **Brasil Viola Atual**. 2024. Facebook: dorival.cruz.9. Disponível em: <https://www.facebook.com/dorival.cruz.9>. Acesso em: 01 jan. 2024.

HAESER, Lucio. Seis milhões de brasileiros há 5 meses sem o seu principal meio de comunicação. **Radiolab**, 2017a. Disponível em: <https://radiolab.blog.br/2017/09/03/seis-milhoes-de-brasileiros-ha-5-meses-sem-o-seu-principal-meio-de-comunicacao/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HAESER, Lucio. Depois de meio ano, EBC anuncia solução provisória para Rádio Nacional da Amazônia. **Radiolab**, 2017b. Disponível em: <https://radiolab.blog.br/2017/10/29/depois-de-meio-ano-ebc-anuncia-solucao-provisoria-para-radio-nacional-da-amazonia/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HAESER, Lucio. Teste de rádio digital DRM escancara oportunidade de evoluir com grande economia e mais qualidade. **Radiolab**, 2021. Disponível em: <https://radiolab.blog.br/2021/02/24/teste-de-radio-digital-drm-para-centro-e-sul-do-pais-escancara-oportunidade-de-dar-um-passo-a-frente/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HALÁSZ, Iwan Thomas. **Handbook do Radioamador**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos!** [s.l.]: Mensanapress, 2011.

HILLIS, Ken. On the Margins: The invisibility of communications in geography. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 4, 1998.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v. 18, n. 2, p. 191-204. 2016.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IDSC-BR. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. 2024. Acesso em: 13 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Divisão Regional do Brasil**: em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600> Acesso em: 23 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Domicílios particulares permanentes, por posse de rádio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD281> Acesso em: 24 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População residente (pessoas): concentração urbana 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2022**. PNAD Contínua. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 04 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Disponível em <https://loja.ibge.gov.br/atlas-nacional-do-brasil-milton-santos.html>. Acesso em: 02 fev. 2025.

INTERCOM. **Rádiodifusão pública e práticas de resistência**. 31 maio 2021. 1 vídeo (94 min). Publicado pelo canal Intercom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=38nvY55D828&t=3582s>. Acesso em: 26 fev. 2024.

INTERCOM. **Desafios da pesquisa em rádio no Brasil: financiamentos e redes**. 18 maio 2023. 1 vídeo (95 min). Publicado pelo canal Intercom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cOY1bba7nCE>. Acesso em: 27 fev. 2024.

INTERCOM. **O mundo em ondas curtas: 50 anos do Parque Rodeador, maior emissora de rádio do Brasil**. 2024. 1 vídeo (95 min). Publicado pelo canal Intercom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ao2a8H-eCAE&t=2225s>. Acesso em 03 mar. 2024.

INTERVOZES. **Rádiodifusão**. Disponível em: <https://intervozes.org.br/radiodifusao/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

IVONE SILVA: tecnologia eleva lucro, demite e não reduz tarifa. **Sindicato dos Bancários**, 2017. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2017/ivone-silva-tecnologia-eleva-lucro-demite-e-nao-reduz-tarifa>. Acesso em: 09 fev. 2024.

JAMBEIRO, O., **Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul**. Salvador: EDUFBA, 2000.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JORDÃO, Rogério. Funcionários da EBC acusam governo de censurar jornalistas da estatal. **Brasil de fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/12/funcionarios-da-ebc-acusam-governo-de-censurar-jornalistas-da-estatal>. Acesso em: 02 set. 2024.

JORNAL ALCAR. **Passado, presente e futuro do Rádio no Brasil**. 19 ago. 2020. 1 vídeo (151min). Publicado pelo canal Jornal Alcar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7ypO9AfAr_Q&t=8398s. Acesso em: 26 fev. 2024.

JORNAL NACIONAL. **Apesar da popularização dos celulares, muita gente ainda utiliza orelhões no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2022/07/16/apesar-da-popularizacao-dos-celulares-muita-gente-ainda-utiliza-orelhoes-no-brasil.ghhtml. Acesso em: 20 nov. 2022.

JOVEN PAN NEWS. **Jovem Pan finaliza migração da AM para FM**. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Jovem Pan News. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fOGX7y4Zoy4>. Acesso em: 01 jan. 2025.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, Saber, Comunidade e Cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago.2004.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/EDUSP, 1991.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **A morte do rádio**. Convergência de mídias e suas consequências culturais. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda**: convergência digital e novos desafios na radiodifusão. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2007. 136 p.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 156p. 2016.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LEÃO, E. Mamede. **Nas Ondas e Nas Redes**: comunicação, poder e cidadania. Catalão, GO: SEMIM, 2021.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **EBC entrega Rádio Nacional do Alto Solimões para governo de apoia Garimpo**, 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/ebc-entrega-radio-nacional-do-alto-solimoes-para-governo-que-apoia-garimpo/>. Acesso em: 31 dez. 2024.

LÉVI, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Mauro. **Desmontagem dos Transmissores das Rádios Globo e CBN/Excelsior**. [s.l.], 18 jul. 2022. Facebook, @Museu Rádio Globo. Disponível em: <https://www.facebook.com/mauro.lima.332/videos/466505281481373/?idortvanity=286285323614805>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LIMA, Venício A. de. Comunicação na Constituinte de 1987/88: a defesa dos velhos interesses. **Cadernos do CEAC**, Brasília, v. 1, n. 1, 1987.

LIMA, Zita de Andrade. Situação atual dos meios de comunicação e sua influência no desenvolvimento político, cultural e sócio-econômico nas nações. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE ENSINO DE JORNALISMO E MEIOS DE INFORMAÇÃO COLETIVA, 4., 1965. **Anais...**, Rio de Janeiro: CIESPAL, 1965.

LOBATO, Elvira. FHC distribui rádios e TVs educativas para políticos. **Folha de S. Paulo**, ago. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79613.shtml>. Acesso em 04 fev. 2024.

LOWY, Michael. **O legado antifascista de Walter Benjamin**. 2020. 1 vídeo (1h12min). Publicado pelo canal Autonomia Literária. Disponível em: https://youtu.be/n8u9W0_2GLI. Acesso em: 03 jun. 2021.

LUZ, Ana Javes; CARNIELLI, Fiorenza Zandonade; GAUTIER, Tiago. **Defender a radiodifusão pública é defender a cidadania; é entender o espaço de debate privilegiado para a democracia brasileira**. Entrevista. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/170032/001049565.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 dez. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MASSARO, Carlos. Prestes a completar 68 anos, Rádio Globo é encerrada no dial AM de São Paulo. **Tudoradio**, 2020. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/22993-prestes-a-completar-68-anos-radio-globo-e-encerrada-no-dial-am-de-sao-paulo>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MATSUKI, Edgard. Cem anos do rádio no Brasil: as novas tecnologias e a aposta no futuro. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/cem-anos-do-radio-no-brasil-novas-tecnologias-e-a-aposta-no-futuro>. Acesso em: 05 set 2024.

MAZZARINO, Jane M. **A cidadania da escuta**. Lajeado: Ed. Univates, 2009.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR - MOM. **Monitoramento da Propriedade da Mídia**. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MELITO, Leandro; MACIEL, Camila. Decreto de Bolsonaro permite privatização da EBC; servidores repudiam medida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/decreto-de-bolsonaro-permite-privatizacao-da-ebc-servidores-repudiam-medida>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MELO, José Marques de. **Comunicação Social: teoria e pesquisa**. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1975.

MELO, José Marques de; PRATA, Nair. **Radialismo no Brasil: cartografia do campo acadêmico**. Florianópolis: Insular, 2015. 416 p.

MIELLI, Renata; LOGUERCIO, Leandro L. As plataformas de redes sociais, uso de dados pessoais e algoritmos a serviço da guerra cultural. *In*: ARANTES, Aldo. **Reconstruir a democracia: união de amplas forças políticas e sociais para a luta ideológica**. São Paulo: Expressão Popular: Anita Garibaldi: Fundação Maurício

Grabois e Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania, 2021.

MIELKE, Ana Claudia. Lacunas legislativas na regulação da mídia no Brasil. *In*: VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa. Brasília, DF: ANDI, 2015, 84 p., v. 2. Disponível em: https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2015/06/guia_violacoes_volumeii_web-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Um grande avanço para a radiodifusão brasileira!** Brasília. 15 jan. 2024a. Instagram: @mincomunicacoes. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C2I5u_OtyXp/?utm_source=ig_web_copy_link&gsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 20 jun. 2024.

MIRANDA, Danilo Santos de. A cidadania plena precisa alcançar todas as pessoas. *In*: ALAMBERT, Francisco. **Narrativas da cidadania**: as origens sociais do Sesc. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

MONTES, Valéria. **Comunicação Social**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/presentation/651406172/Comunicacao-Social-Conceptos>. Acesso em 04 dez. 2023.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991. 80 p.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro/Brasília: EdUERJ/UnB, 1999.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Da invisibilidade à visibilidade da Geografia na Comunicação. *In*: **10 anos**: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 2019, 236p.

MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL BIANCO, Nélia R. Comunicações, Território e Desenvolvimento Regional em municípios brasileiros com IDHM muito baixo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, v. 15, n. 4, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MUSTAFÁ, Izani; MARTIN-PENA, Daniel; KISCHINHEVSKY. Rádios universitárias no Brasil e na Espanha, uma abordagem comparativa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020. **Anais...**, Universidade Federal da Bahia, 2020.

NERY, Carmen. Em 2022, *streaming* estava presente em 43,4% dos domicílios com TV. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv. Acesso em: 27 fev. 2024.

NEVES, G. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1998.

NOVA ELETRÔNICA. O que é websdr? Ouça radioamadores sem receptor. **Nova Eletrônica**. 2016. Disponível em: <https://blog.novaeletronica.com.br/websdr/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

NOVAES, Adauto. Onze notas sobre o novo espírito utópico. In: NOVAES, Adauto (Organizador). **O novo espírito utópico**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

NUÑEZ MAYO, Oscar. **La radio sin fronteras**: radiodifusión exterior y comunicación de masas. Pamplona: Ed. Universidad de Navarra, 1980.

NPERF. **Mapa de cobertura 3G / 4G / 5G**. 2024. Disponível em: <https://www.nperf.com>. Acesso em: 31 dez. 2024.

OLHAR DIGITAL. **A tecnologia não é neutra e o que o Direito tem a ver com isso**. 2018. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2018/10/25/noticias/a_tecnologia_nao_e_neutra_e_o_que_o_direito_tem_a_ver_com_isso/. Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

OLIVEIRA, Mario José Pinto de. **De Landell ao infinito**. Porto Alegre: Alternativa, 2006, 152 p.

ONDAS MÉDIAS / CURTAS / FM / DX / AM FM OC OT. **Desligamento em definitivo da Rádio Bandeirantes Am 840 khz**. 6 ago. 2024. 1 vídeo (31seg.). Publicado pelo canal Ondas médias/Curtas/FM/DX/AM FM OC OT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1MavKQX53mg>. Acesso em: 02 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). O rádio: mais forte e mais vibrante do que nunca. **O Correio da Unesco**. n. 1, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2020-1/que-celebramos-o-dia-mundial-do-radio>. Acesso em: 30 out. 2022.

ORLANDI, Ana Paula. Avanços e retrocessos: a tecnologia não é neutra. **Instituto Goethe**, 2023. Disponível em: https://web.archive.org/web/20231030190745mp_/https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/trd/ine/22037439.html Acesso em: 28 fev. 2024.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985. v. 3.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Conheça a Rádio Brasil Atual!** 27 mar. 2017. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal PT Partido dos Trabalhadores. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_yvGEn8DOAw. Acesso em: 23 fev. 2024.

PASSOS, Gésio. **Entidades pedem veto a projeto que amplia concessões de rádio e TV.** Brasília, DF: Rádio Nacional – Brasília. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2023-12/senado-aprova-projeto-que-amplia-limite-de-concessoes-de-radio-e-tv>. Acesso em: 23 fev 2024.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história** [Internet]. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, [2007]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 21., 1988. **Anais...Recife**, 1998.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM. *In: Encontro Anual da Compós*, 19., 2010. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2010.

PESTANA LEILÕES. **Leilão de Áreas Urbanas em Eldorado do Sul/RS.** 20 nov. 2018. 1 vídeo (90 min). Publicado pelo canal Pestana Leilões. Disponível em: https://www.YouTube.com/watch?v=5_wkCUqQFrw. Acesso em: 15 nov. 2020.

PIERANTI, Octavio Penna. Expansão da radiodifusão: uma análise das 1.833 outorgas do governo Temer. **Galáxia**, n. 42, p. 202-215, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532019000300202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2020

PIERANTI, Octavio *et al.* Sintonia com o Sul: como a Rádio Nacional se voltou ao Rio Grande do Sul e chegou ao Japão. **Radiofonias: Revista de Estudos de Rádio e Mídia Sonora**, v. 15, n. 3, p. 87-111, 2024.

PNAD CONTÍNUA ANUAL. **Domicílios e Moradores, por situação do domicílio e existência de utilização da internet no domicílio.** 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7307#notas-tabela>. Acesso em: 27 dez. 2024.

POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista Sociologia Política**, n. 23, p. 43-53, 2004.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 2004.

PROGRAMA ENCONTRO DX. **Programa Encontro DX:** última edição. 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/cassianoalvesmacedo/photos/pb.100057667801167.-2207520000/4882621111817390/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 25 fev. 2022.

QUEROL, Ricardo. Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”. **EI País**, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em: 21 nov. 2022.

RÁDIO APARECIDA. **Promoção Ano Novo, Rádio Novo!** 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=621410151258800&id=161103353956151&set=a.491818897551260&rdid=u4wyPy1wwsahiXPR>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO APARECIDA. **Migração AM para FM:** quais as vantagens da mudança de faixa? 2018. Disponível em: <https://www.a12.com/radio/noticias/migracao-am-para-fm-quais-as-vantagens-da-mudanca-de-faixa>. Acesso em: 31 ago. 2020.

RÁDIO APARECIDA. **Tema do dia:** conheça as antenas de transmissões da Rádio Aparecida. 10 maio 2021a. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Rádio Aparecida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Tx5AOtUax8>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO APARECIDA. **A Rádio em Décadas: Futuro do Rádio.** 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ai41GqPIOTY&list=PLVvfdk-2W6nBiPB69oQjOUmrDRRG61Ssq&index=8>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO APARECIDA. **"Encontro DX" despede-se da programação da Rádio Aparecida.** 2022. Disponível em: <https://www.a12.com/radio/noticias/encontro-dx-despede-se-da-programacao-da-radio-aparecida>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO APARECIDA. **Mídia Kit.** 2023. Disponível em: <https://santuarionacional.org.br/downloads/2023/setembro/comercial/apresentacao-midia-kit-ra.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO APARECIDA. **História da Rádio Aparecida.** Aparecida: Portal A12, 2024. Disponível em: <https://www.a12.com/radio/historia-radio-aparecida>. Acesso em: 21 fev. 2024.

RÁDIO ARQUIVO. **Desligamento da Rádio Aparecida 820 AM.** 2018. [6min32seg]. Disponível em: <https://radioarquivo.com.br/820-khz-desligamento-da-radio-aparecida-820-am/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

RÁDIO BRASIL ATUAL. **Apoie a TVE e a Rádio Brasil Atual.** 13 jun. 2019. Facebook: radiobrasilatual. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1EmhZh9Xr1/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

RÁDIO PORTÁTIL 7 FAIXAS – APARECIDA RM-PFT74AC. Disponível em: <https://motobras.com.br/portfolio-item/radio-portatil-7-faixas-aparecida/>. Motobrás, 2023. Acesso em: 01 jan. 2023.

RÁDIO SOCIEDADE. Rádio MEC celebra diversidade no dia mundial do rádio. Entrevistador: Dylan Araújo. Entrevistado: Thiago Regotto. [S. l.] **Rádio Sociedade**, 13 fev. 2020. Podcast. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/radio->

sociedade/2020/02/radio-mec-celebra-diversidade-no-dia-mundial-do-radio. Acesso em: 15 jul. 2020.

RANCHINHO DO GUARACY. **Brasil Viola Atual**. [locução]: Guaracy Junior, 11 mar. 2022. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4g27OTq1SgetpGAoZfgJne?si=Y21REtFKTNyoNh6eK4DA8Q>. Acesso em: 25 fev. 2024.

REDE BRASIL ATUAL. **Falta de regulação estimula concentração de mídia e propriedade cruzada**. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/ausencia-de-regulacao-estimula-proprieda-cruzada-e-concentracao-da-midia/>. Acesso em 13 dez. 2023.

REDE TVT. **TVT quer chegar mais longe e ficar mais perto de você!** 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iI9SZkvzObE>. Acesso em: 31 dez. 2022.

REDE TVT. **Papo com Zé Trajano**. 31 jan. 2024. 1 vídeo (29 min). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ML0crlqzKYs>. Acesso em: 23 fev. 2024.

REDE TVT. Temos uma nova **EBC e vamos chegar a todo canto do país com comunicação pública, diz Hélio Doyle**. 18 mar. 2023. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VtMVJTvYSeA>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RIBEIRO, Roberto. **Desmontagem Antenas Ondas Curtas Rádio Aparecida**. Aparecida, 13 ago. 2023. Facebook: @robertoribeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/15d42kPzFE/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

RIZZATTI, H. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. **Revista Rua**, v. 2, n. 21, 221-245. 2015.

RUAS, Claudia Maria Stapani. Radiodifusão comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local. **Multitemas**, n. 32, p. 105-122, 2005.

SANCHES, Eduardo Oliveira; RAMOS, Estéfani Dutra; SILVA, Divino José. A hora das crianças: infância estética e política em Benjamin. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 1, 2020.

SANTANA, Eliara. Os riscos do PL que altera a lei de criação de rádio e canais de TV no Brasil. **Carta Capital**, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/os-riscos-do-pl-que-altera-a-lei-de-criacao-de-radio-e-canais-de-tv-no-brasil/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SANTOS, Breno Augusto de Oliveira. E. P. Thompson: o debate das classes e o sujeito na história. **Idéias**, v. 10, n. 1-32, e019010, 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, v. 13, n. 2, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. v. 2.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, SP: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p.

SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S. l.], n. 6, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SÃO PAULO de todos os tempos. [Loucação de]: Geraldo Nunes, São Paulo: [s.n.], 2020. Podcast. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/3q9KETfGuAmxn9QBCp7x8h>. Acessado em: 12 jul. 2020.

SÃO PAULO. Prefeitura. Geosampa. **Área do Antigo Parque de Transmissão da Rádio Globo AM 1120 kHz**. 2024. Disponível em:
https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 05 mar. 2024.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM. **EBC amplia prestação de serviços aos gaúchos com programação especial de rádio**. 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/ebc-amplia-prestacao-de-servicos-aos-gauchos-com-programacao-especial-de-radio>. Acesso em 13 jan. 2025.

SENRA, R.; COSTA, Camila. Elon Musk domina internet por satélite na Amazônia com antenas em 90% das cidades. **BBC News Brasil**. 2024. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crlr44d5g9yo>. Acesso em: 25 dez. 2024.

SHORT-WAVE.INFO. **Short-wave broadcasting stations**. 2025. Disponível em:
<http://www.short-wave.info/index.php>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, Paulo Celso da. **E assim se passaram 20 anos**: Milton Santos, 24 de junho 2001-2021. [s. l.]: Provocare Editora, 2021, 132 p.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. Metalúrgicos do ABC e Bancários de São Paulo assinam acordo entre TVT e Amazon. **CUT**, 2023. Disponível em: <https://sp.cut.org.br/noticias/metalurgicos-do-abc-e-bancarios-de-sao-paulo-assinam-acordo-entre-tvt-e-amazon-a9f1>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **Três momentos da história das telecomunicações no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Dezembro Editorial, 1999.

SKYWAVE APPS. **Skywave Schedules**. Versão 2.1.20. S.l.: Skywave Apps, 2021. Aplicativo para dispositivo móvel. Disponível em: <https://skywave-schedules.en.uptodown.com/android>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SOARES, Samara Souza Diniz; STENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 32, p. e200066, 2021. DOI: 10.1590/0103-6564e200066. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/202617>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SODRÉ, Muniz. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 165–178.

SOUZA, Adriane. **Revolução científica-tecnológica**. 22 maio 2020. [Notas de Aula].

SOUZA, Joaquim Xavier de. **Municipalização das Rádios Comunitárias**. Caratinga, 2010. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Direito) - Faculdade Doctum, Caratinga, 2010. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/1314>. Acesso em: 25 ago. 2024

SOUZA, Rodrigo. **Implantação rádio digital no Brasil**. 19 maio 2014. 1 vídeo (3m38s). Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=9ZJBB0Nxygl>. Acesso em: 23 maio 2020.

STARLINK. **Mapa de disponibilidade**. 2025. Disponível em: <https://www.starlink.com/map>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TECMUNDO. **Sistema operacional Roku**. 2022. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações. **Mapa de ERB's**. 2023. Disponível em: <https://www.telecocare.com.br/mapaerbs/>. Acesso em: 03 jan. 2025.

TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá. Uma proposta libertária para estes dias tumultuados**. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 2006. 1 DVD (89 min.).

TOLEDO, André Luiz de; GOMES, Cilene. Desconstrução tecnossocial da radiodifusão brasileira e contra racionalidades de resistência por uma rádio cidadania: Um estudo sobre os impactos na remodelação da vida social e do

território. *In*: SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 5, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos, Universidade do Vale do Paraíba, 2020, p. 4-7. Disponível em: <https://congressos.univap.br/soac/index.php/VSemPPGPlur/VSemPPGPlur/paper/viewFile/80/120>. Acesso em: 04 maio 2020.

TOLEDO, André Luiz de; GOMES, Cilene; Zanetti, Valéria Regina. O futuro do território da radiodifusão em debate: digitalização, convergência tecnológica e a construção da cidadania. *In*: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE. INOVAÇÃO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REPERCUSSÕES E CONTRADIÇÕES NOS TERRITÓRIOS, 5., 2021. **Anais...**, Universidade de Taubaté: Taubaté, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/bitstream/20.500.11874/3980/1/Anais%20ISBN%209786586914276.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

TOLEDO, André Luiz de; GOMES, Cilene. A radiodifusão comunitária: ocupação e resistência no território da comunicação popular. SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 7, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos, Universidade do Vale do Paraíba, 2022, p. 1-4. Disponível em: <https://congressos.univap.br/soac/index.php/VIIISemPPGPlur/VIIISemPPGPlur/paper/viewFile/118/165>. Acesso em: 27 fev. 2024.

TOLEDO, André Luiz de; GOMES, Cilene. A Radiodifusão Des(aparecida): Desconstrução tecnossocial e a dinâmica socioespacial contemporânea, na terra e no ar. *In*: **Cenários e Perspectivas**: os trinta anos do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap. São José dos Campos: Univap, 2023. 305 p.

TOLEDO, André Luiz de. **[Fala.BR] Manifestação Respondida no Sistema**. Mensagem enviada para: ouvidoria@ebc.com.br, 21 jul. 2023.

TOLEDO, André. Luiz de; GOMES, Cilene. Radiodifusão pública e novas vozes do território das pequenas cidades da Amazônia. **Revista Univap**, v. 30, n. 69, 2024. DOI: 10.18066/revistaunivap.v30i69.4627. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/4627>. Acesso em: 25 dez. 2024.

TOLEDO, Dalila Maia de. **Trabalho de Assistentes Sociais em rompimento de barragens**: Contribuições para a garantia de direitos da população atingida em Mariana, MG. Trabalho de graduação (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a9e23bb3-c62b-48f0-be17-ae63da135855/content>. Acesso em: 13 jan. 2025.

TRIBUNA DE ARAPIRACA. **Em Brasília, radialista de Arapiraca representa Alagoas no Encontro de Comunicadores e Defensores de Direitos Humanos**. 2023. Disponível em: <https://tribunaarapiraca.com.br/noticia/4967/em-brasilia-radialista-de-arapiraca-representa-alagoas-no-encontro-de-comunicadores-e-defensores-de-direitos-humanos>. Acesso em: 23 fev. 2024.

TUDO RÁDIO. Rádio Aparecida estabelece parceria para produção de conteúdo jornalístico para Rede SIGNIS Brasil. **Tudo Rádio**, 2023. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/29897-radio-aparecida-estabelece-parceria-para-producao-de-conteudo-jornalistico-para-rede-signis-brasil>. Acesso em: 21 fev. 2024.

TUDO RÁDIO. Grupo Jovem Pan veicula reportagem especial sobre o encerramento da 620 AM de São Paulo. **Tudo Rádio**, 2024a. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/31784-grupo-jovem-pan-veicula-reportagem-especial-sobre-o-encerramento-da-620-am-de-sao-paulo>. Acesso em: 01 jan. 2025.

TUDO RÁDIO. Desligamento da AM 840 da Rádio Bandeirantes lota SDRs de São Bernardo do Campo; Estação segue em 86.3 FM. **Tudo Rádio**, 2024b. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/31723-desligamento-da-am-840-da-radio-bandeirantes-lota-sdrs-de-sao-bernardo-do-campo-estacao-segue-em-863-fm>. Acesso em: 02 jan. 2025.

TV BRASIL. **Na Amazônia pelas ondas do rádio**: conheça a importância do rádio para as comunidades ribeirinhas. Caminhos da Reportagem, 2020. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2020/04/na-amazonia-pelas-ondas-do-radio>. Acesso em: 26 nov. 2021.

TVT NEWS. **Desperta ICL - 16/11/2023**. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qKk9jetF6hl?si=1amIDCheGhPSP6US>. Acesso em: 17 nov. 2023.

UNESCO. Por que celebramos o Dia Mundial do Rádio. **O Correio da UNESCO**, n. 1, jan-março 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372603_por.locale=en. Acesso em: 10. fev. 2020.

WELLS, H. G. **A máquina do tempo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Suma, 2018.

WIKIPÉDIA. GAFAM. **Wikipédia**: a enciclopédia livre, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/GAFAM>. Acesso em: 1 jan. 2025.

WIKIPÉDIA. **Starlink**. 2025. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Starlink>. Acesso em: 02 fev. 2025.

UNIVERSO das Emissoras Públicas: Canais estatais da Argentina saíram da lista de privatizações previstas na “Lei de Bases” de Javier Milei. **Jornal da USP**. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/universo-das-emissoras-publicas-canais-estatais-da-argentina-sairam-da-lista-de-privatizacoes-previstas-na-lei-de-bases-de-javier-milei/>. Acesso em 16 nov. 2024.

VALENTE, Felipe Gugelmin. Conheça a nova tecnologia de Rádiodifusão de Áudio Digital capaz de reproduz arquivos em Surround 5.1. **Tecmundo**. 2009. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/2714-conheca-a-nova-tecnologia-de-radiodifusao-de-audio-digital-capaz-de-reproduz-arquivos-em-surround-5-1.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

VIANNA, Gaspar. **Direito brasileiro das telecomunicações**: autonomia legislativa e constitucional. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1976.

VIANNA, Gaspar. A exploração dos serviços de telecomunicação na Constituição brasileira (Interpretação da Emenda Constitucional nº 8, de 1995). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 204, p. 145-161, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46760/46390>. Acesso em: 12 maio 2020.

VIEIRA, Isabel. Rádio: ele nunca esteve tão vivo. **Singular & Plural**, n. 5, 1979.

VOGEL, Luiz Henrique. **A Comunicação Social na Constituição de 1988 e a concentração da mídia no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio (1927-1932): um diálogo sempre atual sobre o papel social e as potencialidades da radiodifusão. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 1-10. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/265112716005085828548659556544959058.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

ANEXO I - ARTIGO 220 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Capítulo V - Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

ANEXO II – LEI 9.612 - LEI DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais.

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional. ([Artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 2216-37, de 31/8/2001](#))

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º [Parágrafo declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal, pela ADI nº 2.566, publicada no DOU de 22/5/2018](#)

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 10.597, de 11/12/2002](#)

Art. 6º-A. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário.

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço.

§ 3º Não havendo solicitação de renovação da outorga no prazo previsto no *caput* deste artigo e não havendo resposta tempestiva à notificação prevista no art.

6º-B, o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

Art. 6º-B. A autorizada de serviço de radiodifusão comunitária que não apresentar o pedido de renovação de outorga no prazo previsto no *caput* do art. 6º-A será notificada pelo Poder Concedente, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem o recebimento da notificação pela entidade ou sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 3º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo as regras do art. 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 4º A aplicação da sanção prevista no § 3º não será elidida caso a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 5º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo intempestiva a resposta, o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017\)](#)

§ 6º Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou encaminhados até a data da publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 25/5/2022\)](#)

§ 7º Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de entidades que, por terem apresentado seus pedidos de renovação intempestivamente, tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 25/5/2022\)](#)

§ 8º As entidades que se encontram com a autorização vencida e que não apresentaram nenhum requerimento de renovação terão o prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhá-lo, contado da data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.424, de 28/3/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 25/5/2022\)](#)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que,

nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na

operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações na operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Sergio Motta.

ANEXO III - CARTAZ “ENCONTRO DE OUVINTES E PARCEIROS: RÁDIO MEC 100 ANOS”



A Empresa Brasil de Comunicação convida:

Encontro de **OUVINTES e** **PARCEIROS**

Rádio MEC 100 anos. Participe!

DIA 1 RÁDIO E SOCIEDADE **26/SET**
(terça-feira)

14h00 – Mesa de Abertura
14h30 – Mesa 1: *A Rádio Pública que a gente quer*

DIA 2 MÚSICA, EDUCAÇÃO E CULTURA **27/SET**
(quarta-feira)

10h00 – Mesa 2: *Conteúdos que o Rádio Público tem e precisa ter*
14h00 – Mesa 3: *Divulgação Musical e Jornalismo Cultural no Rádio Público*

26 A 27/SETEMBRO
Casa da Ciência
Rua Lauro Müller, 3, Botafogo, Rio de Janeiro

Informações
radiomec@ebc.com.br

rádioMEC 

O 1º Encontro de Ouvintes e Parceiros faz parte das comemorações pelo Centenário da Rádio MEC e será um espaço de reflexão com pesquisadores, ouvintes e emissoras públicas de todo o país sobre os caminhos do rádio público brasileiro. Traga as suas ideias e participe, a Rádio MEC quer te ouvir!

ANEXO IV – MANIFESTAÇÃO SOBRE INTERFERÊNCIA NO SINAL DA RÁDIO BRASIL ATUAL 98,9 FM, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

Gmail - Interferência no sinal da Rádio Brasil Atual 98,9 FM, em São... <https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=6222de2e67&view=pt&search=..>



Interferência no sinal da Rádio Brasil Atual 98,9 FM, em São José dos Campos, SP.

2 mensagens

17 de março de 2020 às 15:43

Redação da Rádio Brasil Atual, Mogi das Cruzes/SP, boa tarde.

Sou amigo e colaborador do Catarse TVT e venho informá-los à respeito de interferência no sinal da Rádio Brasil Atual, em particular, na Orla do Banhado e região Central de São José dos Campos, SP.

Em anexo, envio um Mapa com uma faixa indicando a área onde a interferência é mais acentuada: Avenida Anchieta e Rua Manoel Borba Gato. Ela estende-se pelas avenidas centrais da cidade, paralelamente à Avenida São José, e a Rua XV de Novembro.

Recentemente observei que há uma rádio no Sul de Minas que opera na mesma frequência: Rádio Viva FM <www.radioviva.fm.br>, WhatsApp (35) 9 9807-2857, tendo como área de abrangência a região do Sul de Minas, Serra da Mantiqueira, Vale do Paraíba e Leste Paulista.

Sou ouvinte diário da Brasil Atual, acompanhando o programa do Guaracy Jr., Jornal Brasil Atual com Marilu Cabañas e Glauco Faria além de acompanhar a transmissão do "Papo com Zê Trajano" e a programação de final de semana.

Além de ouvinte, sou rádiosculta e atualmente aluno especial de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap onde investigo a Radiodifusão no país e o desmonte do sistema de telecomunicação atual.

Envio as informações no intuito de colaborar para a qualidade do sinal de transmissão da Rádio Brasil Atual e para que a própria Comunidade do Banhado (Jd. Nova Esperança) possa ser informada com o conteúdo da rádio regional que mais colabora com a inclusão da população trabalhadora.

Fico à disposição.

4 anexos



Screenshot_20200313-070523.png
385K



Screenshot_20200313-070511.png
327K



Faixa de interferência - Rádio Brasil Atual.jpeg
714K

ANEXO V - ÁREA DO ANTIGO PARQUE DE TRANSMISSÃO DA RÁDIO CONTINENTAL



Município de Eldorado do Sul
Espelho do Imóvel

Dados da Consulta			
Cadastro:	30437 - 1	Inscrição:	00130011000001
		Data	05/03/2024
Dados Cadastrais			
Loteamento:	Industrial	Quadra:	0011
Logradouro	RUA PORTO ALEGRE	Lote:	000001
Bairro:	Industrial	Testada Principal	152,50
		Testada Secund. (m):	0,00
Área Lote	33596,00	Área Un. (m²):	146,79
		Núm. Unidades:	5
		Área Total. (m²):	330,25

Mapa de Localização

Latitude: 30° 0' 58,75" S Longitude: 51° 18' 38,57" O



Informações Territoriais

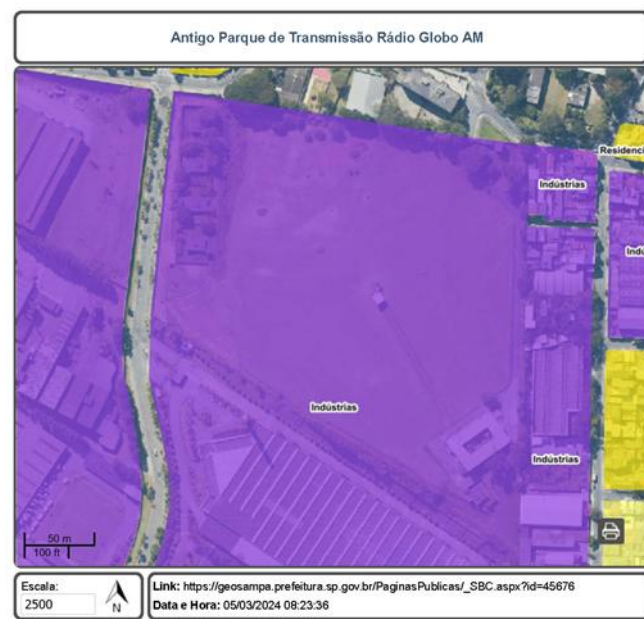
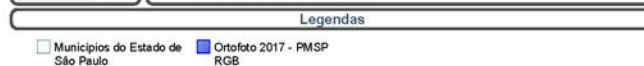
Limitação	Com cerca/muro	Utilização	Residencial/Comercial
Face do Lote	Uma frente	Passeio	Sem passeio pav.
Pedologia	Normal	Topografia	Plano

Informações de Edificação

BIC Idade da Construção	Acima de 40 anos	Piso	Cerâmica/Mosaico
Ferro	Inexistente	BIC Caracterização	Outros
Posição	Isolada	Instalação Sanitária	Simples
Localização	Frente	Pintura Externa	
Esquadrias	Ferro	Fachada	Recuada
Pintura Interna		Revestimento Interno	Emboço/Reboco
Situação Econômica	Próprio	Situação Edificação	Irregular
Situação Levantamento		Cobertura	Fibrocimento
Edificação Principal	Sim	Instalação Elétrica	Embutida
Revestimento Externo	Emboço/Reboco	Edificação (status)	Concluída
BIC Estrutura	Concreto	BIC Padrão Construtivo	3 - Baixo
BIC Tipo de Uso	Sem informações	BIC Paredes	Alvenaria

Fonte: Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul (2024).

ANEXO VI - ÁREA DO ANTIGO PARQUE DE TRANSMISSÃO DA RÁDIO GLOBO AM



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo (2024).

ANEXO VII - OFÍCIO ABRAÇO BRASIL 060 2022



Ofício_Abraço_Brasil_060_2022

Cuiabá, setembro de 2022.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente, em nome da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO - BRASIL), encaminhar algumas pautas históricas de nossa organização. Antes disso, porém, cabe atentar para alguns pontos. Primeiro: nossa entidade completou 26 anos de existência e atualmente representa milhares de associações mantenedoras de rádios comunitárias no Brasil todo. Nesse período, a Abraço Brasil, juntamente com todas as demais estaduais, vem, incansavelmente, lutando para que, de fato, as rádios comunitárias possam prestar um serviço de comunicação comprometido com ideias democráticas e comunitárias.

A legislação vigente (Lei 9.612/1998), que regulamenta a atuação das rádios comunitárias no país, contudo, não oportuniza-nos à efetivação desta prática. Ela é extremamente restritiva e limitadora. Mesmo sob a égide de um governo democrático popular, como foi o capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2016, os avanços foram quase nulos.

Desta forma, a necessidade de retomada da discussão acerca do serviço de radiodifusão comunitária é ainda mais urgente, haja vista que o foco do mesmo é a democratização da comunicação e o fim do “deserto de notícias” em nosso país.

Diante disso, nossa demanda é a seguinte:

Adoção de um novo marco regulatório para o serviço de radiodifusão comunitária, baseado em princípios como pluralismo, diversidade e democracia. Cumpre ressaltar que a modalidade em que o serviço de radiodifusão está inserida precisa garantir o direito à informação, à comunicação e à liberdade de expressão. Ela ainda precisa dar conta de acesso universal (a todas as comunidades organizadas, já que os atores privados tem, nesse formato, finalidade social e se caracterizam por serem geridos por organizações



sociais de diversos tipos sem fins lucrativos); reservas de espectro; regulação garantida pela sociedade civil; procedimentos para habilitação de outorgas públicos e transparentes, não discriminatórios; priorização de projetos comunicacionais sociais e culturais que contemplem a participação da comunidade na emissora; o financiamento precisa assegurar o direito à sustentabilidade econômica; os recursos públicos precisam estar disponíveis também ao setor comunitário e a inclusão digital, que permita o acesso e a migração dos meios comunitários às novas tecnologias de modo equânime;

Para sermos mais precisos:

- Priorizar a publicação do Plano Nacional de Outorga – PNO para os 2.000 (dois) mil municípios brasileiros que ainda não têm uma rádio comunitária outorgada depois de quase 25 anos da lei que regulamentou a radiodifusão comunitária em nosso país. Esses municípios fazem parte do que denominamos chamar de “desertos de notícias”. Publicar PNO para esses municípios que ainda não têm, e só depois publicar para os municípios que já têm RadCom outorgada;
- Queremos que sejam disponibilizados, no mínimo, três canais por município, no intuito de evitar o choque de frequência;
- Aumento da potência dos transmissores para 250 watts;
- Queremos o fim das restrições quanto à veiculação de publicidade/propaganda;
- Acesso a verbas de divulgação públicas, tal como ocorre com as emissoras de cunho comercial;
- Edição de uma Medida Provisória – MP para tratar da alteração da legislação das rádios comunitárias;
- Não à implantação das rádios comunitárias na Faixa Estendida da FM. O espectro eletromagnético tem espaço para todos, em especial para as rádios públicas;
- Inclusão das rádios comunitárias no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST;
- Cumprimento do acordo que Vossa Excelência assinou com a Abraço Brasil quando da realização da 1ª Confecom em 2009;

- Convocação da 2ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação;
- Regulação da Mídia, conforme previsão na Constituição Federal;
- Campanha pelo Fim do Analfabetismo no Brasil, com a participação das rádios comunitárias;
- Disponibilizar as frequências do rádio da amplitude modulada – AM para entidades e organizações da sociedade civil.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos nossa estima e crença de que em 2022 Vossa Excelência será reeleito presidente da República e, de posse deste mandato, promoverá todas as alterações aqui mencionadas.

Atenciosamente,



Geremias dos Santos

Presidente da Abraço Brasil

Exmo. Sr.

Luiz Inácio Lula da Silva

Candidato à presidência da República

ANEXO VIII - RESPOSTA DA OUVIDORIA EBC

Prezado André Luiz de Toledo,

A Ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) agradece sua manifestação e o interesse em nossos conteúdos.

Sobre sua demanda, a Gerência da Rede Nacional de Comunicação Pública - TV informa que a EBC está em constante processo de expansão de sua cobertura, objetivando levar a programação da TV Brasil para todas as localidades do país, seja por meio de cobertura própria ou por intermédio de emissoras afiliadas à Rede Nacional de Comunicação Pública.

A cidade de Atibaia/SP está inserida nesse projeto e será contemplada em breve com a instalação de um canal de TV Digital e Rádio FM, após processo regulatório de consignação de canal conforme rito formal dos órgãos reguladores, Ministério das Comunicações e Anatel.

Nesse momento não há previsão de instalação de equipamentos digitais na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de São Paulo, entretanto o sinal da TV Brasil na íntegra pode ser assistido na localidade das seguintes maneiras:

WebTV - <http://tvbrasil.ebc.com.br/webtv>

TV Brasil Play: aplicativo gratuito, disponível para smartphones com sistema Android e iOS

Canais por assinatura:

NET Claro TV - canal 531 HD

OI TV - canal 503 HD

SKY - canal 23

Parabólica

Satélite Star One C2 70° W

Frequência Descida: 3755,5 MHz

Polarização: Horizontal

Symbol Rate: 7.500 Msym/s

FEC: 3/4

BW: 9 Mhz

Modulação: DVB-S2 / 8PSK

Roll Off: 20%

Aproveito a oportunidade para disponibilizar também outras formas de acesso aos nossos conteúdos das Rádios EBC:

Web Rádios EBC - <https://radios.ebc.com.br/aovivo>

RÁDIOS EBC: aplicativo gratuito, disponível para smartphone com sistema Android e iOS.

Continue acompanhando a TV Brasil. Mais informações sobre nossa programação estão no site da emissora: <https://tvbrasil.ebc.com.br/>

Dê sua opinião sobre os serviços e conteúdos ofertados pela EBC e seus veículos de comunicação. Acesse o link <https://goo.su/AIUw>

Estamos sempre à disposição. Sua contribuição é valiosa para esta Ouvidoria e muito importante para melhorar a qualidade dos serviços e conteúdos ofertados pela Empresa Brasil de Comunicação.

Atenciosamente,

Equipe de Atendimento

Ouvidoria

Empresa Brasil de Comunicação

(Equipe de Atendimento, Ouvidoria, EBC, 2023)